

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras

Departamento de História



**O Espaço Público
nas Aldeias e nos Centros Históricos
do Barlavento Algarvio**

– Perspectivas para a Valorização do Património
no Início do Século XXI

Maria Inês Correia Rodrigues Cristiano Cerol

Doutoramento em História
(Especialidade em História Regional e Local)

2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras

Departamento de História



**O Espaço Público
nas Aldeias e nos Centros Históricos
do Barlavento Algarvio**

– Perspectivas para a Valorização do Património
no Início do Século XXI

Maria Inês Correia Rodrigues Cristiano Cerol

Tese orientada pelo Professor Doutor Pedro Gomes Barbosa
e co-orientada pela Professora Doutora Teresa Alves,
especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor
em História, especialidade em História Regional e Local

2015

Aos meus orientadores, Professor Doutor Pedro Gomes Barbosa e Professora Doutora Teresa Alves, à memória do Professor Doutor João Guterres, a meus Padrinhos e a meus Pais, agradeço e dedico este trabalho.

Índice

Resumo e palavras-chave em português e em inglês	7
Siglas e abreviaturas	9
1 – INTRODUÇÃO	
1.1. Razão da escolha do tema	11
1.2. A questão central da tese	12
1.3. Objectivos	16
1.4. Metodologia	17
2 – O BARLAVENTO ALGARVIO	
2.1. A região Algarve	21
2.2. Limites e subdivisões	24
2.3. O Barlavento: traços e desenvolvimento	30
2.4. Urbano/rural e condicionamentos	32
3 – AS ALDEIAS	
3.1. Definições, papéis e mudanças	35
3.2. Noções e características	39
3.3. Tempos e actividades	42
3.4. Designações e classificação	45
3.5. Da estagnação	50
3.6. Da evolução	53
3.7. Aldeias em programas, redes e prémios	55
3.8. Aldeias do Algarve e a animação do mundo rural	58
3.9. Implantação e povoamento	59
4 – OS CENTROS HISTÓRICOS	
4.1. Do conceito e das medidas de salvaguarda	65

4.2. Cidade existente e transformações	71
4.3. Da expressão “centro histórico” e sua utilização	75
4.4. Cidade-campo e espaços vazios	82
4.5. Cidades e vilas do Barlavento	85
4.6. Intervenção na cidade existente	88
4.7. Centro histórico/periferia	91
5 – O ESPAÇO PÚBLICO	
5.1. Dimensão morfológica	93
5.2. O tempo, o dia e a noite	95
5.3. Os cheios e os vazios	99
5.4. Relação dos núcleos com a topografia	102
5.5. Da expressão “espaço público” e sua utilização	106
5.6. Espaço público e vida urbana	108
5.7. Espaços lineares e não lineares	109
5.8. Fachadas e pavimentos	112
5.9. Público/Privado: a ocupação do espaço	115
5.10. Do traçado e da construção no tempo	119
5.11. Espaços principais e secundários	123
5.12. Tecido urbano, elementos e valorização	124
5.13. Recuperação da centralidade e mudanças	129
5.14. A rua como elemento primeiro e a praça como elemento de excepção	131
5.15. A rua como espelho de vida local	137
5.16. A importância dos elementos de comunicação	141
5.17. Espaços de circulação e de permanência	144
5.18. Espaço primitivo e crescimento	147
5.19. A luz natural e artificial	149
5.20. Malha, quarteirões e espaço público	152
5.21. Elementos soltos e mobiliário urbano	156
5.22. Legislação e regulamentação	175
5.23. Quarteirões, frentes, fachadas e vãos	180

6 – VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

6.1. Recomendações e legislação	189
6.2. Planos regional e municipais	204
6.3. Planos de pormenor e perspectivas	216

7 – CONCLUSÃO

7.1. A cidade feita por e para as pessoas	223
7.2. Aldeias, centros históricos e espaço público	227
7.3. Património e partilha	232
7.4. Centralidade e informação	234
7.5. Um olhar sobre a realidade encontrada	237
7.6. A salvaguarda dos valores	242
7.7. Conhecer para valorizar	247

Bibliografia	251
--------------	-----

Anexos	265
--------	-----

Resumo

O presente estudo trata o espaço público de oito centros históricos e de vinte e duas aldeias do Barlavento Algarvio. Faz o levantamento de cada parcela do domínio público desses núcleos urbanos, com o objectivo de deixar o registo da sua configuração, constituição e conteúdo, no início da segunda década do século XXI. Pretende comparar os dados recolhidos, relacioná-los com os de outras aldeias ou de outros centros históricos e encontrar traços comuns. Observa as diferentes formas de fruição e apropriação do espaço público, a posição geográfica dos aglomerados e o planeamento municipal. Procura a valorização do património como perspectiva para o desenvolvimento de cada um e da região.

Palavras chave: património, aldeias, centros históricos, espaço público, Algarve

Resumé

This study deals with the public space of eight historical centres and twenty-two villages of the western Algarve. It surveys each parcel in the public domain of these urban centres, with the aim of leaving a record of their configuration, constitution and content at the beginning of the second decade of the 21st century. It aims to compare the data collected to relate it to that of other villages or other historic centres and discover common traits. It observes the different ways in which the public spaces are enjoyed and appropriated, the geographical position of agglomerations and town planning. It seeks to assess the heritage as a perspective for the development of each region.

Key words: heritage, villages, historic centres, public space, Algarve.

Siglas e abreviaturas

A – Aldeia
AAVV – Autores vários
ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística
ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto
APMCH – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico
art. – artigo
ARU – Área de Reabilitação Urbana
CA – Código Administrativo
CAP – Código Administrativo Português
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CEAMA – Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida
CH – Centro Histórico
CIAM – Congresso Internacional de Arquitectura Moderna
CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis
CISCH – Carta Internacional de Salvaguarda das Cidades Históricas
cit. – citado por
CM – Câmara Municipal
coord. – coordenação
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPMP – Constituição Política da Monarquia Portuguesa
CPRP – Constituição Política da República Portuguesa
CRP – Constituição da República Portuguesa
Dec. – Decreto
DGERU – Direcção Geral do Equipamento Regional e Urbano
DGOTDU – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGPC – Direcção Geral do Património Cultural
DGSU – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização
DGT – Direcção Geral do Território
DL – Decreto-Lei
DLR – Decreto Legislativo Regional
DN – Despacho Normativo
DR – Diário da República
DReg – Decreto Regulamentar
ENMCH – Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico
FAUTL – Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
GAPA – Gabinete do Planeamento da Região do Algarve
GEPB – Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira
GTAA – Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias

GTL – Gabinete Técnico Local
ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
ICOM – International Council of Museums
ICOMOS – International Council on Monuments and Sites
IGEOE – Instituto Geográfico do Exército
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
INE – Instituto Nacional de Estatística
JF – Junta de Freguesia
LBGPPSOTU – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
LC – Lei Constitucional
LEADER – Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
OEP – ocupação do espaço público
PDM – Plano Director Municipal
PGU – Plano Geral de Urbanização
Port. – Portaria
PP – Plano de Pormenor
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
PRU – Programa de Reabilitação Urbana
PU – Plano de Urbanização
RAR – Resolução da Assembleia da República
RCA – Rotas Caminhos do Algarve
RCM – Resolução do Conselho de Ministros
RECRIA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas
RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas
RJALEIAA – Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico
RJEEAL – Regime Jurídico da Exploração dos Estabelecimentos de Alojamento Local
RJIEFET – Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos
RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
RTA – Região de Turismo do Algarve
SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local
SEALOT – Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território
SIGIMI – Sistema de Informação Geográfica do Imposto Municipal Sobre Imóveis
SUOPG – subunidades operativas de planeamento e gestão
TIAM – Terras do Infante - Associação de Municípios
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
www – Consultas em suporte electrónico

1 – Introdução

1.1. Razão da escolha do tema

Património é tudo aquilo que se recebe das gerações que nos precederam e que depois transmitiremos às gerações seguintes. Seja do domínio público ou esteja na titularidade de privados, perde-se no tempo a sua génese, mas dele se espera que alguma memória venha a perdurar. Por muito que a história já tenha contado, sempre se juntam mais dados aos que de momento se conhecem e o dia-a-dia continuará a fornecer mais informação. Na altura poderemos não valorizar, mas, com o tempo, tudo se revelará causa e consequência de outros valores, uns do passado, outros que hão-de suceder-lhe.

O espaço público é dos mais importantes e significativos patrimónios da sociedade. Onde a intervenção humana porventura ainda não ocorreu ou onde deixou marcas pouco vincadas, a leitura mostra-se mais fácil, quase imediatamente perceptível. Parece que a realidade está ali toda conservada tal como sempre foi. Diferente é onde a ocupação tem sido constante e a transformação ocorre quase ao ritmo em que os conhecimentos se ampliam e as novas necessidades se manifestam. Nesse património, encontramos visíveis apenas as mais recentes páginas da sua história, e é-nos difícil imaginar quando e como terá começado. Poderá, por isso, despertar maior curiosidade e motivar o interesse de estudiosos e de entidades responsáveis pela sua classificação e salvaguarda. Nenhum de nós deverá ficar-lhe alheio. De certo modo, somos seus fiéis depositários e, nessa medida, todos temos obrigação nesse sentido.

A nossa condição de cidadãos, cada vez mais agarrados ao território urbanizado e dependentes de estruturas onde a habitação e o trabalho se desenvolvem, leva-nos a considerar como espaço público apenas o que imediatamente envolve e é envolvido pelos edifícios. Raramente damos conta de que essa realidade é muito mais vasta. Públicos são os espaços que estão ocupados pelas infra-estruturas subterrâneas que servem os aglomerados urbanos, o espaço aéreo, também os leitos e margens dos rios e ribeiras, valas, praias e até as águas que os banham (FADIGAS, 1993:79). Como realidades da maior importância para a vida comunitária, carecem de regras de utilização, controlo e segurança muito concretas e, por isso, há muito que o seu uso está superiormente regulamentado.

Os espaços de circulação e de permanência estão igualmente abrangidos por diversa regulamentação, de que a sinalização de trânsito será o exemplo mais visível. No entanto, porque nos habituámos a conviver com todas estas regras – que incluem as que a tradição e a boa educação também ditam – e respeitamo-las com naturalidade, ao usufruirmos diariamente todos esses espaços, consideramo-los totalmente livres. Foram estas porções de território urbano, constituídas por praças, largos, pátios, becos, ruas, travessas, caminhos e outras vias do interior das aldeias e dos centros históricos do Barlavento Algarvio que despertaram a nossa curiosidade e motivaram a pesquisa e o estudo que nos propusemos realizar.

1.2. A questão central da tese

O presente trabalho tem como antecedente a dissertação de mestrado apresentada em 2006 e cujo objecto físico de estudo foi o conjunto formado pela totalidade das fachadas exteriores dos edifícios existentes na área intramuros da cidade de Lagos. Esse trabalho pretendeu deixar registado o modo como, no final do século XX, os edifícios se relacionavam com o espaço envolvente. Dimensões, composição dos vãos, materiais e cores do revestimento, decoração e outros elementos susceptíveis de individualizar cada fachada permitiram depois a sua

associação e estabelecer alguns traços mais visíveis nessa zona antiga da cidade. Ao recair sobre os planos verticais que separam o exterior do interior dos edifícios, esse estudo debruçava-se já sobre essa delimitação – as fachadas – entre os espaços pertencentes ao domínio público e ao privado.

Uma questão que começou então a emergir prendia-se com a noção de que tais planos verticais, ainda que vistos enquanto conjunto, não existem isoladamente. As fachadas são o lado de fora do limite de cada interior e, desse modo, confinam com o espaço exterior ao edifício. Juntamente com as suas complanares e as dos prédios fronteiros, conformam um espaço entre si. As fachadas estabelecem uma relação directa com esse espaço que lhes fica adjacente, e que é um dos elementos que as justificam e as influenciam. Porque às fachadas se associam espaços contíguos e há uma relação entre ambos, importaria prosseguir na observação e iniciar um estudo mais vasto, agora sobre todo esse conjunto comumente apelidado de rua. Por seu lado, quando visto como um só, o espaço público integra as fachadas exteriores dos edifícios, o pavimento e tudo o que nesses planos se encontra. Toda esta realidade, bem mais ampla, tornou-se alvo de crescente interesse.

Ao encetarmos um estudo – neste caso do espaço público –, movidos mais pela curiosidade e ainda sem uma dúvida maior como ponto de partida, todos os elementos ou características que forem encontrados, por não terem desde logo termo de comparação, irão por certo surpreender. No início, alguns poderão não ser anotados, quer por parecer constante a sua presença, quer por raridade ou desconhecimento sobre seu uso e significado. É um risco e uma responsabilidade. Se algum dado não for valorizado e acabar por ser destruído, poderemos perder a memória do que, talvez, melhor resposta pudesse dar sobre certas características ou particularidades do objecto estudado. Se, pelo contrário, desde o primeiro momento houver a percepção de que pertence a um conjunto mais vasto, que tem ali lugar e importância, a sua confirmação tornar-se-á a razão forte da investigação. Dará resposta para que continue a existir e a fazer parte da estrutura que lhe dá e a que dá sentido.

No caso presente, pareceu correcto partir para um universo mais vasto, de base territorial comum e com delimitação aceitável. Lagos é a cidade mais periférica da

Europa e o recanto em que se encontra tem a sua maior fronteira com “o mar sem fim” (PESSOA, 1934:54). À partida, poderia ser comparada com outras cidades com origem igualmente remota, onde as primeiras populações se fixaram também junto à costa e até onde os rios eram navegáveis (ARRUDA, 1999:23), por exemplo, com Portimão, Silves, Faro e Tavira. Então, o estudo seria das cinco cidades que o Algarve tinha até 1985. Ou poderia abranger apenas a parcela do Algarve com que Lagos tem mais afinidade: a cidade de Portimão e as vilas de Aljezur, Monchique e Vila do Bispo, sedes dos concelhos limítrofes. Foi esta a escolha, estendida a Silves, Lagoa e Albufeira, estas duas também já cidades, para corresponder a uma unidade geográfica mais consensual.

Foram seleccionados trinta núcleos: os centros históricos das 8 sedes de concelho – das quais 5 são cidades (Albufeira, Lagoa, Lagos, Portimão e Silves) e 3 são vilas (Aljezur, Monchique e Vila do Bispo) – e 22 povoações consideradas aldeias. Por ordem alfabética, Albufeira, Alferce, Aljezur, Almádena, Barão de São João, Barão de São Miguel, Bordeira, Budens, Burgau, Carrapateira, Casais, Espiche, Figueira (dois núcleos homónimos, em concelhos distintos), Guia, Hortas do Tabual, Lagoa, Lagos, Marmeleite, Monchique, Montes de Alvor, Paderne, Portelas, Portimão, Raposeira, São Marcos da Serra, Sargaçal, Silves, Vale de Boi e Vila do Bispo são as localidades que constam neste estudo. Para distinguir as duas povoações de nome Figueira, o povo designa uma por Figueira de Portimão e a outra – porque situada próximo do Cabo de São Vicente – por Figueira do Cabo: a terminologia que também usaremos.

Geograficamente, o objecto do estudo abarca a quase metade ocidental do Algarve, sub-região designada por Barlavento. Vai debruçar-se sobre as sedes de oito concelhos, no perímetro urbano consolidado entre os anos 20/30 e, nalguns pontos, até quase aos anos 50 do século XX. No presente trabalho, será esse o ‘centro histórico’ destas cidades e vilas, mesmo que não corresponda ao que os respectivos municípios possam designar como tal. Naquelas datas, seria atrevimento demasiado considerar toda essa zona como centro e como histórica, mesmo antevendo que bastaria deixar passar o tempo para que acabasse por mostrar-se pelo menos admissível. Agora, decorrido mais de meio século e com o incremento que entretanto

teve a construção civil e o alargamento dos perímetros urbanos (Anexos, Plantas: Perímetros urbanos das sedes de concelho), cada uma já assume essa posição de centro histórico.

Não foram apenas estas cidades e vilas que cresceram. A melhoria das vias de comunicação, a democratização do transporte particular e a criação de carreiras urbanas a ligar amiúde as aldeias às restantes localidades, proporcionaram que também elas atraíssem novos habitantes, a que as autarquias corresponderam, com a instalação de equipamentos diversos em quase todos os povoados. O gradual e demorado crescimento que se verificou nestas oito sedes de concelho e que configurou toda a área que, neste estudo, é designada por centro histórico, ocorreu também nas restantes localidades. Nas últimas quatro décadas do século XX, principalmente a partir de 1975, cresceram bem mais depressa e, por via disso, muitas foram elevadas à categoria de vilas, principalmente de 1988 para cá. Noutras – mesmo sedes de freguesia – a evolução foi mais lenta, continuam aldeias e mantêm muito daquilo que nelas nos habituámos a ver. Por essa razão, só estas serão consideradas neste estudo.

Muitas cidades germinaram e consolidaram o seu casario fora do núcleo onde se fixaram os seus primeiros habitantes (ARRUDA, 1999:23). É, no entanto, o seu núcleo actual que nos interessa. Terá começado por ser apenas lugar, depois aldeia, mais tarde elevada a vila, até chegar à importância que veio a alcançar. A dimensão e distribuição dos edifícios, a largura e traçado das ruas, até as relações de vizinhança mantidas em certas zonas antigas, são ainda testemunho desse passado.

Por isso e sem esquecer as devidas proporções, no tempo e no espaço, não será descabido imaginar, no actual ‘centro histórico’ duma cidade, a ‘aldeia’ de outrora. De certo modo, foi essa a questão colocada para justificar a inclusão, no mesmo estudo, destas duas realidades à primeira vista incomparáveis.

1.3. Objectivos

Até que ponto haverá paralelismo entre os actuais centros históricos – no pressuposto de que correspondem a antigas aldeias – e os aglomerados populacionais que, quase todos em meio rural, são as aldeias dos nossos dias, foi o tema escolhido como base de investigação. O facto de aqueles terem, por vontade do homem e pelo decurso do tempo, sido necessariamente objecto de diversas modificações, e estas, geralmente de formação mais recente e mais conservadoras na sua forma e funções, manterem ainda muito da sua pureza inicial, perspectivava, desde logo, não estarmos perante tarefa simples. A ser possível estabelecer uma relação, deveria ser antes pelas diferenças, pois, à partida, não parece que uma aldeia e um centro histórico sejam realidades comparáveis.

No entanto, todos os aglomerados urbanos ou parte deles – também as aldeias e os conjuntos aqui designados por centros históricos – têm muito em comum e apenas em dimensão, diversidade e imagem se diferenciam. Ainda que duas localidades houvessem nascido de um projecto único e sido implantadas em terrenos morfologicamente idênticos, pela sua dimensão antropológica (FADIGAS, 1993:7), em cada uma gerar-se-iam diferentes relações económicas e culturais, que depressa as tornariam distintas, tal como também o são os seus habitantes e as actividades que desenvolvem.

Com formação e desenvolvimento diversos, na génese, no tempo e no espaço, o conjunto de núcleos seleccionados – cada centro histórico e a quase totalidade das aldeias –, revelava-se susceptível de, em quantidade e diversidade, cobrir com razoável rigor o universo pretendido. No entanto, à partida, poderá parecer ilógico e insusceptível de tirar conclusões, tomar diferentes aglomerados urbanos – uns no seu todo e doutros só parte – e incluí-los no mesmo estudo. Não é, porém, nem inovador este tipo de investigação, nem, no caso, se encontra fora da realidade. Já antes e até há bem pouco tempo, o dia-a-dia de muitos habitantes de um bairro numa cidade grande, como Lisboa, se processava com a mesma tranquilidade da vida numa aldeia. Para alguns moradores, principalmente os mais idosos e de condição mais humilde,

ainda continuará a ser assim, já que, por haver no seu bairro e à volta de sua casa, tudo de que precisam, não sentem necessidade de ir até mais longe.

Por outro lado, no todo ou em parte, cada território urbano é composto por espaços de circulação e de permanência, casas e quarteirões, equipamento vário e por zonas verdes ou entendidas como tal à luz da Carta de Atenas de 1933. Todos estes elementos constitutivos de um espaço urbano, reunidos em maior ou menor quantidade e diversidade, são comuns às cidades, às vilas, às aldeias e até a alguns lugares isolados.

Conhecido em pormenor cada espaço, suas dimensões, enquadramento e conteúdo e tomados esses valores, no conjunto e comparativamente, tornar-se-ia possível encontrar uma melhor identificação do núcleo a que pertence e, bem assim, do que em comum possui com as demais aldeias ou com os restantes centros históricos. Por extensão, isso deveria permitir a tentativa de caracterização do espaço público nesta porção de território que é o Barlavento algarvio.

1.4. Metodologia

A escolha do Barlavento Algarvio como área do estudo teve também por razão ser esta a nossa terra natal – mais nossa, a que melhor conhecemos e de que mais gostamos (BARBOSA, Pedro, 1998:25) – e pretendermos prestar-lhe um contributo, no sentido da valorização do seu património. Quanto ao factor temporal, houve a intenção de fazer uma leitura de vários elementos num único momento, o começo do século XXI, período em que se situou o início e o termo da investigação. Embora estes dois factos retirem a necessária distância para uma análise mais objectiva de todos os dados recolhidos, permitiria, no entanto, observar tudo muito em pormenor e voltar a cada local, para desfazer qualquer dúvida, no momento de analisar esses dados.

Contribuiu ainda para as escolhas referidas o facto de a autora da presente dissertação ter trabalhado sobre o tema “aldeia”, integrada no Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias do Barlavento, entre 2005 e 2006 – até ao último ano de existência

desse gabinete –, bem como na CCDR, num programa no âmbito da “animação do mundo rural”. Os temas “fachada” e “centro histórico” e, ainda, a regulamentação, municipal, mas não só, relativa aos espaços urbanos, já haviam sido anteriormente trabalhados, na qualidade de técnica na administração local, na Câmara Municipal de Moura, entre os anos 2001 e 2004 e, desde logo, houve acrescido interesse por estas matérias tão importantes no planeamento do território e na salvaguarda do património.

Já na altura em que foi estudada “a evolução das fachadas no Centro Histórico de Lagos (na 2ª metade do séc. XX)”, nos interessavam, quer as fachadas, então protagonistas dos espaços em que nos movemos fora de nossas casas, quer todo o centro histórico da cidade. No limite, “do mesmo modo que todos os ambientes fazem parte da natureza, também todos os objectos são históricos – todos existiram previamente, todos estiveram relacionados com alguns acontecimentos e pessoas e, portanto, todos têm um significado histórico” (LYNCH, 1999:245). Não obstante, foi nossa intenção estudar núcleos com mais antiguidade. Para encontrá-los, foi usada como fonte a “Carta Corográfica de Portugal”, datada de 1884. Depois, para obter alguma leitura do seu crescimento ou expansão, foi também possível recorrer à cartografia do Instituto Geográfico Português, referente às décadas de 20-30, e ao Instituto Geográfico do Exército que, no caso do Algarve, possui disponíveis levantamentos do território datados das décadas de 50, 70 e 90 do século XX.

De cada núcleo a estudar, seria considerada uma primeira e maior área, que abrange também os acessos, até onde, geralmente nos dois lados da rua ou da estrada, o casario mantém unidade; uma outra sem acessos nem becos exteriores, correspondente ao percurso envolvente do núcleo, medida pelo lado de dentro e pelo de fora desse conjunto de artérias (QUADRO 013); e, por fim, a de um grupo restrito de quarteirões que, pelas suas características, poderá corresponder à zona mais antiga desse aglomerado (QUADRO 020). Estes valores poderão dar uma ideia da proporção entre a área de espaço público e a de espaço privado, nessa zona antiga e na zona envolvente, quer nas aldeias, quer nos centros históricos.

Passar pelas coisas com intenção de melhor conhecê-las faz aumentar a nossa sensibilidade para aspectos que geralmente não são notados. Assim, pela prática e no contacto directo, começariam a emergir diversas questões. Havia, no entanto, que fazer prévio trabalho de casa, com uma primeira selecção dos aglomerados e a criação de fichas para recolha de dados. Antes de ir para o campo, foram preparadas essas fichas individuais – uma para cada espaço, já com a respectiva planta – e depois foram acrescentadas outras, para travessas, becos e recantos de que só houve percepção no local. Nem todos os espaços dispõem de designação toponímica e, de qualquer forma, seria necessário atribuir-lhes um número de referência, capaz de rapidamente identificá-los.

Assim, cada porção global de território urbano – quer se tratasse de centro histórico ou de aldeia – foi classificada como ‘núcleo’ e recebeu três dígitos: o primeiro correspondente ao município; o segundo à freguesia desse município; o terceiro à localidade dessa freguesia (QUADRO 001). Facilitou o facto de serem oito os municípios, todos terem menos de dez freguesias e estas menos de dez localidades. Depois, cada espaço de livre circulação e fruição, aberto e acessível a qualquer hora e, pelas suas características específicas, susceptível de ser individualizado, passou a ser a unidade mínima a estudar e recebeu mais dois dígitos, ordenados por núcleo. Partira-se do princípio de que, em cada localidade, o número de espaços não atingiria a centena. Por fim, a cada ‘espaço’ ficaram a corresponder cinco dígitos.

Em Lagos, na altura com duas freguesias urbanas, as artérias que fizessem estrema ou tivessem início numa freguesia e termo na outra, o dígito da freguesia seria “0”. Em Portimão e em Silves, cujo total de espaços viria a ultrapassar a centena, o excesso teve também “0” como terceiro dígito. Na indicação do início e fim de cada espaço, sempre que fosse uma estrada ou caminho que se prolongasse para além do núcleo, os dois últimos dígitos seriam “00” e, quando fosse beco, impasse ou recanto, “99”. Ao todo, foram individualizados 2149 espaços (QUADRO 016).

No terreno, foram tiradas cerca de 150.000 fotografias: de fachadas, planos de conjunto e de pormenor, equipamento urbano, pavimentos, elementos decorativos, placas e informação vária. O total de artérias percorridas nessa tarefa, que demorou

vários meses, soma um comprimento de 156.539 metros. Como foi necessário percorrer cada artéria nos dois sentidos, para fotografar as fachadas de cada lado e tomar nota de tudo o mais que existia no espaço público, a distância percorrida, só nessa primeira passagem, equivale a ter ido, a pé, de Sagres até Vila Real de Santo António (168km) e voltado.

Paralelamente, foi recolhida informação em autarquias locais: câmaras municipais e juntas de freguesia; em arquivos: Distrital de Faro, Municipal de Portimão, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, do Barreiro (onde se encontram processos de estudo liderado por Cabeça Padrão), de fotografia de Lisboa e do IGeo; em bibliotecas: municipais em Lagos, Portimão, Lagoa, Silves, Faro, da FLUL, e da FAUTL; e na internet: DGPC, ICOMOS, IGEOE, IHRU, autarquias e outros.

Depois, terá faltado um golpe de asa (SÁ-CARNEIRO, Mário, *Quase*) para tirar maior partido de toda a informação recolhida. Ressalva-se o facto de, principalmente nos quadros apresentados em anexo, ficar o registo de quase todos os elementos que, neste início do século XXI, compõem o espaço público nas aldeias e nos centros históricos do Barlavento algarvio. Será este o contributo desejado e que não conseguiu chegar mais além. As perspectivas para a valorização do património são principalmente inspiradas na vasta relação de cartas e recomendações que especialistas e entidades responsáveis têm produzido e se mostram completo e imprescindível manual para aplicação, tão imediata quanto possível, nestes trinta núcleos estudados. As sugestões acrescentadas são resultado do que sentimos, durante os meses em que decorreu a recolha dos dados, no contacto muito directo que tivemos com todo o espaço público aqui estudado.

2 – O Barlavento Algarvio

2.1. A região Algarve

João Baptista da Silva Lopes, na explicação que dirigiu à Academia Real das Ciências, para se haver proposto executar tal tarefa e para que esta aceitasse a sua “memória” do reino do Algarve, apontou o facto de aqui ter nascido e sido criado, de cedo ter conhecido os “recursos deste bello paiz” (LOPES, 1988:1). À época, país era sinónimo de terra ou região, mas também de nação ou estado (SILVA, Antonio, 1891:462). A própria Constituição de 1838 definia o território português como compreendendo, na Europa, cinco províncias, o “reino do Algarve” e as ilhas adjacentes. Antes, o Código Administrativo de 1836 referia-se aos “Reinos de Portugal e Algarves”, mas, nos de 1842 e de 1878, já aparecia a indicação de um só “Reino”, abrangendo todo o território continental. De qualquer forma, os nossos reis continuaram sendo “de Portugal e dos Algarves”, mantidos como realidades distintas, apesar de o domínio total da coroa portuguesa sobre as terras a sul estar reconhecido desde 1267, pelo tratado de Badajoz. Uma vez derrubada a monarquia, a Constituição Política de 1911 deixou de identificar cada uma das suas “porções” do território da Nação Portuguesa, limitando-se a indicar ser “o existente à data da proclamação da República”.

Administrativamente, desde há muito a divisão do território português, abrangendo todo o continente e ilhas, era feita por distritos, estando estes subdivididos em concelhos. Os então 15 concelhos do Algarve, pois a criação do de São Brás de Alportel apenas data de 1914 (QUADRO 002), pertenciam ao distrito de Faro, mas a 8ª divisão militar e a diocese continuaram a ser “do Algarve” (CAP, 1924). Ainda hoje, e antes mesmo da recente divisão do país em “regiões administrativas”, como

autarquias locais de maior dimensão (CRP, art.236), também vários organismos e serviços descentralizados são identificados pela designação regional, em vez do nome da cidade capital do distrito, como normalmente acontecia no resto do país. Por outro lado e essa é situação única, sempre houve total coincidência nos limites do território do Algarve, quer na anterior divisão administrativa correspondente ao distrito de Faro, quer na designação regional de “província”, reposta em 1933 (CPRP, art.125) e entretanto abandonada.

À data em que foi iniciado este trabalho, o território dos agora 16 concelhos algarvios dividia-se em 84 freguesias: 20 em sedes de concelho e as restantes com sede noutras localidades. Após a reorganização administrativa imposta pela Lei 11-A/2013, de 28 de Janeiro, as cidades com duas freguesias urbanas viram-nas unificadas, com excepção de Loulé, e só os municípios que não dispunham de mais de quatro freguesias não sofreram qualquer alteração. No total, o Algarve ficou reduzido a 66 freguesias, das quais 34 no Sotavento e 32 no Barlavento. Esta alteração não teve qualquer influência no estatuto de cada localidade, continuando a região a ter 11 cidades e 31 vilas. No entanto, as vilas Fuseta, Carvoeiro, Parchal e Pêra, bem como mais dez aldeias, deixaram de ser sede de freguesia (QUADRO 003).

A escolha da área territorial sobre a qual deveria incidir o presente estudo ocorreu antes de ter sido levada a cabo esta “obrigação de reorganização administrativa do território das freguesias”, prosseguindo os “objectivos” enumerados na Lei 22/2012, de 30 de Maio, que a antecedeu. A união de algumas dessas autarquias com menor poder local, que são as freguesias, abrangeu, dentre as que havíamos seleccionado, Lagoa, Lagos, Barão de S. João, Vila do Bispo e Raposeira. Porém, por não ter alterado o território de cada município e por estar em apreciação o espaço público dos aglomerados urbanos, não teve qualquer influência na análise dos dados já recolhidos. O Barlavento que se pretende mostrar a partir de uma passagem pelas aldeias e pelos centros históricos dos oito municípios mais ocidentais do Algarve, sem recuar às suas origens e com observação apenas do que, neste momento, neles podemos encontrar, de imediato não revelará o sentimento e as capacidades de cada uma dessas localidades, mas não deixará de mostrar a sua face.

Em 1976, o GAPA – que havia sido criado no ano anterior, absorvendo todas as competências de planeamento regional até aí distribuídas por vários organismos e viria a ser extinto cinco anos depois – publicou “O Algarve Oriental”, um desenvolvido estudo de Carminda Cavaco sobre as vilas, o campo e o mar nos concelhos mais perto de Espanha, mas com dados e análise sobre toda a região algarvia. Apresentando-se como resumo de toda a realidade então conhecida, este estudo deveria ser tido em conta nos vários instrumentos de planeamento que os municípios teriam de encetar e tornando-se também um precioso ponto de partida para os vários trabalhos académicos produzidos de então para cá.

Já antes, no início do século XX, entre 1905 e 1913, Ataíde de Oliveira havia publicado um conjunto de obras monográficas sobre algumas das principais localidades sede de freguesia, as hoje cidades e então vilas de Loulé, Olhão da Restauração e Vila Real de Santo António, as actuais vilas e ao tempo aldeias Algez, Alvor, S. Bartolomeu de Messines, Estômbar, Porches e Luz de Tavira e as ainda aldeias Paderne e Estoi; em 1908, coube a Paulo Rocha editar a monografia de Lagos. Vários outros trabalhos sobre esta região, desde o manuscrito da *Chorographia do Reyno do Algarve*, de Frei João de São José, de 1577, à *Corografia do Reino do Algarve*, de Silva Lopes, de 1841, e às *Antiguidades Monumentais do Algarve*, de Estácio da Veiga, publicadas em três volumes, entre 1886 e 1889. Principalmente os últimos, pelo seu pioneirismo (MESQUITA, 2006), vêm sendo de consulta obrigatória e citados por quem se tem dedicado ao estudo de particularidades ou parcelas deste território.

Depois de 1974, com o desenvolvimento do poder local, com a criação da Universidade do Algarve, com a descentralização de departamentos de planeamento e de cultura; e, principalmente, com o apoio da CCDR, das autarquias locais, de algum mecenato e com a oportunidade que adveio pelo facto de Faro ter sido a capital nacional da cultura, em 2005, muitas outras localidades viram também publicadas as suas monografias. Outros estudos de interesse local e os vários boletins e revistas culturais que aquelas entidades vinham editando proporcionaram igualmente a divulgação dos muitos estudos entretanto produzidos por um número cada vez maior de investigadores.

2.2. Limites e subdivisões

Banhado a sul e poente pelo Atlântico, separado de Espanha pelo Rio Guadiana e do Alentejo pelas ribeiras de Odeceixe e do Vascão e pelas serras de Monchique e do Caldeirão, o Algarve, no seu todo, assume-se assim como uma região bem distinta do restante território continental. Retirado do mapa e posto “em pé”, na configuração e no seu contacto com o mar, o Algarve lembra o território de Portugal (GASPAR, 1993 cit. FERNANDES e JANEIRO, 2005:8). Estendendo-se de Este a Oeste numa distância de 178 Km e constituindo uma estreita faixa de terreno (FEIO, 1983:107) com cerca de cinco mil quilómetros quadrados, o Algarve pode, apesar de não ser grande a sua área, subdividir-se em dois, em longitude, e em três, em latitude. No entanto, de Sul para Norte, autores há que optam pela divisão em duas sub-regiões naturais, o Litoral e o Barrocal (FEIO, 1983:111), pois “o povo só conhece pelo nome de Algarve a orla do maciço antigo, e dá ao resto a designação de *Serra*, um mar de cerros de xisto que sobe a mais de 500 metros” (RIBEIRO, Orlando, 1945:233-234). Será também essa a razão por que as populações de Aljezur, Monchique, São Marcos e restantes localidades serranas, quando descem até às terras mais junto à orla meridional, costumam dizer que vão “ao Algarve”.

Terá sido por constatar que a orografia parece “montículos de toupeira” (CAVACO, 1976:14), por verificar que o monte, pela sua posição e organização, se assume como um centro privilegiado na paisagem (COSTA, Miguel, 2008:323-324), de ambos os lados das ribeiras de Odeceixe, Odelouca e Vascão, e que as serras se mantêm iguais por larga distância, dentro e fora do Algarve, que Barros Gomes (1878: *Carta Orographica e Regional e Carta Xylographica*, cit. CAVACO, 1976) considerou dever este território prolongar-se até parte dos concelhos de Odemira, Ourique e Almodôvar. Este extremo norte, partindo da Zambujeira e passando por S. Teotónio, rio Mira e pelo termo de Mértola até atingir o Guadiana, seria designado por Alto Algarve (GOUVEIA, 1938:21). Para sul, ficariam o Algarve Calcário, a englobar o território norte de Loulé a Tavira e a confrontar imediatamente com a serra nos

restantes concelhos; e o Baixo Algarve, a acompanhar toda a costa, com uma distância mínima de 5 Km para o interior, que chega todavia a estender-se por mais de 25 Km, entre Albufeira e Sagres.

Mesmo tomando apenas a porção voltada para sul, a Serra ocupa uma faixa que representa mais de metade do território algarvio, mas, pela dificuldade de acessos e escassez de solo arável, é a menos povoada. De constituição calcária e xistosa e com cobertura vegetal espontânea (esteva, medronheiro e também sobreiro e alfarrobeira), esta faixa estende-se a uma altitude que geralmente não vai além dos 600m, com duas cotas máximas, na Picota (774m) e na Fóia (902m), ambas na serra de Monchique. Aqui aflora um maciço de sienito e, por ser uma zona com nascentes de água e mais húmida, possui uma arborização mais densa e mais rica, com destaque para o castanheiro, com frequência também da oliveira, dos socalcos cultivados e dos pequenos pomares de citrinos e macieiras.

Segue-se uma faixa intermédia, estreita nos extremos e com uma largura que, mais ao centro, pode chegar a três léguas e é quase toda de pedra calcária e “terra forte, negra e barrenta” (LOPES, 1998:21), vastas extensões de charneca mediterrânica e possibilidades agrícolas modestas (CAVACO, 1976:18). Tradicionalmente, as parcelas de terreno encontram-se cercadas pelas pedras delas arrancadas para torná-las aráveis, dando a esta subdivisão territorial, chamada Barrocal, uma fisionomia muito particular, talvez a mais característica da paisagem rural algarvia. O despontar e o evoluir da actividade turística e da construção civil e a consequente necessidade de nelas ocupar toda a mão-de-obra disponível, começaram a atrair boa parte da população para empregos junto à beira-mar, mais bem pagos e menos dependentes dos caprichos da natureza, embora quase sempre também sazonais. O valor dos produtos agrícolas não acompanhou o constante aumento no custo da sua produção, a pouco e pouco só o pessoal mais idoso foi ficando agarrado à terra e a especulação imobiliária também teve a sua quota-parte no abandono a que, no último meio-século, foi votada a maioria desses terrenos. As culturas tornaram-se cada vez mais escassas e, por vezes, até as alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras e oliveiras deixaram de ser tratadas e os frutos ficam nas árvores, por falta de quem os apanhe e por sair mais

caro pagar a quem o faça do que o preço de venda. No entanto, quando aqui se vivia quase exclusivamente do que o campo produzia e do que o mar nos dava, todos estes terrenos eram cultivados, assegurando a subsistência de quem neles trabalhava e a maior parte do rendimento das mais abastadas famílias locais. Por isso, é no Barrocal que se distribui grande parte das povoações rurais (Anexos, Mapas: A Serra, o Barrocal e o Litoral).

Uma última faixa, que raramente excede uma légua para o interior e se estende ao longo de toda a costa meridional – por isso, mais sujeita aos efeitos da maresia, quer nas condições climáticas, quer nas águas subterrâneas salobras de que dispõe – sempre foi agricolamente menos aproveitada. Desse modo, quando o mar se mostrava menos acolhedor e porque então eram escassos os meios para conservação dos alimentos que pouco sobravam do dia-a-dia, o campo à sua volta também pouco servia de alternativa às populações locais. Por isso, numa região que nunca foi rica, era nas localidades mais dependentes da faina marítima que, no inverno, mais gritante se revelava a pobreza. O desenvolvimento do turismo e a procura de sol e praia vieram alterar radicalmente a fisionomia dos seus aglomerados piscatórios, que cresceram rapidamente, também em altura, nas últimas décadas, para dar resposta a uma nova realidade, de que o Litoral se tornou maioritariamente dependente, sendo hoje a faixa mais densamente povoada. O caso mais evidente é Quarteira, uma aldeia de pescadores que, até 1925, estava integrada no território de uma das freguesias urbanas de Loulé e que, pelo crescimento registado no último quartel do século passado, em 1984 foi elevada a vila e em 1999 a cidade. Outras situações dignas de registo ocorreram em Lagoa e em Portimão, onde, nos últimos cem anos, as sedes de concelho foram elevadas a cidade e todas as sedes de freguesia passaram a vila (QUADRO 002).

Além desta divisão geológica e socialmente justificada, referida por diversos autores (LOPES 1988:21; MAGALHÃES, 1970:39; CAVACO, 1976:15; MALOBBIA, 2009:41), outra diferenciação é apontada, principalmente na faixa litoral: distingue o Barlavento, que significa de onde sopra o vento (VASCONCELLOS, 1997:634) e fica a poente, e o Sotavento, para onde sopra o vento, a nascente. Menos perceptível no

campo do que na beira-mar, esta dicotomia, inicialmente usada principalmente pelos mareantes e pelas famílias de pescadores, foi sendo gradualmente aceite também como divisão geográfica, por coincidir com dois diferentes tipos morfológicos de costa (CARDO, 2000:14). Se, no interior, o Barlavento e o Sotavento não apresentam diferenças muito significativas, principalmente na Serra e no Barrocal, no Litoral e mais junto ao mar tudo é diferente: Albufeira assume-se como ponta oriental de uma orla maioritariamente talhada em arribas rochosas, que vem de para lá de Odeceixe, onde é chamada de costa norte, tem a sua maior evidência no cabo de S. Vicente e no promontório de Sagres e vai perdendo altura e densidade, até ficar meio barrenta e arenosa e passar a ser toda ela areal, a partir de Quarteira.

A estender-se pelo barrocal e serra acima, a fronteira entre estas duas sub-regiões longitudinais algarvias pode, em parte, ser feita pela depressão existente entre S. Bartolomeu de Messines e São Marcos da Serra (CAVACO, 1976:13), desce depois até ao litoral por um dos acidentes tectónicos importantes, caso do vale da Ribeira de Algibre (GOMES e FERREIRA, 2005:19), no ponto em que esta roda para SE até se encontrar com a Ribeira de Quarteira, a justificar os limites desta subdivisão nos concelhos de Silves e Albufeira e nos de Loulé e Faro. Quase se equivalem em dimensão e têm igual número de municípios – nesta divisão, oito para cada lado. A linha de caminho-de-ferro e agora também a auto-estrada – ambas vias principais de ligação a Lisboa, para o interior e norte – de certo modo ajudam a fortalecer esta actual noção de divisão do Algarve em duas porções distintas. Sendo mais geográfica que morfológica, esta distinção entre Barlavento e Sotavento fica mais sujeita a critérios subjectivos ou de circunstância e, por isso, tem merecido menos unanimidade do que a divisão em Litoral, Barrocal e Serra. É principalmente na linha divisória que mais divergem os autores: há os que consideram dever o Barlavento incluir também Faro e os que defendem a existência de uma terceira sub-região Central, que abrangeria todo o território entre Albufeira e Tavira, com terrenos mais propícios ao cultivo dos primores e como tal distinguida principalmente por agrónomos (CAVACO, 1976:16). Trata-se, no entanto, de matéria discutida mais pelos não geógrafos, com os

limites a variarem principalmente por razões circunstanciais, umas vezes administrativas, outras quase sentimentais.

Quando, pelo Decreto-lei nº 27061, de 31 de Outubro de 1936, foram criadas as Juntas Autónomas dos Portos do Sotavento e do Barlavento, a primeira ficou com atribuições nos portos de Faro-Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António e a segunda nos de Portimão e Lagos, tal como, no ano anterior, já haviam sido agrupados. A sua jurisdição e influência, hoje sob a autoridade das respectivas capitánias, estendia-se da foz do rio Guadiana até à da ribeira de Quarteira e desta até à da ribeira de Seixe, pertencendo a orla marítima de Albufeira à capitania do porto de Portimão. No entanto, fora da linha da costa, por não haver uma distinção nítida, as designações Sotavento e Barlavento surgem principalmente em serviços e actividades sedeados nos concelhos mais nos extremos do Algarve. Tem sido o caso dos três órgãos de comunicação social que adoptaram por título os nomes destas duas sub-regiões: “O Barlavento”, publicado só em 1923/24, em Lagos, definia-se como regionalista e tinha secções em Monchique, Lagoa e Silves; e o mais recente “Barlavento”, publica-se desde 1975, tem dimensão regional e a sua redacção em Portimão. No outro lado, “O Sotavento”, editado também em 1923, apresentava-se como “defensor dos interesses dos concelhos de Castro Marim, Vila Real de Santo António e Alcoutim” (MESQUITA, 1989, Vol 2:589). Mais recentemente, integrados num Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve, foram criados, e entretanto extintos, dois GTAA: o do Barlavento, em Silves, depois transferido para Faro, que abrangia também aldeias deste concelho e de Loulé; e o do Sotavento, em Tavira, de apoio a aldeias dos quatro concelhos desse extremo Oriental.

Neste momento e, para isso muito tem contribuído a informação turística – mais preocupada com o que possa motivar os visitantes e menos com o rigor histórico e geográfico daquilo que lhes narra –, diz-se e é comumente aceite que o Barlavento é todo o território que vai desde a chamada costa norte, hoje conhecida por Costa Vicentina, até ao extremo oriental do município de Albufeira, território caracterizado pela sua orla alcantilada e recortada pela força da água do mar, que forma caprichosas rochas e grutas, entremeadas por pequenas praias de areias douradas. Constitui o

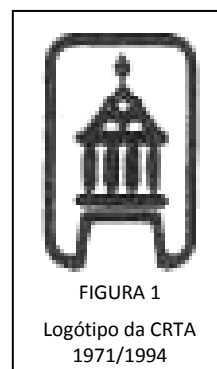
recanto mais periférico e mais sudoeste da Europa e, mesmo sendo todo banhado pelo Oceano Atlântico, tem clima e características mediterrânicas, que o diferenciam do restante território continental. Dispõe agora de ligação com o resto de Portugal por duas vias terrestres, a N-120 e o IC-1, além da nova auto-estrada e da via-férrea, a partir de Tunes, mas, durante muitos séculos, foi difícil e perigosa a travessia da serra, a ponto de se tornar mais segura a viagem através do mar, também ele nem sempre de confiança, principalmente para norte da ponta de Sagres. Pouco se fala do Algarve Central, que corresponde ao triângulo das cidades Loulé-Faro-Olhão (COSTA e BATISTA, 2011:9); e o termo Sotavento, ou Algarve Oriental, volta a ter mais significado de Tavira até ao Guadiana.

Durante longo período fechado sobre si mesmo, confinado a um isolamento físico e humano quase insular (FREITAS, 2010:215), a que esteve votado até ao início do século XX, o Algarve teve contacto com o mundo no tempo dos descobrimentos e voltou a tê-lo nestes dois últimos séculos: desde o início do século passado, através da exportação das conservas de peixe e dos frutos secos; e, após os anos 60, também através dos emigrantes que em grande número partiram principalmente para França e Alemanha. Depois foi a vez de, vindos primeiro de França e a seguir do Reino Unido, da Alemanha, da Holanda e de outras paragens, começarem também a chegar turistas a estas terras do sul (MATTOSO, DAVEAU e BELO, 2011:648,678). Sagres e o Cabo de São Vicente, pontos extremos do Barlavento e da Europa, onde o pôr-do-sol assume uma mística muito especial, além da sua relação com a empresa dos descobrimentos, tornaram-se, depois de Fátima, os locais mais visitados de Portugal. Pelo caminho, as pacatas cidades e aldeias algarvias, as praias de águas calmas, os campos onde se praticava uma agricultura ainda primitiva e, principalmente, o sol a brilhar quase todos os dias do ano, suscitaram o interesse de visitantes e reformados desses países, muitos dos quais optaram por aqui ficar ou adquirir residência de férias.

2.3. O Barlavento: traços e desenvolvimento

A importância adquirida pelo municipalismo depois de 1974 e o estímulo dado para aquisição de habitação própria, durante as três décadas seguintes, tiveram também grande impacto na dinâmica e crescimento da generalidade das localidades e na criação de bairros periféricos, que, nalguns casos, quase as envolveram totalmente. O fenómeno foi geral por todo o Algarve e no resto do país, sempre em redor dos principais centros urbanos, que cresceram na razão directa do esvaziamento que, ao mesmo tempo, se foi verificando no meio rural. O Barlavento, geograficamente afastado do resto do mundo e tradicionalmente mais apegado às suas próprias limitações do que influenciado pelo exterior, foi mantendo grande parte dos seus traços arquitectónicos e ambientais, embora menos acentuados do que no Sotavento, mais rico em açoteias, chaminés, platibandas decoradas e outros elementos apontados como característicos da casa típica algarvia.

A chaminé, que no Algarve excede a sua função e passa a assumir uma dimensão estética e exterior (DIAS e BRISSOS, 1994:6), tem o seu exemplar datado mais antigo, com duzentos anos, na vila de Porches. Tornou-se símbolo de toda a região, ao ponto de a Comissão Regional de Turismo do Algarve ter usado uma chaminé no seu logótipo (FIGURA 1). Mesmo hoje, raro é o proprietário de uma moradia unifamiliar, no campo, à beira-mar ou num aglomerado urbano, que não procure encimá-la por uma vistosa chaminé, agora em cimento e de confecção industrial, bem diferente das que os pedreiros dantes executavam, e tinham por “indispensável que o seu ornamento principal seja telha e ladrilho” (FORMOSINHO, 1945), dando-lhes o aspecto artesanal e único de que tanto se orgulhavam. Quanto à platibanda, destina-se essencialmente a aumentar cerca de um metro a altura da fachada principal das casas térreas, para lhe imprimir “mais imponência e significado social” (FERNANDES e JANEIRO, 2008:49) e garantir-lhe



igualmente estatuto e ainda mais visibilidade, entre as demais casas, de construção mais simples, baixas e geralmente caiadas apenas de branco. Aparece pouco no Barlavento, mas é muito variada e por vezes rica por todo o Algarve Central e no Sotavento. Na generalidade das construções, a arquitectura local apresenta, como características dominantes, a tendência para uma escala humana, utilização de materiais frágeis, simplicidade de composição e, ao mesmo tempo, abertura a valores eruditos e alguma preocupação pela decoração dos vãos, com perfeita integração na geografia, assumindo-se ela própria como espelho da civilização algarvia (CORREIA, 1989:136,146).

Tal como em toda a parte, também no Algarve a principal mudança na fisionomia dos aglomerados urbanos resulta da construção em altura nas áreas de expansão e, nas zonas antigas, da substituição de prédios que vão ficando em ruína por outros de maior dimensão. No espaço rural, junto à costa e nas aldeias, onde qualquer transformação é facilmente notada, ao contrário do que ocorre noutras regiões do país, não foi o emigrante regressado que mudou a imagem da casa actual, mas antes o residente estrangeiro com habitação própria. Tendo por principal preocupação gozar ao máximo as horas de sol e quase sempre já sem actividade que recomende destinar uma parte da casa a outro fim, o projecto da nova habitação algarvia desenvolve-se maioritariamente em dois pisos, um para viver o dia e outro para descansar à noite, privilegiando os vãos rasgados e os terraços de onde sobressaem as chaminés. Em certa medida, este novo tipo de construção veio ocupar o lugar dos “chalets” que, cerca de um século atrás, as novas classes possidentes haviam construído, também como “casa nova ou de veraneio” (FERNANDES e JANEIRO, 2008:99).

Estas novas unidades de habitação duma burguesia urbana, que deste modo se diferencia num tecido social mais pobre e rural, acabam por introduzir também uma significativa substituição na tradicional casa algarvia, comum nas aldeias e nos centros de maior dimensão e que se tornara característica na sua “estrutura antropomórfica: Fachada (cara), Casa de fora, Quartos, Cozinha e Quintal a fazer de cauda” (DIAS e BRISSOS, 1994:13). Mesmo quando mais larga e de configuração diferente, os vãos da fachada deixavam antever muito do interior das casas, habitualmente de linhas rectas.

A nova moradia passou a adoptar também volumes arredondados e planos verticais essencialmente decorativos, tornando agora difícil uma leitura de intenções que, até aqui, se mostravam claras. Ao mesmo tempo, o quintal passou a envolver a moradia ou, quando a construção é em banda, a repartir-se pela traseira e pela frente do lote, ficando as fachadas afastadas da rua e quebrando-se o anterior contacto público-privado que cimentava as relações de vizinhança.

2.4. Urbano/rural e condicionamentos

A realidade voltou a ser diferente desde final do século passado. Enquanto a maioria da população continua a fixar-se nas cidades e em seus bairros periféricos, mais perto dos empregos, das escolas e da quase totalidade dos serviços, outros pretendem fugir da agitação e regressar ao encontro da natureza, contrariando uma tendência que se tornara normal. O legislador reagiu, tornando cada vez mais apertados os condicionalismos à construção de moradias fora dos aglomerados populacionais e, actualmente, os instrumentos de planeamento urbanístico apenas permitem novas edificações em terrenos de grandes dimensões ou a reconstrução e ligeira ampliação de casas já existentes.

Para o caso particular do Algarve, “considerando que a edificação dispersa promove a fragmentação da paisagem, compromete a estabilidade e as funções do território e a protecção civil”, as opções estratégicas do PROTAlgarve (vol I, 2007) apontam para a “interdição desta forma de ocupação do território”. Este plano de ordenamento propôs uma nova organização do território, de certo modo inspirada na divisão por sub-regiões aceites em estudos anteriores. Tomadas em conta as suas características biofísicas, edafo-climáticas e sócio-económicas, principalmente as transformações que o declínio das actividades económicas tradicionais e o desenvolvimento das actividades turísticas operaram nas últimas décadas, a região foi dividida em quatro unidades: Costa Vicentina, Serra, Baixo Guadiana e, entre Vila Real

de Santo António e Burgau, o Litoral Sul e Barrocal (Anexos, Mapas: Unidades territoriais).

Esta última unidade corresponde ao território algarvio que, pouco tendo em comum, concentra a maioria da população, das infra-estruturas e das actividades económicas. Por estar essencialmente dependente do turismo, tem tendência para que nele se desvaneça a anterior distinção entre Litoral e Barrocal. A médio ou longo prazo, perante a improbabilidade de se construir oceano adentro, ainda que tecnicamente possível, a saturação dos terrenos junto à costa levará a ocupação urbana a avançar necessariamente pelo interior. Então, de modo a preservar, tanto quanto possível, essas futuras zonas urbanizáveis, enquanto nas restantes unidades territoriais, a edificação isolada exige, entre outros requisitos, que se insira em prédio com uma área não inferior a 5 hectares, na do Litoral Sul e Barrocal esse mínimo eleva-se para o dobro.

A recuperação e ampliação de construções existentes permitem o regresso e a opção pelo meio rural, para fins de habitação, de interesse público, de turismo rural ou de natureza, de restauração e outras que se revelem compatíveis. No entanto, as antigas construções rurais disponíveis, quase todas já em ruína e integradas em explorações agrícolas abandonadas, também não estão ao alcance de todos e, quando recuperadas, mesmo procurando “garantir a integração paisagística nas formas e escala do relevo” PROTAlgarve (vol I, 2007), como preceitua o plano, frequentemente acarretam opções diferentes das tradicionais, quer no uso do prédio, quer na traça dos novos edifícios, com consequente alteração da imagem que anteriormente proporcionava.

As novas construções, quer se situem no meio urbano, quer no rural, terão de obedecer ao regime jurídico que no momento da aprovação do projecto vigore em todo o país, e ainda a normas regulamentares de urbanização e edificação aprovadas pelo respectivo município. Nas últimas décadas do século XX, além dos edifícios destinados a residência permanente e ao comércio local, foram aprovados e desenvolvidos nos vários municípios, principalmente por toda a faixa litoral, vários loteamentos e conjuntos turísticos. Essencialmente habitacionais ou complementares

a actividades de desporto e lazer, como é o caso do golfe, estes novos aglomerados urbanos, por não se encontrarem no nosso trajecto diário e porque muitos deles nem estão acessíveis à generalidade da população, formam um mundo à parte. Por essa razão, embora se mostre já oportuno o seu estudo, como elemento importante na evolução sócio-económica e na alteração paisagística entretanto operadas na região, trata-se de fenómeno urbanístico muito recente e de génese muito diversa dos restantes aglomerados, de crescimento evolutivo quase espontâneo.

Todo o restante crescimento urbano, destinado a servir imediatamente a população e a sua actividade económica, conforma-se com os planos directores ou de pormenor previamente publicados. Pensados em conformidade com a realidade local, esses planos são elaborados por equipas multidisciplinares, com respeito pelos planos de ordenamento de maior amplitude regional ou com o acompanhamento das várias entidades responsáveis pelos sectores da vida nacional também com competência sobre aquele território. A ocupação do solo, a densidade habitacional, a cércea, os afastamentos e até as cores aplicáveis nas fachadas estão hoje regulamentados, cabendo aos proprietários do prédio e aos arquitectos e demais técnicos do projecto a individualização de cada obra, de modo a contribuir assim para a caracterização do espaço público em que se insere.

3 – As Aldeias

3.1. Definições, papéis e mudanças

Tudo se move no tempo. Tal como as pessoas nascem, vivem e morrem e cada uma tem a sua identidade, decerto ligada ao próprio corpo, também nos aglomerados habitacionais – cidades, vilas e aldeias – a sua história se liga ao seu corpo, neste caso à geografia e demais aspectos físicos relacionados. Cada povoação se inscreve num determinado modo de vida, esfera de valores ou conduta de princípios e há sempre algo que permanece ao longo da sua existência e a identifica. Principalmente nas aldeias, que, pela lei da vida, ao longo dos tempos também se vão modificando, o local e a memória permanecem de forma mais visível e mais duradoura. Raramente há absoluto rigor no que os liga, mas o que perdura de um pequeno aglomerado urbano é sempre revelador da sua importância.

Tal como se perde no tempo o início de uma povoação, também nunca pensamos quando poderá chegar o momento em que findará. Mas, de facto, algumas deixam de albergar pessoas, ficam reduzidas a um casario que se vai arruinando e, incapazes de receber novo sopro de vida, acabam por morrer, mesmo depois de haverem subsistido durante séculos. É difícil imaginar tanto tempo, ainda mais quando se fala de uma pequena aldeia, por vezes pequena em tamanho, grande em longevidade. No entanto, é mais habitual que cresça, receba serviços que a tornem mais autónoma, seja elevada a vila e depois a cidade. Nesse caso, ocorre uma transformação total, mas, embora desapareça como aldeia e possa mesmo já nada restar do seu casario inicial, ou do espaço público de outros tempos, o local continua a viver.

Uma aldeia não vive por si só. É formada por matéria e por pessoas, não a podemos ver apenas como um objecto, um conjunto construído. Uma aldeia depende da acção humana, que a modela, que lhe dá sentido e a conduz a uma vida quase eterna ou à sua morte. As pessoas são o sangue que lhe corre nas artérias. Viva e em gradual mudança, há características que uma localidade tem e deve manter, por fazer parte da natureza, mais ainda nos nossos dias, em que tanto se fala de singularidade.

Importa, antes de mais, tentar saber o que é uma aldeia, qual a sua vocação, se uma cidade nasce sempre de uma aldeia, com a vila como passo intermédio, e se toda a aldeia aspira chegar a ser cidade. No Algarve, um conjunto compacto de casas separadas por ruas chama-se frequentemente aldeia (VASCONCELLOS, 1995:285), talvez por ser termo derivado do árabe *ad-dai'a*, que significa “pequena povoação rural, de poucos vizinhos, casas quase sempre pequenas e dispostas irregularmente” (MACHADO, José, 1996:184). À medida que quase todos os aglomerados foram crescendo, mesmo alguns dos que adquiriram jurisdição própria, ainda que dependente, como é o caso de uma freguesia, continuaram a ser aldeias, até atingirem dimensão que justifique a sua elevação a vila.

Entre 1982 e 2013 (Lei 11/82), desde que o desejasse e obedecesse a outros requisitos também quantitativos, uma povoação seria vila se tivesse um número de eleitores entre 3000 e 8000, sem haver limite máximo para ser cidade, nem mínimo para ser simples povoação. Aldeia seria “qualquer ajuntamento de casas”, como um aglomerado rural ou piscatório, sem “funções administrativas e de coordenação” (RIBEIRO, Orlando, 1991:357). Para a criação de uma nova freguesia, impunha a lei um “número de eleitores para a área da nova circunscrição não inferior a 500” e outras condições que deveriam verificar-se em todo esse território e no das freguesias de origem, mas nada para a sua sede. Assim, para ser ou continuar circunscrição administrativa, tornar-se-ia necessário ter alguma população, ainda que as suas casas não fossem habitadas, como quase acontece na Bordeira, com menos de meia centena de moradores (QUADRO 004).

Ao tomar, como requisito distintivo, a ausência das funções inerentes a uma autarquia, então as sedes de freguesia que não fossem vilas nem cidades, também não

seriam aldeias e, aparentemente, ficariam sem qualquer categoria que as caracterizasse. Ou talvez não. Como, desde o tempo da monarquia, quando se refere à categoria a atribuir-lhes – e sempre se reportando a sedes de freguesia ou de concelho –, a lei apenas fala em povoações, seria esta a categoria residual das que não fossem vila nem cidade. Seriam então aldeias os restantes aglomerados sem jurisdição sobre qualquer território. De qualquer forma, pelo menos para os algarvios e no âmbito deste trabalho, aldeias são todos os aglomerados de menor dimensão, genericamente designados também por povoações, categoria que precede a de vilas e de cidades.

Neste momento e no caso estudado do Barlavento algarvio, algumas aldeias mantêm uma ligação forte com o espaço rural à sua volta. Outras têm já uma espécie de periferia, como nas cidades, embora com diferentes concepções do espaço e de implantação. Por estes novos aspectos de crescimento e com lógicas de planeamento diversas, a aldeia deixa de ser única, global. Quando aumenta o número de habitantes e as distâncias e quando se alteram os percursos, as vivências, a sua envolvente, a relação visual, e não só, que se estabelecia com o meio rural em seu redor, sentimos que as aldeias estão a perder muito do que antes as caracterizava, talvez a deixar de ser aldeias na verdadeira acepção da palavra.

Com as mudanças significativas ocorridas nos últimos decénios, quer no modo de subsistência, quer na relação com o campo e com a agricultura, ou, quando ribeirinha, com o mar e a pesca, poderá pôr-se a dúvida se faz sentido a aldeia ir crescendo, até onde e como deverá ser esse crescimento e, no limite, se deverá continuar a haver aldeias. O dilema que hoje se coloca é mais sobre se uma aldeia deverá crescer para, com a sua quota-parte, dar resposta à falta de alojamento, ou se, pelo contrário, deverá manter-se como agora está, para não defraudar quem a procura, na expectativa de aí encontrar mais tranquilidade, paisagem, campo, silêncio, calma e paz.

Há situações em que será utópico falar, esperar e encontrar a quietude que imaginamos numa aldeia que tenha sido considerada exemplar. Face a mais moradores e a novas vizinhanças, agora que já não são todos conhecidos entre si, torna-se necessário dotar a aldeia de mais e novas infra-estruturas. Assim, enquanto

sistema, a própria aldeia muda, necessariamente. O núcleo muda e, nessa mudança, muda também a sua envolvente, nem que seja apenas em termos visuais. O centro poderá manter-se no mesmo sítio, mas o campo afasta-se do nosso horizonte, os acessos passam a ser outros, até o nascer e o pôr-do-sol se tornam diferentes. Já não são em montes ou na linha do horizonte, mas nos edifícios vizinhos, que entretanto foram ampliados ou reconstruídos e deixaram de ser térreos. Este é mais um aspecto que faz com que possa desaparecer aquela globalidade inicial, em que a aldeia emergia da paisagem e mantinha “a proximidade vital da origem, como que natureza crescendo casa, rua e largo” (MENDONÇA, Nuno, 1987:547). Ao tornar-se um maior contínuo de construção, afastando-se das áreas de cultivo e perdendo sua identidade (RIBEIRO, Luís, 2006:3), de certo modo a aldeia deixa de o ser.

De qualquer forma, porque conservam muita da simplicidade que as caracterizava e por ficar o crescimento destas localidades muito aquém do que entretanto tiveram as que hoje são vilas e cidades, continuamos a designá-las aldeias. Mas falar de aldeias, sem um enquadramento específico, levará cada um para diferentes pensamentos ou aceções do próprio termo. Como em tudo o resto, há que saber o que é que temos, o que é que queremos e o que é que está a acontecer.

Na literatura, bem como no cinema, podemos entrar em determinadas aldeias, de hoje ou do passado. Nos livros, imaginamo-las como eram anos atrás e, ao fazermos esse trabalho, recordamo-las mais a nosso modo, mais como gostaríamos que permanecessem. Mesmo que as descrições sejam muito ricas em pormenores, sempre fica muito para a nossa criatividade. Nos filmes, estamos mais limitados pelo ponto de vista oferecido pelo realizador, não temos tanta margem para imaginar. A realidade é apresentada mais em consonância com o tema ficcionado, parece mais real e, do modo como nos impressiona, permite-nos retê-la mais viva e por mais tempo. E, uma vez assimilada, passa a fazer parte da nossa cultura. Assim, tal como noutras áreas, porque nos remetem para determinados contextos, que lemos ou vemos e dos quais dificilmente nos esquecemos, o cinema e a literatura contribuem para a formação da nossa própria definição de aldeia.

Mais do que a realidade ou a imaginação é o sentir as coisas que lhes dá verdadeira dimensão. Na sua singeleza, a aldeia agiganta-se e torna-nos grandes enquanto, como Fernando Pessoa (no seu heterónimo Alberto Caeiro, *Guardador de rebanhos* VII), “da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo... / por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer, / porque eu sou do tamanho do que vejo / e não do tamanho da minha altura...”. O termo “aldeia” fica assim enriquecido em simbolismo, mas fica também cada vez mais difícil a busca de uma definição.

Sem ser esse o âmbito da reflexão, a questão, mais uma vez transversal a tudo, é que os termos variam de local para local e de tempo para tempo e, ainda que num contexto determinado, cada um vive uma sua versão. Certas referências, nomeadamente contidas em livros que tivemos em tenra idade, são por vezes as que nos ficam durante muito tempo e, a menos que haja uma experiência directa, estudada e trabalhada, essas noções não vão sendo actualizadas e a ideia que formámos inicialmente pode manter-se e, ainda que seja deficiente, pouco real, é a que nos serve pela vida fora.

3.2. Noções e características

Não raras vezes, precisamente por não se conhecerem certas realidades, temos uma noção errada e até depreciativa de aldeia, ao associá-la a coisas que podem parecer menores. Mas, ainda que o fossem, têm o seu lugar, o seu papel, a sua razão de existir, são uma peça de todo o conjunto e quem as conhece é que lhes dá valor. Daí que muitos fujam hoje das cidades e se refugiem nos pequenos e isolados aglomerados.

Temos igualmente o quase reverso da questão. Quem vive ou tem um contacto directo com uma aldeia terá um conceito forçosamente distinto daqueles que não estão nessa condição. De um lado, quem as conhece, precisamente por isso, porque aí tem menos oportunidades de trabalho, deseja sair. Do outro, uma pessoa que, ao

procurar porventura a paz e calma que não encontra na cidade, idealiza a vida numa aldeia, precisamente por nunca a ter experimentado, não se apercebe da sua real dimensão. Não pensa em certas questões, por não as conhecer, mas, uma vez a viver numa aldeia, até pode mudar de ideia.

Não são estes os argumentos habituais de quem prefere a cidade nem é esta ideia de incomodidade que a maioria das pessoas tem do meio rural. Temos as primeiras referências a aldeia logo nos livros escolares, quer nos textos que os programas da antiga escola primária colocavam nos livros únicos, quer em excertos de obras de alguns dos nossos mais conhecidos autores, nos manuais mais recentes. Associamos, depois, aldeia a uma série de acontecimentos que nos chegam, quer pelo cinema, televisão e actualmente outros meios, quer por conversas. E vamos actualizando a nossa visão de aldeia, com relatos e fotografias de recantos pitorescos, com a satisfação de, em datas especiais, voltar à terra, isto é, regressar à casa e ao convívio dos familiares mais velhos que por lá ficaram. Assim, no imaginário de muitos, a aldeia, será aquele local um tanto atrasado, ligado ao campo e associado a gente idosa, sem saber ler nem escrever. No entanto, já não é bem assim, e vários são os jovens que procuram criar empresas ou negócios, nomeadamente ligados a um turismo específico e a novas indústrias artesanais e criativas, precisamente em aldeias. Quando notícias destas actividades não tradicionais são divulgadas pelos meios de comunicação social, isso não deixa de parecer estranho à aldeia, mas, também pela novidade e pela audácia do sangue novo de alguns dos seus promotores, muitos desses projectos conseguem convencer e vingar.

Em qualquer caso, pensar em aldeia é pensar muitas vezes em: parado, isolado, campo, atrasado, velho, pequeno. Estas palavras não se baseiam em nenhum inquérito agora realizado, temo-las como noção geral, povoando o nosso imaginário, principalmente se a nossa vida sempre se processou longe do mundo rural. Mas a verdade é que cada aldeia tem uma história, indissociavelmente ligada à sua geografia, e, pelo simples facto de hoje ser mais fácil divulgar essa história, já a aldeia se nos aparece viva, próxima, urbana, actual, nova e grande. Pela razão do isolamento em que muitas se mantiveram até há pouco tempo, poderá parecer que cada aldeia é

distinta das demais. Mas não o é, necessariamente. Em causa está sempre um aglomerado feito pelos homens e para os homens. Por isso, certas características, inerentes à condição humana e à satisfação das suas necessidades, são constantes em qualquer aldeia.

Independentemente de terem semelhanças entre si e qualquer que seja o seu contexto, as aldeias podem possuir também pontos em comum com os centros e as sedes de freguesia ou de concelho a que se encontram mais directamente ligadas. Este é um dos aspectos presentes nesta investigação, uma das perguntas colocadas à partida e à qual se procurou obter algumas possíveis respostas, através de um método comparativo.

Uma aldeia é aqui entendida e trabalhada enquanto um conjunto de construções com uma relação muito próxima entre si e geralmente edificadas em meio rural. Muitos dos seus moradores trabalham no campo e esta seria uma das ocupações iniciais de todos eles. A fixação à terra teve como função principal a produção de alimentos, tornando-se por isso a agricultura a actividade económica dominante; e os modos de vida, valores e comportamentos próprios das famílias de camponeses foram-se reflectindo no tipo de paisagem, com a “conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de actividades humanas desenvolvidas” (FERRÃO, 2000:46). Ainda hoje, no mundo rural, há uma relação íntima entre as casas e o campo, logo, entre os habitantes e o meio; e também nos moradores entre si, porque se conhecem, por se tratar de um pequeno aglomerado e por serem os trabalhos quase todos ao ar livre.

O tipo de construção – e neste aspecto também será útil fazer-se comparação com o meio urbano – é mais ligado aos materiais locais e fruto de um saber fazer. No Algarve, como noutras paragens, os materiais existentes na região moldam duplamente uma aldeia. Por um lado, fazem com que se deixem para a agricultura os terrenos mais férteis e, por isso, o local da implantação seja uma consequência do solo (COSTA, Miguel, 2003:29). Por outro, por questões económicas e de transporte, utilizam-se na própria construção os materiais existentes na zona. Nestes dois aspectos, o solo conforma a aldeia e a aldeia transforma o solo.

Importa ainda quantificar certos elementos de modo a poder concluir-se sobre o que especifica e diferencia as aldeias, relativamente aos demais centros urbanos. Primeiro, a *escala* dos edifícios e dos espaços vazios: as casas são de um ou dois pisos e os espaços alargados têm menores dimensões, quase só largos, e poucas praças ou nenhuma mesmo. Depois, a *unidade* nas construções, de características geralmente semelhantes, dá-lhes, como resultado final, uma maior homogeneidade. Nessa medida, vemos a aldeia como um todo, valendo mais no seu conjunto. Além disso, com menos edifícios de uso público e com menor escala, quando os tem, a aldeia é quase toda ela residencial e tem uma vivência mais uniforme. Por fim, ligando escala e unidade, temos um terceiro aspecto, que se prende com a *diversidade* e que contribui para fortalecer os dois primeiros: prestamos maior atenção ao menor grau de pormenor, ao pitoresco e ao que é natural, o que, no conjunto, forma um todo uno que individualiza a aldeia.

No entanto, tal como na diferença entre um espaço com geometria regular e outro irregular, em que o segundo receberá melhor uma arquitectura modesta (KRIER, Léon, 1999:143), uma aldeia aceita melhor a *espontaneidade* e vive mais do *pormenor*. Apesar do chamado saber de experiência feito, que torna quase obrigatório o recurso a técnicas de construção, formas e usos passados de geração em geração e que sempre se revelaram os mais próprios para as condições geológicas e climatéricas locais, cada um procura, no acabamento, dotar a fachada de sua casa de um toque pessoal, que melhor o sirva e mais lhe granjeie o respeito dos vizinhos.

3.3. Tempos e actividades

Mesmo nas aldeias mais perto do mar, a paisagem é essencialmente rural e, mesmo no seu interior, poucos serão os espaços de onde não se vislumbre o campo. A vida dos seus habitantes também está ainda muito ligada à terra, em parte porque as primeiras construções se destinavam a abrigar quem nela trabalhava e a guardar o que era produzido. Embora o sector primário venha perdendo trabalhadores para o

secundário e ambos para o terciário, nas aldeias – e também nas sedes de concelho que ainda se mantêm vilas – essa transição continua mais lenta, com a população a manter hábitos e actividades tradicionais, que as diferenciam dos meios urbanos de maior dimensão (QUADROS 008 e 009). Outras questões inerentes às aldeias e que poderão parecer paradoxais são, por exemplo, mais unidade pela diversidade, na cércea, em avanços e recuos, em pormenores, no pitoresco e também na cor, na escala, na tipologia. Sente-se que numa aldeia há um tempo diferente, advindo de um menor movimento, por haver uma maior circulação a pé, por serem escassos os serviços e os negócios e diminutas as distâncias que os separam, e porque grande parte do dia-a-dia decorre fora do aglomerado.

Os locais de encontro associam-se geralmente aos equipamentos fundamentais e necessários à vida dos seus habitantes e, como tal, principalmente ligados à água e às tradições. Nas povoações mais pequenas, assumem um papel muito importante na vida dos seus moradores o poço, a fonte, o regato, a taberna. Quando já é maior a sua dimensão, também a venda, o mercado onde chega o peixe e a fruta, o lavadouro e as casas de banho públicas. Outros equipamentos comunitários, haverá ou não. Como principais edifícios, geralmente a aldeia tem uma igreja, com o seu adro, e uma escola, hoje desactivada. Uma ou outra tem o salão da colectividade desportiva, recreativa e cultural e, quando sede de freguesia, além das instalações da junta, tem o cemitério, por vezes um centro de dia para idosos e, quase sempre anexo, um local de atendimento médico, com funcionamento em datas certas e, muito raramente, um infantário.

As transformações sociais e a consequente divisão da propriedade fundiária, hoje com menos grandes casas agrícolas e mais pequenos proprietários, cada um com os seus equipamentos, os seus objectivos e as suas necessidades, motivaram o aparecimento de pequenas oficinas e de postos de venda, para apoiar a actividade agrícola e propiciar o desenvolvimento de uma actividade mecânica especializada, capaz de servir a população local e a das povoações vizinhas. A fixação desses novos profissionais, as novas construções para o exercício da sua actividade e para habitação própria, os novos hábitos e a oportunidade de mais comércio e maior consumo foram

também determinantes no crescimento das aldeias. A festa e a feira, até então aguardadas como pretexto para ostentar toda a capacidade local e para o reabastecimento anual daquilo que localmente não havia, passaram a ter um sentido diferente, pois parte do que proporcionavam começou a estar disponível, embora em pequena escala, nos estabelecimentos que entretanto foram surgindo para satisfazer as necessidades da população.

As facilidades de deslocação, com a melhoria das estradas e os transportes particulares mais rápidos, primeiro a bicicleta, depois a motorizada e, por fim, o automóvel, possibilitaram a procura de trabalho fora da povoação, mas com regresso diário a casa, bem como a venda dos produtos locais noutros mercados. A aldeia começa a ser mais visitada, abrem-se novas perspectivas de negócio, a contar também com os passantes e criam-se estruturas no sector da restauração e das dormidas, em pequenas unidades construídas para o efeito, ou com aproveitamento dos edifícios já existentes. Mais recentemente, com a urbanização de alguns terrenos contíguos, quase sempre por iniciativa privada, a povoação cresce em área e em capacidade habitacional. Então, para corresponder a esse crescimento, o poder autárquico dota a aldeia de importantes infra-estruturas, nos sectores da saúde, do ensino, do desporto e da recreação e, ao mesmo tempo, o tecido empresarial fortalece-se, com a abertura de agências bancárias, farmácia e outros serviços até então quase exclusivos das cidades.

Algumas destas aldeias, situadas muito perto da sede do concelho, aproveitam a pequena distância física que as separam e desenvolvem-se como bairros periféricos e, por vezes, são nelas instalados, ou mesmo ao lado, alguns serviços e espaços comerciais de maior dimensão, o que contribui para animar a restauração e algum comércio local. Terá sido o caso de Ferreiras – no concelho de Albufeira e situada num cruzamento da EN 125 com as vias de ligação do Algarve ao resto do país –, que em 1997 se tornou sede de freguesia, recebendo terrenos até então pertencentes à sede do concelho, à Guia e a Paderne.

Idêntica foi a situação do Parchal, no concelho de Lagoa, uma pequena povoação ao rés da estrada e outrora com diversas fábricas de conservas de peixe à sua volta.

Com o encerramento dessas unidades fabris, esses terrenos e vários outros deram lugar a loteamentos habitacionais. Soube então aproveitar o facto de, imediatamente do outro lado do Rio Arade, ficar a cidade de Portimão e tornou-se mais um dos seus subúrbios. Em face desse crescimento, em 1997 foi desanexada da freguesia de Estômbar e passou a sede de freguesia, para logo em 2001, ser elevada à categoria de vila. Mas em 2013, pela agregação imposta pela Lei 11-A/2013, de 28 de Janeiro, as freguesias de Estômbar e Parchal voltaram a ficar unidas, com sede na primeira.

3.4. Designações e classificação

Mesmo sem pretendermos recuar à sua origem, poderá ser difícil imaginar o momento em que certo sítio ou lugar, pelo seu crescimento, começou a ser visto como aldeia. Mas, se a aceitarmos como um aglomerado com relações de vizinhança fortes e antigas que, mesmo com autonomia administrativa, não seja ainda vila, será a elevação a essa nova categoria o seu momento final enquanto aldeia. Esta mudança de estatuto dependia não apenas de si própria e da vontade dos seus moradores, mas também de reunir certas condições e merecer a aprovação, primeiro do monarca, depois do governo e agora do parlamento.

A elevação de uma povoação a vila ou a cidade, hoje entendida apenas como público reconhecimento do seu crescimento e da dimensão da sua auto-suficiência, em mais recuados tempos da monarquia servia também para libertar os seus moradores de certas obrigações e do pagamento de alguns impostos e para conceder-lhes vários privilégios. Por depender também do capricho de reorganizações administrativas do território, nem sempre justificáveis e menos bem aceites pela população quando retiram direitos adquiridos, a manutenção do estatuto de vila é por vezes efémero. Embora seja mais normal a posterior elevação a cidade, pode uma povoação perder a categoria de vila e de sede de freguesia, por alteração da sua importância relativa a outras povoações vizinhas. Com o decorrer do tempo, algumas recuperam o estatuto anterior, como aconteceu com Alvor; em 1495 obteve a simpatia

de D. João II, veio a ser integrada no concelho de Portimão em 1773 (ANICA, 1994:29), para voltar a ser vila a partir de 1988. Também Sagres, a vila mandada construir pelo Infante D. Henrique em Terras do Cabo de São Vicente, tornada sede de freguesia em 1519 e depois concelho, integrou-se no de Vila do Bispo pela reorganização administrativa do território de 1834 e foi novamente elevada a vila em 1988.

Se a todas as localidades fosse permitido ostentar elementos heráldicos próprios, bastaria ver o seu brasão encimado por uma muralha com três torres para sabermos que de uma aldeia se tratava, já que às vilas cabem quatro e às cidades cinco. Mas como a identificação heráldica só é permitida às autarquias – no caso a municípios e freguesias –, apenas podemos indicar, como aldeias do Barlavento algarvio, as seguintes sedes de freguesia que não são vila, nem a cidade:

Município:	Aldeias sedes de freguesia:
Albufeira	Ferreiras, Guia, Olhos de Água e Paderne
Aljezur	Bordeira e Rogil
Lagos	Barão de S. João
Monchique	Alferce e Marmeleira
Silves	S. Marcos da Serra e Tunes
Vila do Bispo	Barão de S. Miguel, Budens e Raposeira

Nos municípios de Lagoa e de Portimão, as sedes de freguesia urbanas são cidades e as outras são vilas. Quanto às restantes povoações, consultadas as entidades que tratam de assuntos relacionados com aglomerados populacionais, não foram encontradas normas, nem uniformidade na denominação e nas características que nos permitam distingui-las como aldeia. Da observação dos topónimos, nos poucos casos em que aparece a palavra “Aldeia”, o facto de se chamarem assim não significa que o sejam e muito menos é identificador de factores como a sua dimensão ou a sua densidade populacional.

Quando, em 1976, foi substituído por um bairro SAAL um conjunto etnográfico de abrigos rudimentares, inicialmente em colmo, erguidos em pleno areal por famílias de pescadores, para sua habitação, Zeca Afonso cantou-o como “Aldeia da Meia-Praia”. Em 1983, o “Roteiro do Algarve” publicado pela CCR indicava, da zona do Barlavento, os seguintes topónimos: ALDEIA DO CANAVIAL (f. Sta Maria c. Lagos), ALDEIA MOURISCA (f. Porches c. Lagoa), ALDEIA NOVA (1) (f. Aljezur c. Aljezur), ALDEIA

NOVA (2) (f. Ferragudo c. Lagoa) e ALDEIA DE TUNES (f. Algôs c. Silves). Do Sotavento, também ALDEIA NOVA (3) (f. c. Vila Real de Santo António), ALDEIA DO GOLFE, ALDEIA DO MAR, ALDEIA DOS NAVEGANTES e ALDEIA DO PINHAL (Vilamoura, f. Quarteira c. Loulé), ALDEIA DE MARIM (f. Quelfes c. Olhão), ALDEIA DA TÔR (f. Querença c. Loulé) e, sem mais, ALDEIA (1) (f. Sta Bárbara de Nexe c. Faro), ALDEIA (2) (f. Cachopo c. Tavira) e ALDEIA (3) (f. Sta Catarina da Fonte do Bispo c. Tavira). No índice de localidades da Lista Telefónica (Algarve, 2003/2004), constavam ainda Aldeia das Açoteias (Albufeira), Aldeia das Sobreiras, Aldeia do Carrasco e Aldeia Nova da Boavista (Portimão) e Aldeia Ruiva (Silves). Nem todos estes aglomerados apresentam a fisionomia que imaginamos ser inerente a uma aldeia e alguns deles são de formação recente, com edificação desde logo aprovada como loteamentos turísticos. Mas outros, sem terem denominação que o sugira, tanto os moradores como os visitantes se habituaram a considerá-los como tal. Para o INE e no âmbito das operações censitárias, toda a delimitação territorial que comporte um aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, é definido como “lugar” (INE, 2011). Podendo embora pertencer a mais do que uma, estes lugares são recenseados por cada freguesia e referem-se indistintamente a cidades, vilas, aldeias e aglomerados de menor dimensão.

A designação própria do lugar quase sempre antecede a primeira edificação e, se não houver outros sítios também com nome ali por perto, poderá abranger uma maior área territorial, sem diferenciar as construções contíguas das que lhes ficam próximas. O nome por que é identificado um lugar não interessa tanto aos moradores, entre si, que sabem para que lado fica a casa de cada um, mas para quem vem de fora e, por isso, é natural que um conjunto de edifícios, ainda que dispersos, seja conhecido por uma só designação, se ficar afastado de outros aglomerados. Principalmente no Baixo Algarve, tal como aconteceu na Beira Alta e na Estremadura, “o povoamento parece resultar da combinação de formas de aglomeração e de dispersão” (RIBEIRO, Orlando, 1991:284), com povoações compactas e outras em que campos cultivados separavam grupos de habitações não contíguas. Era numa venda, num armazém que servia

produtores da região ou numa pequena oficina, junto à estrada, que ficava toda a correspondência e se cruzavam os vizinhos.

Falta uma norma que, tal como determinava para uma povoação poder ser elevada a vila e esta a cidade, aponte o que é necessário para que um aglomerado deva ser classificado como aldeia e, assim, se distinga dos outros lugares de pequena dimensão. É certo que, de forma resumida, os dicionários definem aldeia como pequena povoação que “não tem categoria de vila ou cidade” (GEPB:826) nem “jurisdição própria” (MACHADO, José, 1996:184). Porém, não olhando às funções, mas apenas à sua forma e estrutura, algumas sedes de concelhos rurais, vilas e até cidades, “não seriam mais do que aldeias, e bem modestas” (RIBEIRO, Orlando, 1991:357). Por isso, sem ter tanto em conta o que tem sido comumente aceite como definição, mas mais o que nos é dado observar no Algarve, para efeitos deste estudo, criámos o nosso próprio critério, capaz de definir também os seus limites territoriais como estrutura proto-urbana. Assim, foi estabelecido que *aldeia é uma povoação que, não sendo vila ou cidade, possui um conjunto de edificações dispostas em mais do que uma artéria, de modo que possa ser percorrida, no limite e num movimento contínuo, sem necessidade de retroceder*. Pressupõe-se que, para ser aldeia, o aglomerado terá um núcleo de quarteirões e arruamentos que o circundem.

Além destes dois requisitos quanto à delimitação territorial e a exigir que a povoação apresente uma edificação compacta e não dispersa no território, espera-se também que, se possível, as suas ruas tenham denominação toponímica e, bem mais importante, que entre a sua população se estabeleçam relações de vizinhança. Das seleccionadas, Hortas do Tabual não tem toponímia nem muitos dos elementos necessários a um agregado populacional mais autónomo, mas possui vida comunitária, igreja, fonte, pequeno jardim, cinco quarteirões, oito ruas, três travessas, um largo e quatro becos, e é vista como pequena aldeia.

Até à aprovação do Código Administrativo de 1940, a designação e classificação das povoações competia ao governo, ouvidas as corporações interessadas, o governador civil e o supremo tribunal administrativo. A partir daí, o governo passou a ouvir o governador civil e a junta de província respectivos, tendo a categoria de vilas

todas as povoações sede de concelho (CA art. 12º §1º). Por exclusão, as sedes das freguesias rurais seriam aldeias. Desde 1982 e durante trinta anos, coube à Assembleia da República legislar sobre a designação e determinação da categoria das povoações (Lei 11/82). Para uma aldeia ser elevada à categoria de vila tornou-se necessário contar com um número de eleitores, ser aglomerado populacional contínuo, superior a 3000, e possuir, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos colectivos: posto de assistência médica, farmácia, Casa do Povo, dos Pescadores, de espectáculos, centro cultural ou outras colectividades, transportes públicos colectivos, estação dos CTT, estabelecimentos comerciais e de hotelaria, estabelecimento que ministrasse escolaridade obrigatória ou agência bancária. No entanto, “importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica” poderiam justificar uma ponderação diferente daqueles requisitos (art. 14º).

Na vigência desta lei, depois de as respectivas propostas terem sido aprovadas pela Assembleia da República, foram elevadas à categoria de vila 25 povoações algarvias e 5 à de cidade (QUADRO 002). As últimas, já no presente século, foram, em 2001, Cabanas de Tavira, Luz de Tavira e Monte Gordo (no Sotavento) e Algoz, Luz, Odeceixe, Parchal, Pêra, Porches e Praia do Carvoeiro (no Barlavento), em 2003, Odiáxere e, em 2009, Bensafrim, ambas do concelho de Lagos.

O município de Lagoa – cuja sede foi elevada a cidade também em 2001, na mesma data da elevação de Parchal, Porches e Praia do Carvoeiro a vilas – a partir de então deixou de ter qualquer aldeia como sede de freguesia. Estas e as outras seis sedes de freguesia do Barlavento, embora algumas mantendo traços de ruralidade, não foram incluídas no presente estudo por já não serem aldeias. Das restantes, com a reestruturação administrativa de 2013, deixaram de ser sede de freguesia Barão de S. João e Raposeira, pela sua união às freguesias de Bensafrim e Vila do Bispo, respectivamente.

3.5. Da estagnação

Com o crescente abandono do cultivo dos campos e a fuga para as cidades das populações mais novas, quase todas as povoações rurais começaram a ficar menos populosas e a definhar economicamente. A democratização da tecnologia, resultante do abaixamento dos preços e das facilidades de aquisição de aparelhagem electrodoméstica, bem como o aumento dos meios de transporte particulares, teve início nos maiores centros urbanos. À medida que a electrificação foi chegando a toda a parte, também aos habitantes das pequenas localidades se tornou mais autónoma a vida familiar, pelo que passaram a recorrer cada vez menos às estruturas colectivas locais para preencher os momentos de lazer. O convívio que a paróquia, o rancho folclórico e o clube desportivo e recreativo dantes asseguravam, deixou de ser procurado por grande parte da população. Nuns casos, porque o seu círculo de relações se ampliou a outras terras vizinhas e à cidade onde essas pessoas passaram a trabalhar ou a estudar; noutros, por já terem em sua própria casa, a telefonia, a televisão, a música e os filmes que, até aí, era no salão comunitário que encontravam. A consequente diminuição de vitalidade dos clubes desportivos e das sociedades recreativos locais, o encerramento das Casas do Povo e de outras estruturas associativas e, por fim, o fecho das escolas foram, talvez, as principais causas da estagnação de muitas povoações rurais, ocorrida desde as últimas décadas do século passado.

A mesma estrada nova que aproxima da cidade a pequena aldeia, que fica perto, e a adopta como seu prolongamento, levando até lá novos habitantes, torna mais distantes ainda as que ficam mais afastadas, pois serve para tirar de lá a população e pouco lhes levar em troca. Após a saída dos seus antigos moradores, algumas casas, agora fechadas, abandonadas e entregues às vicissitudes do tempo, começam mais rapidamente a degradar-se e muitas entram em ruína. A falta de manutenção e de reparação destes e de outros edifícios, a utilização de alguns deles para actividades para as quais não foram construídos nem adaptados, e a descrença da população sobre o futuro que lhes está reservado, contribuem para uma crescente desvalorização

do património imobiliário local. A deterioração física do casario, o desajuste funcional motivado por práticas que não eram as tradicionais e a degradação cultural (PAULO, Luísa, 2009:1) própria de uma população envelhecida, que já nada espera para si, nem para a sua terra, conduziram ao abandono de grande parte da propriedade privada, ao consequente desinteresse das autarquias, à estagnação e até ao retrocesso dessas povoações.

Segundo dados dos Censos 2011, 83% dos edifícios destinados a habitação em S. Marcos da Serra, 66% em Casais, 55% em Vale de Boi e 52% em Alferce e nas Portelas foram construídos antes de 1970 e, datam dos últimos anos, apenas 4% em S. Marcos da Serra, 10% em Paderne, 16% em Casais, 18% na Figueira (da Vila do Bispo), 19% em Barão de S. Miguel e 20% em Marmeleiro e Vale de Boi (QUADRO 011). Estes valores não espelham o número de edifícios, em tempos habitados e hoje em ruína, que não foram recenseados, nem mostram que moradias foram construídas ou totalmente recuperadas apenas para habitação de férias, mas dão uma ideia de que é essencialmente na Serra e nas aldeias do Barrocal mais longe do Litoral que a preocupação das populações com a habitação mais se tem retraído.

O encerramento da escola, do posto médico e de outros serviços comunitários, com a alternativa dada à população do seu transporte, em autocarros normalmente municipais, até à sede de concelho, para onde quase tudo foi transferido, terá sido, pelo menos de imediato, o que mais adensou o isolamento dessas povoações. Retirou-lhes população, incluindo a que possuía mais habilitações académicas, porque professores, profissionais de saúde e funcionários administrativos, que residiam nessas povoações ou diariamente se deslocavam lá, com o encerramento daqueles serviços deixaram de poder participar no seu dia-a-dia. As crianças e os jovens, principalmente em idade escolar, trazidos de manhã para a cidade e com regresso só ao fim da tarde ou já de noite, perdem o contacto permanente com a sua terra que assim fica, durante todo o dia, praticamente deserta. Mesmo os que têm horário para regressar mais cedo, aproveitam para fazer as compras na localidade onde estudam ou trabalham e o pequeno comércio da aldeia, a que restaram como clientes apenas os idosos, de fracas posses e poucos gastos, não consegue subsistir e fecha as portas.

Na maioria das aldeias em que foi feito o levantamento para o presente estudo, eram raras as crianças, estavam presentes poucos adultos e, mesmo os mais idosos, quase só saíam para irem esperar os peixeiros, à hora da sua chegada ao mercado ou ao largo principal, regressando de imediato a casa. E assim as ruas voltavam a ficar desertas durante o resto do dia. As exceções seriam uns quantos homens, idosos, que passam o tempo junto à paragem dos autocarros, à porta da taberna ou do clube, ou num outro recanto soalheiro, sentados na cadeira que para ali haviam trazido e não nos bancos que, para seu uso, mas sem os consultar, a autarquia houvesse instalado no jardim, nas aldeias que o têm. Muitos dos parques infantis, campos de jogos e centros comunitários com auditório e biblioteca, construídos depois de 1976 em algumas povoações, estão hoje encerrados. Persiste pouco mais do que os serviços de limpeza, assegurados quase sempre por funcionários da junta de freguesia.

Nas aldeias, apesar de muitas casas terem quintal e algumas amplos logradouros, a população sente o espaço público também como seu e cuida-o devidamente. Por isso, embora o pessoal da limpeza, por regra, percorra as ruas apenas uma vez por semana, nestas localidades do Barlavento e, por certo, também nas outras, o asseio mantém-se como característica do meio rural. O sossego e o silêncio são quebrados quase só pelo apito da carrinha do vendedor ambulante, anunciando a sua chegada, o trabalhar dum tractor, um galo ou um cão fazendo-se notar. Ou, ainda, mas apenas em Marmeleite, a música do relógio da igreja, nas horas e nos quartos.

O resultado dos Censos 2011 dá-nos uma ideia mais precisa da evolução e da vivência de cada povoação (QUADROS 004-008). Estes dados referem-se à soma dos valores encontrados nas subsecções que abrangem um determinado lugar e podem incluir também algumas habitações próximas, sem corresponder inteiramente ao território considerado neste trabalho, que se cifra quase sempre apenas até onde a correnteza de casas era contínua. Estes censos visaram a obtenção de informação sobre a população, a família e a habitação, referem o número de residentes, onde e como habitam, mas não dão conta das construções em ruína, nem das que existem no interior das localidades e se destinam a outros fins. Umas e outras são espaços não habitados, mas não são espaço público nem zonas verdes, o que de certo modo falseia

os números da densidade populacional. Assim, a valores iguais registados em lugares diferentes, por certo não corresponderá a mesma realidade. Mas, quando comparados com os valores dos Censos 2001, já será mais provável que revelem as situações de estagnação nalgumas aldeias e o crescimento verificado noutras (QUADROS 005-009).

3.6. Da evolução

A fixação das populações e o aumento do número de habitações dão origem a um aglomerado populacional, que começa por ser lugar apenas com a designação que geralmente lhe é anterior, cresce e torna-se aldeia. Depois, adquire importância, chega a centro de uma porção territorial individualizada como freguesia e tem como etapa seguinte a elevação a vila. Este é o percurso normal. O momento em que foi construída a primeira casa e em que outras foram surgindo muito perto é determinante, pois não pode evoluir aquilo que ainda não existe. Não será, no entanto, necessário recuarmos aos motivos que originaram as primeiras construções e as seguintes, até o lugar adquirir vida própria e com alguma independência, sempre relativa, porque os seus habitantes não produzem só para si, nem consomem apenas o que produzem. Já em época recente, há aldeias que continuam a evoluir, enquanto outras perdem importância e população, por vários factores que determinam o constante crescimento ou declínio de um aglomerado populacional: desde logo a sua localização e a posição relativa no terreno.

Em 1951 (DL 38382), foi aprovado o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, destinado a actualizar e completar regras anteriores, “de modo a tornar a vida da população mais sadia e agradável e a dar aos núcleos urbanos e rurais um desenvolvimento correcto, harmonioso e progressivo”. A partir de 1969, começou a ser publicada legislação destinada a regulamentar “todas as obras de construção civil, de reconstrução, ampliação, alteração, reparação ou demolição de edificações e, bem assim, os trabalhos que impliquem alteração da topografia local dentro do perímetro urbano e das zonas rurais de protecção” (DL 166/70); e, em 1973, também sobre o

“planeamento urbanístico, visando garantir a correcta e ordenada expansão dos núcleos urbanos” (DL 289/73). Mais tarde, todo o território ficou abrangido por regras muito rígidas que impedem a criação de novos conjuntos habitacionais e até o crescimento dos já existentes ou dos que possibilitam o surgimento de novos aglomerados, predominantemente habitacionais, industriais, comerciais ou turísticos, que deverão atingir uma dimensão previamente definida. Estes novos lugares poderão confrontar com outras unidades territoriais urbanas, geralmente criadas por iniciativa privada e com aprovação administrativa, sempre em conformidade com os condicionalismos dos instrumentos de ordenamento do território entretanto elaborados e em vigor. Não são estas novas realidades territoriais verdadeiras aldeias, mas apenas as que foram criadas há muito mais tempo e vão crescendo lentamente.

A encruzilhada de caminhos e a necessidade de os passantes aí pararem, para descansar e reabastecer, motivaram o aparecimento e o crescimento de muitos lugares, mas outros foram evoluindo precisamente devido ao seu isolamento e à preocupação com a criação de condições para a sua sobrevivência. As vias que os servem são apenas ligações aos aglomerados vizinhos, e algumas aldeias do interior algarvio estão ainda hoje nessa situação: Paderne, Alferce, Marmeleite, Barão de S. João, Barão de S. Miguel e Bordeira. Durante muito tempo, estes lugares mantiveram-se quase isolados e ainda continuam um pouco dependentes das condições económicas e sociais que criaram, dentro das suas potencialidades locais. São, por isso, também aldeias que mantêm algumas características muito próprias, uma ruralidade que as distingue das demais. Outras, ao serem atravessadas por estradas nacionais ou por ficarem muito perto delas, beneficiaram da relativa facilidade de transportar os seus produtos até à cidade ou vila mais próxima e de trazer daí o que lhes fazia falta; além de daí importarem também ideias e novidades que iam aplicando nas novas construções ou nas que eram melhoradas.

O que é habitual tem muito peso nas atitudes que tomamos, e a mudança tem sempre dificuldade em vingar, razão pela qual as novas tendências arquitectónicas demoram a chegar às aldeias, onde o estatuto social resulta mais do rigor com que a traça local é mantida do que da inovação, por regra mal aceite e comentada pelos

outros proprietários e habitantes da terra. De qualquer forma, ainda que diferentes das da cidade, as novas moradias das aldeias também já não são iguais às outras mais antigas e, assim, a fisionomia do aglomerado vai alterando gradualmente, ainda que mantendo traços que, no conjunto, permitem identificá-lo como do Algarve e do Barlavento. Mas é principalmente nas aldeias junto à costa, como Carrapateira e Burgau, ou mais próximas da cidade, como Guia, Montes de Alvor, Figueira (de Portimão), Espiche e Almádena que a evolução mais se faz sentir (QUADRO 004).

3.7. Aldeias em programas, redes e prémios

Num pequeno aglomerado, onde a actividade económica é reduzida e pouco diversificada, é a sua singularidade um valor a preservar e a potenciar e, nessa tarefa, têm-se empenhado as entretanto criadas associações de desenvolvimento local e regional, cujas acções vêm sendo apoiadas por alguns programas comunitários, entre eles o LEADER, particularmente vocacionado para o meio rural. Paralelamente, várias aldeias têm-se associado em rede e levado a cabo iniciativas que vão deixando marcas. A nível nacional e para, na altura, "combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso país de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional", em 1938, o então Secretariado de Propaganda Nacional promoveu o concurso "a aldeia mais portuguesa de Portugal", "procurando estimular as elites rurais e o povo a 'alindarem' as suas aldeias" (VISEU, 2007:210). Foi vencedora Monsanto, povoação esculpida no granito agreste de um promontório de pedra que domina toda a planície circundante, no concelho de Idanha-a-Nova (MONSANTO [www](http://www.monsanto.pt)), que ganhou como troféu um galo de prata para colocar no alto da torre da sua igreja. Nesse concurso, a aldeia algarvia Alte ficou em segundo lugar (JF-ALTE [www](http://www.jf-alte.pt)), galardão que durante os primeiros tempos de propaganda turística foi exibido pela região como atestado da genuinidade do seu interior.

Hoje, o objectivo não é pôr as aldeias a competir entre si, mas antes prestigiar e dar a conhecer as suas belezas naturais e as suas actividades tradicionais num contexto

alargado e, ao mesmo tempo, procurar desenvolver o meio rural em que se inserem. Privilegiando a proximidade e as raízes de cada aldeia, algumas das acções levadas a cabo inserem também iniciativas para a qualificação profissional e cultural dos seus moradores. Quando agrupadas numa mesma região e com um qualificativo comum, fica facilitada a obtenção dos apoios nacionais e comunitários necessários à execução e divulgação dos vários projectos, que se destinam também a promover os produtos locais e a atrair visitantes interessados em encontrar, *in loco*, o que caracteriza cada uma dessas aldeias.

O programa LEADER, apoiado e inserido numa política de desenvolvimento rural de iniciativa comunitária desde 1991 e gerido em Portugal pelo ministério com competência sobre a agricultura, tem tido um papel relevante em acções aparentemente de pequena dimensão, mas de muito interesse para a generalidade das localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos. Dentre os mais de 2300 grupos de acção local hoje existentes na União Europeia (QREN [www](#)), 53 dessas associações de desenvolvimento local, reunidas numa federação denominada Nossa Terra, cobrem “mais de 90% do território nacional e as suas capacidades de iniciativa e concretização dizem directamente respeito a mais de 4 milhões de portugueses, habitantes em zonas rurais”, tornados “agentes do seu próprio desenvolvimento” (MINHA TERRA [www](#)). Vicentina, In Loco e Terras do Baixo Guadiana são as três associações algarvias, e servem povoações com forte dependência rural do Barlavento, Serra e Barrocal central e Algarve Oriental. Mais antiga e, desde logo, destinada a defender os interesses do território mais afastado da beira-mar, a associação In Loco abrange o território das freguesias mais serranas dos concelhos de Silves, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel, Faro e Tavira. Assim, S. Marcos da Serra e Paderne estão situadas na zona de acção desta associação. As restantes aldeias incluídas neste trabalho são servidas pela Vicentina.

Pelo resto do país, tal como no Algarve, os organismos de turismo participam nos programas e nas brochuras de divulgação da história, belezas e produtos tradicionais das aldeias associadas nas chamadas “rotas” ou “redes”, destinadas a proporcionar programas diários ou de pouca duração a quem queira desfrutar e conhecer melhor

essas paragens. São disso exemplo a “Rota das Aldeias” do Parque Natural de Sintra-Cascais, sugerida pelo ICNF; as “Aldeias do Nordeste”, na região da chamada terra fria transmontana; a “Rota das Aldeias da Saudade”, no Minho, distribuídas pelas margens dos rios Homem, Cávado e Ave; a rede das “Aldeias do Norte de Portugal”, englobando todos os concelhos da região norte e promovida pelo Turismo do Porto e Norte de Portugal; a “Rota das Aldeias Vinhateiras”, na região do Douro; a “Rede das Aldeias de Montanha”, na Serra da Estrela e promovidas pela Associação de Turismo de Aldeia; as “Aldeias Históricas de Portugal”, na Beira Interior; as “Aldeias do Xisto”, entre Castelo Branco e Coimbra; e as aldeias alentejanas integradas na Rede Europeia de Turismo de Aldeia.

Neste último caso, o projecto, que associa aldeias turísticas de cinco regiões da Europa, foi liderado pela Região de Turismo de Évora e premiado pela Organização Mundial do Turismo com o Prémio Ulysses de Inovação (MAISEVORA [www](http://www.maisevora.pt)). Esta rede visa a preservação do património e das tradições, o desenvolvimento sustentável das aldeias e a cooperação inter-regional; e pretende também, através destes projectos, captar o interesse dos turistas por aquilo que ela considera ter cada região de mais puro. Também a acção levada a cabo pela Associação de Defesa, Reabilitação e Salvaguarda do Património nas Aldeias Históricas de Portugal, a capacidade de internacionalização dos seus produtos e serviços, entretanto demonstrada, foram premiadas em 2014 com o financiamento da inscrição no Salon du Patrimoine Culturel du Louvre (Paris-França) do ano seguinte (JORNALAGUARDA [www](http://www.jornalaguarda.pt)). Por sua vez, a rede das Aldeias do Xisto, criada no início deste século, no centro do país, teve por objectivo unir vinte e sete aldeias com casario de construção em pedra, que, pelo seu isolamento, nunca tinham sido alteradas e estavam a ficar desabitadas e em ruínas.

Nesta última, gerações mais novas – principalmente de filhos dos que haviam deixado as suas aldeias e só regressavam para curtos períodos de férias – sentiram que “o produto turístico de natureza ou de experiência”, não massificado, único, começava a ter procura. Com a recuperação de casas dos familiares, foram criadas as primeiras unidades de turismo rural. De seguida, chamando para o projecto a população que ainda restava, criaram a ADXTUR, cujo programa de acção pretende explorar todas as

potencialidades locais, atraindo visitantes e exportando produtos. Dezenas de outras casas foram adaptadas ao turismo, foram aproveitadas as muitas praias fluviais e estabelecidos mais de mil quilómetros de percursos pedonais e de BTT. Com o que os novos meios de comunicação hoje possibilitam, muitos quadros superiores adoptaram algumas destas aldeias como sua primeira residência e, todos empenhados num projecto conjunto, foi valorizada a produção agrícola, pecuária e artesanal e foi criada uma marca, que envolvendo meia centena de artesãos/artistas, já se projecta no país e no estrangeiro, “evocando saberes e recursos singulares de lugares únicos” (ALDEIASDOXISTO [www](http://www.aldeiasdoxisto.com)).

3.8. Aldeias do Algarve e a animação do mundo rural

No Algarve, a RTA também criou várias “Rotas” (RCA 2007), no Barlavento, no Centro e no Sotavento, que incluem também aldeias, mas divulgam principalmente as praias, os passeios pela costa, os monumentos, as cidades e outros locais de maior afluência turística; também a gastronomia, os desportos e tudo o resto que, nesses percursos, é possível encontrar e praticar. Num desses percursos, a chamada “Rota das Aldeias”, que abrange apenas Paderne, Alte e Boliqueime, “com o seu pitoresco casario”, o visitante é convidado a passar por essas “terras floridas do barrocal, onde cada curva da estrada anuncia vistas panorâmicas”, algumas com o azul do mar por horizonte.

No âmbito do Programa de “Animação do mundo rural”, a CCDR Algarve promoveu algumas iniciativas, como a “Festa dos Presépios nas aldeias do Algarve” e as “Aldeias em Flor”, que motivaram o empenhamento das populações envolvidas, levaram mais visitantes a estas localidades e, nalgumas delas, deixaram marcas que as valorizaram. Do Barlavento, foram incluídas: Bordaia, Budens, Barão de S. João, Marmeleira, Alferce, São Marcos da Serra e Paderne.

Estas acções, que se destinam a dar vida às aldeias e que valeria a pena continuar, prestaram a estes núcleos rurais uma atenção até então inédita no Algarve.

Com mais ou menos sucesso, mexeram com os moradores e mostraram que “as aldeias têm de ser vivas, não podem ter apenas aspectos turísticos e de hotelaria. Não podem ser apenas recuperadas para turismo, têm de ser recuperadas em toda a sua essência” (TELLES, 2007:3).

As câmaras municipais e as juntas de freguesia, como lhes compete, têm procurado não só dotar de equipamento diverso e serviços de limpeza as sedes de freguesia e algumas aldeias, mas também apoiar várias iniciativas, umas tradicionais, outras inovadoras e destinadas a colocar essas localidades no calendário dos eventos turísticos regionais. Nas aldeias algarvias, hoje em grande parte habitadas por cidadãos estrangeiros, os novos residentes participam activamente nessas iniciativas e, com os saberes trazidos de suas terras e graças às oportunidades aqui encontradas, ajudam a melhorar a fisionomia de cada aldeia e a diferenciá-la das demais.

Na maioria das aldeias algarvias, a Festa não tem o mesmo significado e a mesma intenção das que se realizam no norte de Portugal, onde são pretexto para trazer à sua terra emigrantes e outros naturais e atrair as ajudas necessárias aos melhoramentos locais, na paróquia e não só. De qualquer forma, a festa, que cada ano procura não deslustrar a do ano anterior e cada vez mais se torna cartaz turístico, proporciona também alguma receita para a associação recreativa ou desportiva que a organiza. A festa, a feira e outros acontecimentos de cariz popular e animação turística, geralmente ligados à produção local e à gastronomia, ocorrem principalmente nos meses de Verão, de sexta a domingo e, nesses dias, transformam totalmente a vida nessas aldeias algarvias.

3.9. Implantação e povoamento

Das vinte e duas aldeias do Barlavento incluídas neste trabalho, S. Marcos da Serra, a uma cota acima dos cem metros, Alferce, Casais e Marmeleite, entre os trezentos e os quatrocentos metros, situam-se em zona de Serra. No Litoral, ficam Burgau, Montes de Alvor e, embora a uma cota superior e mais distante da costa,

também Guia (QUADRO 012). Barão de S. Miguel, Barão de S. João e Paderne são aldeias do Barrocal e as restantes ocupam posições intermédias. Bordeira e Carrapateira, principalmente esta, são aldeias de gente do campo e do mar e ocupam uma zona hoje designada por Costa Vicentina que, naquele recanto, se caracteriza por ser um areal que termina no sopé dos montes mais ocidentais da serra do Espinhaço de Cão, aos quais as duas aldeias se encostam, entre cotas de 15m-28m e 26m-57m, respectivamente. Espiche, Almádena, Portelas e Sargaçal, todas do concelho de Lagos, e Figueira, do de Portimão, embora estejam na zona litoral e tenham as cotas mais baixas em terrenos que mantêm as características que lhe são próprias; no lado de cota mais alta já esses campos apresentam sinais idênticos aos da paisagem que circunda Raposeira, Hortas do Tabual e Budens, aldeias de barrocal. Por fim, Figueira (do Cabo) e Vale de Boi, embora com elas alinhadas e a pouca distância, inserem-se em terrenos mais próprios do litoral.

A maioria das aldeias do Barlavento apresenta uma diferença de cotas entre os 20m e os 40m, o que não tem em todas o mesmo significado, pois depende do comprimento e largura do tecido urbano a sensação de planura ou de inclinação do terreno e a facilidade ou dificuldade para quem o percorre. De um modo geral, a sua implantação é em encostas voltadas para Sul – Raposeira, as duas Figueiras, Budens, Almádena, Espiche, Sargaçal, Marmeleite e S. Marcos da Serra. Mesmo as que se apresentam mais planas, como Vale de Boi, Casais e Alferce, ainda é para sul que viram a maior parte do casario. São excepções Montes de Alvor, mais voltada para nordeste, Portelas, quase toda a poente da estrada, Guia e Paderne, que cresceram de ambos os lados de estradas, que as atravessam em longitude.

No extremo oeste da EN 125, no troço que une Lagos a Vila do Bispo e lhes passa a sul, são aldeias todas as povoações, que se vão apresentando menos povoadas à medida que caminhamos para poente: Espiche (com 468 edifícios destinados a habitação e 881 habitantes), Almádena (331-573), Budens (378-371) e Raposeira (254-311) (QUADRO 004). Nas duas primeiras, onde parte da sua população trabalha na cidade, em Lagos, a média de habitantes é mais elevada; nas mais próximas da Vila do Bispo, essa média é mais baixa (QUADRO 005). De qualquer forma, o número de

habitantes por edifício não chega a dois e, em Budens, tal como nas vizinhas Figueira, Vale de Boi e Hortas do Tabual, essa média é inferior a um, o mesmo acontecendo nas duas aldeias da Costa Vicentina (QUADRO 006). De acordo com os dados recolhidos nos Censos 2011, estas aldeias dos concelhos de Vila do Bispo e de Aljezur registaram as médias mais baixas de habitantes por moradia. Depois, com valores entre 1,28 e 1,56, temos Barão de S. João, Casais, S. Marcos da Serra, Alferce e Paderne – duas do Barrocal e três serranas. As médias mais altas, entre 1,82 e 2,21, foram obtidas em Montes de Alvor, Espiche, Figueira (de Portimão), Guia, Portelas e Sargaçal, precisamente as aldeias que ficam mais próximas das cidades de Lagos, Portimão e Albufeira.

Na primeira década do século XXI, Guia foi a localidade deste estudo que mais cresceu (edifícios: 298%, residentes: 239%) – logo seguida da cidade sede de concelho, Albufeira (edifícios: 247%, residentes: 236%) – (QUADRO 005) e é também a aldeia com maior número de habitantes (1075 residentes distribuídos por 433 famílias). Todas as outras têm muito menos moradores. Mesmo assim, mais cinco aldeias apresentam mais população do que as duas menores vilas sedes de concelho: Espiche (881 moradores) e Figueira, de Portimão (870) superam Vila do Bispo (797); Montes de Alvor (717), Almádena (573) e S. Marcos da Serra (436) ultrapassam Aljezur (372).

No extremo oposto em número de residentes e apesar de ser sede de freguesia e ter resistido à reorganização administrativa de 2013, Bordeira tem apenas 44 moradores, menos ainda que os 56 registados nos Censos de 2001. Nesta aldeia não residem crianças nem jovens, 19 moradores têm entre 24 e 64 anos e 23 têm mais de 65 anos. Ninguém está empregado no sector primário, apenas 1 no secundário e 6 no terciário. Há 26 reformados e três moradores têm curso superior (QUADRO 008). A maioria dos seus 88 edifícios de habitação destina-se a residência de férias e encontra-se fechada durante quase todo o ano.

Também Carrapateira (com 209 moradores em 2001 e 173 em 2011), Barão de S. Miguel (363-285), Paderne (484-341) e mais doze aldeias do Barlavento registaram decréscimo na população; por outro lado, além da Guia, apenas Sargaçal, Portelas,

Espiche, Montes de Alvor e Almádena, tiveram aumento, mas com menor crescimento entre 140% e 107% (QUADROS 004 e 005).

A dimensão das aldeias – a soma da área dos seus quarteirões e do espaço público envolvente e envolvido – está igualmente relacionada com a sua aproximação aos centros urbanos (QUADRO 013). Espiche (107086m²), Guia (101460m²) e Figueira (88658m²), aldeias próximas das cidades de Lagos, Albufeira e Portimão, são as mais extensas. Só contraria esta regra S. Marcos da Serra (84289m²), a mais afastada para o interior mas logo a seguir em dimensão, povoação que, no entanto, beneficia do facto de por ela passar a linha de caminho-de-ferro que desce até Tunes e, concluído nos anos setenta, o actual IC1, a estrada nacional que, desvio da ocidental EN125, passou a unir Grândola ao centro do Algarve. Também Paderne (67656m²) é das maiores aldeias, para o que muito contribuiu todo o equipamento desportivo e escolar de que foi dotada e que a estendeu para poente. Marmeleite (63410m²), hoje ligada a um novo bairro de construção tradicional, mais a sul, tem também uma dimensão média no cômputo das aldeias do Barlavento. Já as outras duas localidades serranas do concelho de Monchique – Casais (36509m²) e Alferce (16534m²) – pertencem ao grupo das menores, como acontece também com Bordeira (23781m²), Vale de Boi (7921m²) e Hortas do Tabual (6823m²), dos concelhos de Aljezur e de Vila do Bispo.

Apesar de imaginado como região rica, para o que contribui o frenesim do turismo estival junto às praias, o Algarve e o seu Barlavento é maioritariamente constituído por zonas desfavorecidas, necessitadas por isso de apoio ao desenvolvimento rural, no âmbito do FEADER (Port. 22/2015). São consideradas nessa situação as zonas de montanha e as que, não o sendo, estão no entanto “sujeitas a condicionantes naturais significativas”, prevendo a legislação comunitária a atribuição de apoios aos agricultores que exerçam a sua actividade nessas zonas. Estão englobados na lista anexa ao diploma os terrenos envolventes às seguintes aldeias aí consideradas de montanha: Bordeira, Carrapateira, Barão de S. João, Alferce, Marmeleite, Casais, Figueira (de Portimão), S. Marcos da Serra e Barão de S. Miguel. Em zonas, não de montanha, mas sujeitas a condicionantes naturais significativos: Budens, Burgau, Figueira e Vale de Boi, todas do concelho de Vila do Bispo.

Outro indicador que poderemos tomar em consideração é o do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos para habitação, comércio, indústria, em cuja determinação entra um coeficiente de localização, que “varia entre 0,4 e 3,5, podendo, em situações de habitação dispersa em meio rural, ser reduzido para 0,35” (CIMI art. 38 e 42). Na fixação deste coeficiente, são consideradas as acessibilidades, sua qualidade e variedade, a proximidade de equipamentos sociais, designadamente escolas, serviços públicos e comércio, serviços de transportes públicos de que dispõe e, ainda, o valor de mercado imobiliário dessa zona homogénea do município.

Para as aldeias do Barlavento, foram fixados os seguintes coeficientes: Guia – 1,5; Montes de Alvor – 1,45; Burgau – 1,35; Espiche e Almádena – 1,3; Budens, Barão de S. João, Portelas, Sargaçal e Figueira (Portimão) – 1,2; Paderne – 1,1; Barão de S. Miguel e S. Marcos da Serra – 1; Bordeira, Carrapateira, Alferce e Marmeleite – 0,95; Raposeira e Vale de Boi – 0,9; Casais – 0,85 e Hortas do Tabual – 0,7 (SIGIMI). Todos estes valores estão acima do mínimo, mas, mesmo o mais alto, está muito longe do valor máximo. Nas cidades, é Albufeira que tem o coeficiente mais alto (1,9, chegando a 2,92 junto à Marina), mas onde mais se aproxima do topo é no Vale do Lobo e Quinta do Lago (3), zonas de moradias de luxo, sem qualquer comparação com as aldeias do Barlavento algarvio.

4 – Centros Históricos

4.1. Do conceito e das medidas de salvaguarda

A designação “centro histórico”, hoje vulgarizada e inserida pelos municípios em diversa regulamentação relativa ao seu território, refere-se a uma realidade que existe desde o momento da fundação do aglomerado, mas de que só recentemente dela tomámos consciência. Tudo tem um começo, um embrião, uma centralidade inicial e é aí que começa a sua história. Esse primeiro momento torna-se imediatamente passado, um passado tão próximo que continuamos a chamar-lhe presente. E assim permanece enquanto cresce, enquanto ganha a forma inicialmente imaginada, ou que gradualmente acontece, com uma ou outra paragem, mas sem qualquer recuo. Até à primeira alteração, tudo acontece como um contínuo presente e talvez ninguém se preocupe em anotar cada etapa desse crescimento. Só quando ocorre a primeira vicissitude, quando se dá a primeira transformação, ao reparar na diferença, se sente que houve um passado. Como se passado não fossem todos os momentos já vividos.

A história de um lugar começa com a colocação da primeira pedra. Esse seria o centro, daí irradiaria tudo o resto, aí começaria a sua história. No entanto, já antes terão sido muitas as transformações e há quem queira hoje descobri-las e relatá-las, ir até onde for possível recuar no tempo. Mas, para a história do aglomerado, aquele seria o momento. De pedra a pedra se constrói a primeira casa, de casa a casa cresce o caminho, de casas, caminhos e quem as habite e os percorra, com o passar do tempo, se chega à cidade. A cidade cresce, vive, acompanha as mudanças e muda com elas. A pedra inicial por certo ainda existe, estará talvez ainda lá, mas o tempo passou e a

história que foi contada de geração em geração, ou que nunca o foi, raramente desce a esse pormenor.

Nos aglomerados mais antigos, mesmo quando não é necessário reconstruir depois da conquista e dos estragos que quase sempre provoca, há um antes e um depois, um adaptar das construções e dos espaços a novas realidades. A transformação para melhorar e tornar mais adaptados aos objectivos do novo proprietário sempre foi considerada legítima e normal e só porque a propriedade se foi repartindo e cada um apenas podia mexer no que era seu, muitas estruturas iniciais ou, pelo menos, muito antigas, conseguiram manter-se. O que resta desse passado quase foi necessário perdê-lo totalmente, para ser dada a importância que actualmente se lhe reconhece. Entre nós, é só a partir dos anos sessenta do século XX que a questão dos centros históricos entra nas preocupações urbanísticas (LAMAS, 1993:421). Mesmo pela Europa fora, o conceito de “centro histórico” surgiu depois de 1962, quando a Lei Malraux, em França, codificou a preservação de áreas urbanas em termos legais, e generalizou-se quando, em 1964 as resoluções tomadas pelo II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, organizado com o apoio da UNESCO, do Conselho da Europa, do ICCROM e do ICOM inspiraram a *Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios*. Às conclusões do congresso foi anexado um documento intitulado *Protecção e Reabilitação de Centros Históricos*, no qual se “solicitava às entidades nacionais e internacionais com competências na matéria o desenvolvimento de esforços no sentido de enquadrar a salvaguarda do património urbano em legislação apropriada” (PAIVA, AGUIAR e PINHO, 2006:15)

Antes disso, as áreas antigas eram protegidas somente com vista à preservação dos monumentos históricos contidos no seu perímetro. Em 1951, o tema do VIII CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) foi o centro urbano, então definido como “coração da cidade” e reconhecido como elemento caracterizador de uma comunidade, algo voltado aos seus habitantes, que é repositório da memória da colectividade e local que possibilitava entender o aspecto comunitário da vida humana (MENEGUELLO, 2005:2). “Na Europa a ideia de que a cidade possuía um centro, por

força da sugestiva ideia de comparar a estrutura urbana ao corpo humano, é assaz antiga” (ANTUNES, 1997:74), mas, com o crescimento e a dispersão político-administrativa e religiosa, deixou o centro da cidade de coincidir com a praça principal e passou a abranger uma área muito mais vasta em que se desenrola grande parte da vida local.

Nos anos sessenta, Kevin Lynch, Gordon Cullen, Christopher Alexander, Françoise Choay, A. Mitscherlich e Jane Jacobs começam a abordar a cidade contemporânea já como um “organismo global”, em que homem, instituições e ambiente se relacionam no tempo, criando um “sedimento memorial” (FLORES, 2003:1-2). A partir daí, os problemas urbanos passaram a ser estudados também por sociólogos, geógrafos e historiadores. A civilização industrial havia entrado em crise e nos países ocidentais dá-se até uma involução demográfica. As preocupações ecológicas e ambientais tomam uma maior proporção e começa a anunciar-se a nova era da “pós-modernidade” (PAIVA, AGUIAR e PINHO, 2006:17).

À declaração de 1975 como o *Ano Europeu do Património Architectónico* e à aprovação da *Carta Europeia do Património Architectónico*, cujo conteúdo reverteu na *Declaração* hoje conhecida como *Carta de Amesterdão sobre a Conservação Integrada* (PAIVA, AGUIAR e PINHO, 2006:19), seguiu-se, em 1976 e no âmbito Unesco, a Recomendação de Nairóbi sobre a preservação de “conjuntos”. Este conceito inclui também os centros históricos e a necessidade de “compatibilizar a preservação e as exigências contemporâneas, com apoio da administração local e municipal, das associações de moradores e de bairros, dos órgãos técnicos.” (MENEGUELLO, 2005:2)

Em 1981, com as primeiras campanhas de defesa do património, lançadas por organismos internacionais, foi iniciado o “renascimento” das cidades como um todo não só de ambiente físico mas também social e cultural (PORTAS, 2005:156). Só em 1987, porém, com a publicação da *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*, ratificada pela Assembleia Geral do ICOMOS, se respondeu finalmente àquele apelo (PAIVA, AGUIAR e PINHO, 2006:16). Por toda a Europa e até final do século XX, com o reinvestimento no centro das cidades consolidadas, ressurgiu a ideia de serem os seus centros históricos um local excelente para de novo residir e trabalhar

e para actividades de cultura, de encontro e convívio nos tempos livres. (PAIVA, AGUIAR e PINHO, 2006:19)

O anterior conceito de “renovação urbana”, que consistia na alteração do traçado e da morfologia e na demolição dos edifícios que lhes pertenciam, substituindo-os por novas tipologias e diferente desenho do espaço urbano, de acordo com novas teses arquitectónicas, deu lugar a operações de “reabilitação urbana” e de “restauro urbano” nos tecidos considerados históricos. Foi também nessa altura que eclodiu o chamado “fachadismo”. Mantidas as paredes exteriores, o interior dos edifícios antigos era demolido e reconstruído com diferentes tipologia, volumetria, estrutura e técnicas construtivas, “num processo de mistificação patrimonial, enquanto paliativo para um público que deseja atenuar a dor da perda da cidade histórica e dos lugares urbanos aos quais pertenceu e dos quais está a ser expulso” (PAIVA, AGUIAR e PINHO, 2006:20). Esta sensação de perda é tanto maior quanto mais rápidas e acentuadas são as mudanças; somos então tentados a imaginar um passado harmonioso que, supostamente, se teria desenrolado nos centros históricos (PEIXOTO, 2003:212).

Em Portugal, a reabilitação de centros históricos seguiu as linhas de intervenção normativa e operativa, e a posterior “doutrina da conservação integrada” (FLORES, 2003:1). Começou em 1961 com o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, publicado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, que tinha subjacente uma valorização do vernacular, do regional e do património “menor”, e a valorização dos conceitos de identidade, autenticidade e património (PAIVA, AGUIAR e PINHO, 2006:37). Em 1969, no Colóquio de Urbanismo, realizado no Funchal, Cabeça Padrão, técnico da DGSU, criticou a cidade moderna, “apelando ao retomar da escala humana no tecido urbano, ao retorno do homem-máquina ao homem-cultural, e à salvaguarda do património urbano das áreas mais qualificadas das cidades, não de uma forma museológica, mas através do seu ordenamento, uso e integração na cidade alargada.” (PAIVA, AGUIAR e PINHO, 2006:39). Uma equipa por si chefiada iniciou então um notável e pioneiro *Estudo de prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve*, que

consistia na classificação e na regulamentação dos aglomerados urbanos de interesse no Algarve, num total de 47 povoações (PADRÃO, 1966:6-Regulamento):

BARLAVENTO: Abicada, Albufeira, Alcantarilha, Aljezur, Almádena, Alvor, Armação de Pêra, Bensafrim, Budens, Burgau, Carvoeiro, Espiche, Estômbar, Ferragudo, Lagoa, Lagos, Monchique, Odeceixe, Pêra, Porches, Portimão, Praia da Luz, Praia da Rocha, Raposeira, Salema, Sagres, São João, São Miguel, Silves e Vila do Bispo e ainda Mexilhoeira Grande, que não estava indicada no artigo 2.º do Regulamento, mas cujo estudo foi efectuado.

SOTAVENTO: Alte, Azinhal, Cabanas, Cacela Velha, Castro Marim, Estoi, Faro, Fuseta, Loulé, Luz de Tavira, Olhão, Quarteira, Santa Luzia, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António.

No início dos anos 60 do século XX, com a crescente procura do Algarve e a descoberta do “turismo do Sol”, a construção civil começou a crescer, principalmente no Litoral. Pela forma pouco preocupada como se desenvolveu, aceite na altura como necessária e urgente, mas desde logo caótica e comprometedora do futuro desta região, havia que tomar medidas preventivas de salvaguarda, enquanto não fosse aprovado o *Plano Regional do Algarve*, entretanto encomendado ao Arq. Dodi. O estudo de Cabeça Padrão (influenciado pelas teorias que Gordon Cullen divulgou na sua tese *Townscape*) foi precursor pelo valor que atribui aos espaços públicos, ao tecido urbano não-monumental e à arquitectura vernacular e doméstica, e também pela metodologia utilizada (PAIVA, AGUIAR e PINHO, 2006:40). No entanto, quer o *Plano* de Dodi, quer o *Estudo* de Cabeça Padrão, nunca foram aprovados nem divulgados e, deste, desconhece-se boa parte do que foi então produzido. Assim se perdeu a oportunidade de difundir junto do meio técnico nacional os conceitos, os métodos e as experiências realizadas, para além do papel fundamental que teria na preservação da qualidade do ambiente urbano da região (PAIVA, AGUIAR e PINHO, 2006:41).

Para todo o país, surgem as figuras de Plano Geral de Urbanização (PGU), de Plano de Pormenor (PP) (DL 560/71 e 561/71) e de Plano de Pormenor de Renovação Urbana (DL 8/73), sobre áreas urbanas sobre-ocupadas ou com más condições de

salubridade, solidez, estética. Seguiu-se a Lei dos Solos (DL 794/76), que permitia declarar um determinado sector urbano degradado como *Área Crítica de Recuperação e Reconstrução Urbanística*, o que facilita a resolução de impasses devidos a questões ligadas à propriedade e, na sequência da Lei Orgânica da DGERU (DL 189/79), os *Planos Integrados de Reabilitação e Revitalização de Centros Históricos*. Mais tarde, foram publicadas a Lei do Património Cultural Português (Lei 13/85), o *Plano de Salvaguarda e Valorização* (PSV), o Programa de Reabilitação Urbana (PRU) e criados os Gabinetes Técnicos Locais (GTL) (PAIVA, AGUIAR e PINHO, 2006:46).

O programa RECRUA (DL 4/88) contribuiu de “forma significativa para a melhoria não só das condições de habitabilidade das famílias que vivem em edifícios antigos mas também da imagem visual das nossas cidades, designadamente das zonas mais antigas”, como reconheceria o programa REHABITA (DL 105/96), exclusivamente aplicável aos núcleos urbanos históricos declarados áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística. Já antes, os “planos integrados”, elaborados pelo Fundo de Fomento da Habitação – embora fora das suas atribuições, por ser competente a administração municipal – tinham-se ocupado de zonas de interesse vário, incluindo o histórico. As referências a “zonas mais antigas”, “núcleos urbanos históricos” ou simplesmente “histórico” surgiam quase sempre e só em vista à recuperação ou melhoria de habitações. Não foi o caso do Decreto Regulamentar 37/88, de 26 de Outubro, publicado dois meses após o incêndio que “atingiu parte substancial da zona do Chiado, em Lisboa, acarretou pesadas perdas numa área da cidade carregada de tradições históricas e de uma vivência própria invulgar”. Este diploma referia que, nos termos das Leis dos Solos, de 1976 e do Património Cultural, de 1985, era necessário urgentemente desenvolver acções que levassem à reconstrução de toda a zona sinistrada, como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, porque “o Estado está obrigado a proteger e a valorizar o património cultural do povo português”.

Outros programas, em vigor desde os últimos vinte anos do século XX, pela entrada de Portugal na CE, foram o Valis, a Expo 98, o Urban, o Interreg, o Per, o Proqual, o Luda e, mais recentemente, o POLIS. Por fim, surgiram as Sociedades de

Reabilitação Urbana (SRU) (DL 104/2004) como forma de abordar e gerir a intervenção sobre a cidade consolidada e, no Barlavento, foi criada a “Portimão Renovada, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM”. Beneficiaram de Programas de Renovação Urbana (PRU) e do Polis, as seguintes localidades:

Albufeira: requalificação urbana no centro antigo, toda a frente de mar, trânsito no interior da cidade, tratamento e iluminação das arribas, melhoraria dos arruamentos e do espaço envolvente de alguns miradouros (Polis);

Lagos: recuperação da cor na arquitectura (PRU), frente ribeirinha e parque da cidade (Polis);

Monchique: recuperação de fachadas, vãos de portas e janelas, de coberturas em telhados e terraços e de calçadas em arruamentos (PRU);

Silves: requalificação urbana do centro histórico, núcleo urbano e zona ribeirinha, desassoreamento e revitalização das margens do Rio Arade (Polis).

4.2. Cidade existente e transformações

Até ao século XIX, o estudo e a preocupação em preservar a cidade então existente era manifestada principalmente com os monumentos. Mas, na transformação do espaço urbano consecutivo à revolução industrial, “por contraste, a cidade antiga se torna objecto de investigação” (CHOAY, 2000:158). A noção de urbanismo tem suas raízes na década de 60 do século XIX, quando Haussmann, prefeito de Paris, pretendeu transformar a cidade numa capital mundial símbolo do poder da industrialização e não hesitou em expulsar os operários para a periferia. Solidifica-se nos anos 20 do século XX, com Le Corbusier, defensor da fachada livre e da planta livre. Nas suas múltiplas vertentes, “transporta uma solução científica para o desencantamento resultante do crescimento urbano que a industrialização fomentou” (PEIXOTO, 2003:221). A exclusão social inicialmente criada e o insucesso do urbanismo moderno, mais apostado na planificação de novos espaços, levaram, depois de 1980, a uma nova filosofia de planeamento, já com preocupações ambientais, patrimoniais e

de espaço público, dominadas pela ideia de reabilitação e de requalificação da “cidade histórica e tradicional”. A partir de então, passou a haver a preocupação de “refazer a cidade a partir da cidade e não a partir do nada.” (PEIXOTO, 2003:221)

Para efeitos urbanísticos, toda a cidade pré-industrial, incluindo a parte construída em períodos mais recentes, passou a ser entendida por muitos como “centro histórico”, por considerarem que só tem sentido falar do centro histórico em presença de um tecido urbano mais vasto e de recente formação, o que, por outro lado, poderá contribuir para “uma certa confusão entre centro histórico e centro antigo”. (ANTUNES, 1997:75). Quando se fala de centro histórico, geralmente referimo-nos a uma parte da cidade que documenta um estágio estético e civilizacional diferente do actual, sem interessar muito o seu valor monumental e artístico e, menos ainda, uma dimensão ambiental e paisagística digna de relevo. Daí, optarem outros pela expressão de *centro antigo*, por considerarem que melhor exprime a continuidade de valores arquitectónicos do passado e do presente, em contraste com o conceito de *centro histórico* que dará a ideia de um ciclo da história já terminado. Neste, esperaríamos encontrar algo raro, excepcional, belo, perfeito, emocionante, longe das urgências do quotidiano, enquanto, para ser antigo, lhe bastaria “preservar a sua memória e identidade” (ANTUNES, 1997:78).

Esta noção de cidade já existente, consolidada e em parte construída também neste século, sem olhar ao muito ou pouco valor histórico ou monumental que possa ter, foi a razão da escolha de cada área do território das sedes de município aqui estudadas. São hoje o reflexo das várias concepções que prevaleceram principalmente no último quartel do século XX: ora de “conservação” e de “restauro”, na tentativa de manter a cidade como era antes; ora de “renovação”, com a consequente devastação de áreas antigas, demolição de edifícios baixos para darem lugar a edifícios luxuosos de habitação ou de escritórios, aparcamentos, vias e viadutos (PORTAS, 2005:155). A pequena dimensão das cidades e vilas algarvias evitou esta faceta de renovação urbana destinada a garantir maior fluidez no trânsito. Pelo contrário, muitas artérias foram reservadas à circulação pedonal. Com poucos monumentos a realçar de forma cenográfica, por aí também não foi necessário demolir muitos quarteirões de prédios

modestos. Mesmo assim, nada resta das fábricas e das casas no exterior das muralhas, na zona da ribeira, em Lagos; nem das casas, fábricas e estaleiros da zona de S. José, em Portimão; ou das instalações fabris e armazéns do extremo poente da zona ribeirinha de Silves.

Não foi somente nas três últimas décadas do século XX que se modificou a sociedade portuguesa e, no Algarve, a grande dependência da pesca e da indústria conserveira: crescente nas segunda e terceira décadas e perdida nos anos sessenta, terá sido um dos principais factores de transformação das vilas e cidades do Litoral. Nesta altura, a procura turística deu os primeiros passos e teve o seu apogeu até aos anos noventa, o que, a par de um poder local que se fortaleceu até depois do virar do século, possibilitou o grande crescimento dos centros urbanos, em perímetro e volumetria, e o aumento do número de cidades, de cinco para onze. Importa então entender em que medida as cidades em que vivemos e seus centros históricos são “culturalmente sustentáveis ou simbólica e funcionalmente congruentes com o seu passado recente”: nas novas imagens, nos fluxos turísticos e dinâmicas do mercado urbano de lazeres e no significado social das intervenções urbanísticas (PEIXOTO, 2003:212).

À medida que avança a urbanização de novas zonas e se intervém nas mais antigas, sentimos estar a perder o espaço público, a qualidade de vida, as referências identitárias e a cidade à escala humana em que crescemos ou que nos acolhera. E, afinal, nem os teria assim tanto como hoje os recordamos. Por isso, o que vemos nos núcleos urbanos antigos pode ser mais um reflexo do nosso presente e do nosso futuro e menos do nosso passado (Ashworth e Tunbridge, 2000 cit. PEIXOTO, 2003:213). Temos também dificuldade em individualizar na cidade o seu centro histórico, até porque há cidades policêntricas e, nelas, os “vários centros antigos devem caber na noção jurídico-cultural de centro histórico e serem respectivamente tutelados” (ANTUNES, 1997:76).

De modo algum se pode confundir a situação actual da população residente nos centros históricos com a chamada *haussmanização* ocorrida no século XIX. Todavia, por razões diversas, a degradação dos imóveis cria condições para a expulsão das

“camadas sociais mais débeis, favorecendo simultaneamente a especulação imobiliária” (F. Lucarelli cit. ANTUNES, 1997:80). A população tradicional, envelhecida, é cada vez mais diminuta, ficam muitas casas devolutas e dá-se mesmo o abandono de partes importantes dos quarteirões e bairros. Os elevados custos do restauro e conservação dos imóveis existentes, da sua transacção ou do seu arrendamento só são acessíveis a uma classe média-alta, que começa a ser o tipo de utente dos centros históricos (ANTUNES, 1997:80). Também as actividades tradicionais são transferidas para a periferia e tendem a desaparecer. Resta pouco mais, e nem sempre, que a venda de produtos típicos de artesanato apresentado como sendo local. Quer pela concorrência das grandes superfícies comerciais, quer pela diminuição da população residente, até os negócios alimentares, as mercearias e lugares de fruta, de primeira necessidade, deixam de ter lugar nos centros históricos.

Da mesma forma que, tempos atrás, alguns edifícios eram reconstruídos com diferente estrutura e finalidade no seu interior, também hoje, nas intervenções ocorridas nos centros históricos, começa a haver um certo *fachadismo*, no sentido em que, depois do restauro desses edifícios, a habitação e a actividade económica que davam vida ao bairro, são agora substituídas por comércio de luxo, actividades terciárias e moradias voltadas para o turismo. Quase sem residentes permanentes, o consequente abandono nocturno, e até diurno, mesmo nas ruas centrais, tem reflexo na segurança das pessoas e dos seus bens. Daí que muitos defendam dever, na reabilitação urbana, ser garantida a manutenção dos residentes nos centros históricos, através da melhoria das condições socio-habitacionais e da criação de uma maior articulação das actividades tradicionais com as necessidades contemporâneas e os desejos dos visitantes (MENEZES, 1999:1).

O crescimento das cidades e vilas fez-se para os arrabaldes de outrora, através da sobreposição de linhas delimitadoras do espaço edificado em diferentes épocas. O seu confronto com a topografia pode revelar o modo de expansão de cada aglomerado, a direcção para onde mais cresceu e a relação com o meio. Pode mostrar-se as construções terão partido de um ponto alto e, qual lava de um vulcão, desceram livremente, sem olhar a meios ou consequências, até às cotas mais baixas, perto do

mar ou de linhas de água; ou mostrar ainda se treparam pelas encostas, com igual liberdade. Ou, pelo contrário, se foi constante a repressão no seu avanço, nalguns casos por imposição administrativa e mais vezes por rigidez topográfica, adversidades sempre vencidas com muito esforço e algum engenho dos seus habitantes, de que o centro histórico de Aljezur se apresenta como exemplo.

Para a definição de um centro histórico importa saber se a sua delimitação está definida pelos poderes municipais e foi dada a conhecer, e se coincide com as muralhas ou outros elementos rígidos da localidade. Para uma leitura comparativa, interessa ainda se o centro histórico convencionado ocupa mais do que o núcleo tido por inicial e, quando interior a muralhas, se estas se mantêm e são visíveis. Depois, se é possível isolar – ainda que só para estudar, qual experiência de laboratório – um centro histórico daquilo que o envolve. Como uma ilha, rodeado por periferias também elas já degradadas e a necessitar de acções de recuperação, questionamos se fará sentido separar uma coisa da outra.

No presente trabalho não se estudam essas áreas exteriores ao que considerámos centros históricos. Não obstante, tornar-se-ia útil abordá-las porque, ao estabelecer separação, conviria referir o que separa. Na verdade, centros e periferias são tema que estará sempre em discussão, mas a nossa selecção não partiu de uma separação entre ambos, mas sim das áreas que a cartografia disponível assinala como correspondentes ao período a partir do qual se alterou substancialmente o modo de crescimento das sedes de concelho.

4.3. Da expressão “centro histórico” e sua utilização

A expressão “centro histórico”, intuitivamente compreensível a todos, é uma aquisição recente da cultura urbanística, seja do ponto de vista linguístico, seja na perspectiva conceptual (ANTUNES, 1997:73), se bem que não se conheçam definições legais. No entanto, só na última década do século XX passou a constar na nossa legislação e regulamentação. Até meados do século, era admissível destruir o casco

antigo, por vezes quarteirões inteiros e conjuntos arquitectónicos representativos de uma época, para “alargar ruas, sanear e arejar os bairros, e desafogar e isolar monumentos” (LAMAS, 1993:419), sem que houvesse a percepção de se estar a perder, quantas vezes irremediavelmente, um património cuja centralidade e história importaria preservar.

Embora desde o início dos anos 70, os municípios estivessem incumbidos de elaborar planos de urbanização para pequenas áreas, designadamente os Planos de Pormenor de Renovação Urbana, só muito depois surgem associados à expressão “centro histórico”. Encontramo-la no Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Moura (Port. 1007/93), em Elvas (Dec. 39/98), Portalegre (Dec. 2/99), Montemor-o-Novo (Dec. 53/99) e Tavira (Dec. 56/99). Noutros, a referência é a “núcleo histórico” (Constância), “zona antiga” (Vila Franca de Xira, Alhandra) ou “zona histórica” (Viseu, Coimbra), mas, a partir de 2000, a de “centro histórico” começa a prevalecer (Santiago do Cacém e Quinta do Barroso, Torres Vedras, Leiria). No entanto, terá sido o Regulamento do Plano Parcial de Urbanização do Núcleo Central Histórico de Beja (Port. 150/86) o primeiro diploma publicado em Portugal com vista a “definir, orientar e controlar a preservação e recuperação” de uma parte de cidade com tais características. Pelo seu pioneirismo, o seu preâmbulo continha a explicação pedagógica de que “nele se reflectem experiências internacionais e as recomendações do Conselho de Cooperação Cultural do Conselho da Europa, da UNESCO e da FIHUOT, bem como uma profunda análise da cidade” e acrescentava que “o município fica assim dotado de um instrumento de gestão do plano parcial de salvaguarda que, mais do que condicionar e proibir, fornece alternativas reabilitadoras, permitindo uma acção pedagógica junto dos munícipes e dos arquitectos que desejam o bem da cidade, o seu desenvolvimento e progresso no entendimento da sua história e do seu espírito”.

Em Dezembro de 1987, um ano após a aprovação, em Washington, da *Carta sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas*, a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Cultura - Património XXI, apoiada pelos municípios de Trancoso e de Lamego, realizou, nesta cidade, o I Encontro Nacional de Municípios com Centro

Histórico (ENMCH), no qual participaram 47 autarquias (NORAS, 2011:84). Em cumprimento das conclusões desse encontro, no dia 22 de Julho do ano seguinte e também em Lamego, os representantes de treze municípios – Aguiar da Beira, Armamar, Beja, Campo Maior, Castelo de Vide, Chaves, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Peso da Régua, Ponte de Lima, Torres Vedras e Trancoso – estabelecem um Protocolo de Adesão de Municípios para a constituição da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, documento que foi também subscrito por Mário Soares, na sua qualidade de Presidente da República. Nessa escritura, outorgada na mesma data, constam “dezassete assinaturas ilegíveis”, que “correspondem exactamente, e pela mesma ordem, aos responsáveis enunciados na acta constitutiva da Associação” (APMCH [www](http://www.apmch.org)).

A associação tem por objectivo “promover todas as actividades com vista à defesa, salvaguarda, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização e animação dos centros históricos dos aglomerados urbanos dos municípios portugueses, zonas essas carecidas de protecção, como valores culturais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público e, principalmente, como contributo para o progresso e bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem”. De então para cá e em alternância com encontros internacionais em que os municípios portugueses também se fazem representar, a APMCH já promoveu Encontros Nacionais em Tomar (1990), Viana do Castelo, Ponte de Lima, Valença e Caminha (1995), Oeiras (1996), Serpa (1997), Ouro Preto (Minas Gerais) (1999), Lisboa (2001), Porto (2003), Mértola (2004), Nazaré (2005), novamente em Lamego (2006), Portalegre (2007), Viana do Castelo (2008), Beja (2009) e Lagos (2014).

Também por iniciativa desta Associação, desde 1993, passou a ser assinalado o Dia Nacional dos Centros Históricos Portugueses, em 28 de Março, data do nascimento de Alexandre Herculano, em 1810, na cidade de Lisboa. Simbolicamente, decorreu aí a primeira comemoração. Sucederam-lhe Trancoso (1994), Castelo de Vide (1995), Sintra (1996), Ponte de Lima (1997), Funchal (1998), Macau (1999), Santarém (2000), Lisboa (2001), Lamego (2002), Porto (2003), Lagos (2004), Tavira (2005), de novo Santarém (2006), Coimbra (2007), novamente Lamego (2008), Castro Marim (2009), uma vez

mais Santarém (Vale de Lobos) (2010), Almeida (2011), Angra do Heroísmo (2012), pela quarta vez Santarém (2013) e novamente Lagos (2014). A instituição deste Dia Nacional pretende homenagear o “historiador e político que jamais deixou de levantar a voz em prol do nosso legado histórico-cultural”, uma das figuras da cultura portuguesa que mais defenderam o património nacional e, ao mesmo tempo, “criar uma nova oportunidade para a promoção das acções encetadas pelos municípios no que toca à salvaguarda dos seus centros históricos”. Ainda em sua homenagem foi criado, em 2001, o Prémio Nacional de Arquitectura Alexandre Herculano, que “privilegia a candidatura de intervenções exemplares quanto à forma de concretizar a sua relação espacial e formal com a zona envolvente”.

A direcção da APMCH foi inicialmente confiada ao município de Trancoso. A partir de 1994, tem alternado entre Santarém (1994/2002, 2006/2010) e Lamego (2002/2006 e 2010/2014) e passou a ser desempenhada pela autarquia de Ponte de Lima, desde 2014. Inicialmente foram mais de cem os municípios associados, entre os quais Vila do Bispo e Vila Real de Santo António (NORAS, 2011:101). No início de 2015 eram membros efectivos 94 municípios e membro auxiliar a Liga dos Amigos da Nazaré. Do Algarve, são associados os municípios de Lagos, Lagoa e Silves, no Barlavento, e Loulé, Faro, Tavira e Castro Marim, no Sotavento. Com sede nacional em Lamego, a APMCH tem, desde 2004, uma delegação na cidade de Lagos, e, desde 2011, outra em Almeida. Conta com a cooperação institucional do Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano (da FLUL), do CEAMA – Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, da Associação de Municípios Portugueses do Vinho, do Centro Lusíada de Estudos Tecnológicos de Arquitectura e com colaboração da CPLP no âmbito da defesa e da divulgação do património histórico-cultural dos diferentes países que a constituem.

Nos termos do artigo 7º dos seus estatutos, “são membros efectivos da Associação todos os municípios portugueses que possuam zonas históricas a preservar, independentemente de serem já ou não classificadas como centros históricos, e que, por deliberação da sua Câmara Municipal, declarem aderir a esta instituição”. A

adesão ocorrerá também “sem distinções do tipo de aglomerado — cidade ou vila — nem da localização da zona ou das zonas históricas nesses aglomerados” (APMCH [www](http://www.apmch.pt)). Desde logo, a própria associação apresenta-se como destinada a “reunir todos os municípios portugueses que possuam, nos seus aglomerados urbanos, zonas antigas merecedoras de preservação”, usa a expressão “Centros Históricos” na sua denominação, propõe-se promover acções tendo em vista a sua “defesa, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização e animação” e preocupa-se com a “salvaguarda de tão valioso património cultural”. Deixa à consideração de cada município a classificação dessas zonas como históricas e não estabelece nenhum critério que obrigue a ter qualquer centralidade.

Assim, a primeira questão que hoje se coloca é se aquilo a que passámos a chamar “centro histórico” de uma localidade realmente o é. Depois, fica a dúvida se aquela porção de território corresponde ao primeiro casario e, como tal, acompanha desde sempre a vida local ou se é mais recente e foi a partir desse momento que a povoação se desenvolveu e se tornou ponto central dessa evolução. Por fim e reunidas as duas considerações, se estará correcto falarmos de centro histórico ou se cada localidade terá tantos centros históricos quantos os interesses que estiverem em causa. Com objectivos diversos, autarquias e operadores turísticos definem e dão visibilidade aos seus centros históricos, raramente coincidentes nos seus limites geográficos. Para sua salvaguarda, os municípios passaram a dedicar-lhes instrumentos de planeamento específicos ou capítulos doutros mais abrangentes, destinados a regulamentar, tanto quanto possível, a actividade que aí se pretenda desenvolver e facilitar ou impedir iniciativas próprias ou dos privados.

Num vocabulário elaborado por entidade portuguesa competente, encontramos a noção de que ao “casco antigo ou núcleo fundacional duma cidade” se dá o nome de centro histórico (Vocabulário, DGOTDU, 2005:125), a que, mais tarde, foi acrescentado que “coincide por via de regra com o núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria, cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização” (Vocabulário, DGOTDU, 2005:128).

É idêntico o conceito expresso pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, citados também por aquele organismo, ao explicar que esse núcleo urbano, tido por fundacional, é o “ponto de origem de um aglomerado urbano, correspondente à zona mais consolidada do aglomerado, frequentemente localizada intra-muros ou com vestígios das antigas muralhas, e onde se agrupam, em estratos temporais sucessivos ou sobrepostos, os edifícios mais representativos e a arquitectura monumental, coincidindo por vezes com o Centro Histórico”. Estas noções são essencialmente exemplificativas e reconhecem que o casco antigo ou núcleo fundacional duma cidade pode coincidir ou não com o seu centro histórico.

A investigação arqueológica tem demonstrado que, devido a cataclismos ou por simples opção dos seus habitantes, não são raras as povoações em que a população transferiu o casario primitivo para posições mais favoráveis, e é este posterior assentamento que se mantém visível até aos nossos dias. Será o caso de Lagos, cuja primeira ocupação terá sido no Monte Molião e, no início da era cristã, se transferiu para o da Trindade, do outro lado da ribeira, onde se desenvolveu a actual cidade. Esta mudança terá resultado do “progressivo assoreamento do rio e consequente dificuldade de acesso à cidade de barcos de grande calado; necessidade de defesa da barra; procura de terrenos mais regulares para a sua expansão” (PAULA, 2000:28).

Numa outra aproximação, o centro histórico pode ser definido como “o núcleo da cidade (ou centro urbano menor) construído antes da época industrial, geralmente circunscrito no passado por uma muralha, onde se pode reconhecer e concentrar o património monumental, edificado e ambiental mais antigo e belo” (ANTUNES, 1997:74). Será uma porção do território que preenche o imaginário colectivo como expressivo e representativo da cultura e da história local e, no somatório com outros centros históricos, poderá contribuir para a definição de um país. No entanto, algumas vezes chamamos centros históricos a locais que, “em rigor, não são nem centrais nem históricos” (PEIXOTO, 2003:213).

A palavra “centro” remete-nos para um formato específico, tipo circular, quiçá uma pequena praça, e para a ideia de que seja o coração da localidade. Mas podem as

idades provir de vários núcleos habitacionais, mais ou menos contemporâneos na sua criação, que depois se foram ampliando e chegando aos limites uns dos outros, interligando-se e constituindo, por fim, um único aglomerado. Ou, à medida que houve o crescimento e as novas zonas de expansão se foram desenvolvendo em torno do seu próprio centro, ter a cidade ficado igualmente policêntrica. Por tudo isto, uma cidade pode reunir espaços de diferentes épocas, concebidos para finalidades distintas daquelas que hoje lhe são atribuídas e, por certo, “diferentes das que lhe serão dadas nos muitos futuros que lhe estão reservados” (DIAS COELHO, 2010:13). Partimos do pressuposto de que as diversas partes da cidade têm valores históricos diferentes, quando, afinal, “a cidade é uma entidade absolutamente unitária” (ARGAN, 2005:249).

Mesmo que a consideremos policêntrica, só um desses pontos de partida, geralmente o inicial ou o da parte mais antiga ou dominante desse novo conjunto, continua a ser entendida como centro histórico da localidade. Além dessa área menos vasta e contendo algum significado histórico, foram-lhe acrescentadas novas zonas construídas, que se desenvolveram e a envolveram, a chamada periferia. Esta, por sua vez, estará ela própria hoje envolvida por outras periferias que, sucessivamente, transformam e ampliam os limites do aglomerado. Assim, quando se fala em centro histórico, pressupomos também uma outra realidade, a de uma zona intermédia, por vezes vasta, que antes era fronteira e passou, de forma mais ou menos visível, a ligar duas malhas, a primitiva e a mais recente. Esta cintura interna faz a ponte entre dois grandes tempos e, nessa medida, deverá merecer idêntica atenção que aquele território mais pequeno que encerra, umas vezes absorvendo-o, outras protegendo-o de novas tendências urbanísticas.

Quanto a ser “histórico”, sabemos que essa área urbana, tida por mais antiga, nem sempre mereceu tal designação. Há um antes e um depois e o ponto de viragem – o momento em que passámos a ter “centros históricos” – é somente o do nascimento dessa expressão e da sua aplicação aos locais. Antes, aquelas zonas já existiam, tinham o seu topónimo próprio, haviam envelhecido, e muitas delas esperavam o fim que a passos largos se aproximava. Era-lhes prestada pouca atenção. À sua volta, cresciam novas zonas, umas habitacionais, outras vocacionadas para o comércio, umas e outras

com ruas mais largas e novos equipamentos, que atraíam população mais nova e isolavam cada vez mais o núcleo primitivo. Até que essa periferia deixou de comportar todo o crescimento inicial e começou também ela a se ver envolvida por zonas ainda mais novas. Quando a primeira periferia perdeu mão das novas áreas que viu nascer, começou então a olhar de modo diferente o velho casario que a precedeu, passou a apreciá-lo e, porque o envolve e o sente seu, tem hoje orgulho em designá-lo centro histórico.

Paradoxalmente, é quando passa a ter esse nome, quando lhe é atribuída essa denominação institucional, que o centro histórico, provavelmente e em rigor, deixa de o ser. Isto é, enquanto apenas parece, já o é, mas quando o desenhamos e o denominamos de centro histórico, é porque já ele perdeu ou vai perder algo de muito seu, de intrínseco e passa a ser outra coisa, porventura mais complexa. Nas sedes dos oito municípios do Barlavento algarvio, nem mesmo onde subsistem zonas muralhadas se confina hoje o seu centro histórico a um conjunto mais ou menos harmonioso de casas mais velhas e ruas mais estreitas. Esse núcleo primitivo foi crescendo aos poucos, nos primeiros decénios do século passado era já bem maior e, no seu todo, é diferente dos bairros que o cercam, quer na configuração e volumetria dos edifícios, quer na dimensão e tratamento do espaço público. Foi esse conjunto correspondente ao compacto construído existente nos primeiros decénios do século XX o limite do território urbano considerado como centro histórico para estudo neste trabalho.

4.4. Cidade-campo e espaços vazios

À medida que os serviços escolares, de saúde e administrativos, as oficinas e o comércio especializado se espalham por diversos pontos da periferia, torna-se difícil, no dia-a-dia, voltar a fazer vida de bairro. A cidade, pequena ou grande, impõe-se no seu todo, exige aos moradores que gastem cada vez mais tempo a percorrê-la, para satisfazerem as suas necessidades. Apesar disso, as plantas turísticas limitam-se a abranger uma pequena parte do tecido urbano e, mesmo aí, ressaltam um quadro

ainda menor, indicado como centro, geralmente histórico, onde o visitante encontrará tudo o que lhe possa interessar: monumentos, museus, galerias de arte e comerciais, restaurantes, alojamento, transportes e espaços de lazer. Nesta perspectiva, essa zona central aparece como entidade separada, com identidade própria em relação ao restante, tido como privado dos “tesouros arquitectónicos e sem aquela áurea que só o centro antigo ou o centro histórico possuem” (Beatrice Mirri, cit. ANTUNES, 1997:75). Em sentido turístico e até cultural, o centro histórico é tomado como depositário da identidade de toda a cidade. O restante casario, atravessado até lá chegar, é visto apenas como paisagem, como prolongamento da ruralidade.

A relação entre a cidade e o campo e esta identificação da cidade pelo seu centro histórico durou da Idade Média ao advento da sociedade industrial (Ch. Delfante, cit. ANTUNES, 1997:75). De certo modo, ainda se mantém. Mas a realidade é bem diferente da aparência e, com o crescimento urbanístico e o desenvolvimento imobiliário ocorridos depois de 1960, o centro histórico deixou de ter qualquer semelhança com a cidade que cresceu à sua volta. Os novos bairros, os loteamentos habitacionais e industriais, as grandes superfícies e o parque escolar e desportivo que também foram instalar-se na periferia, seguiram já a legislação urbanística produzida e entrada em vigor a partir de 1970; e o seu espaço público não tem qualquer semelhança com o que preservava os hábitos sociais do passado. Ainda que acabem por ser mais extensos os espaços ajardinados e em muitos haja parques infantis e até geriátricos, não terão sido concebidos como locais de sociabilização, nem atraem até si os novos vizinhos.

Pelo contrário, o espaço aberto do centro medieval resultava de uma materialidade diferente, um outro traçado e uma experiência que se mantinha há muito tempo. Era um “espaço do público, no qual se está em público e onde se desenvolvem os principais ritos colectivos, da festa à procissão, ao passeio” (SECCHI, 2006:157). Não era um espaço com uma utilização única e pré-determinada e, como tal, prestava-se às mais variadas interpretações e práticas, era de todos e estava ali mesmo à mão, dentro da cidade, aconchegado entre os edifícios muito próximos. De repente, como se já não fosse a mesma cidade, o espaço tornava-se praça, largo,

entrava na igreja e ficava silencioso, ou no bulício do mercado para fazer negócio. Mais à frente, esgueirava-se por uma estreita travessa, parava num saguão, deixava-nos onde quiséssemos voltar à intimidade. E havia um segundo espaço, menos destinado às práticas e aos ritos colectivos, grande e aberto, “próximo do campo, da laguna, do exterior que se apresenta mais à vista, ao percurso e às actividades produtivas” (SECCHI, 2006:157). Entre eles e nem sempre à vista de quem passava, a cidade medieval guardava numerosas hortas e jardins.

As cidades e as vilas sede de concelho do Barlavento estão distantes desse tempo, não tanto nas ruelas e nos largos que ainda mantêm, nem nas casas térreas e modestas que conservam, mas porque deixaram ocupar quase todos os espaços que antes foram hortas e quintais. Mesmo assim, ainda restam alguns terreiros, hoje transformados em praças, nas cidades mais junto ao mar ou ao rio, em Portimão, Silves e Albufeira; ruelas estreitas e vários becos em Aljezur, Monchique e Vila do Bispo; e um traçado mantido desde o tempo das primitivas muralhas, em Lagos, Portimão, Silves e Albufeira.

Em 1889, Camillo Sitte, preocupado com a destruição da cidade tradicional, debruçou-se sobre os valores urbanos da cidade medieval através de uma análise minuciosa do espaço público, não como vazio entre edifícios, mas como espaços positivos, tarefa estranha para a época e nas décadas seguintes. Depois de medir e relacionar as suas dimensões, concluiu, por exemplo, que “uma praça não deve ser menor que uma vez a altura de seu edifício principal ou maior que duas vezes esta mesma altura” (LAGO, 2007:58). Chamou a atenção para a necessidade de ser considerada menos a questão formal e mais a dimensão estética (SITTE, 1996:179) e, ao considerar a cidade como uma obra de arte, “era contra as grandes vias de comunicação e lutava por praças e por um espaço urbano como representação espacial de pensamento e poesia” (LAGO, 2007:58). A destruição da muralha que envolvia a cidade antiga, em Viena – e que já não desempenhava a sua inicial missão defensiva –, para dar lugar a uma larga avenida, provocou o debate entre Otto Wagner, que defendia o modernismo e Sitte, também interessado em “restaurar o

sentimento de pertencer a uma polis que a febril cultura comercial moderna estava a matar” (SITTE, 1980 cit. LAGO, 2007:59).

Em Portimão, também desapareceu a quase totalidade das muralhas e o pouco que resta encontra-se em quintais de prédios particulares, entre as ruas Professor José Buisel e Dr Estêvão Vasconcelos. Algo de semelhante acontece em Albufeira onde, das muralhas, já pouco resta. Já em Lagos, a maior parte das suas muralhas pode ser percorrida pelo exterior; em Silves continuam também libertas em grande parte. No que respeita a espaço público, a Praça d’Armas e o Largo dos Quartéis, em Lagos; o Largo 1º de Dezembro, em Portimão; a Praça do Município e o Largo José Correia Lobo, em Silves; e a Praça da República, em Albufeira, ainda mantêm algumas características desse passado.

4.5. Cidades e vilas do Barlavento

Os aglomerados urbanos algarvios são todos de pequena dimensão e, no Barlavento, apenas Portimão e Albufeira cresceram um pouco mais. De qualquer forma, no conjunto do centro histórico e zonas envolventes, mas sem contar com os outros lugares a que hoje estão ligadas, essas localidades têm cada uma apenas cerca de vinte mil moradores, segundo os censos de 2011 (QUADRO 004). Neste e noutros indicadores, as cinco cidades do Barlavento apresentam valores que as diferenciam das três vilas, também elas com características que as aproximam entre si. Desde logo, pela localização – as cidades mais no litoral e as aldeias no barrocal/serra – e depois pelo desenvolvimento que, por essa razão, o turismo lhes veio trazer. Mas quanto a antiguidade e história, têm muito em comum e todas mantêm algumas características do tempo da ocupação árabe e, séculos mais tarde, de uma maior ou menor participação na empresa dos descobrimentos.

“A cidade é de per si depositária da história” (ROSSI, 2001:187). Por isso, todo o espaço em apreciação é, sem mais, fonte primária. Os centros históricos aqui estudados, todos eles associados à área tida por mais antiga das oito localidades,

também elas das mais antigas do Barlavento, tornaram-se local de visita dos turistas. É aí que, em maior número, se encontram os estabelecimentos comerciais e os serviços de restauração que lhes são dedicados e é também aí que se encontram os monumentos e os edifícios relevantes que lhes são mostrados. Os turistas podem vê-los como uma parcela urbana devidamente preservada, a mais autêntica e característica, verdadeira essência da localidade que estão a visitar. Como em qualquer outro lugar, o que lhes é contado a propósito de cada ponto de paragem talvez não seja totalmente coincidente com o que consta da história local, mas é, pelo menos, verosímil.

“O turismo urbano, cada vez mais redutível ao turismo histórico e patrimonial, depende crescentemente da existência de cenografias que estimulem a actividade sensorial dos turistas” (PEIXOTO, 2003:218). Os museus, os monumentos e novos elementos existentes nestes centros históricos, embora não sejam muitos em cada um, podem estabelecer um relacionamento com a localidade capaz de perdurar na memória de quem os visite: o depósito da água e os moinhos no topo do morro de Vila do Bispo; a estátua do Infante D. Henrique e a caravela atracada frente à Avenida dos Descobrimentos, em Lagos; o casario aninhado na encosta do castelo, em Aljezur; a nora e as esculturas em bronze do Largo dos Chorões e o miradouro do Largo de S. Sebastião, em Monchique; a avenida marginal pejada de trabalhos de escultores internacionais e o monumento às operárias conserveiras, junto ao Museu, em Portimão; o conjunto escultórico evocativo do tempo em que foi capital de al-Gharb e o castelo, em Silves; a torre do Convento de S. José, o seu arco sobre a rua e os presépios trazidos para as montras, pelo Natal, em Lagoa; o telheiro da antiga lota, o conjunto escultórico do barco e dos meninos, junto à praia, a escada rolante e o elevador para de lá regressar, em Albufeira.

Os moradores das cidades, vilas e aldeias do Barlavento não têm por hábito encontrar-se nas praças e outros espaços destinados a permanência, dando pouco uso aos mais de mil bancos de que dispõem nos centros históricos e dos quase seiscentos espalhados pelas aldeias (QUADRO 124). Mas, porque a temperatura a isso convida, gostam de sentar-se em esplanadas, e é também aí que os turistas preferem tomar as

suas refeições. Há pelo menos uma centena de esplanadas no centro histórico de Albufeira e, mais de setenta no de Lagos, sessenta em Portimão e quase cinquenta em Silves. Os comerciantes também procuram tirar partido do espaço público destes centros históricos para ampliar a sua oferta, colocando os produtos em cerca de meio milhar de expositores. O número de toldos, sobre montras e esplanadas, ultrapassa os mil e quatrocentos (QUADRO 164).

O espaço público está cuidado, as casas habitadas estão preservadas, mas há várias outras vazias e em ruína. Nessas, resta por vezes um pormenor que vale uma foto, como uma cantaria, o batente ou o postigo de uma porta, uma janela e o velho cortinado de renda que lá ficou por detrás a vidraça, uma chaminé, um beiral, as plantas que crescerem no telhado – afinal pequenos nada que acabam por ser olhados com simpatia. Vila do Bispo, Aljezur e a parte mais alta de Monchique, localidades que ainda se mantêm vila, como que reúnem um pouco de cada uma das aldeias pertencentes ao seu concelho e apresentam acentuada ruralidade, bom testemunho das características deste recanto ocidental do Algarve.

Das cinco cidades, Portimão chegou com o seu casario até junto dos vários lugares que, trinta anos atrás, lhe ficavam relativamente perto e também eles cresceram. Mas a cidade, a centena de quarteirões que considerámos seu centro histórico, só ficou diferente no passeio ribeirinho e na actual Alameda. Esta resultou da demolição de três quarteirões – antigos mercado municipal, quartel dos Bombeiros e outro, de armazéns, que serviram para ampliar a Praça da República – e tem como edifício dominante a Igreja do Colégio dos Jesuítas.

Silves e Albufeira beneficiaram de programas Polis e em ambas houve a requalificação de quase todo o seu centro histórico. Naquela, a intervenção foi até junto ao Rio Arade. Nesta, estendeu-se por toda a frente para o mar, desde a Praia dos Pescadores até à do Peneco e incluiu escadas rolantes e um elevador entre as arribas e o areal. O Polis de Lagos foi de menor amplitude e abarcou apenas os quarteirões do centro histórico correspondente ao miolo das primeiras muralhas da cidade.

4.6. Intervenção na cidade existente

Sem ter como objectivo recuar na história de cada localidade e tentar descobrir como foi, mas sim encontrá-la como é agora, o presente estudo considerou como centro histórico um espaço bastante mais vasto do que costuma ser apontado, quer por tradição, quer pelos órgãos municipais. Foi tomada em consideração toda a área territorial ocupada há cerca de oitenta anos, quando havia ainda relativa possibilidade de se construir livremente, de que resultou um crescimento quase natural.

Todas as novas edificações, quer num conjunto urbano acabado de nascer, quer em novas áreas que lhe dão continuidade, estão desde logo destinadas a vir, um dia, a tornar-se também elas antigas. Os novos tipos de material, a nova arquitectura adoptada e também os destinos que foram pela primeira vez dados a algumas dessas novas construções, com o tempo, haveriam de tornar-se normais, depois tradicionais e, por fim, ultrapassados, ainda que continuassem a ser-lhes reconhecidas algumas vantagens e qualidades. Diversas razões, umas económicas, outras sentimentais, de possibilidade ou de necessidade, casuais ou planeadas, por iniciativa particular ou no interesse colectivo, levam à modificação ou à preservação de cada parcela do território. Aquilo que é natural e válido num momento poderá deixar de o ser em momento seguinte. Por não ser construída toda de uma só vez ou porque ao projecto inicial se sucedem novos projectos, uma cidade acaba por comportar, em si mesma, todo o saber de várias gerações. Por isso, representa o mais valioso compêndio de boas e menos boas práticas, onde os seus actuais moradores poderão encontrar valiosos ensinamentos para projectos futuros.

Sem os designar por centros históricos, o legislador (DL 426/89) realçou a importância de que hoje se revestem os centros urbanos antigos e definiu-os como “conjuntos urbanos com interesse histórico cuja homogeneidade permite considerá-los como representativos de valores culturais, nomeadamente históricos, arquitectónicos, urbanísticos ou simplesmente afectivos, cuja memória importa preservar, competindo às câmaras municipais a sua identificação, após parecer das entidades com competências específicas nas áreas que concorrem para a sua

qualificação e delimitação”. A partir de então, mais ainda os municípios passaram a ter atenção especial sobre as parcelas mais antigas, a classificar imóveis com relevância local e a demarcar os quarteirões em que as possibilidades de intervenção deveriam ser controladas, para preservar os valores que todo esse conjunto encerra.

A intervenção num centro histórico “tanto pode consistir em reactivar algo que já exista, mas que tendo deixado de estar integrado nas práticas quotidianas é redescoberto para novas funções (uma segunda vida), como manifestar-se através de operações de invenção e de encenação de uma singularidade e de uma continuidade” (Lowenthal, 1989 cit. PEIXOTO, 2003:214). Outras vezes, “um certo grau de inércia, baseado no princípio de que é preciso morrer para nascer de novo, afigura-se mesmo como necessário para que a revivificação seja bem sucedida” (PEIXOTO, 2003:214). É mais fácil intervir num espaço degradado e abandonado, por se aceitar que tudo é melhor do que mantê-lo a desfear o resto da cidade e a aumentar a insegurança que os espaços pouco habitados motivam. Já numa zona viva, com moradores, comércio e actividades várias, ainda que nela persistam diversas carências, a mudança raramente é bem recebida, quer porque a população já se habituara às vantagens e às limitações inerentes, quer porque as obras de remodelação sempre se prolongam para além do agendado e, durante todo esse tempo, a situação fica pior do que estava.

Como ente vivo que é, uma cidade precisa de acompanhar algumas modas e assim sentir-se integrada no seu tempo. Por um lado, gosta de manter e exhibir alguns pergaminhos, de poder atestar, na história, em monumentos e em edificações, um passado se possível longínquo e recheado de glória, o seu contributo para o desenvolvimento da região e do país. Por outro, quer mostrar que está a par da evolução social e tecnológica, dos avanços da cultura e da ciência, que desempenha um papel dinâmico na educação e ensino das gerações mais novas, que é exemplo entre as congéneres. Já passou o tempo em que o sol e a praia bastavam para o Algarve atrair como destino de férias. O comércio tradicional moderniza-se ou dá lugar a estabelecimentos de marcas internacionais, que trazem para o interior das cidades as mais recentes técnicas de decoração e publicidade. Dá-se o embelezamento das

fachadas e as autarquias contribuem para a dinâmica promocional com a realização de eventos atractivos, numa tentativa de conciliar o tradicional com o festivo.

As cidades envolvem-se em projectos que criam uma cultura urbana e procuram o usufruto quotidiano do espaço público, aliado a actividades de natureza lúdica. Os centros históricos, como palco privilegiado desta nova política urbana, passam a ser encarados como equipamentos culturais (PEIXOTO, 2003:219). É necessário que esta revitalização das áreas centrais ocorra sem as destruir. A reutilização de edifícios antigos que perderam o seu uso anterior e a conservação dos quarteirões com a modernização das casas e dos locais de comércio e artesanato, considerados como património com valor económico e social (PORTAS, 2005:157), têm merecido a atenção das autarquias e, postas em evidência nos circuitos turísticos, contribuem para manter vivos esses espaços.

Em Aljezur, Lagos e Albufeira, os edifícios onde haviam funcionado os Paços do Concelho, antes da sua transferência para novas instalações na periferia, passaram a ser utilizados como museu, espaço de exposições e centro de documentação; mantêm-se, portanto, ao serviço da população e atraem visitantes. Em Vila do Bispo, o edifício do antigo mercado municipal passou a albergar um centro de interpretação. Em Portimão, a antiga residência de Manuel Teixeira Gomes tornou-se arquivo histórico e passou a receber exposições, palestras e recitais; e o interior do palacete onde funcionara o tribunal foi adaptado a teatro. Em Albufeira, a antiga central eléctrica tornou-se galeria de arte municipal. Em Lagoa, o edifício do depósito da água passou a biblioteca e arquivo, e o Convento de S. José acolhe exposições nas suas celas e no claustro; passou também a ter espaço para encontros e espectáculos. Em Silves, o matadouro desactivado deu lugar à Casa da Cultura Islâmica e Mediterrânica. No que respeita a Monchique, a Ermida de Santo António, que perdera o seu uso religioso no séc. XIX, é hoje espaço de exposições.

4.7. Centro histórico/periferia

Os centros históricos, enquanto objecto de estudo, ajudam-nos a entender “a dialéctica urbana da permanência e da mudança” e a apreendermos a cidade no seu todo (PEIXOTO, 2003:212). O valor da área antiga depende, desde logo, do espaço e dos edifícios que os cercam, da sua localização e das infra-estruturas de que disponha. Mas depende também da centralidade que representa para os que lá trabalham, moram ou podem vir a morar; e da contribuição recebida dos cidadãos, proprietários ou não, nas suas casas, nas suas lojas, nos seus armazéns ou oficinas (PORTAS, 2005:157). Por isso, a salvaguarda do património urbano, que a lei incumbe primeiramente às autarquias, deverá começar por dar, aos cidadãos que habitam e trabalham nos quarteirões antigos, consciência do papel que lhes cabe nesse processo (PORTAS, 2005:158).

A aparência e o impacto do espaço público levam os cidadãos a sentirem-se atraídos pela sua terra. Mas o crescimento dos centros urbanos quase ultrapassa o planeamento municipal e muito menos é imediatamente perceptível pela população. As periferias surgem de modo muito semelhante em cada época, muitas vezes com projectos trazidos de outras cidades, apenas com ligeiras adaptações à topografia local. O mesmo tipo de edifício habitacional, de instalação fabril ou de superfície comercial, tal como de estabelecimento de saúde, de ensino ou pavilhão desportivo e tudo o resto que passou a ocupar as periferias, tornam-nas praticamente iguais e já nem os grandes reclusos luminosos assinalando a presença de certas empresas ajudam a diferenciá-las, porque as mesmas marcas se repetem em muitas localidades.

O regresso ao centro da cidade, onde o património com interesse social e turístico se concentra, leva-nos a esquecer a necessidade de que a regeneração se faça também do lado de fora, “como se a batalha do centro não se ganhasse desde as periferias, nesta sociedade de mobilidades em vasos comunicantes e de centralidades em rede, que é ou deve ser a urbe contemporânea” (PORTAS, 2005:199).

Os oito centros históricos aqui estudados correspondem à visão alargada da cidade “a que se chegou” até quase meados do século XX, não apenas ao que é tido por núcleo inicial. Foi assim partilhada a noção de que “a cidade contemporânea é cada vez mais um espaço de mobilidades de pessoas e actividades, no terreno e no tempo” (PORTAS, 2005:201). Não está nunca terminada, nem nos edifícios construídos, nem no espaço em que nos movemos ou onde paramos e só em abstracto o seu centro histórico poderá ser individualizado.

5 – O Espaço Público

5.1. Dimensão morfológica

As ruas e as praças, no espaço e no tempo, são tema de vários estudos. Nuns, são vistas como à data existiam, noutros, mais dedicados à história da cidade, são imaginadas em diferentes épocas. Alguns destes estudos procuram encontrar e relatar diferentes vivências, saber se os objectivos com que foram criadas se mantêm válidos, se a população as usa e com a mesma intensidade dos tempos iniciais, se as intervenções a que foram sujeitas contribuíram para aumentar ou diminuir esse seu uso, em suma, qual a importância que económica e socialmente cada uma ocupa no tecido urbano em que se insere.

Não trata esta dissertação de tamanha tarefa, sempre incompleta – pelo decorrer dos dias e pelo surgir de novos dados –, mas sempre contributo para o aprofundamento do que se pretende conhecer. O presente estudo cinge-se ao *espaço público* que permanece e ao que nele havia no momento em que foi visitado. Não somente às praças e às ruas, como seu elemento fundamental (KRIER, Robert, 1981:18); abarca também todo o resto, desde o troço de estrada que penetra no aglomerado e por onde todos circulam, até ao beco e ao pequeno pátio, onde só se cruzam os seus moradores. No conjunto, será onde tudo acontece. Por força disso, o próprio espaço fica com marcas e, por certo, boa parte daquilo em que quase se não repara poderá ser o que apresenta uma maior permanência.

Pode dizer-se que as marcas que ficam gravadas na matéria física dos aglomerados – chão, paredes, esquinas, cantarias, grades – são indicadores e, como as linhas da mão, são elas que contam a sua história (CALVINO, 2006:14). Informam-nos sobre acções passadas e, sob um olhar incisivo, podem dar-nos pistas acerca do bom

ou mau desenho do espaço, do que é mais e menos usado, da relação entre as coisas. Os traços, os riscos, os cortes, os entalhes, tudo aquilo que se nota ter-lhe sido acrescentado ou retirado, pode transmitir-nos sentimentos de interesse, repulsa ou contestação, e falam por si, emitem sinais, mesmo depois de já não estarem presentes os sujeitos que os produziram. Percorrer esses espaços e observar esses detalhes é como folhear e ler a sua biografia, tomar contacto com o relato de momentos que contribuíram para criá-los, mantê-los ou alterá-los. No entanto, o presente trabalho não analisa a utilização do espaço e, enquanto observação directa no momento em que acontece, limita-se a anotar algumas marcas desses usos, visíveis na massa edificada e noutros elementos com permanência no local.

Como ponto de partida, o espaço público é aqui entendido como um espaço acessível a qualquer pessoa, a qualquer hora do dia, permitindo a sua livre fruição. É um espaço para uso de todos: dos que, paredes-meias, têm o seu próprio espaço privado, e dos que não têm qualquer afinidade directa com esse espaço, apenas o cruzam de passagem. De certo modo é o mundo imediatamente exterior ao lugar privado de habitar, sem que isso signifique ser um mero negativo entre edificações (OLIVEIRA, Francisco, 2008:55), mas antes ser núcleo da vida urbana (RAMONEDA, 1999:1). Daí, a necessidade de dedicarmos crescente atenção aos aspectos exteriores do meio urbano, não apenas na sua estrutura e na paisagem resultante, mas ainda nas suas relações recíprocas (LAMAS, 1993:37), designadamente de vizinhança. Sem que se tenha formado intencionalmente, mas como resultado de deferentes opções de muitos agentes e em épocas distintas, o espaço comumente partilhado não gera entre os vizinhos direitos e obrigações especiais (INNERARITY, 2006:110), mas acaba por adquirir uma fisionomia própria, capaz de, em cada época, identificar os seus costumes e as suas actividades.

A preocupação de intervenção da administração na normalização do espaço público – preocupação crescente a partir do final do século XIX –, quer através de melhoramentos traduzidos na sua adaptação a novas necessidades de vida urbana e no aproveitamento de tecnologia que o permita, quer impondo regras aos particulares, poderá, no entanto, conduzir a alguma perda dessa identidade

(GONÇALVES, 2006:53). Mas, se fosse correcto falar em “crise do espaço público”, a questão seria sempre relativa. Não se trata de perda das suas qualidades, mas de ascensão da importância que foram adquirindo o espaço privado e todos aqueles novos espaços que, mesmo privados, se encontram abertos ao público. Por outro lado, o espaço público, que não é só material e parte do tecido urbano, ocupa também formas imateriais, porventura mais fáceis, cómodas e rápidas de possibilitarem o contacto entre os indivíduos. Equipara-se a um “campo de interesses e de disputa” (GUEDES, 2010:10) e, mesmo que respeite a bens materiais que nos foram legados por gerações anteriores, esse património começa a ser visto também pelo seu valor competitivo (SIMÕES, 2011:128). Passa a preocupar mais pelo interesse que desperta entre os turistas e o lucro que poderá proporcionar, do que pela fruição que directamente deveria proporcionar à generalidade dos moradores. É o que acontece nas esplanadas e noutras formas de ocupação da via pública, nas cidades mais ribeirinhas do Algarve.

O espaço público objecto deste estudo é visto apenas na sua dimensão morfológica, como lugar de passagem ou de encontro com existência real, conjunto de vazios merecedor de tanta ou mais preocupação do que a dedicada aos espaços ocupados, não para precaver o futuro profissional dos urbanistas (ASCHER, 1998:172), mas por uma tomada de consciencialização de que o colectivo, pela sua dimensão e alcance não deve continuar a ser secundarizado. No Barlavento, a área do espaço público corresponde a 40% da área total dos oito centros históricos e 49% no conjunto das vinte e duas aldeias estudadas (QUADRO 015), o que dá uma ideia do peso destes vazios, envolvidos e envolvendo os quarteirões onde os particulares habitam e desenvolvem as suas actividades.

5.2. O tempo, o dia e a noite

A vontade do homem, manifestada particularmente e por iniciativa privada, ou mais amplamente – estruturada, abrangente – e imposta pelos serviços públicos, não é única causa de transformação do meio urbano. “A cidade, como qualquer organismo

vivo, encontra-se em contínua modificação” (LAMAS, 1993:111) e tudo o que se encontra hoje no espaço público, sem dúvida não estaria lá antes e quase de certeza não estará no futuro. Mesmo que se mostre correcto e equilibrado, capaz de servir com a mesma funcionalidade por muitas gerações, não deixa de estar sujeito a uma vontade ainda mais forte – e nunca desejada pelo homem, um cataclismo – que, num ápice, poderá deitar tudo por terra, e obrigará a que aquele espaço tenha de renascer. Depois, por muito que se deseje respeitar a memória do passado, ainda que os limites se pretendam fiéis ao traçado anterior e se procure reproduzir as fachadas, aquele espaço será necessariamente já outro. Até pela sua complexidade, o espaço público não é excepção, nele nada se mantém inalterado e nada pode repetir-se tal e qual. Tudo evolui com o tempo. Todos os elementos nele existentes, “até os edifícios, sofrem necessariamente uma evolução formal, no envelhecimento da textura e da cor, nos materiais e em pormenores, quando não na utilização” (LAMAS, 1993:111).

Pondo de lado as grandes mudanças – impostas pelas forças da natureza ou resultantes de planos de reordenamento –, as alterações no espaço público podem, quer em termos perceptivos, quer em termos físicos, ser de várias naturezas. Tomemos, no primeiro caso e a título de exemplo, uma situação em que o uso do espaço seja alterado. Se, por hipótese, mudar o sentido no trânsito, o espaço físico é exactamente o mesmo, mas o seu efeito nos utentes, designadamente nos automobilistas, vai diferenciar a sua utilização. Uma rua de sentido único, quando este muda, passa a ser vista pelo outro sentido, e ambos são diferentes. Também não parece a mesma se vista com maior ou menor rapidez (de carro ou a pé). Para quem passa pela rua, um só facto pode acarretar uma transformação significativa na percepção de todo o conjunto, apesar de nada mais se ter alterado.

É no entanto o tempo, tão importante quanto fugidio, o que paulatinamente proporciona mais modificações. “Vemos um mostrador e ponteiros em movimento, mas não vemos o tempo. Podemos abrir o relógio e procurar. Onde está aí o tempo?” (HEIDEGGER, 1992:31). Em cada instante, o espaço público permanece igual, no movimento, na acção, no modo como vive. Mas basta cair a noite ou romper o dia e já não fica igual ao que estava antes. Em cada espaço há luminosidade, cor, som, gestos,

tráfego, ritmo e pessoas diversas, conforme a hora. Basta passar por uma rua a diferente hora da habitual, para que nos pareça outra. O espaço da cidade tem um ritmo de fundo de certo modo constante, mas muda de figura e de tom, do dia para a noite, da manhã para a tarde (ARGAN, 2005:233). Até pelas pessoas com que nos cruzamos, os objectos trazidos para a rua, o som que ouvimos de fundo, o cheiro que sai de algumas casas, já sem falar da posição do sol e das sombras nas fachadas, conseguimos imaginar que horas são.

O tempo é importante e tudo muda, mas depende também do lugar. No mundo, o mesmo instante tem horas e comportamentos diferentes. Em longitude, enquanto uns estão a levantar-se, outros já a deitar-se e outros ainda a voltar para casa depois de mais um dia de trabalho. Em latitude, num sítio é inverno e noutro verão. Também na cidade grande, em cada zona ou bairro, o espaço público poderá estar a ser vivido de forma muito própria, diferente da dos demais. Bastará observar cada espaço no decorrer de vinte e quatro horas, para encontrar mais semelhanças com igual hora do dia anterior, do que com as duas ou três horas antes desse dia. O girar do tempo deixa marcas e o espaço público mostra-se diferente, ao longo do dia, à hora da entrada e saída das escolas, dos empregos e na ida às compras, ou no fim-de-semana, à saída da missa, do teatro, nos parques de estacionamento. O espaço público nunca é o mesmo. Os lugares são também marcados, mais ainda, pelas estações do ano, visíveis principalmente em elementos vegetais: as árvores são mesmo como um relógio das estações do ano (LYNCH, 1972:149).

Ainda que todo este movimento se repita, o tempo passa e – quando nasce outro dia, recomeça a semana e regressa a estação – os espaços são já outros ou são diferentes os elementos que o compõem. Com a utilização que as pessoas lhes dão, com os ciclos sazonais e diferentes horas do dia, muda a paisagem urbana. No Barlavento algarvio, durante o Inverno, as ruas estão quase vazias, registam pouco movimento. No Verão, pelo contrário, as ruas enchem-se de população local, de turistas e demais visitantes, vendedores e outros – montam-se esplanadas, os expositores são colocados no exterior –, e a paisagem fica diferente. No seu todo, esta diferença inclui gente e equipamento, tons e sons, vazio e cheio. No dia-a-dia, a

população local necessita menos de sair à rua, porque a família é mais reduzida, vive em casas maiores, com congelador que evita idas ao mercado, telefone, televisão e outros equipamentos que lhe proporcionam o que dantes encontrava no café. Mas, sobretudo na cidade, o turismo e a restauração compensam essa retracção dos moradores; no verão, também os festivais e outros eventos voltam a trazer todos para a rua, “recuperando antigos lugares para o lazer” (ASCHER, 1998:175).

Muitas destas actividades, destinadas a animar o verão e a atrair muito público – população local, de municípios vizinhos e de outros pontos, principalmente do Algarve –, exigem muito espaço e decorrem em recintos periféricos. Nesses dias, adquirem a visibilidade e a centralidade própria dos lugares de “presença e domínio” (INNERARITY, 2006:130), que entretanto perderam, com a retirada da administração e de serviços para novas zonas urbanas. Não é sempre assim. Em Albufeira, em Silves e em Lagos a festa continua a decorrer no centro histórico, tal como em Portimão, embora aqui muitas vezes extravase para zonas novas. Também nas aldeias – Paderne, Guia, Alferce, Casais, Marmeleite, Figueira (de Portimão), Barão de S. João, Barão de S. Miguel, Borda e Carrapateira – a festa, a feira e o mercado decorrem no terreiro contíguo ao edificado, onde o quotidiano também se desenrola. As manifestações religiosas exteriores, as procissões que ainda se fazem e outros cortejos realizados com fins diversos, de benemerência, recreativos, de evocação histórica ou políticos, por maioria de razão percorrem as ruas mais centrais, que assim manifestam a sua condição de “territórios de partilha colectiva” (GONÇALVES, 2006:40).

Fora dessas datas e desses acontecimentos especiais, a praça, onde a igreja ou os paços do concelho ocupavam lugar central; a rua principal, com o seu comércio, repartições e cafés, que aos poucos deram lugar a dependências bancárias – e aguardam, entretanto, novas utilizações –, perderam muito do movimento e do interesse que, até quase final do século XX, haviam despertado. De qualquer forma, porque as zonas novas, apesar dos atractivos espaços comerciais, são depressa ultrapassadas por outras ainda mais novas, todas se revelam com centralidade efémera. Por isso, a localização de um edifício na praça principal do centro urbano ainda continua a assegurar o reconhecimento de estatuto social (BARBOSA, José,

1993:299). Outros, porém, acreditam que a praça e a rua direita, que haviam sido espaços “multifuncionais – de trabalho, de lazer, de passagem, encontro e deambulação, de conflito e de festa, de poder e de resistência, acolhedores ou inseguros” – tendem a desaparecer a curto prazo (LOUSADA, 2008:45).

Esta perda de funcionalidade – que não atinge só a praça mas se estende a todo o centro histórico e alastra também às periferias – torna, até de dia, menos seguro o espaço público, boa parte sem trânsito automóvel e entregue apenas aos peões, consequentemente menos circulado. À noite, a sensação de segurança é ainda menor. Da mesma forma que “a dinâmica económica do espaço-tempo noite resulta de actividades que, no passado, associávamos apenas ao dia” (ALVES, 2008:5), também a iluminação do espaço público está preparada para uma urbe adormecida e não para essa nova animação que, no verão e nos centros turísticos, tem seu pico de utilização à noite. Este medo, se bem que não compartilhado pelos mais novos que cresceram já neste ritmo de vida, é sentido todavia por seus pais e avós, e tem levado à contradição de “concebermos e construirmos a cidade para que seja completamente aberta e depois fechamo-la”, como são disso exemplo os condomínios (GONÇALVES, 2006:56).

5.3. Os cheios e os vazios

São cada vez mais os aglomerados ou parte deles, cuja utilização do espaço público está devidamente regulamentada. Desde logo pelos diplomas legais aprovados para todo o território nacional, mas também pelas normas de planos de urbanização e de pormenor que lhes são directamente destinados, ainda que, no geral, idênticas às contidas nos planos de outros municípios. Mesmo sem impondo uma conduta única a todos os proprietários dos edifícios, são pelo menos estabelecidas certas balizas, que não permitem que a criatividade de cada um extravase os limites que o poder central ou a autarquia pretendem que sejam mantidos. Nos anos sessenta do século XX, foi convencionalizado que o “Algarve é branco” e muitos municípios proibiram que, na pintura das fachadas, fosse utilizada outra cor, quebrando uma tradição de uso

generalizado do azul e do amarelo, principalmente em molduras e socos, que já estava enraizada. Nessa altura, Albufeira ostentou a divisa “vila branca em mar azul” (forumalbufeira www), como forma de atrair visitantes para um bucolismo que não mais teve.

A volumetria, os tons usados nas fachadas e o modo de relacionamento entre o espaço público e o privado, estão cada vez mais padronizados, o que quase transpõe para o urbanismo a mesma normalização que a tecnologia recomenda e a lei impõe para os novos equipamentos que passaram a fazer parte do nosso quotidiano. Seja como for, quer nasça e evolua ao sabor do uso que lhe é dado, quer siga normas a exigir comportamentos que, com o tempo, também se tornam hábitos, o espaço público não é, nem será totalmente igual e, pela nossa natureza e por essas diferenças, tem recebido e continuará a receber diferentes designações.

Não raro falamos em “espaço urbano”, se o casario se apresenta de forma ordenada e, principalmente, se de uma cidade se trata. Na nossa legislação, *urbano* surge enquanto diferente de *rústico* e refere-se mais a prédios do que a aglomerados habitacionais, embora a antiga classificação administrativa também distinguisse os concelhos entre urbanos e rurais e até os classificasse por categorias: primeiro, os *rurais*, em “perfeitos” e “imperfeitos”, pelo Código Administrativo de 1895 e 1896; depois, no de 1940, em *urbanos* de 1ª, 2ª ou 3ª ordem, sempre com critério no número de habitantes e nas suas possibilidades financeiras (SILVA, Henrique, 2012:77). Em termos práticos, no meio rural, o aglomerado é mais disperso, por vezes as construções nem formam ruas, mas uma sequência de largos logo a seguir à estrada. No entanto, “sem casas não haveria ruas” (BELO, 2001) e, sem ruas, parece difícil começar a tecer uma cidade. Com efeito, no meio urbano “os espaços públicos não podem construir-se senão em forma de ruas (espaços lineares) e de praças (espaços de ligação)” (KRIER, Léon, 1999:143), a menos que se trate de cidade planeada e, aí, são as ruas interiores que ligam entre si as praças, grandes espaços de concentração, contemplação e convívio.

Vista em planta, com o espaço público realçado no seu todo e os quarteirões, privados ou não, apresentados como vazios, a malha que daí resulta poderá dar uma

primeira ideia dos vários tipos de relações susceptíveis de se estabelecerem entre os moradores de um aglomerado urbano e da sua capacidade para receber visitantes. Mas essa ideia poderá corresponder pouco à realidade. Pareceria que, como visão de conjunto, seria mais real do que a observação directa, rua a rua, largo a largo, sempre com o horizonte limitado pela presença de construções vizinhas. No entanto, a relação cheios-vazios assim obtida não tem em conta a topografia do terreno, as diferentes cotas por que o aglomerado se distribuiu, se os quarteirões estão preenchidos por edifícios altos e em banda ou por casas térreas recuadas e com jardim fronteiro, se muitos desses quarteirões são templos, museus e centros de comércio e diversão. Em resumo, se o espaço urbano se limita ao traçado assim realçado, ou se, no dia-a-dia, se expande por edifícios públicos e outros privados, com acessibilidade a todos, pelo que, deste modo, o espaço de circulação e convívio fica significativamente ampliado.

O espaço urbano não se resume ao traçado das ruas e das praças, resulta também das relações que entre os seus moradores proporciona. Tal como o monumento e o grande edifício público são catalisadores do meio urbano, também a habitação – por vezes pequena e anónima, mas persistente na sua presença –, embora possa parecer elemento estranho ao espaço público, contribui, talvez mais ainda, para moldá-lo. Poderemos considerar uma posição mais artística (Guedes, Howard, Sitte) associada a pessoas, culturas e contextos; ou uma outra, mais tecnocrata (Haussmann, Le Corbusier), associada a funções, nomeadamente infra-estruturais. Mas, para o conceito de “espaço-rua”, sempre contribuem as “relações diversificadas e sistémicas, entre edifícios, seus usos, utentes, sinais, significados e comunicações no espaço e no tempo” (MACHADO, António, 1993:27).

O rossio, o passeio público e o jardim perderam a hegemonia para os novos espaços urbanos, construídos em áreas periféricas, onde se instalam as grandes superfícies comerciais, ou pela reestruturação de áreas consolidadas, e coloca-se hoje a questão do “espaço colectivo” na reconfiguração física e social da cidade (GONÇALVES, 2006:68). A rua, sem perder a sua função inicial, de acesso à habitação e à intimidade dos moradores, trá-los também para os espaços do “visível”, onde uma certa encenação e cenografia têm lugar. Os lugares mais abertos estariam outrora

preparados para o teatro clássico, e hoje, com o “movimento do automóvel, estão mais identificados com o cinema”; nas ruas, equiparadas aos corredores dos alojamentos, o espaço transforma-se também, e surgem avenidas, passeios, galerias e passagens cobertas, “para distribuir e permitir acesso de uma nova forma às actividades comerciais e aos serviços públicos e para organizar os diferentes usos dos arruamentos” (ASCHER, 1998:173).

5.4. Relação dos núcleos com a topografia

Considerámos como *espaço público* todo o espaço *vazio* entre edifícios e que tem forma. Poderá então ser visto como um cheio, um positivo, *exterior* aos edifícios, mas interior ao núcleo e onde tudo o que é *público* terá lugar. É, igualmente, um espaço *aberto* e, por isso, a qualquer altura do dia e do ano, está acessível sem restrições e permite qualquer uso e apropriação, mas, se abusivos, sujeitos a punição. Esta noção de espaço exterior e permanentemente acessível inclui também os aglomerados com muralhas e antigas portas, que já não estão fechadas e se mantêm em directa ligação com o tecido exterior.

Finalmente, é um espaço *contínuo*, em que, percorrendo-o em qualquer direcção, continuamos sempre dentro dele. No seu todo, o espaço público tem limites horizontais – é constituído pelos pavimentos, uns para circulação pedonal, outros para veículos, e por alguns tectos (espaços cobertos) – e limites verticais – as paredes exteriores dos edifícios. Essas paredes separam o espaço privado do espaço público, ou o interior do exterior e, ainda que aparentemente pertença do proprietário do edifício, são na verdade coisa pública, sujeita a regras, mesmo que isentas de controlo prévio. Cada espaço é ainda limite vertical de um outro espaço. No caso de passadeira aérea ou viaduto, o tabuleiro é parte do seu limite horizontal e do da via que passa por baixo. O limite exterior do espaço público, correspondente ao da totalidade do aglomerado urbano ou de uma sua zona determinada, é aquele que administrativamente está definido como tal. Quando objecto de estudo e no caso

presente, abrange todo o espaço envolvido e envolvente do casario que tenha sido considerado.

O seu elemento constitutivo essencial é desde logo o solo, sempre presente, ainda que aéreo ou subterrâneo, de que são exemplos o piso superior do Bairro do Progresso, em Silves, a passagem aérea na Figueira (de Portimão), os arcos, túneis e viadutos em Albufeira, Portimão e Lagos, e até circulante, como em Albufeira, na escada rolante e no elevador. Depois, também quase sempre presentes, como “elemento mínimo”, os edifícios, através dos quais se organizam e identificam os espaços com forma própria: a rua, a praça, o beco, a avenida (LAMAS, 1993:84). Há como que uma relação de procura recíproca e dialéctica entre o espaço e o edifício, que simultaneamente os atrai e condiciona, ao ponto de, quando falamos de um, estarmos por vezes a pensar no outro. Assim, quando referimos uma praça, imediatamente visualizamos um ou mais dos seus edifícios principais e, quando citamos um edifício ou serviço nele instalado, logo pensamos no espaço que o envolve e no percurso para lá chegar.

Na cidade tradicional e no pequeno aglomerado, a fachada do edifício que comunica com o espaço público contribui para a formação da sua fisionomia e mostra o que dele podemos esperar. A fachada é o rosto do prédio. A actividade nele desenvolvida pode dar nome ao espaço onde se situa: Rua da Central, em Monchique; Rua do Cinema Antigo, em Lagoa; Rua do Colégio e Rua da Fábrica, em Portimão; Largo do Convento da Senhora da Glória, em Lagos; Rua do Correio e Travessa do Hospital, em Silves; Rua da Escola, em várias aldeias; Rua da Igreja em grande parte das localidades; Rua do Mercado, na Guia; Largo da Misericórdia em Monchique e em Silves; Largo e Praça do Município, em Lagoa e em Silves; Rua da Padaria, em Espiche e em Budens; Travessa e Rua da Praça, em Lagoa e em Barão de S. João; Largo e Rua da Sociedade, em Almádena e em Budens; Rua do Tribunal Velho, em Albufeira.

A relação dos edifícios com o terreno em que se implantam – e deste com o espaço público – está directamente dependente da frente dessa parcela fundiária, também designada por lote. O conjunto de lotes contíguos, totalmente delimitado por ruas e outros espaços livres e circuláveis, forma o quarteirão, geralmente entendido

como “cheio” da malha urbana. Os vários quarteirões ajudam a definir ruas, travessas, praças, pracetas e largos; no conjunto, com dimensões e proporções próprias, revelam-se “à dimensão de uma grande metrópole ou possuidores da intimidade de um espaço de aldeia” (KRIER, Léon, 1999:143). Na cidade, assenta bem e espera-se uma geometria pura, com ruas paralelas, resultado de ordenamento urbanístico, enquanto nos pequenos aglomerados, uma composição mais livre e mais simples ajuda a criar o ambiente que os caracteriza. Mesmo que as cidades do Barlavento (e do Algarve) não sejam grandes, sempre se encontra alguma “racionalidade” no traçado da parte sul do centro histórico de Lagoa, nos bairros norte de Portimão e nascente de Silves e também numa aldeia: Montes de Alvor. Em todas as demais localidades, o crescimento das áreas estudadas terá sido de certo modo vagaroso, resultado da “utilização continuada de processos construtivos, comprovados e de regras idênticas nas relações dos edifícios entre si e com o território” (LAMAS, 1993:134), crescimento esse quase espontâneo, ainda que, pelo menos nas sedes de concelho, já com respeito pelos regulamentos ao tempo em vigor.

A evolução física de um aglomerado é muito resultado da morfologia do terreno, mas o seu início prende-se mais com o local escolhido para o primeiro assentamento. Com excepção de Lagoa, Monchique e Vila do Bispo, todas as restantes sedes de município encontram-se em zonas defensivas, junto à foz de rios (Portimão) ou de ribeiras (Albufeira e Lagos) ou até onde eram navegáveis (Silves e Aljezur). Estas últimas aliam ainda o facto de terem crescido “à sombra do castelo” (BARBOSA, José, 1993:228). Todas elas têm hoje praças e o seu centro turístico junto à água; é daí que irradiam, com interesse decrescente, os vários quarteirões. Mesmo quando o castelo, e em Silves também a Sé, exerce natural atracção, não raro a visita é fugaz e é à zona ribeirinha, onde também há o estacionamento, que logo a seguir se regressa. As aldeias, praticamente despojadas de quaisquer elementos decorativos que despertem interesse, além da simplicidade do seu próprio casario e da paisagem que muitas oferecem, mantêm uma vida calma e um crescimento lento ou mesmo nulo. Neste último aspecto, apenas a Guia e as mais próximas de Lagos e de Portimão são excepção (QUADRO 004).

A relação com a topografia do lugar terá marcado, desde logo, o modo como evoluiu cada aglomerado (OLIVEIRA, Francisco, 2008:207) e como nele se distribuíram os equipamentos essenciais à vida dos seus habitantes. O tecido urbano ficara um tanto dependente das linhas de confluência a esses locais, que, por sua vez, já haviam recebido tais equipamentos pela sua posição geográfica e configuração do terreno. Isto, quanto aos acessos principais, que geralmente acompanham os traços vinculados pelo escorrer das águas ou pelos acidentes naturais do solo. E sendo tudo também causa da divisão da propriedade, quer nos terrenos envolventes, quer dentro da própria localidade, a maior ou menor dimensão de cada prédio rústico e das parcelas em que se vai subdividindo vai condicionar o afastamento entre si das vias secundárias e das travessas e contribuir para a formação da malha urbana.

Terão sido factores geográficos que ditaram a localização de alguns desses equipamentos que permanecem do passado, com sua presença forte ou como memória: um castelo, um cais, um moinho, um lavadouro, até uma igreja. Quase sempre, foi também essa localização que determinou a distribuição do casario circundante e que veio a definir os cheios do tecido urbano que hoje encontramos nestes trinta núcleos estudados. Mesmo quando a instalação de equipamento comunitário só mais tarde teve lugar, a topografia do terreno terá tido maior influência na localização das primeiras casas. Com efeito, será necessariamente diferente uma localidade que cresce em terreno plano, daquela que fica condicionada pela inclinação do solo, quase sem espaço para os estreitos arruamentos por que é feito o acesso às casas. Distribuídas principalmente pelo barrocal, as aldeias do Barlavento algarvio terão crescido com a preocupação de conciliar a preservação do solo arável com o aproveitamento das parcelas mais pedregosas, onde implantaram as casas e, encosta acima, a utilização de socalcos com características idênticas. Daqui resulta uma diferença de cotas entre a zona mais baixa e a mais alta de cada localidade, menor em Vale de Boi (12m) e maior na Raposeira (50m) (QUADRO 012).

Os conjuntos correspondentes à parte mais antiga dos centros históricos aqui estudados terão nascido de outras preocupações, essencialmente defensivas, com a população a se fixar em zonas mais elevadas, sobranceiras aos terrenos por onde se

entrava e saía. Na altura usados no cultivo, esses terrenos foram há muito ocupados por mais construções, boa parte hoje também pertencentes à zona histórica. Constituem, em maior ou menor área, um cabeço habitado – Albufeira, Silves, Portimão, Lagos e Vila do Bispo – e as casas que encontramos no que consideramos núcleo primitivo distribuem-se por essa cota mais alta. A sua malha difere quer da do restante centro histórico, quer da malha de cada um dos núcleos primitivos das outras localidades. Em Albufeira os quarteirões são alongados, como gomos; em Lagoa lembram bagos de romã; em Lagos formam um quadrado que sucessivamente se subdivide; em Monchique envolvem a igreja como numa flor em botão; em Portimão são longos, paralelos e subdividem-se à medida que se afastam da beira-rio; em Silves são maiores no centro e mais pequenos de cada lado; em Vila do Bispo parece que a malha foi esticada para os lados (Anexos, Plantas: Identificação dos Quarteirões).

5.5. Da expressão “espaço público” e sua utilização

A naturalidade com que se fala de “espaço público” e de todos os seus elementos não nos dá a ideia de que foi só em 1977 que, pela primeira vez, a expressão terá sido utilizada. Foi em França, num documento constante de um processo de intervenção da entidade local em bairros antigos, que, sob esta nova designação, foram agrupados “numa mesma categoria, os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana e o mobiliário urbano” (ASCHER, 1998:172). Até então, cada um dos elementos que o compõem era referido isoladamente, ainda que agrupado a outros equivalentes: ruas, arruamentos, passeios; espaços livres; praças, alamedas. Aquele documento referia-se a menos do que hoje consideramos fazer parte do espaço público, mas a noção depressa se enraizou e tornou-se cada vez mais ampla. Passou a abranger praticamente toda a realidade física que à administração compete preservar para fruição de todos e, ainda, um espaço imaterial onde a todos se reconhece o direito de livremente se expressarem. Formulado por Habermas (1978), no seguimento da análise política de Emanuel Kant,

este outro espaço público será “o lugar, acessível a todos os cidadãos, onde um público se reúne para formular uma opinião” (GONÇALVES, 2006:83), reflexo do pensamento democrático. Num caso e noutro, não é novo o conceito, mas a expressão.

Não é a questão filosófica, mas urbanística, a que aqui interessa. No entanto, desde logo, coloca-se a questão da liberdade. Se “a cidade não é um laboratório”, o seu espaço público não deverá ser constantemente sujeito a experiências pessoais (KRIER, Léon, 1999:143), quer por particulares, quer pelos detentores do poder administrativo. Por isso, ainda que visto como “vazio”, o espaço público deverá encontrar-se devidamente estruturado e, ao mesmo tempo, ser estruturante da vida local.

Quando, em 1933, o IV Congresso do CIAM elaborou em Atenas a Carta do Urbanismo, ainda não se falava em espaço público. Preocupado acima de tudo com as comunidades suburbanas, o documento apontava falhas e riscos encontrados em trinta e três grandes capitais e indicava caminhos para “o bem-estar do lar, a beleza da cidade”. Quanto à cidade, reunia já os dois sentidos da expressão “espaço público”, ao concluir que “a cidade deve assegurar, nos planos espiritual e material, a liberdade individual e o benefício da acção colectiva”. E concretizava este segundo aspecto, com referências a “superfícies verdes, pulmões da cidade”, “solo urbano”, “terrenos destinados ao lazer”, “vias de percurso lento para o uso de pedestres”, “áreas próprias à cultura física e ao desporto quotidiano”, “superfícies livres”, “espaços livres”, “superfícies verdes”, sempre indicados com o “papel de prolongamentos úteis da moradia”.

Em 1951, o VIII CIAM pretendeu inverter o problema da desintegração da vida nas cidades, com uma proposta de retorno ao “centro cívico”, recuperado à escala humana e como lugar ideal de reunião. Era defendida a personalidade do “coração da cidade”, pela presença dos antigos edifícios e, ao olhar as necessidades estéticas, psicológicas e representativas da comunidade, recomendava que se deveria buscar o sentido de lugar em vez de, em nome de banais problemas de circulação de automóveis, destruir os antigos centros, tão ricos de tensão espiritual (MAYUMI,

2005:10). Com este pensamento, as resoluções deste congresso propunham: que fossem criados corações nas cidades, destinados aos pedestres, mas não aos automóveis; que a sua escala humana permitiria todas as manifestações espontâneas da vida social; que deveriam permanecer fixos certos pontos possuidores de valor simbólico e monumental; e que, na arquitectura, participassem as demais artes plásticas, tal como acontecia na era artesanal pré-industrial. Haveria assim respeito pela medida do homem, ao ser reconhecida “a necessidade de voltar a colocar o homem no centro de todas as coisas, frente a frente com seus semelhantes” (ROGERS, E. N.; SERT, J.L.; TYRWHITT, J., cit. Mayumi, 2005:11).

Ainda sobre a cidade, refiram-se: o conceito de “imagem colectiva da cidade” (Lynch), resultante da percepção que é comum aos habitantes de uma cidade; a leitura do espaço da cidade (Cullen), posto em evidência pelo primado da “emoção estética da cidade” e da narrativa do lugar, erigida pelo tempo e pela história; e a diferenciação entre “cidades naturais” e “cidades artificiais”, estas zonificadas, esquecendo que “a cidade não é uma árvore” (Alexander) e com uma rígida separação entre os diversos elementos urbanos (OLIVEIRA, Francisco, 2008:57-61).

5.6. Espaço público e vida urbana

A liberdade de acesso e de uso a um espaço pela generalidade da população dá-lhe a característica de ser público. A possibilidade de, dentro dos limites que a lei genericamente impõe e que a consciência de cada um recomenda, de aí agirmos livremente e praticarmos actos que todos os outros podem presenciar, torna-o também palco desses nossos gestos. Já não será o espaço comunitário que em tempos foi, mas é ainda moderador de relações sociais e quase ecossistema, capaz de interferir – habitação, educação, saúde, emprego, divertimento e até crime – no comportamento do indivíduo e da sociedade. Das ruas e das praças, o espaço urbano público alastra a toda a malha urbana – áreas cívicas, jardins, parques e pequenos

espaços prolongamento das habitações –, e o desenho da cidade pode ser catalisador da vida urbana que se pretenda (SERDOURA, 2006:44).

As relações público/privado que se estabelecem no espaço público podem ser no sentido de “estar em sua casa”, pela simplicidade e naturalidade postas nessas práticas sociais e colectivas; serem vistas como urbanas, por ocorrerem em território das sociabilidades externas de cada um “no meio dos outros”; e, mais amplamente, serem tomadas como acto comunitário, que é o espaço-tempo do “entre nós” (ASCHER, 1998:174). Quer na grande cidade, quer na pequena aldeia, o espaço público é lugar de encontro, troca, partilha, discussão e celebração (GONÇALVES, 2006:29) e só o é porque lá estamos nós e temos, à nossa volta, pessoas e paredes, edifícios e ruas, espaços fechados e outros espaços públicos. No entanto, se estiver directamente virado para a praça um alçado lateral da igreja (BARBOSA, José, 1993:327) ou do palacete hoje edifício público, consegue-se uma menor exposição e contacto e, com isso, preservar naturalmente o adro ou o pátio para uma maior intimidade.

5.7. Espaços lineares e não lineares

Neste âmbito, trabalham-se sobretudo espaços, que designamos de *lineares* e *não lineares*, conforme a sua apetência seja mais para a circulação ou para a estada (AAVV, Ternos Passeios, 1997:55). Os primeiros compreendem ruas, travessas, alamedas e avenidas, mas também outros espaços, pequenos ou grandes que, não obstante a escala, apresentam uma configuração alongada, com o comprimento geralmente superior ao dobro da largura, enquanto os segundos, de permanência, terão dimensões mais aproximadas. Podemos ainda associar aos espaços lineares os de passagem e até de permanência, como becos e pátios, desde que, em planta e na realidade, cumpram aquela “regra”. Como espaços não lineares, temos os largos e as praças. Outros há, geralmente sem denominação expressa no local e que, à semelhança daqueles, apresentam como função privilegiada a permanência e contêm, por isso e com maior incidência, diverso mobiliário urbano. Ressalvadas as proporções,

há um certo paralelismo entre estes espaços de estar públicos e os compartimentos nos fogos, onde, “quando a respectiva área for maior ou igual a 15m², o comprimento não poderá exceder o dobro da largura, ressalvando-se as situações em que nas duas paredes opostas mais afastadas se pratiquem vãos, sem prejuízo de que possa inscrever-se nessa área um círculo de diâmetro não inferior a 2,70m” (RGEU, art. 69 d).

Especificando, uma *rua* é um espaço alongado de passagem, geralmente com edifícios de ambos os lados. Os seus comprimentos e larguras podem variar, bem como os seus limites laterais, em princípio as fachadas dos prédios. Existem, entre as ruas, hierarquias e diferenciações: *ruas direitas* – que vêm do passado e que continuam lá, muitas vezes mantendo essa designação –, ruas de frente e as de *traseiras*. Podemos depois perceber vocações e usos: umas são principais, quase sempre associadas a comércio, e outras são secundárias, com menos pessoas a andar nelas e, daí, serem por vezes evitadas. Uma diferenciação importante é ainda entre as que mantêm trânsito automóvel e as pedonais.

Na prática, ruas, passagens, entradas de edifícios e até cafés, recintos desportivos e outros, de livre acesso para todos, são ou acabam por comportar-se como espaço público. Em contrapartida, há muitos espaços do domínio público não acessíveis a todos, ou que estão apropriados de forma privada, como é o caso de passeios ocupados pelas esplanadas dos restaurantes ou por expositores vários, e os recintos concessionados para desfiles, feiras, festivais e espetáculos com entrada paga. Por altura de cimeiras, visitas oficiais, filmagens ou por outras razões de segurança, a circulação pode ser vedada à generalidade da população, sem que, por isso e durante essa limitação, o espaço deixe de ser público.

As ruas, na sua generalidade, são acessíveis a todos e permanecem abertas. Não obstante, podem conter espaços – quase sempre sem barreiras e por vezes apenas com indicação de “privado” – que, pela sua função e natureza, podem deixar a dúvida se são públicos ou privados. Servem quase exclusivamente de acesso a edifícios e a outros espaços particulares, não são de passagem para nenhum outro lugar e muito menos de permanência de quem ali não resida. Situação quase idêntica se passa com os *becos*, que são espaços urbanos também de acesso a edifícios e sem outra saída.

Podem terminar num plano de frente, a fachada de edifício ou em campo aberto. Ou seja, o espaço pavimentado pode findar num terreno rústico ou num acesso interior dessa propriedade. Se esse campo aberto se destinar, a curto ou médio prazo, a receber novas construções e perspectivar uma nova via, é designado por *impasse*.

Por permanecerem fora da rota de outras pessoas, os becos são utilizados, por seus moradores ou vizinhos, um pouco também como extensão de suas casas. Por essa razão, porque só dão passagem para as casas do próprio beco, não interferem com mais nada e não se mostram tão públicos como os restantes espaços, podem ser discretamente apropriados por particulares. Casos há em que acabam mesmo por ser encerrados. Nos aglomerados estudados, há pelo menos duas destas situações – em Barão de S. Miguel e no Sargaçal – hoje com portão a separá-los da rua e placa toponímica mantida no seu interior. Pode, no entanto, o espaço sempre ter sido privado e só a placa estar a mais. Ou poderá ter sido desafectado do domínio público, após autorização da respectiva assembleia municipal (Lei 75/2013: 25º.1 q). Mais resguardada ainda é a situação do *pátio*, pouco frequente no Barlavento algarvio: 48 no total das aldeias e 21 nos centros históricos (QUADROS 046 e 047), mas apenas um com denominação toponímica: Pátio de Sant’Ana, em Albufeira.

Entre ruas e a ligá-las, existem *travessas*. Algumas, principalmente em aldeias, são estreitas, de pequena extensão e apenas com alçados laterais e quintais. Os arruamentos mais largos e geralmente extensos, com faixas de rodagem, passeios, placas ajardinadas, árvores e equipamento diverso são designados por *avenidas* e por *alamedas*. Quando a localidade cresce ao longo de uma *estrada*, ou é atravessada por ela – e muitas vezes a tem por sua artéria principal –, nesse troço quase sempre toma a designação de Rua e até mesmo de Avenida e recebe topónimo próprio. Estão neste caso a Rua Coronel Águas, em Albufeira; as Ruas 25 de Abril, em Aljezur e em Barão de São João; as Ruas General Humberto Delgado e Joaquim Martins Rodrigues, na Guia; e as Ruas 5 de Outubro e da Bela Vista, em Paderne.

O *largo* é um espaço relativamente amplo, numa ou mais ruas. Pode ter nome e placa toponímica ou simplesmente aspecto e finalidade diferentes da artéria que o ladeia ou das que para ele convergem. Aparece mais vezes em núcleos de menor

dimensão e de natureza mais irregular ou sem planeamento. Os largos tendem, por isso, a desaparecer como tal e a darem lugar a praças ou a outros espaços devidamente planeados.

Por fim e geralmente numa cidade, a *praça* é um espaço destacado, donde saem outras artérias. Enquanto vazio, envolvido por edifícios públicos principais ou de comércio e serviços, por habitações de maior porte, podem existir várias no mesmo aglomerado. Muitas são pólos de referência da zona em que se inserem. As praças podem ter funções e vocações distintas e apresentam mobiliário urbano, para permitir uma permanência, curta ou mais demorada, dos passantes e da vizinhança.

Com excepção de Albufeira, todos os outros sete municípios classificam, nos seus regulamentos de toponímia, as vias e demais lugares públicos, mas nem sempre definem cada conceito. Ao todo, indicam: alameda, avenida, azinhaga, bairro, beco, calçada, caminho, cantinho, carreira ou carreirinha, casal, cerro, escadas, escadarias, escadinhas, estrada, impasse, jardim, ladeira, largo, lugar, miradouro ou mirante, parque, praça, praceta, rampa, rotunda, rua, terreiro, travessa e viela. Fora destas designações, estão devidamente assinalados, com placa toponímica: *Adro* da Igreja, em Alferce; *Esplanada* Dr Frutuoso da Silva e *Pátio* de Sant’Ana, em Albufeira; O *Altinho*, *Recanto* do Pescador e *Sítio* do Pombal, na Carrapateira.

5.8. Fachadas e pavimentos

No espaço público é importante a sua relação visual. Seja de *circulação* ou de *permanência*, quase poderíamos comparar a acção que nele se desenvolve a uma cena cinematográfica ou teatral. Dela diverge na medida em que o próprio espectador também participa. Ainda que esteja a observar da janela de sua casa, esta encontra-se na fachada de um prédio e é ainda espaço público, por fazer parte do seu limite lateral. Mesmo que esteja mais longe, fora daquele espaço, estará ainda para cá do seu horizonte e pertence ao cenário. Acessível e visível, o espaço público reúne, em si, um “direito de visita” e um “direito de olhar” (ASCHER, 1988:174). As práticas que possa

acolher – pela sua natureza, dimensão, estrutura, enquadramento paisagístico e até administrativo – e, no dia-a-dia, também o comportamento dos que nele se instalam, vizinhos e passantes, contribuem para a imagem e visibilidade de cada espaço.

Mesmo sem ninguém mais presente para lhe dar expressão e quando parece nada estar a acontecer num dado espaço, é possível ter dele uma percepção global, transmitida pelos vários elementos que permanecem visíveis. Desde logo, pela implantação dos edifícios, cujos planos de fachada quase sempre definem os traços gerais da sua fisionomia. A situação mais frequente passa por frentes comuns, idênticas na cércea e no desenho das fachadas, o que favorece a regularidade do alçado e da planta e revela certa monotonia na relação público/privado. Outras vezes, há edifícios que se sobrepõem ao conjunto: a silhueta então produzida revela ter havido diferente intenção e poderio, que pode já não manter, mas potencia relação diversa com os demais edifícios. Os materiais utilizados nas fachadas e a existência ou não de elementos que as valorizem – cantarias, ferragens, azulejos – ou denunciem utilização não habitacional – montras, placas, reclamos luminosos – geradores de uma “policromia tendente a captar e a diversificar a atenção” (BARBOSA, José, 1993:301), são igualmente sinais do seu quotidiano. Podem dar-nos também algumas pistas sobre épocas anteriores. Todavia, ao alterar técnicas, materiais, texturas e cores nos edifícios, modificam-se também a composição das partes e a leitura do todo, o que impede o estudo da “cidade antiga apenas pela sua imagem actual” (ROSSA, 1995:235).

Em zonas de maior interesse comercial – algumas vedadas ao trânsito e quase sempre em edifícios reconstruídos e que tiveram de recuar para ganharem em número de pisos –, fica sob *arcadas* parte desse espaço exterior aos estabelecimentos e à entrada principal do prédio. Umas vezes, apresenta-se com pavimento diferente, como parte comum do prédio e a sua ocupação pelos condóminos ou seus inquilinos não está sujeita ao pagamento de qualquer taxa; outras, integra-se no domínio público, está ao nível da rua pedonal ou do passeio e recebe o prolongamento do empedrado. As arcadas, quando acompanham dois ou mais edifícios, constituem um elemento unificador desse conjunto e, de certo modo, trazem para o exterior um pouco do

conforto que é oferecido aos clientes nos corredores dos grandes espaços comerciais da periferia. Todavia, não são tão frequentes em zonas mais antigas das cidades, onde prevalece o restauro sobre a reconstrução. No total das aldeias, são menos de dezena e meia (QUADRO 153). Nos centros históricos, quase chegam à centena: 30 em Portimão, 22 em Lagoa, 17 em Lagos, 14 em Silves e menos de dez em cada um dos restantes (QUADRO 153).

A paisagem envolvente completa a silhueta do espaço. Tem-na mais definida, se as fachadas dos edifícios que o ladeiam forem totalmente visíveis. Fica menos perceptível, se houver arvoredos em frente desses prédios, e torna-se cada vez menos clara, quando se lhe acrescentam mais elementos. Obras de arte, bancos, floreiras, papeleiras, repuxos, candeeiros, sinalética, vasos, marcos de correio, cabines telefónicas e até pilaretes, todos têm o seu papel a cumprir e cada um, a cada instante, tem oportunidade de demonstrar a sua utilidade. Correspondem, quase sempre, a anseios da população e revelam a preocupação da comunidade com a ordem, a higiene pública e o bem-estar. No entanto, esses mesmos elementos que valorizam o espaço público e o tornam mais perto das pessoas a quem pretendem servir tornam-se por sua vez obstáculo a quem não deseje usufruí-los e deles tenha de desviar-se no seu trajecto. Embelezam e dão harmonia à paisagem ou tornam-na menos agradável.

Alguns desses elementos podem contribuir para despertar o interesse em ir mais além, tentar descobrir o que está para lá. É importante que nenhum espaço, pela sua monotonia ou abandono, retire ao visitante a curiosidade em prosseguir: para que não se criem zonas estanques e para que todos possam beneficiar dessa incursão pelo aglomerado. Aos moradores, interessa que os vários percursos lhes sejam agradáveis, para que sintam prazer em diversificá-los, fugirem à rotina e ao “tédio de percorrer todos os dias as mesmas ruas” (CALVINO, 2006:91). O pavimento é, em vários aspectos, a base do espaço público. Corresponde-lhe totalmente, em planta, e é nele que assenta a quase totalidade dos vários outros elementos, fixos ou móveis. Podemos percorrer o espaço público com o olhar, mas, para irmos, de facto, de um lado para outro, temos que nos deslocar sobre o seu pavimento. Como elemento de maior

contacto, deverá merecer muita atenção, não só nos materiais utilizados e na composição possível na sua colocação, mas principalmente na sua conservação.

A caracterização de um espaço resulta do seu suporte físico, da linguagem que a textura dos materiais utilizados exprime e da luz que revela a sua existência. O que de mais sensível o espaço público tem é a sua pele, o seu corpo (OLIVEIRA, Francisco, 2008:209). A luminosidade que envolve o Barlavento e todo o Algarve, o branco usado na pintura das fachadas como cor base – quando não a única – e a ainda frequente aplicação de calçada no pavimento dos espaços de circulação fazem com que os aglomerados urbanos desta sub-região gozem de um brilho que realça as suas qualidades. Ao mesmo tempo, torna mais visível qualquer nota dissonante. Nas aldeias há menos ruas com passeios do que nas cidades: nas primeiras, onde a maioria delas não os tem, das 371 ruas que apresentam passeios, 177 são em calçada; já nas cidades e vilas, de um total de 338 ruas com passeio, 302 também são de calçada, a maioria em pedra miúda e branca (QUADROS 060 e 061). Nas ruas dos centros históricos, as faixas de circulação são de alcatrão (176) ou de pedra de Monchique (143), mas há outras, pedonais ou de trânsito condicionado, com pavimento em calçada grada (141) ou miúda (74) (QUADRO 058). Nas aldeias, muitas artérias foram pavimentadas recentemente e receberam logo alcatrão (371). A pedra de Monchique (141) é igualmente usada, quase na totalidade das ruas de Alferce, Marmeleite e Casais. Nas aldeias é também usada a calçada grada (88) (QUADRO 057).

5.9. Público/Privado: a ocupação do espaço

Depois da casa (espaço privado) e do seu exterior (espaço público), surgiram outros espaços que, embora pertençam ou estejam concessionados a entidades privadas, se mantêm abertos a todo o público: aeroportos, gares, centros comerciais, áreas de serviço e outros, e que já foram apelidados de “não-lugares” (AUGÉ, 2007). São geralmente cobertos e, como espaços de passagem e de encontro, desempenham o mesmo papel e com quase a mesma liberdade para os utentes das ruas e das praças.

Por isso, são também incluídos entre os diversos tipos de espaço público. À excepção da estação de caminho-de-ferro de Portimão, não se encontram quaisquer outros espaços de embarque nas aldeias e nos centros históricos do Barlavento. Em todos os restantes locais de livre acesso – templos, mercados municipais e repartições – quer sejam espaço público, quer possam ser considerados sua extensão, esse acesso está subordinado a horários. Embora existam em quase todos os núcleos e sejam importantes na vida da comunidade e de todo o espaço que fica à sua volta, não estão sempre disponíveis e, nessa medida, não foram incluídos neste estudo.

Os pátios, os logradouros e outras formas de estender o espaço público ao interior dos edifícios, podem, em pequena escala, facilitar a criação do espaço cívico e a cidadania (OLIVEIRA, Francisco, 2008:223). O contrário, trazer para o exterior a manifestação de sentimentos pessoais – procissões, cortejos, comícios – ou de actos também da intimidade – refeições em esplanadas, arraiais, bailes – contribui igualmente para a socialização e até de forma mais abrangente e visível. No entanto, todas as relações espaço/sociedade têm a sua época própria, com início, auge e declínio, e sucedem-se por ciclos sempre dependentes do tempo, do lugar e do que a tecnologia na altura permite. Espectáculos que enchiam coliseus da antiguidade, praças públicas da idade moderna – e ainda hoje acontecem onde os direitos humanos não são reconhecidos tal como o são entre nós – eram, à época, considerados importantes na concepção ou adaptação do espaço onde iriam decorrer. Nos nossos dias, relações sociais bem diferentes – no espectáculo, no desporto, no lazer – exigem condições e equipamento inimagináveis pelas gerações que nos precederam.

Estas mudanças de comportamento são causa e consequência da evolução nas noções de público e de privado, que no espaço urbano tem reflexo na distinção que fazemos entre exterior/interior, colectivo/individual, comunitário/particular; reflexo também na prática e nos usos que lhes damos e nas normas que procuram reajustar a realidade ao que os novos conceitos recomendam. Entendido de forma mais sociológica, seria público o que é de acesso livre, facultado e aberto a todos; e seria privado o que é da esfera de cada um, da família e que está escondido dos olhares (ASCHER, 1998:173). Será excessiva esta distinção, pois nem é necessário chegar a

limites para que praticamente tudo que é privado seja posto ao serviço de todos e para que muito do que é do domínio público seja usado por um só, ou por mais, mas no seu interesse particular, como é o caso das concessões. Privado, comunitário ou público, todo o espaço exterior é parte do tecido urbano e contribui positiva ou negativamente para a construção do ambiente e da paisagem. Já está ao dispor do público ou, mais cedo ou mais tarde, será posto ao serviço de muitos mais. Por isso, o mesmo cuidado que pomos nos interiores e envolvente de nossas casas deverá ser estendido também a todo o exterior, tarefa que deverá contar com o empenho da administração municipal, da comunidade e dos vizinhos de cada espaço.

A elaboração de um regulamento municipal de ocupação do espaço público (OEP) ou de qualquer outro, é da competência da câmara municipal que, sobre o respectivo projecto deve ouvir “as entidades representativas dos interesses afectados” – juntas de freguesia, entidades policial e do sector, associações patronais – e, de modo a harmonizá-lo com outros de objecto comum, também a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Deve ainda submetê-lo “a apreciação pública, para recolha de sugestões” (CPA, arts. 117 e 118), que não a vinculam, mas podem ser ainda consideradas, já que o projecto tem nova etapa a cumprir – a aprovação pela assembleia municipal. Estes regulamentos, antes designados de “ocupação da via pública” (OVP), são concebidos para a área de todo o município e, por muito completos que estejam, não deixam de ser gerais e abstractos. Nos pedidos dirigidos à administração, com vista à obtenção de licença para ocupar qualquer espaço – ou na comunicação prévia com prazo, a efectuar pelo interessado no «Balcão do empreendedor» –, mesmo que se junte documentação vária e autorização do condomínio ou do dono do prédio em que o estabelecimento requerente está instalado, já ninguém mais é chamado a pronunciar-se. Resulta daí que, quando surge um caso concreto e o regulamento vai ser aplicado, não é já dada oportunidade para funcionarem as relações de vizinhança e de cidadania defendidas para a melhor utilização do espaço público.

Os regulamentos de OEP costumavam “definir um conjunto de critérios a que deve estar sujeita a ocupação do espaço público para a salvaguarda da segurança, do

ambiente e do equilíbrio urbano e, consequentemente, da melhoria da qualidade de vida” (CMPortimão), mas, a partir de Maio de 2011, com a entrada em vigor do “Licenciamento Zero” (DL 48/2011) muitos deixaram de indicá-los, para não repetirem o que o próprio diploma já diz. Este diploma veio permitir “ocupar o espaço público, entendido como a área de acesso livre e de uso colectivo afecta ao domínio público das autarquias locais”, com a instalação de: toldo e respectiva sanefa; esplanada aberta; estrado e guarda-ventos; vitrina e expositor; suporte publicitário; arcas e máquinas de gelados; brinquedos mecânicos e equipamentos similares; floreira; e contentor para resíduos. No entanto, a ocupação do espaço público para outros fins continuou a seguir o que estiver preceituado nos regulamentos municipais.

O diploma reconhece aos municípios competência para “a definição dos critérios a que deve estar sujeita a ocupação do espaço público para salvaguarda da segurança, do ambiente e do equilíbrio urbano”. Todavia, indica que esses critérios devem garantir o respeito pelas seguintes regras: “a) Não provocar obstrução de perspectivas panorâmicas ou afectar a estética ou o ambiente dos lugares ou da paisagem; b) Não prejudicar a beleza ou o enquadramento de monumentos nacionais, de edifícios de interesse público ou outros susceptíveis de ser classificados pelas entidades públicas; c) Não causar prejuízos a terceiros; d) Não afectar a segurança das pessoas ou das coisas, nomeadamente na circulação rodoviária ou ferroviária; e) Não apresentar disposições, formatos ou cores que possam confundir-se com os da sinalização de tráfego; f) Não prejudicar a circulação dos peões, designadamente dos cidadãos portadores de deficiência”.

A primeira questão que se coloca tem a ver com a estética, o ambiente, a paisagem. Não parece que uma esplanada, um expositor ou um suporte publicitário obstruam em absoluto a panorâmica ou a paisagem, ou que prejudiquem a beleza e enquadramento de monumentos ou edifícios, que por certo são bem maiores. Além disso, essa obstrução ou afectação dependerá sempre da posição em que se coloque o observador. Podem até emprestar-lhes mais colorido e a maioria dos habitantes e dos passantes gostar da vivacidade que essa ocupação poderá trazer. Quanto à circulação dos peões, deixa de ser possível por todo o espaço, terão de contornar o que passou a

estar ocupado. Por tudo isto, o próprio espaço fica diferente do que era e do que futuramente será e essa mudança faz parte da essência de um lugar. Outra coisa é reconhecer que muitas dessas esplanadas chegam a ocupar quase toda a praça ou, quando autorizadas aos estabelecimentos de ambos os lados duma rua, só deixam uma estreita faixa para os peões, como acontece em Albufeira e Lagos. Nestes casos, grande parte do espaço público transforma-se num espaço de acesso quase condicionado, semi-público, acessível apenas a alguns (GONÇALVES, 2006:53), ao longo do dia e parte da noite. Durante alguns meses do ano, fica de facto quase privatizado.

A proporção ideal entre o espaço público e o privado tem merecido reflexão e dependerá sempre do que seja incluído num e noutro grupo. Na recolha efectuada nos trinta núcleos seleccionados, foi tomado como público todo o espaço livre e sem aparência de pertencer a um particular e como privado todos os quarteirões e terrenos confinantes com os arruamentos e os largos, mesmo que não estivessem vedados. Nos centros históricos é evidente a diferenciação, por estar quase toda a propriedade privada construída e ocupada. Nas aldeias, onde a circulação é diminuta e a utilização do espaço exterior ocorre com naturalidade, há outros indicadores, como os pavimentos e a comparação com situações vizinhas, que permitem considerar, com relativa segurança, onde começa e acaba o espaço público. São diferentes as capacidades e as carências dos habitantes das aldeias e das cidades e, de certo modo, também entre os que vivem no centro ou na periferia. Num bairro, tomado como unidade intermédia, o conjunto de espaços públicos não deveria “ocupar mais de 35% nem menos de 25% da superfície total”: menos redundante numa falsa economia e mais, num falso luxo (KRIER, Léon, 1999:143).

5.10. Do traçado e da construção no tempo

Iniciada uma povoação, segue ela o seu curso, no espaço e no tempo. Face ao que já existia e ao seu próprio ritmo, o que de novo é construído fica presente e

marcado; e, por cada operação, passamos a ter um novo global. Como numa dança, em que a distância e os movimentos seguem o compasso musical, também na construção da cidade há uma cadência em que as formas e os momentos se sucedem com ritmos próprios (SOLÀ-MORALES, 1997:19). Ao longo do tempo, os núcleos modificam-se. Podem crescer – situação mais comum – ou definhar. Além do sítio, que desde logo é factor condicionante, também as primeiras edificações darão, por certo, o mote para as construções seguintes. O assentamento primitivo dirige quase sempre a expansão do núcleo, que pode estar impedido de crescer numa direcção ou mais e ter possibilidade de o fazer noutras (ZÁRATE MARTIN, 1991:76). O território, que num primeiro momento foi já parte integrante na edificação, continuará a marcar o desenvolvimento do aglomerado, sujeito a fenómenos de extensão e de densificação (PANERAI, 2006:51).

Na vida de um aglomerado podemos evidenciar três momentos: o primeiro corresponde ao período de edificação; o segundo a uma ou mais expansões; o terceiro ao presente, no seu todo. Em cada instante, o aglomerado é já constituído pelo que resta dos vários momentos vividos até então. Pode ter ou não zonas reconhecíveis como partes, como períodos, mais ou menos independentes, mas é o conjunto que forma o novo todo. No primeiro momento, distinguimos as situações em que quase sempre não há um projecto prévio e a povoação é construída por acumulação, peça a peça. Nesta situação, cresce ao longo do tempo, geralmente extenso. No caso, mais raro, de haver um projecto, a peça a conceber é já o todo, não a soma de várias unidades; representa logo uma porção maior. A execução ou edificação desse conjunto é feita num período de tempo mais curto do que a construção de igual superfície de território sem plano inicial.

Na construção do aglomerado, todas as combinações são passíveis de acontecer. As três operações – parcelamento, urbanização e edificação – podem não ser coincidentes nem encadeadas, dificilmente ocorrem de igual modo e é precisamente das múltiplas combinações possíveis, no tempo e no espaço, que resulta a riqueza morfológica das cidades (SOLÀ-MORALES, 1997:19). Além do factor tempo, as distinções entre povoações com ou sem projecto materializam-se no tipo de

desenho gerado, imediatamente perceptível em planta ou através de imagem aérea da povoação. Essa visão de conjunto de um núcleo mostra-nos a relação entre as diversas partes, nomeadamente quantidades de cada categoria e algumas das suas características físicas, como sejam a largura e o comprimento, proporcionalmente entre si. Além dessa leitura comparativa de espaços, identifica o aglomerado pelo seu desenho, na globalidade.

Numa definição que pode ser usada como ponto de partida, por provir de entidade competente, o traçado “refere-se ao fundamento planimétrico da cidade, ao desenho resultante das linhas que estruturam o espaço urbano. Concretizado na rede viária, o traçado permanece como elemento estruturante e resistente, premissa fundamental em qualquer investigação dos processos formativos do tecido urbano”. Por isso, “tornou-se corrente a distinção entre traçados planeados, regulares e geométricos, e traçados ditos espontâneos ou orgânicos. Em geral, classificam-se os traçados a partir de dois tipos geométricos de referência: o traçado ortogonal, em retícula ou quadrícula, e o traçado radial ou radioconcêntrico.” (Vocabulário, DGOTDU, 2005:356). Como elemento claramente identificável, o traçado assume posição relevante: “Assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes da cidade, e confunde-se com o gesto criador” (LAMAS, 1993:98-100).

Esse gesto inicial e a forma daí resultante estão quase sempre visíveis numa povoação. Quando planeada, criada num só momento e com seu padrão determinado no todo, não obstante, raramente se aproxima das formas mais puras e o tipo de geometria conseguido é frequentemente complexo. Não sendo planeada, sem desenho ou plano geral e apenas sujeita à passagem do tempo, obtém uma forma menos regular, não geométrica, orgânica (KOSTOF, 1991:43). Poderemos falar de “consciência espontânea” e de “consciência crítica”, mas – talvez mesmo desde o início – não existem modelos puros de cidade planeada ou de cidade não planeada (GUERREIRO, 2001b:33). No entanto, embora nem sempre a influência seja suficiente para fazer a distinção, a cidade planeada mostra que o seu elemento organizador principal foi o homem, enquanto na cidade espontânea terá sido mais a natureza.

Numa e noutra, a relação com o assentamento no território garante ao seu traçado um carácter de permanência, que resiste às transformações urbanas e, ao longo do tempo, o mantém pouco modificado (LAMAS, 1993:100).

Esta conformidade com a topografia e com as características morfológicas está na origem dos diferentes traçados e da diversidade em cada um. A existência de partes distintas contribui para a riqueza morfológica do traçado de uma cidade, e a sua unidade morfológica é conseguida com a junção dessas partes através de relações de continuidade, de estrutura e de articulação (FERNANDES, Sérgio, 2013:38). Os acidentes topográficos geralmente definem os limites do traçado urbano e propiciam o desenvolvimento de outras zonas, com diferente composição que se ligam mais tarde ao núcleo primitivo. Por vezes essa ligação permanece durante longo período através de uma só rua, ou troço de estrada. Foi o caso dos núcleos do Degoladouro e das Cabeças, em Aljezur; de Alferce e o Sítio de Baixo; Marmeleite e o Bairro das Marias; Paderne e o quarteirão da Bela Vista; e os pequenos núcleos das Portelas. Quase sempre acabam por ser ligados por um segundo arruamento: pelo desvio da estrada (Marmeleite), pela urbanização de novos terrenos (Portelas) ou pela abertura de estrada e de um caminho panorâmico (Aljezur).

Quando o solo é quase plano ou suavemente inclinado, melhor se estabelece um traçado regular, constituído por segmentos rectos cruzados na perpendicular e uma ou outra rua concorrente na diagonal. O centro histórico de Portimão é constituído por três núcleos com esta característica. O de Lagos, apesar de distribuído por três morros, tem traçado idêntico. Também as zonas mais a sul de Lagoa e de Vila do Bispo, a mais baixa de Silves, Montes de Alvor e Budens apresentam traçado ortogonal. Por sua vez, Aljezur, Bordeira, Monchique e Barão de S. Miguel são exemplos de traçados que acompanham em curvas as linhas do terreno, aqui e ali ligadas por pequenas travessas muito inclinadas e de formato irregular. Nas povoações de encosta, a geometria da sua malha urbana resulta do próprio terreno e da forma como é percorrido (GUERREIRO, 2001a:21). O declive muito acentuado cria condições para a existência de muitos becos, quer por não ser possível prolongar mais o

arruamento, quer para escoar a água das chuvas, desviando-a das moradias, como acontece em Aljezur, com um total de 68 becos (QUADRO 110).

A procura de lugares dominantes – Albufeira, Aljezur, Monchique e Silves – condicionou o traçado de seus núcleos primitivos, enquanto localizações mais junto ao mar ou linhas de água – Lagos, Portimão e parte baixa de Silves – permitem traçados mais amplos. O longo troço de estrada, hoje Rua Infante D. Henrique, em Portimão, que fora rasgado no seguimento da ponte sobre o Arade, esteve na origem do traçado ortogonal dos novos bairros que, no início do século XX, se desenvolveram de ambos os lados dessa via. O mesmo se passou a sul da estrada que atravessava Silves e com a estrada nacional 125, ao tempo em que passava pelo interior de Lagoa.

5.11. Espaços principais e secundários

Podemos reconhecer que “a cidade não é uma árvore” (ALEXANDER, 1967). No entanto, enquanto aldeias, muitas desenvolveram-se ao longo de uma estrada, da qual irradiaram várias ruas, ligadas entre si por travessas e, aqui e ali, frutificam em espaços de convívio. Ao crescer, a estrada torna-se rua ou avenida e a via principal é transferida para terrenos periféricos. Então a cidade, com vários acessos que a ligam à nova via, muitas vezes de circunvalação, quando muito poderá lembrar um bosque estilizado, com clareiras: os largos e praças. Volta a assentar o mesmo pensamento, aplicável às várias bolsas assim criadas, mas “a cascata hierárquica de espaços e de equipamentos” assim concebida, já não corresponde “às práticas da maioria da população” (ASCHER, 1998:176).

Onde melhor se nota o crescimento, inicial ou posterior, à volta de um eixo central é nos centros históricos de Lagoa, Lagos e Silves, e também em Paderne, Guia, Alferce, Casais, Almádena e Figueira (do Cabo). Nos dois núcleos de Aljezur e na Carrapateira, as demais ruas vêm igualmente entroncar numa rua principal e, em planta, lembram os ramos de uma figueira algarvia, caídos até ao solo. Estas ruas que foram principais, parte delas porque eram trajectos das estradas reais e distritais

(FERNANDES, Mário, 2002:84), não perderam a sua centralidade e, com o desvio do trânsito para a periferia, algumas tornaram-se “rua de peões” (LAMAS, 1993:100) e continuam a ocupar lugar central na hierarquia do traçado. Mesmo quando, na parte nova, são rasgadas avenidas, que passam a ser as “ruas principais, com várias faixas de rodagem e separadores arborizados” (VARANDA, 1999:49) e largos passeios fronteiros a repartições descentralizadas e comércio de grandes marcas, a velha rua direita pode continuar a impor-se, pelo charme dos seus edifícios antigos, cafés com história e comércio tradicional.

Do relacionamento com ruas principais do centro histórico podem beneficiar alguns espaços secundários – travessas, ruelas e becos –, alguns dos quais acolhem restaurantes, bares, botequins, ateliers, antiquários e outros estabelecimentos procurados pelos turistas, que gostam de os encontrar em ambiente mais recatado. Nos vários núcleos estudados, entre aldeias e centros históricos, registámos um total de 733 ruas e 351 travessas (QUADROS 046 e 047). Destas, nos centros históricos têm denominação toponímica 373 ruas e 84 travessas e, nas aldeias, 295 ruas e 101 travessas (QUADROS 048 e 049). A proporção entre estas ruas e travessas é maior nos centros históricos do que nas aldeias. Nas cidades e vilas, as ruas são mais extensas e muitas cruzam-se; nas aldeias, as ruas orientam-se quase todas na mesma direcção e as travessas seccionam-nas em pontos alternados. No entanto, nos centros históricos, praticamente todas as ruas têm denominação e, com excepção de Aljezur e Vila do Bispo, também as travessas; nas aldeias, a toponímia abrange quase apenas as ruas (QUADROS 050 e 051). Entre os 119 becos existentes nos centros históricos, dos quais 68 em Aljezur, apenas 21 têm topónimo; nas aldeias, há 162 becos e com topónimo contam-se 48.

5.12. Tecido urbano, elementos e valorização

Seja qual for a porção de território que se pretenda analisar, uma questão que se coloca será saber se se trata de espaço público ou espaço privado ou se o público e o

privado coexistem e em que proporção. Em termos legais e regulamentares, o seu estudo, aproveitamento, ocupação e utilização têm regras e tratamentos diferentes e, conscientemente ou por simples tradição, o nosso comportamento também é diverso consoante é público ou é privado o espaço em que nos encontramos.

Com o desenvolvimento da actividade turística e a necessidade de facultar aos visitantes outras formas de alojamento, além dos hotéis, pensões, moradias ou simples quartos, que era toda a diversidade possível até aos anos sessenta do século XX, surgiram no Algarve novos aglomerados urbanos, destinados quase exclusivamente a residência de férias, genericamente designados por aldeamentos turísticos. Alguns localizam-se em zonas ainda isoladas. Outros ocuparam áreas de expansão de outros aglomerados urbanos e ficaram, por fim, nelas integrados. Muitos destes conjuntos habitacionais turísticos constituem unidades fechadas, de acesso limitado aos seus condóminos e a clientes, e têm gestão privada. Embora menos, há também aldeamentos que acabam por assumir-se como bairros e o seu acesso é livre, após a entrega das infra-estruturas e de algum equipamento ao município. É ainda possível a celebração de acordos de cooperação ou contratos de concessão (RJUE: art. 46) destinados a que os próprios moradores assegurem principalmente a limpeza e vigilância dessas zonas.

Embora alguns destes novos loteamentos e urbanizações tomem o nome de “Aldeia”, pouco os equipara às aldeias tradicionais. Estão sujeitos a apertada rede regulamentar, que, na ocupação do solo e na construção dos edifícios, quase não permite desvios ao projecto-tipo inicial, razão pela qual, desde logo, estes novos aglomerados ficaram fora deste estudo. No entanto, têm já uma história e um percurso para contar. Mas diferem das aldeias que nasceram e cresceram como somatório de vontades isoladas e do diferente gosto ou necessidade de cada morador, que mantêm ainda laços de vizinhança e, quase sempre, uma raiz e um sentimento comum.

Um aglomerado urbano poderá ter começado, tanto por uma construção dentro de um território privado, a que se acrescentaram outras, como podem também erguer-se as primeiras casas em território já do domínio público. Nas duas situações,

as várias construções foram adquiridas por diferentes privados e só as vias de acesso, e diversos espaços entre o edificado, se integraram ou permaneceram no domínio público. Quer tenha sido planeado, quer tenha crescido em resultado do somatório de interesses particulares, todo o aglomerado urbano acaba por se tornar num todo indissociável de público e de privado, formado por uma trama de cheios e de vazios que são os quarteirões e os espaços de circulação e de convívio.

Quase todos os centros históricos e aldeias do Barlavento são suficientemente antigos e, por terem sofrido diversos processos de sedimentação, parte do seu traçado difere do inicial. Os hábitos de urbanização e de construção usados na época em que mais se consolidou ou desenvolveu cada aglomerado contribuem também para a definição do seu tecido urbano. Não é, porém, a sua evolução o objecto do nosso estudo, importa sim debruçarmo-nos sobre o actual espaço público de cada aglomerado.

O conceito de tecido urbano corresponde a uma realidade necessariamente mutável. Com o tempo, os hábitos e as necessidades da população alteram-se, algumas construções perdem sua utilidade e degradam-se. Novas áreas urbanizadas, que envolvem o núcleo inicial, exercem sobre ele uma influência nunca antes imaginada, motivam algumas alterações e, progressivamente, mudam a fisionomia do aglomerado. O tecido urbano fica diferente: umas vezes mais apertado, com a ocupação dos espaços desde logo previstos para construção ou com a instalação de novos equipamentos no espaço público; outras, mais aberto, realçado com a criação de novas vias ou, ainda, com a não reconstrução em parcelas ou quarteirões entretanto desocupados, que passam a integrar o domínio público e ficam disponíveis a toda a população. Em ambos os casos, é visível essa alteração do tecido urbano, pois há elementos que permanecem e dão testemunho do passado não muito distante.

Com poucas excepções, em todas as épocas, todos somos avessos à mudança. Trata-se de uma reacção natural, que tem a sua relação próxima com o espírito de sobrevivência, com o apego a tudo o que nos tem servido e a que nos habituámos. Assim, aquilo que gerações anteriores lutaram para que não fosse construído – então com o argumento de que iria destruir ou alterar a paisagem de que tanto gostavam e

que, na altura, só o interesse de uns quantos levou por diante –, são agora as presentes gerações que o defendem tal como está, pois a isso se habituaram e tentam evitar nova mudança. Os novos estudos e projectos são por vezes entregues a equipas não residentes. Preocupadas apenas em cumprir os objectivos constantes do plano em que os trabalhos se integram e sem qualquer compromisso ou influência do sentimento geral dos moradores, essas equipas estão mais libertas para levar esses projectos por diante. Se quem legalmente representa os interesses locais aprovou a intervenção, caberá a cada equipa contratada executá-la com o rigor a que profissionalmente está vinculada.

Há, porém, alguns elementos que, ou porque se acham já classificados ou porque tradicionalmente todos os aceitam como de interesse local, são incluídos ou até apontados como de grande importância na reabilitação pretendida. Com isso, ganham uma maior visibilidade e então o passado e o presente conseguem uma coabitação harmoniosa ou, pelo menos, bem aceite pela população. Outras vezes, com a destruição de alguns edifícios ou de certos elementos entretanto acrescentados, é possível voltar a pôr a descoberto vestígios de épocas bem mais recuadas.

Esta preocupação de preservar e dar visibilidade a pormenores de épocas passadas é quase sempre realçada pelo poder autárquico, com a colocação de uma placa esclarecedora junto desse elemento e, muitas vezes, também reforçada pela toponímia. Principalmente nos centros históricos, alguns municípios têm procurado manter a memória do que já não existe e atestar com isso a sua antiguidade. O poço, a fonte, o forno, a escola, o hospital – todos na altura de pequena dimensão, quando comparados com os equipamentos de hoje – foram então importantes pontos de interesse e, à sua volta, desenvolveu-se grande parte da vida local. Por isso, mesmo que fisicamente deles já nada reste, a sua memória é bastante para justificar que permaneçam na toponímia e em placas alusivas (QUADRO 054). Nas aldeias, embora alguns estejam desactivados, quase todos esses elementos ainda existem e continuam a ser de grande importância para a caracterização da ruralidade que essas localidades conservam e as tornam mais atractivas.

A relação assumida entre espaços livres e construídos e o traçado da rede viária mostram, em planta, a malha urbana que daí resulta. Áreas planas e a proximidade da linha da costa, de um curso de água ou até de uma linha férrea facilitam a malha ortogonal (SALGUEIRO, 1999:216), de que Portimão é exemplo. As zonas mais baixas de Lagos e de Silves também beneficiaram desse contacto com o curso de água. Na zona sul de Lagoa e em Montes de Alvor foi o facto de serem planas que teve influência. Os restantes aglomerados não apresentam traçado ortogonal. As antigas muralhas de Albufeira, com a configuração do morro em que se ergueram, moldaram a malha do seu casario interior, mas já não do exterior, a cotas muito mais baixas. Igrejas e palácios, que haviam sido edificadas fora de portas, ajudaram a preservar as actuais praças em que hoje se inserem e que adquiriram forma muito depois: Praças 1º de Dezembro e 1º de Maio, frente a palacetes, e Praça da República, com sua igreja, em Portimão; Praça Gil Eanes com os antigos Paços do Concelho, e Praça Infante D. Henrique, entre uma igreja e a actual Messe Militar, em Lagos; a Praça do Município, em Silves; e os Largos dos Combatentes e Miguel Bombarda, entre a Igreja Matriz e os antigos Paços do Concelho, em Lagoa. De menor dimensão, o Adro da Igreja, em Alferce; e os largos da Igreja em Monchique, S. Marcos da Serra, Budens e Raposeira são também pontos de convergência. A igreja de Barão de S. João justificou igualmente o arranjo que a rua em frente recebeu. Em Burgau, na Figueira (de Portimão) e no Sargaçal, as suas igrejas, construídas na segunda metade do século XX, foram integrar e justificar complexos habitacionais e de serviços sociais, com espaços verdes, criados na mesma altura.

O monumento é outro elemento morfológico cuja presença é determinante na imagem da cidade, pela sua presença, configuração, posicionamento e significado (LAMAS, 1993:102). Desde 1964, o conceito de monumento, em termos históricos, passou a englobar também os sítios, urbanos ou rurais, que sejam testemunho de uma civilização ou de um acontecimento e “tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo” (Carta de Veneza). Não parece que, após todas as transformações de que têm sido alvo, para se ajustarem às necessidades de cada época, os centros históricos e as aldeias do Barlavento mantenham ainda um conjunto edificado

primitivo e com valor monumental. Restam-lhe alguns edifícios – a Sé, em Silves; Igreja de Santo António, em Lagos; Convento de S. José, em Lagoa – com mais interesse, por si e pela história que encerram, e os elementos recentes espalhados por algumas praças. Será o caso da estátua em mármore “a El-Rei D. Sebastião”, de João Cutileiro, inaugurada em 1973, em Lagos, “uma notável obra da estatuária contemporânea – não só em Portugal” (FRANÇA, 1973:44), a primeira que ousou quebrar com o academismo e o estilo comum usados em estátuas comemorativas, desde 1928.

O jardim, o canteiro, a árvore e toda a presença verde, mesmo quando atraem poucas pessoas para descansarem em sua companhia, transmitem uma imagem de tranquilidade e organização, que valoriza e pode identificar o meio urbano em que se inserem. Elemento importante no desenho do espaço público e na composição do tecido urbano, o espaço verde ajuda a definir e conter outros espaços (LAMAS, 1993:106) e a estruturar outros elementos que geralmente lhe estão associados: bancos, repuxos, papeleiras e demais mobiliário urbano, postos ao serviço de quem passa (QUADROS 124-125 e 127).

5.13. Recuperação da centralidade e mudanças

Na evolução morfológica da cidade e do seu centro histórico, surge por vezes nova centralidade (SERDOURA, 2006:316), mesmo sem que ocorra significativa alteração da malha urbana. O arranjo da zona ribeirinha de Portimão, que a sul da ponte sobre o Arade se limitou a nova pavimentação e colocação de elementos decorativos (esculturas) e mobiliário urbano diverso, foi suficiente para fazê-la recuperar a centralidade de décadas atrás. Tinha deixado de ter o movimento que, até aos anos 70 do século XX, tivera com a chegada dos barcos de pesca e a azáfama da descarga do peixe, que daí partia para as fábricas de conservas que, ao tempo, ainda laboravam na cidade. Mas, após o virar do século e a intervenção havida nessa faixa marginal, tornada avenida destinada apenas a peões – com faixa para mobilidade condicionada e, em parte, outra para ciclistas –, o movimento passou a ser de turistas

e de população local. A manutenção das características do Jardim Manuel Bivar, a renovação da Praça Manuel Teixeira Gomes e o arranjo do parque de estacionamento do Largo do Dique, três espaços que a nova avenida ajudou a aproximar do rio, dão ao conjunto a centralidade que Portimão perdera noutras zonas do seu tecido mais antigo. Em termos turísticos, passou a ser daqui que a cidade irradia centro histórico adentro.

Nem sempre se consegue uma intervenção integrada, em que o elemento principal – neste caso o Rio Arade – mantém a sua força, sem destruir a envolvente. Muitas vezes, ao ser restaurado, o centro não consegue “recuperar o seu antigo significado e inseri-lo num dinamismo vivo” (INNERARITY, 2006:131). Pode manter a encenação de actividade e de funções que, de facto, já não exerce, fica de certo modo museificado e, à falta de mais para mostrar, torna-se atracção turística, mas perde vida própria e fica sujeito a flutuação cíclica. Alguns espaços mantidos livres ou destinados a actividades, mas que permanecem vazios, e lotes que demoram a ser construídos, em zonas que não acompanham a procura inicialmente esperada (ASCHER, 1998:175), podem prejudicar todo o esforço desenvolvido noutros pontos do centro histórico ou das aldeias e ser motivo de preocupação para os que aí residem.

A necessidade de impedir o acesso automóvel e o estacionamento em zonas mais sensíveis e o estabelecimento de horários muito limitados, para cargas e descargas, dificultam a actividade normal e empurram oficinas e outros serviços mais dinâmicos para a periferia. Também o grande desnível entre o passeio e a faixa de rodagem, nalgumas vias de circulação automóvel, e a profusão de pilaretes e outros inibidores, que algumas autarquias “exibem com orgulho nos respectivos boletins de imprensa” (GONÇALVES, 2006:30), dificultam o transporte de pessoas e bens às moradias e aos estabelecimentos comerciais e são obstáculo para os peões. A colocação de pilaretes é essencialmente citadina – 1355 no centro histórico de Lagos, 1085 em Portimão, 768 em Albufeira e 579 em Silves – e tem alguma expressão na Guia (133) e em Espiche (115) (QUADRO 144).

5.14. A rua como elemento primeiro e a praça como elemento de excepção

“Sou algarvio / e a minha rua tem o mar ao fundo” (PEREIRA, António, 1987:24). Nestes dois versos, o poeta de Armação de Pêra – ao tempo aldeia e hoje vila do Barlavento – dá expressão ao sentimento comum à maioria dos algarvios: a tranquilidade que lhes transmite a visão do mar. Na Rua da Bateria, em Albufeira, o muro que a acompanha sobre a arriba é entrecortado por painéis de vidro no enfiamento das ruas que a ela convergem, para que uma réstia de mar esteja sempre presente. Em Lagos, a Rua Miguel Bombarda, a mais meridional do centro histórico, também desce com o azul ao fundo, propiciando a imagem que residentes e visitantes idealizam do Algarve. Mesmo em localidades mais no interior, algumas ruas em cotas altas conseguem divisar, no horizonte ao longe, o traço azul do mar. Com panorâmica ou voltada apenas para si mesma, a rua é o exterior de nossas casas, o espaço público imediatamente perceptível, quando olhamos para fora e quando saímos. A rua é o espaço de ninguém e de todos, “que conduz de um ponto a outro” (PANERAI, 2006:86), constitui “uma vertente fundamental do cenário urbano” (SIEBER, 2008:53) e torna-se “lugar de referência” (VIDAL, 2008:65).

A rua constitui o elemento central e primeiro na organização dos espaços urbanos. Do seu relacionamento com outros espaços e com os quarteirões que separa e por que é limitada, resulta o traçado que vai definir a malha urbana. A rua – inicialmente estrada ou caminho – com casas de ambos os lados, mesmo enquanto única, deixa de ser apenas sítio, começa já a impor-se como aglomerado habitacional, mas não tem ainda características de aldeia. O binómio público/privado ocorre somente ao longo dessa rua e tudo daí para dentro é privado. O espaço público enquanto unitário permite uma ou mais relações de vizinhança, demasiado lineares e à vista de todos, quase sem complicitades. É espaço de deslocação e de permanência – todos o são, aliás –, mas não consegue desenvolver-se plenamente em ambos os objectivos: à medida que evolui num, perde qualidade no outro.

A abertura de uma segunda rua, que permita aceder às traseiras com a tranquilidade que começa a faltar na frente do prédio, e de travessas, que entre

parcelas reduzam a distância para lá chegar, inicia uma nova realidade local. A rua central fica mais de todos e quase de ninguém, torna-se impessoal. Quem tem prédios com acesso pela travessa ou pela rua traseira, é por aí que passa a ter mais intimidade com o espaço público. As relações de vizinhança perdem amplitude e ganham proximidade. São aproveitados espaços intermédios para estacionamento e para convívio de moradores mais de perto. Por certo, o mesmo irá acontecer nas traseiras das casas do lado oposto da rua inicial. As veredas que partiam de algumas casas pelo campo fora são reforçadas e tornam-se ruas também. Guarda-se um terreno plano e acessível para ajuntamentos: jogos, arraial, mercado, festa. Se há capela, convém que lhe fique perto. E assim se vai tecendo a povoação, com uma malha mais larga ou mais apertada, conforme a divisão fundiária e a topografia permitem. Inicialmente, todos os gestos são individuais, levados por diante no interesse de cada um ou de um grupo restrito de moradores, sem relação directa com os demais. Só mais tarde, quando é preciso harmonizar o que já está feito, a administração local intervém no interesse colectivo.

Numa cidade planeada – entre nós, os aldeamentos turísticos e as urbanizações, algumas como extensão das povoações existentes –, tudo começa na planta e cada espaço irá ocupar a posição relativa que lhe foi destinada. Mesmo assim, com o tempo, há reajustamentos e alterações ao projecto aprovado, por vezes com mais lotes para construção em substituição do espaço para equipamento colectivo. Nas aldeias aqui estudadas, em São Marcos da Serra, Alferce, Casais, Montes de Alvor, nas duas Figueiras, Sargaçal, Portelas, Barão de São João, Espiche, Almádena, Burgau, Budens e Carrapateira, foram incluídos arruamentos no interior de zonas mais novas, criadas já como bairros ou como loteamentos privados.

Na malha urbana, a rua é sempre referência (PANERAI, 2006:86). Se considerarmos o espaço público, os largos são alargamento ou espaços contíguos à rua; as praças são convergência de ruas; as travessas são ligações entre ruas; os becos são ruas interrompidas; as avenidas são ruas largas; as calçadas são ruas inclinadas. Se analisarmos o espaço privado, os prédios têm o seu limite exterior na rua; as parcelas são perpendiculares à rua; os lotes confinam com a rua; os quarteirões moldam a rua.

A relação estabelecida com as parcelas que formam o quarteirão – preenchidas por edifícios de diversas épocas, geralmente alinhados e com fachadas de diferentes larguras e desenho – contribui para a fisionomia da rua ou da praça.

Nascida da valorização do terreno fronteiro a um edifício marcante – igreja ou palácio – ou do encontro de ruas principais, a praça é reconhecida como espaço urbano de excepção (DIAS COELHO e LAMAS, 2007:29), o mais importante elemento morfológico do espaço público (SILVA, José, 2013:84). Nela se localizam também edifícios particulares ou administrativos de mais prestígio, alguns com arquitectura relevante, que proporcionam enquadramento com dignidade a acontecimentos e manifestações de vida urbana e comunitária, práticas sociais, encontro intencional e permanência isolada (LAMAS, 1993:100). É na praça que realça o cenário urbano. As fachadas dos edifícios são os planos de fundo e laterais. Os elementos dispostos pelo solo são os adereços: o coreto, o lago, os canteiros, as árvores, os bancos, os candeeiros, as estátuas, o quiosque, a cabine telefónica e o marco de correio.

Pela rua fora, a proximidade por que passamos pelos edifícios não permite que os contemplemos em pormenor e menos ainda no conjunto com os demais. Na rua, o objectivo é chegar aonde ela nos leva, somos menos atentos ao que nos ladeia. Na praça, ainda que uma maior distância torne menos perceptíveis pormenores marcantes de cada prédio, é mais o desenho de conjunto que lhe dá ênfase. Podemos ser espectadores dentro do próprio palco e tomar parte activa na mímica e no diálogo ou permanecer alheios aos quadros que se desenrolam à nossa volta; em qualquer caso, estamos em cena e nela entramos e saímos com a tranquilidade de quem se sente em casa. É também na praça que melhor nos apercebemos da relação entre os edifícios e o vazio, a proporção e o contraste que entre o espaço público e o privado se estabelece.

O largo e o terreiro são também espaços vazios, alguns até mais amplos. Nos centros históricos têm limites bem definidos, porque as construções que os envolvem lhes deram forma, por vezes regular. Nas aldeias não tanto e ocupam posição quase sempre periférica e accidental. São menos local de encontro intencional, excepto em dias de feira, mercado ou festa, e servem ainda para realização de actividades

esporádicas e jogos, alguns de cariz tradicional. Com excepção de Casais e Hortas do Tabual, cada aldeia tem pelo menos um largo com denominação toponímica. Espiche tem seis e Budens cinco (QUADRO 048). Nos centros históricos, apenas Vila do Bispo não tem qualquer largo. Nos restantes, há 52 com topónimo, dos quais doze em Portimão e nove em Monchique (QUADRO 049).

As praças que encontramos nesta sub-região sudoeste do território português assumem forma, dimensão e funcionalidades bem distintas, quando vistas de terra para terra ou até dentro da mesma localidade. Desde logo, porque uma praça, como qualquer outro elemento urbano, plasma-se quase sempre ao terreno em que se encontra e fica dependente da sua topografia, quer em forma, quer em dimensão. Depois, porque, como espaço público, terá surgido com uma determinada intenção ou, pelo contrário, da sua falta ou do desaparecimento da que inicialmente tivera. Pode ter sido um espaço desde sempre aberto, destinado ao encontro permanente ou circunstancial de moradores e visitantes; ou resultar de um sucessivo demolir de um ou mais quarteirões em ruína ou pequenas construções isoladas de menor importância, que não foram reconstruídas e começaram por formar um largo a que o poder local atribuiu condições de centralidade.

Nos trinta núcleos estudados – aldeias e zonas que considerámos como centros históricos – são 1171 os espaços com topónimo existentes e, desses, apenas 22 estão classificados como praças. Dezassete localizam-se em sete dos centros históricos e cinco em quatro aldeias. Aljezur tem quatro largos e não designa por praça qualquer espaço do seu centro urbano. Nas aldeias, Paderne tem duas praças como seus espaços centrais; Barão de S. João, Budens e Montes de Alvor têm cada uma a sua. O número de praças representa 2,5% dos espaços nos centros históricos e menos de 1% nas aldeias. Logo aqui ressalta o grau de excepcionalidade do elemento praça nos aglomerados populacionais do Barlavento algarvio.

Aqui, tal como é vulgar em Portugal, não são muitas as “praças fechadas, desviadas intencionalmente dos eixos de circulação” (BARBOSA, José, 1993:325), ou quase reclusas de toda a sua envolvente, como um grande pátio, com um só acesso público. Ao ser retirado o trânsito automóvel de certas zonas das cidades – e, pela sua

reduzida largura, é pelas ruas dos centros históricos que a medida começa –, a quantidade e dimensão das esplanadas e expositores que depois as ocupam torna difícil e lento passar por lá. Algumas dessas artérias quase deixaram de ser espaços de circulação e passaram a ser mais de estar. Todavia, isso não lhes muda o tipo, nem a vocação. Há situações em que o acesso normal à praça é exclusivamente pedonal, quase sempre por ficar a diferente nível ou por não haver contacto directo com qualquer espaço de circulação. O nosso exemplo é a Praça Comendador António de Libânio Correia, em Paderne.

Às restantes, em média convergem cinco artérias, valor normal dentro dos padrões portugueses: mais de 50% do total com 5 ou 6 acessos distintos. Em princípio, “quanto mais numerosos são os acessos, mais a praça se abre à envolvimento” (BARBOSA, José, 1993:328). A Praça da República, em Portimão, é de onde irradia maior número de ruas (10). Quase todas têm largura reduzida e, como tal, não provocam a fragmentação do espaço na mesma proporção; apenas as ruas do Comércio e Vasco da Gama, que com ela convergem, frente a frente, obrigam ao atravessamento desta praça. É uma das mais amplas (8106m²), mas, em Lagos, a Praça Luís de Camões, bem mais pequena (840m²), tem saída para sete arruamentos (Anexos, Plantas: Praças). Nas várias praças, a maioria dos acessos localiza-se nos cantos e não há qualquer situação de entrada central, por via ampla, dando expressão a todo o espaço.

As praças maiores e mais centrais – dos Pescadores, em Albufeira; Infante D. Henrique, em Lagos; da República, em Portimão; e Al Muthamid, em Silves – resultaram do aproveitamento de terrenos junto a praias ou de rossios, foram depois ampliadas e tiveram nova intervenção já no século XXI. A própria planta da localidade dá-nos, por vezes, pistas nesse sentido. Em Albufeira e Lagos, aquelas praças ocupam boa parte do que antes fora praia. Em Portimão (Praças Manuel Teixeira Gomes e 1.º de Maio) e em Silves, foram áreas de influência das marés, no rio Arade. Daí que não tenham casario a delimitá-las nalguns dos lados e que a sua forma seja regular e quadrangular.

Razões diversas tornam outras praças também dignas de referência. A Praça da República, em Albufeira, fica sobranceira ao mar, mas no cimo do morro onde se ergueram as antigas muralhas. Em Lagos, a Praça Marquês de Pombal – também conhecida por Largo das Laranjeiras, com apenas 214m^2 – é o menor espaço público do Barlavento designado como praça e foi o primeiro da cidade parcialmente cortado ao trânsito automóvel. Em Silves, é a Praça do Município, num piso abaixo da larga varanda fronteira ao edifício dos Paços do Concelho, que lhe dá maior amplitude e, por isso, todo o conjunto é geralmente apresentado como um único espaço (DIAS COELHO e LAMAS, 2007:845). Não identificado como praça, o Largo dos Chorões é o espaço mais amplo e mais central de Monchique. Nas aldeias, é a existência de uma praça que, de certo modo, lhes marca a diferença.

São cinco as Praças da República – em Albufeira, Paderne, Lagoa, Portimão e Vila do Bispo – e, em Lagos, a Praça do Infante D. Henrique também era assim designada. Os vinte e dois espaços com topónimo e classificados como praça variam muito na sua dimensão, quer no comprimento (entre 20m e 194m), quer na área (214m^2 e 8642m^2) (QUADRO 100). Como seria de esperar, as praças maiores situam-se nas cidades e as menores nas aldeias. No entanto, as duas de menor dimensão estão nos centros históricos de Monchique e de Lagos. As Praças de Al Muthamid, em Silves, e da República, em Portimão, estendem-se ambas ao longo de vários quarteirões, são as duas maiores e as mais equipadas. Embora quase todas as praças tivessem obtido arranjos recentes, inseridas em processos de valorização dos tecidos urbanos (SILVA, José, 2013:98), o seu traçado é mais antigo e, na maioria, persiste desde antes do século passado.

Na toponímia, a diferença entre praças e largos varia de município para município e, em cada um, de época para época. Deverá ser designado por praça um espaço central, de convergência e por largo o alargamento de uma via ou uma bolsa de terreno contíguo. O Largo do Município, em Silves, e o de Sárra Prado, em Portimão, assim terão sido designados por serem laterais a uma via principal. Poderiam todavia figurar hoje como praças, e das maiores, ou como jardins, mais propriamente, por grande parte do seu espaço estar preenchido com canteiros e muitas árvores.

5.15. A rua como espelho de vida local

Apesar da evidência que alguns largos e praças voltaram a conquistar, principalmente após as intervenções neles efectuadas até ao final da primeira década do século XXI, são as ruas que continuam a assumir posição relevante nos vários núcleos estudados. Nas aldeias, por serem os espaços mais longos e provirem quase sempre de antigas estradas régias, à volta das quais cresceu o aglomerado; nos centros históricos, por reunirem alguns dos estabelecimentos e dos serviços com maior peso local e por serem o caminho mais directo de ligação a outros espaços principais. A rua, mais extensa, mais larga, com melhor pavimento e ladeada por edifícios cujo acesso principal por ela se faz, deve tudo isso ao papel que, ao longo dos tempos, tem desempenhado na organização do traçado urbano. A população relaciona a rua com tudo o que dela obtém – a moradia, as compras, o passeio, o trabalho – ou aonde só chega depois de atravessá-la. Então, passa a ser “a minha rua”, a da escola, da igreja, do mercado, do comércio, da sociedade.

A rua espelha também a vida local, não apenas pela dinâmica das actividades económicas e sociais nela desenvolvidas, mas até pela denominação que recebe e que, não raras vezes, é alterada. A rua principal, mais sujeita ao desenrolar da história, apressa-se a homenagear um facto ou uma personalidade do momento e, em consequência, poderá sofrer nova alteração tempos mais tarde. Estão neste caso os topónimos que evocam datas: umas facilmente relacionadas com o ano em que o facto ocorreu, como 25 de Abril, 5 de Outubro e 1º de Dezembro; outras de origem mais ignorada, como 1 de Janeiro, em Barão de S. João; 13 de Janeiro, na Borda; 16 de Janeiro, em Lagoa; 26 de Março, em Alferce; 16 de Maio, em Portimão; 31 de Janeiro, 24 de Junho e 28 de Setembro, na Figueira de Portimão; e 16 de Novembro, na Carrapateira. Mesmo o 1º de Maio, recordado em quatro centros históricos e onze aldeias, por certo dele pouco mais saberá a população de que é o “dia do trabalhador”.

A denominação 25 de Abril é a mais comum em centros históricos (6) e aldeias (10) do Barlavento e corresponde a 19 espaços: ruas (12), travessas (3), uma avenida,

uma alameda, um largo e dois becos. Seguem-se 1º de Maio (15), da Igreja (14), das Escadinhas (10), Flores, Forno e Liberdade (9 cada). A figura mais homenageada é João de Deus (em 7 localidades), seguida de Cândido dos Reis (5) e Miguel Bombarda (4) (QUADRO 054). Se esta contagem é real nas aldeias, nas cidades e vilas ela corresponde apenas ao seu centro histórico. São mais de noventa os topónimos usados em pelo menos duas localidades (QUADROS 055 e 056). O Poço (7), a Fonte (7), o Moinho, as Parreiras, os Quintais, o Rossio (6 cada), o Alecrim, a Praça, as Bicas (5 cada) são topónimos mais frequentes nas aldeias e indicam que é nessa rua ou depois de passar por ela que se encontra cada um desses elementos de grande importância na vida comunitária.

A quase totalidade das artérias, nos centros históricos e em grande parte nas aldeias, tem denominação toponímica e corresponde-lhe um código postal. São 576 os espaços com topónimo nas aldeias – dos quais 295 ruas e 101 travessas – e 595 nos centros históricos: 373 ruas e 84 travessas (QUADROS 046-047 e 050-053). Correspondem a vinte e dois dos 29 tipos diferentes, segundo os vários regulamentos de toponímia em vigor nos municípios estudados (QUADRO 185). Principalmente entre os espaços sem topónimo, foram individualizados e classificados na pesquisa efectuada mais quinze tipos de espaços: adros (37), cais (3), campos de jogos (2), elevadores (2), esplanadas (1), lavadouros (8), parques de estacionamento (17), parques infantis (3), passagem aérea (1), pátios (69), recantos (123), terreiros (17), túneis (12) e veredas (6). Num total de 44 tipos diferentes, esta diferenciação entre os vários espaços fica muito aquém dos “145 tipos de via existentes” na toponímia portuguesa, registados pelos CTT (FAVA, 2009:14).

Dos 1171 espaços com topónimo, 1052 estão devidamente identificados no próprio local (QUADROS 128 e 129). A maioria das placas está colocada na parede (1634), mas há algumas em suportes implantados no chão (64). Estes são mais usuais nas aldeias (57) e encontram-se em estradas, jardins, largos e também em várias ruas. São da competência das câmaras municipais “estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia” e “as regras de numeração dos edifícios” (RJALEIAA, 33:1ss;tt). Os oito

municípios do Barlavento têm em vigor regulamentos sobre toponímia, com indicação das várias regras a respeitar na confecção e colocação de placas e de números de polícia. Estes deverão ter uma dimensão entre 10cm e 15cm e os “que excedam 15 cm de altura serão considerados anúncios, ficando a sua afixação sujeita ao respectivo Regulamento” (RTMPortimão, 21º.4). Também “a não colocação do número de polícia pelo requerente do processo de obras e ou proprietário da edificação ou fracção” será punível com coima (RTSilves, 31.1c). No entanto, são muitas as portas sem a correspondente numeração, rara em edifícios onde funcionem serviços municipais.

A denominação toponímica aparece em muitas artérias ainda com letras pintadas a branco sobre fundo preto, formando um rectângulo com cerca de 30cm de comprimento e 20cm de altura, sem obedecerem a grande rigor. Noutras, são letras gravadas sobre placa de pedra e, cada vez mais, painéis de azulejos pintados a azul. Há outros modelos que correspondem a diferentes conceitos e ao que estava em uso nas datas em que foram colocadas. Grande parte vem de há muito e, por isso, é principalmente para as zonas novas das localidades e para os edifícios reconstruídos que preceituam os regulamentos de toponímia. Deles constam, entre outras, as seguintes regras:

“As placas toponímicas e respectivos suportes devem ser de composição simples e adequada à natureza e importância do arruamento” (Albufeira,6.1, Monchique,8.1 e Portimão,12.2). Poderão ser “em pedra de mármore branco com caracteres gravados e pintados em cor contrastante” ou “confeccionadas com materiais à base de ligas metálicas ou fibras sintéticas” (Lagoa,13.1,3); “executadas em azulejo branco vidrado, com letras, brasão e contorno em azul cobalto” (Lagos,15.2); “em mármore polido com a espessura de 2 cm e as fixações serão em cobre oxidado”, com “gravação em baixo relevo, letras pintadas” e “devem incluir o brasão de armas municipal no canto superior esquerdo e o da Freguesia no direito” (Portimão,12.2,3,6); ou “em azulejos e as inscrições serão pintadas a preto, ou azul escuro” e “terá o brasão da respectiva freguesia colocado, ou a meio da placa, ou no canto superior esquerdo” (Silves,17.1,3).

As placas toponímicas “terão as dimensões de 45cm de largura e 30cm de altura, ou compostas por seis azulejos de 15cmx15cm cada, mantendo-se a proporção de 3/2”

(Lagoa,13.1); “59,5cm de comprimento e 44,5cm de altura e cada peça azulejar” de 15cmx15cm” (Lagos,15.2); “não poderão ter dimensões superiores a 0,60mx0,45m” (Portimão,12.6); nem “ter dimensões inferiores a 600mmx450mm, ou 450mmx300mm” (Silves,17.3).

Poderão ser colocadas “em colunas de suporte ou directamente nas fachadas dos edifícios” (Portimão,12.3); “distante do solo cerca de 3m e da esquina aproximadamente 1,5m” (Lagoa,12.3). “Caso não seja possível cumprir estas distâncias, as mesmas ficarão colocadas, no máximo, a 4,0 metros do solo e 2,5 metros da esquina do edifício” (Lagos,17.2) ou “a uma distância do solo entre 2 a 3m, e das esquinas entre 0,50m a 1,50m” (Vila do Bispo,13.3). A colocação das placas toponímicas “também poderá ser efectuada em suportes colocados na via pública ou nos espaços públicos, desde que os passeios possuam no mínimo 1,50 metros de largura disponível, livre de quaisquer obstáculos” (Lagos,18.1). “Nas áreas consolidadas em que o passeio tenha largura inferior a 1,5m, devem ser adoptados os postes, que deverão ser colocados junto aos muros de vedação existentes” (Vila do Bispo,13.4).

Dos 1034 espaços com placas toponímicas, 981 têm-nas colocadas na parede, 36 em suportes e 17 em ambas as situações. A maioria dos espaços está identificada com duas placas (504) – uma em cada entrada na via, colocadas à esquerda – ou apenas uma (451). Com mais placas são menos os espaços: 66 com três, 8 com quatro, 4 com cinco e uma – a Rua Infante de Sagres, em Lagos – com oito. Das doze ruas com quatro e cinco placas toponímicas, dez são em Lagos, uma em Silves – Rua Cândido dos Reis (4) – e outra em Albufeira, a Praça Miguel Bombarda (4).

Quanto à numeração, os vários regulamentos seguem a prática corrente de começar de nascente ou de sul, conforme a direcção principal da via, e ser crescente, com os números ímpares à esquerda e os pares à direita. Nos largos e praças, a numeração é seguida, no “sentido do movimento dos ponteiros do relógio, a partir do prédio que faça de gaveto poente do arruamento situado a sul” (Portimão,22.3), ou “a partir da entrada sudoeste do local” (Silves,26.d). Os becos têm numeração própria e seguida, a partir do primeiro edifício da esquerda. No centro histórico de Lagos, havia

sido adoptado o critério de iniciar a numeração a partir dos Paços do Concelho, tal como, nas vias nacionais, os marcos quilométricos são colocados a partir de Lisboa. Assim, os arruamentos a sul da Praça Gil Eanes, onde se situa aquele edifício, estão numerados no sentido norte-sul; como não há ruas para nascente daquela praça, tudo o resto segue a norma habitual.

5.16. A importância dos elementos de comunicação

Idênticas às linhas da palma da mão, as ruas permitem uma leitura, que será diferente de aglomerado para aglomerado. O seu traçado funciona como impressão digital e, quando visto em planta, quase sempre permite identificar a cidade a que respeita. Embora de menor dimensão e com menos traços que as caracterizem, por vezes até vilas e aldeias se deixam adivinhar pelo seu traçado. Se, vistas em conjunto, as ruas formam um todo reconhecível, quando muito próximas, connosco dentro delas, ainda há muitas que não deixam dúvidas sobre a sua identidade. Comprimento, largura, disposição no terreno, edifícios, piso, elementos decorativos, movimento e outros dados próprios de cada uma, basta juntar alguns para podermos reconhecê-las.

As dimensões de uma rua, a sua forma, ser ou não plana e a posição relativa que ocupa no tecido urbano são factores determinantes da influência que receberá e que depois terá no evoluir da vida local. Mesmo a chamada “rua direita” só adquire a importância que tinha e normalmente conserva por vir do início do povoado e se dirigir a um certo sítio ou edifício marcante. Do movimento que o interesse em ir até lá representava, resultou a necessidade de deixar mais espaço para circulação e o consequente afastamento dos edifícios que foram construídos de cada lado. O desejo de estar perto levou à construção de melhores casas nas parcelas contíguas à rua. Depois, deu-se a instalação de alguns negócios que interessassem a mais gente e que, por essa razão, prosperaram mais rapidamente. Daí, a necessidade de calcetar a faixa de rodagem e de dotar a rua de bons passeios, para facilitar o trânsito de veículos e dar segurança aos peões. Os estabelecimentos colocam toldos e reclusos luminosos. A

rua passa a ter sentido único, a faixa de estacionamento é substituída por bolsas, intercaladas por árvores, bancos, papeleiras, marco de correio, cabine telefónica e painéis informativos. As lojas trazem expositores para o exterior e quase entopem os passeios. Então o município decide retirar o trânsito automóvel e estender a calçada miúda, com desenhos decorativos, de lado a lado, para devolver a rua aos peões. Alastram as esplanadas, é instalado mais mobiliário urbano e, a partir daí, a rua fica com outra utilidade, de permanência e, para muitos, já não vai direita a nada.

Nos centros históricos do Barlavento, não foi só a antiga rua direita que teve de se adaptar a nova funcionalidade e alterou a fisionomia. Quase toda a actividade instalada nos centros históricos – e até em aldeias – voltou-se para o turismo e é sol e céu limpo que os visitantes procuram. Durante o verão, ruas e largos parecem um imenso mercado ao ar livre. É a partir do espaço público que os agentes públicos e privados se preocupam em transmitir aos destinatários a sua mensagem (BRANDÃO, 2002:62). Sinais de trânsito (regulação), sinalética (direcção), incluindo a comercial (informação), plantas da localidade no verso dos painéis publicitários e os marcos indicativos de percursos (orientação), placas com descrição de edifícios e monumentos (identificação) e também elementos efémeros sobre eventos em curso ou cujas datas se aproximam (decoração) são exemplos de seis tipos de comunicação urbana mais frequentes (Mitzi Sims, cit. BRANDÃO, 2002:62). Os sinais de trânsito terão de respeitar o Regulamento de Sinalização do Trânsito (DReg 22-A/98) e são genericamente comuns aos que estão em uso noutros países, o que não permite qualquer alteração. Em tudo o resto, importa cada vez mais o design, “cuja qualidade é essencial na cidade que se pretende comunicante”: escala dos objectos e contextos, conceito e forma, imagem e estética, e assim explorar todas as possibilidades de diálogo e de legitimação da sua presença (PAIVA, 2012:57).

A sinalética e a atenção que, sem coarctar a criatividade individual, algumas autarquias lhe dedicam, podem contribuir para a valorização da imagem da cidade e ocupam já capítulo próprio em regulamentos e planos municipais de ordenamento do território. Quanto mais harmoniosa, completa e apelativa for a informação disponível no espaço público, mais agradável se torna ir de um lugar para outro, partir à

descoberta daquilo que nos é sugerido e chegar, por nós próprios, a tudo o que nos propusemos encontrar. Ao mesmo tempo, a publicidade e a sinalética oferecem a sua companhia durante o percurso e dão a conhecer mais sobre o lugar. Também as fachadas dos edifícios por que passamos, com todos os elementos nelas contidos, exprimem a linguagem arquitectónica que molda a imagem da cidade (LAMAS, 1993:96), e revelam as suas características e o que, ao longo do trajecto, é possível encontrar.

Ao que nos ladeia, se mantém por mais tempo – os edifícios – e se altera para acompanhar o ritmo da cidade – decoração, informação e publicidade –, junta-se um outro elemento, a que tem sido dedicada crescente atenção: o pavimento. Ao tomar consciência de que “a amenidade do trajecto pedonal é um importante ingrediente da resposta que o desenho urbano pode dar” (VARANDA, 1999:74), os municípios têm-se preocupado não apenas com a regularização dos pavimentos, mas também com a sua decoração. A melhoria da segurança e salubridade tem sido motivo para intervenção nos pavimentos; e também o seu embelezamento, com desenhos alusivos ou composições mais arrojadas, tem acompanhado os últimos trabalhos realizados nos centros históricos e também nalgumas aldeias do Barlavento. A calçada que vai desde a Rua da Porta da Portugal até à Praça Luís de Camões, em Lagos, constitui, por certo, o conjunto mais bem conseguido. Têm igualmente interesse o pavimento da Praça de Al Muthamid, em Silves; a calçada da Avenida Capitão Fernandes Leão Pacheco, em Portimão; o empedrado da esplanada entre o túnel e a praia, em Albufeira. Também nesta cidade e no seguimento da intervenção ocorrida com o programa Polis, o pavimento de várias ruas do seu núcleo primitivo foi concebido com uma curiosa conjugação de cinzento e de vermelho, a marcar as entradas de cada casa e os intervalos entre elas, como num jogo de que o visitante só aos poucos se apercebe.

5.17. Espaços de circulação e de permanência

O estudo do espaço público e as conclusões a que se pretende chegar obedecem geralmente a regras estabelecidas por quem já anteriormente se dedicou a idêntica tarefa, noutros lugares e noutras circunstâncias. Não se aplicam em absoluto a cada caso, mas são sempre preciosos indicadores, pois permitem constatar em que medida os dados recolhidos na situação presente se aproximam dos indicados nesses estudos, ou se são diversos e constituem característica assinalável. Da comparação de todos esses dados e das várias proporções encontradas, podem resultar recomendações para intervenções futuras, em projectos de raiz e na reabilitação urbana. Por maior que seja o universo de casos estudados, as conclusões deles retiradas serão sempre meramente indicativas, não só pela variedade de elementos externos que podem influenciar, mas principalmente pelas diferenças de lugar e de tempo. Mais ainda, por não ser possível imaginar todas as alterações sociais que se aproximam e consequente mudança nos anseios da população, e por haver a certeza de que as soluções que no momento se apresentam como de futuro, a breve prazo só valem como recordação do passado.

A relação largura/altura da praça, isto é, entre o solo e a cércea dos prédios, que foi tomada como ideal na proporção compreendida de 1:3 a 1:6 (BARBOSA, José, 1993:332), começou por ser observada nos espaços em que palácios e outros edifícios circundantes se apresentavam com unidade. Mas, com a demolição e reconstrução de alguns deles, passou a ser considerada a cércea média, o que conduz sempre a resultado diverso da realidade. Mesmo depois de os planos de urbanização e de pormenor imporem volumetria máxima para cada zona, raramente todos os prédios recebem alteração ao mesmo tempo e, assim, normalmente persiste a diversidade. Em Portimão, na Praça da República, onde, ao longo de três décadas, autarquia e particulares mais transformaram a imagem da cidade, o resultado obtido mostra-se coerente, mas não conseguiu evitar algumas soluções anteriores divergentes. Aqui, a larga fachada da Igreja do Colégio, dominante a meio da praça, e a igreja Matriz, à espreita a um canto, chamam para si a maior atenção e tornam quase irrelevantes as situações menos integradas.

Um outro valor é-nos dado, também em termos ideais, pela própria lei (RGEU, arts. 59 e 60), que no entanto reconhece a existência de arruamentos já ladeados por edificações, cujas condições de salubridade, muitas vezes reduzidas e insusceptíveis de serem melhoradas, obrigam a aceitar essas excepções. Ao pretender que “a distância mínima entre fachadas de edificações nas quais existam vãos de compartimentos de habitação não poderá ser inferior a 10 metros”, teríamos aqui uma primeira medida mínima para a largura do arruamento. Quanto à cércea dos prédios, ao fixar que “nenhum dos seus elementos, com excepção de chaminés e acessórios decorativos, ultrapasse o limite definido pela linha recta a 45º, traçada em cada um desses planos a partir do alinhamento da edificação fronteira”, dá-nos um segundo valor. Os centros históricos e as aldeias do Barlavento são anteriores a 1951, data em que o diploma foi aprovado e, como tal, o seu traçado não obedece ao que o legislador achou dever consagrar.

Sem contar com avenidas, alamedas e estradas, em nove aldeias não há qualquer rua com largura média igual ou superior a dez metros (QUADRO 074). Mesmo em Aljezur, Paderne e Alferce, a rua com essa largura não é mais do que o troço da estrada nacional que as atravessa. Ao todo, são 91 ruas com mais de dez metros de largura – 36 em aldeias e 55 em centros históricos –, todas fora do núcleo mais antigo. Habitualmente, as ruas têm largura superior a 6m (54,28% nas aldeias e 59,39% nos centros históricos), mas em quase todas as localidades há algumas ruas com menos de 3m de largura. Destas, são 26 nas aldeias e 28 em vilas e cidades: 14 em Aljezur e nenhuma em Lagoa, numa percentagem total de 7,37%. No entanto, ao somarmos todos os outros espaços de ligação, incluindo travessas, estradas e avenidas, já a média dos que têm largura superior a 6m desce para 25,66% e dos que têm menos de 3m sobe para 40,40% (QUADRO 088). Mais esclarecedor será o comprimento de todos os espaços de circulação, cuja soma é de 82,190km (62,41%) com mais de 6m de largura, e 11,399km (8,66%) com menos de 3m (QUADRO 093).

Se olharmos para os espaços de permanência – concretamente praças, pracetas e largos – a sua largura média varia entre 11m e 19m, nas aldeias e, nos centros históricos, quase sempre excede os 20 metros (QUADRO 097). Os de maior largura são

os Largos Gil Eanes (81m) e do Dique (66m), e a Praça 1º de Maio (62m), em Portimão; a Praça dos Pescadores (57m), em Albufeira; e a Praça do Infante D. Henrique (59m), em Lagos. Em área, o maior continua a ser o Largo Gil Eanes (19.139m²), seguido do Largo da República, em Silves (10.238m²), Largo do Dique, em Portimão (8.777) e Praça Al Muthamid (8.642m²), em Silves (QUADROS 100 e 101).

Seja de ligação ou de permanência, um espaço só adquire um “sentido colectivo e público” depois de percorrido repetidas vezes e, com esta atitude, ser apropriado pela comunidade (MACHADO, António, 1993:188). Sem outra intencionalidade que não seja atravessá-lo para encurtar a distância na ida de um lado para outro, a população confere assim ao espaço “um estatuto público de serviço à utilização privada”. Na deslocação, nada impede que se faça uma paragem, para olhar uma montra, falar com outra pessoa ou descansar; também nada obriga que uma praça não seja atravessada apressadamente, sem qualquer paragem. A distinção que aqui fazemos entre espaços de ligação e de permanência é mais por convenção e por certo será diversa de outras adoptadas. Neste trabalho, foram incluídos, como espaços lineares de ligação, todos aqueles que, na sua maior dimensão, ligam dois outros espaços e permitem a continuidade do trajecto. Como espaços de permanência, todos os outros: além de praças, pracetas e largos, também adros, becos, cais, campos de jogos, esplanadas, impasses, lavadouros, mirantes, parques, incluindo os de estacionamento e os infantis, pátios, recantos e terreiros.

O termo *ligação*, dado a um espaço, pressupõe a existência de pelo menos dois outros, um antes e um depois, porventura com maior relevância no tecido urbano. Estão nessa situação as travessas, veredas, escadinhas, mas outras há – alamedas, avenidas, estradas – que, não raro, são dos principais espaços da localidade. Quanto às ruas, algumas reúnem em si funções de vários outros espaços e nelas se localizam os melhores estabelecimentos comerciais, repartições, bancos, profissionais liberais, restauração, bibliotecas, museus e templos. Algumas são suficientemente largas para terem faixas de trânsito, passeios e estacionamento, ou acesso a parques subterrâneos, árvores, bancos e muito mais do que fora exclusivo de praças e parques.

Quanto ao termo *permanência*, dará a ideia de tranquilidade, descanso e bem-estar, o que não ocorrerá em todos os casos atrás indicados.

Quando, reunidos uns e outros, nos preocupamos em encontrar uma proporção entre espaços de circulação e de permanência, não será de trabalho/lazer, já que, numa localidade com crescimento orgânico, como as do Barlavento, e com as relações sociais que aqui se estabelecem, todos os espaços são simultaneamente de actividade e de ócio. No entanto, porque são ruas (733) o maior número de espaços lineares (QUADROS 046 e 047) e, entre os alargados, 59,98% da sua área é ocupada por praças, pracetas e largos (QUADRO 116), os valores sobre eles registados poderão dar uma pista para a caracterização do espaço público nos trinta núcleos estudados. Foram analisados 2149 espaços, dos quais 1337 (62,21%) de circulação e 812 (37,79%) de permanência. Os de circulação ocupam a área total de 96,1456ha (70,40% do espaço público) e os de permanência 39,7754ha (29,60%). Nos comprimentos, a diferença é ainda maior: 131,685km (84,14%) de circulação e 24,730km (15,86%) de permanência (QUADROS 118 e 119).

5.18. Espaço primitivo e crescimento

Num tecido urbano há muito consolidado e sem documentos contemporâneos à sua fundação, não é fácil encontrar o ponto inicial. Sabemos que, como aglomerado, começou a ser quando à primeira se juntou a segunda construção, mas o espaço público primitivo tanto poderá ser o terreiro fronteiro ou criado entre ambas, como o caminho que conduzia até lá. Pelo menos nas nossas aldeias, terá sido o caminho, entretanto tornado rua. Nas duas hipóteses, enquanto a rua se molda ao terreno – serpenteia, ondula e se aproxima das casas –, o terreiro ajeita-se até ficar mais plano e regular, fácil de atravessar, agradável para estar e, mais tarde, poderá ser a praça.

O assentamento inicial influencia o evoluir do novo aglomerado. A configuração – linear ou alargada – desse primeiro espaço público determina a implantação dos edifícios seguintes, dos quarteirões que se formam, das ruas que os atravessam. O

aglomerado urbano nasce com um objectivo, uma razão e, durante algum tempo, pouco se desvia. Se cresce em torno de um elemento que exerce atracção em certas épocas do ano, precisa de deixar espaços livres entre o edificado, de modo a desenvolver aí toda a actividade que a chegada dos visitantes propicia. Se é mais um ponto estratégico para abrigo de pessoas e bens e os trabalhos a que os seus moradores se dedicam é executado nos arredores, bastam as ruas de acesso às casas e o tecido urbano fica mais apertado. O processo habitual de crescimento é “através de malhas sucessivas que se vão adicionando” (TEIXEIRA, 2001:11), o que potencia a continuação do modelo inicial, repetido em maior ou menor escala. O preenchimento de alguns terrenos residuais entre as novas zonas construídas pode gerar também o seu aproveitamento como espaços de sociabilização, jardins e parques de estacionamento. Os largos e praças surgem por vezes no entroncamento ou confluência de caminhos – Raposeira, Espiche – e podem adquirir composição morfológica singular, em resultado da topografia em que se inserem.

Mesmo quando as praças têm origem em acções de planeamento mais recentes, a sua integração no tecido urbano e o respeito por alguns valores próprios e visíveis noutros pontos do aglomerado ajudam a manter uma ligação ao passado, ainda que meramente evocativa. Esses pormenores fortalecem as características do lugar e da população, e as autarquias procuram realçá-los no planeamento urbanístico, principalmente nos centros históricos e nas aldeias. Apesar da crescente globalização e da generalização de processos construtivos, acabamentos e decoração, tornados comuns nas cidades e nas aldeias, ainda é possível encontrar sensações próprias em cada uma (MACHADO, António, 1993:8), diversas até das que lhe ficam geograficamente mais próximas.

A rua é, mais ainda, factor de hierarquização de espaços e funções. A praça, que durante muito tempo foi centro administrativo, viu os vários serviços debandarem para as zonas novas, com melhores condições de acesso e mais espaço para estacionamento e, ao longo da semana, perdeu essa vertente atractiva. Resta-lhe o passeio de domingo, também cada vez menos radicado nos hábitos locais. Apesar do que de específico tem para oferecer – bancos, sombras, algum equipamento e

tranquilidade – tornou-se mais espaço de travessia, troço de qualquer trajecto. A rua, pelo contrário, encontra-se num espaço habitacional, habitualmente calmo, ou em zona mais comercial, com o rés-do-chão dos edifícios ocupado por estabelecimentos e restauração, que funcionam também ao fim-de-semana. No Verão, o movimento é constante, com a população em férias aí concentrada e todo o resto da cidade a gravitar em seu redor. Criam-se zonas que aos poucos se esbatem até à periferia, onde a vida assume contornos diferentes, muito próprios, pouco influenciados pelas épocas do ano.

No entanto, porque uma povoação raramente é completamente plana, é a praça que geralmente vai “constituir uma charneira entre os desníveis das ruas envolventes” (BARBOSA, José, 1993:324). A Praça Alexandre Herculano, em Monchique, com as ruas que até ela sobem e dela descem, será um bom exemplo: apesar do varandim sobre a Rua do Porto Fundo, a sua função não será de permanência e contemplação, mas de pequena paragem antes de se subir mais. Situação idêntica ocorre em Silves, na Praça do Município, a meia distância entre a zona ribeirinha e o castelo. Para isso – mais nas praças do que nas ruas – há uma primeira transformação do ponto de vista morfológico, com a regularização do seu traçado (LOUSADA, 2008:53) e haverá alteração funcional, quando perde actividades que lhe eram tradicionais e se adapta a outras diferentes. A transformação das características físicas de um lugar pode resultar de alteração do traçado, do seu aspecto morfológico, mas ocorre principalmente em função das acções aí desenvolvidas, no dia-a-dia dos moradores e nas actividades que atrai.

5.19. A luz natural e artificial

Por ser aberto, inesperado, o espaço público é palco das mais diversas situações, expressão de diferentes sentimentos: nele tem lugar o encontro com um amigo, a transacção de um produto, a situação desagradável que não foi possível evitar. No limite, tudo pode acontecer, independentemente dos usos que lhe são habituais

(LYNCH, 1999; GEHL, 2006). Por isso, deve ser imaginado e realizado com toda a qualidade urbana, ser “concebido para todos os sentidos e todos os instantes” (ASCHER, 1998:178). No entanto, há no espaço público uma componente sempre imprevisível, que aparece no seu limite superior, o céu. Pode apresentar-se azul, branco, cinzento. Sobre os aglomerados do Barlavento está predominantemente azul.

As condições climáticas são também factor determinante de diferenças na paisagem urbana. A humidade do ar muda nas pessoas o humor e nos edifícios acelera processos de degradação. A chuva sugere que andemos com chapéu, quase só olhamos para o chão e para o que está muito próximo, e temos uma visão diferente do espaço; ou, sem chapéu, andamos à chuva e por vezes corremos para dela fugir. Em ambos os casos, a relação com o que nos rodeia é diferente. Tal como com o vento, o sol intenso, o nevoeiro e outras alterações atmosféricas. A questão climática – as relações entre a edificação e o clima – deverá ser tida em conta ao desenhar o espaço público (BUSTOS ROMERO, 2001). Os antigos procuravam que, ao longo do dia, ruas e casas recebessem mais tempo de exposição solar e ficassem protegidas dos ventos dominantes, propósito que a topografia do terreno nem sempre permitia que fosse concretizado. Outras vezes, havia que optar entre sol e vento, como aconteceu em Vila do Bispo e Lagos, particularmente ventosas.

Mesmo que só mude o tom, a cor do céu pode alterar todo o conjunto. Não só marca, como enfatiza, ou não, certas cores. A luz, independentemente das oscilações, pode dar determinadas características a um lugar, identificá-lo. A luz comanda a decisão de dotar um edifício ou um conjunto de certa cor. Falar de Algarve é pensar em “sol todo o ano”. A quantidade de céu visível, maior ou menor consoante a largura das ruas ou praças e sua disposição no terreno, tem a maior importância. Além da quantidade de branco, cinzento ou azul, que possamos ver ao olhar para cima, a largura de uma rua faz com que seja diferente a claridade, e isso interfere nas condições de habitabilidade no interior das casas. Numa rua estreita, depressa os prédios projectam sombras nas fachadas fronteiras. Numa rua larga e no sentido Este-Oeste, há fachadas que não chegam a receber sombras sobre elas, tendo, por isso, uma exposição privilegiada, mas as casas fronteiras, no Inverno, não apanham sol.

Largura da rua e limite superior – abertura para o céu – potenciam situações distintas: mais ou menos cor, mais ou menos luz, mais ou menos sombra. A luz é, de resto, talvez o elemento principal e o mais difícil de trabalhar no domínio da arquitectura. Por isso, “a arquitectura é um facto plástico para além do facto utilitário, é o jogo sábio, magnífico dos volumes banhados pela luz” (Le Corbusier, cit. RODRIGUES, 2002:15). A luz confere particularidades a determinados sítios, quer em termos de ambiência e de cenário, quer nos efeitos que provoca na textura dos materiais. Usar uma tinta plástica ou caiar uma mesma parede, ainda que se trate da mesma cor, vai originar percepções distintas.

Se, ao longo do dia, o Barlavento é favorecido pela sua posição geográfica, à noite, como qualquer outra região, depende da preocupação posta na iluminação do espaço público. Esta transformação da *noite natural* em *noite técnica* (SERRÃO cit. FERNANDES, Mário, 2002:314) passou pela utilização do azeite e petróleo e pela instalação de candeeiros a gás na via pública, primeiro em Faro e só na década de 60 do século XIX. Até então, “todas as ruas, praças, largos permaneciam na mais completa escuridão nas noites sem luar” (ccvalg www). A partir de 1910, passaram a coexistir candeeiros a petróleo e a electricidade, na via pública da capital algarvia, e, no Barlavento, estavam já electrificadas Albufeira, Lagos, Portimão e Silves, na década de 20. Seguiram-se Monchique (1933), Lagoa (1937), Vila do Bispo (1947) e Aljezur, já na segunda metade do século XX (wikienergia www). A iluminação pública é matéria de grande especificidade técnica e exigiria tratamento aprofundado, muito além da simples observação no local, que foi o modo de recolha de dados para o presente estudo. Embora destinados a servir à noite, os candeeiros são elementos do espaço público, fazem parte da sua decoração e é de dia que podem ser vistos na totalidade.

Os candeeiros são colocados a partir do solo ou nas paredes e estão dispostos a distâncias tanto quanto possível iguais, que, nos centros históricos variam entre 15m e 30m, conforme a rua é mais ou menos central e, nas aldeias, entre 25m e 40m. Alguns estão em posições estratégicas – numa esquina ou frente a uma travessa –, de modo a poderem servir mais do que um espaço. Foram registados 6194 candeeiros, 3420 de pé e 2774 na parede. Esta distribuição não é proporcional, pois nas aldeias a maioria

dos candeeiros assenta no solo (2021) e apenas 479 estão colocados na parede de prédios; nos centros históricos, a preferência vai para a colocação na parede (2295), mais do que no chão (1399) (QUADRO 130). No entanto, em Aljezur (117-104) e Vila do Bispo (105-27) são mais os candeeiros no solo, característica dos meios rurais, onde o transporte de electricidade é feito por via aérea e os próprios postes são aproveitados para colocação dos candeeiros. Além dos que têm candeeiros, há mais 174 postes em centros históricos – a maioria em Monchique, Aljezur e Vila do Bispo (QUADRO 131) – e 708 nas aldeias (QUADRO 131). Contrariamente, há mais caixas técnicas espalhadas pelo espaço público das vilas e cidades (1400) e somente 383 nas aldeias.

5.20. Malha, quarteirões e espaço público

Ao contrário dos centros históricos, onde os terrenos foram há vários séculos urbanizados e passaram a ter uma utilidade e um valor muito diferentes dos iniciais, nas aldeias, a influência da estrutura fundiária permanece muito visível e continua a condicionar a malha urbana. Nos aglomerados rurais, são ainda muitas as casas com amplos logradouros que não estão vedados e que, com os quintais entre as casas vizinhas, tornam frequentes as zonas em que o urbano e o rústico permanecem lado a lado. Nesses quintais, foram construídas instalações de apoio que, por sua vez, deram lugar a novas habitações, muitas delas hoje abandonadas e em ruína. De qualquer forma e em regra, é nítida a separação entre a zona correspondente ao núcleo primitivo e a de expansão, a primeira de malha mais apertada e a segunda ainda de malha bem larga.

Em grande parte das aldeias do Barlavento algarvio, o seu núcleo primitivo, quando visto em planta, ressalta como uma aplicação de desenho minucioso, num tecido de malha relativamente ampla. Assim acontece na Guia, em Paderne, Barão de S. João, Almádena, Espiche, Marmeleite, Casais, nas duas Figueiras, S. Marcos da Serra, Budens, Burgau e Vale de Boi. A proporção entre as áreas dos quarteirões das zonas antigas destas aldeias e as do total do aglomerado varia de 7%, em Marmeleite, a 20%,

em Barão de S. João. Nos centros históricos das sedes de concelho, as proporções são idênticas e variam entre 9%, em Portimão, e 20%, em Vila do Bispo (QUADRO 017).

Se considerarmos também a média das áreas dos quarteirões, os das zonas antigas são bem menores, com 420m² em Marmeleite, 463m² em Burgau, 476m² em Vale de Boi, 641m² em Casais e 642m² em Espiche (QUADRO 023), enquanto, no total dessas aldeias, a média das áreas dos quarteirões é, respectivamente, de 2951m², 1006m², 2008m², 1268m² e 1331m² (QUADRO 022). Nestas cinco aldeias, em média, as áreas dos quarteirões, dentro da zona antiga, são significativamente menores do que nos quarteirões fora dela: 12,2 vezes em Marmeleite, 2,5 em Burgau, 5,8 em Vale de Boi, 2,5 em Casais, e 2,8 em Espiche. Outras duas aldeias onde a diferença é igualmente grande são a Guia (5,8) e Paderne (2,9). Nos centros históricos, onde todo o território estudado está há muito consolidado, a proporção entre as áreas dos quarteirões é bem menor: os que se situam dentro da zona primitiva são cerca de 1,4 vezes menores do que os restantes quarteirões analisados (QUADRO 023).

Se o número de quarteirões quase não deixa margem para uma segunda leitura, já quanto ao espaço público, na falta de classificação oficial e incontestável, a sua individualização obedeceu a critério pessoal e porventura demasiado exigente, razão pela qual 979 dos espaços estudados – principalmente becos, travessas, recantos, pátios, jardins e até algumas ruas (46%) – não têm denominação toponímica. Para caracterização do tecido urbano, não será tanto a relação entre o número de parcelas e espaços públicos e privados que nos interessa para encontrar a sua densidade, mas sim a proporção entre as áreas de abertos e de fechados. São abertos os espaços integrados no domínio público e livremente acessíveis a qualquer um; designamos por fechados todos aqueles que não podem ser fruídos indiscriminadamente, por estarem ocupados por construções ou se acharem devidamente delimitados, deixando pouca dúvida sobre a sua propriedade privada.

Também aqui, na busca da proporção entre o público e o privado, foi adoptado um critério próprio, primeiro mais alargado, depois mais restrito, susceptível de nos fornecer diferentes valores, conforme a porção de território estudado. À partida, por ser a aldeia um todo ainda em formação e o centro histórico uma zona já consolidada

da localidade, não surpreende que as respectivas bordaduras sejam necessariamente diferentes. Nas aldeias, os quarteirões mais periféricos são, muitos deles, maiores e ainda expectantes, mantêm por vezes várias parcelas agrícolas e, junto ao perímetro urbano, são frequentes os terreiros e outros espaços livres. Nos centros históricos, os quarteirões estão totalmente construídos e só as vias que os delimitam foram incluídas no seu espaço público exterior.

Em ambos os casos – nas aldeias e nos centros históricos – foi considerada uma primeira e maior área, que abrange quarteirões e espaço público, com acessos até onde as construções mantêm unidade. Nas aldeias, na sua actual dimensão, as maiores são Espiche (12,0113ha), Guia (11,0452ha) e Figueira, de Portimão (10,5803ha); as menores são Hortas do Tabual (0,9114ha) e Vale de Boi (1,3111ha) (QUADRO 013). Nas sedes de concelho, fomos apenas até onde, na primeira metade do século passado, esse casario chegava. As três cidades de então tinham as maiores áreas: Portimão (47,0005ha), Silves (35,4911ha) e Lagos (35,3328ha). Das vilas, Lagoa era a maior (19,4594ha) e, na altura, Albufeira (17,8533ha) e Monchique (17,6000ha) ocupavam áreas idênticas.

A área construída e a que é ocupada por quarteirões poderão ser muito diversas. Como qualidade de habitação, o tamanho da parcela conta muito, pois quintais, jardins e outras áreas descobertas garantem desafogo aos moradores. Sejam exteriores ou interiores aos prédios, todos os espaços verdes ajudam a manter uma atmosfera mais pura e, com isso, ganha toda a povoação. Mas, para quem percorre o espaço público, todo o quarteirão não lhe está acessível e pode representar um obstáculo, ao ter de ser contornado, sem permitir que se caminhe sempre a direito. No entanto, serve igualmente para amenizar o trajecto, pela diversidade de elementos que contém: desde logo as diferentes fachadas, as praças e outros espaços intercalares, que os quarteirões criam e mantêm. Espiche é também a aldeia em que os quarteirões ocupam maior área (6,7893ha), enquanto que, entre os centros históricos, a primazia vai para Portimão (27,9772ha) (QUADRO 014). O mesmo se passa com a área total de espaço público: 5,2220ha em Espiche e 19,0233ha em Portimão.

A proporção entre espaço público e quarteirões não é constante e difere muito das aldeias para os centros históricos (QUADRO 015). A principal razão está no facto destes estarem consolidados há muito tempo e as aldeias incluírem também a própria periferia, com largos e terreiros expectantes. Na média das vinte e duas aldeias estudadas, o espaço público representa 49% da área total, enquanto, nos centros históricos se fica pelos 40%. Mesmo depois de alguns arranjos, que incluíram eliminação de quarteirões, a maior percentagem de espaço público, num centro histórico, verifica-se em Albufeira (45,15%) e a menor em Silves (36,42%). Nas aldeias, só Sargaçal tem uma percentagem de espaço público ainda mais baixa (35,83%) e apenas mais sete ficam aquém da percentagem de Espiche (45,11%), embora também só em sete seja superior a 50%, com as mais elevadas nas Portelas (71,74%) e em Alferce (68,20%). O espaço público considerado é não apenas o que fica entre os quarteirões, mas também o que os envolve e corresponde ao anel exterior de todo o núcleo.

Num último exercício para avaliar o peso do espaço público, antes e agora, podemos relacionar o todo estudado com um conjunto menor, correspondente aos quarteirões cujas construções parecem ser mais antigas. Esta designada “zona antiga” não corresponderá certamente ao núcleo primitivo da povoação, mas permitirá a comparação com os números obtidos quando incluímos zonas que são de certeza mais novas. As áreas referem-se ao perímetro interior (pela periferia dos quarteirões) e ao perímetro exterior (incluindo também o espaço exterior envolvente) (QUADROS 017 e 021). Consideradas apenas essas zonas antigas, com envolvente (exterior) o espaço público corresponde a 42%, nas aldeias, e 36% nos centros históricos; sem envolvente (interior), baixa para 19%, quer nas aldeias, quer nos centros históricos. Tomada a área total dos núcleos estudados, as percentagens médias de espaço público, no interior, são de 18% nas aldeias e de 23% nos centros históricos e, no exterior, é de 38% em ambos (QUADRO 015).

5.21. Elementos soltos e mobiliário urbano

Além dos seus limites horizontais e verticais – uns e outros muitas vezes oblíquos –, diversos elementos *soltos* fazem igualmente parte do espaço público: o chamado mobiliário urbano e outros, que nele encontramos quase por toda a parte. Não são já contínuos, como os pavimentos e as paredes, embora possam com eles formar uma sequência ou neles estar embutidos. Deste conjunto fazem parte elementos no plano da base (horizontal), no plano lateral (adossados ou perpendiculares) e soltos (objectos vários), sem primazia de nenhum deles em relação aos outros.

Não podemos considerar que só as fachadas definem o espaço, já que o pavimento é igualmente importante, bem como muitos desses objectos. Todos se modificam, pelo tempo e pelo uso, embora uns estejam mais frequentemente sujeitos a mudanças do que outros. É paradigmático o caso das fachadas, cuja alteração depende da iniciativa dos proprietários dos edifícios e de autorização das entidades administrativas. Já os pavimentos – vulgarmente identificados como “o espaço público” –, por dependerem do poder político, permanecem mais tempo inalterados. Quando mudam, sucede numa extensão geralmente superior e como primeiro passo de uma intervenção que abrange outros elementos, os tais objectos (equipamento e mobiliário urbano).

O equipamento, muito sujeito a inovações tecnológicas, e o mobiliário, cujo design procura acompanhar os ditames da moda, são, no espaço público, os que mais frequentemente têm mudanças. Os objectos de privados, a maioria pertencente a estabelecimentos comerciais e restauração, também são autorizados a ocupar o espaço público, com respeito pelos respectivos regulamentos municipais e após pagamento das taxas fixadas para o efeito. Maioritariamente amovíveis e colocados consoante as necessidades do momento, são os mais susceptíveis de alterar a fisionomia do espaço, geralmente ao longo do dia e parte da noite. Muitos permanecem no espaço público durante longo tempo e, por vezes, é difícil distinguir o que foi colocado pela administração local e o que, mesmo sem ser retirado à noite, pertence a particulares. Público ou privado, este equipamento pretende dotar o

espaço público de conforto idêntico, nalguns casos até superior, ao que temos em nossas casas.

Podemos estabelecer analogia entre o interior das habitações e o interior do espaço público, pois em ambos se pretende encontrar segurança e bem-estar. Se uma casa pode estar mobilada, uma cidade também. Os móveis e equipamentos do espaço urbano desempenham, na devida proporção, função similar aos que temos nas moradias. Mesmo o que está agarrado ao solo, por motivo de segurança – do próprio equipamento e de quem por ele passa –, não deixa por isso de ser designado “mobiliário” e permanece no mesmo lugar durante longo tempo, tal como, em cada casa, se mantêm estáticos, como se fossem fixos, os móveis mais pesados. Antes da electricidade, as arcas que havia em casa, para diversos fins, faziam parte do mobiliário; hoje, às frigoríficas, designamos por equipamento. Quando as casas passaram a ter água canalizada, ninguém chamaria a uma torneira nem equipamento, nem mobiliário; e também ninguém se preocupava em rotular um chafariz. Muito menos era classificada senão como construção ou dependência, uma casa de banho, mais ou menos completa, fosse pública ou privada.

Terá sido a necessidade de regulamentar a construção, instalação, colocação e utilização de cada elemento existente no espaço público que levou a incluir tudo numa categoria, por vezes demasiado ampla, ora designada “equipamento”, ora “mobiliário urbano”, nem sempre coincidente com a noção que, à partida, tenhamos de um e de outro. *Equipamento* será um conjunto de peças que, relacionadas entre si, formam um todo com uma utilidade própria; *mobiliário* é o que o homem cria e pode transportar, para servir de suporte ao próprio corpo ou aos seus bens. No entanto, não raro encontramos um dos termos utilizado na definição do outro e é-lhes acrescentada a palavra “urbano”, para significar que se encontram em território construído e habitado.

As definições que nos são dadas de *mobiliário urbano* são quase sempre exemplificativas: “constituído por elementos móveis que ‘mobilam’ e equipam a cidade: o banco, o chafariz, o cesto de papéis, o candeeiro, o marco do correio, a sinalização, etc., ou já com dimensão de construção, como o quiosque, o abrigo de

transportes, e outros” (LAMAS, 1993:108). Aqui, são utilizados os verbos mobilar e equipar e é notada uma divisão através da sua materialização física. Mobiliário e equipamento integram elementos que podem ser os mesmos e figurar sob qualquer dos dois termos. Podem igualmente resultar de uma distinção, de certo modo evidente, que associa mobiliário a pequena escala e equipamento a grande. Mas serão sempre convenções. Numa outra definição, o mobiliário urbano “corresponde, de um modo geral, a quaisquer acessórios que ocupam a via pública: esplanadas, quiosques, bancas, pavilhões, cabinas, vidrões, instalações sanitárias públicas, focos de luz, expositores, suportes de informação, bancos, gradeamentos de protecção, etc” (AAVV, Ternos Passeios, 1997:71). Em regra, são propriedade das autarquias, encontram-se no solo e alguns podem ocupar o espaço aéreo. Por fim, a DGOT (Vocabulário, DGOTDU, 2005:230) refere-se ao “equipamento localizado em espaço público ou privado capaz de contribuir para o conforto e eficácia dos aglomerados urbanos, nomeadamente: bancos, cabines telefónicas, recipientes para lixo, abrigos para peões, mapas e cartazes informativos, etc”. Neste caso, o enfoque é dado ao conforto e eficácia.

Podemos integrar a maioria do mobiliário urbano no grupo de elementos “semi-fixos”, que podem mudar fácil e rapidamente (RAPOPORT, 1990:89). Numa lista ainda mais extensa, incluída num “Guia de avaliação do design do espaço público” (BRANDÃO, 2002:68-69), os vários “elementos do mobiliário urbano” nela contidos, poderíamos subdividir em: não fixos (bancas, contentores do lixo, elementos de protecção e separação, expositores, floreiras, guarda-ventos); semi-fixos (bancos, cinzeiros, estrados, mesas, palas, papeleiras, pavilhões, sanefas, sanitários amovíveis, suportes informativos e publicitários, toldos, vitrines); e fixos (abrigos, armários para instalações eléctricas, de telefones e outras, bebedouros, cabines telefónicas, coberturas de terminais, corrimãos, equipamento wc para caninos, gradeamentos de protecção, marcos de correio, paragens de autocarro, parquímetros, quiosques, relógios, suportes de estacionamento de bicicletas). Em causa estará sempre a facilidade ou dificuldade na sua colocação e remoção e, também aqui, a subdivisão não parece importante.

Em 1982, o prefácio “de um trabalho pioneiro, projectando numa dimensão já considerável e em termos de proposta global algumas raras experiências parcelares anteriores” (PEREIRA, Nuno, 1982:5) – o Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Núcleo Central Histórico de Beja – dividia o “conjunto dos objectos de apoio à boa utilização dum espaço urbano”, segundo “funções de: a) Estar, lazer: bancos, peças dos jardins infantis; b) proteger: toldos, chapéus-de-sol; c) informar/comunicar: cabine telefónica, paragens de transportes, placas toponímicas isoladas, placas publicitárias isoladas, marcos dos CTT; d) comércio: quiosque; e) abastecimento: chafarizes, bebedouros, candeeiros isolados” (Beja, CH, 1982:170).

Os bancos e as cabines figuram em todas as listas, o que lhes confere o estatuto de elementos exemplificativos de mobiliário urbano. Dantes, o banco fazia parte do jardim, a praça era local mais de encontro do que de permanência, a rua servia somente para circular e não havia noção de espaço público. Mais tarde, tornou-se incontestável a “importância dos candeeiros e das cabinas telefónicas”. Com o tempo, novos elementos se associam e doutros perdemos a noção de permanência: marco do correio, abrigo, boca-de-incêndio. A rapidez com que tudo muda – o que é essencial numa altura torna-se obsoleto noutra – deixa a convicção de que “o espaço do efémero é das pessoas, não é da cidade”, mas também esta se tornou “tão provisória e descartável como o lixo que se acumula pelas suas ruas e alamedas” (SCRUTON, 2001:416). Muitos deles são elementos de pequena escala, soltos ou amovíveis, podem ser recolhidos ou retirados e, mesmo os fixos, todos têm carácter efémero, como se fossem acessórios, à semelhança dos que são utilizados no vestuário.

A forma e características físicas (cor, tamanho, proporções), bem como a sua posição, o espaçamento entre objectos da mesma família e o conjunto que formam com a restante envolvente, contribuem para imprimir maior ou menor qualidade ao espaço em que se inserem. Há um vasto número de elementos considerados mais próximos às pessoas, dado que apresentam dimensões à sua medida, susceptíveis de maior contacto e mais visíveis ou mais procurados. Todos estes equipamentos, destinados principalmente a pedestres, são exemplos de que “existe uma variedade de soluções para o desafio da criação de uma estrutura urbana, como um lugar dedicado

aos cidadãos” (GEHL e GEMZOE, 2002:257). Uma vez retirados, a sua ausência pode contribuir para tornar o espaço quase inóspito, sem vida.

Há um conjunto de elementos que, habitualmente considerados soltos, se encontram colocados no espaço público ou dele visíveis e integrados em construções, destinados a servir quem passa ou quem permanece e que, em qualquer dos casos, contribuem para a composição da envolvente imediata e da paisagem: abrigos de paragens (de autocarros ou de táxis), antenas (de televisão e parabólicas), aparelhos de ar condicionado, armários para instalações, arte urbana, arbustos, árvores, bancas, bancos (fixos ou móveis), bebedouros, bocas-de-incêndio, bonecos, cabines telefónicas, cadeiras, caixas com produtos para venda, caixas técnicas, caldeiras (de árvores), candeeiros, canteiros, cartazes, cinzeiros, contentores do lixo, corrimãos, dispensadores de sacos (cães), ecopontos, ecrãs de televisão, esculturas, espelhos (trânsito), esplanadas, estrados, expositores, ferros, guardas (para protecção de peões), instalações sanitárias públicas, jogos de água, marcos de correio, monumentos, mupis, números de polícia, papeleiras, parquímetros, paus de bandeira, pilaretes, pilhões, placas toponímicas, postes, publicidade, quiosques, relógios, separadores, semáforos, sinais de trânsito, sinalética, sinalizadores de paragens, suportes de estacionamento de bicicletas, tapetes, telheiros, toldos, torneiras, vasos, vídeo-vigilância, vidrões e vitrines.

Uma questão que se coloca – com respostas distintas por parte de diversos autores – será como agrupá-los. Poderá ser, por hipótese, com espaço interno (cabine telefónica, o abrigo de uma paragem de autocarros, uma instalação sanitária); ou sem esse espaço mas com maior ou menor grau de contacto das pessoas com as suas superfícies (nos bancos as pessoas tocam, sentindo mesmo se estão quentes ou frios, se são agradáveis ou desagradáveis); estáticos/mais fixos ou móveis/mais flexíveis (caso de mobiliário solto, amovível, de candeeiros que, tendo um ponto fixo podem rodar ou adoptar diferentes posições). Além de pontos de luz, há ainda o som que emana de colunas discretamente colocadas, o diferente cheiro de cada rua. Nada disto resulta da topografia ou do traçado do espaço, mas do que nele se insere e de quem o usufrui. “A urbe é um universo sensorial diversificado, paisagem sonora e olfactiva,

cujo mobiliário urbano requer um contacto agradável” (ASCHER, 1998:178), para que possamos sentir o espaço público como extensão de nossas casas.

Seja qual for a afectação de um edifício, dependem dos seus utentes tanto o uso dele e a sua decoração como os seus móveis. No exterior, ainda que haja uniformização de comportamentos, os vários objectos de mobiliário são igualmente passíveis de utilizações diversas: uma papeteira com publicidade torna-se recipiente e suporte, e certos elementos físicos podem servir também funções afectas ao mobiliário urbano. Será o caso de um muro ou um degrau onde as pessoas se sentam. No limite, “toda a cidade é um assento” (GEHL, 2006:176). Não obstante poder haver normas que regulem a utilização e apropriação do espaço público, este não deixa de ser um suporte simultaneamente usado por muitos, palco do imprevisível, de tudo o que o homem possa imaginar e fazer.

Para efeito de fixação de taxas, a administração local agrupa por rubricas as várias formas de ocupação do espaço público. De igual modo, para efeitos de estudo, pode o seu equipamento ser subdividido e os elementos reunidos em grandes grupos, conforme as funções e utilização que deles se pretende e espera.

Assim como o espaço urbano pode ser público, semipúblico ou privado, conforme está titulada a sua apropriação, também aquilo que se encontra no espaço público pode ser de entidade pública ou privadas e ter uma utilização pública, mista ou particular. A titularidade, a utilização e os objectivos de cada elemento podem ter proveniência e destino diversos e assumir estatutos muito diferentes, ainda que se trate do mesmo equipamento. Tal como as várias pessoas que se encontram no mesmo local diferem umas das outras e, por certo, foram razões e objectivos diferentes que as levaram até lá, também dos objectos que estão no espaço público cada um se serve de modo diverso. Tanto poderá haver uso privado de bens do domínio público, como utilização pública de equipamentos privados. Um automóvel pertencente a uma entidade pública não está ao serviço de qualquer cidadão, enquanto um táxi, que é propriedade de um particular, está obrigado a servir todos. Uma esplanada ocupa espaço público, com cadeiras e mesas dum particular e delas se

serve quem desejar, desde que cada um cumpra o que determinam os regulamentos e os hábitos sociais.

A ocupação do solo, do subsolo e do espaço público aéreo com equipamentos considerados infra-estruturas urbanas é decidida pelas entidades competentes e os particulares raramente se apercebem de que, directa ou indirectamente, estão a suportar os custos da sua instalação e manutenção. As facturas de consumos de água, electricidade, telefone e gás incluem taxas várias relacionadas com o atravessamento e ocupação do espaço público pelo equipamento que proporciona os respectivos serviços. A possibilidade de circulação e estacionamento na via pública também sujeita os proprietários de veículos ao pagamento de imposto. Assim, não é apenas a ocupação do espaço público com esplanadas, expositores, toldos, publicidade e outras formas de divulgar e ampliar o negócio que está sujeita ao pagamento de uma compensação pela obtenção dessa facilidade. No entanto, há outras ocupações da via pública que, embora se destinem igualmente a ampliar o espaço de fruição particular, é-lhes dado pouco significado e escapam a estas regras.

As caixas técnicas e as bocas-de-incêndio são equipamentos que encontramos com frequência, quer nos centros históricos, quer nas aldeias (QUADRO 131). As caixas técnicas protegem principalmente equipamento de redes de telefones e de electricidade, são em maior número (1783) e encontram-se no solo, junto à parede. Estão quase todas pintadas de cinzento e têm formato idêntico, de modo a passarem relativamente despercebidas; quando em grupo (fotografia 81) a sua presença é menos discreta. Encontram-se em maior número nas ruas 5 de Outubro, em Albufeira (30), Infante D. Henrique, em Portimão (20) e D. Vasco da Gama, em Lagos (19) (QUADRO 133). As bocas-de-incêndio (fotografias 76-80), algumas mais completas, outras apenas com torneira de maior secção, estão maioritariamente incrustadas em paredes e resguardadas por uma tampa metálica de cor vermelha, embora as que foram instaladas mais recentemente, principalmente em praças e jardins, estejam salientes do solo. No total, são 1102 e as localidades com maior número de bocas-de-incêndio por hectare de espaço público (14) são Portimão, Monchique e Casais (QUADRO 138).

Os serviços de limpeza e higiene ocupam também o espaço público com equipamento diversos. A recolha domiciliária de lixo doméstico, habitual até ao terceiro quartel do século XX, pouco a pouco foi substituída por contentores, depois por ecopontos e, mais recentemente por ilhas ecológicas (fotografias 73-75). Estes receptáculos estão colocados em posições nem sempre discretas, mas relativamente centrais a zonas com mais moradores. Os contentores estão isolados ou agrupados, são ainda muitos nos centros históricos (336) e também frequentes nas aldeias (296) (QUADRO 137). Os ecopontos, com mais capacidade e destinados a recolha selectiva (papel, embalagens e vidro), não foram encontrados em Aljezur, Vila do Bispo, Portimão e Montes de Alvor. São 20 nos restantes centros históricos e 33 nas outras aldeias. Há ilhas ecológicas em todos os centros históricos (48) e em dez aldeias (22). Pilhões (7) e oleões (10) são poucos e estão quase sempre junto das ilhas ecológicas. Estão colocadas papeleiras (924) em todos os núcleos, excepto Sargaçal, e estão espalhadas por 237 espaços nos centros históricos e 174 nas aldeias (fotografias 68-72). A rua da Porta de Portugal, em Lagos, a Praça da República, em Portimão (21 cada) e o Largo dos Chorões, em Monchique (20), são os espaços com mais papeleiras (QUADRO 170). Lagos e Portimão (11 cada), e Albufeira (10) têm o maior número de papeleiras por hectare de espaço público; as médias são de 9 nos centros históricos e 4 nas aldeias (QUADRO 138).

O espaço público é essencialmente de passagem e de encontro, e precisa de estar preparado para tudo o que se relacione com o trânsito de pessoas e mercadorias. Na área correspondente ao centro histórico das cidades e vilas e nas aldeias do Barlavento é o transporte terrestre que reúne todas as preocupações, embora em Albufeira, Silves, Portimão, Lagos e Burgau o mar ou o rio estejam mesmo ao lado. Em Portimão (6), Silves (4) e Burgau (1), lá estão, no chão junto ao cais, as argolas para a amarra de barcos (QUADROS 183 e 184). O piso das vias e o estacionamento são complementados com equipamento destinado a facilitar o trânsito de veículos e a proteger os peões. Desde logo, com a colocação de sinais, a maioria em postes metálicos, junto às paredes: 1557 nos centros históricos e 711 em aldeias (QUADROS 140 e 141). Os espelhos (181) encontram-se geralmente afixados ou colocados junto às

paredes, bem como a sinalética (431), embora esta, por vezes, esteja em candeeiros e em outras posições mais isoladas. Quando sinais e sinalética estão em destaque no passeio, perto da faixa de rodagem, constituem obstáculo à circulação de peões e podem prejudicar a visibilidade dos automobilistas. É o caso de vários MUPI – com publicidade na frente e, no verso, a planta da localidade, para justificar o espaço privilegiado que ocupam –, perto de cruzamentos, em praças, largos, avenidas e ruas principais. Nos centros históricos estão instalados 36: 13 em Portimão, 9 em Lagos, 5 em Silves e menos noutros (QUADRO 129).

Os municípios e os particulares colocam no espaço público diversa outra informação, seja em grandes cartazes isolados – 97 em centros históricos e 55 em aldeias –, seja em placas várias, afixadas na parede junto à entrada dos edifícios, com identificação de repartições, associações, profissionais liberais e serviços. Em maior número nas cidades e vilas (538) e em menor nas aldeias (200), Lagos (190) e Barão de São João (54) são o centro histórico e a aldeia com mais placas (QUADRO 129). Com informação turística, especialmente destinada aos visitantes, há 31 placards nos centros históricos e 10 em aldeias. Outro tipo de informação, destinada aos residentes, é a que está colocada junto a ilhas ecológicas e noutros locais de recolha selectiva de lixo (fotografia 75). Encontra-se em três centros históricos – Albufeira (3), Lagoa (4) e Monchique (1) – e em cinco aldeias (7 na Guia, 6 em Paderne, 1 em Almádena, 2 em Espiche e 2 em Portelas).

O estacionamento automóvel é limitado em grande parte dos aglomerados, principalmente no interior dos centros históricos. No entanto, são 17 os parques, dos quais 7 em aldeias. Devidamente assinaladas, registam-se 228 bolsas com 1470 lugares, nas aldeias, e 365 com 2742 lugares, nos centros históricos (QUADROS 132 e 134). Há 61 lugares para veículos de deficientes e apenas 9 de estacionamento expressamente para bicicletas (fotografia 02). Parquímetros são 25: 12 em Lagos, 11 em Portimão e 2 em Monchique. Os lugares de paragem de táxis são 23 no total e os de autocarros 77. Bombas de gasolina, nos espaços estudados, há uma em Lagos e outra em Marmeleite (QUADRO 143).

Fora dos lugares indicados para o efeito, é possível e outras vezes necessário estacionar, por períodos curtos, para cargas e descargas. Muitas vias são de pequena largura e torna-se difícil a passagem de um segundo veículo. Outras são largas, mas, principalmente no verão, quando a ocupação no Algarve cresce, todos os espaços se tornam insuficientes e até os passeios tendem a ser ocupados. Para evitar as duas situações, principalmente em ruas, largos, algumas travessas e praças – em 228 espaços dos núcleos estudados em 2011 – estavam colocados 4630 pilaretes: 480 em aldeias e 4150 em centros históricos (QUADRO 144). Representam uma média por quilómetro de via: 94 em Lagos, 88 em Albufeira e 72 em Portimão (QUADRO 146). Os espaços com maior número de pilaretes (QUADRO 145) são um troço da Avenida dos Descobrimentos (247) e a Praça do Infante (168), em Lagos; a Praça da República (171) e a Rua Infante D. Henrique (163), em Portimão (fotografias 84-86). No centro histórico de Lagos, além dos 1355 pilaretes existentes, há ainda 566 arcos distribuídos por 58 artérias. Ao todo, são 771 arcos em centros históricos e 147 em aldeias (fotografia 82). Para impedir ou proteger do trânsito, há ainda nos vários núcleos 453 guardas, 205 inibidores e, em esquinas, 143 pedras (fotografia 83).

Todos estes elementos acabam por dificultar também o percurso dos peões. Mais ainda, as 375 esplanadas dos restaurantes e cafés, os 492 expositores e os 93 separadores ocupam boa parte do espaço público, tal como grades com garrafas de gás (126), quiosques (36) e bancas (55) (QUADRO 164). Apenas os quiosques, que são fixos, e as grades com garrafas de gás se mantêm durante todo o ano; as esplanadas, expositores, bancas e outras formas de trazer a actividade para o exterior do estabelecimento variam conforme os meses do ano e o fluxo de turistas. Daí que os números que damos correspondam apenas aos dias em que foi efectuado o trabalho de campo. No momento dos levantamentos, Albufeira tinha o maior número de esplanadas (107) e nela se situavam seis das sete ruas com mais quantidade delas (QUADRO 165). Do respectivo regulamento municipal (ROEPM Albufeira, art. 9º), consta que, “em zonas de trânsito proibido ou no caso de existirem estabelecimentos frontais com esplanada, a ocupação deverá salvaguardar: em ruas, praças ou largos até 5m de largura, um corredor para peões com 1,5m situado ao eixo da via”; com largura

compreendida entre 5m e 10m, um corredor para peões com 2,5m situado ao eixo da via e, se superior a 10m, a ocupação transversal não poderá exceder os 3,5m. Deste modo, mesmo que recuassem algumas ocupações já autorizadas anteriormente, ainda assim a faixa deixada para os transeuntes poderia ser apenas de 25% da largura da rua.

Outros elementos, mais habituais em jardins e praças, passaram a ocupar também outros espaços, muitas vezes na sequência de arranjos urbanísticos. Bancos, mesas, cadeiras, floreiras e esculturas surgem agora a embelezar ruas e recantos, e são convite à paragem e ao descanso. Nalguns casos, principalmente nas aldeias, bancos, cadeiras e outros objectos são trazidos pelos próprios utilizadores. Fogem ao que está determinado na regulamentação municipal, mas permanecem, e quase sempre com mais uso que o mobiliário urbano colocado pela autarquia. A maioria dos bancos está fixada ao solo, mas há outros feitos em alvenaria, junto às paredes ou embutidos em muros. Mobiliário mais próprio de espaços de estar, existem bancos em maior número nos centros históricos (1010) (fotografias 56-67) do que nas aldeias, apenas 583 (QUADRO 124). Estão principalmente em largos e praças, mas encontram-se também em ruas exclusivamente pedonais (QUADRO 127 e 135).

No que respeita aos vasos, uns fazem parte do arranjo urbanístico que o espaço recebeu, outros são dos estabelecimentos, outros ainda pertencem às habitações. Os vasos grandes costumam ser propriedade da autarquia, a quem compete a sua manutenção. A Avenida 25 de Abril em Albufeira (36), a Rua Direita em Portimão (20) e o Largo dos Chorões em Monchique (18) são três dos espaços com mais vasos. Nas aldeias, um conjunto de 22 manilhas com plantas na Rua da Caldeiroa no Sargaçal, e os 17 vasos da Rua Capitão da Silva Rijo em Barão de S. João, merecem também referência (QUADRO 156). Os vasos pequenos, normalmente estão agrupados junto às portas ou a acompanhar a fachada das casas. As ruas da Igreja Velha (12), Afonso III (11) e Nova (10), todas na zona antiga de Albufeira, e em continuação do programa POLIS, são as que têm mais casas com vasos à porta (QUADRO 154). No entanto, a Travessa das Guerreiras e um beco da Rua do Corro, ambos em Monchique, são os espaços mais profusamente floridos, no chão e nas paredes. Com vasos nos solo, foram registados 342 espaços e 620 prédios, em aldeias, e 270 espaços e 559 prédios,

nos centros históricos (QUADROS 125 e 155). Nas paredes e em janelas, estão num total de 762 casas, em 452 espaços. Canteiros e alegretes, em jardins e noutros espaços públicos, contam-se 683 e 762, respectivamente em 326 espaços das aldeias e em 220 dos centros históricos.

As árvores são, porém, o elemento que maior mancha verde confere ao espaço público. O Largo da República, em Silves (117), é o local com mais árvores (QUADRO 126). Feita a média de árvores por hectare de espaço público, são mais nos centros históricos (24) do que nas aldeias (18), se bem que as médias mais altas sejam em Paderne (43) e Guia (36), e só depois apareçam Silves (35) e Portimão (28) (QUADRO 135). No total, há 1804 árvores nos centros históricos e 1076 nas aldeias. A proximidade do campo e maior profusão de quintais, talvez justifique o facto de haver menos árvores no espaço público das aldeias.

Até aos anos 70/80 do século XX, a rua e alguns terreiros que então havia eram o local de convívio e de brincadeira das crianças. Aí corriam, jogavam à bola, brincavam às escondidas e, pelos santos populares, os mais velhos armavam mastros e faziam arraiais. Os vizinhos conviviam no exterior de suas casas e, mesmo sem estarem divididos por bairros, a igreja, a escola, a fonte, a praça, o nome de uma rua preferida para brincar identificavam as zonas em que viviam e chegava a haver competição entre elas. A imaginação superava os bens materiais e era com o que cada um disponibilizava que, quando necessário, o espaço público se equipava. Depois, à medida que foi concluído o saneamento básico, reposto o piso das ruas e das praças com novas técnicas e outros materiais, certos espaços receberam também equipamento de lazer, algum dele destinado particularmente aos mais novos: parques infantis (9), jogos no pavimento (4), jogos de água (5) (fotografia 04), espelhos de água (14), pequenos lagos (10) e varandins com vista panorâmica (60) (QUADROS 143 e 147).

Os monumentos (25) e as peças de arte (48) têm pouco significado nos centros históricos (66) e quase nulo nas aldeias (7) (QUADRO 148). Todavia, merecem referência as 17 esculturas colocadas no troço da Avenida Capitão Fernandes Pacheco, em Portimão, todas provenientes dos Simpósios Internacionais de Escultura que têm decorrido nesta cidade e os 8 conjuntos escultóricos existentes nalguns espaços

públicos de Monchique, bem como alguns monumentos de Lagos, Portimão e Silves (fotografia 05). A arte pública “pode designar obras de arte de natureza permanente ou temporária localizadas no domínio público e abrange esculturas, murais, arte decorativa, objectos comemorativos, fotografia, desenho de pavimentos, design de jogos de água, luz e som, performances, graffiti” (BRANDÃO, 2002:186), mas só a que tem maior permanência interessa no presente estudo.

O solo, o espaço aéreo, as fachadas, empenas, coberturas dos edifícios, isto é, tudo o que exista ou seja visível no espaço público, contribui para a sua caracterização, mesmo que seja pertença de privados. As placas publicitárias, os reclamos luminosos e os cavaletes destinados a identificar empresas, divulgar serviços e promover a venda de produtos, têm também uma função decorativa e, nessa medida, não raras vezes são estudados de forma a melhor se integrarem nas fachadas e nos lugares, tornando-se discretamente apelativos ou provocadores no seu intento. Os cavaletes encontrados (414) poderão não ser todos os que, nos meses de maior afluência de turistas, ocupam o espaço público. Já as placas adossadas à parede (2507) e as salientes (201), os reclamos luminosos fixos (924) e os salientes (860) (QUADRO 158), permanecem colocados durante todo o ano e representam um elemento constante de cada espaço (fotografia 41).

A profusão de publicidade no interior de um aglomerado urbano é quase residual nas aldeias e tem maior peso nos ambientes citadinos. Há reclamos (luminosos ou não) que acompanham toda a fachada do estabelecimento e outros mais discretos, e só um estudo aprofundado sobre este tema permitirá concluir o seu peso em cada artéria. Ruas e praças há, com mais actividade comercial, onde abundam os elementos informativos e publicitários, outras, exclusivamente habitacionais, sem qualquer indicação publicitária nas paredes. Por cada 1000m de via, a média é de 29 placas e 20 reclamos luminosos, nos centros históricos, e de 5 placas e 2 reclamos luminosos nas aldeias. Albufeira tem as médias mais elevadas (59 e 37) (QUADROS 159-162 e 167). Os toldos sobre as montras dos estabelecimentos comerciais e sobre esplanadas – cujo número total nos diversos locais estudados é de 1568, mas nem todos com publicidade – têm a dupla função de proteger os produtos expostos e os

clientes do sol intenso no Verão e de, de certo modo, demarcar também o espaço público concessionado para ocupação de mesas e expositores (fotografias 19-20). Lagos (387), Portimão (311) e Albufeira (309) são as cidades com mais toldos no centro histórico. Nas aldeias há 145, dos quais 48 na Guia (QUADROS 142 e 164).

Outro elemento decorativo, mas com intuito meramente particular, são os azulejos. Colocados nas fachadas, à face ou em parede recuada visível da rua, os painéis de azulejos são uma forma de exteriorizar um sentimento e uma homenagem que o dono do prédio presta ao motivo escolhido: uma paisagem, um quadro histórico, religioso ou de trabalho, flores, animais, uma referência heráldica, o nome do prédio ou do seu proprietário (fotografias 33-34). Ao todo, foram encontrados 333 painéis de azulejos com motivos vários, 514 painéis ou azulejos com nomes e 354 evocativos de santos (QUADRO 173). Nas aldeias, onde muitas moradias ficam sem ninguém ao longo do dia, onde a reconstrução da casa velha representou muito para o seu proprietário e onde uma toponímia menos rigorosa aconselha que novos moradores assinalem a sua casa, a maioria dos azulejos tem nomes. Nos centros históricos, principalmente em Lagoa (59) e Portimão (49) são mais os de santos. Os mais evocados são Nossa Senhora de Fátima (88), Santo António (45), Nossa Senhora da Conceição (32), Sagrada Família (28) e S. José (28) (fotografias 28-32). Os dois referidos santos têm mais devotos nos centros históricos do que nas aldeias: Santo António em Lagos (7) e S. José em Portimão (6) (QUADROS 175 e 176).

Os nomes dos edifícios e de seus proprietários aparecem escritos, não só em azulejos (514), mas também noutros materiais (132): ferro, madeira, pedra. Outras vezes ainda, a identificação do imóvel ou da actividade (administrativa ou comercial) nele instalada é feita com letras soltas, afixadas na parede ou no muro exterior. É mais frequente nos centros históricos (151) e menos nas aldeias (33) (fotografias 36-38). Outra forma de identificar a presença de serviços públicos, colectividades e também hotelaria e outras actividades com representatividade, é pela existência de paus de bandeira (383) e de brasões (54) destacados nas fachadas. Nas paredes, nas varandas, ou mesmo no solo, existem outros elementos decorativos, umas vezes a revelar a actividade desenvolvida pelos moradores, outras apenas com o intuito de dotar a

fachada de um pormenor que a diferencie das demais. Nuns mais do que noutros, em todos os núcleos estudados os encontramos – 285 ao todo.

O espaço público, no solo e aéreo, é diariamente apropriado como extensão das casas de vários moradores, para seu uso próprio, mas sem fins lucrativos e, talvez por isso, sem qualquer limitação. Em becos, pátios e outros espaços secundários, por falta de condições de algumas casas, torna-se compreensível essa ocupação, mais frequente nas aldeias. Outras vezes – principalmente em ruas traseiras – o objectivo é não ocupar o espaço interior com equipamento mais inestético, também relegado para as varandas em edifícios de propriedade horizontal. Armários (140 nas aldeias e 98 nos centros históricos), estendais (384 e 1063), fogareiros (64 e 43), gaiolas (12 e 13), garrafões (49 e 30), móveis (119 e 115), tanques de lavar roupa (90 e 88) e torneiras (59 e 38) (QUADROS 178 e 179) possibilitam que parte das tarefas domésticas seja executada em espaço público, embora quase só em zonas menos centrais das localidades (fotografias 24-27). Os garrafões (fotografias 22-23), colocados com água, destinam-se a afastar os cães e são usados principalmente no meio rural. Um outro elemento muito vulgar no espaço público, por asseio ou cortesia, são os tapetes em frente das portas de entrada: 462 nas aldeias e 456 nos centros históricos (QUADRO 177).

Quando falamos em ocupação do espaço aéreo, referimo-nos principalmente a objectos afixados nas paredes dos edifícios e salientes, uns a uma altura acessível aos transeuntes, outros muito mais alto, cumprindo o que a regulamentação municipal determina: não menos de 2,20m acima do solo (ROVPMPortimão,2013:45º1e)). Reminiscência do tempo em que se chegava do campo, de burro ou a cavalo, algumas das antigas casas de produtores agrícolas ainda exibem as argolas onde ficava presa a arreata. Restam casas com argolas na parede em 42 espaços (QUADROS 168 e 169). As lanternas, principalmente decorativas, mas úteis nalguns locais menos iluminados, são 1969 nos centros históricos e 758 em aldeias. Normalmente estão sobre a porta de entrada, mas também ornamentam janelas e terraços. Representam, nas aldeias, uma média de 10 lanternas por 1000m de via, e de 25 nos centros históricos (QUADROS 171 e 174); Albufeira (72), Lagos (36) e Burgau (33) têm as médias mais elevadas. As caixas

de correio salientes da parede são também em número elevado (1497). Mais ainda são os aparelhos de ar condicionado colocados no exterior das fachadas e outros visíveis em varandas, muitos nos centros históricos (1803) e menos nas aldeias (230) (QUADROS 166 e 152). Foi também registada a existência de tubos de chaminé ao longo de paredes (120), alguns em casas particulares e muitos mais em traseiras de edifícios onde se encontram instalados restaurantes (fotografias 17-18). Com a proibição de fumar em estabelecimentos de restauração e bebidas e noutros espaços fechados (Lei 37/2007, art. 4º), foram já encontrados cinzeiros à porta (38) de alguns com área inferior à necessária para a criação de espaços para fumadores. A funcionar em esplanadas, principalmente em Albufeira (69), existem também televisores e ecrãs de várias dimensões, para transmitir programação desportiva e não só, com reforço nas datas em que decorrem competições europeias ou mundiais.

Sem estarem fisicamente dentro do espaço público, mas por integrarem o seu enquadramento visual, há ainda os elementos que se encontram principalmente na cobertura dos edifícios e que são testemunho duma época. No Algarve, a chaminé continua a ser indicada como seu símbolo, mas depende da volumetria do edifício para que tenha significado no seu alçado. Há as chaminés trabalhadas, de construção manual, por mestre preocupado em conseguir originalidade sem fugir dos traços tradicionais e as que se limitam a ser maiores ou menores, conforme o número de fogos que servem, umas das cozinhas, outras das lareiras, sem nada de artístico a assinalar. Também os próprios telhados e seus beirais – e mais ainda as platibandas – merecem especial atenção e estudo aprofundado, que estão fora do âmbito deste trabalho. Nos limites verticais e na silhueta do espaço público, não foram anotados os elementos constitutivos e próprios dos edifícios, mas os que lhe foram acrescentados e que o tempo se encarregará de tornar obsoletos e as entidades administrativas acabarão por mandar retirar. Não será o caso dos cataventos (26 em aldeias e 15 em centros históricos) (QUADRO 180), umas vezes acoplados a chaminés, outras isolados, que permanecem como decoração e continuam a ser vistos com simpatia (fotografias 14-15). Os painéis solares (75-18), sobre telhados ou varandas e visíveis da rua, poderão vir a aumentar em número ou passar a substituir as próprias telhas e a ter

uma ocupação mais discreta. No início da segunda década do século XXI o que ainda sobressai, nalguns casos por certo já sem utilidade, são as antenas de televisão (3727) e parabólicas (1033) (fotografia 16). Em média, por cada 1000m de via, vemos 24 antenas e 7 parabólicas (QUADROS 177 e 181).

Vários outros elementos, uns pertencentes à morfologia do espaço em que se encontram – anfiteatros (3) e rocha sobressaindo do solo (18) –, outros colocados por instituições e por particulares, por terem sido registados em poucos núcleos, podem revelar alguma especificidade (QUADROS 183 e 184). Assim, nas aldeias ainda persistem alguns bebedouros para animais (8), casotas para cães (18), cepos 10) e lenha (6), raros nos centros históricos. Nestes e em cidades, encontramos contadores de gás (14), cofres nocturnos (5) e caixas de venda de preservativos (7). Nos trinta núcleos estudados há ainda 72 cabines telefónicas, 55 marcos de correio, 36 caixas multibanco e 58 sanitários e casas de banho públicas (QUADRO 149). Principalmente em jardins, praças e largos, em várias aldeias e em todos os centros históricos, estão disponíveis 38 repuxos (bebedouros) e, com excepção de Albufeira e Portimão, há ainda muitas fontes activas (58). Nalgumas aldeias (9) e também em Aljezur (14), junto às casas e em espaço público, encontram-se fornos que continuam a ser utilizados (QUADRO 150).

Ainda em resultado da morfologia do solo, muitas casas têm um ou mais degraus exteriores, o que representa mais uma forma de apropriação do espaço público. Por vezes, com a pavimentação da rua, que até meados do século XX poderia não ter qualquer cobertura e acompanhava as irregularidades do terreno, passou a haver um desnível acentuado entre o pavimento da rua e o da casa, e são colocados um ou mais degraus (fotografia 95). A criação de degraus exteriores torna-se também necessária quando se regulariza o piso de uma rua inclinada, como aconteceu no núcleo antigo de Albufeira (QUADRO 157) e aí houve um projecto conjunto, que proporcionou àquela zona da cidade uma imagem própria. O arranjo da rua é um benefício para todos, mas passar a subir e descer degraus para entrar ou sair de casa é prejuízo para o próprio. Do mal, o menos, e os degraus ficam no exterior. Razão diferente ocorre em casas construídas de novo: as diferenças de cota entre a rua e

terreno privado deverão ser compensadas dentro da própria construção. Menos ainda se justifica ocupar ruas, por vezes já estreitas, com escadas para aceder a um novo piso criado, sem beliscar a área do piso térreo. S. Marcos da Serra, Budens, Vila do Bispo, Burgau e Hortas do Tabual são os núcleos com maior proporção de casas com degraus (QUADRO 152).

Escadas, degraus e rampas (QUADRO 151) são obstáculos no espaço público e casos há em que ocupam quase todo o passeio. As rampas de acesso às garagens, quase todas posteriores à pavimentação das ruas e dos passeios, dão-lhes uma inclinação demasiada e perigosa. Das 212 rampas para acesso às casas e garagens existentes nas aldeias e as 214 nos centros históricos, algumas excedem limites toleráveis. Portas com degraus são 825 nas aldeias e 869 nos centros históricos e os conjuntos de três ou mais degraus, aqui considerados escadas são, ao todo, 296. Sobre algumas portas há telheiros (198) e pérgulas (17), também salientes sobre o espaço público. Alguns edifícios possuem varandas balançadas (151), o que torna a via mais estreita. Contrariamente, os pisos térreos recuados (55), as arcadas (111) e as esquinas só com pilar (13), para permitir a passagem pelo seu interior, procuram dar mais amplitude e facilitar o percurso pedonal (QUADRO 153).

É, no entanto, a forma como o espaço público se molda ao terreno, no acompanhar dos desníveis e das curvas naturais, ao longo das quais as águas corriam e as casas se adaptaram, que mais se assemelha ou diferencia o modo de percorrer as várias localidades. Os espaços de circulação e também os de estar, conforme o terreno é mais plano ou mais acidentado, assim recebem diferente intervenção. Com excepção de Vale de Boi, pequena e quase plana (diferença máxima de cotas: 12m), todos os restantes núcleos necessitam de escadas e rampas para vencer alguns desníveis e possuem corrimãos e guardas para apoio e protecção. Uma vez, a própria via é total ou parcialmente constituída por escadas (364); outras, em menor número – S. Marcos da Serra e cinco aldeias do concelho de Vila do Bispo – os degraus são apenas no passeio (28). No total, o desnível existente entre os vários espaços é vencido por 2396 degraus nas aldeias e 4873 nos centros históricos (QUADRO 121). Menos frequentes,

em apenas 56 espaços e destinadas mais a veículos, há 77 rampas. Há 146 espaços com corrimão e 161 com guardas, a auxiliar e a proteger a circulação pedonal.

Somam 6,526Km os comprimentos dos 121 espaços de ligação – avenidas, ruas, túneis e travessas – exclusivamente pedonais abrangidos por este estudo (QUADRO 084). Consideradas também as alamedas, estrada e rotundas, há mais 1158 espaços, dos quais 552 com largura superior a 6m, 410 com largura entre 3-6m e 193 com menos de 3m de largura. Desses, 549 espaços têm passeio em toda a extensão e 245 só parcialmente. Entre os que têm passeio, nem sempre um lancil o separa da faixa de rodagem. Há 452 com lancil na totalidade e 27 em que não acompanha toda a extensão do passeio (QUADROS 085-087). Nalguns casos (279) o lancil foi cortado, na ligação com passeadeiras para peões, noutros para facilitar o acesso aos edifícios, quase sempre frente a garagens e por iniciativa dos seus proprietários (QUADRO 122). Neste caso, como no rebaixamento repentino, o passeio torna-se perigoso para quem nele circule. Nas aldeias, ocorre por vezes serem os privados a construir os passeios em frente de suas casas, com o uso de materiais que logo aí os diferencie. São 109 os espaços onde isso aconteceu – principalmente em Espiche (28) – na totalidade em 72 e parcialmente em 37. Em centros históricos, há apenas um caso em Lagos, três em Portimão e um em Silves, todos só parcialmente, em que o passeio foi executado pelo proprietário do edifício e a seu gosto (QUADROS 068 e 069).

Noutras situações, a separação entre o espaço destinado aos peões e a faixa de rodagem é feita por uma caleira para escoamento da água da chuva. Se a rua é estreita e todo o piso é partilhado por veículos e peões, por vezes a caleira corre ao centro da via. Com caleira, são 232 espaços nas aldeias e 221 nos centros históricos (QUADROS 064 e 067). No piso dos vários espaços de circulação mais amplos, estão assinaladas 297 passeadeiras para travessia de peões, 311 traços amarelos a indicar onde não é permitido estacionar, colocadas 21 lombas e, para escoamento de águas pluviais, 565 grelhas (QUADRO 123).

5.22. Legislação e regulamentação

O espaço público, como matéria de estudo e como objecto de regras sobre a sua concepção, utilização e apropriação, é visto sob perspectivas diversas; por outro lado, os elementos que o constituem surgem classificados e agrupados diferentemente, quer pelos vários autores, quer na regulamentação. Na medida em que pode ser palco de quase tudo, é extensa a lista de normas que incidem sobre o espaço público, seus elementos, objectos nele instalados ou em circulação, comportamentos, direitos e deveres de quem o usa. Conforme o interesse que o próprio espaço suscita ou o que ele permite, assim o observam as entidades competentes. À partida, o “ordenamento do território e o urbanismo”, bem como o “equipamento rural e urbano”, são atribuições do município (RJALEIAA,23.2.a,n) em toda a sua área geográfica.

Nesta matéria, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal: aprovar as “normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes do ordenamento do território e do urbanismo”; e deliberar sobre a “afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal” (25.1.q,r). À câmara municipal compete ainda: “administrar o domínio público municipal”; estabelecer “a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia” e “as regras de numeração dos edifícios” (33.1.ss,tt). Por sua vez, as freguesias dispõem de atribuições no domínio do ordenamento e do equipamento rural e urbano (7.2.a,j). Compete à junta de freguesia: pronunciar-se sobre “projetos de construção e de ocupação da via pública, sempre que tal lhe for requerido pela câmara municipal”; “proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais” e o licenciamento de “atividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes “ (16.1.p,ff, 3.c).

O ordenamento jurídico dedica natural atenção ao espaço público e ao que nele ocorre. As autarquias locais – pessoas colectivas territoriais, “que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas” (CRP.235,2) – e particularmente os municípios, aprovam e mantêm em vigor diversos instrumentos destinados a

complementar, para o seu território, regras essenciais ao equilíbrio ambiental e à harmonização da vida comunitária. Estão neste caso, os regulamentos municipais sobre: ocupação do espaço público; urbanização e edificação; intervenção na via pública; propaganda e publicidade; venda ambulante; actividade nos mercados e feiras; trânsito; actividade táxi; utilização e funcionamento dos parques de estacionamento; toponímia e numeração de polícia; gestão de resíduos urbanos; além de outros assuntos, e de grande parte das rubricas no que respeita a taxas e licenças.

As leis e os regulamentos, de acordo com a matéria que estejam a tratar, encarregam-se de organizar o espaço público e os seus elementos segundo tipos diferentes, tal como geralmente acontece nos estudos destinados à sua melhor compreensão. Uma rua é vista como exemplo de um espaço linear e de circulação, porventura o mais paradigmático: “entendemos a rua como um elemento morfológico linear e contínuo do espaço público da cidade, ao mesmo tempo percurso e morada, itinerário e lugar” (PROENÇA, 2013:101). Uma praça é indicada como espaço destacado e de permanência, “o mais importante elemento morfológico do espaço público” (SILVA, José, 2013:94). No traçado urbano – como num jogo de tabuleiro – as ruas são apresentadas como linhas e representam as casas em que avançamos; as praças são indicadas como polígonos e correspondem às casas em que é obrigatória uma paragem. À medida que a malha se entrelaça – e no jogo sobe o nível de dificuldade – passa a haver linhas mais largas, onde o avanço pode ser mais rápido e outras mais estreitas, em que o jogador tem de dar prioridade ao adversário; e polígonos de vários tamanhos e significados, que convidam à paragem de uma ou mais jogadas.

Os espaços mais frequentes, segundo a toponímia (QUADROS 048 e 049), são as ruas (61,00%), as travessas (16,55%), os largos (9,04%), os becos (4,86%), as estradas (2,90%) e as praças (1,88%). Os de circulação são em maior número e assim se compreende, porque são necessários para ligar as casas entre si e a outros lugares, enquanto as praças e largos se destinam mais a ampliar o convívio que já é possível em nossas próprias casas. Casais não tem qualquer espaço com topónimo de praça ou de largo e Portelas, Sargaçal, Alferce e Barão de São Miguel têm um só largo na sua

toponímia, em contraste com um total de 33 ruas e 16 travessas. No presente estudo, em que houve a opção de tipificar também os espaços que, embora sem indicação toponímica, são susceptíveis de utilização própria, quase sempre diversa do espaço ou espaços contíguos, foram encontrados 1170 com topónimo e 979 sem qualquer identificação. Os espaços com topónimo são um pouco menos nas aldeias (575-606) e muitos mais nos centros históricos (595-373); aqui, a diferença não é maior por, neste trabalho, terem sido individualizados túneis (8), adros (15), escadinhas (15), pátios (21), recantos (39), pequenas travessas (81), outros becos (98) e mais alguns espaços a que localmente é dado menor significado (QUADRO 051).

A rua mais extensa é a Infante D. Henrique, em Portimão, com 735m de comprimento e 11m de largura (QUADRO 077). A menor é a Arrochela, em Silves, com 11m de comprimento e 3 de largura (QUADRO 078). A rua mais larga é a Capitão Carvalho Araújo, também em Portimão, com 19m. As ruas mais estreitas são a João Delgado, em Albufeira, por sinal um beco (1,89m), a das Flores, em Aljezur (2,15m), a Estreitinha em Vale de Boi (2,45m) e a do Correio Velho, em Albufeira (2,46m). Entre os espaços de ligação, a travessa com maior comprimento é a de São Sebastião, em Monchique, com 179m e 5m de largura (QUADRO 082); a menos extensa é a de Trás (Sul), em Alferce, com 5 metros de comprimento e 2,4m de largura (QUADRO 083). As travessas mais estreitas são a de Santo António (Sul), em Aljezur (1,79m), a do Revez Quente, em Monchique (1,9m) e a Estreita, em Barão de S. Miguel (2,08m).

O espaço de permanência com maiores dimensões é o Largo Gil Eanes, em Portimão, com 236m de comprimento e 81m de largura (QUADRO 101). Os dois seguintes, em largura, são Largo do Dique (66m) e a Praça 1º de Maio (62m). Em comprimento, seguem-se o Largo da Lota (210m), em Portimão, o Largo da República, em Silves (207m) e a Praça Al Muthamid, em Silves (194m) (QUADRO 100). Os menores largos são o do Poço, em Vale de Boi (10mx9m); D. Maria Guilhermina, em Marmeleira (16mx7m); do Poço, em Burgau (14mx8m); da Bica, na Figueira (do Cabo: 21mx6m), da Adega, em Espiche (17mx9m); e do Pelourinho, em Aljezur (25mx6m) (QUADRO 102).

São 14 os largos e praças com menos de 10 metros de largura e 15 com menos de 20 metros de comprimento. Com menor comprimento do que os 20m por que

rondam estes seis largos, são 3 ruas e 25 travessas. Com largura superior, entre 6 e 8 metros, são 277 ruas e 27 travessas e, com 9 ou mais metros, são 128 ruas e 8 travessas. Quanto a extensão, comparadas com os comprimentos do primeiro e do terceiro maiores largos, com 236m ou mais, são 81 as ruas; com menos de 207m, são 596. Desta feita, há muitas ruas e até travessas com mais largura que alguns largos e praças; destes, alguns têm mais comprimento do que a maioria das ruas. As maiores áreas de espaço público correspondem a largos – o Gil Eanes, em Portimão, tem 19139m^2 –, mas os troços considerados da Avenida dos Descobrimentos, em Lagos (13952m^2) e da EN267, em Marmeleira (11803m^2) e a Rua Cândido dos Reis, com os seus 730m, em Silves (10965m^2) têm mais área que o Largo da República, em Silves (10238m^2) e o do Dique, em Portimão (8777m^2). As praças têm menor dimensão: a mais ampla é a de Al Muthamid, em Silves (8642m^2) e as mais pequenas são a Marquês de Pombal, em Lagos (214m^2) e a Alexandre Herculano, em Monchique (233m^2) (QUADROS 100 e 103).

Feita a proporção entre a área de todo o espaço público de cada núcleo estudado e a soma dos comprimentos de todos os espaços que o constituem, temos uma largura média de 6,95m, pouco menos nas aldeias (6,65m) e pouco mais nos centros históricos (7,31m) (QUADRO 120). Devido aos muitos e grandes largos que possui, Portimão apresenta a largura média mais elevada (11,80m); segue-se a Guia (11,08m), também devido à amplitude dos novos arruamentos, aos largos e parques de estacionamento. A largura média é menor em Aljezur (2,90m), onde a maioria das vias resultou de estreitas veredas torneando o monte. Por idêntica razão mas em encostas menos íngremes, também as Hortas do Tabual (4,83m) e a Bordeira (4,94m) apresentam a largura média do espaço público bastante baixa. É nas travessas (QUADROS 080 e 081), nos becos e nos impasses (QUADROS 110 e 111) que encontramos os espaços com menores dimensões, alguns com características muito próprias, capazes de constituir grande variedade de subtipos. São espaços sem topónimo e, porque não estarão devidamente cadastrados como parte do domínio público municipal, são aos poucos integrados no prédio que habitualmente servem. Ou

serão já logradouro dessas casas e apenas se mantêm de acesso livre a qualquer vizinho.

Numa visão de conjunto, as ruas com mais de 6m de largura são em maior número (418), somam o maior comprimento (63,424km) e a maior área (54,5713ha) (QUADROS 074-076). Os restantes espaços de circulação – em número de 604, incluindo alamedas, avenidas, azinhagas, caminhos, carreiros, calçadas, elevadores, escadas, escadinhas, estradas, ladeiras, rotundas, travessas, túneis, veredas e viadutos – somam 27,2454ha e 35,694km (QUADROS 088-090). No total, temos 1337 espaços de circulação, com a área de 96,1451ha e 131,705km de comprimento (QUADROS 091-093). Por seu lado, as praças, pracetas e largos contam-se em 158 que somam 24,2431ha e representam mais 8,525km de percurso (QUADROS 097-099). Somados aos jardins (58) e a outros espaços de permanência (596) – adros, becos, cais, campos de jogos, esplanadas, impasses, lavadouros, miradouros, parques, parques de estacionamento e infantis, pátios, recantos e terreiros –, representam um total de 812, com a área de 40,4185ha e 24,834km de percurso (QUADROS 115-117). Ao todo e de acordo com a tipificação adoptada neste estudo, são 2149 espaços, com a área de 136,5636ha e 156,539km de comprimento (QUADRO 118). No espaço público, os de circulação têm maior peso, em número (62,21%), em área (70,40%) e em extensão (84,14%) (QUADRO 119). No entanto, a área ocupada pelos quarteirões (190,3448ha) é superior, pelo que, no conjunto, o espaço público representa apenas 41,77% da área total dos trinta núcleos: 44,71% nas aldeias e 39,66% nos centros históricos (QUADRO 018).

Se considerarmos o miolo de cada núcleo, isto é, todo o espaço ocupado pelos quarteirões e apenas o espaço público entre eles – a que, neste trabalho, é dado o nome de núcleo interior (240,2822ha) –, então a proporção que a área de quarteirões representa eleva-se para 78% (QUADRO 026). No entanto, nem sempre uma grande área de espaço privado – os quarteirões – representa grande densidade de construção. Vale de Boi, onde a percentagem de espaço ocupado por quarteirões é a maior (96%), o maior quarteirão é quase todo terreno agrícola e os arruamentos são, em grande parte, ladeados por várias parcelas rústicas; e, assim, a aldeia consegue ter um aspecto

relativamente desafogado. Situação idêntica se passa em Marmeleite (87% de área de quarteirões), Hortas de Tabual (86%) e Barão de S. Miguel (85%). Portimão, em que a área de quarteirões representa 59,5% no total do seu centro histórico, quando considerado apenas o seu interior, essa percentagem sobe para 80%. Albufeira tem o centro com os valores mais baixos, em ambas as situações: 55,3% e 70%.

5.23. Quarteirões, frentes, fachadas e vãos

Os trinta núcleos estudados correspondem, nas aldeias, à sua dimensão actual. Nos centros históricos – com excepção de Aljezur, que teve todo o seu crescimento na Igreja Nova, do outro lado da ribeira e da várzea – o seu tecido urbano é hoje muito maior e, nalguns casos, como Portimão e Albufeira, no final da primeira década do século XXI, abrangiam já alguns lugares até então periféricos (Anexos, Plantas: Perímetros urbanos das sedes de concelho). Não sabemos qual é a área mais antiga de cada localidade. Todas têm um conjunto de quarteirões com edifícios de características mais antigas, susceptíveis de nos darem uma ideia de como era a maioria das casas, tempos atrás. Dentre os 995 quarteirões existentes, foram seleccionados 217 com essas características, dos quais 96 nos centros históricos e 121 nas aldeias (QUADRO 039). Portelas e Sargaçal ficaram de fora desta pesquisa, porque as suas casas mais antigas estão dispostas em bolsas da via principal e formam becos em vez de quarteirões.

O núcleo antigo de Albufeira corresponde ao interior do antigo castelo e tem apenas 7 quarteirões; nas outras cidades e vilas oscila entre 11 e 15 o número de quarteirões seleccionados. Nas aldeias, foi escolhida uma média de seis (QUADRO 023), embora na Bordeira, que é pequena e aparenta ter sido construída quase toda na mesma época, fossem 12 os quarteirões estudados. Não foi estabelecida qualquer proporção entre a área do núcleo e a desta zona que pareceu ser mais antiga. Assim, para esta parte do estudo, cada localidade contribuiu com uma amostra tão representativa quanto possível e a comparação com a área restante ou com os outros

núcleos não pretende ser rigorosa, destina-se apenas a dar uma ideia. Já quanto aos números totais, embora respeitem a localidades de dimensão e características diversas, pela sua quantidade, no conjunto serão uma amostra representativa.

Um quarteirão, tal como é visto principalmente nas cidades, tem um formato quase rectangular e fechado, por vezes penetrado por becos. Na periferia, ao incluir parcelas expectantes – e também logradouros mais amplos, principalmente em aldeias –, muitas vezes apresenta-se menos regular. Todavia, sempre “ocupa um espaço singular entre os elementos da morfologia urbana, com a particularidade de ter um lugar na concepção da cidade e de ser, ao mesmo tempo, escala de intermediação” (COSTA, João, 2013:123).

Os quarteirões referidos neste estudo incluíram não apenas parcelas com casas construídas à face da rua, mas também frentes apenas muradas e outras sem qualquer vedação (QUADROS 028 e 029). Esta última situação é própria de localidades implantadas em terrenos mais inclinados e onde, como acontece em Aljezur, o desnível é suficiente para impedir o acesso ao prédio. Mesmo nessas, na área considerada mais antiga, todas as frentes de quarteirão estão totalmente preenchidas com fachadas, ou alguns muros e, apenas na Bordeira, há uma situação não murada. Foi, aliás, a prevalência de casas com fachada a ocupar o exterior da parcela que permitiu definir uma zona mais antiga em cada núcleo, quer os prédios se encontrem habitados ou em ruína. Mesmo que vista apenas do lado de fora e sem conhecer até onde penetra no quarteirão, a parcela “surge como uma ferramenta importante na compreensão dos processos de formação, visto que permite a explicação do resultado morfológico actual”, no caso “reflectida na dimensão da frente do lote” e “acumulando, na sua forma, informações que reflectem os interesses individuais, próprios da época da sua formação” (LEITE, 2013:145-161).

Em cada rua, uma fachada corresponderá a uma parcela. O objecto deste estudo é o espaço público, mas com especial interesse pelo seu limite lateral, as fachadas. À partida, pouco importa se são alçados principais, laterais ou de traseiras; se o muro que surge entre fachadas é de jardim ou quintal; que outras mais frentes o lote possa ter para o espaço público. Sabe-se, desde logo, que um prédio de esquina tem alçados

para duas ruas e, se uma fachada preencher toda a frente de quarteirão, então terá, pelo menos, três alçados exteriores. Por outro lado, um muro sem qualquer abertura corresponderá a uma parcela com entrada por outro lado. Assim, num quarteirão, o total de fachadas existentes – ou em falta – será sempre superior ao número de parcelas que o formam. Conhecidos a área e o perímetro exterior de um quarteirão, que são o que vai interferir na relação com o espaço público e afectar a circulação principalmente de peões, a quantidade de parcelas e a dimensão de cada uma acaba por reflectir-se na composição de cada frente de rua.

Nos quarteirões, da sua configuração exterior e do número de becos e recantos que incorporem, resulta maior ou menor número de frentes (QUADRO 036). O termo quarteirão – “é uma divisão de rua por uma, ou mais travessas; ou a massa de casas, que formam quatro faces cada uma para sua rua, fazendo um quadrado, ou um quadrilongo” (SILVA, Antonio, 1891:633) – induz a ideia de uma realidade quadrangular que nem sempre se verifica, umas vezes por irregularidade do terreno, outras porque o formato da parcela ou das parcelas associadas não o permitiram. Podemos encontrar alguns quarteirões com apenas três frentes, com quatro ou com mais. Entre as 943 frentes individualizadas nas zonas antigas, com apenas três frentes temos 26 quarteirões – 16 em aldeias e 10 em centros históricos – mas a maioria (93) tem quatro frentes; têm cinco ou mais, 58 quarteirões. Com excepção da Guia (média de 3,57 frentes por quarteirão) e de Almádena (3,83), em todas as restantes zonas antigas essa média é superior a quatro e, nas aldeias do concelho de Vila do Bispo, a cinco. A maioria (532) pertence a quarteirões com quatro lados (QUADRO 031), mas de formato, dimensão e distribuição quase sempre irregular. Apenas em Lagos e, de certo modo, em Portimão e Montes de Alvor, os quarteirões apresentam uma disposição próxima do ortogonal.

As frentes de quarteirão têm comprimentos diversos, oscilando principalmente entre os 20m e os 40m. Com menos de 10m (84) ou mais de 75m (69) são em menor número. As frentes menos extensas são próprias de terrenos mais acidentados – Monchique, Bordeira, Burgau, Hortas do Tabual –, onde algumas travessas, para melhor vencerem os desníveis das duas ruas que ligam, ziguezagueiam entre as casas

(QUADRO 033). Nas aldeias, são mais as frentes com apenas duas fachadas (90); nos centros históricos, predominam as que apresentam seis ou sete (63) (QUADRO 032). As relações de vizinhança e o sentimento de segurança para quem passa dependem muito do número de vãos ao nível do solo existentes em cada frente de rua. Nas zonas antigas das aldeias a média de vãos por frente de quarteirão é de 7,2, muito abaixo da média nos centros históricos, que é de 10,5. Em Montes de Alvor (14) e Barão de São João (10,6) a média é superior à das cidades, enquanto Aljezur (4,4), com muitos muros meramente de suporte, devido às diferenças de cotas entre a frente e as traseiras dos prédios, tem média inferior à das aldeias (QUADRO 034).

Nos quarteirões que considerámos formarem a zona antiga de cada núcleo estudado, foram registadas 4576 frentes de parcela. Correspondem 2249 a casas térreas, 1386 a casas de dois pisos, 207 de três, 30 de quatro ou mais – as últimas apenas em centros históricos – e a 704 muros, ruínas ou espaços livres (QUADRO 045). Nas aldeias, os edifícios térreos são a maioria (1415), enquanto, nos centros históricos, predominam os de primeiro andar (834) ou de segundo (830). Em Albufeira, Portimão e Guia, a maioria dos prédios tem dois pisos. A altura das fachadas define a silhueta do espaço público e, pela exposição solar recebida, também condiciona a luminosidade ou a dimensão da sombra projectada sobre o pavimento e nos prédios fronteiros. No entanto, é a largura das várias parcelas (QUADRO 037) – ou seja, das fachadas que formam as frentes de quarteirão – que cria a diversidade de desenhos que tornam os espaços semelhantes ou os distingue.

Sem contar com a minoria de parcelas sem fachada (52), os vários prédios apresentam larguras diversas e não se encontra uma bitola para os edifícios construídos na zona mais antiga, quer dos centros históricos, quer das aldeias. É sabido que a largura dos edifícios era “frequentemente ditada pela racionalidade do vencimento do vão pelas vigas de madeira, uma vez que a partir de cerca de seis metros não era nem é fácil (menos ainda em conta) encontrar peças” e, por isso, era usado um “dimensionamento padrão”, entre os 15 palmos e os 30 (TRINDADE, 2013:78). Isso não impedia que a casa tivesse duas ou mais vezes a largura padrão e terá sido isso o habitual no Barlavento, pois é mínima a diferença entre o número de edifícios até 6 metros de largura e os que

apresentam de 6 a 12 metros (1202-1146 nas aldeias e 915-810 nos centros históricos). Com mais de 12 metros de frente contam-se, respectivamente, 165 e 338.

No desenho das frentes, conta cada pormenor, desde a soleira e o soco, até à platibanda, quando a há, ao beiral e ao telhado. Não é possível fazer um estudo completo das fachadas apenas com parte delas, sem considerar todo o seu alçado. Todavia, mesmo antes de os edifícios serem construídos em altura – com vista à sua constituição em propriedade horizontal, numa sequência de pisos praticamente todos iguais –, já as divisões do primeiro andar e dos seguintes seguiam compartimentação idêntica à do rés-do chão, até porque os edifícios eram autoportantes, e uma parede teria de ser suportada pela do piso inferior. Nas casas mais antigas de 1º andar, sobre o vão das escadas havia muitas vezes o chamado “independente”, um cubículo que servia de pequeno quarto ou de escritório e, por cima da porta da rua, tinha uma janela. Em tudo o resto, a planta de um andar repetia-se nos seguintes. Por regra, cada vão corresponde a uma divisão do “primeiro tramo de assoalhadas e esse tramo pertence ao mesmo tempo à rua e ao edifício” (MONTEYS, 2013:193). O número e posição dos vãos repetem-se, embora o formato possa variar, com janelas de sacada no primeiro andar e de peito nos seguintes. Assim, na relação que se estabelece entre o público e o privado através dessa parede – a fachada do edifício – que serve de limite aos dois espaços, será suficiente conhecer a distribuição dos vãos no piso térreo. É certo que os pisos superiores têm maior número de janelas, e estas dão aos respectivos compartimentos a privacidade, o arejamento e a luminosidade que não dá uma porta, habitualmente fechada, para segurança dos moradores. Mas em causa está a análise do espaço público e, por isso, é o vão que poderá dar acesso ao interior do espaço privado que importa destacar.

Os vãos existentes no piso térreo dos edifícios e nas vedações destas zonas antigas são 8141 – referem-se a portas, portões e janelas –, dos quais 3817 nas aldeias, e 4324 nos centros históricos. São 3994 os de acesso aos prédios (1836-2158) e correspondem a quase metade do total (49,06%) (QUADRO 035). Isso não significa que a frente da maioria das casas seja constituída por uma porta e uma janela, porque inclui também muros e porque há situações em que a fachada corresponde a um

armazém ou a uma garagem, apenas com porta; ao mesmo tempo, várias são as casas com mais de uma janela no rés-do-chão.

Nas aldeias, onde é elevado o número de muros, são muitas as parcelas sem qualquer vão para a via pública (532 = 21,42%) e mais ainda as que têm um só vão (846 = 34,03%). Nos centros históricos esses valores são mais baixos (265 = 12,99% e 502 = 24,60%). As fachadas com 2 e com 3 vãos são pouco menos nas aldeias (524 e 408) do que nos centros históricos – 578 e 388 (QUADRO 040). A maioria das frentes de parcela tem uma só entrada, seja porta (2195 = 66,71%) ou portão (468 = 14,22%). Com duas portas são 382 frentes (11,61%) e, com mais de dois acessos, são muito menos (QUADRO 041). Prédios em que o acesso é recuado em relação à rua são poucos (101 = 3,06%). Frentes sem qualquer acesso são 1366 e a maioria corresponde a muros (795). Paredes e muros só com janela e sem qualquer vão de acesso ao prédio contam-se em 297 com uma janela, 158 com duas e 93 com três ou mais (QUADRO 042).

São, no entanto, as fachadas com vãos que mais interessam, por permitirem a passagem entre o espaço público e o privado, se bem que todas as outras contribuam também para a composição dos espaços. Com porta ou com portas e janelas temos um total de 2510 alçados – Vale de Boi contém o mínimo deles (14) e Portimão apresenta o máximo (220) – que se agrupam em mais de dezena e meia de composições diversas. Pela frequência com que se repetem, podem ajudar a encontrar os seis tipos principais de fachadas dos edifícios do Barlavento (QUADROS 043 e 044). O que regista maior número corresponde a casas com uma única porta ou portão (666 = 30,97%). Incluem-se neste grupo os armazéns, alguns transformados em garagem, mas também muitas habitações. Estas têm quase sempre uma porta com postigo, para dar luz e arejamento à casa de fora. Quando têm outros compartimentos, o dos fundos, geralmente a cozinha, dá para um quintal ou um saguão.

Logo a seguir, em quantidade, aparecem as casas com dois vãos, uma porta e uma janela: as que têm a porta à direita (412 = 16,41%) superam um pouco as que mostram porta à esquerda (360 = 14,34%). Surgem em seguida as casas com uma porta e duas janelas, em maior número as que têm porta ao meio (364 = 14,50%) e em

muito menor com a porta à esquerda (62 = 2,47%) ou à direita (56 = 2,23%). Por fim, temos as fachadas com duas portas e uma janela: com janela ao meio 78 (= 3,10%), à esquerda 34 (= 1,35%) ou à direita 32 (= 1,27%). Em Barão de São João (26), Montes de Alvor (25), Figueira de Portimão (16), Barão de S. Miguel (14), Burgau (18) e na Figueira do Cabo (15), o conjunto janela-porta-janela é o que aparece em maior número. As composições janela-porta prevalecem na Guia (17), em Casais (15), Budens (15), Albufeira (29), Lagoa (21), Monchique (14), Portimão (25), Silves (51) e Vila do Bispo (33); e a sequência porta-janela predomina em Paderne (18), Raposeira (17), Aljezur (12) e Lagos (42). A posição da porta terá sido pouco influenciada pelo gosto do proprietário da casa ou pela posição relativa com outras vizinhas, mas mais com o declive da rua. Geralmente, para evitar escavar o solo ou meter degraus no interior da moradia, é escolhida para a soleira da porta a cota mais alta da parcela em que a casa vai ser construída. Outras vezes, como aconteceu em Lagos, na Rua da Porta da Vila, num extremo da cidade, as portas estão na cota mais baixa, por ser do lado de onde se vem para chegar a casa.

Fazemos agora breve referência aos materiais e cores usados no revestimento das fachadas. O azulejo não tem sido habitual (23): quase só foi encontrado em Portimão (14). A pedra (30) e o reboco (41) também revestem poucos edifícios. Já não são muitos os edifícios caiados, mas continua a ser o branco a cor predominante nas fachadas: 2122 (85,53%) nas aldeias e 1598 (78,25%) nos centros históricos. O amarelo tem alguma preferência em Silves (60 = 17,80%), Portimão (49 = 16,22%) e Monchique (39 = 15,11%), embora, no total, não vá além dos 7,88%. O verde (74) e o rosa (42) também são usados, mais nos centros históricos mas com pouca expressão (QUADRO 038).

Pela reunião dos dados recolhidos nos quarteirões correspondentes às zonas antigas estudadas, sem querer concluir sobre as características da casa típica do Barlavento, mas apenas resumir os tipos de fachadas encontrados em maior número, teremos:

As aldeias, em parcelas de 4 a 7 metros de frente, preferem edifícios de um piso, pintados de branco e com uma porta ao meio e duas janelas, uma de cada lado.

Os centros históricos, em parcelas de 4 a 6 metros, privilegiam edifícios de um ou dois pisos, pintados de branco e com apenas uma porta e uma janela. Mas, por haver nos centros históricos mais prédios com frentes maiores – 338 com mais de 12m = 16,38%, enquanto as aldeias se quedam apenas 165 = 6,56% –, a média das larguras das parcelas é aí maior (8,02m) do que nas aldeias (6,67m).

Nos quarteirões das zonas mais antigas, seja nas aldeias, nas vilas ou nas cidades, a dimensão das parcelas corresponde, na maior parte dos casos, à divisão máxima possível, por a propriedade se encontrar mais dividida. Apesar de tudo, nas aldeias há maior equilíbrio na divisão parcelar, quer na largura da frente com a via pública, quer na compartimentação.

Na aldeia, a casa era construída pelo próprio, que a usava para sua habitação e para guardar os seus haveres, pelo que procurava dotá-la de um mínimo de qualidade. Poucas seriam as moradias dos senhores rurais e menos ainda as do pessoal agrícola, que dormia nas propriedades onde trabalhava.

Na cidade, ao lado das casas senhoriais, foram construídas ou adaptadas outras de pequena dimensão que, mediante o pagamento de uma renda, passaram a albergar famílias operárias, de pescadores e de assalariados rurais. Mesmo as que, com o tempo, foram adquiridas pelos inquilinos ou por terceiros, apenas puderam crescer em altura. Por essa razão, pouco se altera a largura de cada parcela e, por imposição dos regulamentos sobre edificação, também a configuração das fachadas, principalmente nos centros históricos.

6 – Valorização do património

6.1. Recomendações e legislação

Todos os anos, “cerca de um milhão de visitantes (metade dos quais com visitas pagas à Fortaleza)” desloca-se a Sagres, por “acreditar que aquele foi o local eleito pelo Infante para levar a cabo a epopeia dos Descobrimentos, lançando assim o caminho para a mundialização da economia” (SIMÕES, 2011:126). Para chegar a esse ponto mais sudoeste do Algarve e da Europa, o turista que tenha entrado pelo aeroporto de Faro atravessa seis municípios do Barlavento. Ainda que o principal motivo de escolha do Algarve como destino de férias tenha sido o sol e as praias, é quase irresistível a sensação de ir presenciar aquele abraço – umas vezes quase dócil, outras mais enérgico – entre o Atlântico e as águas mais quentes que se escaparam do Mediterrâneo e, pela costa fora, vieram ao seu encontro.

No ano 2000, foi criada a “Terras do Infante”, associação dos municípios de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo, “tendo em vista a promoção e defesa da sub-região, a sua afirmação no contexto regional, nacional e internacional, valorizando as suas características próprias e únicas, conferindo maior escala aos direitos, projectos e iniciativas locais de interesse comum, ou complementar, para melhoria permanente do bem-estar e qualidade de vida dos seus habitantes e visitantes, constituindo factor de desenvolvimento económico, cultural e social para as famílias e empresas dos três municípios”. Entre outros fins específicos – saúde, educação, ambiente, conservação da natureza, segurança e acessibilidades – a associação propôs-se “criar e defender a marca do Algarve Sudoeste” (TIAM, Estatutos, 5.1, 6.1.f). A competição com outros municípios, todos mais centrais, joga com o crescente interesse pelo turismo cultural. Tem, como trunfo, o facto histórico de ter o Infante vivido e falecido em Lagos, cidade

de onde partiram as primeiras caravelas e a onde voltaram com as especiarias e outras mercadorias trazidas de além-mar. As estátuas do Infante D. Henrique e de Gil Eanes – o primeiro a “passar além do Bojador” (PESSOA, 1934:64) –, o núcleo museológico “Mercado dos Escravos” e a Caravela fundeada à entrada do porto de Lagos, adquirem maior significado após uma ida a Sagres, para aí sentir a mesma aragem forte e inspiradora do século XV, quando o Infante lá ia observar o mar imenso e tentar adivinhar-lhe os seus segredos.

Assim como, em Lagos, é a memória do tempo dos Descobrimentos que inspira o seu centro histórico, em Silves, é o que ficou da presença dos povos árabes, que a tornaram capital do al-Gharb e importante pólo cultural. Em Albufeira e Portimão, não será difícil imaginar os ataques dos piratas e corsários, no século XVI, mas podemos não sair do presente e ver apenas como se adaptaram para receber o crescente número de visitantes. Lagoa, com exposições e outras iniciativas culturais no Convento de S. José, conta aí a sua história. Aljezur convida a uma ida ao Castelo, lá no alto, com vários apontamentos históricos pelo caminho. Monchique impõe-se por si própria, no topo do Algarve. Vila do Bispo, com sua gastronomia de peixe e marisco, é o primeiro ponto de paragem, no regresso de Sagres. Esta diversidade permite uma salutar “competição entre territórios, o que leva os agentes dos centros históricos a utilizarem o marketing urbano, em parte através de iniciativas ligadas ao lazer e ao turismo” (FERREIRA, 2000:119). A Feira Medieval (Silves), o Festival dos Descobrimentos (Lagos) e as feiras temáticas, mais ligadas à produção local, que ocorrem em Aljezur, Monchique e também em Alferce e Marmeleira, são importantes para a permanente revitalização de cada uma destas localidades e como cartaz turístico.

Desde o promontório que é ponto de atracção para a maioria dos turistas de visita ao Algarve, até ao pormenor material ou imaterial que se manteve discreto durante muito tempo e a máquina fotográfica do turista ou o gravador do repórter conseguem captar, tudo isto passou a preencher o conceito de património. Além dos monumentos – a que de há muito era reconhecido valor histórico –, também paisagens naturais e urbanas, festividades e tradições, até o saber-fazer, todos contribuem para definir a história, a memória e a identidade de uma sociedade e de

um território (REALINHO, 2010:61). O II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, reunido em Veneza, em 1964, sentiu ser altura de actualizar a “Carta de Atenas”, de 1931 – sobre o restauro de monumentos – e aprovou que “a noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio urbano ou rural que são o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural” (Carta, 1964:1).

Com o evoluir desta noção alargada de monumento, não tardou a se reconhecer que património – “(do Lat.*patrimonium*) Bens dados, ou herdados de pae, mãe, avós, e não de corôa” (SILVA, Antonio, 1891:496) – é tudo o que se recebe e nos cabe preservar para voltar a transmitir à geração seguinte. No mesmo sentido, depois de ter proclamado 1975 como o Ano Europeu do Património Arquitectónico, o Conselho da Europa estabeleceu o texto da chamada “Carta de Amesterdão”, na qual reconhece “que o património arquitectónico, expressão insubstituível da riqueza e da diversidade de cultura europeia, é herança comum de todos os povos” e, como tal, “a conservação do património arquitectónico depende largamente da sua integração no quadro de vida dos cidadãos e da sua consideração nos planos de ordenamento do território e de urbanismo” (Carta, 1975:preâmbulo).

Como recomendações iniciais, os autores do documento chamaram a atenção para os seguintes factos: “Os conjuntos, mesmo na ausência de edifícios excepcionais, podem oferecer uma qualidade de atmosferas que faz deles obras de arte diversificadas e articuladas”. “Trata-se de uma parte essencial a memória dos homens de hoje, e na falta da sua transmissão às gerações futuras, na sua autêntica riqueza e na sua diversidade, a humanidade seria amputada duma parte da consciência da sua própria duração”. “Cada geração interpreta o passado de uma maneira diferente e dele retira ideias novas”. “Longe de ser um luxo para a comunidade, a utilização desse património é uma fonte de economias”, pois “estes conjuntos constituem, com efeito, meios adequados ao desenvolvimento de um largo leque de actividades”. “Ele oferece um manancial privilegiado de explicações e de comparações do sentido das formas e

uma fonte de exemplos das suas utilizações. Ora, a imagem e o contacto directo adquirem de novo uma importância decisiva na formação dos homens. Importa por isso conservar vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experiências” (Carta, 1975:1^a-5^a). Ao declarar, como primeiro princípio, que “o património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído”, a “Carta de Amesterdão” deu o mote para irmos mais além no respeito por todo o legado das gerações que nos precederam. Para ter tradições – “(do Lat. *traditio*, *onis*) Notícia que passa sucessivamente de uns a outros, conservada em memória, ou por escripto” (SILVA, Antonio, 1891:918) –, tem de vir de gerações atrás e chegar até nós. Tudo é património e, para ser arquitectónico, nem precisa de ser construído pelo homem, basta ser natural.

O seu valor é sempre relativo, muda em cada época, depende do interesse que cada um tenha em conservar esse bem. Entre nós, “a salvaguarda e preservação dos valores históricos é uma preocupação que data do século XIII, ou seja, da 1^a Dinastia”, mas a protecção de edifícios, sobretudo militares, provinha da “necessidade de defesa territorial” (Soromenho e Silva, cit. VIEIRA, Alexandra, 2007:463) e mantinha-se enquanto se justificasse. Fora isso, era e continuou a ser frequente a reciclagem das edificações, com os materiais das que iam ficando em ruína aproveitados na construção de outras. Deste modo, “os paços, os castellos, as pontes, os cruzeiros, as galilés das praças, as portas, as torres, os pelourinhos das cidades e villas, construidos desde o XI até o XV seculo quasi que desapareceram. Conservaram-se alguns mosteiros e sanctuarios, algumas cathedraes e parochias, não por serem obras da arte, mas por serem logares consagrados a instituições religiosas, e talvez por terem faltado os recursos para os substituir por novas edificações” (HERCULANO, 1873:13). É certo que, com o Renascimento, se passou a “valorizar os aspectos arqueológicos e arquitectónicos da cultura clássica” e a “proceder à preservação de tais elementos, designados então por *antiquallas*”; e, logo no início do século XVIII “a ideia de

preservação dos bens culturais foi enfatizada, sobretudo pelo *Iluminismo*” (VIEIRA, Alexandra, 2007:464).

Assim, em 1721, quatro anos após a fundação da Academia de História Portuguesa, a que D. João V entretanto havia concedido alvará régio, D. Rodrigo de Meneses, marquês de Abrantes, empreendeu umas jornadas pelo Alentejo – “que são, sem dúvida um dos episódios mais curiosos da pré-história do nosso património” (RAMOS, 2005:91). Nelas, constatou a “barbara voracidade dos circunvisinhos, que mais activa, que a do tempo, desfez aquillo mesmo, a que elle em tantos seculos havia perdoado”, conforme relatou em conferência na Academia. Logo a seguir, foi publicado o Alvará de 20 de Agosto de 1721, que impunha o inventário e a conservação dos “monumentos antigos”, tais como “Edifícios, Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, Chapas, Medalhas, Moedas, e outros artefactos” e determinava que as “Camaras das Cidades, e Villas deste Reyno, tenhaõ muito particular cuidado em conservar, e guardar todas as antiguidades sobreditas, e de semelhante qualidade, que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos limites do seu districto”, com a obrigação de “comprallas e pagallas promptamente pelo seu justo valor”. Apresentava já uma noção alargada de património e, de certo modo, criava “uma rede de salvaguarda patrimonial como só surgiria muito mais tarde, entre nós e lá fora também” (RAMOS, 2005:93).

A Academia entrou em decadência em 1736, o monarca faleceu em 1750 e, com o terramoto de 1755, todas estas preocupações com o património se apagaram de novo. Passado um século sobre aquele alvará joanino, “de todos os angulos do reino se alevantam brados de homens generosos, que lamentam a ruina dos velhos edificios, a profanação das sepulturas, a destruição de todas as memorias da arte e da historia”, muitas das quais voltaram a servir de “fundamentos de algum edificio, cujo rendimento, abatidos decima e concertos, o vandalismo e o dono acharão de certo preferível” (HERCULANO, 1873:22-23). Nessa altura, várias associações tiveram papel interventivo na “inventariação, recolha e estudo das ‘antiguidades nacionais’, levando, por vezes, os órgãos do poder a intervir”; entre elas, a Associação dos Architectos Civis Portugueses, criada em 1863, “muito contribuiu para o estudo e salvaguarda dos

monumentos nacionais” (NABAIS, 1990:85). Já no final da monarquia, o decreto de 16 de Junho de 1910 determinou “que sejam considerados monumentos nacionaes os que constam da nova classificação feita pelo respectivo conselho (na qual se incluem os já anteriormente classificados)”, que fazem parte integrante deste decreto. Do Barlavento algarvio indicava: Portimão: monumentos de Alcalar (pré-históricos); Silves: Cruz de Portugal (cruzeiros) e Castelo de Silves (monumentos militares – castelos); Vila do Bispo: Torre e muralhas de Sagres (monumentos militares - torres).

Em 1911, o decreto de 26 de Maio dividiu o país em três circunscrições territoriais artísticas e “a legislação republicana abriu perspectivas de descentralização cultural e criou condições de participação às pessoas colectivas ou individuais interessadas na salvaguarda dos bens históricos, artísticos e arqueológicos” (NABAIS, 1990:86). Mas só em 1949, a Lei 2032 veio promulgar “disposições sobre protecção e conservação de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagísticos concelhios” e determinar que “as câmaras municipais devem promover a classificação, como monumentos nacionais ou como imóveis ou móveis de interesse público”, de todos os “existentes nos seus concelhos”. No entanto, “se as entidades competentes os não classificarem como tais, poderão as câmaras promover, junto das mesmas entidades, a sua classificação como valores concelhios” (Base I). Incumbia também “às câmaras municipais, ainda que não tenham tomado a iniciativa de classificação, auxiliar o Estado na protecção e vigilância dos elementos ou conjuntos referidos” (Base II). Mais de um século depois da publicação, em 1838, de *Monumentos Pátrios*, entendia-se, “enfim, que nenhum monumento historico pertence propriamente ao municipio em cujo âmbito jaz, mas sim á nação toda. Por via de regra, nem a mão poderosa que o ergueu regía só esse municipio, nem as sommas que ahi se despenderam saíram d'elle só, nem a historia que transforma o monumento em documento é a historia de uma villa ou cidade, mas sim a de um povo inteiro” (HERCULANO, 1873:51).

Finalmente, a lei fundamental aprovada em 1976, incumbia ao “Estado a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português” (CRP, art. 78). Seis anos depois, na primeira revisão constitucional, esta obrigação foi

ampliada, e passou a competir “ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais”, “promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum”. Por isso, fora “conferido a todos o direito de promover, nos termos da lei, a prevenção ou a cessação dos factores de degradação do património cultural” (CRP 1982:78.2,c.3). A partir da terceira revisão, tudo se manteve, mas este último direito/obrigação foi retirado do texto constitucional (LC 1/89:46). Com idêntico alcance, mas menos força, passou a constar apenas na Lei do Património Cultural Português, que “qualquer cidadão no gozo dos seus direitos civis, bem como qualquer ADP legalmente constituída, tem, nos casos e nos termos definidos na lei, o direito de acção popular de defesa do património cultural” (Lei 13/85:59).

Naquele mesmo ano de 1976, reunida em Nairobi, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que já antes havia adoptado instrumentos internacionais para a protecção do património cultural e natural – tais como a Recomendação que Define os Princípios Internacionais a serem Aplicados em Relação às Escavações Arqueológicas (1956), a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Carácter dos Sítios e Paisagens (1962), a Recomendação sobre a Preservação dos Bens Culturais Ameaçados pela Realização de Obras Públicas ou Privadas (1968) e a Recomendação sobre a Protecção, no Plano Nacional, do Património Cultural e Natural (1972) – adoptou nova recomendação, desta vez sobre os “conjuntos históricos ou tradicionais” (Recomendação: preâmbulo).

Na de 1972, em Paris, a UNESCO havia constatado que “o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica” e que “a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efectivo do património de todos os povos do mundo”. Foram, na altura, considerados como património cultural: “os *monumentos* (obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da

ciência; *os conjuntos* (grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência); e *os locais de interesse* (obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico)”. Nessa conferência adoptara, como objectivo, a “criação de um sistema de cooperação e de assistência internacionais” destinado a “auxiliar os Estados parte na Convenção nos esforços que dispendem para preservar e identificar o referido património” (Convenção:1,7).

Em 1976, sob pretexto de expansão ou de modernização, no mundo inteiro ainda eram constantes as destruições do património histórico e as reconstruções irracionais e inadequadas, que traziam consigo o perigo de uniformização e despersonalização. Ora, nessa altura, estava já reconhecido que “os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente quotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares” (Recomendação: preâmbulo).

A “salvaguarda” das cidades históricas, bairros urbanos antigos, aldeias, lugarejos “e de seu entorno” implica a sua identificação, protecção, conservação, restauro, reabilitação, manutenção e revitalização. Estes “conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência constituem um património universal insubstituível”, razão pela qual se considerou dever ser obrigação dos governos – e dos cidadãos desse território – a sua “integração na vida colectiva de nossa época” (Recomendação:1,2). A ambiência de cada conjunto deveria ser considerada em sua globalidade: construções, estrutura espacial, zonas circundantes e actividades humanas, desde as mais modestas, cujo significado haveria que respeitar. Os conjuntos deveriam também “ser protegidos activamente contra quaisquer deteriorações, particularmente as que resultam de uma utilização imprópria, de acréscimos supérfluos e de transformações abusivas” (Recomendação:3,4). Era reconhecido que “o respeito às medidas de

salvaguarda deveria ser imposto tanto às colectividades públicas quanto às particulares. Dever-se-ia estabelecer, todavia, um mecanismo de recurso contra as decisões ilegais, arbitrárias ou injustas”. Pelo menos o espírito terá sido acolhido, pois é hoje frequente a “regulamentação da salvaguarda dos conjuntos históricos e de sua ambiência”, com “disposições referentes à construção de edifícios para órgãos públicos e privados e a obras públicas e privadas” (Recomendação: 13,14).

Na prática, seria “necessária uma vigilância permanente para evitar que essas operações beneficiem apenas a especulação ou sejam utilizadas com finalidades contrárias aos objectivos do plano” (Recomendação: 26). Também “não se deveria autorizar o isolamento de um monumento através da supressão de seu entorno; do mesmo modo, seu deslocamento só deveria ser decidido excepcionalmente e por razões de força maior” (Recomendação: 29). Estarão neste caso as chaminés de antigas unidades fabris, principalmente da indústria conserveira – que em Lagos e em ambos os lados da foz do rio Arade, havia prosperado e decaído durante sete décadas do século XX – e são as memórias do passado industrial do Barlavento. Muitas se perderam, outras foram preservadas, embora todo o resto tivesse sido derrubado, para, no terreno, nascerem condomínios habitacionais. Imediatamente ao lado de espaços aqui estudados, ficaram: uma chaminé a nordeste do Largo de S. José, em Portimão; e outra junto ao edifício dos novos Paços do Concelho, no extremo norte da Rua D. Vasco da Gama, em Lagos.

A protecção e o restauro deverão ser acompanhados de actividades de revitalização, para manter as funções apropriadas existentes – o comércio e o artesanato – e criar outras novas, que pareçam viáveis a longo prazo e “compatíveis com o contexto económico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem” (Recomendação: 33). Nas zonas rurais, o cuidado deverá ser ainda maior, para evitar degradação da paisagem e “preservar a integridade das comunidades rurais históricas em seu ambiente natural” (Recomendação: 34). Nesse sentido, era recomendada “a fundação de grupos voluntários de salvaguarda e de associações de carácter não lucrativo”, como veio a acontecer com a criação de associações de moradores e de associações de desenvolvimento local e regional, a par de colectividades e grupos de

amigos da localidade e de actividades sócio-culturais. Ao mesmo tempo, era sugerida “a instituição de recompensas honoríficas ou pecuniárias para que sejam reconhecidas as realizações exemplares em todos os campos da salvaguarda” (Recomendação: 36).

Em 1991, a Presidência do Conselho de Ministros instituiu o Prémio de Defesa do Património Cultural, aliás na esteira dos seguintes princípios gerais da Recomendação de Nairobi: a “salvaguarda e valorização do património cultural e a sua integração na vida colectiva da nossa época constituem um dever dos Governos e também dos cidadãos dos Estados onde ele se localiza” e de que “as autoridades nacionais, regionais ou locais devem ser responsabilizadas por tal, no interesse de todos os cidadãos e da comunidade em geral”. Teve a distinção o objectivo de “galardoar anualmente a autarquia que desenvolva a acção considerada mais significativa de valorização, salvaguarda, promoção, investigação e divulgação do seu património cultural imóvel”. Ao prémio deveriam concorrer “iniciativas ou acções desenvolvidas pelas autarquias ou por elas apoiadas” (DN 23/91:1,2). No ano seguinte, a Região Autónoma dos Açores, ao considerar que “possui reconhecidos exemplares arquitectónicos e conjuntos urbanísticos de grande interesse, tanto pelo seu valor estético como histórico”, instituiu o seu Prémio de Defesa do Património, “com o objectivo de galardoar anualmente as autarquias e entidades, que desenvolvam acções consideradas mais importantes, na salvaguarda, promoção e valorização do seu património imóvel” (DLR 13/92/A:1a).

Outros prémios que têm distinguido projectos portugueses de recuperação de património são: o prémio Recria, que distingue anualmente os melhores exemplos de reabilitação urbana, desde 1998, inicialmente promovido pelo INH e IGHAPE, e actualmente pelo IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (RECRUA [www](http://www.recrua.pt)); o Prémio IHRU, nas variantes de Construção, Reabilitação e Investigação, destinado a “valorizar e promover a divulgação do trabalho desenvolvido pelos promotores de habitação de interesse social, bem como o das entidades públicas e privadas ao nível da reabilitação do património habitacional, do espaço público e na implementação de operações integradas de reabilitação” (IHRU [www](http://www.ihru.pt)); o prémio europeu Gubbio, promovido pela Associação Nacional Italiana Centros Históricos

Artísticos (A.N.C.S.A.), fundada em 1960 (ANCSA [www](#)); os prémios da AR&PA de Restauro e Intervenção no Património Cultural, criados em 2000, no âmbito da Bienal organizada pela Junta de Castilla y León (Espanha), com o apoio da Unesco (ARPA [www](#)); o prémio Alexandre Herculano da APMCH, que visa “incentivar e dignificar a excelência das intervenções nos núcleos urbanos antigos” e teve a primeira edição em 2001 (APMCH [www](#)); o Prémio do Património Cultural da UE - Prémios Europa Nostra, que foi lançado em 2002, inclui a categoria de conservação e é representado pelo CNC (NOSTRA [www](#)); o Prémio Vasco Vilalva, criado em 2005 e atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian, destinado a premiar os melhores projectos que visem conservar, recuperar, valorizar ou divulgar o património móvel ou imóvel português (VILALVA [www](#)); e, desde 2013, o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana, iniciativa da Vida Imobiliária e da Promevi, dividido em várias categorias (PNRU [www](#)).

Na edição de 2014, este último prémio foi atribuído, na categoria de habitação, à reabilitação do Quarteirão das Cardosas, no Porto, realizada – sob o slogan “construímos hoje o património do futuro” – pela Porto Vivo, SRU (constituída nos termos do Decreto-Lei 104/2004, de 7 de Maio e cujos accionistas são INH e a Câmara Municipal do Porto). Esta intervenção e a atribuição do prémio foram criticados por razões como: tratar-se de “património classificado do Centro Histórico que ostenta a categoria de Património da Humanidade, numa cidade outrora pioneira no arranque da reabilitação de centros históricos em Portugal”; ter ficado pela “demolição de edifícios com valor histórico e cultural, agora substituídos por construções novas; ou ter realizado o esvaziamento de outros para fins de fachadismo” (VIEIRA, Eduarda, 2013). Também para o ICOMOS Portugal, tal intervenção “viola todas, mas todas, as regras e boas práticas nacionais e internacionais reconhecidas pelos especialistas, universidades, e pelo ICOMOS e UNESCO” ([revistapunkto www](#)). De qualquer forma, a contestação deu origem à realização de colóquios e posições várias tomadas em publicações da especialidade, que constituíram oportunidade para relembrar os princípios da teoria da conservação inscritos em documentos normativos internacionais, de que Portugal é co-sinatário, e transpostos para a legislação nacional. Um desses princípios é o da “integração: preferindo a intervenção em áreas

cuja delimitação permita uma resposta adequada e articulada às componentes morfológica, económica, social, cultural e ambiental do desenvolvimento urbano” (RJRJ:4e).

A Recomendação de Nairóbi considerou também que os “investimentos públicos deveriam servir, antes de mais nada, para conservar os edifícios existentes” (39:203) e ser essencial “que os ocupantes pudessem conservar suas habitações e seus pontos de comércio e produção assim como seus modos de vida e suas ocupações tradicionais, especialmente o artesanato rural, a agricultura em pequena escala, a pesca etc.” (46:205). Para que se enraizasse e correspondesse a uma política bem conduzida, lembrava que “a tomada de consciência em relação à necessidade da salvaguarda deveria ser estimulada pela educação escolar, pós-escolar e universitária e pelo recurso aos meios de informação tais como os livros, a imprensa, a televisão, o rádio e o cinema e as exposições itinerantes”. Seria importante que a população soubesse “porque e como seu padrão de vida pode ser melhorado” (51:206). Ao mesmo tempo, “o estudo dos conjuntos históricos deveria ser incluído no ensino em todos os níveis e, particularmente, no de história, para inculcar no espírito dos jovens a compreensão e o respeito às obras do passado e para mostrar o papel desse património na vida contemporânea” (52:207). A questão estará em encontrar o equilíbrio e a ponte para o futuro, na certeza de que, em cada acção, apenas estamos a modificar e a construir um património que sempre será do passado.

Outro documento da maior importância foi a “Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas”. O seu texto, aprovado em Toledo, em 1986, foi ratificado pelo ICOMOS, em Washington, em Outubro de 1987 e veio complementar a Carta de Veneza, de 1964. Logo à partida, considerou que “todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades através da História e, por esse facto, todas elas são históricas”. Grandes ou pequenas, centros ou bairros históricos, sempre “exprimem os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais”, mas ficam “ameaçadas de degradação, desagregação e mesmo de destruição, sob o efeito de um modo de urbanização nascido na era industrial” (CISCH: Preâmbulo).

Por essa razão, recomenda a UNESCO, em documento respeitante à "salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais, e o seu papel na vida contemporânea" (Varsóvia - Nairobi, 1976): "a salvaguarda das cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento económico e social, e ser tomada em conta nos planos de ordenamento e de urbanização, a todos os níveis". Assim, a grande preocupação deverá ser com o carácter histórico da cidade e com os valores "materiais e espirituais que exprimem a sua imagem", tais como: a forma urbana, definida pela trama e suas parcelas; as relações da cidade com o seu enquadramento natural ou criado pelo homem; e as vocações adquiridas no decurso da sua história (CISCH: 1,2).

Nos dez anos que entretanto haviam passado, mais se confirmara ser indispensável incluir a participação e a implicação dos habitantes da cidade, cada um com seu caso particular, em estudos prévios pluridisciplinares. De posse desses e de outros contributos, entretanto recolhidos, já o plano de salvaguarda estaria apto a definir a articulação harmoniosa dos bairros históricos com o conjunto da cidade e que edifícios ou grupos de edifícios haveria que proteger e conservar ou destruir (3-5). No entanto, haveria que ter em conta que "a introdução de elementos de carácter contemporâneo, sob reserva de não prejudicarem a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento" (10). Tudo isto será mais bem aceite com a adesão dos habitantes. Concluído o programa, há que ter presente que "a conservação das cidades e dos bairros históricos implica uma manutenção permanente do que está construído", pelo que "devem ser tomadas medidas financeiras de natureza a facilitar a conservação e o restauro do que existe (7,15).

A Carta de Washington chamava, por fim, a atenção para a necessidade de serem respeitados também os princípios e métodos da Carta de Veneza. Já então se preconizava a afectação dos edifícios a uma função útil da sociedade, sem "alterar a disposição e a decoração", embora com a possibilidade de efectuar "as alterações tornadas necessárias, exigidas pela evolução dos usos e dos costumes" (5). Era também reconhecido que "o restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstrução" (9) e, "sempre que as técnicas tradicionais se revelem

inadequadas”, há que recorrer a técnicas modernas de conservação e construção, desde que com eficácia comprovada (10). Por fim, que todas as fases do trabalho sejam anotadas e a documentação guardada, para ser posta à disposição das pessoas que a queiram consultar (16).

A Lei do Património Cultural Português (1985) foi anterior à Carta de Washington (1987), mas tivera tempo suficiente para amadurecer e aplicar ao nosso caso a Recomendação de Nairóbi (1976). Determinava assim que todos os planos de ordenamento territorial passassem “a considerar e a tratar de maneira especial” e de forma obrigatória, “a protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural” existente na área, com propostas para a sua valorização (Lei 13/85:21.8,44.1). Nessa altura, já as câmaras municipais eram “obrigadas a promover a elaboração de *planos gerais de urbanização* das sedes dos seus municípios e de outras localidades, em ordem a obter a sua transformação e desenvolvimento segundo as exigências da vida económica e social, da estética, da higiene e da viação, com o máximo proveito e comodidade para os seus habitantes”.

Esta obrigação estendia-se a “zonas de interesse turístico, recreativo, climático, terapêutico, espiritual, histórico ou artístico designadas pelos Ministros do Interior e das Obras Públicas” (DL 560/71:1,2), para as quais poderiam ser elaborados *planos parciais de urbanização* e *planos de pormenor* (DL 560/71:8 e DL 561/71). Até então, eram regulados pelo DL 33921, de 5 de Setembro de 1944 – que passara a designar por *plano geral de urbanização e expansão* os *planos de urbanização* criados pelo DL 24802, de 21 de Dezembro de 1934 e criara o *plano parcial de urbanização* – e 35931, de 4 de Novembro de 1946, que atribuíra dignidade regulamentar aos *anteplanos* (DGOTDU, 2011). Estes dois diplomas foram os primeiros que atribuíram aos municípios a função de organização de planos para os aglomerados urbanos, de modo a dar-lhes uma nova configuração, localizar equipamentos e orientar a instalação das redes viária e de serviços. No entanto, por falta de meios e de experiência, acabou por ser a administração central a encarregar-se de todo o processo.

Em 1977, definidas as atribuições das autarquias e as competências dos respectivos órgãos, a assembleia municipal ficou com a de “deliberar sobre o plano

director do município e, se necessário, ordenar a sua elaboração” (Lei 79/77:48.1.i). Quase cinco anos depois de introduzida “a nova figura do plano director municipal”, foram definidas as suas “linhas mestras” e, entre os objectivos, “traduzir as metas programáticas nos domínios do desenvolvimento económico e social” e “constituir um instrumento de participação das populações no planeamento urbanístico e no ordenamento do território” (DL 208/82:3a,c). Em 1990, ao disciplinar o regime jurídico dos planos municipais de ordenamento do território, a lei veio permitir – em função do seu uso dominante, entre outras classes de espaços – considerar os “culturais e naturais, nos quais se privilegiam a protecção dos recursos naturais ou culturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos, arqueológicos, arquitectónicos e urbanísticos” (DL 69/90:28.1.g). Mais tarde, ao ser estabelecido o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, uma vez mais ficou consagrado que os planos municipais de ordenamento do território visam estabelecer, entre outros, “os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural” (DL 380/99:70.f).

A política de solos, ordenamento do território e urbanismo expressa, entre outros fins, a salvaguarda e valorização da identidade do território e a integração das suas diversidades e da qualidade de vida das populações; a coerente reabilitação e modernização dos centros urbanos, dos aglomerados rurais e dos sistemas em que se inserem; a defesa, fruição e valorização do património natural, cultural e paisagístico (LBGPPSOTU:2f-h). As opções próprias de desenvolvimento estratégico local são definidas nos planos territoriais de âmbito municipal: o *plano director municipal*, o *plano de urbanização* e o *plano de pormenor* (43.1,2). Deste último grupo, faz parte o *plano de pormenor de salvaguarda* que estabelece orientações estratégicas e regras de uso e ocupação do solo e edifícios, com o objectivo de preservação e valorização do património cultural existente na sua área de intervenção. Pode abranger “o solo rural e o solo urbano correspondente à totalidade ou parte de um bem imóvel classificado e respectiva zona de protecção” (DL 309/2009:64,65). Trata matéria cuja destruição ou alteração poderá ser irreversível e, por isso, além do conteúdo normal, terá de incluir: áreas a reabilitar e critérios de intervenção; linhas estratégicas de intervenção, nos

planos económico, social e de requalificação urbana e paisagística; delimitação e caracterização física, arquitectónica, histórico-cultural e arqueológica da área de intervenção; regras de publicidade exterior e de sinalética; e identificação dos bens imóveis, ou grupos de bens imóveis, que podem suscitar o exercício do direito de preferência (66b,c,e,f,n,o).

Os planos gerais de urbanização (PGU), elaborados para alguns municípios, estabeleciam uma área urbana, consolidada e de expansão, dividiam-na por zonas, caracterizavam as capacidades, limitações e equipamento previsto para cada uma e, principalmente, os índices de densidade e de construção permitidos. Os planos directores municipais (PDM), destinados a abranger a área de todo o município – dois, ou mais, vizinhos, poderiam elaborar um plano director intermunicipal –, não eram já essencialmente indicativos para a autarquia e limitativos para os particulares, com servidões e condicionamentos a respeitar, identificavam também novas áreas para desenvolvimento. A realidade morfológica, o património classificado e em vias de classificação e as diversas áreas de aptidão, que com o tempo foram recebendo diferentes propósitos e designações, passaram a constar discriminadamente nestes planos.

6.2. Planos regional e municipais

Em 2008, na região do Barlavento algarvio, os vários planos municipais de ordenamento do território tiveram de ser alterados ou revistos, a fim de se adaptarem aos princípios do PROTAlgarve, o plano regional que tivera a sua primeira versão em 1991 e cuja revisão havia sido entretanto aprovada (RCM 102/2007). Aos planos de urbanização e de pormenor, cuja elaboração se encontrava em curso, também foi dado prazo para se compatibilizarem.

Uma componente estratégica da nova configuração do PROTAlgarve aponta “a requalificação urbanística e ambiental das áreas edificadas, dos equipamentos, do património arquitectónico e arqueológico, das infra-estruturas e da paisagem”, bem

como “a definição de novos perímetros urbanos nos núcleos rurais, montes e aldeias do interior, como forma de facilitar a concentração populacional nestas áreas”. Este segundo objectivo prevê a “dinamização da rede de Aldeias do Algarve”, programa que, na primeira década do século XXI, havia promovido o intercâmbio de iniciativas várias. Outro objectivo prevê a criação de condições de vida atractivas, com adequadas condições de habitação, usos e funções que permitam a fixação da população activa nas áreas desfavorecidas (1.2).

Sem referir particularmente os centros históricos, este PROT define uma política estratégica própria para o património cultural histórico-arqueológico da Região do Algarve – importante recurso para a competitividade e a diversificação do turismo – que, “no entanto, se reveste de um carácter finito, frágil, facilmente destrutível e não renovável”. Aponta a reabilitação urbana, a valorização e “qualificação das condições de conhecimento do património” e ainda a promoção do respeito pelas tradições, especificidades locais, como caminho para “não descaracterizar o destino turístico”. Considera essencial “a animação dos elementos e espaços patrimoniais”. Todavia, importa “inverter a actual tendência de sustentar o património exclusivamente pelo turismo e abrir uma perspectiva de futuro, em que o património possa contribuir para a diversificação da base económica, para a coesão social e para a promoção do conhecimento (1.3 e 1.5).

Reconhece a norma que o sucesso da requalificação urbana exige harmonia entre os vários espaços, “especialmente nas áreas de renovação, mas também nas de expansão urbana, onde deve ser promovida a criação de novo património”, nas intervenções no espaço e nos “projectos marcantes em termos de peças edificadas”. Isto aplica-se também às aldeias, onde não é tanto o turismo que preocupa, mas quanto podem contribuir “para a contenção do despovoamento e para a valorização dos espaços rurais”, através do “estabelecimento da disciplina de edificação”, em cada núcleo e seus perímetros urbanos (1.5). Como objectivos operativos, recomenda o inventário municipal do património existente (classificado e não classificado) – desde os elementos notáveis às técnicas construtivas tradicionais – que deve depois ser transposto para os respectivos planos municipais de ordenamento do território;

recomenda a elaboração de Planos de Pormenor de Salvaguarda e a criação de Gabinetes Técnicos de acompanhamento e apoio.

As novas acessibilidades e comunicações vieram ampliar o conceito de aglomerado disperso, antes referido a construções, na medida em que áreas urbanas sem contiguidade passaram a constituir novas centralidades. Assim, em vez da cidade ‘tradicional’ – área urbana contínua e relativamente compacta –, passámos a ter “aglomerações urbanas cada vez mais ‘constelações’ de áreas”, sem continuidade de edificado a ligá-las. Portimão, com Lagoa e Lagos num raio de 20km e com previsão de poderem “atingir uma população presente de 130 mil habitantes em 2030”, constituem a “aglomeração do Barlavento”, com interligações a Albufeira-Guia – também em articulação com Faro-Loulé-Olhão –, Silves, Monchique e às duas vilas do Triângulo Vicentino (Aljezur e Vila do Bispo). Este é o sistema urbano estruturante que se desenha na sub-região ocidental do Algarve e em que o PROT aposta (2.3.1).

No final de 2014, não havia qualquer plano intermunicipal abrangendo municípios incluídos neste estudo. Com excepção de Lagos – que tem em curso a retoma do PDM, por “perda de eficácia” do anterior (RCM 82/2002) – todos os restantes têm planos de desenvolvimento em vigor. Lagos e Vila do Bispo têm ainda PGU e, no total (com PU, PPU e PP), estão em vigor mais 41 planos municipais de ordenamento do território. Estão 32 planos em elaboração e 107 arquivados, o que representa 188 situações de iniciativa de planeamento nas oito décadas seguintes a 1934 (CCDR:Planos [www](http://www.ccdr.pt)).

O PDM de Albufeira (PDMABF), alterado por adaptação em 2008, encontra-se em parte esvaziado no seu conteúdo, pela publicação do Plano de Urbanização da Cidade de Albufeira (PUCA) e do Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira (PUFMCA). Este segundo PU abrange toda a área aqui considerada como centro histórico e tem o objectivo de “requalificar e valorizar Albufeira como principal centro urbano-turístico do Algarve”. O anexo I do PDM disciplina os trabalhos de edificação nos núcleos antigos de Albufeira, Guia e Paderne, onde “não é permitida a afixação nas fachadas exteriores dos edifícios de antenas parabólicas, de televisão e de rádio, bem assim como equipamentos de ar condicionado, ventilação e exaustão”

(16.2). A “valorização do centro antigo como centro de animação urbano-turística”, com garantia da sua sustentabilidade urbana e da frente de mar, são eixos estratégicos deste segundo plano de urbanização.

Albufeira tem classificados como património de valor concelhio o hospital, a capela da Misericórdia e a antiga hospedaria, que deverão manter o actual “uso de equipamento colectivo, de utilização pública”. Pretende classificar a Igreja matriz, a de S. Sebastião e a de Sant’Ana, os vestígios da Muralha Medieval, o núcleo arqueológico da Praça da República, o Solar Águas, a antiga Central Eléctrica e o túnel na Rua 5 de Outubro. Outros edifícios e elementos de interesse arqueológico, histórico e arquitectónico são: Torre do Relógio, na antiga Torre da Cadeia; Casa de Munições da Bateria de Albufeira; Arco na Travessa da Igreja Velha; Antiga Igreja de Santa Maria; Porta de Sant’Ana; Telheiro da Antiga Lota; Chaminé da fábrica de alfarroba; Arcos na Rua dos Arcos; Antiga Ermida de Santana; Edifício do antigo Paço do Concelho de Albufeira. Refere o documento que constituem “elementos de grande valor na imagem urbana e na memória local, testemunhando os vários períodos de evolução da cidade” (34-36, 38).

Foi criada uma zona de acesso condicionado ao tráfego automóvel, onde o espaço público é predominantemente pedonal e a área sujeita ao plano foi dividida em subunidades operativas de planeamento e gestão (SUOPG), entre as quais: Cerro do Castelo; Eixo do Largo do Engenheiro Duarte Pacheco, Avenida de 25 de Abril e Praça de 25 de Abril; Conjunto urbano – Largo de Jacinto d’Ayet, esplanada Dr. Frutuoso da Silva, Rua de Miguel Bombarda; Rua de 5 de Outubro; Encosta sul do cerro do Malpique; Avenida do Ténis, Rua do Coronel Águas; e Bairro do Rossio.

Um terceiro tipo de regulamento – o Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores – “consagra a organização espacial, definindo a concepção da forma de ocupação”, requalificação e ampliação do espaço público, na Praça dos Pescadores, Av. 25 de Abril, Largo do Cais Herculano, Rua Gonçalo de Lagos, e Rua Diogo Cão. Prevê para tal a construção de um meio mecânico de elevação (a escada rolante até ao cimo da arriba), a requalificação do telheiro da antiga lota, define também regras para as esplanadas e para a colocação de publicidade (PPPP).

O PDM de Aljezur (PDMAJZ), também alterado por adaptação em 2008, revela particular preocupação com a “protecção do património natural e do património edificado” (38.2a). Neste, tem como imóveis de interesse público o Castelo e a Igreja da Misericórdia. É, no entanto, o próprio aglomerado urbano de Aljezur, um “conjunto” individualizado no PDM como património arquitectónico a salvaguardar. Constitui assim uma das unidades operativas de planeamento e gestão, com plano de ordenamento próprio a ser elaborado.

O PDM de Lagoa (PDMLA) não indica qualquer património natural ou edificado existente no interior da cidade, que constitui uma unidade operativa de planeamento e gestão – UP3 – com regulamentação própria. Para fora dos perímetros urbanos, estabelece que “as intervenções nos edifícios deverão ser precedidas de um levantamento que identifique e avalie os valores patrimoniais e suas relações com a envolvente”; refere ainda que deverão respeitar “os princípios da Carta de Veneza (1964) e Convenção de Nara (1994), nomeadamente a protecção da substância material, simplicidade, reversibilidade e autenticidade” (27C.3).

O Plano de Urbanização da Cidade de Lagoa (PULA) abrange a área de intervenção da UP3. Refere que o “núcleo antigo” ocupa uma área de 16,5ha e, “embora reconstruído após o terramoto de 1755, herdou uma estrutura urbana com características medievais, pontuada por elementos arquitectónicos e conjuntos construídos com interesse, que o diferenciam do restante tecido urbano”. Como “testemunho da evolução histórica da Cidade e como factor de identidade”, “será sujeito a plano ou planos de pormenores de conservação, reconstrução e reabilitação urbana, também designados por planos de salvaguarda”.

Os edifícios considerados “Elementos e Conjuntos Urbanos com Interesse Arquitectónico e Urbanístico devem manter as fachadas, nomeadamente, cotas de soleira, alinhamentos, ritmo e composição de vãos, elementos decorativos existentes, materiais e revestimentos”, designadamente as chaminés antigas, que “têm de ser consolidadas e preservadas e, quando o seu estado de degradação não permita a sua conservação”, ser reconstruídas “de acordo com o desenho da chaminé preexistente”. Como património cultural arquitectónico, são aqui indicados a Igreja Matriz de Lagoa,

Nossa Senhora da Luz; o Convento e Capela de S. José; e a Igreja de Nossa Senhora da Visitação ou da Misericórdia (13,14,21 e 80).

No que respeita a circulação de peões, o Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas, entretanto publicado (RMUELA), fixou que o corredor livre que os estabelecimentos de restauração e bebidas deverão sempre manter – e que na UP3 teria “um mínimo de 1,40 m” –, deverão agora “respeitar uma medida mínima de passagem, livre de qualquer obstáculo, de 1,60 metros”(40.1c).

Em Lagos, consta na proposta de regulamento (PDML) que o seu PDM “tem por objetivo genérico reforçar o Concelho de Lagos como território inovador e competitivo, ativo cultural e cientificamente, socialmente coeso e, na linha da sua tradição histórica e marítima, assumindo-se hoje como ‘porta da Europa’”; e deseja, como estratégia, “afirmar a identidade cultural de Lagos ligada aos Descobrimentos” e inserir o município “nas redes internacionais de cidades /países ligados à exploração dos mares” (2.1,2a). No seu centro histórico, classificados como monumentos nacionais, tem as muralhas e torreões, “compreendendo especialmente, as portas de Portugal e a do postigo; os restos dos antigos paços dos governadores do Algarve, onde habitou o Infante D. Henrique”, e as igrejas de Santo António e de S. Sebastião. Como monumento de interesse público, nomeia o Mercado de Escravos e o Forte da Ponte da Bandeira; e, de interesse municipal, refere a Casa Corte Real, na Rua Dr. Joaquim Tello nº 1, e o Armazém do Espingardeiro, Oficina do Espingardeiro, Selaria ou Ex. Quartel da Coroa.

O município de Lagos pretende “qualificar a Cidade Histórica enquanto estrutura urbana representativa do centro tradicional, através do reforço da salvaguarda dos seus valores patrimoniais, culturais e comerciais”. No restante, “os espaços centrais são compostos por áreas que se destinam a desempenhar funções de centralidade para o conjunto do aglomerado urbano, com concentração de atividades terciárias e funções residenciais”. Na área intramuros é permitida a construção até 3 pisos e, nos casos em que “o arruamento confinante tenha largura inferior a 6 metros, o terceiro

piso deve ser recuado em relação ao plano marginal, no mínimo, 2,50 metros” (59.1,60.1,96.2b).

O PGU (PGUL) tem por objectivo “fornecer indicadores para a elaboração de outros Planos Municipais de Ordenamento do Território”. Apresenta definições, relação de instrumentos a respeitar e lista de condicionamentos e servidões. Indica que, em estudos de classificação, estão o Armazém Regimental, o Convento de N. Sra do Loreto, o edifício dos Paços do Concelho, a Igreja de Santa Maria e o Trem de Artilharia, incluindo a Capela de Santa Bárbara. Caracteriza a Área Urbana Central/ Centro Histórico – que subdivide em área intramuros e área extramuros – como “malha edificada com estrutura urbana e arquitetónica homogénea, onde se encontra o conjunto de edifícios com características arquitectónicas mais nobres e mais cultas da cidade e que conferem a todo o conjunto uma uniformidade que deve ser preservada”. Indica que os diferentes usos dos edifícios existentes nesta área “devem distribuir-se de forma equilibrada e de modo a assegurar o predomínio da componente habitacional”. Assim, “a implantação de novas funções e usos em edifícios localizados nesta área só é autorizada se contribuir para a revitalização e animação do conjunto urbano e se não acarretarem efeitos prejudiciais à circulação de viaturas e peões”. No entanto, “as funções não habitacionais já instaladas “podem manter-se desde que a sua permanência seja compatível com a habitação”. Não prevê qualquer UOPG para esta área (42,44,80).

O PDM de Monchique (PDMM) inclui, nas definições, as de ‘espaço cultural’ (sujeito a medidas de salvaguarda pelas características históricas e ou arquitectónicas existentes ou de acordo com o que para o efeito venha a ser classificado pelo município) e de ‘reabilitação urbana’ que descreve o “processo de intervenção de extensão variável visando um conjunto de trabalhos de modo a dotar um local, um imóvel, um bairro, de características que o tornem adequado à vida quotidiana, sendo essencialmente associado ao melhoramento da habitação e assentando no pressuposto da manutenção das características arquitectónicas do edifício” (4d,g). Apresenta, como património classificado de interesse público, algumas árvores centenárias e a Alameda de 17 Plátanos hybrida Brot, situada na E.N. 266, no lugar do

Pé da Cruz; em vias de classificação, a Igreja Matriz. Refere que “integram os espaços culturais do concelho o centro histórico de Monchique” (10,44).

Em Portimão, nas alterações ao regulamento do PDM (PDMP), entre as definições, consta a de “quarteirão – espaço urbano, pelo menos definido por três arruamentos que se cruzam ou entroncam, no qual existe ou uma ocupação construída ao longo das vias ou uma ocupação ordenada dentro do espaço sem a existência de zonas mortas ou logradouro” (11u). A inclusão desta definição tem razão de ser porque, mais adiante, num artigo dedicado ao “interior dos quarteirões”, preceitua que, “nos edifícios ou conjuntos que tenham frente para duas ruas opostas poderá ser assegurado o atravessamento do quarteirão”. Então, “nesses edifícios ou conjuntos deverá ser localizado equipamento que contribua para a qualificação do ambiente urbano” (39). Isto já acontece em zonas mais novas da cidade, não muito longe do centro histórico, mas aqui não há ainda nenhum exemplo.

Como património construído protegido, indica, entre os Imóveis classificados de interesse público, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, e Muralhas de Portimão; entre os Imóveis de valor concelhio, Capela de São José, Igreja e convento do Colégio da Companhia de Jesus. Em vias de classificação como imóveis de interesse público, nomeia o Palacete dos Almeida Coelho ou dos Bivar Moreira e edifício do tribunal (hoje, TEMPO); como de interesse concelhio, a Casa de Teixeira Gomes; como monumentos a propor a classificação, o solar dos Sarrea Garfias (11u,16).

No seguimento das acções de iniciativa pública no sentido da qualificação e dinamização do centro da cidade – requalificação da Zona Ribeirinha, do Largo do Município, do Jardim 1º de Dezembro, do Parque da Alameda, restauro e conservação das igrejas do Colégio e Matriz, pedonalização da rua Direita, e iluminação pública – foi delimitada uma zona que corresponde ao centro histórico do concelho de Portimão e, dentro desta, uma Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU). O processo começou com a publicação de um diploma (Dec. 10/2008), que concedeu ao “município o direito de preferência, pelo prazo de 10 anos, nas transmissões a título oneroso, entre particulares, dos terrenos ou edifícios situados na identificada área”.

O preâmbulo desse diploma explica que essa zona antiga – que se estende até ao limite da cintura quatrocentista construída no reinado de D. Afonso V – é “a estrutura habitacional que actualmente a caracteriza apresenta-se bastante deficiente no que diz respeito, em particular, às condições de solidez, segurança e salubridade das edificações, as quais se encontram ocupadas, em grande parte, por população envelhecida e sem condições económicas para inverter a situação pelos seus próprios meios”. Por isso, há “um elevado número de edifícios devolutos, situação por si só potenciadora do desaparecimento progressivo da identidade arquitectónica caracterizadora da urbis de Portimão. Quanto ao espaço público, sobressai a inexistência de uma relação volumétrica entre espaço construído e espaço livre, com total ausência de espaços verdes, a que acresce ainda um estacionamento desorganizado e desajustado do perfil dos arruamentos”.

Consta da memória descritiva que a ARU pretende “devolver a identidade do lugar, assim como alguma intervenção no espaço público que dê resposta às necessidades dos seus habitantes e que de uma forma articulada sirva de impulso à reabilitação”. Assim, propõe “a melhoria da mobilidade, nomeadamente no que diz respeito à acessibilidade ao centro; disciplina de estacionamento e de ocupação de espaço público, iluminação pública e sinalética de informação adequada e reforço da segurança”. O documento considera que “o actual motor da economia da cidade é o Turismo” e refere que “importa saber onde estamos e para onde queremos ir”. Sugere uma “Operação de reabilitação Simples”, que consiste “numa intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigindo-se primordialmente à reabilitação do edificado, num quadro articulado de coordenação e apoio da respetiva execução”.

O PDM de Silves (PDMS), alterado por adaptação ao PROT Algarve, em 2008, identifica os seguintes monumentos nacionais: o Castelo de Silves e a Sé Catedral. No seu centro histórico, tem, como imóveis de interesse público: a Ermida de Nossa Senhora dos Mártires, a Igreja da Misericórdia de Silves, o Palacete do Visconde de Lagoa, o Pelourinho, a Almedina e respectivas muralhas e, em vias de classificação, o edifício das Casas Grandes. De valor concelhio, o Teatro Mascarenhas Gregório, a Casa Visconde de Silves e conjunto envolvente; e a Fábrica de Cortiça - J. Alexandre Nunes.

No Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho de Silves (PEDS) e acerca do património e cultura, é apontada a “grande importância da sede de concelho, com o castelo de Silves e a Sé Catedral como ex-libris; a feira medieval, a FIESA” como seus “eventos âncora da dinâmica cultural”. Considera que “o património arquitectónico, urbanístico, arqueológico e natural está, regra geral, subvalorizado e subaproveitado, incluindo o próprio castelo; não obstante, o património arquitectónico e arqueológico tem servido de âncora à projecção e atractividade de Silves”. Com aposta na valorização turística, aponta que “a diversidade de ambientes e paisagens, assim como a presença de um relevante património histórico, cultural, arqueológico, natural e geomorfológico no concelho de Silves poderão constituir alternativas e/ou complemento ao produto de sol e mar” (PEDS.IV:128).

O PDM de Vila do Bispo (PDMVB) também foi alterado por adaptação em 2008. Como imóvel classificado no seu centro histórico indica a Igreja Matriz. Pretender a preservação da imagem do aglomerado e, por isso, nas áreas de ocupação actual, “na construção em lotes não edificados ou na reconstrução de edifícios serão respeitados os alinhamentos existentes bem como a imagem urbana da envolvente, sendo a altura máxima das edificações fixada pela cêrcea média ou dominante do arruamento, não podendo exceder a altura máxima de 6,5 m. Exceptuam-se os edifícios com comércio, que não poderão ultrapassar os 9,5 m de altura”. Vila do Bispo e os demais “núcleos tradicionais” do concelho deverão ser objecto de planos de pormenor de salvaguarda por constituírem espaços culturais” (24.2a,5).

O PGU de Vila do Bispo (PGUVB) foi aprovado em 1991 e esteve parcialmente suspenso entre 2008 e 2010. Definia, como zona urbana de protecção, a “correspondente ao perímetro do núcleo inicial de Vila do Bispo, a qual inclui a Igreja Matriz de Vila do Bispo, monumento nacional, e trechos urbanos com significativo valor arquitectónico e ambiental”. Era delimitada pela EN 268 e pelos arruamentos então designados por Rua Principal, a poente, e Rua Dois, a norte. Incluía duas Zonas Urbanas de Protecção, com Conservação – “toda a parte alta e frente sul do aglomerado” – e uma outra com Reabilitação – “área urbana não consolidada e degradada” que era “contudo parte integrante da unidade constituinte do núcleo

inicial de Vila do Bispo e indispensável à salvaguarda global: abrange as frentes edificadas norte e nascente”. Considerava que “edifícios, pátios, muros, poços, tanques, árvores e espaços verdes, construções ou conjuntos de funções tradicionais” “deverão ser conservados e revitalizados nas suas funções a fim de se manter o carácter ambiental da estrutura existente, o seu quadro físico, social e cultural, e evitar o seu adensamento habitacional”. Na zona não consolidada e degradada, “através da iniciativa pública e em associação com os proprietários e os moradores locais devem ser promovidas as obras de urbanização e de arranjo de espaços verdes, a construção e reconstrução de edifícios a fim de se garantir a sua correcta integração na unidade global”. Por fim, “as obras de reparação ou adaptação a realizar nos edifícios” teriam de conservar “o carácter do edifício em geral, bem como os elementos arquitectónicos que lhe dão carácter particular e não dissonantes” (3, 5, 6 e 11).

Os PDM e os Planos Estratégicos apontam as perspectivas dos municípios para todo o seu território. Os primeiros são de aplicação imediata e deverão ter uma validade máxima de dez anos, para que o seu conteúdo possa manter “as principais regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação do solo na área abrangida” (PDMS) ajustadas à evolução social e, assim, continuar a “promover o ordenamento urbano e melhorar as condições habitacionais e os níveis de atendimento das infra-estruturas básicas” (PDMVB). A sua elaboração é obrigatória e tem por objecto legal estabelecer “o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respectiva área de intervenção” (DL 380/99:84.1). Quanto aos planos estratégicos, têm um horizonte mais amplo, de cerca de vinte anos e destinam-se a “apontar janelas de oportunidade e factores críticos de desenvolvimento” (PEDS). São documentos de caracterização e diagnóstico em vários domínios, visam “o objectivo de proporcionar uma imagem prospectiva da situação actual, identificar as linhas de tendência e as questões estratégicas a considerar nas fases posteriores do processo” (PROTAlgarve). Por isso, o seu texto é por vezes longo e recheado de conceitos doutrinários e genéricos, susceptíveis de serem adaptados à realidade local.

Os PU – inicialmente havia os PGU – e os PP são mais pormenorizados e referem concretamente cada zona do aglomerado. O *plano de urbanização* “define a organização espacial de parte determinada do território municipal, integrada no perímetro urbano, que exija uma intervenção integrada de planeamento” (DL 380/99:87). O *plano de pormenor* “desenvolve e concretiza propostas de organização espacial de qualquer área específica do território municipal definindo com detalhe a concepção da forma de ocupação e servindo de base aos projectos de execução das infra-estruturas, da arquitectura dos edifícios e dos espaços exteriores, de acordo com as prioridades estabelecidas nos programas de execução constantes do plano director municipal e do plano de urbanização” ou “programas de acção territorial” (90.1,2). Assim, passaram a corresponder-lhes unidades operativas (UOPG).

Do conteúdo material do plano director municipal consta “a definição de *unidades operativas de planeamento e gestão*, para efeitos de programação da execução do plano, estabelecendo para cada uma das mesmas os respectivos objectivos, bem como os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor” (85.I). As UOPG correspondem às áreas nas quais será obrigatória a elaboração de outros planos de ordenamento complementares ao PDM, de modo a que os objectivos nele preconizados sejam efectivamente consagrados (PDMAJZ:63.1); “demarcam espaços de intervenção com uma planeada ou pressuposta coerência para serem tratados a um nível de planeamento mais detalhado” (PDMVB:46.1). As SUOPG – subunidades – “demarcam espaços com características específicas que são objeto de uma normativa adaptada às mesmas” (PUFMA:55.1). Entre os 30 núcleos estudados, algumas destas unidades respeitam a todo o aglomerado urbano – a áreas sujeitas a planos de salvaguarda, em Aljezur, Lagos, Almádena e Vila do Bispo – ou a parte dele – Lagoa.

6.3. Planos de pormenor e perspectivas

Algumas aldeias dispõem de planos de ordenamento para o seu território, outras têm-no regulado apenas no PDM. Guia e Paderne estão sujeitas às regras do PDM de Albufeira. Consta no seu anexo I, que os seus núcleos antigos destas duas aldeias “deverão conservar as suas características, pelo que nenhuma obra de construção, reconstrução, modificação ou demolição poderão ser efectuadas se delas resultar alteração significativa das referidas características”. Para correcção de situações ocorridas no passado, dispõe ainda que “dentro das zonas a preservar, promover-se-á a introdução das alterações julgadas convenientes para a correcção das anomalias resultantes da execução de obras que tenham prejudicado as características do conjunto edificado”.

Na Bordeira, importa recuperar ou preservar (DL 241/88) a própria povoação e a sua Igreja Matriz, classificadas como de interesse (PDMAJZ:17). O PDM considera a Bordeira e a Carrapateira aglomerados urbanos de nível II. Em ambas, a cércea máxima é de 6,5m, mas “qualquer edifício a construir ou a ampliar não pode exceder a cércea dos edifícios contíguos”. Na Bordeira não há qualquer área de expansão ou de urbanização programada. Há-as na Carrapateira: para a de expansão, deverá ser elaborado um plano municipal de urbanização ou de pormenor, que defina o regime de uso, ocupação e transformação do solo e do regime de edificabilidade (35 e 36).

O PP de Barão de S. João (PPBSJ) pretende “fomentar o desenvolvimento da povoação, mantendo as características de conjunto urbano de tradição rural”; e também “valorizar o núcleo central, articulando-o de forma equilibrada com as novas áreas de expansão”. Procura “manter e melhorar a arquitectura ‘plana’ com repetição sistemática de elementos construtivos e grande neutralidade temática; a persistente cor branca como dominante”, embora aceite “como regra geral cores recuperadas da paleta de cores tradicional (ocre, azul e cinza) em elementos de composição da fachada”. Estipula o número máximo de dois pisos, com cércea máxima para habitação de 6m, ou 7m no caso de adopção de platibanda. São considerados edifícios notáveis do património local, a igreja e respectivo logradouro, a escola primária. No núcleo

central, do Largo da Igreja ao Largo do Mercado, deverá continuar a requalificar o sistema de arruamentos e pequenos largos de utilização mista.

O plano de pormenor de Almádena (PPALM) tem por objectivos: potenciar a função residencial; “preservar a morfologia urbana do centro tradicional e manter as características de aglomerado rural de baixa densidade; qualificar os espaços públicos”. Entre outras regras, no revestimento dos panos de parede, admite apenas a combinação de 2 cores, no máximo, aplicadas em contraste, com uma a predominar. Nos edifícios de arquitectura tradicional, nas caixilharias, portas, portadas, gradeamentos e guardas de varandas devem ser escolhidas cores características da região, de preferência o branco nas caixilharias e o castanho, o vermelho escuro, o azul-escuro e o verde-escuro nos restantes elementos. “No caso de se optar por uma arquitectura tradicional com cornija, socos, cunhais e molduras nos vãos, estes elementos de composição devem ser executados em pedra ou reboco fino pintado a azul, ocre, ou outra cor característica da região”. A cércea será igual ou inferior à do edifício adjacente mais alto, até ao máximo de 6,5 metros e dois pisos. Os espaços verdes e de utilização colectiva devem “privilegiar a utilização de vegetação autóctone, em todas as situações onde não se prevejam cuidados de manutenção nem rega durante a época estival”.

O PP de Espiche (PPESP) tem em vista reforçar “a sua ‘personalidade’ de aglomerado atractivo à fixação da população; potenciar um novo eixo urbano Luz-Espiche; criar uma nova urbanidade no antigo troço de atravessamento da E.N. 125”. Pretende também desenvolver um percurso turístico de visita ao núcleo central; manter e melhorar a arquitectura ‘plana’ e a persistente cor branca como dominante, com excepção de pigmentos já aplicados na povoação. Tal como em Almádena, nas ampliações e novas edificações para habitação permitir o máximo de dois pisos: cércea máxima de 6 m, ou 7 m no caso de adopção de platibanda. Os logradouros e hortas devem ser preservados, assegurando a permanência da estrutura verde secundária da povoação, pois “a sua presença no espaço urbano contribui para a regularização microclimática da povoação, bem como para a regularização das escorrências pluviais”. São considerados edifícios notáveis do património local: a escola primária, o

edifício na Rua do Ramal número 1 e os edifícios na Rua Castela números 1, 1A e 7. A requalificação do espaço público, no núcleo central, vai do Largo da Adega ao Largo dos Moinhos e sistema de arruamentos e pequenos largos.

Nas Portelas, “os valores culturais identificados como imóveis com interesse são aqueles que, não estando classificados, assumem particular importância no âmbito da área de intervenção do Plano de Pormenor” (PPPTL). Consultada a planta de implantação, resumem-se ao edifício da escola primária e a dois engenhos de rega. Mas refere o documento que os espaços verdes equipados “integrados e dissolvidos na estrutura edificada: praças, pracetos, ou interiores de quarteirões, definem espaços livres qualificados para fluxos de encontro, convívio e lazer”. Neles são “permitidos elementos fixos do tipo: esculturas e estátuas; elementos relacionados com água (tanques, fontes, repuxos), parques infantis e estruturas de ensombramento”. E acrescenta: “Podem também comportar pequenas estruturas de apoio cobertas — quiosque, cafetaria, bilheteira, posto de turismo, coreto, anfiteatros ou outros do mesmo tipo — dotados de programas específicos de uso público com manutenção camarária ou por concessão”. Quanto a alinhamentos de árvores, serão “implantados em espaços públicos cuja utilização habitual é a circulação pedonal ou estacionamento, deverão servir de orientação visual, ensombramento e valorização da estrutura verde”.

Os valores culturais que “assumem particular importância no âmbito da área de intervenção” do Plano de Pormenor do Sargaçal (PPSGÇ) são um conjunto de engenho e tanque; e um forno. Encontram-se no tecido mais antigo, para o qual não está prevista qualquer intervenção. Na área de expansão da aldeia, os espaços verdes equipados são descritos de forma idêntica aos das Portelas. O mobiliário urbano deverá adequar-se “às necessidades dos passeios, estadia, descanso, encontro e suporte a grandes fluxos de circulação pedonal”. O pavimento é “efectuado com os seguintes materiais: calçada miúda de vidro conjugada com calçada miúda de basalto, respeitando a estereotomia definida em projecto de execução”

Alferce, Marmeleira e Casais estão classificadas no PDM de Monchique (PDMM) como áreas urbanas de nível II: “destinam-se à ocupação habitacional, comercial,

serviços, equipamentos turísticos e equipamentos”. Nelas “é permitida a construção, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios desde que: não seja ultrapassado o número máximo de dois pisos ou 7,0 m de cércea, salvo situações pontuais resultantes da topografia do terreno; e sejam mantidas as características arquitectónicas e construtivas preexistentes”. A altura máxima dos edifícios é de três pisos.

Também Montes de Alvor e Figueira (de Portimão) não dispõem de plano de ordenamento próprio. Estão abrangidas pelo PDM de Portimão (PDMP) e aparecem “identificadas na planta de ordenamento como zonas urbanas, caracterizadas por possuírem uma malha urbana consolidada ou em consolidação e com elevado grau de infra-estruturação ou com tendência para o vir a adquirir”. Nelas “é estabelecido o princípio genérico da manutenção das características do edificado existente; nas novas construções, “é autorizado o nivelamento da cércea pela média das alturas das fachadas da frente edificada do lado do arruamento onde se integra o novo edifício, no troço de rua entre duas transversais ou que apresente características morfológicas distintas”, com a cércea máxima de três pisos. Nas zonas de expansão urbana, a urbanização será precedida de planos de pormenor e ou projectos de loteamento, com a densidade populacional próxima dos 130 hab/ha.

Em S. Marcos da Serra – e restantes aglomerados do município de Silves com “utilização e maior concentração dos espaços construídos, maior nível de infra-estruturas, equipamentos, actividades e funções neles implantados” – é no PDM (PDMS) que estão contidas as suas regras urbanísticas. A construção no interior da aldeia obedece ao “máximo de 100 hab. por hectare, em máximo de três pisos”. São imóveis de interesse público a Igreja e, classificada de valor concelhio, a casa com chaminé algarvia do século XVII na Rua do Castelo, 22. Para todo o núcleo, será elaborado o perímetro de salvaguarda, a ser regido por regulamento específico.

O aglomerado urbano de Barão de S. Miguel dispõe de um Plano de Pormenor de urbanização (PPUBSM), que abrange também a área envolvente, “de equipamentos colectivos e serviços públicos, de espaços verdes, de actividades, de áreas habitacionais”. Entre os equipamentos existentes e a construir, referia igreja paroquial e escola primária; chafariz, instalações sanitárias públicas; centro de actividades de

tempos livres, sociedade recreativa; polidesportivo descoberto. E, como áreas de espaços verdes, apontava jardim urbano, parque infantil, cemitério. No restante, continua disciplinado pelo PDM da Vila do Bispo (PDMVB), que determina: “na construção em lotes não edificadas ou na reconstrução de edifícios serão respeitados os alinhamentos existentes bem como a imagem urbana da envolvente, sendo a altura máxima das edificações fixada pela cêrcea média ou dominante do arruamento, não podendo exceder a altura máxima de 6,5 m. Exceptuando-se os edifícios com comércio, que não poderão ultrapassar os 9,5 m de altura”. Na pintura das fachadas é apenas permitida a utilização de cores claras ou tradicionais. As áreas de expansão estão sujeitas a plano de pormenor (PP.3).

Raposeira tem também PP (PPR), no qual consta a sua zona urbana de protecção “correspondente ao perímetro inicial” e “inclui a igreja paroquial, a casa onde a tradição refere ter vivido o Infante D. Henrique e trechos urbanos com significativo valor arquitectónico e ambiental”. Nela “devem ser evitadas demolições ou alterações em elementos ou ocorrências com valor arquitectónico, histórico, cultural e etnográfico – edifícios, pátios, quintas, muros, poços, tanques, árvores e espaços verdes, construções ou conjuntos de funções tradicionais –, os quais deverão ser conservados e revitalizados nas suas funções a fim de se manter o carácter ambiental da estrutura existente, o seu quadro físico, social e cultural, e evitar o seu adensamento” habitacional. Na zona urbana de expansão, localizam-se os equipamentos colectivos a concretizar, mercado de levante, centro de actividades de tempos livres, polidesportivo descoberto, jardim urbano”. Toda a aldeia está sujeita às regras estabelecidas no PDM de Vila do Bispo (PDMVB), deverá ser objecto de plano de pormenor de salvaguarda, por constituir espaço cultural no quadro do regulamento, e a área de expansão ao PP.5.

Budens está definida como centro subconcelhio de Vila do Bispo (PDMVB). Na área de ocupação actual, “pretende a preservação da imagem do aglomerado”, pelo que “serão respeitados os alinhamentos existentes bem como a imagem urbana da envolvente, sendo a altura máxima das edificações fixada pela cêrcea média ou dominante do arruamento”; pintura das fachadas de cores claras ou tradicionais.

Deverá ser também objecto de plano de pormenor de salvaguarda. Para a área de expansão, que terá um plano de pormenor (PP.2), a cêrcea máxima será de 3 pisos ou 9,5 m de altura, quando com actividades económicas; 2 pisos ou 6,5m de altura, quando exclusivamente habitacional.

Burgau tem também as suas regras urbanísticas incluídas no PDM de Vila do Bispo (PDMVB), e não diferem elas das exigidas para os outros aglomerados. Mantém a cêrcea de três ou dois pisos, conforme o edifício se destine também a actividades económicas ou seja apenas para habitação. Tem o seu Forte classificado, mas a povoação não dispõe de plano de salvaguarda. Apenas a área de expansão terá o PP.4.

A Figueira (do Cabo) é um dos núcleos tradicionais de Vila do Bispo, que deverão ser objecto de planos de pormenor de salvaguarda, conforme consta do plano director do município (PDMVB), que “pretende a preservação da imagem do aglomerado” e não propõe qualquer área de expansão. Contrariamente, para Vale do Boi e Hortas de Tabual, as duas menores aldeias estudadas, o Plano Director Municipal de Vila do Bispo não prevê executar qualquer plano de salvaguarda, mas apenas planos de pormenor para as respectivas zonas de expansão, PP.6 e PP.7. Em 2013 estava em elaboração um plano de urbanização para Vale de Boi, definido como “um aglomerado urbano concentrado, de pequena dimensão, situada em pleno Parque Natural e relativamente próximo do mar”, com o objectivo de proceder de imediato à “inventariação dos edifícios e das construções existentes, a demolir e a manter”. Depois, “promover medidas para: a criação de espaços públicos de fruição, recreio e lazer interligados entre si, de modo a melhorar substancialmente a qualidade de vida dos cidadãos” e “na zona rural”.

Barão de S. João, Almádena, Espiche, Portelas, Sargaçal, Barão de S. Miguel e Raposeira têm planos de pormenor publicados no Diário da República. De outras aldeias estão em elaboração instrumentos de gestão urbanística. Na sua falta, aplicam-se as normas contidas no PDM, especificamente ou para a generalidade dos aglomerados do seu tipo. Na maioria dos casos e para o espaço privado, a densidade, coeficientes vários, cêrcea, afastamentos e outras obrigações impostas para a construção ou reconstrução de edifícios estão devidamente definidos, nas plantas e no

regulamento. Os condicionalismos resultantes de outros planos específicos, regionais e nacionais, também são observados, quer na área consolidada, quer nas de expansão. Também o espaço público, por ser estruturante, está rigorosamente assinalado nas plantas e sujeito a regras pré-estabelecidas, embora em alguns casos, mesmo em planos de pormenor, permaneça de certo modo expectante, o que permitirá uma maior liberdade no momento da sua requalificação.

Com a inclusão da rubrica “orçamento participativo” nos planos de actividades dos municípios, essa poderá ser uma maneira de a população fazer saber algumas aspirações, embora tal participação seja meramente consultiva. De uma maneira ou de outra, todos têm por objectivo “estabelecer uma estrutura espacial para o território”, “promover o desenvolvimento do aglomerado”, “requalificar, preservar e valorizar” o património e o ambiente. Ao procurarem a “distribuição racional” das actividades económicas, dos equipamentos, da habitação, dos equipamentos culturais, desportivos, de lazer, as zonas verdes, a rede de transportes e de infra-estruturas habituais no tempo em que são aprovados, os vários planos de ordenamento do território estão, acima de tudo, a pugnar pelo bem-estar das populações. Ao evidenciar o que cada aglomerado tem de diferente e atractivo, melhor se atinge esse objectivo de valorização do património.

7 – Conclusão

7.1. A cidade feita por e para as pessoas

Ao proceder à recolha da informação utilizada no presente trabalho – não apenas da morfologia dos espaços percorridos, mas de quase tudo o que, com alguma permanência, foi encontrado – houve a opção de observar “os espaços urbanos públicos, apreciados na óptica do peão”. Foi esse o ponto fulcral da investigação. As ruas, as praças, os jardins e também os recantos, os becos e os pátios, todos eles foram entendidos “como formas espaciais individualizadas que enquadram diversas utilizações”, e todos olhados com o mesmo respeito, sob o ponto de vista da sua composição e do seu “apetrechamento para darem satisfação às necessidades (objectivas e subjectivas) dos cidadãos enquanto peões” (AAVV, Ternos Passeios, 1997:67). Todos os espaços foram visitados, percorridos mais de uma vez, fotografados de vários ângulos, deles registado cada pormenor, tomada nota da impressão que, um a um, então transmitiram.

Não há dois espaços iguais, ainda que tenham nascido da mesma matriz. O ângulo de que o sol lhe bate ao longo do dia, a brisa que o refresca, a cor do soco de certa casa, o desenho da porta de uma outra, o cortinado naquela janela, o vaso e o utensílio que ficam cá fora, o cheiro, o som, a presença ou a ausência de quem lá mora, a calma ou a pressa de quem lá passa, tudo se processa com ligeiras diferenças e é o bastante para individualizar cada espaço. Somos nós que, com nossas acções ou omissões, definimos e alteramos a fisionomia do lugar.

A noção de que “as cidades são impensáveis sem pessoas, pois são feitas por elas e para elas” (AAVV, Ternos Passeios, 1997:78) é aqui apresentada como uma conclusão. A palavra ‘cidade’, neste trabalho e em tantos outros consultados, aparece

mais com o sentido de aglomerado urbano, ou parte dele, e raramente como unidade territorial com essa categoria administrativa. Tanto pode significar um centro urbano sede de município de maior dimensão – com cinco torres a encimar o seu brasão, para atestar a classificação de cidade –, como se referir apenas ao que considerámos ser seu centro histórico, ou a um aglomerado menor, até uma aldeia. Surge quase só em transcrições ou no seguimento do mesmo pensamento e, na maioria dos estudos, reporta-se a cidades bem mais extensas e populosas do que as que temos no Algarve. Ressalvadas as proporções, sentimos haver paralelismo entre tais conceitos e o que também verificámos em vários núcleos do Barlavento, ou pareceram-nos ser alguns deles aplicáveis, razão pela qual não hesitámos em recordar tais ensinamentos.

Neste recanto sudoeste da Europa – que fica longe de todas as grandes capitais e faz extensa fronteira com o mar –, os aglomerados urbanos têm uma dimensão incomparável com a de outras cidades estudadas. Os nossos centros históricos não terão o peso e a monumentalidade dos que aí são citados e a nossas aldeias não irão muito além da noção de ‘lugar’. No entanto, em altura dos edifícios e em área, têm uma dimensão mais próxima do homem, o que possibilita um contacto mais directo, um diálogo continuado. O próprio clima facilita a permanência no espaço público: a precipitação é reduzida e a amplitude térmica é baixa – 11°C (Dezembro) e 25°C (Julho/Agosto) –, com “entre cerca de 6 a 12 horas diárias de sol efectivo”, num total de 3339 horas ao longo do ano (OLIVEIRA, Paulo, 2011:3). Por isso, a cumplicidade entre o homem e o lugar onde vive poderia e deveria ser maior.

Todos estes núcleos urbanos reúnem condições para se assumirem como locais atractivos para residentes e visitantes. Tudo está próximo, chega-se a todo o lado, pelos próprios meios, em pouco tempo e com tranquilidade. Nos centros históricos, apenas Aljezur e Monchique são necessariamente atravessadas por estradas nacionais. Nas aldeias: Paderne, Carrapateira, Portelas e Raposeira estão na mesma situação; por Guia, Barão de S. João, Figueira de Portimão, Barão de S. Miguel e Burgau passam igualmente estradas municipais de ligação a outras localidades. Só nas duas vilas, principalmente em Aljezur, e nas três aldeias atravessadas pelas EN 120 ou EN 125, o trânsito é mais intenso. Nos restantes casos e em todos os outros espaços, a circulação

de veículos é secundária, o que torna os núcleos estudados essencialmente pedonais. No seu todo, poderão apresentar-se como uma imensa praça, em que os quarteirões serão os elementos simultaneamente decorativos e funcionais. Ampliando a ideia, uma praça “constituída por um conjunto de subespaços, com maior ou menor identidade”, “onde cada unidade está ligada a uma situação concreta de representação ou função” (DIAS COELHO e LAMAS, 2007:31) e que, pelo seu próprio dinamismo, poderá ser entendida como parte do conjunto ou separadamente.

Do mesmo modo que “a novidade do antigo atrai, cada vez mais, outras gentes, outras economias, outros modos de vida” e “as gentes locais, os edifícios, praças, ruas e os monumentos dos centros históricos tornam-se uma espécie de objectos de culto” (MENEZES, 1999:2), também a ainda maior tranquilidade das aldeias e o mais próximo contacto com a natureza despertam a crescente curiosidade dos turistas. Alguns residentes tiram partido dessa situação, aproveitam o facto de ter sido criada a figura do ‘alojamento local’ (RJIEFET:3, 22.2d) e adaptam as suas moradias, para que “prestem serviços de alojamento temporário a turistas, mediante remuneração” (RJEEAL:2,3). Com isso, conseguem compensar a inexistência ou afastamento das actividades secundárias e terciárias e a falta de empregos, com uma ocupação própria, que lhes restitui a independência económica. Outros vizinhos, com artes e saberes próprios do modo de vida local – artesanato, miniaturas de aprestos, utensílios tradicionais, rendas e malhas –, encontram também maneira de ocupar o tempo, conviver com os interessados e obter algum rendimento na venda desses trabalhos. Com esta preocupação de restaurar a manter cuidadas áreas que haviam estado degradadas – porque a retirada de umas empresas expulsara outras e os empregos – e com a população de novo a acreditar, dá-se o fortalecimento das comunidades locais e consequente valorização também da região (MENDONÇA, Eneida, 2007:159).

Até quase ao fim do terceiro quartel do século XX, boa parte dos centros históricos abrigava algumas actividades produtivas – pequenas unidades fabris e oficinas – e também armazéns, lojas e escritórios, e era fácil o acesso a pessoas e veículos. As casas não tinham garagem, nem havia parques de estacionamento – que dantes não eram necessários –, e os automóveis passaram a ficar estacionados na rua.

Com o passar dos anos, “as ruas não chegam para os carros, os carros prejudicam os peões, o estacionamento nunca chega...”. Ora, quando fica mais difícil a circulação de veículos e se “retira o acesso próximo e fácil de carros, as oficinas e as lojas ressentem-se e mudam-se. Como consequência, as áreas centrais esvaziam-se, arrastando a decadência do ambiente” (PORTAS, 2005:159). Gera-se um conflito entre a acessibilidade das pessoas e a dos veículos, não só nos centros históricos, mas também nas aldeias, para onde algumas oficinas se mudaram.

As ruas começam a ficar desertas, sobra aí o espaço para o estacionamento que falta em zonas que ainda mantêm alguma actividade e todo o centro histórico tende a encher-se, ao longo do dia, de automóveis de quem vem trabalhar ou visitar a cidade. As autoridades locais, na tentativa de reter os residentes, optam por reservar-lhes a totalidade dos espaços de estacionamento e, assim, evitam que andem às voltas, a gastar tempo e a poluir o ambiente, até encontrá-los. Todavia, o facto de os carros estacionados serem apenas de residentes não aumenta o espaço disponível, nem a afluência de pessoas, nem torna mais convidativo o lugar. Pelo contrário, deixa-o mais escuso, igualmente apertado – mesmo para os peões – e retira beleza cénica ao espaço. Se tivermos em conta que grande parte dos residentes é população idosa, de poucas posses e sem carro, estará uma minoria beneficiada com prejuízo dos demais. No entanto, é também esse privilégio, de ter espaço garantido para o carro, que atrai alguns novos moradores.

Torna-se necessário que, em próximas acções de reabilitação, os planos de salvaguarda que venham a ser elaborados pelas entidades administrativas criem um ou mais locais de estacionamento subterrâneo ou integrado, com dimensão bastante para albergar preferencialmente os carros dos residentes e dos utentes dessas zonas. Ao prevalecer o espírito comunitário e com os planos de actividades das autarquias a dar atenção à satisfação das necessidades dos munícipes também neste aspecto, o transporte colectivo ou em táxi poderá voltar a ser preferido. Nessa altura, haverá por certo outra utilidade, mais actual, a dar ao espaço que vier a sobrar nessas grandes garagens.

7.2. Aldeias, centros históricos e espaço público

Uma grande diferença entre uma aldeia e um centro histórico poderá não existir propriamente entre si, mas no que os envolve. Ambos tendem a crescer e, enquanto nada alterar o sistema evolutivo em que vivemos, esse crescimento será um facto. Uma aldeia crescerá com a ocupação de novos terrenos – até agora votados à agricultura ou já expectantes – e poderá instalar aí todo o equipamento que lhe falta. Ao centro histórico não será possível conquistar mais terreno e aí complementar as suas valências, por estar já tudo construído à sua volta. Crescerá, porém, porque esse tecido urbano que o envolve – mais aquilo que incorporou, que foi considerado avançado no tempo e com o tempo perderá funcionalidades – envelhecerá também, e tornar-se-á igualmente testemunho de uma época cada vez mais passada. Nas aldeias, mesmo nas que já têm planos de urbanização e de pormenor elaborados e em vigor, é ainda possível repensar e dar primazia a novas formas de conciliar comodidades e respeito pelo ambiente. Nos centros históricos, os quarteirões estão densamente ocupados, restam poucos logradouros, de dimensão talvez insuficiente para uma intervenção eficaz, e os espaços industriais desactivados quase todos deram lugar a condomínios vários. Qualquer nova opção devidamente integrada parecerá difícil, por falta de espaço onde concretizá-la. Por isso, representará um desafio que entidades administrativas e comunidade residente em devido tempo saberão abraçar.

Embora unidades hoteleiras preencham em parte alguns quarteirões, o seu contacto com o espaço público é quase sempre aberto e ocorre de modo idêntico ao dos restantes estabelecimentos com vocação turística. Nos núcleos estudados não foram encontradas situações semelhantes a *enclaves fortificados*: “espaços privatizados, fechados e vigiados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo”, que, noutras paragens, “atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos” (MENDONÇA, Eneida, 2007:303). Não há condomínios residenciais de grande dimensão, muito diferentes dos demais edifícios habitacionais, nem grandes superfícies e centros comerciais dentro ou paredes-meias com centros históricos ou aldeias. Apenas em Monchique e em Budens, há supermercados, com

parque de estacionamento privativo, à entrada do aglomerado. Os *quarteirões murados*, que “parecem ter em comum os princípios da fragmentação, segregação, alienação e exclusão” (SANTOS, 2010:147), estão todos longe dos centros históricos, em zonas periféricas das três cidades mais junto ao mar e ocupam terrenos que antes também estavam na posse privada. Nesses casos, não terá havido a percepção de que, a breve trecho, tais quarteirões serão também centrais na cidade que cresce.

Cresce a cidade, cresce a aldeia, cresce o centro histórico. Mesmo que, um dia, venha a ser estabelecido um limite de área e de população, a partir do qual os aglomerados não possam mais aumentar, os do Barlavento algarvio estarão ainda muito longe do tamanho em que tal hipotética regra possa ser-lhes aplicável. Os actuais planos de ordenamento do território definem já uma área de expansão, fora da qual a construção de novos edifícios não é autorizada, mas deverão ter uma validade máxima de dez anos e, em cada revisão, novas áreas poderão ser acrescentadas. Além disso, na esteira do que ocorre noutras regiões, o conceito de cidade policêntrica, reconhecido no PROTAlgarve, decerto deixará margem para os ajustes que as circunstâncias do momento vierem a justificar. Num plano superior, será sempre a vontade indomável das forças da natureza, mais do que a maleabilidade das leis dos homens, a impor rumos que o pensamento urbanístico e as equipas pluridisciplinares empenhadas no correcto evoluir das comunidades urbanas não terão delineado para cada caso.

Num cenário que se pretende tranquilo, em que as disposições regulamentares, clarificadas e actualizadas, e os interesses público e privado estabelecem a estratégia, “o que sustenta as cidades de todos os tempos – sejam elas mais históricas ou centrais, ou sejam as periferias sem ‘história’ – são os suportes colectivos” (PORTAS, 2005:195). Quer os designemos por *espaço público*, *infra-estruturas*, *espaços livres* ou *vazios*, são eles que dão acesso ao edificado e o tornam disponível e útil. É através do espaço público – de superfície, subterrâneo ou aéreo – que alcançamos e deixamos cada parcela do espaço privado e é também por esse espaço que a ela chega tudo o que depois pode ser usufruído. É no espaço público – a que também pertence o exterior de cada espaço privado – que a comunidade se revê e se revela. Deve, por

isso, a estrutura urbana pertencente ao domínio público merecer primazia nas preocupações dos municípios.

O ambiente, a mobilidade, a segurança, o convívio, tudo quanto possa induzir na população sentimentos de auto-estima e bem-estar deverão estar na primeira linha de investimento municipal, não apenas em cumprimento dos objectivos de uma unidade operativa de gestão urbanística isolada, mas com a participação aberta dos seus destinatários. Para isso, é preciso conciliar a realidade geográfica (morfologia, clima, património existente), o factor humano (hábitos, capacidades e anseios da população), as tendências sociais (o que residentes e visitantes procuram e esperam) e a evolução tecnológica (saber utilizar o equipamento adequado disponível). Paralelamente e como tarefa imprescindível em cada município, é necessário o conhecimento profundo e actualizado dos vários programas internacionais, comunitários, nacionais e até privados, que possam viabilizar a concretização dos vários projectos com alcance comunitário, quer públicos, quer de particulares. A prévia definição da vocação de cada aglomerado – saber e evidenciar o que o distingue e o torna ‘único’ – e a complementaridade com aglomerados vizinhos, também com forte simbolismo, será o grande argumento para o estabelecimento de parcerias e obtenção de todo o apoio.

A cidade vale pelo todo. Até uma manta de retalhos precisa tê-los articulados de modo lógico, agradável. Na manta, os retalhos são vistos em conjunto e assim contribuem para a harmonia da composição. Na cidade, o caso é diferente: não é vivida de longe, do espaço, não são o desenho e os tons dos quarteirões e logradouros de cada zona que contam. É no solo, ao percorrer o espaço público, que se faz a transição entre o centro histórico, os vários bairros, as zonas novas. São as ruas, as praças e os largos de cada zona, com seus edifícios e perfis diferentes, com os serviços que cada uma proporciona, que contribuem para que o todo corresponda ao que da cidade se espera.

A renovação urbana torna-se mais difícil, à medida que são menos os prédios velhos e já em ruína, e mais os blocos de edifícios, com vários pisos e muitos condóminos. À volta da cidade consolidada até à primeira metade do século XX, que considerámos ser centro histórico, seguiu-se a ocupação de vazios urbanos e a

substituição de quintas por loteamentos e condomínios, principalmente residenciais – porque a zona administrativa e comercial continuava a servir todo o concelho –, muitos deles pensados um a um, como se não fossem interferir no resultado final. Agora, quando reparamos no que faltava na parte mais antiga e no que também não existe nessa nova “não-cidade”, sentimos que “as estreitas relações entre edifícios e ruas ou jardins, que perduraram ao longo dos séculos” (PORTAS, 2005:196) noutras cidades, deverão ser introduzidas dentro do possível, principalmente nas aldeias, como alguns planos de pormenor já preconizam.

Na “preservação da identidade dos Núcleos Históricos, expressa pelo seu património edificado, cultural e social, é indispensável que as operações de reabilitação urbana sejam apoiadas pelas pesquisas histórica e sociológica, perspectivadas numa dialéctica de integração” (Carta de Lisboa, 1995:2). Os três caminhos que têm sido apontados e seguidos são a *renovação urbana* (demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes e sua substituição por edificações de tipologia arquitectónica contemporânea), a *reabilitação* (melhoramento das condições físicas do parque construído e instalação de equipamentos, infra-estruturas e espaços públicos, sem alterar as características da área) e a *revitalização* (relançamento da sua vida económica e social).

Bom seria que bastasse revitalizar, prova de que tudo estaria funcional, apenas a população e o comércio haviam caído na rotina, sem acompanhar as novas tendências sociais e precisasse agora de um impulso. Pior é quando também o espaço público e principalmente o privado se acham degradados, e faltam força anímica e capacidade económica para que cada um trate do que tem à sua guarda. Só um esforço conjunto pode salvar toda aquela área da cidade e a iniciativa tem de partir do seu verdadeiro dono. O município tem o domínio sobre o espaço público e também sobre as parcelas privadas, tanto que cobra imposto municipal sobre imóveis – que “incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizam” (CIMI:art.1) – a que se apresenta como seu titular. A opção deverá ir para a reabilitação: incorpora mais “mão-de-obra do que na construção nova, o que tem efeitos positivos no emprego”,

“custa cerca de metade” e “realiza economias em infra-estruturas e deslocações, além de assegurar a manutenção das estruturas sociais de vizinhança e a identidade cultural da cidade” (Carta de Lisboa, 1995:4,5).

A reabilitação constitui desafio ainda maior quando, no centro histórico, em zonas de urbanização mais recente e, principalmente nas aldeias, há património construído vernáculo ou tradicional a preservar. O “modo de construir emanado da própria comunidade”, com “carácter marcadamente local ou regional” e “uma coerência de estilo, de forma e de aspecto, bem como o uso de tipos arquitectónicos tradicionalmente estabelecidos”, manifestados nesse património, revelam “um conhecimento tradicional da composição e da construção, que é transmitido de modo informal”, e “uma resposta eficaz às necessidades funcionais, sociais e ambientais”. Em cada momento e sem esquecer as gerações vindouras, é importante recordar que aquele património foi conseguido com a “aplicação eficaz das técnicas tradicionais da construção”, porventura as mais adequadas, como resposta ao meio em que se inserem (Carta Património Vernáculo, 1999:I.1).

Este relacionamento com um património diferente de cidade para cidade, de aldeia para aldeia – porque as circunstâncias de lugar, tempo e vontade que o moldaram são únicas no seu conjunto – são, afinal, uma razão para o turismo cultural, que tem registado crescente número de interessados. É óbvio que a Sé, em Silves, e a Igreja de Santo António, em Lagos, bem como os museus das duas cidades e os poucos monumentos que o Barlavento algarvio tem para mostrar nos seus centros históricos – e que os próprios residentes nem todos os conhecem – seriam oferta pouco apelativa, quando comparada com a monumentalidade conhecida noutros destinos. Porém, também a paisagem, conjuntos históricos, sítios naturais e construídos, biodiversidade, acervos e práticas culturais, quer estas sejam tradicionais ou mais recentes, passaram a estar abrangidos pelo conceito de património. Isso, veio dar a maior importância a cada lugar, pois só *in loco* todo esse conjunto de conhecimento e sensações poderá ser apreendido e vivido.

Por detrás do desafio que o turismo cultural representa para residentes e visitantes, está também o facto de que “o património natural e cultural pertence a

toda a humanidade” e “cada um de nós possui direitos e deveres relativamente à compreensão, apreciação e conservação destes valores universais” (Carta Turismo Cultural, 1999). Às comunidades de acolhimento, detentoras e gestoras desse património, cabe preservá-lo e dá-lo a conhecer. Aos visitantes, com igual direito a senti-lo seu e a pronunciar-se sobre ele, cabem as mesmas obrigações. A passagem por um lugar torna-o parte de nós e torna-nos pertença dele. Dá-nos consciência dessa realidade. Por muitos lugares que visitemos, são mais as pessoas que, ao longo dos anos, passam por um lugar; então, assinamos o livro de visitas, não só para cumprir o dever de expressar nossa opinião, mas também para exercer o direito de deixar esse nosso encontro registado.

7.3. Património e partilha

O conceito de património, como qualquer outro, tem variado ao longo do tempo e pode não ser constante em qualquer estudo, por depender da aceção em que é referido e da diferente opinião de cada autor citado. “Qualquer cidade tem elementos característicos que não são necessariamente considerados como património nacional mas que são importantes porque é através deles que o cidadão frequentemente a identifica como a sua ‘terra’” (PORTAS, 2005:160). Nem é preciso chegar a este ponto, porque, em qualquer acervo, o que para uns tem inestimável valor, a outros poderá não interessar.

Quando a amplitude geográfica aumenta – por exemplo Europa fora, com a sua diversidade cultural – a pluralidade de valores fundamentais associados ao património móvel, imóvel e intelectual implica diferentes significados que, por vezes, originam conflitos de interesse. Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, reconhece os seus valores específicos e particulares, com os quais se identifica. A alteração desses valores com o tempo “é, afinal, uma das características do património, ao longo da História” e a sua conservação e restauro têm de ser encarados (Carta de Cracóvia, 2000).

As cidades e as aldeias históricas – em cujo conceito se inserem todas as que incluímos neste estudo – no seu contexto territorial e cada uma em contínua evolução e mudança, devem, “não só verificar a sustentabilidade das opções estratégicas que assumam, como prever o processo de gestão de futuras alterações, ligando as questões da conservação do património aos aspectos económicos e sociais”. A “conexão umbilical entre a valorização do património e a exploração turística, que se vem manifestando nas sociedades contemporâneas” (BAPTISTA, 2010:6) tem duas faces; a opção entre os caminhos a seguir exige constante ponderação. Por isso, “além do conhecimento das estruturas físicas, devem ser estudadas as influências que futuras alterações poderão provocar, bem como os necessários instrumentos para gerir essas alterações”, o que requer “uma estrutura de comunicação que permita uma participação efectiva dos cidadãos no processo, para além dos especialistas e gestores culturais” (carta:8,12). Essa responsabilização da comunidade será conseguida não através da apresentação de orçamentos participativos – que, para 2015, apenas Lagos e Monchique não indicavam tê-los –, mas com a sua participação efectiva na elaboração do orçamento, ao lado dos técnicos e dos eleitos locais.

Este “encorajar todas as pessoas a participar no processo de identificação, estudo, interpretação, protecção, conservação e apresentação do património cultural”, por reconhecer que “o direito ao património cultural é inerente ao direito de participar na vida cultural, tal como definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem”, e também a necessidade de “maior sinergia de competências entre todos os agentes públicos, institucionais e privados interessados” foram acordados pelos Estados membros do Conselho da Europa, em Faro, no âmbito da Capital Nacional da Cultura, em 2005. Esta “Convenção de Faro”, posteriormente aprovada pela Assembleia da República (RAR 47/2008), veio definir que “uma comunidade patrimonial é composta por pessoas que valorizam determinados aspectos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras”, independentemente do regime de propriedade desses bens. Conjunto de recursos herdados do passado, reflexo e expressão de valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução, esses bens resultaram da interacção entre pessoas e lugares

através do tempo (Convenção:1a,d,2,12) e a sua história merece ser registada como num diário e estar disponível para consulta, porque a todos pertence.

Por essa altura, a União Europeia havia começado “uma longa série de reformas cuja origem remonta a 2007, no início da maior crise financeira mundial em 80 anos. Essa crise desestabilizou todo o sistema financeiro e mergulhou a economia em recessão” (PAULO, Sebastian, 2011:7). Tornou-se mais evidente a necessidade de agir em conjunto nos vários sectores da vida comunitária. O 4.º Encontro do Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património, que reuniu 28 países em Viena, em Maio de 2009, apelou a todos os Governos nacionais para que reconhecessem o papel fundamental do património no desenvolvimento de políticas de recuperação económica sustentável, “à semelhança dos exemplos de França, Luxemburgo, Holanda, Noruega e Eslováquia”. Era declarado que “o património faz-nos sentir em casa” e que a sua partilha “é uma componente chave da coesão social e do sentido de comunidade e de integração”. Ao retomar as ideias da Carta de Lisboa, era feito o apelo “à inclusão de um orçamento específico para a conservação/reabilitação de edifícios e sítios históricos nas políticas nacionais de recuperação económica, na medida em que o património é um instrumento eficaz no relançamento da actividade económica e na criação de emprego” (Declaração de Viena, 2009). Logo no mês seguinte, foi assinada uma carta sobre o papel do património cultural na Economia, que reafirmava os mesmos princípios, por considerá-los necessários para o desenvolvimento dos territórios periféricos e afectados por processos de despovoamento (Carta de Bruxelas, 2009).

7.4. Centralidade e informação

A meio da segunda década do século XXI e já com algum tempo para repensar muitas das reformas preconizadas na reflexão dos anos 2008-2011, parece estar muito presente o pensamento de que “a necessidade de poupança de recursos impõe-se à nossa sociedade”, mas sem ter em conta que, “longe de ser um luxo para a

comunidade”, “o património arquitectónico é um capital espiritual, e cultural, económico e social de valor insubstituível”, e a sua utilização “é uma fonte de economias” (Carta de Amesterdão, 1975:3). Embora seja consensual a importância da conservação e reabilitação dos edifícios e do próprio espaço público, são ténues as acções reveladoras da sua oportunidade. Os trabalhos levados a cabo pelos particulares receiam aproveitar a ajuda de programas que vêm de antes da crise e os da administração pública, sujeitos a legislação apertada, não facilitam a esperada ocupação de mão-de-obra local.

Também com o património e, como quase sempre acontece, pensamento e acção poucas vezes andam lado a lado. As jornadas, os encontros e as conferências que se sucedem sobre as mais diversas preocupações ocorrem: umas vezes demasiado cedo e poucos acreditam no que possa vir a acontecer; outras, quando o facto já se passou e dele raramente retiramos ensinamento para casos seguintes. Mesmo quando em cima do acontecimento, não temos coragem de parar e, porque somos avessos a mudanças, continuamos a não dar a atenção devida. É sempre difícil encontrar meio-termo e, ora estamos demasiado longe para sentir correctamente a situação, ora demasiado perto para podermos vê-la na globalidade.

Vai longe o tempo em que se atribuíam pouco valor ao que era velho e se considerava que havia progresso ao substituí-lo por equipamentos, materiais e técnicas mais recentes. Depois, quase caímos no extremo oposto e passou a ser “consensual o reconhecimento de que os ambientes mais ricos da cidade são também os mais antigos” e nem sempre nos apercebemos de que “a qualidade do tecido construído não reside necessariamente na sua longevidade, mas sobretudo no facto de incorporar informação sucessiva ao longo do tempo” (JUSTO, 2014:51).

Normalmente, a cidade que chega até nós começou por ser uma estrutura rural que cresceu gradualmente – em número de moradores, em tamanho e em funcionalidades – e passou a ter uma feição mais urbana, mais semelhante às outras que haviam crescido antes e chamado a si mais população e mais diferentes serviços. Daí, a nossa pergunta inicial sobre a possível relação entre as aldeias e os centros históricos de uma mesma região, neste caso o Barlavento algarvio. Porém, não há

transformação apenas do solo agrícola para as construções que lhe tomam o espaço. Essas construções também dão lugar a outras, a fim de se adaptarem a novas necessidades e à maneira de supri-las, pensada pelos seus novos proprietários; mesmo as que permanecem, aos poucos são alteradas. Até o espaço – público ou privado – muda de aspecto e de função, umas vezes associa-se a outro, outras subdivide-se e, em cada momento, a sua história é o somatório das histórias de cada fase por que passou, umas conhecidas, outras nunca registadas. Amanhã, terá muito mais histórias para contar.

Mesmo no caso da estrutura rural que, com o tempo, veio a ficar urbanizada, a localização da primeira construção terá sido pensada, resultado de uma escolha. Se outras se lhe juntaram e o aglomerado cresceu, terá sido porque, na altura e para o fim em vista, nenhum outro local por perto reunia melhores razões para prevalecer. Assim, “a conceptualização inicial do assentamento urbano é determinada pela eleição de um sítio onde se desenha uma primeira noção de centralidade” e fortalece-se “com a implantação de uma função excepcional” (FERNANDES, Sérgio, 2014:73), a que se juntam outras, e todas contribuem para o aumento da autonomia local. Em princípio, cada aglomerado ocupa uma posição estratégica: quase sempre, pela proximidade de vias de comunicação; outras vezes, precisamente por ficarem longe delas. No caso dos aglomerados do Barlavento, não só as vias terrestres, mas também a ligação ao mar – Albufeira, Silves, Portimão e Lagos – ajudaram esses aglomerados a crescer e a adquirir a centralidade que os tornou sedes de município.

Esta posição excepcional, que atraiu para si a atenção que poderia ter sido repartida entre os vários aglomerados – mas não o foi, pela recíproca vantagem de a maioria dos moradores ter o máximo de serviços ao-pé-da-porta –, beneficia também a praça central em relação aos restantes espaços urbanos. Essa praça assumiu, e pode continuar a desempenhar, “papel de articulação entre diversos tecidos”, embora, cada vez menos, se verifique aí “a concentração das principais funções urbanas” (DIAS COELHO e LAMAS, 2007:32). A manutenção ou recuperação dessa centralidade deverá ser acompanhada da maior atenção para com os espaços convergentes, a fim de evitar “impactos avassaladores sobre as áreas” a que está mais directamente ligada.

Pretende-se que a intervenção elimine o mínimo de “marcas de origem” e que não seja apenas uma recuperação das “feições tradicionais da praça como potencial atração para fins do ‘consumo turístico’” (SANTOS, 2010:156). Isso seria contrariar as regras aprovadas nas diferentes cartas e convenções sobre preservação e valorização do património, seria desperdiçar quase totalmente o investimento efectuado.

A praça central e histórica, capaz de despertar a curiosidade e o interesse dos visitantes e, mais ainda, dos moradores, deverá, ela própria, saber responder às diferentes questões que lhe sejam colocadas. Por outras palavras, dar notícia sobre a cidade. Aplicam-se, então, as mesmas regras da informação jornalística, o que implica saber responder a várias perguntas sobre o aglomerado e, pelo menos, sobre os estádios visíveis da sua história, ou procurar respostas para elas: quando, onde, o quê, por quem, porquê e para quê. Se, nesse espaço central, não for de momento possível instalar, devidamente identificado e livremente acessível, um gabinete que preste a informação que a todos possa interessar – os postos de turismo deverão ser usados como extensão desse gabinete – terá de existir um painel informativo e sinalética que, com simplicidade e rigor, apontem onde encontrá-lo. Por sua vez, a recepção do gabinete deverá ter espaço suficiente para que os interessados possam comodamente consultar a informação que procuram e travar conhecimento com quem, por ter idênticos interesses, por lá se encontre naquele instante. Nas aldeias, também em espaço com centralidade, deverá haver um gabinete com função idêntica e igualmente ligado à competente estrutura municipal.

7.5. Um olhar sobre a realidade encontrada

Por tudo o que, até agora, foi referido e de posse da informação recolhida em cada núcleo estudado, será altura de efectuar uma breve paragem e lançar um olhar rápido sobre a realidade encontrada. Os centros históricos – ribeirinhos em 5 situações (Albufeira e Lagos junto ao mar, Aljezur, Portimão e Silves em cursos de água) – não são rigorosamente centrais, mas, excepto em Aljezur, nota-se ter sido deles que os

actuais aglomerados irradiaram. Ficaram cada vez mais afastados dos terrenos agrícolas, hoje abandonados, e poucos foram os traços de ruralidade que preservaram. As aldeias, que deixaram também de ser ponto de convergência de interesses rurais, pouca actividade diferente receberam e perderam vitalidade. Mesmo as que cresceram, foi mais para servirem de dormitório a quem trabalha na cidade, pouco movimento registam durante o dia e, à noite, as suas ruas ficam desertas. Devido a esta quase constante tranquilidade, nas artérias e recantos mais isolados das aldeias e dos centros históricos, onde as casas são de menor dimensão, alguns moradores deixam na rua equipamento seu e vasos com plantas, que lhes dão o aspecto de espaço comum de convívio e lhes imprimem algum pitoresco.

A imensa pacatez nocturna, comum nos aglomerados do Barlavento, só é quebrada nos meses de verão e em zonas de bares, quase todas coincidentes com os centros históricos e com a área mais central de algumas aldeias. Com a desactivação de pequenas unidades fabris, em que se ocupava parte da população, a não continuação de armazéns de redes e de produtos agrícolas, devido ao declínio das pescas e da actividade rural, e o encerramento de alguns estabelecimentos comerciais, logo que seus proprietários os deixaram, os centros históricos ficaram durante algum tempo abandonados. Sem nova utilização, os edifícios começaram a degradar-se e isso veio possibilitar a ocupação desses espaços devolutos por estabelecimentos de restauração e bebidas, cuja clientela, na altura, procurava alguma discricção e sossego.

O sucesso das primeiras iniciativas, que ainda conseguiram conciliar a procura turística com a última actividade tradicional local – caso da sardinha assada, junto à lota, em Albufeira e em Portimão –, atraiu a abertura de mais restaurantes e de bares, que transformaram quase totalmente esses locais. A pacatez que passara a ter de lugar ao frenesim constante, o aumento do número de bares deixou essas zonas dos centros históricos menos apetecíveis para fins residenciais. No entanto, a par da facilidade que o “licenciamento zero” veio trazer ao exercício da actividade de restauração (DL 48/2011), a posterior fixação de requisitos para instalação de unidades de “alojamento local”, com destaque para as modalidades de “apartamento” e de

“hostel” (RJEEAL:3), e seu aproveitamento poderão garantir maior número de dormidas nos prédios readaptados à nova realidade.

O movimento poderá voltar assim aos centros históricos, já não com uma população permanente de muitas crianças, jovens, adultos e idosos, mas agora com jovens e turistas de passagem – alguns a gozar férias a troco de trabalho –, uns quantos empresários, grande parte estrangeiros, e poucos trabalhadores, também a maioria a mudar em cada temporada. Enquanto isso, a meio da segunda década do século XXI, com excepção de datas festivas, a população local pouco sai à noite e, de dia, usa o espaço público mais para ir aonde necessita do que para permanência e convívio.

A quase exclusiva utilização de uma zona para um fim específico, ou por um grupo determinado, pode torná-la estranha à população residente no resto do aglomerado. Embora contribuam para a economia local – porque os seus utentes também fazem despesa noutras zonas da cidade – convém evitar a existência de espaços a que a prática atribua estatuto diferente. Terá de ser o poder local a criar condições para que todas as zonas, incluindo a histórica, sejam atractivas para toda a população, com a distribuição de serviços, facilidades à instalação de associações locais – culturais, desportivas e recreativas – e de centros de ensino, de modo que o espírito de bairro aberto volte a impor-se, com vantagem para todos. O turista visita um centro histórico ou uma aldeia, não apenas pela originalidade do seu património construído, mas também pelo contacto com o seu modo de vida.

Regularizar o pavimento e colocar algum equipamento que a todos sirva é, desde logo, uma forma de demonstrar atenção por residentes e visitantes. No entanto, nas aldeias e nos centros históricos, as intervenções efectuadas em praças, largos e algumas ruas principais, onde foram colocados bancos e outro mobiliário urbano, por si só não fizeram desses locais espaços de convívio. Nas artérias tornadas pedonais – para livre fruição da população, mas onde se tornou mais difícil andar – acabaram por ser as esplanadas e a colocação de expositores a dar movimento e colorido a esses espaços de permanência e circulação, embora somente onde e quando há mais turistas. A intervenção no pavimento do espaço público, que nos trabalhos de

reabilitação efectuados é a parte mais visível, quando não a única, atrai geralmente a sua ocupação da actividade de restauração e comercial, já existente ou nova, com a extensão até ao exterior. Por vezes, a mancha da área ocupada – de mesas, cadeiras, sombrinhas, toldos e diversa informação publicitária – pretende e consegue chamar, para si e para os seus produtos e serviços, mais atenção do que os vários outros elementos do espaço público.

Assim, os prédios, com sua variedade de fachadas e a dignidade que transmitiam – e que terão sido um dos motivos que levaram à eleição daquele espaço para proporcionar maior fruição aos peões –, acabam por não ser percebidos por quem passa ou permanece nessas esplanadas. É certo que, durante a maior parte do ano, o clima do Barlavento convida à permanência no exterior; por outro lado, a presença de uma mesa com a lista ou de um expositor fora do estabelecimento ajuda a identificá-lo, de longe, com vantagem para empresários e clientela. Todavia, isso não legitima transformar uma rua em apinhada sala de refeições, obviamente sem as condições exigidas ao próprio estabelecimento, quando há, não muito distantes ou no interior desses quarteirões, espaços privados com logradouros, jardins e terraços, devidamente resguardados, igualmente soalheiros e mais adequados. Diferente é o caso de uma praça ou um largo, com dimensão suficiente para comportar também um quiosque e uma esplanada, que, em apoio ao convívio dos seus utentes, sirvam uma bebida, um bolo, uma sandes ou um gelado.

Em quase toda a baixa de Albufeira (Av. 25 de Abril, Rua de S. Gonçalo de Lagos, Largo Cais Herculano, Rua Cândido dos Reis, Travessa da Liberdade e Rua 5 de Outubro), várias artérias da de Lagos (Rua Garrett, Rua Marquês de Pombal, Largo Marquês de Pombal, Rua 25 de Abril e Rua Silva Lopes) e no Largo da Barca, em Portimão, o espaço ocupado com esplanadas e outros interesses privados é superior ao que fica livre para a circulação pedonal. Diferente é o caso da Praça Manuel Teixeira Gomes, em Portimão, que, embora com esplanadas, deixa grande parte disponível e beneficia ainda da variedade de espaços de permanência e circulação pedonal que lhe ficam contíguos. Nos outros centros históricos não há situações de sobrecarga do espaço público e, nas aldeias, mesmo nas mais procuradas na época estival (Guia,

Carrapateira e Burgau), é discreta a ocupação do espaço público. Algumas das actuais ocupações (a esplanada a seguir ao Túnel, em Albufeira e a da Praça Marquês de Pombal, em Lagos) foram criadas pelos próprios municípios, como arranjos urbanísticos destinados a servir o turismo e, à época, eram espaços únicos. Com a viragem do século, compreende-se menos este tipo de operações e espera-se que o espaço público esteja arranjado, equipado com o que for necessário e suficiente, e no resto desimpedido.

Em termos mais latos e nesta mesma perspectiva de valorização do que nos foi legado, há que ter consciência de que “qualquer intervenção urbana, seja de reabilitação, recuperação, conservação, renovação ou expansão faz e desfaz cidade” (VALENTE-PEREIRA, 1987:2), como acontece com tudo o que implique alguma transformação. Ainda que uma construção nada destrua e se limite a juntar peças, mesmo assim cada uma dessas peças, enquanto unida às outras, deixa de valer por si própria, perde individualidade. No entanto, o normal é ter de destruir uma coisa para poder construir outra. Quando se pensa em “reabilitar” – “do lat. *habilitare*, ‘tornar apto’” (MACHADO, José, 1977:197) – isto é, voltar a pôr hábil para servir, hoje e no futuro, a preocupação de como era antes terá de ser tão secundária quanto ponderada. O que hoje se pretende recuperar, conservar, revitalizar, teve já uma longa vida, talvez recheada de momentos em que ora aparentava juventude, ora maturidade, ora decadência; por certo várias vezes se reergueu, umas com mais pujança do que outras, e nada nos garante que a nova intervenção alcançará o resultado desejado.

O desafio estará em conseguir conciliar a recordação de um momento passado – e nem sempre será fácil escolher qual – com a aptidão que lhe reconheçamos no presente e com a perspectiva de que essa nova vitalidade pretendida seja conseguida e possa manter-se por largos anos. Por isso, “o que está em causa na reabilitação não são apenas, nem principalmente, os centros históricos, mas a cidade como meio actual da vida” (VALENTE-PEREIRA, 1987:5). Ao mesmo tempo, não deverá haver um corte radical com o passado recente, pois “o velho café, a ponte, o chafariz, a paisagem natural dentro e em torno do aglomerado urbano, enfim, aquilo a que se poderia

designar por ‘semiologia urbana ou rural’ – conferem ao habitante local o sentimento de segurança das coisa estáveis, dos objectos conhecidos, do ar de família” (PAIS DA SILVA, 1975:28).

Por tudo isto, as intervenções que ocorrem nos centros históricos, mais ainda quando muito abrangentes e lhe introduzem todas as condições já possíveis no momento, podem e quase sempre conseguem proporcionar-lhes nova vitalidade, por colocarem aquela zona tão ou mais actual do que qualquer outra da cidade, com a vantagem de já não ter espaços expectantes e daí resultar um trabalho acabado. No entanto, contribuem para evidenciar outras faltas nas zonas envolventes, consolidadas em épocas menos exigentes e, por isso, também já com muitas carências. Os seus moradores não aceitam bem tanto investimento numa zona quase desabitada, se fica para trás a sua, com muitos mais residentes, contribuintes e votantes. Pior ainda se, em resultado da crise económica que acompanhou a segunda década do século XXI, sabem de antemão que o que falta na sua rua terá muito que esperar.

7.6. A salvaguarda dos valores

Cada cidade, cada aldeia, cada lugar tem uma idade – de intervenção humana – e isso reflecte-se na sua fisionomia. Vale pelo todo, ainda que tenha traços mais vincados e mais agradáveis aqui e ali, ou careça de reabilitação noutros espaços. Não é de esperar que um aglomerado antigo mantenha inalterado cada pormenor do seu passado. Seria de todo impossível. Ainda que cada construção se mantivesse tal qual fora acabada, todas alteraram o cenário existente antes de ter começado a sua construção. E mesmo que todas tivessem sido concluídas ao mesmo tempo, a população já não é a mesma, a actividade económica mudou, os hábitos sociais também. Certamente, já durante a construção do núcleo inicial, aos poucos foram introduzidos alguns melhoramentos que, desde logo, o modificaram. Depois, com toda a naturalidade, cada um ajudou a transformar o local e a criar a amálgama que chegou até nós. Assim, “a cidade só pode ser verdadeiramente compreendida como um

objecto em permanente metamorfose”, apesar de ter havido práticas e usos urbanos que permaneceram “ao longo de décadas, ou mesmo séculos, assistindo à passagem de várias gerações de indivíduos” (DIAS COELHO, 2014:10,19).

Todo o aglomerado urbano está em constante transformação, ainda que, aparentemente, nada nele aconteça. Mesmo sem a presença humana, o tempo e a natureza se encarregam de dar-lhe, cada instante, um visual diferente. Muda com a hora do dia, o estado do tempo, as estações do ano, com o ciclo de vida de animais e plantas que o tenham por habitat, com o seu próprio envelhecimento. Quando é restaurado ou reabilitado, mesmo aí há um antes, um durante e um depois, que o mantêm sempre diferente. Ter limitações e não estar nunca acabado, torna-o perfeito como ser vivo. Merece a devida atenção e, naquilo que o aglomerado urbano tenha de monumental, qualquer intervenção exige acrescida ponderação.

Se o conjunto de casas pode ser quase espontâneo, com as mais antigas construídas sem aprovação prévia das entidades responsáveis pela administração do aglomerado, já a construção ou classificação do tecido ou dos elementos a que foi atribuído valor monumental terão obedecido a critérios mais rigorosos. Cada passo desfaz o anterior e deve ser dado na medida em que nos pareça estar no caminho certo. Isso não significa ser preferível que quase tudo permaneça intocável, porque viver é acompanhar o que decorre à nossa volta. O intercâmbio que fora estabelecido no passado, só perdurará na medida em que a linguagem for actualizada e todos a entendam. Terá de haver relativa cumplicidade entre o património recebido e as gerações a quem cabe administrá-lo, um mútuo respeito, para que seja tirado o máximo proveito da sua presença e do que tem para contar. Há que saber acompanhar o tempo, tem de haver constante diálogo. O aglomerado urbano e o seu centro histórico são o resultado de um “percurso de ziguezagues, de avanços e recuos, de certezas e hesitações, de realizações e de ideais que ficaram por concretizar”, que os moldaram e constituem seu “traço de personalidade” (COSTA, João, 2014:167), que deverá manter e exteriorizar.

Nada existe por acaso, muito menos o património classificado. A sua história é inspiradora e essa é a principal razão para ser preservado. Há traços visíveis que

entendemos de imediato ou preferimos vê-los à nossa maneira, na medida em que sentimos que com eles nos identificamos. Outros, mais discretos, terão de ser revelados e poderá sempre haver curiosidade em conhecer muito mais. A descrição de cada monumento, de cada lugar deverá estar disponível na internet, para poder ser consultada antes ou depois da visita e, com os novos equipamentos, também na sua presença. Mas deverá estar também no local. O espaço público deve ser assumido como tal: ao serviço de todo o público. Antes de servir os particulares e de ampliar o espaço dos seus estabelecimentos, terá de estar livre para a circulação e para informar grande parte do que os passantes terão necessidade ou curiosidade em conhecer. “O centro histórico não deve deixar de testemunhar a sua contemporaneidade” (CHOAY, 2000:15), mas deverá dar também testemunho do seu passado.

A placa toponímica, mais tradicional e devidamente regulamentada em todos os municípios, e a sinalética são dois valiosos instrumentos de informação e orientação. No Barlavento, com excepção de Hortas do Tabual, todos os núcleos estudados têm toponímia; nos centros históricos, todas as artérias têm a respectiva placa e, nas aldeias, têm-na a maioria delas. Há sinalética na generalidade dos cruzamentos e entroncamentos das vias nacionais e municipais e em percursos principais dentro de algumas localidades. Em Paderne, Bordeira e Vila do Bispo há painéis da Via Algarviana e outras rotas pedonais. Aljezur, na Rua 25 de Abril; Silves, na Rua do Castelo; e Portimão, na Praça Manuel Teixeira Gomes e na Rua Diogo Tomé, têm painéis com informação local. Em Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique e Silves há também MUPI com planta da localidade no verso da publicidade. Toda esta informação mostra alguma preocupação com quem chega. Todavia, apenas Lagos e com grafismo próprio, disponibiliza informação turística completa, com texto elucidativo, em português e inglês, junto a monumentos e a edifícios classificados ou de maior interesse. Tem ainda sinalética de proximidade, ao longo de percursos pedonais, com indicação de onde estamos e para onde podemos ir.

Além deste cuidado, porque “a forma da cidade no momento presente é a herança física colectiva de todas as acções individuais que a conformaram no passado” (PROENÇA, 2014:34), também acerca de cada lugar e embora não possa ser tudo

relatado, há que pôr a descoberto alguns desses momentos principais. Assim, no início ou em pontos marcantes de espaços com mais interesse ou que foram alvo de grandes alterações, deverá ser colocado um painel com gravuras e fotografias obtidas desses ângulos, em épocas passadas, como que a testemunhar o seu currículo. Esses poderão ser, simultaneamente, pontos de encontro e deverão estar devidamente assinalados.

Tudo isto se prende com a importância do “espírito do lugar”, que é definido como o conjunto de “elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objectos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar” (Declaração de Quebec, 2008).

Essas informações permitem uma “compreensão mais abrangente do carácter vivo e, ao mesmo tempo, permanente dos monumentos, sítios e paisagens culturais” e tem como primeiros e mais interessados agentes as “comunidades que habitam o lugar”, que o devem preservar e transmitir, através de narrativas, rituais, actuações, experiência e práticas tradicionais, e também de programas educativos, bancos de dados digitais, websites, ferramentas pedagógicas e apresentações multimédia. Neste sentido e para protecção e “desenvolvimento sustentável e social da comunidade”, os autores desta declaração recomendam “a associação e o envolvimento das gerações mais novas, bem como de grupos culturais diferentes associados ao lugar, na tomada de decisões políticas e gestão do espírito do lugar” (9,10).

Todas estas recomendações, produzidas principalmente ao longo das quatro décadas precedentes, foram reafirmadas em 2011, nos “Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos”, com o objectivo de “salvaguardar os valores de cidades históricas e as suas configurações, bem como a sua integração na vida social, cultural e económica dos nossos tempos”, sem esquecer que “as cidades históricas e as áreas urbanas são a prova viva do passado que as formou” (ICOMOS, Paris, 2011). A afirmação de que “a mudança, quando gerida adequadamente, pode ser uma oportunidade para melhorar a qualidade das cidades e das áreas urbanas históricas, com base nas próprias características históricas”, serve

igualmente para as aldeias de que se conheça pouco do seu passado. Não lhe atribuir a atenção que como estrutura viva merece, pode acelerar o seu envelhecimento, levar à perda de habitabilidade e do seu carácter (Princípios de La Valletta, 2011:2c). Vale para as aldeias a mesma certeza – e aqui o recuo vai até 1964, à Carta de Veneza – de que “reabilitar o urbano é restituir a cidade à estima pública” (Declaração do Porto, 2013).

Esta estima tem de ser autêntica. Não se pode olhar o património apenas como meio de manutenção de postos de trabalho e de obtenção de receitas através dos visitantes. Há que senti-lo como um valor que é nosso e a que pertencemos também. Há que ter consciência de que “só se protege aquilo de que se gosta, e só se gosta daquilo que se conhece. Por isso, o primeiro passo é conhecer” (BARBOSA, Pedro, 1998:24). Daí, a afirmação de que importa “conservar vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experiências” e de que a sua sobrevivência “não estará assegurada, se a necessidade da sua protecção não for compreendida pela grande maioria das pessoas e especialmente pelas gerações mais jovens que terão amanhã responsabilidade sobre eles” (Carta Amesterdão, 1975:5). No entanto, porque “não podemos conservar tudo, há que, pelo menos, registar aquilo que existe para que, um dia desaparecido, se possa contar com uma informação” que terá ainda “outra utilidade: só se consegue planear uma intervenção se conhecermos aquilo que temos, e como o temos” (BARBOSA, Pedro, 1998:25). Os municípios, no âmbito das suas atribuições na “promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias”, nos domínios da educação, do património e da cultura (RJALEIAA: 23.1,2d,e), não só deverão promover esse registo, como divulgá-lo junto das escolas, com linguagem própria para os diferentes graus de ensino, em complemento de outros manuais para o estudo da história e do meio.

Como cidadãos do mundo, é importante termos uma noção global da Terra e do universo, acompanharmos o avanço da tecnologia, mas disso tiraremos pouco proveito se não soubermos o que existe imediatamente à nossa volta. Quanto mais vastos forem os nossos interesses, maior terá de ser o nosso conhecimento sobre áreas intermédias, para que os suportem solidamente. De igual forma, será tão mais consistente a nossa opinião sobre a realidade local, quanto mais conhecermos de

outras experiências, de tendências actuais e de como perspectivá-las. Conhecer cada aglomerado do Barlavento algarvio, tal como hoje se apresenta, por si e no contexto sub-regional, ajudará a preencher um dos elos necessários para que as entidades responsáveis e as comunidades locais possam impulsionar no seu território o desenvolvimento harmonioso por todos desejado.

7.7. Conhecer para valorizar

Embora com datas de fundação e percursos diferentes, há paralelismo, com ligeiras diferenças, entre aldeias e centros históricos do Barlavento. Desde logo, a dimensão e disposição do que julgamos serem seus núcleos urbanos iniciais. A calçada em pedra de Monchique nas artérias de menor trânsito, a calçada branca nos passeios, as paredes pintadas de branco, as casas de um só piso nas aldeias e de um ou dois nos centros históricos, a maioria com dois ou três vãos a rasgar a fachada (porta e uma ou duas janelas no rés-do-chão), os quarteirões com uma média de cinco parcelas por frente e as frentes com uma média de 30 metros nas aldeias e 40 metros nos centros históricos, são algumas das características encontradas nas zonas mais antigas dos núcleos estudados.

Com excepção das casas senhoriais, mais nos centros históricos e poucas ou nenhuma nas aldeias, as outras seriam todas de um só piso e muitas foram acrescidas de um primeiro andar quando recuperadas. Nas obras de melhoramento da via pública, o material usado no pavimento varia entre a pedra de Monchique e o alcatrão, conforme a topografia e a densidade de tráfego recomendam. No desenvolvimento urbano e na ocupação do espaço público, principalmente nos centros históricos, as diferenças mais nítidas resultam da localização dos aglomerados na orla meridional ou no Barrocal e na Serra. De qualquer forma, há sempre algum traço que denuncia a identidade local e, ao mesmo tempo, identifica o aglomerado como parcela do Barlavento algarvio.

Realçar esses traços particulares e essas características comuns, de modo a tornar cada aldeia e cada centro histórico peças importantes, no meio em que se inserem e no contexto regional, deverá ser objectivo comum e ser assumido por cada município nos seus planos anuais e a médio prazo. No caso particular dos centros históricos, tendencialmente pedonais, deverão ser entendidos, sentidos e vividos pela comunidade como uma imensa zona de permanência e convívio. A retirada do estacionamento automóvel de superfície, para maior desafogo e valorização cénica, será um primeiro passo. Nos centros históricos e nas aldeias, é necessário que se estabeleça cumplicidade entre o homem e o lugar. O recurso ao alojamento local, que gera maior proximidade entre visitantes e residentes e o aproveitamento do artesanato e da produção artística local, como ocupação de parte da população, são mais duas medidas recomendadas e a desenvolver.

O espaço público, por ser a porção do território que está ao serviço de todos, deverá ter primazia nas preocupações dos municípios. A comunidade deve ter uma participação efectiva na elaboração dos planos e orçamentos, e não pode esquecer a importância das pequenas obras de conservação, com maior utilização de mão-de-obra local e que, nas de maior dimensão, há que evitar impactos sobre as zonas envolventes. Quer nas cidades e vilas, com seus centros históricos, quer nas aldeias, o poder local deverá criar condições para que todas as zonas sejam atractivas e os trabalhos de maior envolvimento deverão destinar-se a servir toda a comunidade.

Reconhecida a importância do turismo cultural, cada aglomerado deverá ter, em ponto central e de fácil acesso, o seu gabinete, com toda a informação de interesse para locais e visitantes. Deverá ser colocada suficiente sinalética de orientação e, no próprio local, informação sobre o património de interesse. A marcação de pontos de encontro, com arranjos e mobiliário urbano convidativos e, onde for possível, a instalação de painéis com fotografias e imagens antigas, que, por si sós, contem a história local, serão outra forma de motivar um demorado passeio pela localidade. A existência de um livro de visitas, para recolha de opiniões e sugestões, permitirá estabelecer um maior relacionamento com os visitantes, no momento e no futuro.

Finalmente, os municípios deverão: fornecer às escolas manuais de apoio com a mais importante informação sobre o espaço público e o património local, em linguagem acessível a cada grau de ensino; e manter a população actualizada sobre toda a intervenção em curso e projectada. Para que a comunidade possa dar o seu contributo e sinta cada obra também sua. Tudo isto, numa visão de conjunto, sem esquecer as pessoas – com sua experiência, capacidades e anseios –, nem o papel e importância que tem também o espaço privado, quer como elemento essencial do território e complementar do espaço público, quer como local de descanso, trabalho e privacidade de cada um.

Bibliografia

- AAVV, 1997, *Ternos Passeios. Um manual para melhor entendimento e fruição dos espaços públicos*, Lisboa, Instituto de Promoção Ambiental/IPAMB e CM Lisboa.
- ALEXANDER, 1967, “Uma cidade não é uma árvore”, in: *Arquitectura, Revista de Arte e Construção*, nº 95.
- ALVES, Teresa, 2008, “Noite e turismo: novas oportunidades para a inovação no território”, in: CAVACO, Carminda (coord.), *Turismo, inovação e desenvolvimento: Actas do I Seminário Turismo e Planeamento do Território*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa.
- ANICA, Arnaldo Casimiro, 1994, *Freguesias, Vilas e Cidades do Algarve (sua antiguidade e população)*, Vila Real de Santo António, Viprensa – Soc. Editora do Algarve.
- ANTUNES, Luís Filipe, 1997, “Contributo para uma percepção jurídico-cultural do Centro Histórico”, in: *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, Publicação semestral, n.º 7, Junho, pp 67-92.
- ARGAN, Giulio Carlo, 2005, *História da arte como história da cidade*, São Paulo, Martins Fontes.
- ARRUDA, Ana Margarida, 1999, “O Algarve nos séculos V e IV a.C.”, in: MARQUES, Maria da Graça (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: Elementos para a sua História*, Lisboa, Edições Colibri, pp 23-31.
- ASCHER, François, 1998, *Metapolis: acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta Editora.
- AUGÉ, Marc, 2007, *Não-Lugares, Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Editora 90º.
- BAPTISTA, Luís Santiago, 2010, “Acções Patrimoniais – As tensões entre a memória e a experiência”, in: *arqa, Arquitectura e Arte*, 82-83, Jul-Ago, pp 6-7.
- BARBOSA, José Maria, 1993, *Da praça pública em Portugal*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.
- BARBOSA, Pedro Gomes, 1998, “Preservação e Memória”, in: AAVV, *O Património Local e Regional, Subsídios para um trabalho transdisciplinar*, Lisboa, Ministério da Educação – Departamento do Ensino Secundário, pp 19-37.
- Beja, Centro Histórico – Plano de Salvaguarda e Recuperação*, 1982, FADEPA.
- BELO, Ruy, 2001, poema “Oh as casas as casas as casas”, in: *Todos os Poemas*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- BRANDÃO, Pedro (coord.), 2002, *O chão da cidade, Guia de avaliação do design do espaço público*, Lisboa, Centro Português de Design.
- BUSTOS ROMERO, Marta, 2001, *A arquitectura bioclimática do espaço público*, Brasília, Editora UnB.
- CALVINO, Italo, 2006, *As Cidades Invisíveis*, 10.ª edição, Lisboa, Editorial Teorema.

- CARDO, Mário, 2000, *Algarve – Aspectos da Geografia Física, a actividade rural e a pesca tradicional no Barlavento*, Lagos, Grupo dos Amigos de Lagos.
- CAVACO, Carminda, 1976, *O Algarve Oriental. As vilas, o campo e o mar*, 2 volumes, Faro, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve.
- CHOAY, Françoise, 2000, *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70.
- CORREIA, José Eduardo Horta, 1989, “A arquitectura do Algarve como expressão privilegiada da sua especificidade cultural”, in: *O Algarve na perspectiva da Antropologia Ecológica*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade do Algarve, pp 135-146.
- COSTA, João Pedro, 2013, “O Quarteirão. Elemento experimental no desenho da cidade contemporânea”, in: DIAS COELHO, Carlos (coord.), *Os Elementos Urbanos*, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da cidade portuguesa, Lisboa, Argumentum, pp 122-143.
- , 2014, “A Monumentalização do tecido. Tempos e perspectivas de um processo dinâmico. O caso de Belém”, in: DIAS COELHO, Carlos (coord.), *O Tempo e a Forma*, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da cidade portuguesa, Lisboa, Argumentum, pp 162-183.
- COSTA, Miguel Reimão, 2003, “Aldeias do Algarve: proposta para uma intervenção à escala local”, in: *Sociedade e Território, Revista de estudos urbanos e regionais*, n.º 36, Dezembro, Edições Afrontamento, pp 28-36.
- COSTA, Miguel Reimão, 2008, *Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve: Forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- COSTA, Miguel Reimão; BATISTA, Desidério, 2011, “A integração dos assentamentos rurais tradicionais nas regiões urbanas: O exemplo do Algarve Central no Sul de Portugal”.
- DIAS, Jacinto Palma; BRISSOS, João, 1994, *O Algarve Revisitado*, Lisboa, Lisboa/94, Festa do Livro.
- DIAS COELHO, Carlos; LAMAS, José (coord.), 2007, *A Praça em Portugal: Inventário de Espaço Público – Continente, Squares in Portugal: Public Space Inventory – Mainland*, Lisboa, DGOTDU.
- DIAS COELHO, Carlos, 2010, “Espaço Público, Cidade e Equidade – Cidade. Património e Sedimentação”, I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitectura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 29 de Novembro a 3 de Dezembro.
- , 2013, “O Tecido. Leitura e interpretação”, in: DIAS COELHO, Carlos (coord.), *Os Elementos Urbanos*, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da cidade portuguesa, Lisboa, Argumentum, pp 12-35.
- , 2014, “Os Tempos da Cidade. Uma metamorfose imperfeita”, in: DIAS COELHO, Carlos (coord.), *O Tempo e a Forma*, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da cidade portuguesa, Lisboa, Argumentum, pp 12-31.
- Estatutos da “Terras do Infante – Associação de Municípios”.
- FADIGAS, Leonel, 1993, *A natureza na cidade: uma perspectiva para a sua integração no tecido urbano*, Tese de Doutoramento em Planeamento Urbanístico, FAUTL.
- FAVA, Sofia, 2009, “Toponímia, código postal e geomarketing”, in: *2^{as} Jornadas de Toponímia de Albufeira*, Albufeira, Município de Albufeira e Comissão Municipal de Toponímia.

- FEIO, Mariano, 1983, *Le Bas Alentejo et l'Algarve*, Évora, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Ana, 2005, *Arquitectura no Algarve, dos primórdios à actualidade, uma leitura de síntese*, CCDR Algarve.
- , 2008, *A Casa Popular do Algarve, espaço rural e urbano, evolução e actualidade*, CCDR Algarve.
- FERNANDES, Mário Gonçalves, 2002, *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança), 1852/1926*, Volume I, Tese de Doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERNANDES, Sérgio Padrão, 2013, “O Traçado. O sítio e a forma da cidade”, in: DIAS COELHO, Carlos (coord.), *Os Elementos Urbanos*, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da cidade portuguesa, Lisboa, Argumentum, pp 36-57.
- , 2014, “Fundação e Evolução dos traçados urbanos. Matrizes elementares de assentamento e derivações complexas”, in: DIAS COELHO, Carlos (coord.), *O Tempo e a Forma*, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da cidade portuguesa, Lisboa, Argumentum, pp 70-93.
- FERRÃO, João, 2000, “Relações entre mundo rural e mundo urbano, Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro”, in: *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, pp 45-54.
- FERREIRA, Eduarda, 2000, “Apontamentos sobre o lazer e o património urbano edificado no centro histórico de Vila Nova de Gaia”, in: *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série*, Vol. XV/XVI, Porto, pp 117-129.
- FLORES, Joaquim António, 2003, “Planos de Salvaguarda e Reabilitação de <Centros Históricos> em Portugal”, VIII Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico – Centros Históricos e Planos Municipais de Ordenamento do Território, Porto.
- FORMOSINHO, José, 1945, “Concurso de Chaminés Algarvias”, in: *Jornal de Lagos*, 10 de Fevereiro.
- FRANÇA, José-Augusto, 1973, O “D. Sebastião” de João Cutileiro”, in: *Colóquio artes*, 14 (2ª Série), pp 41-44.
- FREITAS, Joana Isabel, 2010, *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)*, Tese de Doutoramento em História, Especialidade de História Contemporânea, FLUL.
- GEHL, Jan, 2006, *La Humanización del Espacio Urbano – La vida social entre los edificios*, Barcelona, Editorial Reverté.
- GEHL, Jan; GEMZOE, Lars, 2002, *Novos espaços urbanos*, Barcelona, Gustavo Gili.
- GOMES, Carlos; FERREIRA, Rodrigo, 2005, *Flora e Vegetação do Barrocal Algarvio (Tavira – Portimão)*, CCDR Algarve.
- GONÇALVES, Jorge, 2006, *Os espaços públicos na reconfiguração física e social da cidade*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora.
- GOUVEIA, A. de Medeiros, 1938, *Algarve (Aspectos Fisiográficos)*, Lisboa. (Tese de Doutoramento em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

- GUEDES, Éllida Neiva, 2010, “Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses”, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/>.
- GUERREIRO, Maria Rosália, 2001a, “Espaços públicos centrais, estrutura urbana e território. Os largos e as praças de Lisboa até ao século XVII, génese e formação”, in: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.), *A Praça na Cidade Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, pp 17-26.
- , 2001b, *O território e a edificação – O Papel do Suporte Físico Natural na Génese e Formação da Cidade Portuguesa*, Dissertação de Mestrado em Desenho Urbano, Lisboa, ISCTE.
- HEIDEGGER, Martin, 1992, *Que é uma coisa? – Doutrina de Kant dos Princípios Transcendentais*, Lisboa, Edições 70.
- HENRIQUES, Tito Olívio, 1983, *Roteiro do Algarve – Cidades, Vilas e Aldeias*, Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve.
- HERCULANO, A., 1873, *Opusculos*, Tomo II, Lisboa.
- INNERARITY, Daniel, 2006, *O Novo Espaço Público*, Teorema.
- JUSTO, Rui, 2014, “O Diacronismo do tecido. 100 anos do quarteirão do Monumental”, in: DIAS COELHO, Carlos (coord.), *O Tempo e a Forma*, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da cidade portuguesa, Lisboa, Argumentum, pp 50-69.
- KOSTOF, Spiro, 1991, *The City Shaped – Urban Patterns and Meanings Through History*, London, Thames & Hudson.
- KRIER, Léon, 1999, *Arquitectura: Escolha ou Fatalidade*, Lisboa, Estar-Editora.
- KRIER, Robert, 1981, *El espacio urbano*, Barcelona, Gustavo Gili.
- LAGO, Patrícia, 2007, *A utilização de quarteirões-tipo nas estratégias de regeneração urbana nos centros históricos – Significado das variáveis morfológicas na viabilidade económico/financeira das intervenções*, Dissertação de Mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental, FAUTL.
- LAMAS, José M. Garcia, 1993, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- LEITE, João Silva, 2013, “A Parcela. Um instrumento de leitura dos elementos lineares emergentes”, in: DIAS COELHO, Carlos (coord.), *Os Elementos Urbanos*, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da cidade portuguesa, Lisboa, Argumentum, pp 144-163.
- Lista Telefónica (Algarve, 2003/2004).*
- LOPES, João Baptista da Silva, 1988, *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 2 volumes, Faro, Algarve em Foco Editora.
- LOUSADA, Maria Alexandre, 2008, “Praça e sociabilidade: Práticas, representações e memórias”, in: FARIA, M.F. (coord.), *Praças Reais – Passado, Presente e Futuro*, Lisboa, Livros Horizonte, pp 45-56.
- LYNCH, Kevin, 1972, *What time is this place?*, Massachusetts and London, England, The MIT Press Cambridge.
- , 1999, *A Boa Forma da Cidade*, Lisboa, Edições 70.
- MACHADO, António José, 1993, *A unidade e multiplicidade do “espaço-rua” como suporte do crescimento*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, FAUTL.

- MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1970, *O Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Edições Cosmos.
- MALOBIA, Patrícia, 2009, *Estoi. Identidade e transformação*, Faro, CM Faro.
- MATTOSO, José; DAVEAU, S.; BELO, Duarte, 2011, *Portugal, O Sabor da Terra*, Temas e Debates, Círculo de Leitores.
- MAYUMI, Lia, 2005, “A cidade antiga nos CIAM, 1950-59”, 6.º Seminário DOCOMOMO Brasil, Niterói, 16 a 19 de Novembro.
- MENDONÇA, Eneida, 2007, “Apropriações do espaço público: alguns conceitos”, Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, v7, n2, pp 296-306.
- MENDONÇA, Nuno José, 1987, “A <paisagem urbana>”, in: *A cidade em Portugal: Onde se vive*, Povos e culturas 2, Universidade Católica Portuguesa, pp 545-558.
- MENEGUELLO, Cristina, 2005, “O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos”, in: *Património, Revista Electrónica do IPHAN*.
- MENEZES, Marluci, 1999, “Centro Histórico, Mito ou realidade efémera?”, Lisboa, LNEC.
- MESQUITA, José Carlos Vilhena, 1989, *História da Imprensa do Algarve*, 2 volumes, Faro, CCDR Algarve.
- , 2006, “O Monografismo Algarvio – O pioneirismo de Ataíde Oliveira”, in: *AL’ULYA, Revista Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 11, pp 199-214.
- MONTEYS, Xavier, 2013, “O edifício comum. Casas lisboetas”, in: DIAS COELHO, Carlos (coord.), *Os Elementos Urbanos*, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da cidade portuguesa, Lisboa, Argumentum, pp 188-205.
- NABAIS, António, 1990, “Património Cultural”, in: *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Volume II, Lisboa, Publicações Alfa, pp 84-86.
- NORAS, José Miguel, 2011, *Contributos dos Municípios para a Salvaguarda do Património*, Tese de Doutoramento em História, Especialidade em História Regional e Local, FLUL.
- OLIVEIRA, Francisco, 2008, *O Chão da cidade – O Plano esquecido. A Arquitectura do Chão e a Formação de uma Impressão Digital Urbana, o Caso de Lisboa*, Tese de Doutoramento, FAUTL.
- OLIVEIRA, Paulo, 2011, “Considerações sobre o clima do Algarve”, disponível em: <http://www.drapalg.min-agricultura.pt/>.
- PADRÃO, Cabeça, 1966, *Prospecção, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitectónicos Notáveis, em Áreas Urbanas e Marginais Viárias, na Região do Algarve*, Albufeira.
- PAIS DA SILVA, Jorge Henrique, 1975, *Pretérito Presente (Para uma teoria da preservação do Património Histórico-Artístico)*, Lisboa.
- PAIVA, Bartolomeu, 2012, *Design e Urbanidade – CumpliCidades do Programa Polis*, Tese de Doutoramento em Design, Lisboa, FAUTL.
- PAIVA, José Vasconcelos; AGUIAR, José; PINHO, Ana (coord.), 2006, *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*, Lisboa, Instituto Nacional de Habitação, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- PANERAI, Philippe, 2006, *Análise Urbana*, Editora UnB.

- PAULA, Frederico Mendes, 2000, “Lagos – A defesa do Centro Histórico”, in: *Revista Centros Históricos*, Ano I – II Série, n.º 4 – Jul/Set (trimestral), pp 28-30.
- PAULO, Luísa Maria, 2009, *A reabilitação do património como factor de desenvolvimento local: o modelo de aldeia sustentável*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, FAUTL.
- PAULO, Sebastian, 2011, *A Europa e a Crise Financeira Mundial: Balanço da resposta política da EU*, Representação da Comissão Europeia em Portugal.
- PEIXOTO, Paulo, 2003, “Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades”, Texto apresentado no colóquio *A cidade entre projectos e políticas*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 30 de Junho, pp 211-226.
- PEREIRA, António, 1987, *Notícias do Mar*, 3.ª Edição, Faro, Algarve em Foco Editora.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, 1982, Prefácio a *Beja, Centro Histórico – Plano de Salvaguarda e Recuperação*, FADEPA.
- PESSOA, Fernando, 1934, poemas “Padrão” e “Mar Português”, in: *Mensagem*.
- PORTAS, Nuno, 2005, *Os Tempos das Formas*, Vol. I: *A Cidade Feita e Refeita*, Guimarães, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho.
- PROENÇA, Sérgio Barreiros, 2013, “A Rua. Os tipos morfo-toponímicos de Lisboa”, in: DIAS COELHO, Carlos (coord.), *Os Elementos Urbanos*, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da cidade portuguesa, Lisboa, Argumentum, pp 100-121.
- , 2014, “A Resistência da forma urbana. A persistência dos traços na forma da cidade”, in: DIAS COELHO, Carlos (coord.), *O Tempo e a Forma*, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da cidade portuguesa, Lisboa, Argumentum, pp 32-49.
- RAMONEDA, Josep, 1999, Prólogos de Josep Ramoneda en los catálogos del CCCB – Exposición <La reconquista de Europa. Espacio público urbano, 1980-1999> p 1/1.
- RAMOS, Paulo Oliveira, 2005, “O Alvará Régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1.º Marquês de Abrantes”, in: *Discursos*, III Série, N.º 6, Universidade Aberta, Lisboa, pp 87-97.
- RAPOPORT, Amos, 1990, *The Meaning of the Built Environment: a nonverbal communication approach*, The University of Arizona Press.
- REALINHO, António João, 2010, *A Iniciativa Comunitária LEADER como modelo de Desenvolvimento Rural: O seu contributo para a valorização do património urbanístico dos territórios rurais*, Tese de Doutoramento em Urbanismo, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- RIBEIRO, Luís Niza, 2006, “Aljustrel, Uma Aldeia com Futuro”, Jornadas Aljustrel e Valinhos, O outro pulmão do Santuário de Fátima, 29 de Abril.
- RIBEIRO, Orlando, 1945, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, Coimbra Editora.
- , 1991, *Opúsculos Geográficos*, IV volume, *O mundo rural*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROCHA, Manuel João Paulo, 1991, *Monografia de Lagos*, Faro, Algarve em Foco Editora.
- RODRIGUES, Maria João Madeira, 2002, *Arquitectura*, Lisboa, Quimera.
- ROSSA, Walter, 1995, “A cidade portuguesa”, in: *História da Arte Portuguesa*, Direcção de Paulo Pereira, Volume III, Círculo de Leitores, pp 233-323.
- ROSSI, Aldo, 2001, *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Edições Cosmos.

- SALGUEIRO, Teresa Barata, 1999, *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Thereza Carvalho, 2010, “Espaço público, morfologia e fragmentação – Rupturas e mutações no ordenamento do território”, *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitectura e Urbanismo*.
- SECCHI, Bernardo, 2006, *Primeira lição de urbanismo*, Editora Perspectiva.
- SERDOURA, Francisco, 2006, *Espaço Público, Vida Pública. O caso do Parque das Nações*, Tese de Doutoramento em Planeamento Regional e Urbano, Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa.
- SIEBER, Tim, 2008, “Ruas da cidade e sociabilidade pública: um olhar a partir de Lisboa”, in: CORDEIRO, Graça Índias; VIDAL, Frédéric (organizadores), *A Rua – Espaço, Tempo, Sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte, pp 47-64.
- SILVA, Henrique Dias da, 2012, “Reformas Administrativas em Portugal desde o Século XIX”, in: *JURISMAT*, Portimão, n.º 1, pp 65-97.
- SILVA, José Miguel, 2013, “A Praça. A reinterpretação do espaço público na valorização dos conjuntos patrimoniais no século XX”, in: DIAS COELHO, Carlos (coord.), *Os Elementos Urbanos*, *Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da cidade portuguesa*, Lisboa, Argumentum, pp 82-99.
- SIMÕES, José Manuel, 2011, “Património, Território e Turismo”, in: *Património. Estudos. Revista do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico*, n.º 11, pp 123-132.
- SITTE, Camillo, 1996, *L’Art de bâtir les villes. L’urbanisme selon ses fondements artistiques*, Éditions du Seuil.
- SOLÀ-MORALES, Manuel, 1997, *Las formas de crecimiento urbano*, Barcelona, Edicions UPC.
- SCRUTON, Roger, 2001, “A importância dos candeeiros e das cabinas telefónicas”, in: *Paradigma urbano – as cidades do novo milénio*, MAGNET, Myron (ed.), pp 407-416.
- TEIXEIRA, Manuel C., 2001, “Introdução”, in: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.), *A Praça na Cidade Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, pp 9-16.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro, 2007, “Dar vida às aldeias”, entrevista à Rádio Fóia, in: *Jornal de Monchique*, 3 de Abril.
- TRINDADE, Luísa, 2013, “A Malha. Fazer cidade no Portugal medieval: agentes, programa e execução”, in: DIAS COELHO, Carlos (coord.), *Os Elementos Urbanos*, *Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da cidade portuguesa*, Lisboa, Argumentum, pp 58-81.
- VALENTE-PEREIRA, Luz, 1987, *Reabilitar o urbano ou como restituir a cidade à estima pública*, Lisboa, LNEC.
- VARANDA, Fernando, 1999, *Compêndio Elementar de Prática de Urbanismo*, Lisboa.
- VASCONCELLOS, José Leite de, 1995, *Etnografia Portuguesa*, volume II, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- , 1997, *Etnografia Portuguesa*, volume III, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da, 2005, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, Volumes I e III, Faro, Universidade do Algarve.

- VIDAL, Frédéric, 2008, “A rua como lugar de referência. Identificando domicílios em Lisboa no século XIX”, in: CORDEIRO, Graça Índias; VIDAL, Frédéric (organizadores), *A Rua – Espaço, Tempo, Sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte, pp 65-78.
- VIEIRA, Alexandra, 2007, “A Valorização do Património Cultural”, V Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural, Fórum da Maia, 25 a 27 de Outubro.
- VIEIRA, Eduarda, 2013, “O Quarteirão das Cardosas e os Valores do Património”, in: [HTTP://WWW.PUBLICO.PT/](http://www.publico.pt/), 13 de Novembro.
- Vigência de instrumentos de planeamento elaborados antes do Decreto-Lei nº 69/90*, Nota técnica nº 1/2011, DGOTDU.
- WISEU, Albano Augusto, 2007, *Memórias históricas de um espaço rural: três aldeias de Trás-os-Montes (Coleja, Cachão e Romeu), ao tempo do Estado Novo*, Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ZÁRATE MARTIN, Antonio, 1991, *El espacio interior de la ciudad*, Madrid, Ed. Síntesis.

Dicionários e Vocabulários:

- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume I, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada – “Aldeia”, pp 826-827.
- MACHADO, José Pedro (coord.), 1996, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Volume I, Lisboa, Círculo de Leitores – “Aldeia”, p 184.
- MACHADO, José Pedro, 1977, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª edição, Terceiro Volume, Lisboa, Livros Horizonte – “Habilitar”, p 197.
- SILVA, Antonio de Moraes, 1891, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 8ª edição, Volume II, Lisboa, Empresa Litteraria Fluminense – “Paíz” p 462, “Património” p 496, “Quarteirão” p 633, “Tradição” p 918.
- Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território*, 2005, Lisboa, DGOTDU.

Legislação Nacional, Regulamentação Municipal e Recomendações Internacionais:

- Código Administrativo de 1836.
- Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1838.
- Código Administrativo de 1842.
- Código Administrativo de 1878.
- Código Administrativo de 1896.
- Decreto de 16 de Junho de 1910.
- Constituição Política da República Portuguesa de 1911.
- Código Administrativo Português de 1924.

Lei n.º 1670, de 15 de Setembro de 1924.
Decreto n.º 12596, de 3 de Outubro de 1926.
Constituição Política da República Portuguesa de 1933.
Decreto-Lei n.º 27061, de 31 de Outubro de 1936.
Código Administrativo de 1940.
Lei n.º 2032, de 11 de Junho 1949.
Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de Agosto de 1951 (RGEU).
Decreto-Lei n.º 49268, de 26 de Setembro de 1969.
Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de Abril.
Decreto-Lei n.º 560/71, de 17 de Dezembro.
Decreto-Lei n.º 561/71, de 17 de Dezembro.
Decreto-Lei n.º 8/73, de 8 de Janeiro.
Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de Junho.
Constituição da República Portuguesa de 1976.
Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro.
Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro.
Decreto-Lei n.º 189/79, de 22 de Junho.
Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de Setembro (1ª revisão CRP).
Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio.
Lei n.º 11/82, de 2 de Junho.
Lei n.º 13/85, de 6 de Julho.
Portaria n.º 150/86, de 15 de Abril.
Decreto-Lei n.º 4/88, de 14 de Janeiro.
Decreto-Lei n.º 241/88, de 7 de Julho.
Decreto Regulamentar n.º 37/88, de 26 de Outubro.
Lei Constitucional n.º 1/89, de 8 de Julho (2ª revisão CRP).
Decreto-Lei n.º 426/89, de 6 de Dezembro.
Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março.
Despacho Normativo n.º 23/91, de 29 de Janeiro.
Decreto Legislativo Regional n.º 13/92/A, de 14 de Maio.
Portaria n.º 1007/93, de 12 de Outubro.
Decreto-Lei n.º 105/96, de 31 de Julho.
Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro.
Decreto n.º 39/98, de 29 de Outubro.
Decreto n.º 2/99, de 30 de Janeiro.
Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Decreto n.º 53/99, de 22 de Novembro.

Decreto n.º 56/99, de 26 de Novembro.

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro (RJUE).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2002, de 12 de Abril.

Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro (CIMI).

Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio.

Lei Constitucional n.º 1/2005 (7ª revisão CRP).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007, de 3 de Agosto (PROT Algarve).

Lei n.º 37/2007, de 14 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março (RJIEFET).

Decreto n.º 10/2008, de 26 de Maio.

Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008, de 12 de Setembro.

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro.

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro.

Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril.

Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio.

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro.

Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (RJALEIAA).

Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio (LBGPPSOTU).

Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de Agosto (RJEEAL).

Portaria n.º 22/2015, de 8 de Fevereiro.

ALBUFEIRA

PDMABF – Plano Director Municipal – Deliberação n.º 871/2008, *DR 2.ª série, 25 de Março*.

Postura Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, 1993.

PPPP – Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores – Deliberação nº 2013/2008, *DR 2.ª série, 25 de Janeiro*.

PUCA – Plano de Urbanização da Cidade de Albufeira – Aviso n.º 12159/2013, *DR 2.ª série, 1 de Outubro*.

PUFMCA – Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira – Aviso n.º 2118/2013, *DR 2.ª série, 11 de Fevereiro*.

ROEPM – Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Albufeira, 2013.

ALJEZUR

PDMAJZ – Plano Director Municipal – Aviso n.º 3571/2008, *DR 2.ª série, 13 de Fevereiro*.

Regulamento de Toponímia do Concelho de Aljezur, 1993.

LAGOA

PDMLA – Plano Director Municipal – Aviso n.º 3872/2012, *DR 2.ª série, 12 de Março*.
PULA – Plano de Urbanização – Aviso n.º 11622/2008, *DR 2.ª série, 15 de Abril*.
Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho de Lagoa, 2004.
RMUELA – Urbanização e Edificação – Regulamento n.º 732/2010, *DR 2.ª série, 8 de Setembro*.

LAGOS

PDML – Plano Director Municipal (Proposta) 2014 – disponível em: <http://www.cm-lagos.pt/>
PGUL – Plano Geral de Urbanização – Aviso n.º 12953/2012, *DR 2.ª Série, 27 de Setembro*.
PPALM – Plano de Pormenor de Almádena – Aviso n.º 12855/2013 – *DR 2.ª série, 21 de Outubro*.
PPBSJ – Plano de Pormenor de Barão de São João – Anúncio n.º 993/2008 – *DR 2.ª série, 18 de Fevereiro*.
PPESP – Plano de Pormenor de Espiche – Anúncio n.º 964/2008 – *DR 2.ª série, 14 de Fevereiro*.
PPPTL – Plano de Pormenor das Portelas – Anúncio n.º 994/2008 – *DR 2.ª série, 18 de Fevereiro*.
PPSGÇ – Plano de Pormenor do Sargaçal – Aviso n.º 26854/2008 – *DR 2.ª série, 10 de Novembro*.
Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia de Lagos, 2004.

MONCHIQUE

PDMM – Plano Director Municipal – Aviso n.º 26493/2008, *DR 2.ª série, 5 de Novembro*.
Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia de Monchique, 2010.

PORTIMÃO

ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Portimão – disponível em: <http://www.cm-portimao.pt/>
PDMP – Plano Director Municipal – Aviso n.º 14572/2010 – *DR 2.ª série, 22 de Julho*.
Regulamento Toponímico do Município de Portimão, 2003.
ROVPMP – Regulamento de Ocupação da Via Pública do Município de Portimão, 2013.

SILVES

PDMS – Plano Director Municipal – Rectificação n.º 1684/2008, *DR 2.ª série, 22 de Julho*.
PEDS – Plano Estratégico de Desenvolvimento de Silves, 2009.
Regulamento de Toponímia do Município de Silves, 2005.

VILA DO BISPO

PDMVB – Plano Director Municipal – Regulamento n.º 392/2008 – *DR 2.ª série, 16 de Julho.*

PGUVB – Declaração (SEALOT) – *DR II série, 15.10.1991.*

PPR – Declaração (SEALOT) – *DR II série, 4.6.1991.*

PPUBSM – Declaração (SEALOT) – *DR II série, 3.12.1991.*

Projecto de Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia, 2010.

Carta de Atenas, sobre o Restauro dos Monumentos, 1931.

Carta de Atenas, IV Congresso do CIAM, 1933.

Carta de Veneza, sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, 1964.

Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, Paris, 1972.

Carta Europeia do Património Arquitectónico, Amesterdão, 1975.

Recomendação de Nairóbi, 1976.

Carta Internacional de Salvaguarda das Cidades Históricas, Washington, 1987.

Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada, 1995.

Carta sobre o Património Construído Vernáculo, ICOMOS, Cidade do México, 1999.

Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, ICOMOS, Cidade do México, 1999.

Carta de Cracóvia, Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, 2000.

Declaração de Québec, sobre a preservação do "Spiritu loci", 2008.

Declaração de Viena/2009 – Um Incentivo ao Património em Período de Recessão Económica.

Carta de Bruxelas, sobre o Papel do Património Cultural na Economia, 2009.

Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos, ICOMOS, Paris, 2011.

Declaração do Porto, ICOMOS-Portugal, 2013: um olhar de hoje sobre as dinâmicas da conservação e reabilitação de cidades históricas.

Consultas em suporte electrónico:

ALDEIASDOXISTO – <http://aldeiasdoxisto.pt/artigo/3018>

ANCSA – <http://www.portovivosru.pt/pt/centro-historico/premios>

APMCH – <http://www.apmch.pt/>

APMCH – <http://www.apmch.pt/#!premio-alexandre-herculano/co71>

ARPA – <http://www.jcyl.es/web/jcyl/ARPA/es/Plantilla66y33/1267295103271/>

CCDR: Planos – <http://www.ccdr-alg.pt/site/info/planos-municipais-ordenamento-territorio>

ccvalg – <http://www.ccvalg.pt/public/cont.php?id=3&subid=5>

DGPC – <http://www.patrimoniocultural.pt/>
DGT – http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual/Cart_50K.asp
forumalbufeira – http://forumalbufeira.blogspot.pt/2009/03/blog-post_11.html
ICOMOS – <http://www.international.icomos.org/>
ICOMOS – <http://www.icomos.org/>
ICOMOS – <http://www.icomos.pt/>
IGEEOE – <http://www.igeoe.pt/igeoesig/>
IHRU – http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/premios/premioihru/premio_ihru.html
INE – https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013
IPHAN – <http://portal.iphan.gov.br/>
JF-ALTE – http://jf-alte.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=87&catid=40&Itemid=50
JORNALAGUARDA – <http://www.jornalaguarda.com/index.php/regiao/figueira-de-castelo-rodrigo/1205-premio-internacionalizacao-do-patrimonio-para-aldeias-historicas-de-portugal>
MAISEVORA – <http://maisevora.blogspot.pt/2007/09/14-aldeias-tursticas-integram-rede.html>
MINHA TERRA – <http://www.minhaterra.pt/>
MONSANTO – <http://radiomonsanto.pt/monsanto-aldeia-mais-portuguesa-de-portugal.php>
NOSTRA – http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=2764
PNRU – <http://www.arquitectos.pt/index.htm?no=4040525343>
Protalgarve – http://www.prot.ccdr-alg.pt/Storage/pdfs/Volume_II_ANEXO_H.pdf
QREN – [http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_Aldeias%20\(Memoria%20Descritiva%20Provere%20das%20Aldeias%20Historicas\).pdf](http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_Aldeias%20(Memoria%20Descritiva%20Provere%20das%20Aldeias%20Historicas).pdf)
RECRUA – <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/historico/premios/premiorecrua.html>
Revistapunkto – <http://www.revistapunkto.com/2014/04/e-pur-si-muove-icomos.html>
VILALVA – http://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A9mio_Vasco_Vilalva_para_a_recupera%C3%A7%C3%A3o_e_valoriza%C3%A7%C3%A3o_do_patrim%C3%B3nio
wikienergia – http://wikienergia.com/~edp/index.php?title=Categoria:Distrito_de_Faro

ANEXOS

Índice

Mapas do Algarve:	275
A Serra, o Barrocal e o Litoral / Unidades territoriais (fonte PROTAlgarve)	
Mapa do Barlavento Algarvio: Localização	276
Plantas: Perímetros urbanos das sedes de concelho	277
Plantas: Os 30 núcleos – topografia	279
Plantas: Identificação dos espaços em cada núcleo	285
Albufeira – 111 / Guia – 131 / Paderne – 151 / Aljezur – 210-211 / Bordeira – 221 / Carrapateira – 222 / Lagoa – 341 / Barão de São João – 411 / Almádena – 431 / Espiche – 432 / Lagos – 401-451-460 / Portelas – 463 / Sargaçal – 464 / Alferce – 511 / Marmeleite – 521 / Casais – 532 / Monchique – 530-533 / Montes de Alvor – 612 / Figueira – 621 / Portimão – 630-633 / São Marcos da Serra – 761 / Silves – 770-771 / Barão de São Miguel – 811 / Budens – 821 / Burgau – 822 / Figueira – 823 / Vale de Boi – 825 / Raposeira – 831 / Hortas do Tabual – 832 / Vila do Bispo - 852	
Plantas: Identificação dos Quarteirões e da zona antiga em cada núcleo	317
Albufeira – 111 / Guia – 131 / Paderne – 151 / Aljezur – 210-211 / Bordeira – 221 / Carrapateira – 222 / Lagoa – 341 / Barão de São João – 411 / Almádena – 431 / Espiche – 432 / Lagos – 401-451-460 / Portelas – 463 / Sargaçal – 464 / Alferce – 511 / Marmeleite – 521 / Casais – 532 / Monchique – 530-533 / Montes de Alvor – 612 / Figueira – 621 / Portimão – 630-633 / São Marcos da Serra – 761 / Silves – 770-771 / Barão de São Miguel – 811 / Budens – 821 / Burgau – 822 / Figueira – 823 / Vale de Boi – 825 / Raposeira – 831 / Hortas do Tabual – 832 / Vila do Bispo - 852	
Plantas: Largos e Praças	349

Plantas: Praças	350
Alçados:	352
1 – Albufeira – 11127 / 2 – Barão de São João – 41124 / 3 – Espiche – 43221 / 4 – Casais – 53202 / 5 – Figueira – 82316 / 6 – Figueira – 82316 / 7 – Figueira – 82319 / 8 – Vale de Boi – 82510 / 9 – Hortas do Tabual – 83203	
Fotografias	360
Quadros:	367
001 Núcleos do Barlavento (freguesias antes de 2014)	
002 Cidades, vilas, concelho e freguesias (criados ou elevadas séc. XX e XXI)	
003 Cidades, vilas e aldeias do Algarve (sedes de freguesia até 2013)	
004 Censos: 2001-2011 – habitação e população	
005 Habitação e população: variação 2001 – 2011	
006 Moradores por edifício e pessoas por família: 2001 e 2011	
007 População em 2011 – por idades	
008 População em 2011 – Habilitações e ocupação	
009 População residente (percentagens)	
010 Edifícios existentes em 2011 – anos de construção	
011 Edifícios – datas da construção percentagens	
012 Núcleos (cotas)	
013 Núcleos (áreas e perímetros)	
014 Núcleos: espaço público e quarteirões (áreas)	
015 Núcleos: espaço público (áreas: proporção)	
016 Espaço público e quarteirões (totais e proporções)	
017 Áreas (totais e proporção)	
018 Áreas (Espaço público, quarteirões e todo o núcleo)	
019 Perímetros (núcleo e zona antiga)	
020 Zonas antigas: espaço total e quarteirões	
021 Espaço público na zona antiga (áreas e percentagens)	
022 Quarteirões (áreas)	
023 Quarteirões: total, dentro e fora da zona antiga (áreas)	

- 024 Quarteirões (áreas)
- 025 Quarteirões (perímetros)
- 026 Quarteirões (somas das áreas e dos perímetros)
- 027 Zona antiga – quarteirões
- 028 Quarteirões: ocupação (quantidades)
- 029 Quarteirões dentro e fora da zona antiga (quantidades)
- 030 Quarteirões: ocupação (áreas totais e percentagens)
- 031 Frentes de quarteirão na zona mais antiga (quantidades)
- 032 Frentes de quarteirão na zona antiga: fachadas (quantidades)
- 033 Frentes de quarteirão na zona antiga: larguras (quantidades)
- 034 Frentes de quarteirão na zona antiga: vãos (quantidades)
- 035 Frentes de quarteirão na zona antiga: acessos (quantidades)
- 036 Zona antiga – quarteirões, frentes e fachadas (totais e médias)
- 037 Fachadas e parcelas na zona antiga – largura
- 038 Fachadas e muros na zona antiga – revestimento
- 039 Frentes de quarteirão na zona antiga
- 040 Fachadas e muros na zona antiga – vãos
- 041 Fachadas e muros na zona antiga – com acesso
- 042 Fachadas e muros na zona antiga – sem acessos
- 043 Fachadas na zona antiga – com vãos (quantidades) 1
- 044 Fachadas na zona antiga – com vãos (quantidades) 2
- 045 Fachadas e parcelas na zona antiga – pisos
- 046 Espaços – total (quantidade) A
- 047 Espaços – total (quantidade) CH
- 048 Espaços conforme toponímia (quantidade) A
- 049 Espaços conforme toponímia (quantidade) CH
- 050 Espaços sem topónimo (quantidade) A
- 051 Espaços sem topónimo (quantidade) CH
- 052 Espaços com topónimo (quantidade) A
- 053 Espaços com topónimo (quantidade) CH

- 054 Topónimos que mais se repetem
- 055 Topónimos que se repetem (número de artérias) A
- 056 Topónimos que se repetem (número de artérias) CH
- 057 Todos os espaços – piso (quantidade) A
- 058 Todos os espaços – piso (quantidade) CH
- 059 Espaços com passadeira para peões – material (quantidade) CH
- 060 Espaços com passeio – piso (quantidade) A
- 061 Espaços com passeio – piso (quantidade) CH
- 062 Espaços com estacionamento – piso (quantidade) CH
- 063 Espaços com estacionamento – piso (quantidade) A
- 064 Espaços com caleira – material (quantidade) A
- 065 Espaços com passadeira para peões – material (quantidade) A
- 066 Espaços com caleira e passeio em pedra da região (quantidade)
- 067 Espaços com caleira – material (quantidade) CH
- 068 Espaços com passeios diversos privados (quantidade) CH
- 069 Espaços com passeios diversos privados (quantidade) A
- 070 Espaços com caleira e passeio em pedra da região (quantidade) CH
- 071 Espaços com piso em pedra da região (quantidade) CH
- 072 Espaços com piso em pedra da região (quantidade) A
- 073 Ruas – comprimentos (número de)
- 074 Ruas (quantidade e percentagens)
- 075 Ruas (soma das áreas e percentagens)
- 076 Ruas (soma dos comprimentos e percentagens)
- 077 Ruas mais extensas
- 078 Ruas menos extensas
- 079 Ruas sem topónimo
- 080 Travessas (comprimentos)
- 081 Travessas (larguras)
- 082 Travessas (mais extensas)
- 083 Travessas (menos extensas)

- 084 Espaços de ligação pedonal totais
- 085 Espaços de ligação (susceptíveis de ter passeio) quantidade
- 086 Espaços de ligação (com passeio)
- 087 Espaços de ligação (com lancil) quantidade
- 088 Outros espaços de circulação quantidade e percentagens
- 089 Outros espaços de circulação soma das áreas e percentagens
- 090 Outros espaços de circulação soma dos comprimentos e %
- 091 Total dos espaços de circulação quantidade e percentagens
- 092 Total dos espaços de circulação soma das áreas e percentagens
- 093 Total dos espaços de circulação soma dos comprimentos e %
- 094 Espaços de circulação – ruas e outros percentagens do EC
- 095 Espaços de circulação – ruas e outros percentagens do EP
- 096 Praças, pracetas e largos quantidade e percentagens
- 097 Praças, pracetas e largos quantidade e percentagens
- 098 Praças, pracetas e largos total das áreas e percentagens
- 099 Praças, pracetas e largos total dos comprimentos e percentagens
- 100 Praças e pracetas com topónimo
- 101 Largos – os maiores
- 102 Largos – os menores
- 103 Praças e pracetas sem topónimo
- 104 Largos sem topónimo
- 105 Adros – dimensões
- 106 Permanência - PPL (praças, pracetas e largos) percentagem do EPP
- 107 Espaços de permanência – EPP (quantidade) percentagem do EP
- 108 Espaços de permanência – EPP (áreas) percentagem do EP
- 109 Espaços de permanência – EPP (comprimentos) percentagem do EP
- 110 Becos e impasses (comprimentos)
- 111 Becos e impasses (larguras)
- 112 Outros espaços de permanência quantidade e percentagens
- 113 Outros espaços de permanência soma das áreas e percentagens

- 114 Outros espaços de permanência soma dos comprimentos e %
- 115 Total de espaços de permanência quantidade e percentagens
- 116 Total de espaços de permanência áreas e percentagens
- 117 Total de espaços de permanência comprimentos e percentagens
- 118 Espaço público – EPC e EPP quantidade, áreas e comprimentos
- 119 Espaço público - EPP e EPC percentagens
- 120 Espaços estudados (quantidades e dimensões)
- 121 Espaços com volumes no próprio piso (público)
- 122 Espaços com lancis e caleiras (quantidades)
- 123 Espaços com traços, grelhas e passadeiras
- 124 Espaços com elementos de estar (número de)
- 125 Espaços com elementos verdes (número de)
- 126 Árvores (quantidade) Espaços onde há mais
- 127 Bancos (quantidade) Espaços onde há mais
- 128 Espaços com informação e toponímia (número de)
- 129 Elementos de informação e toponímia (quantidades)
- 130 Espaços com iluminação (número de)
- 131 Espaços com elementos técnicos (número de)
- 132 Espaços com estacionamento (número de)
- 133 Caixas técnicas (quantidade) Espaços onde há mais
- 134 Estacionamento (lugares) Espaços onde há mais
- 135 Estar, técnicos e estacionamento (médias por ha)
- 136 Espaços com elementos de limpeza (número de)
- 137 Elementos de limpeza (quantidades)
- 138 Água e limpeza (médias por ha)
- 139 Espaços com sinalização de trânsito (número de)
- 140 Elementos de sinalização de trânsito (quantidade)
- 141 Sinais trânsito chão (quant.) Espaços onde há mais
- 142 Toldos (quantidade) Espaços onde há mais
- 143 Espaços com transportes e paragens (número de)

- 144 Espaços com obstáculos (número de)
- 145 Pilaretes (quantidade) Espaços onde há mais
- 146 Trânsito: inibição e orientação (médias por 1000m de via)
- 147 Espaços com elementos lúdicos (número de)
- 148 Espaços com elementos de memória (número de)
- 149 Espaços com elementos de serviço público (número de)
- 150 Espaços com elementos comunitários tradicionais
- 151 Espaços com ocupação permanente (privados)
- 152 Fachadas: saliências (médias por 1000m de via)
- 153 Espaços com volume nas fachadas (número de)
- 154 Vasos chão (quantidade) Espaços onde há mais fachadas com
- 155 Vasos parede (quantidade) Espaços onde há mais fachadas com
- 156 Vasos grandes (quantidade) Espaços onde há mais
- 157 Degraus (quantidade) Espaços onde há mais portas com
- 158 Espaços com publicidade (número de)
- 159 Pub placas parede (quantidade) Espaços onde há mais
- 160 Pub placas salientes (quant.) Espaços onde há mais
- 161 Pub luminosa parede (quant.) Espaços onde há mais
- 162 Pub luminosa saliente (quant.) Espaços onde há mais
- 163 Espaços com ocupação da via pública (número de)
- 164 Elementos na via pública (quantidades)
- 165 Esplanadas (quantidade) Espaços onde há mais
- 166 Ar condicionado (quantidade) Espaços onde há mais
- 167 Publicidade, toldos e esplanadas (médias por 1000m de via)
- 168 Espaços com elementos em fachadas (número de)
- 169 Elementos em fachadas (quantidades)
- 170 Papeleiras (quantidade) Espaços onde há mais
- 171 Lanternas (quantidade) Espaços onde há mais
- 172 Espaços com decoração e identificação privada (número de)
- 173 Elementos de decoração e identificação privada

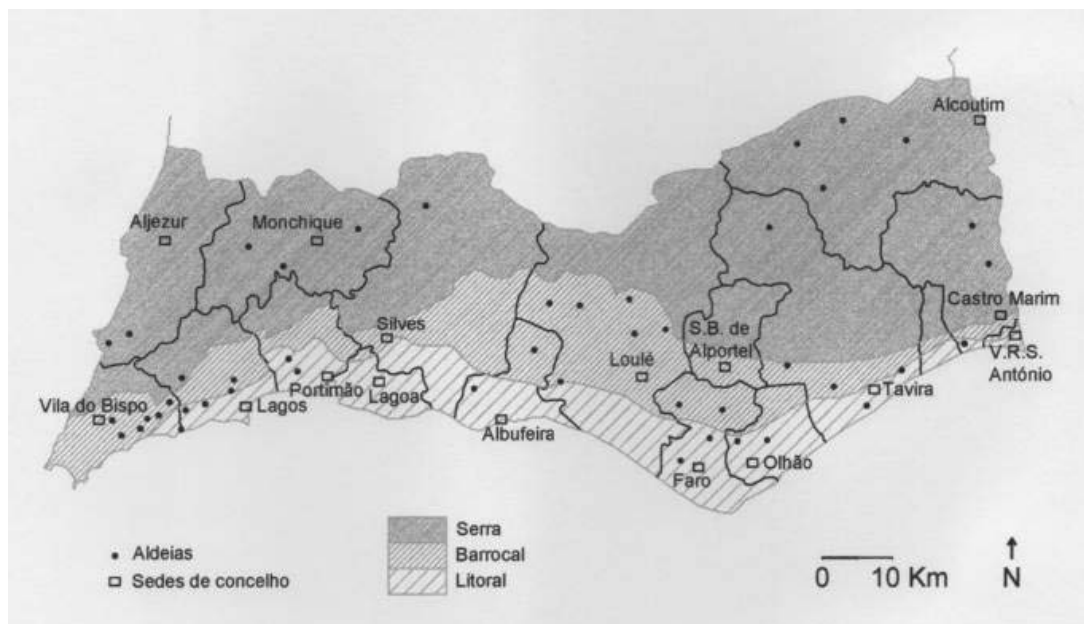
- 174 Na parede: personalização (médias por 1000m de via)
- 175 Azulejos – Santos (quantidades) A
- 176 Azulejos – Santos (quantidades) CH
- 177 Na cobertura, na parede e no solo (médias por 1000m de via)
- 178 Espaços com elementos de extensão privada (número de)
- 179 Elementos de extensão privada (quantidades)
- 180 Espaços com elementos no telhado (número de)
- 181 Antenas tv (quantidade) Espaços onde há mais
- 182 Parabólicas (quantidade) Espaços onde há mais
- 183 Outros elementos, em menor número (quantidades) A
- 184 Outros elementos, em menor número (quantidades)
- 185 Espaços – Toponímia (definições)

Tabelas: Espaços em análise

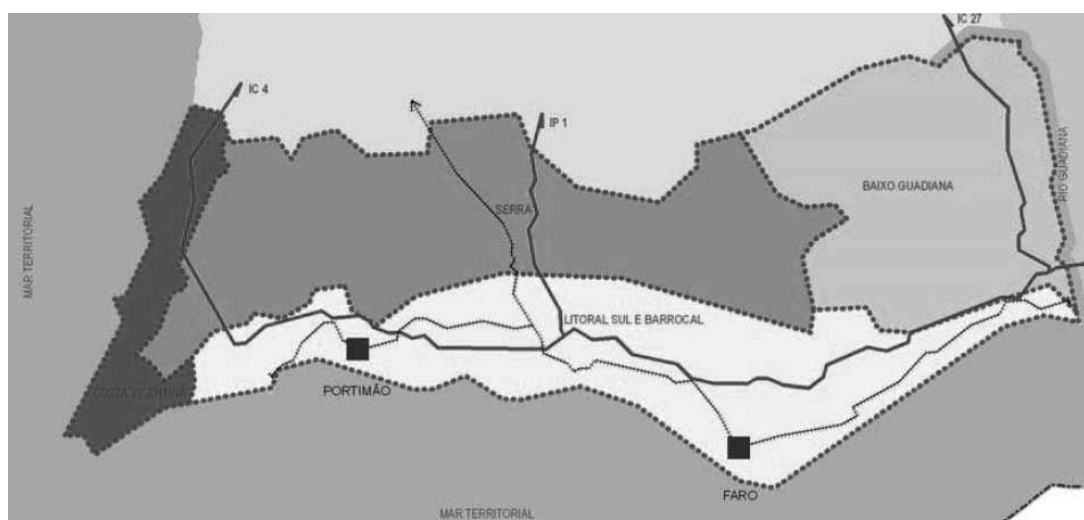
539

Albufeira – 111 / Guia – 131 / Paderne – 151 / Aljezur – 210-211 / Bordeira – 221 / Carrapateira – 222 / Lagoa – 341 / Barão de São João – 411 / Almádena – 431 / Espiche – 432 / Lagos – 401-451-460 / Portelas – 463 / Sargaçal – 464 / Alferce – 511 / Marmeleira – 521 / Casais – 532 / Monchique – 530-533 / Montes de Alvor – 612 / Figueira – 621 / Portimão – 630-633 / São Marcos da Serra – 761 / Silves – 770-771 / Barão de São Miguel – 811 / Budens – 821 / Burgau – 822 / Figueira – 823 / Vale de Boi – 825 / Raposeira – 831 / Hortas do Tabual – 832 / Vila do Bispo - 852

A Serra, o Barrocal e o Litoral

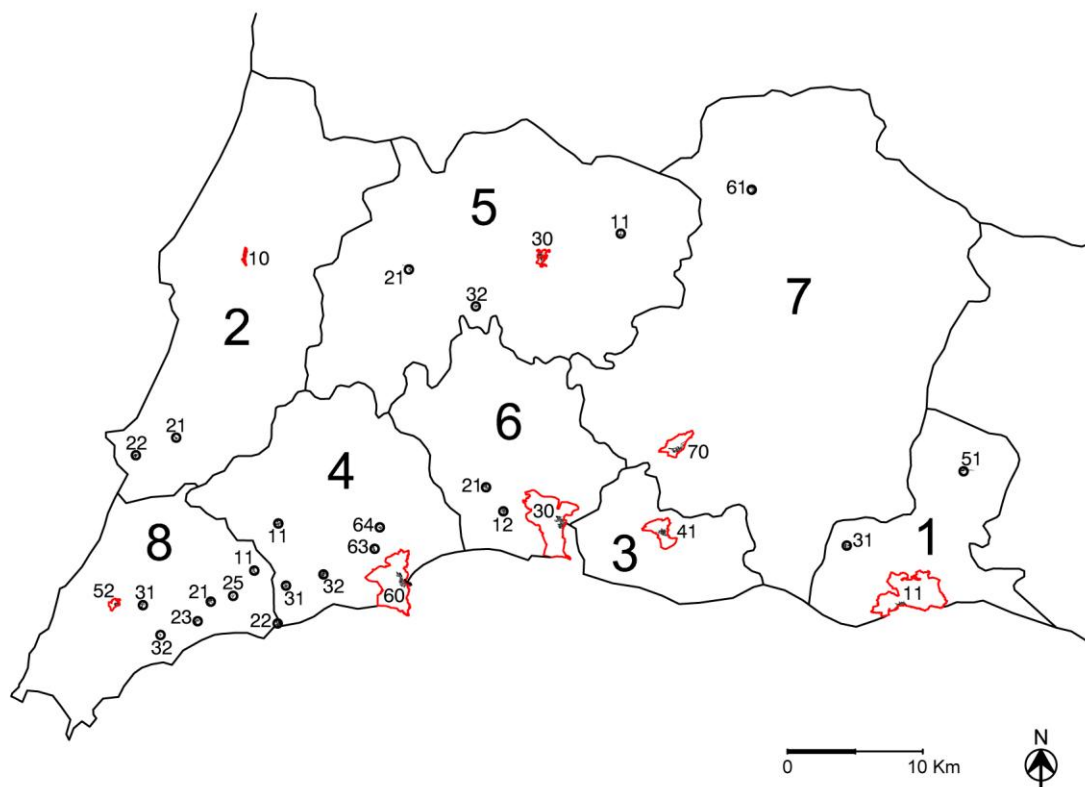


Unidades Territoriais (fonte PROTAlgarve)



O Espaço Público nas Aldeias e nos Centros Históricos do Barlavento Algarvio
 – Perspectivas para a Valorização do Património no início do Século XXI

Localização



● Aldeias

□ Perímetros urbanos das sedes de concelho

1 - ALBUFEIRA
 11 Albufeira
 31 Guia
 51 Paderne

2 - ALJEZUR
 10 Aljezur
 21 Bordeira
 22 Carrapateira

3 - LAGOA
 41 Lagoa

4 - LAGOS
 11 Barão São João
 31 Almádena
 32 Espiche
 60 Lagos
 63 Portelas
 64 Sargaçal

5 - MONCHIQUE
 11 Alferce
 21 Marmeleite

30 Monchique
 32 Casais

6 - PORTIMÃO
 12 Montes de Alvor
 21 Figueira
 30 Portimão

7 - SILVES
 61 S. Marcos Serra
 70 Silves

8 - VILA DO BISPO
 11 Barão S. Miguel
 21 Budens
 22 Burgau
 23 Figueira
 25 Vale de Boi
 31 Raposeira
 32 Hortas do Tabual
 52 Vila do Bispo

Áreas (aproximadas) dos perímetros, em hectares:

(Perímetros traçados com base nas Plantas de Ordenamento dos PDM e Plantas de Zonamento de Planos de Urbanização)

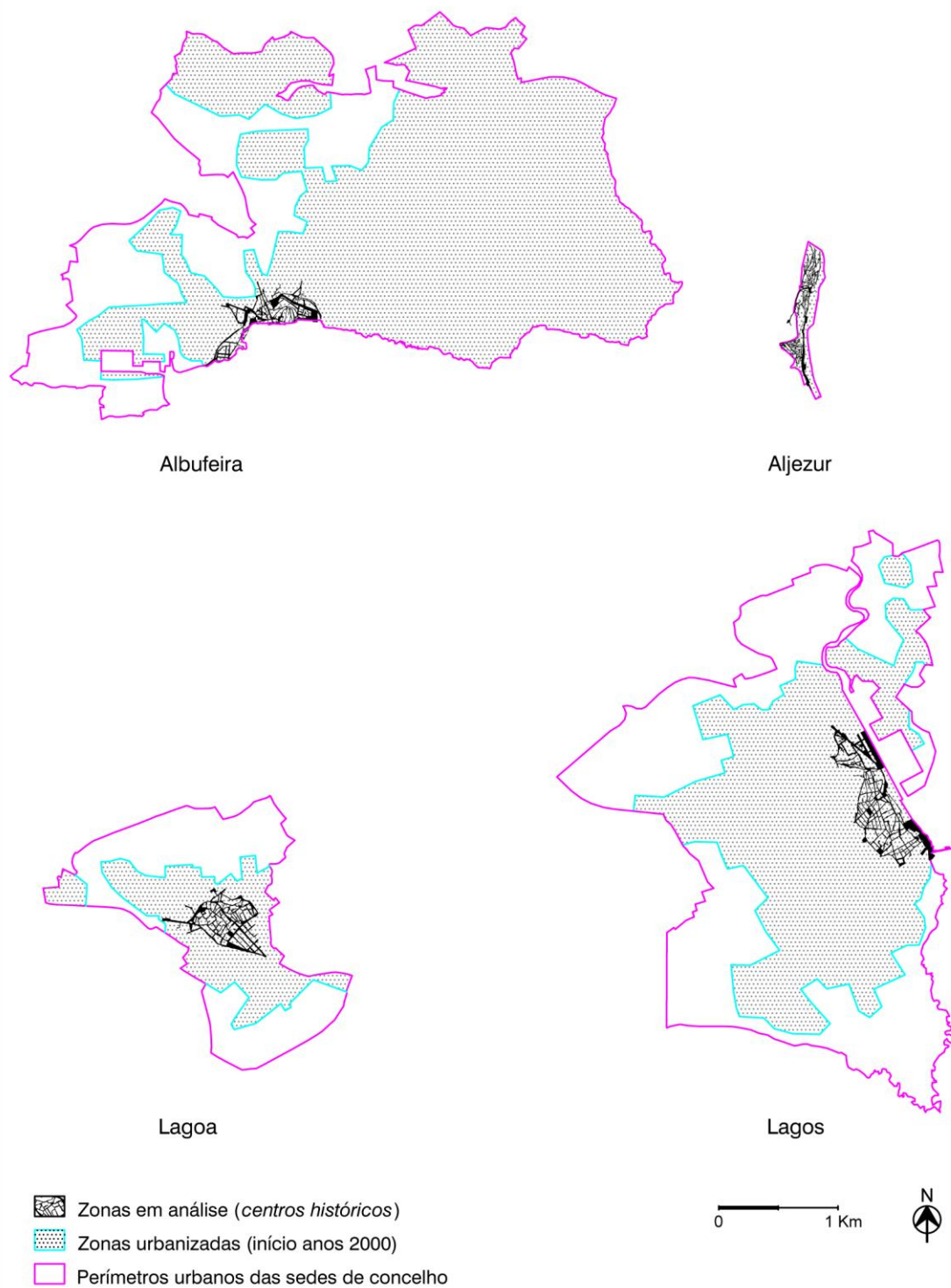
111 - Albufeira - 1044
 210 - Aljezur - 18

341 - Lagoa - 258
 460 - Lagos - 879

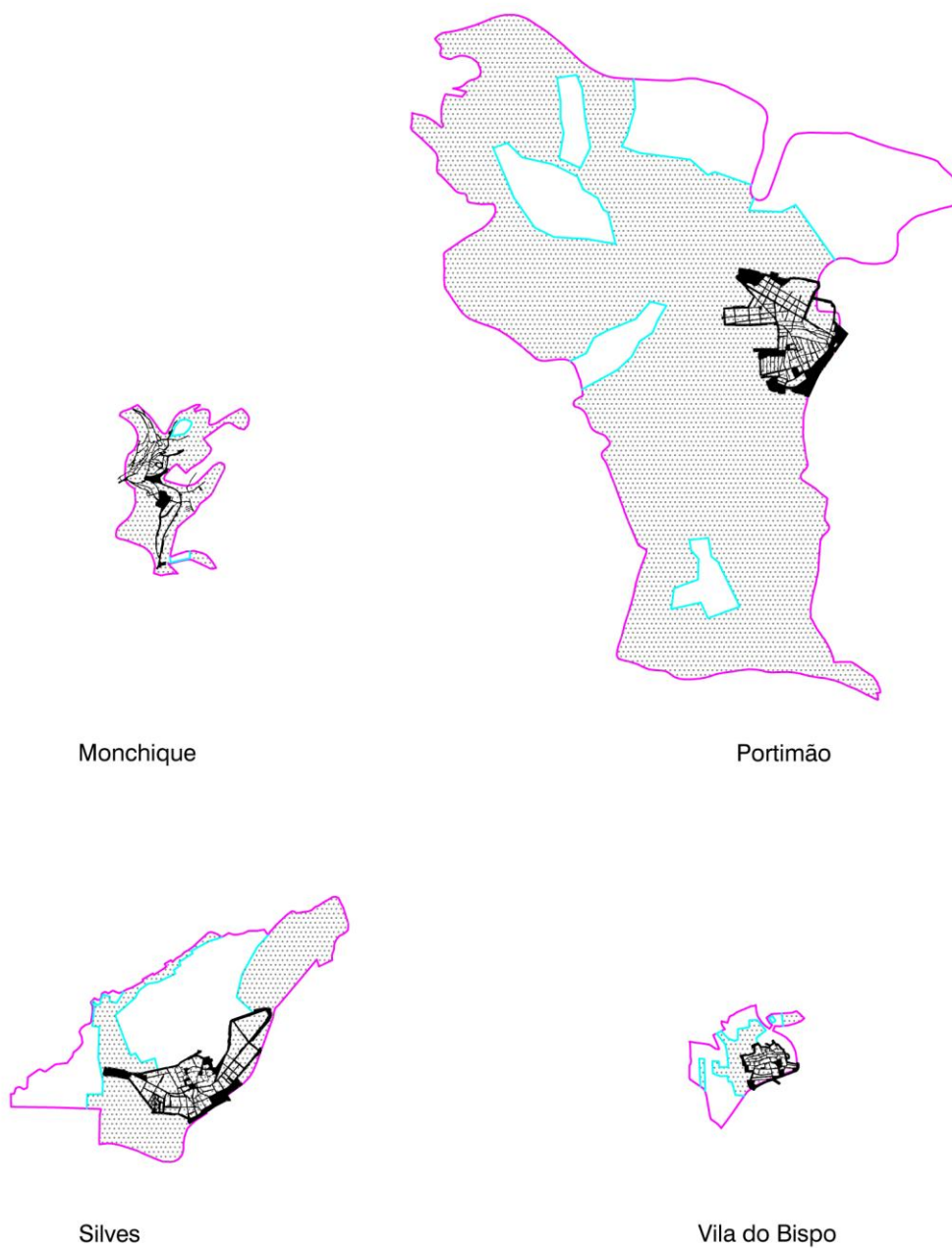
530 - Monchique - 57
 630 - Portimão - 1006




770 - Silves - 207
 852 - Vila do Bispo - 40

Perímetros urbanos das sedes de concelho



Perímetros urbanos das sedes de concelho

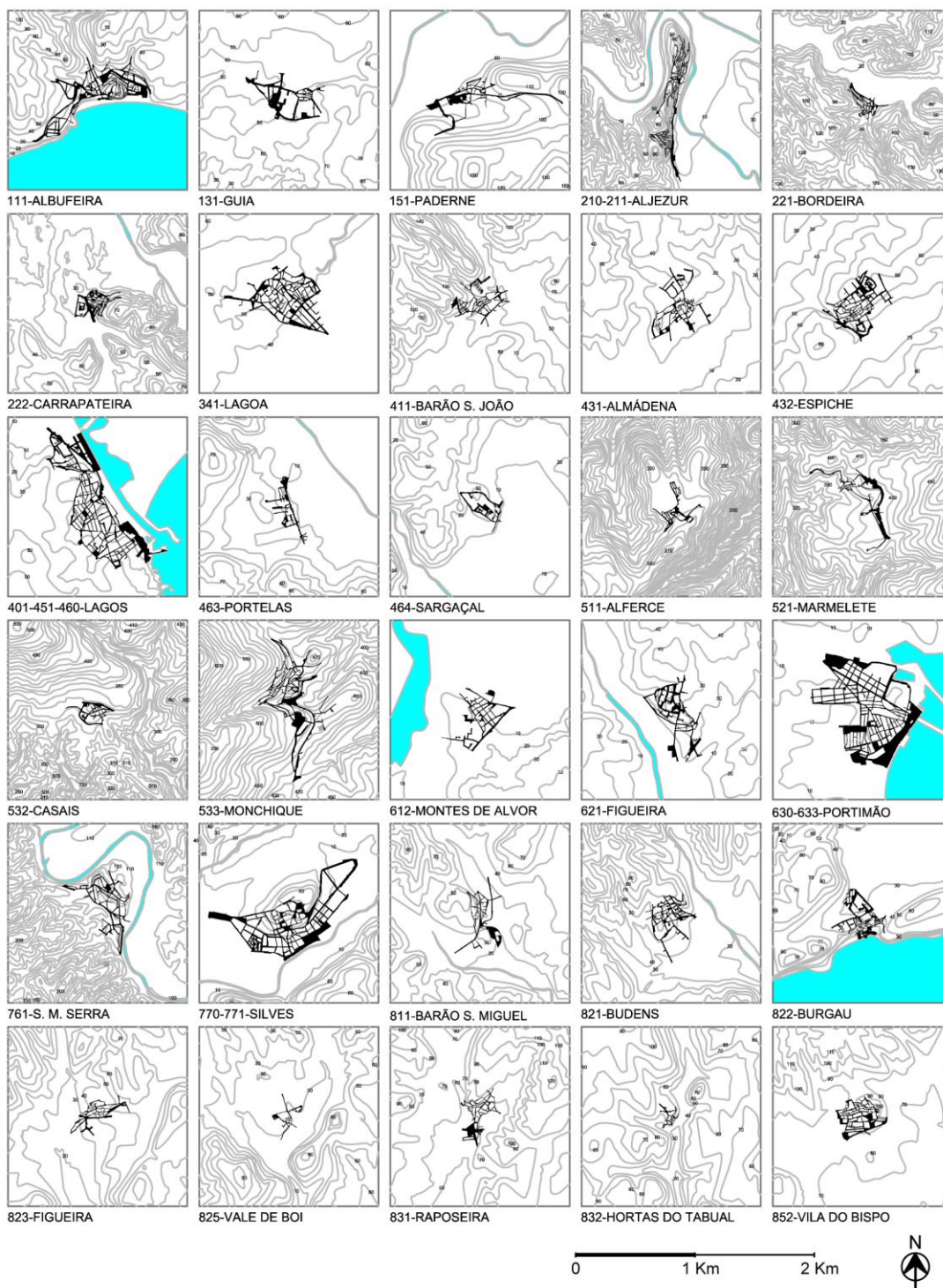


-  Zonas em análise (*centros históricos*)
-  Zonas urbanizadas (início anos 2000)
-  Perímetros urbanos das sedes de concelho

0 1 Km



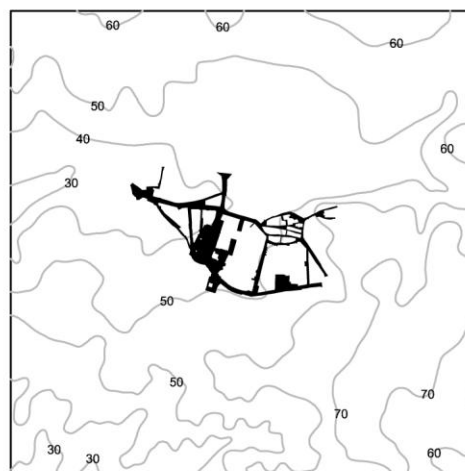
Os 30 núcleos - topografia



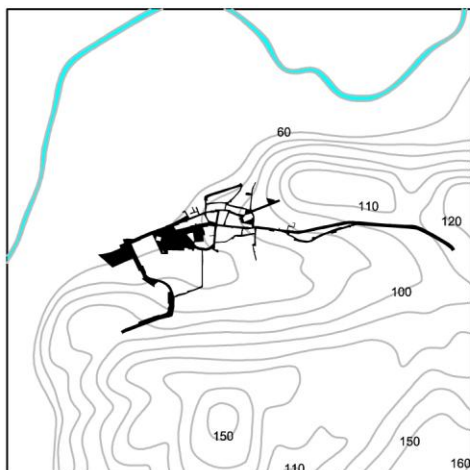
Os 30 núcleos - topografia



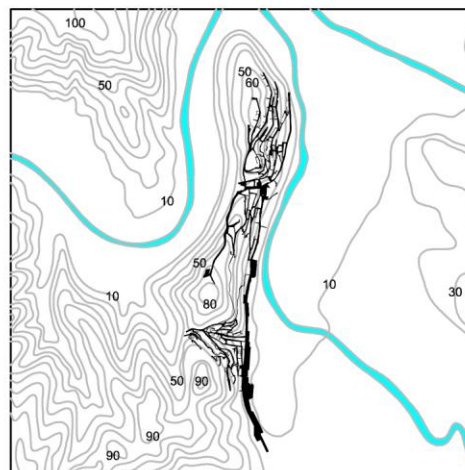
111-ALBUFEIRA



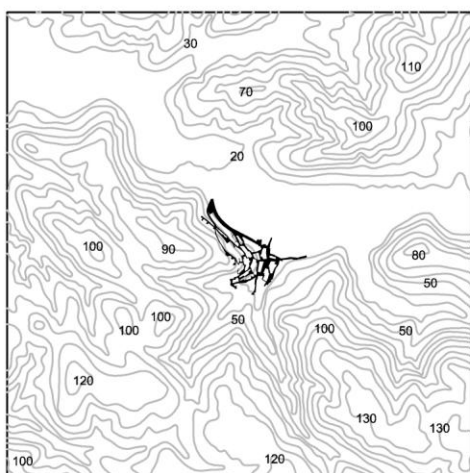
131-GUIA



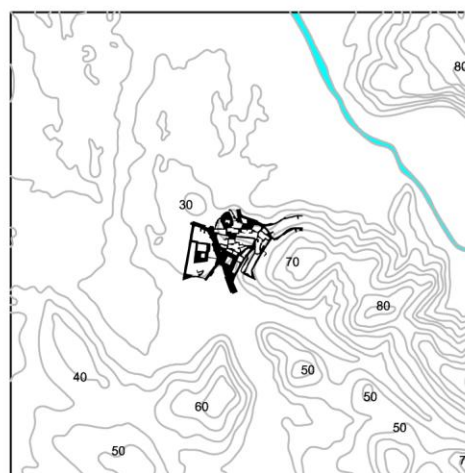
151-PADERNE



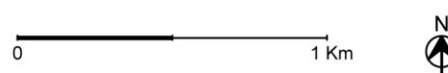
210-211-ALJEZUR



221-BORDEIRA



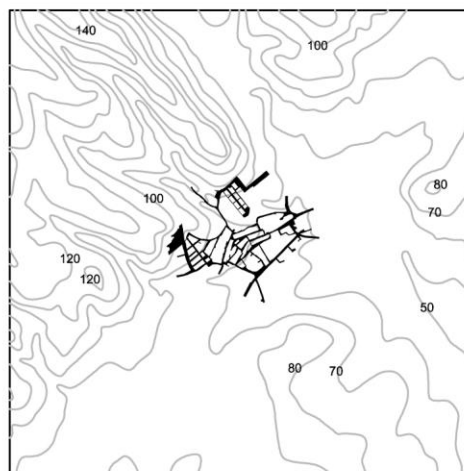
222-CARRAPATEIRA



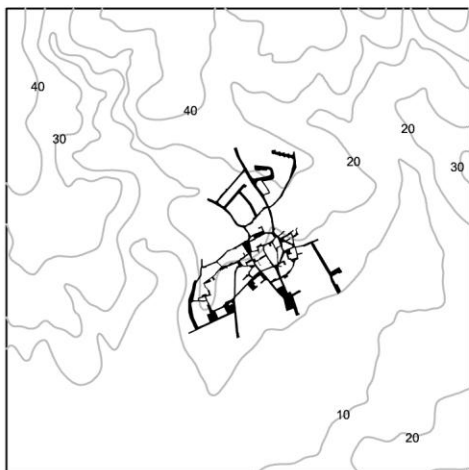
Os 30 núcleos - topografia



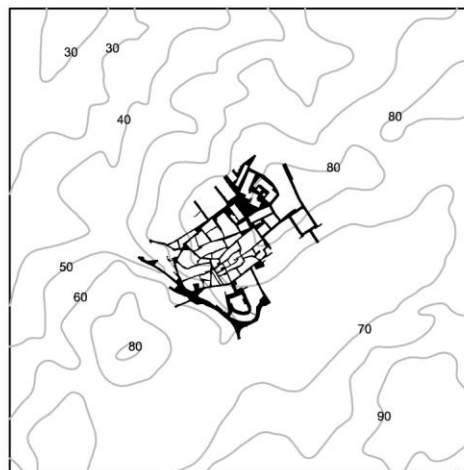
341-LAGOA



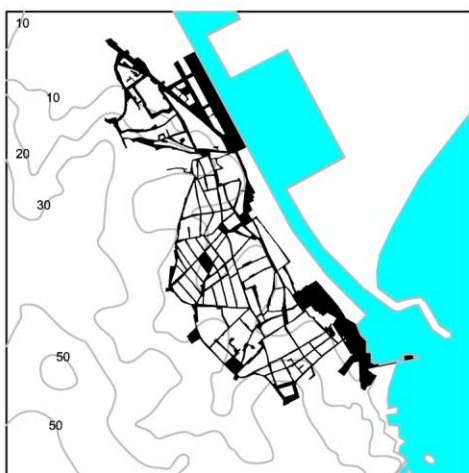
411-BARÃO S. JOÃO



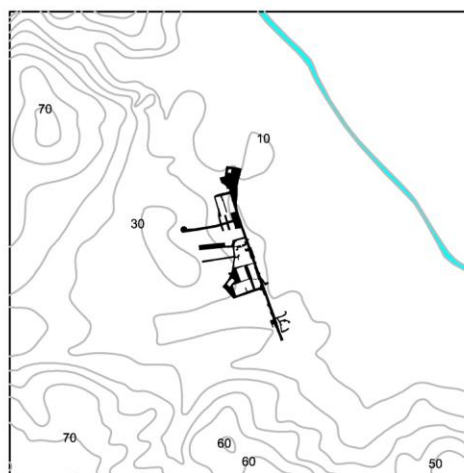
431-ALMÁDENA



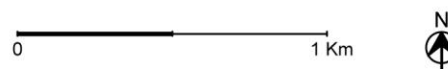
432-ESPICHE



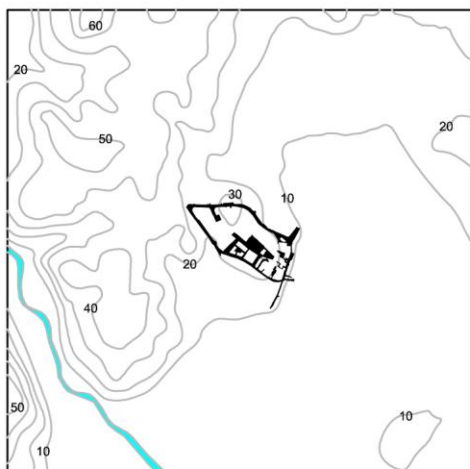
401-451-460-LAGOS



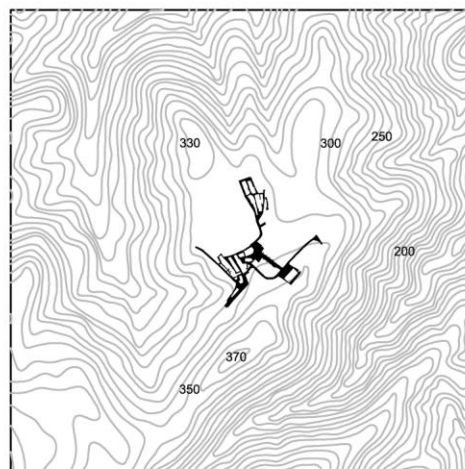
463-PORTELAS



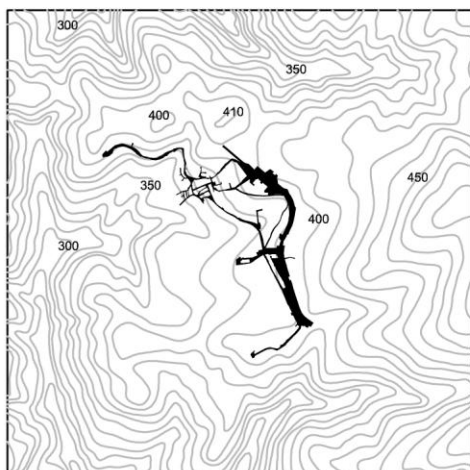
Os 30 núcleos - topografia



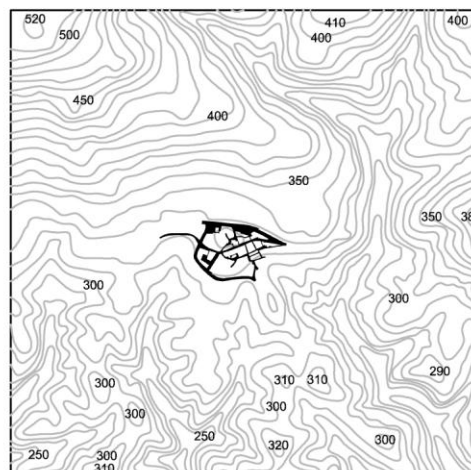
464-SARGAÇAL



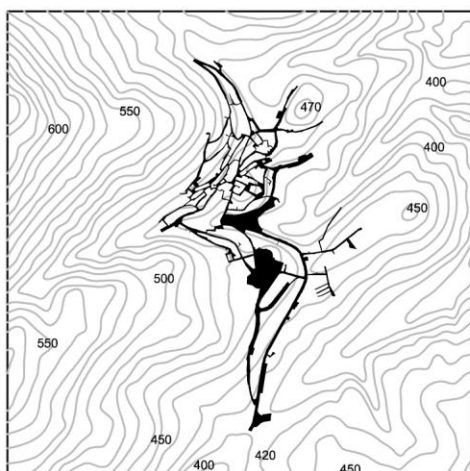
511-ALFERCE



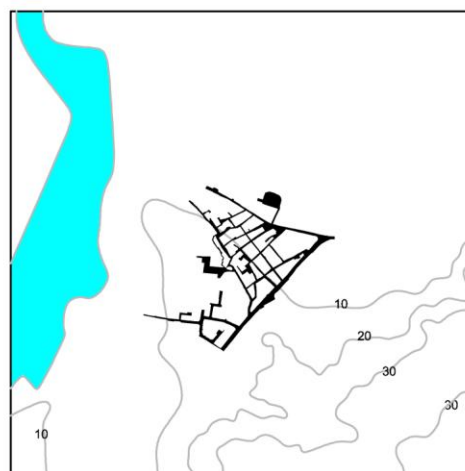
521-MARMELETE



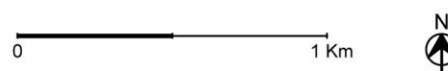
532-CASAIS



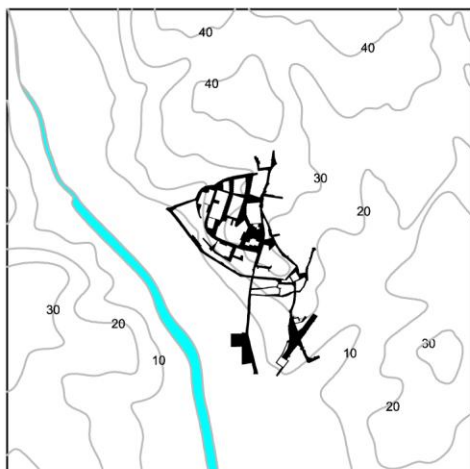
533-MONCHIQUE



612-MONTES DE ALVOR



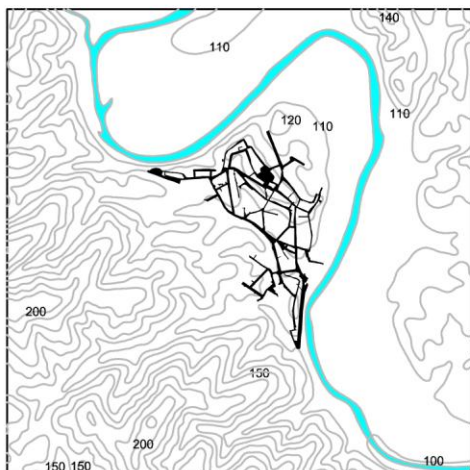
Os 30 núcleos - topografia



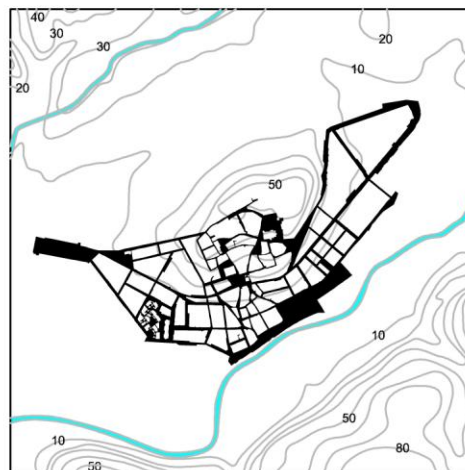
621-FIGUEIRA



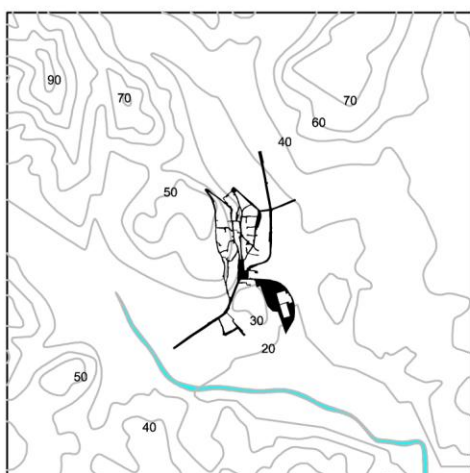
630-633-PORTIMÃO



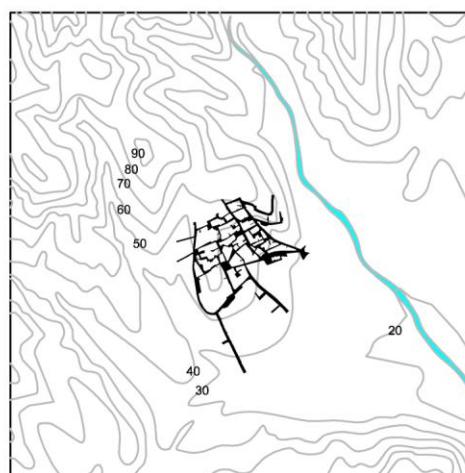
761-S. M. SERRA



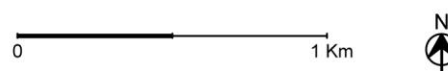
770-771-SILVES



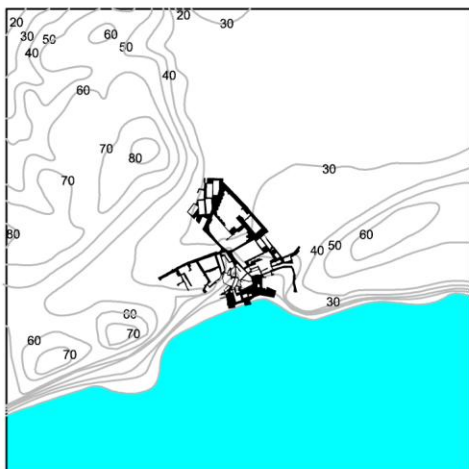
811-BARÃO S. MIGUEL



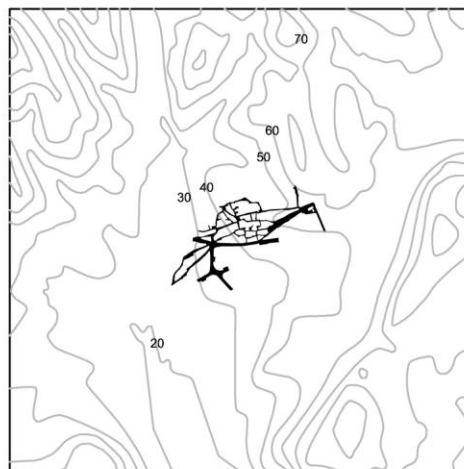
821-BUDENS



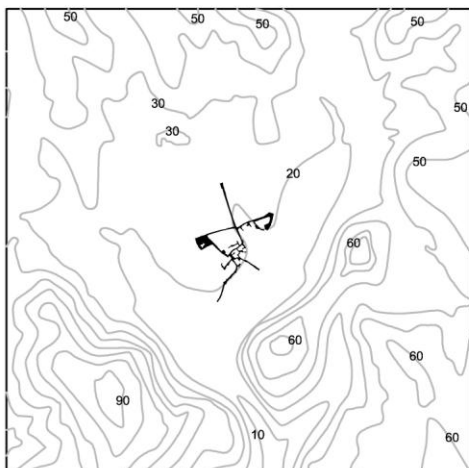
Os 30 núcleos - topografia



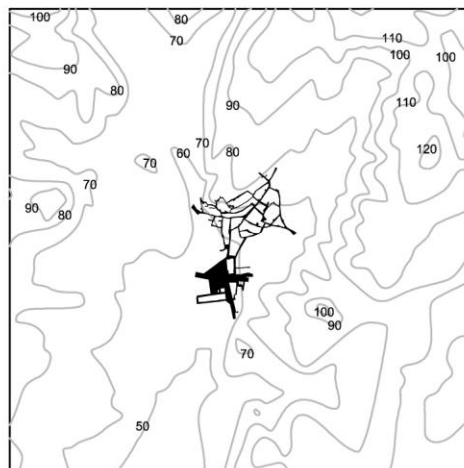
822-BURGAU



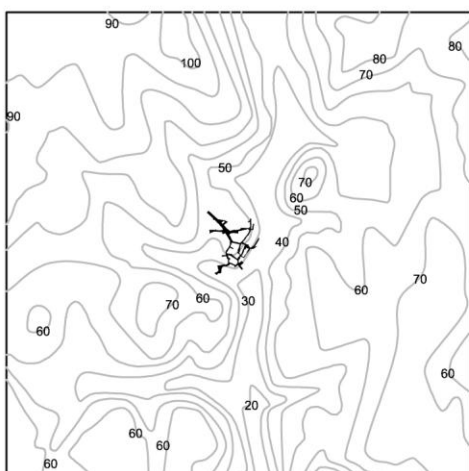
823-FIGUEIRA



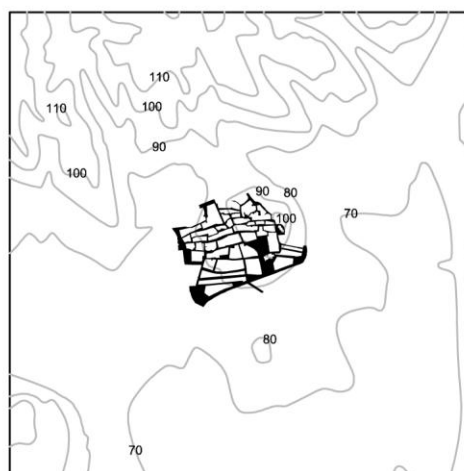
825-VALE DE BOI



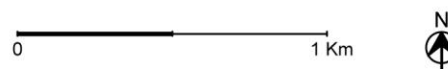
831-RAPOSEIRA



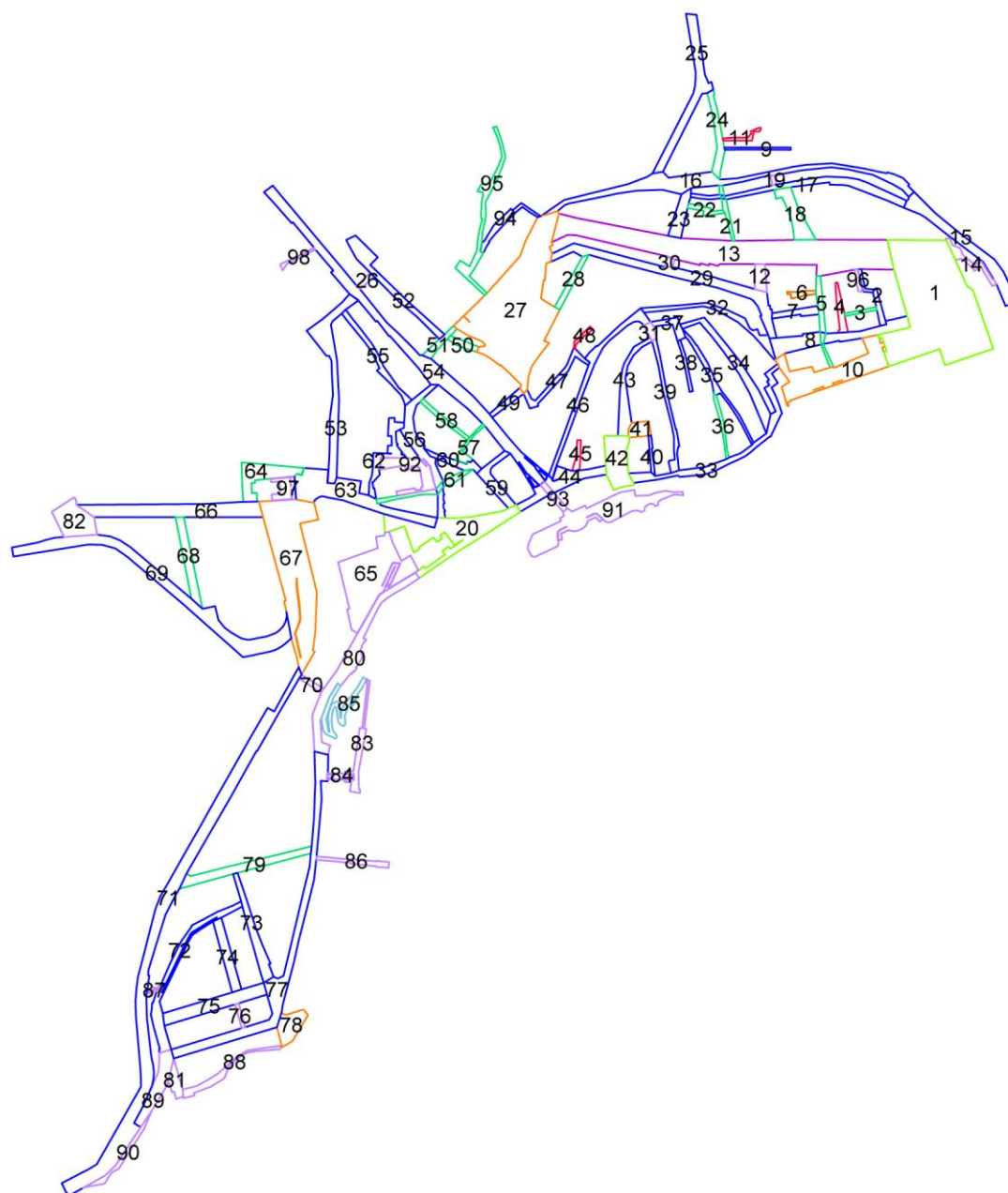
832-HORTAS DO TABUAL



852-VILA DO BISPO



Albufeira 111

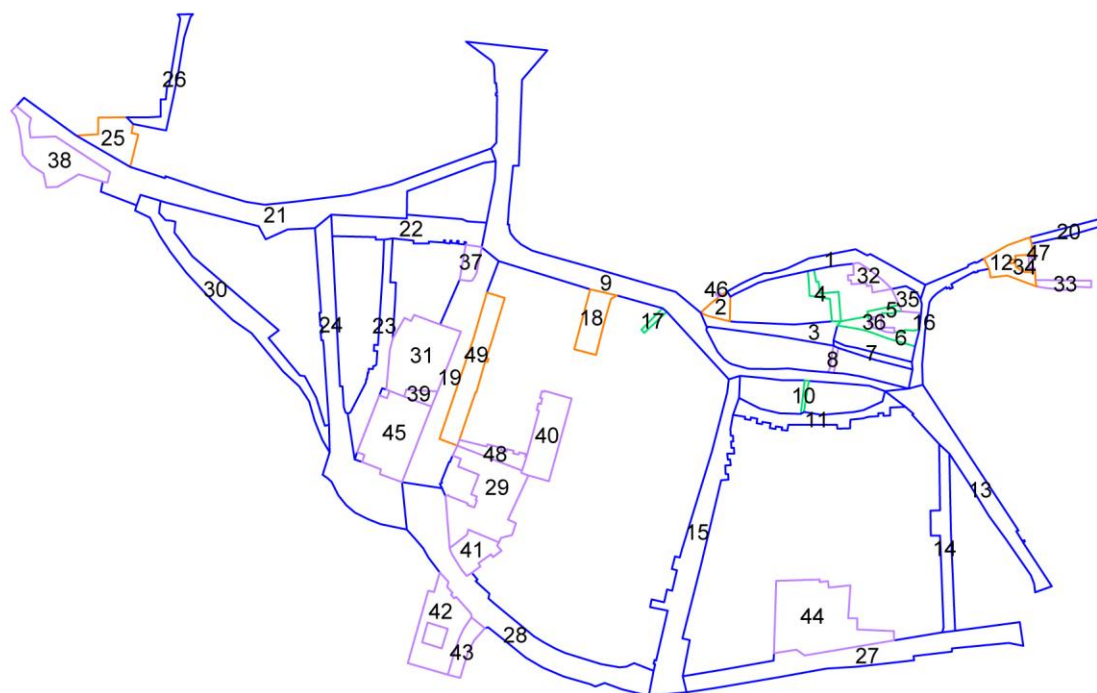


- Avenida
- Beco
- Largo
- Praça
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

0 100 200 m



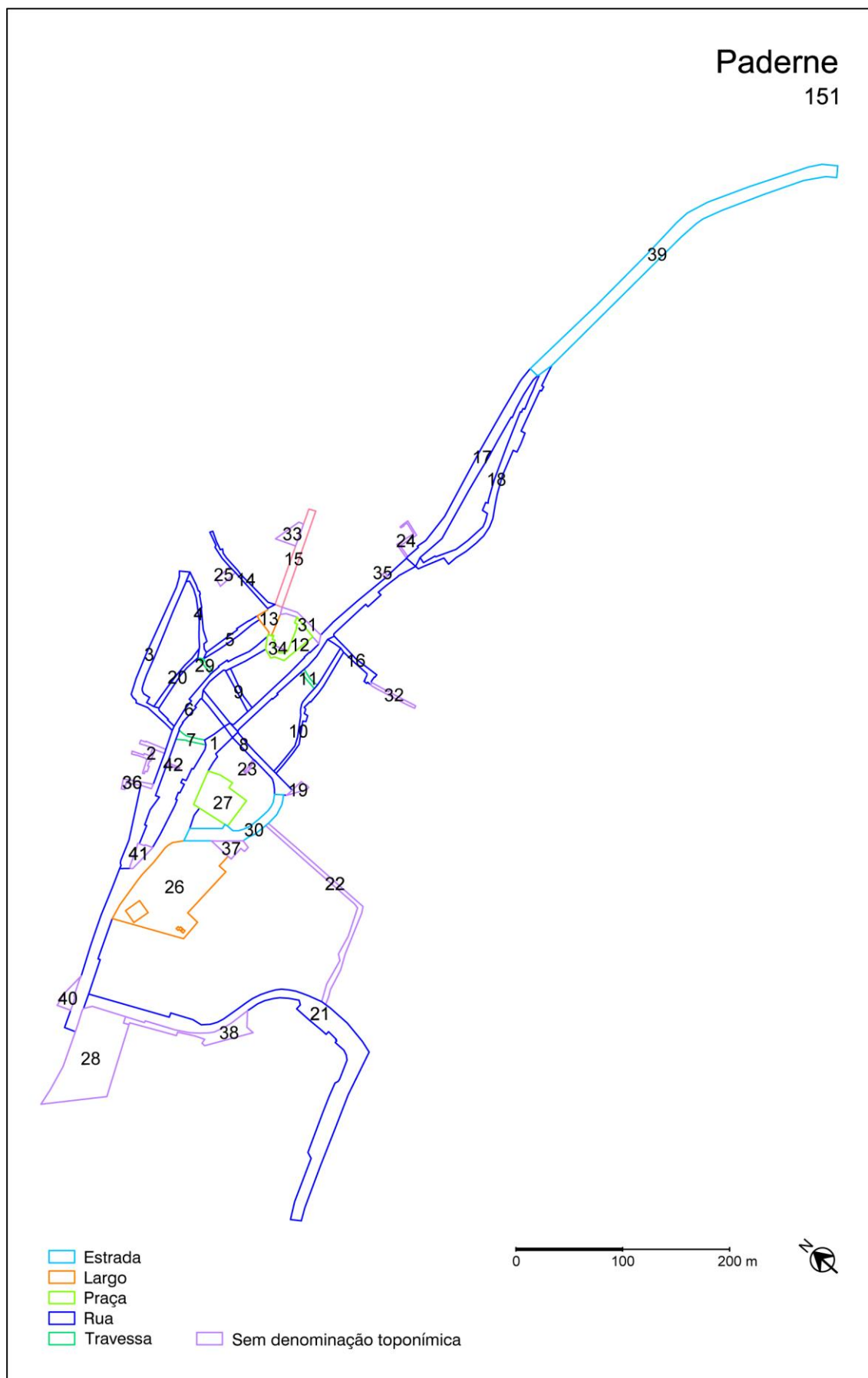
Guia
131



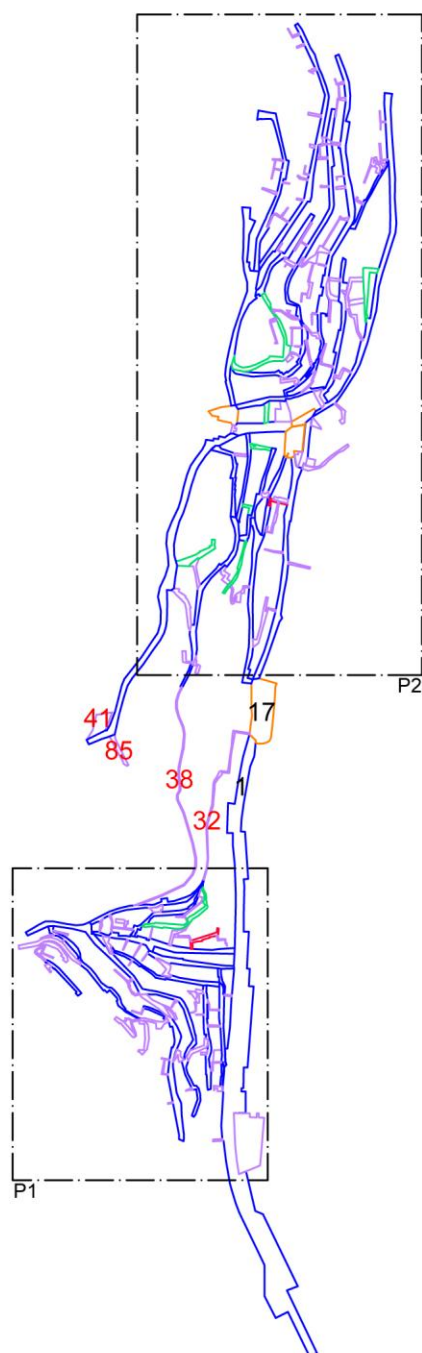
- Largo
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

0 100 200 m





Aljezur 210-211



- Beco
- Largo
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

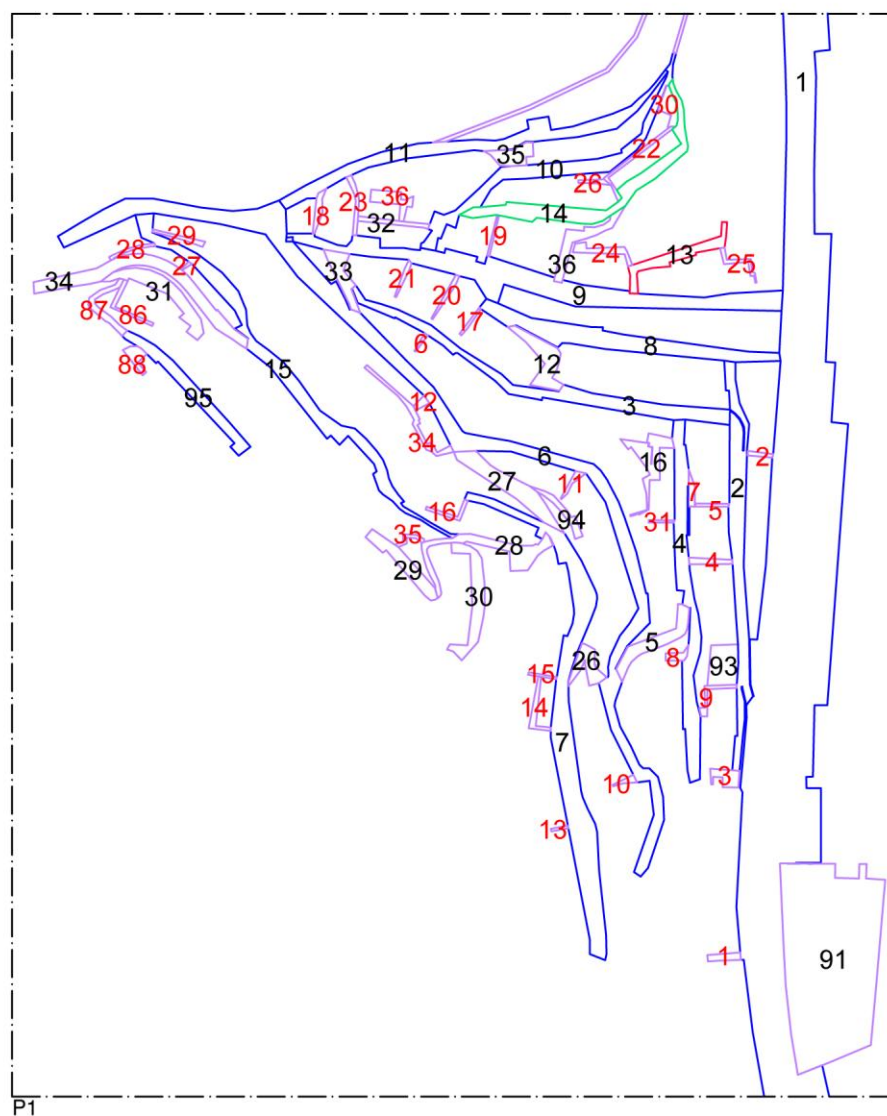
0 100 200 m



01 a 98 - 21101 a 21198
01 a 88 - 21001 a 21088

Aljezur

210-211



- Beco
- Largo
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

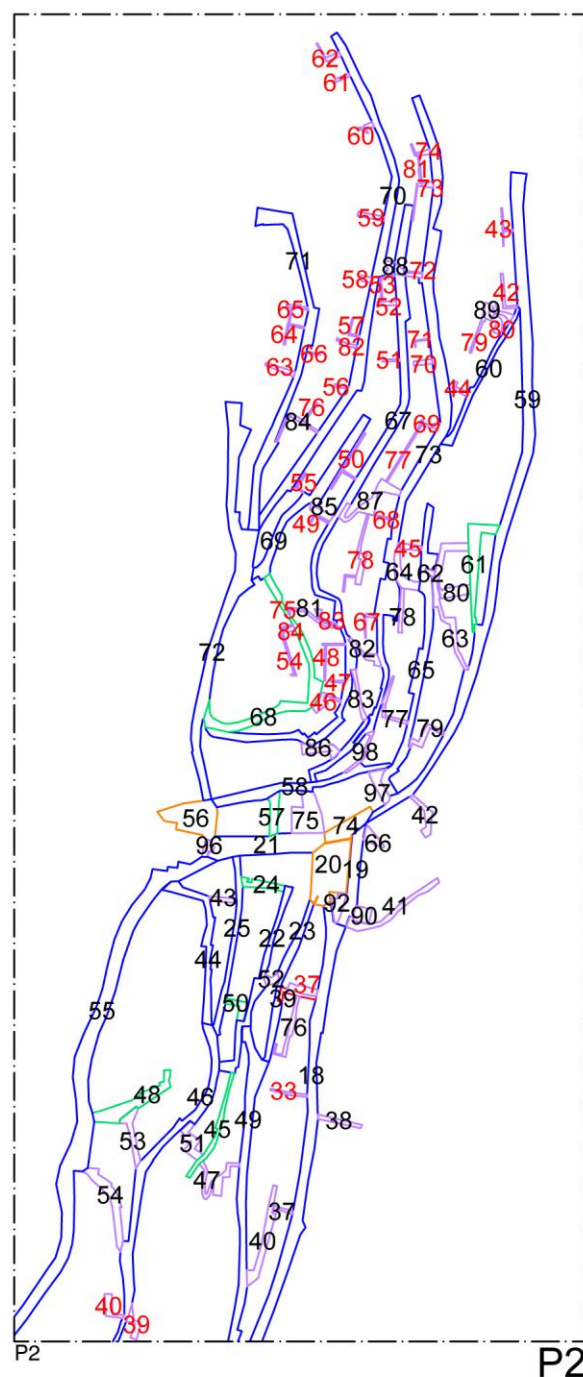
0 50 100 m



01 a 98 - 21101 a 21198
 01 a 88 - 21001 a 21088

Aljezur

210-211



- Beco
- Largo
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

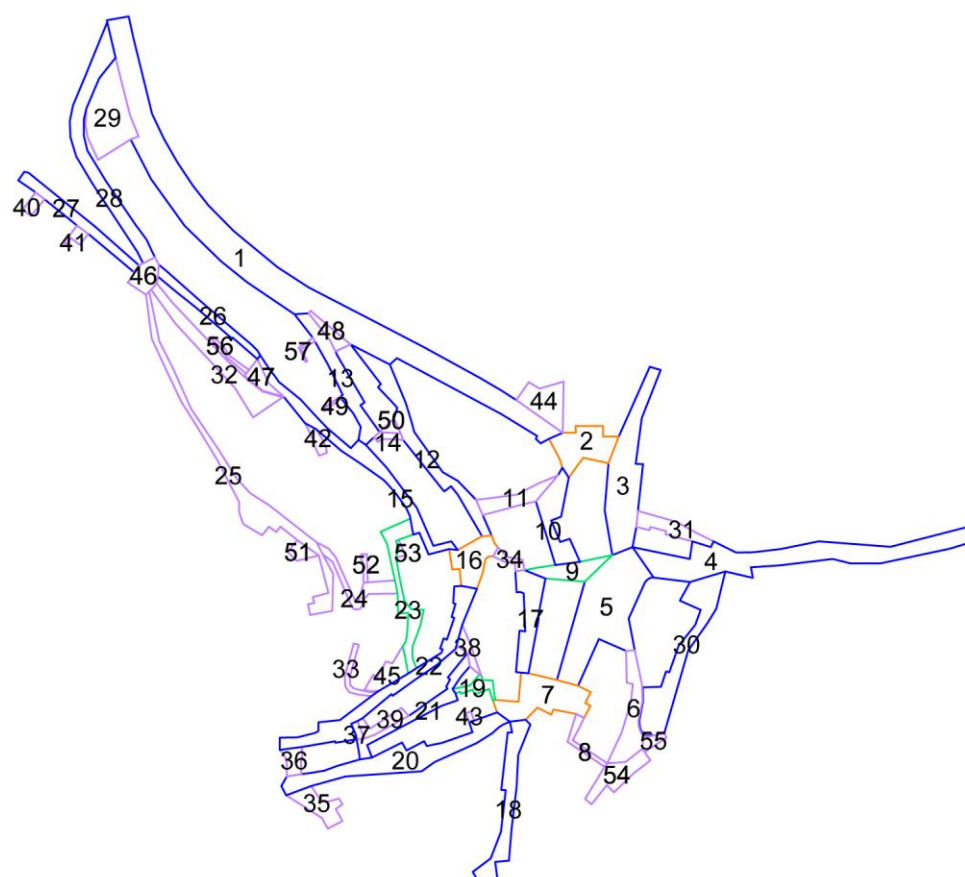
0 50 100 m



01 a 98 - 21101 a 21198
01 a 88 - 21001 a 21088

Bordeira

221



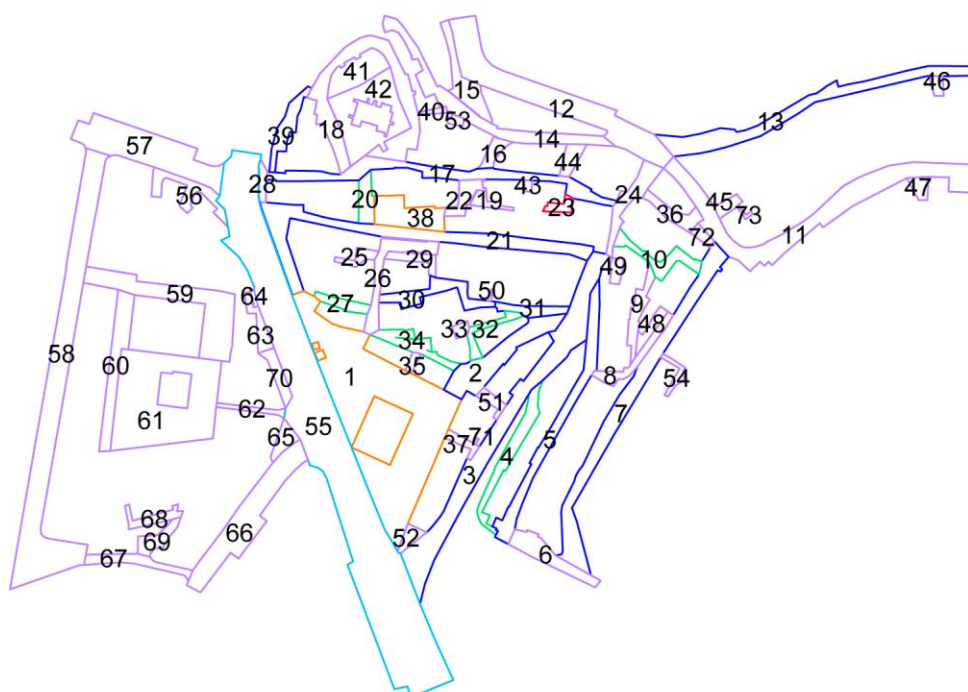
- Largo
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

0 50 100 m



Carrapateira

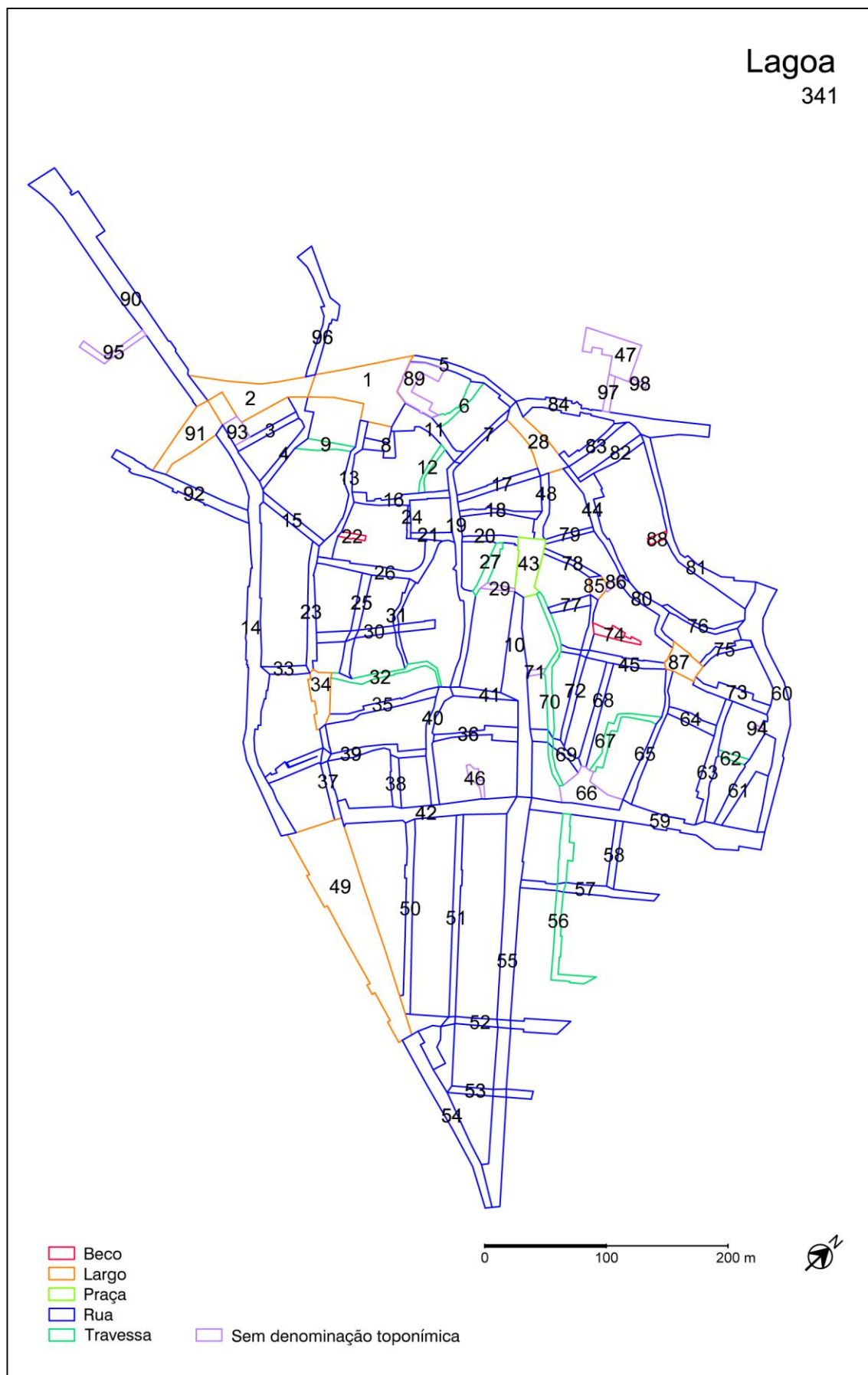
222



- Beco
- Largo
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

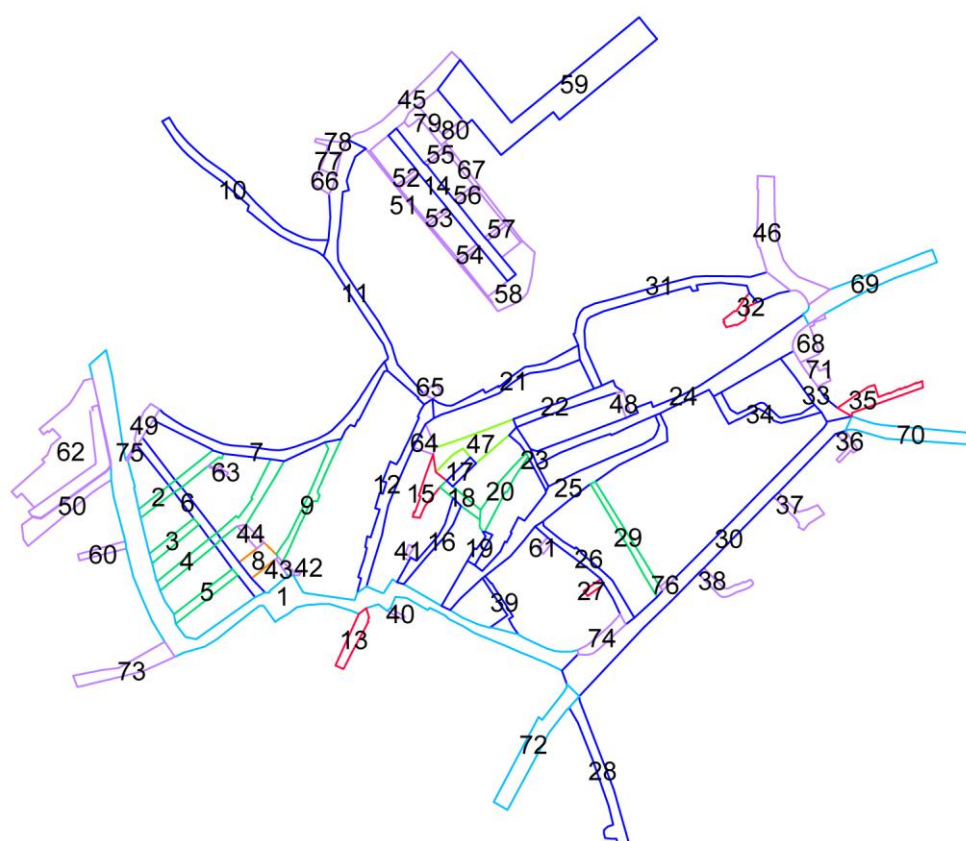
0 50 100 m





Barão de São João

411

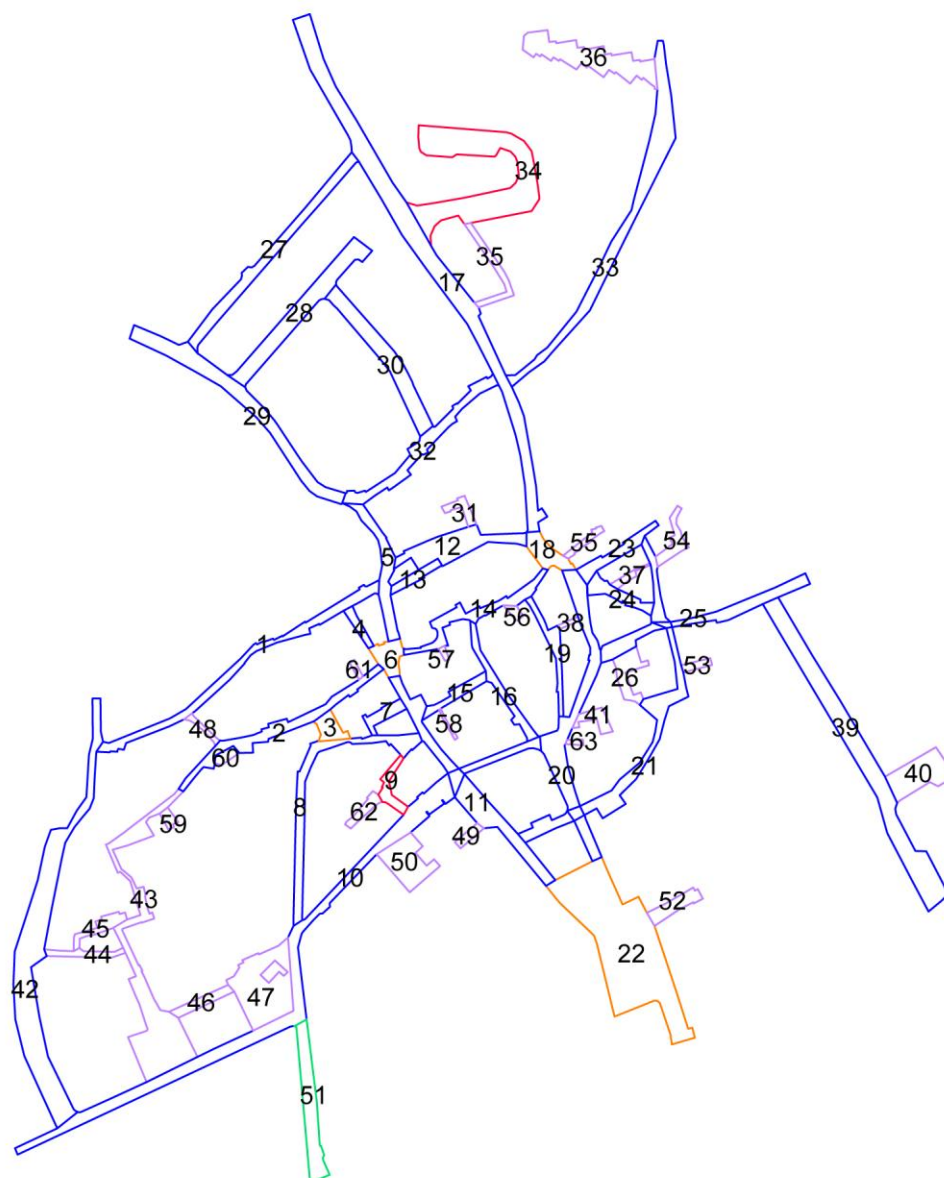


- Beco
- Estrada
- Largo
- Praça
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

0 50 100 m



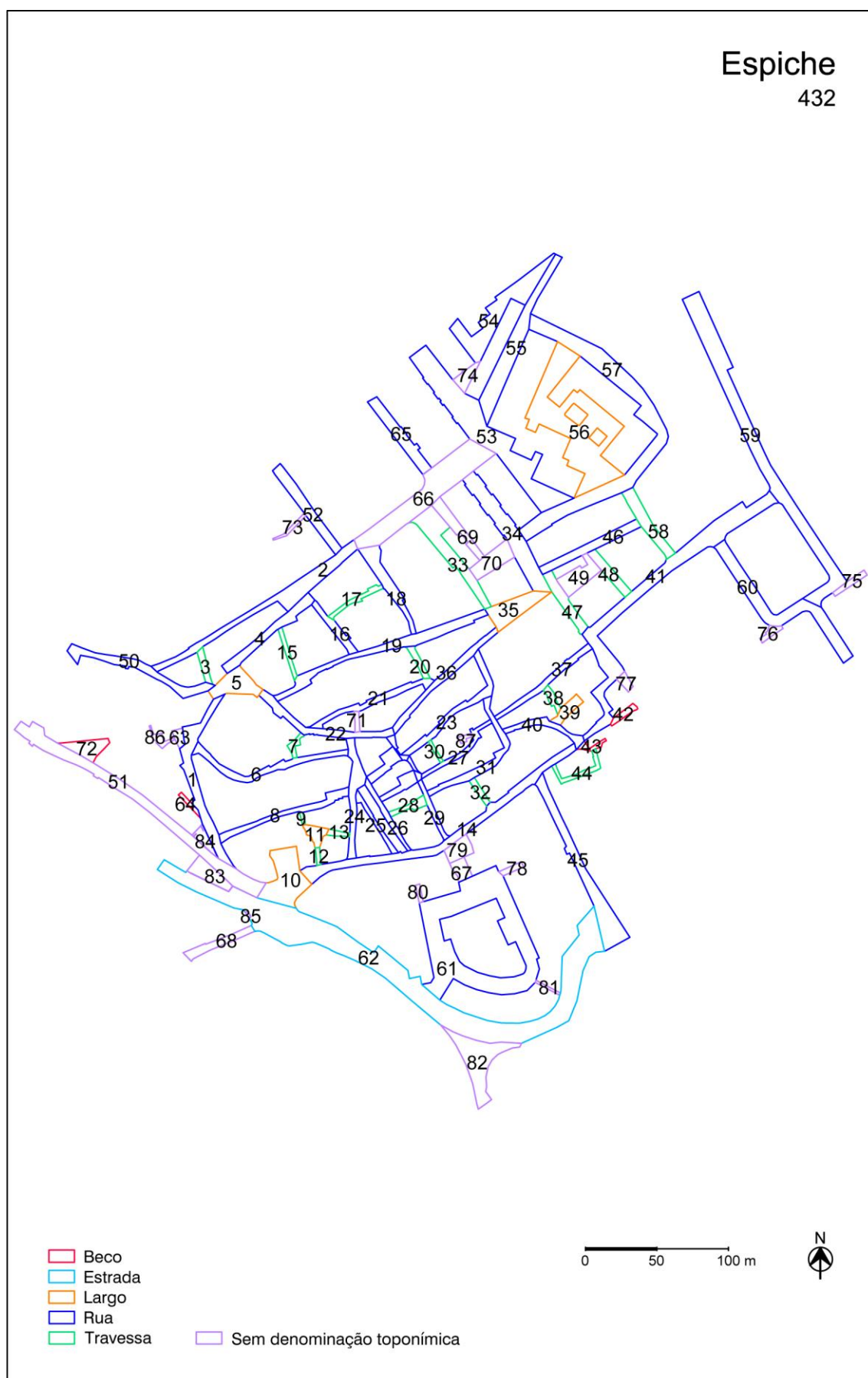
Almádena 431

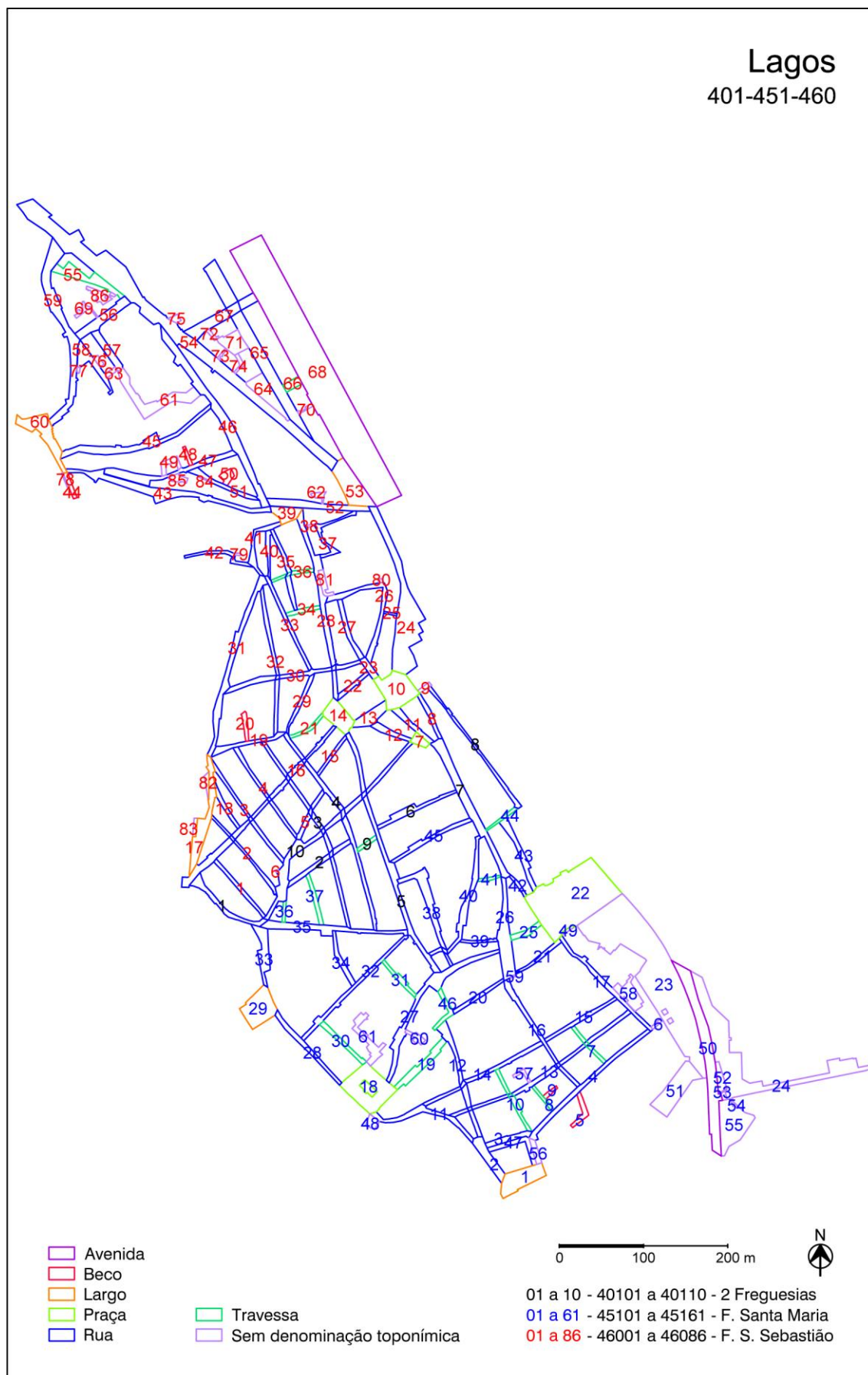


- Beco
- Largo
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

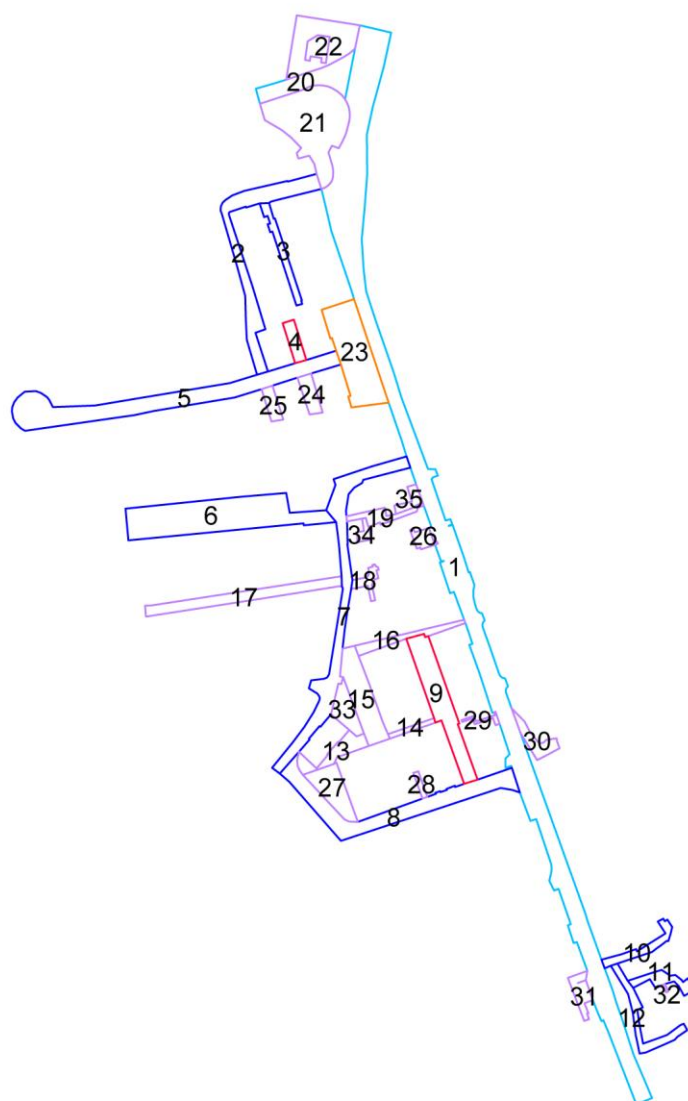
0 50 100 m







Portelas 463



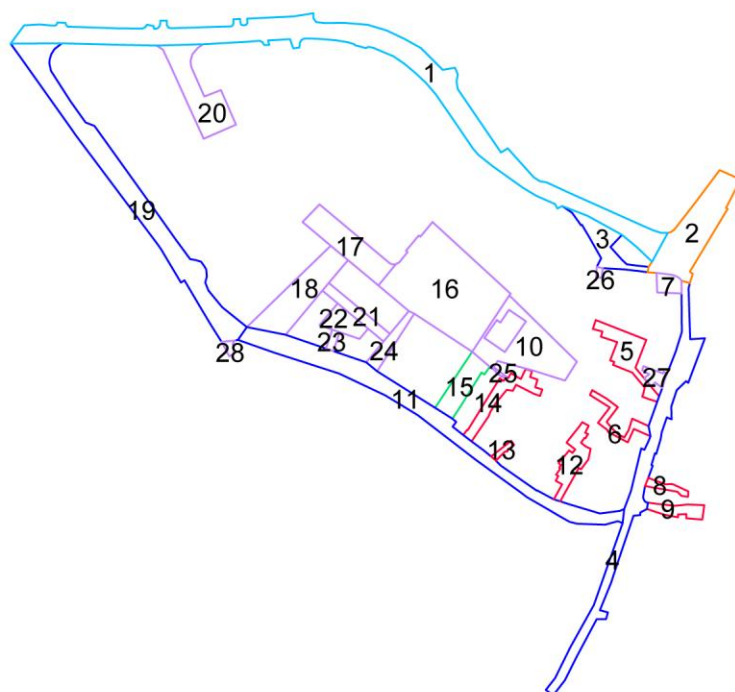
- Beco
- Estrada
- Largo
- Rua
- Sem denominação toponímica

0 50 100 m



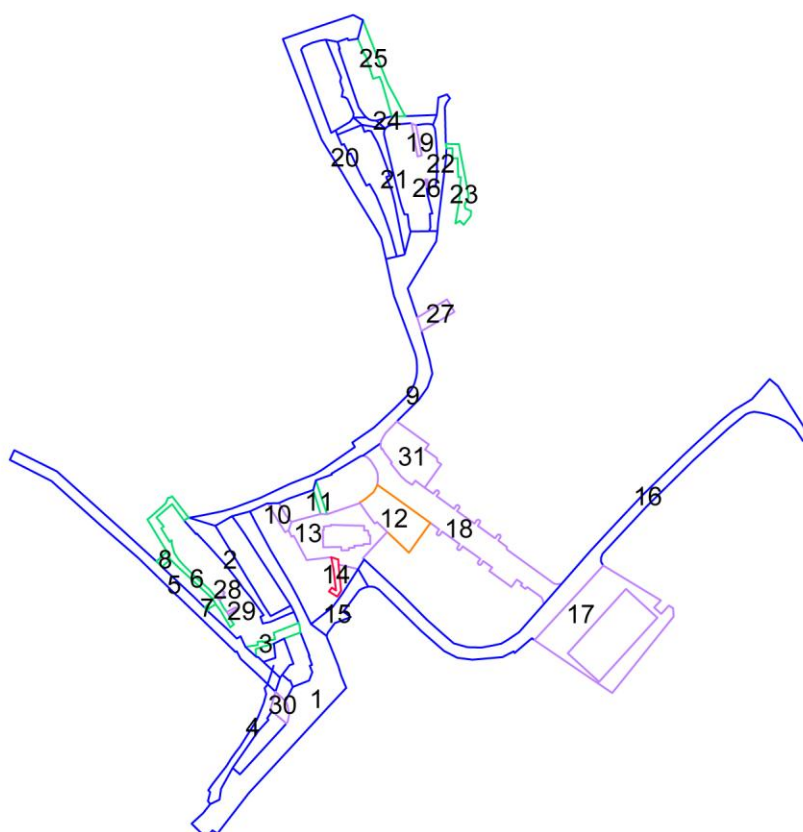
Sargaçal

464



- Beco
- Estrada
- Largo
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

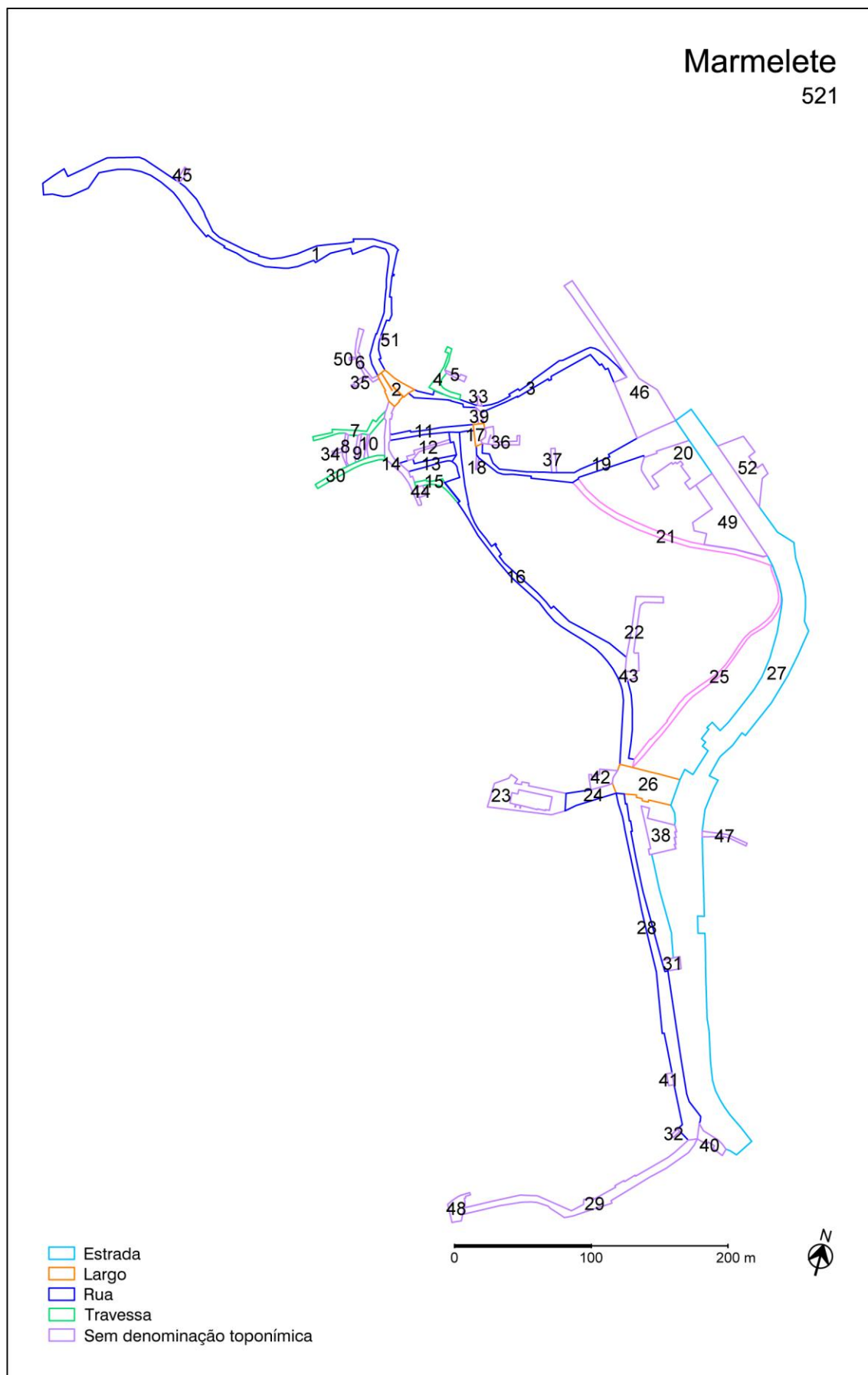
Alferce
511



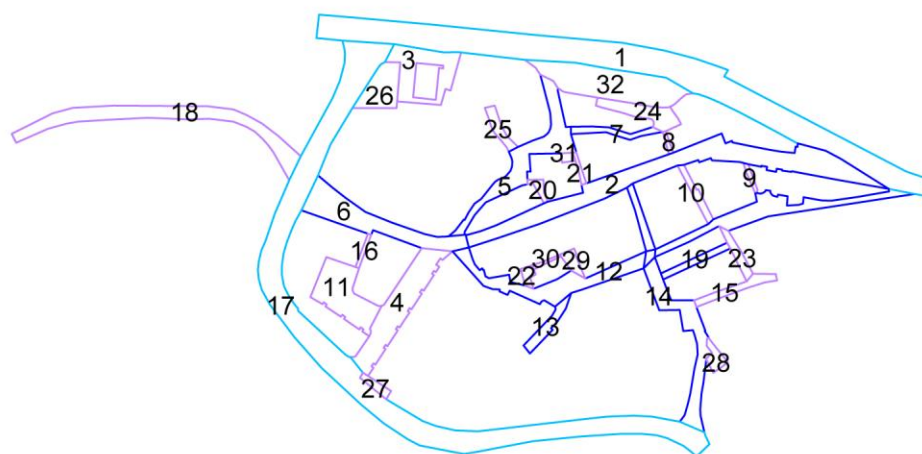
- Beco
- Largo
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

0 50 100 m





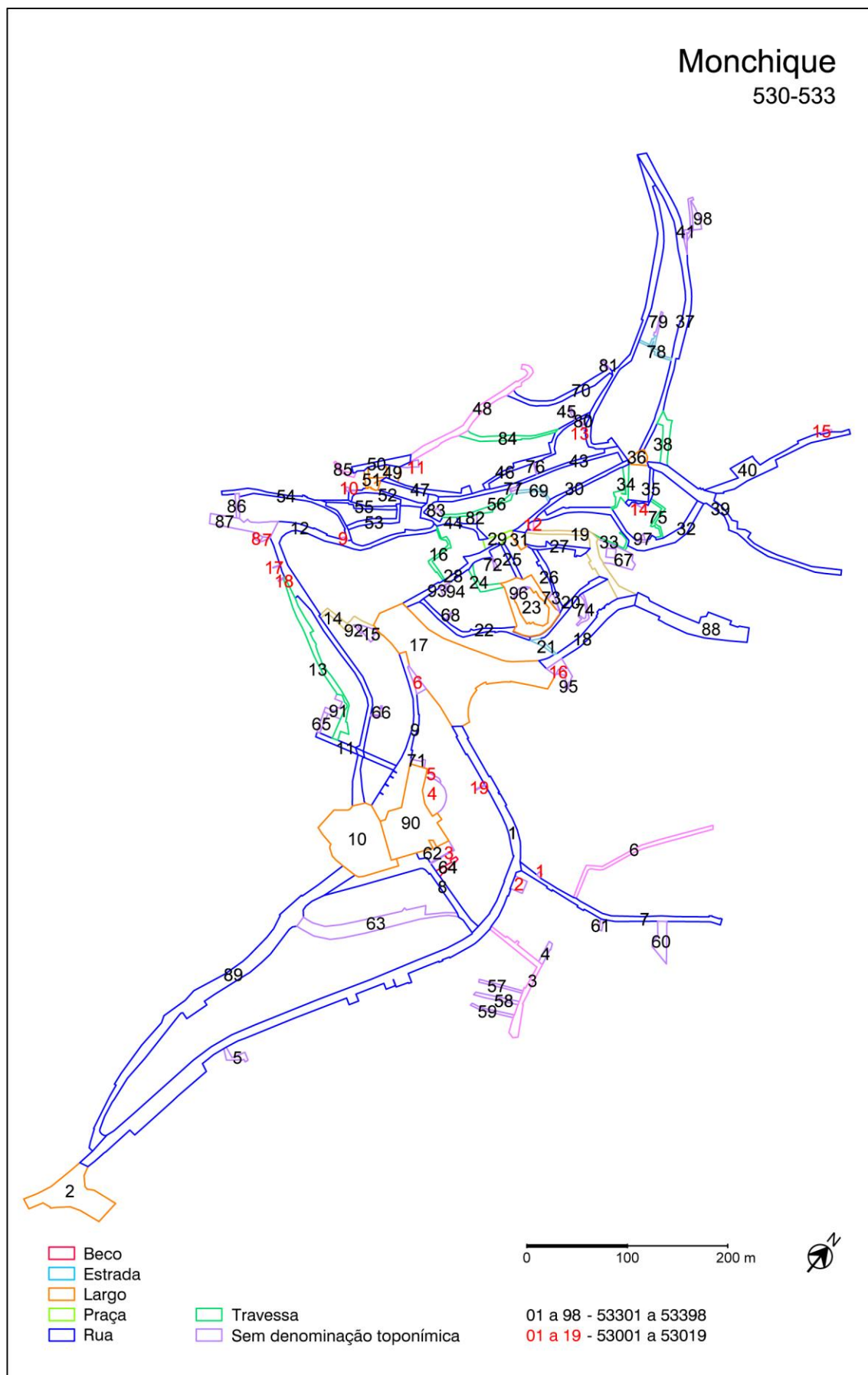
Casais 532

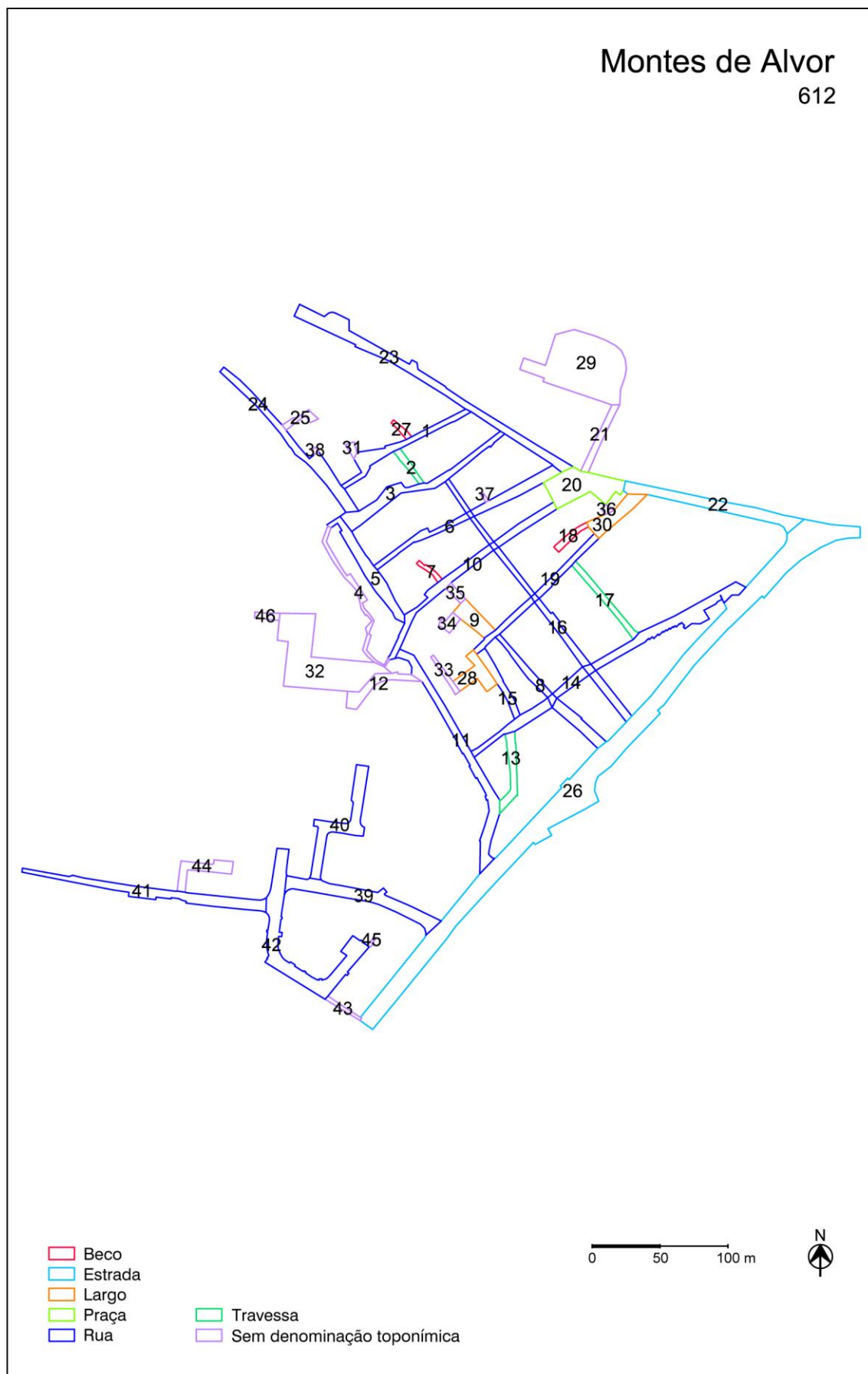


— Estrada
— Rua
— Sem denominação toponímica

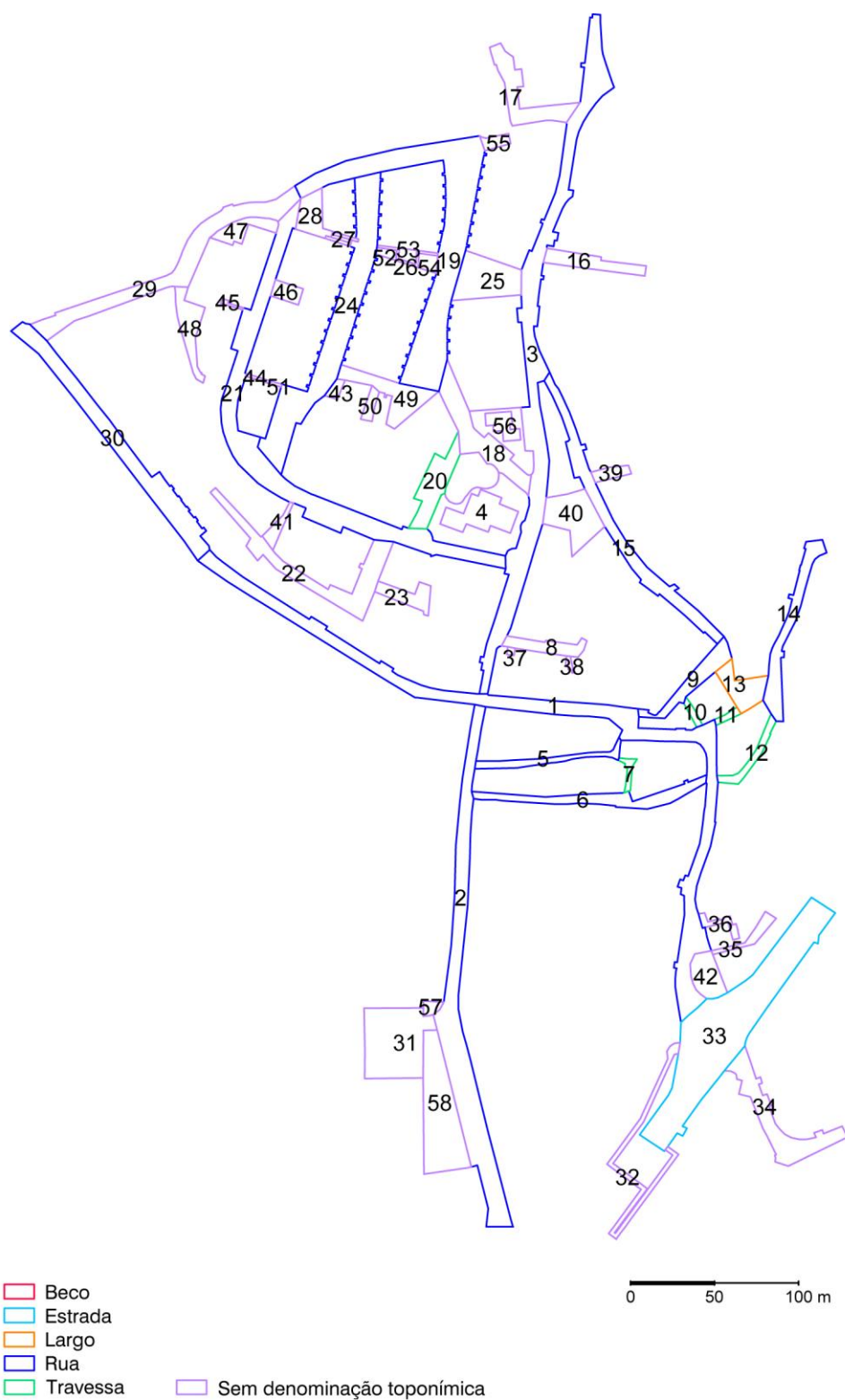
0 50 100 m

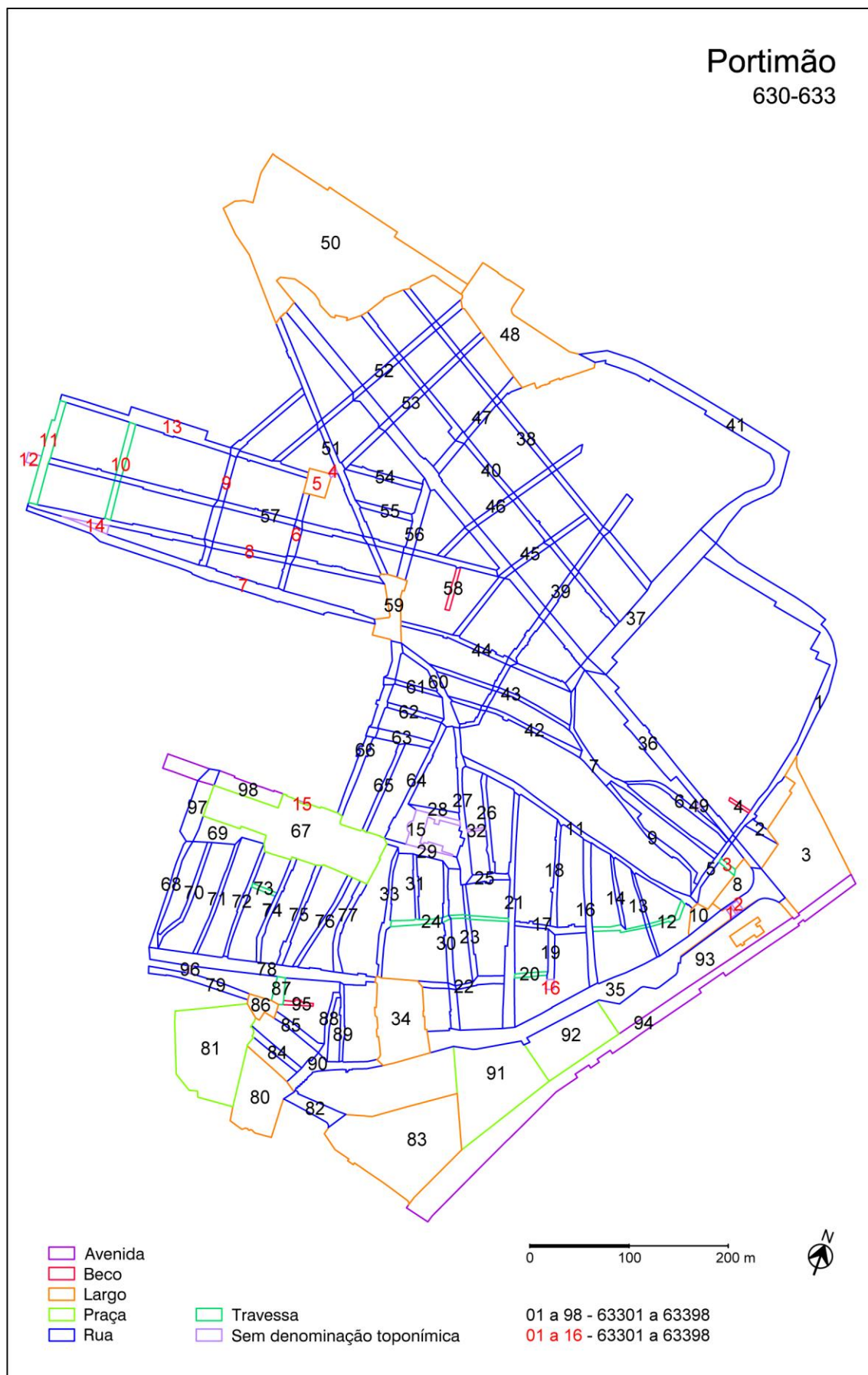


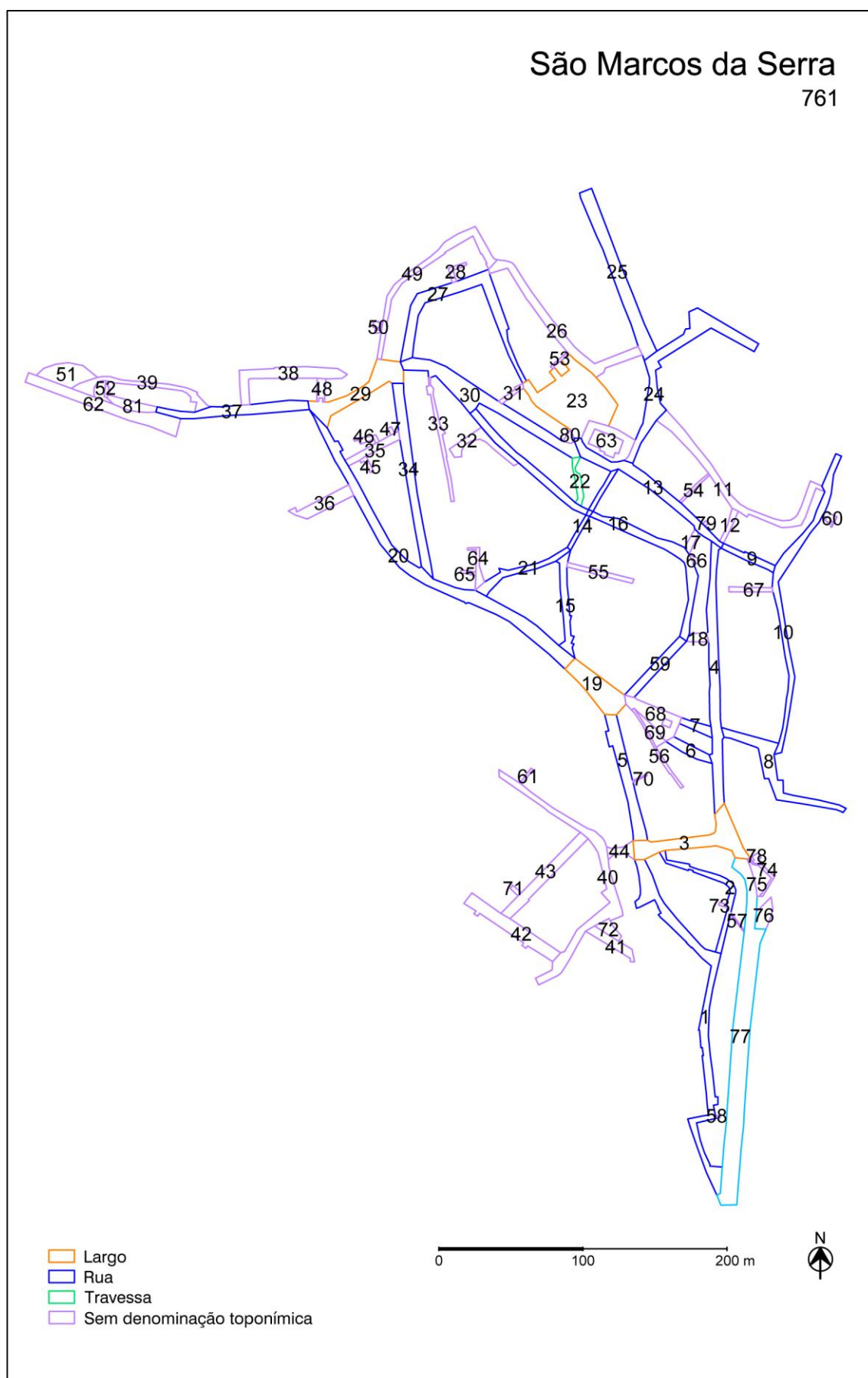


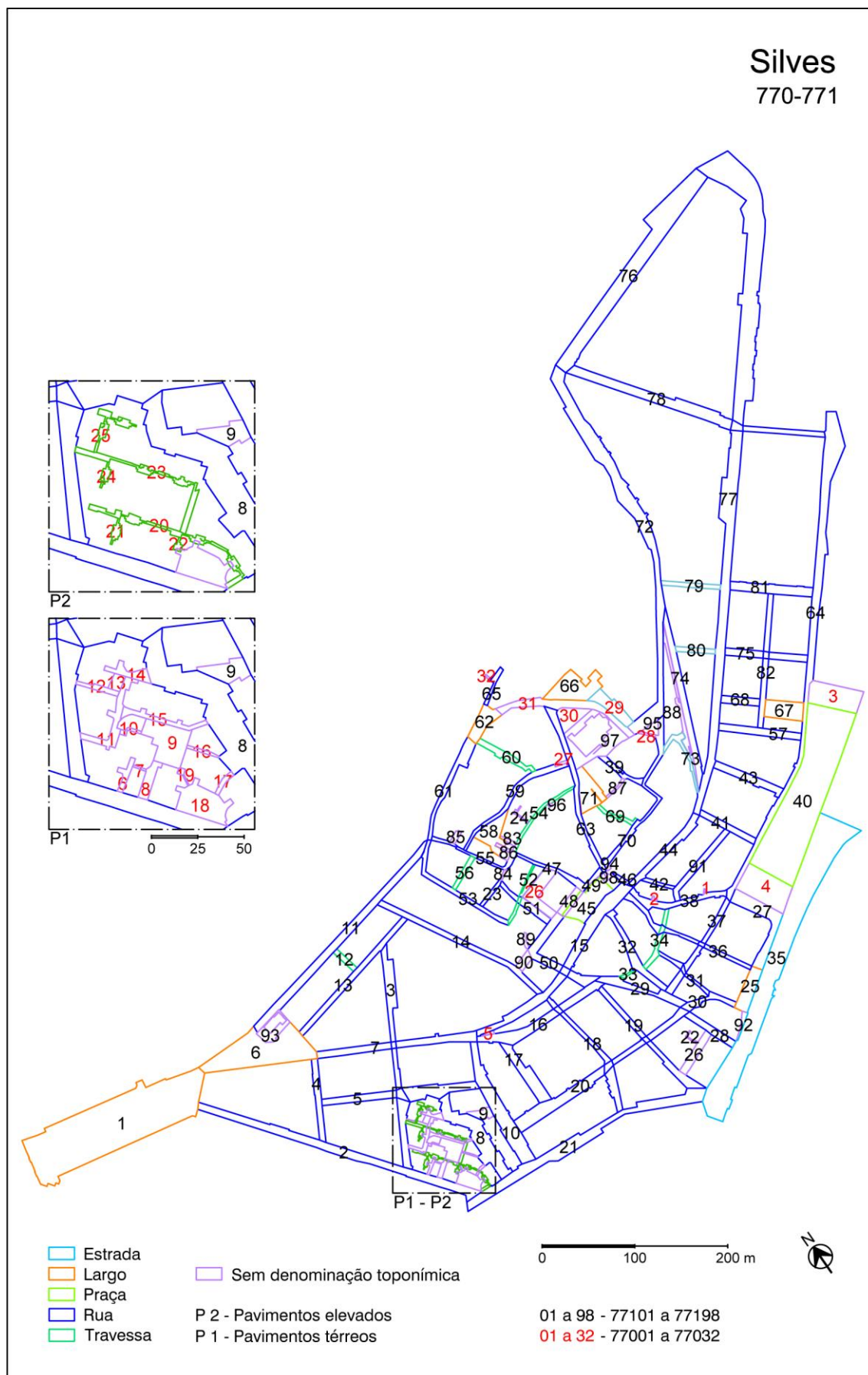


Figueira 621



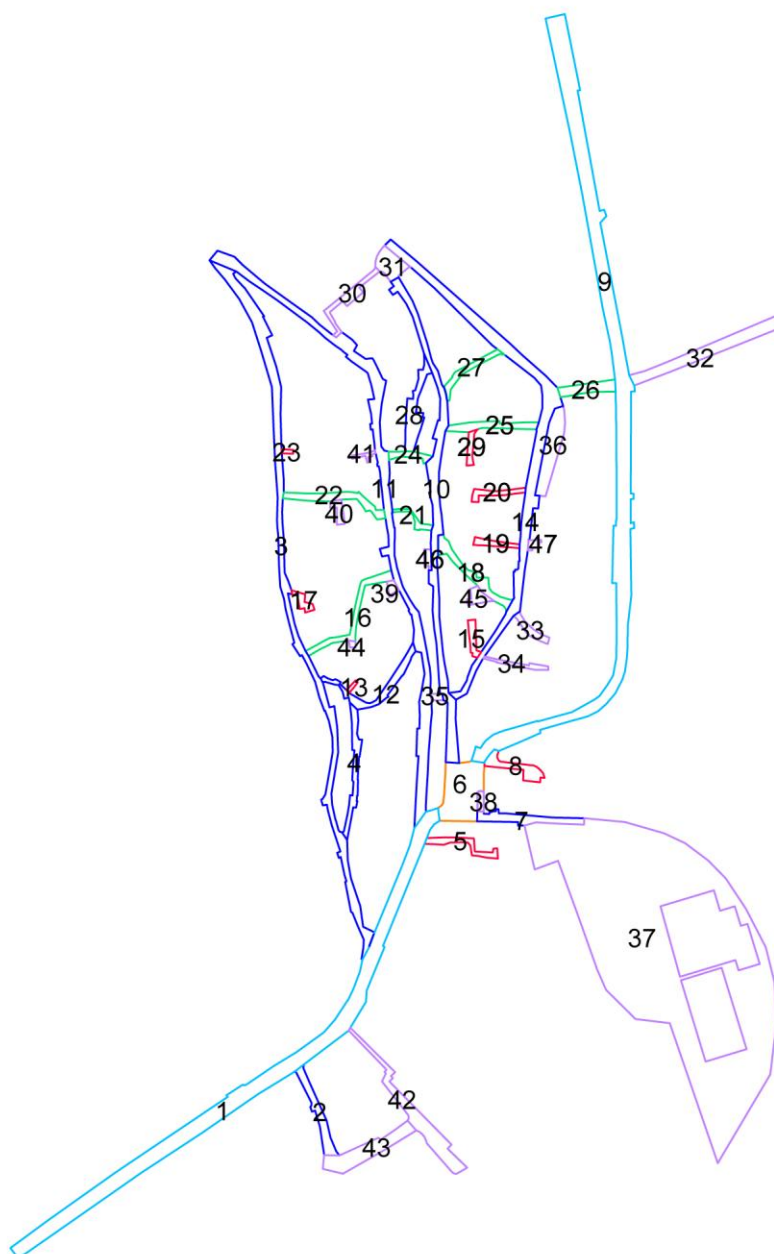






Barão de São Miguel

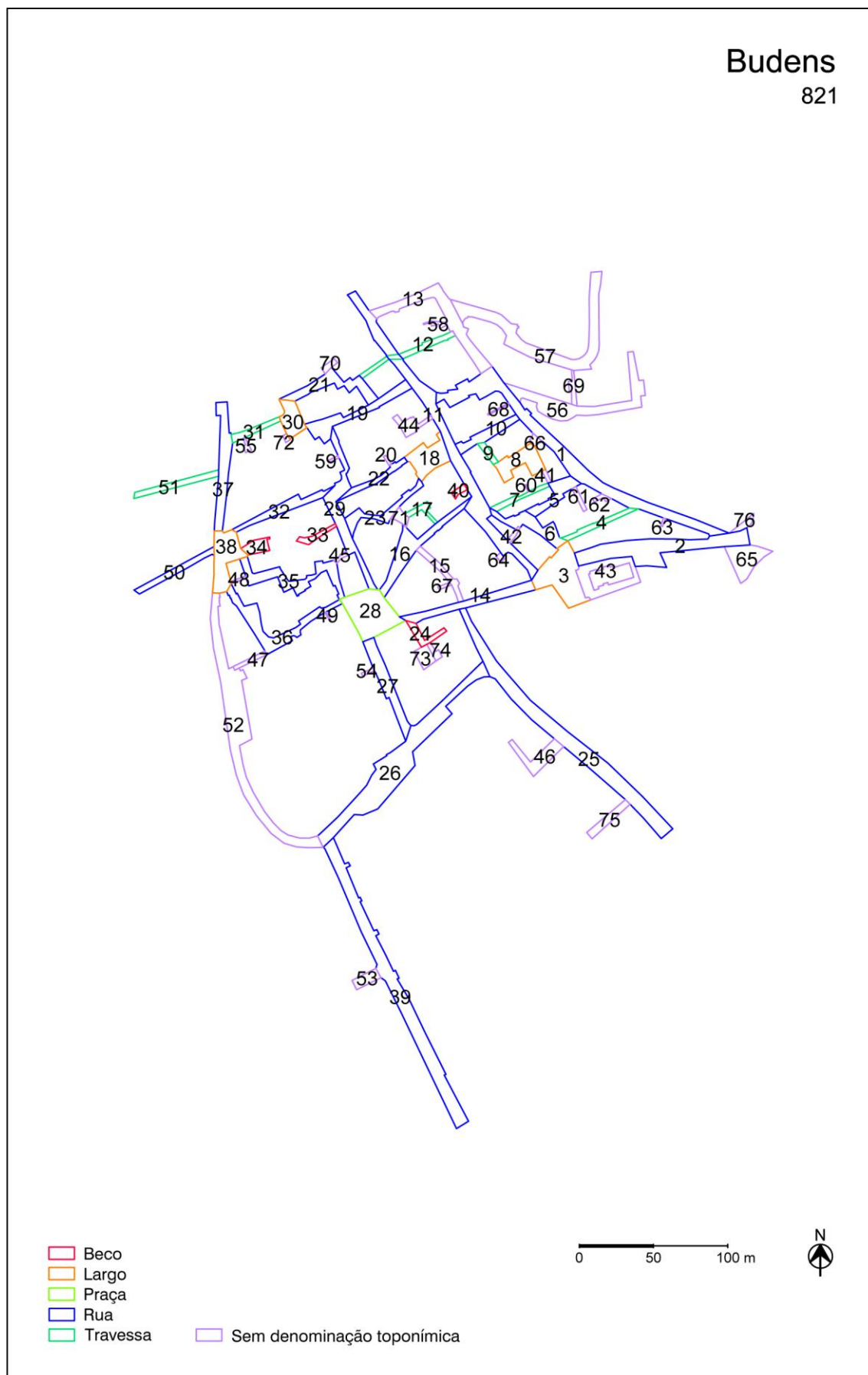
811

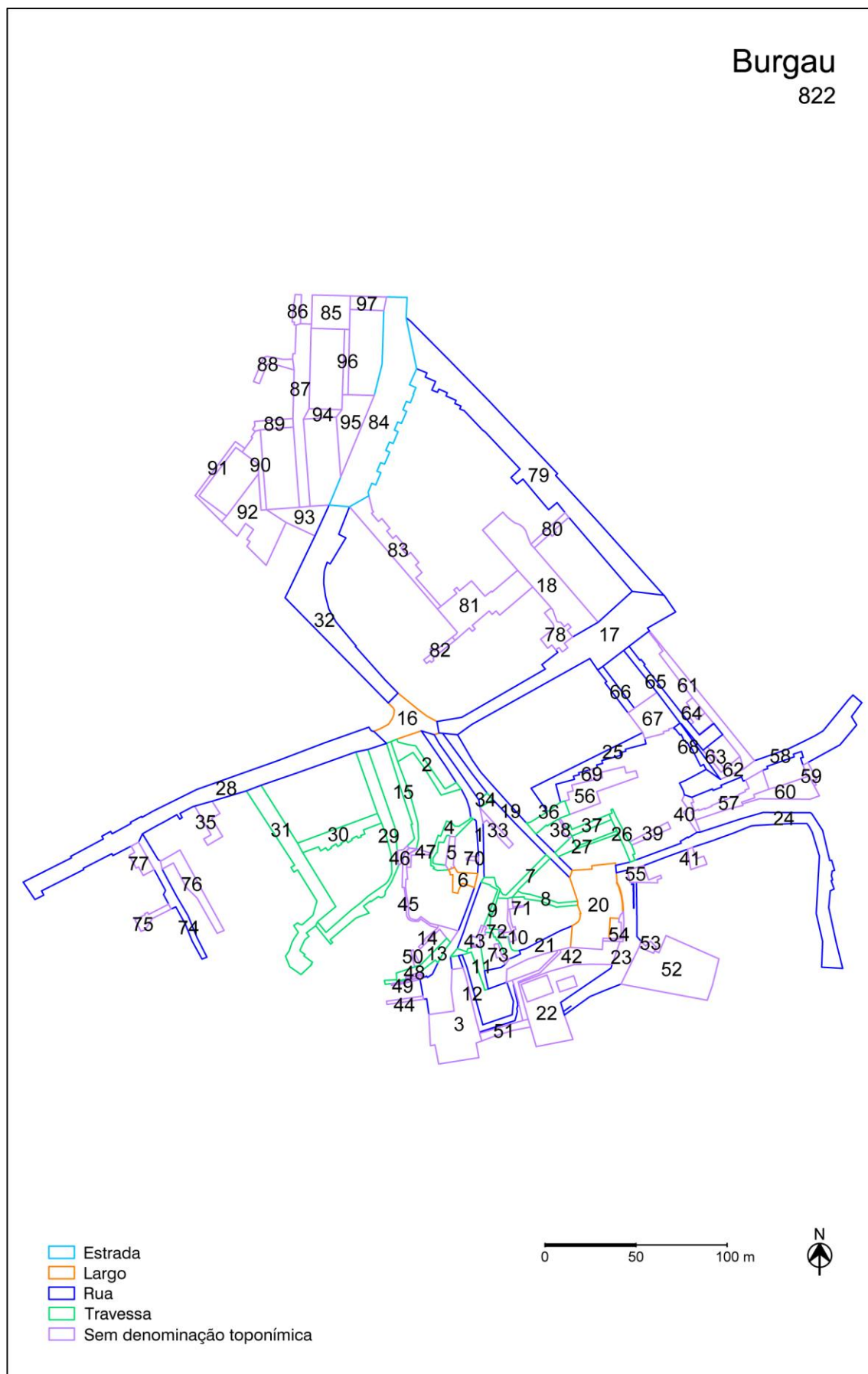


- Beco
- Estrada
- Largo
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

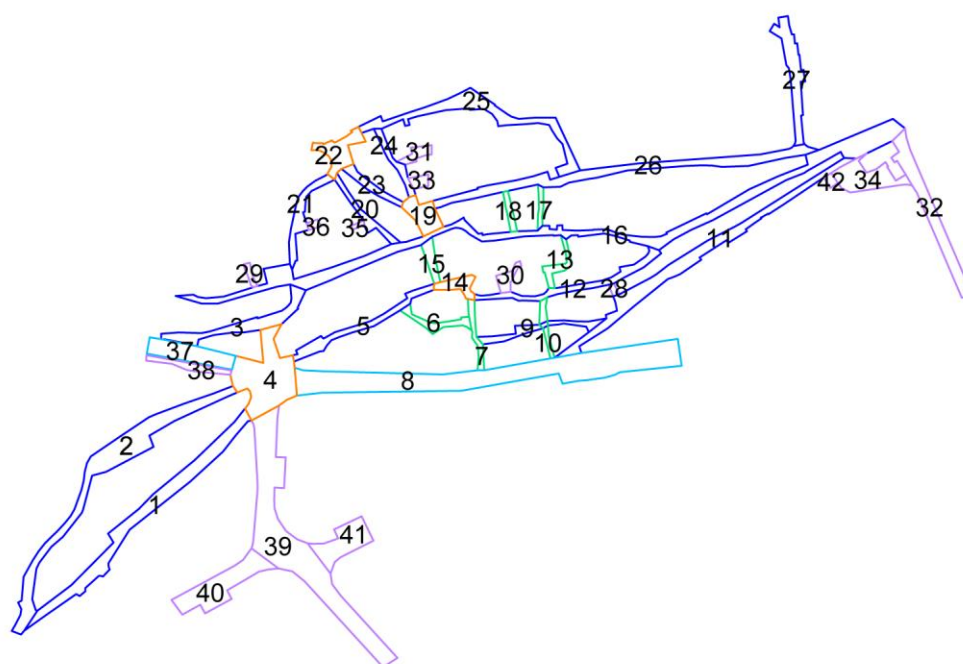
0 50 100 m







Figueira 823

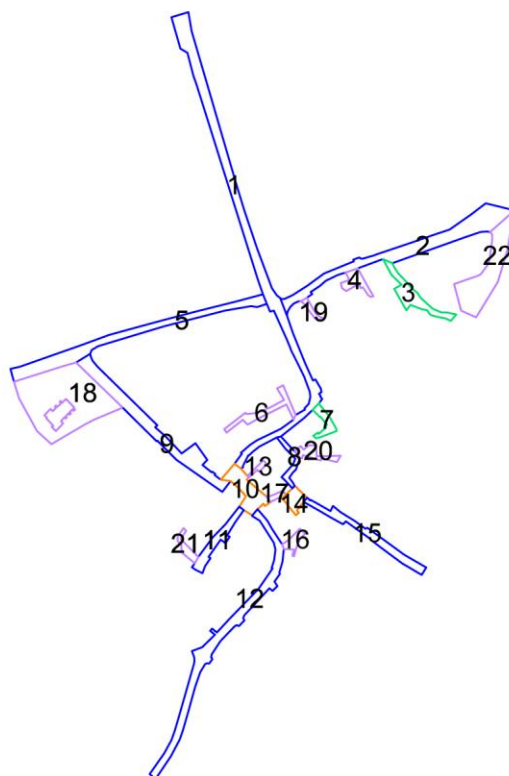


- Estrada
- Largo
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

0 100 200 m



Vale de Boi 825

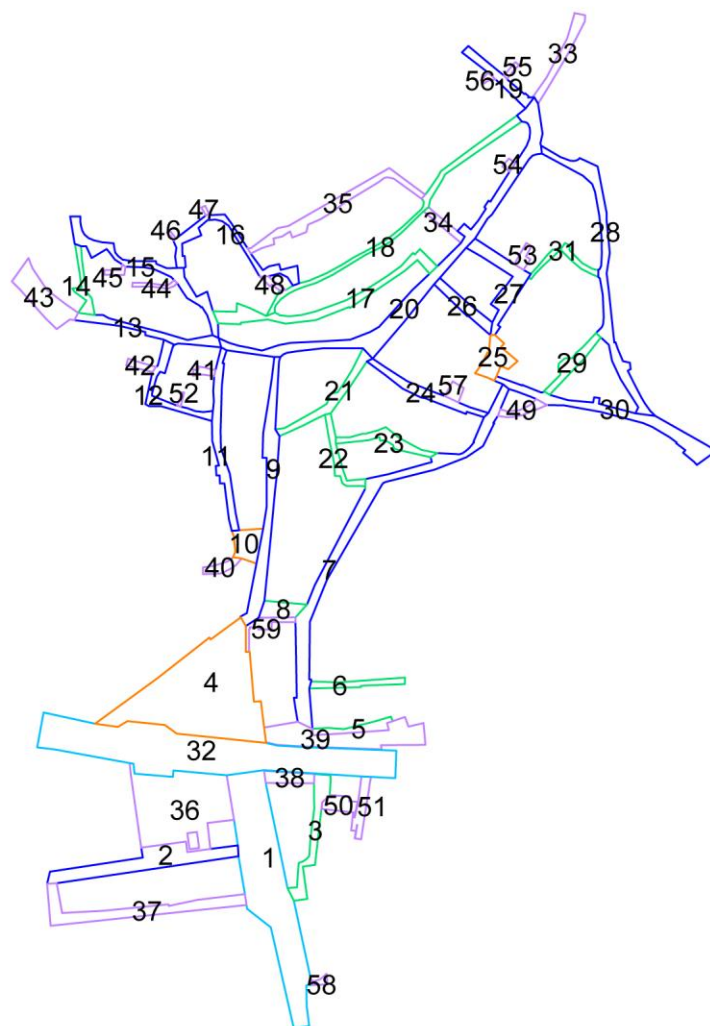


- Largo
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

0 50 100 m



Raposeira 831



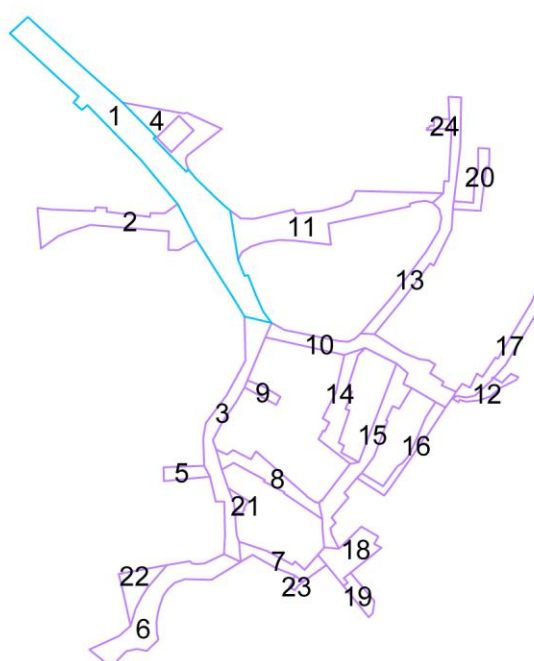
- Estrada
- Largo
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

0 50 100 m



Hortas do Tabual

832

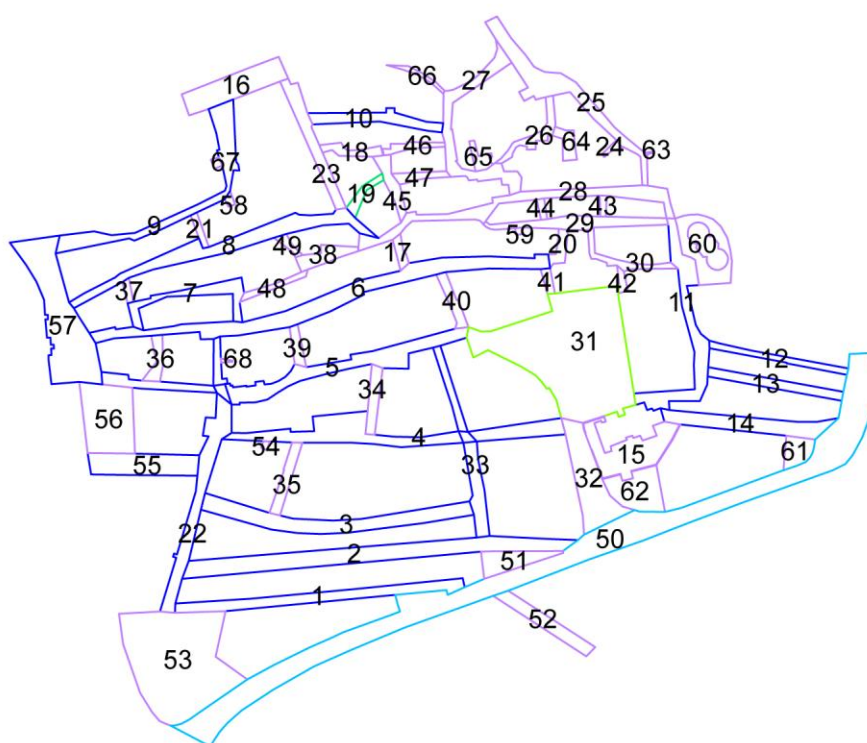


 Estrada
 Sem denominação toponímica

0 50 100 m



Vila do Bispo 852

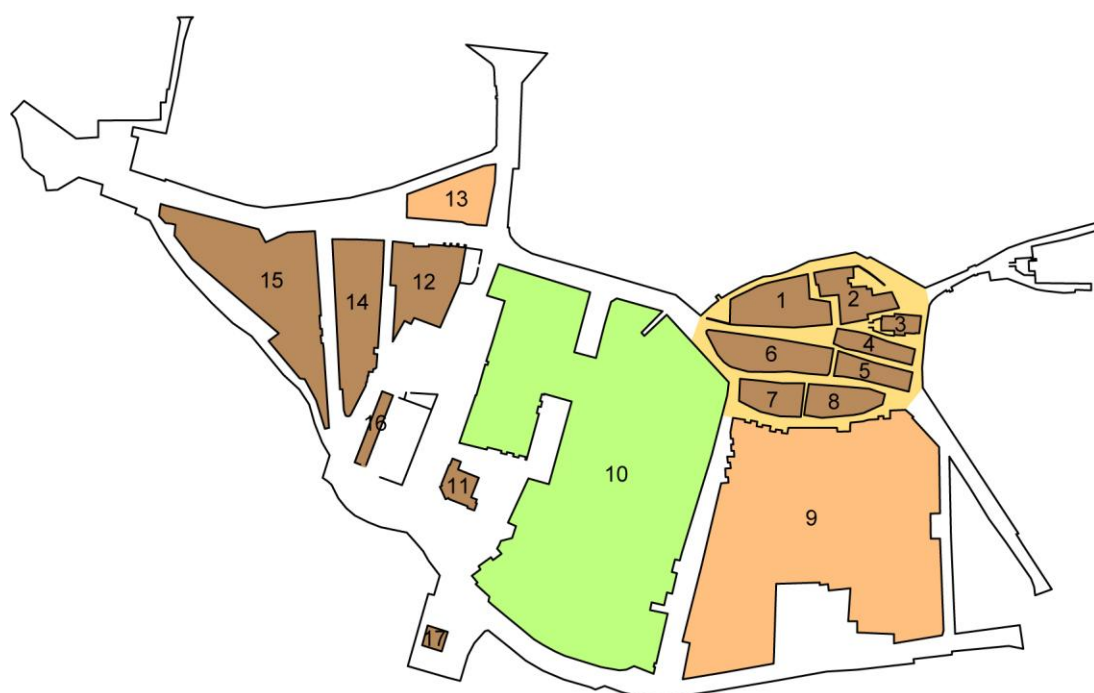


- Estrada
- Praça
- Rua
- Travessa
- Sem denominação toponímica

0 100 200 m



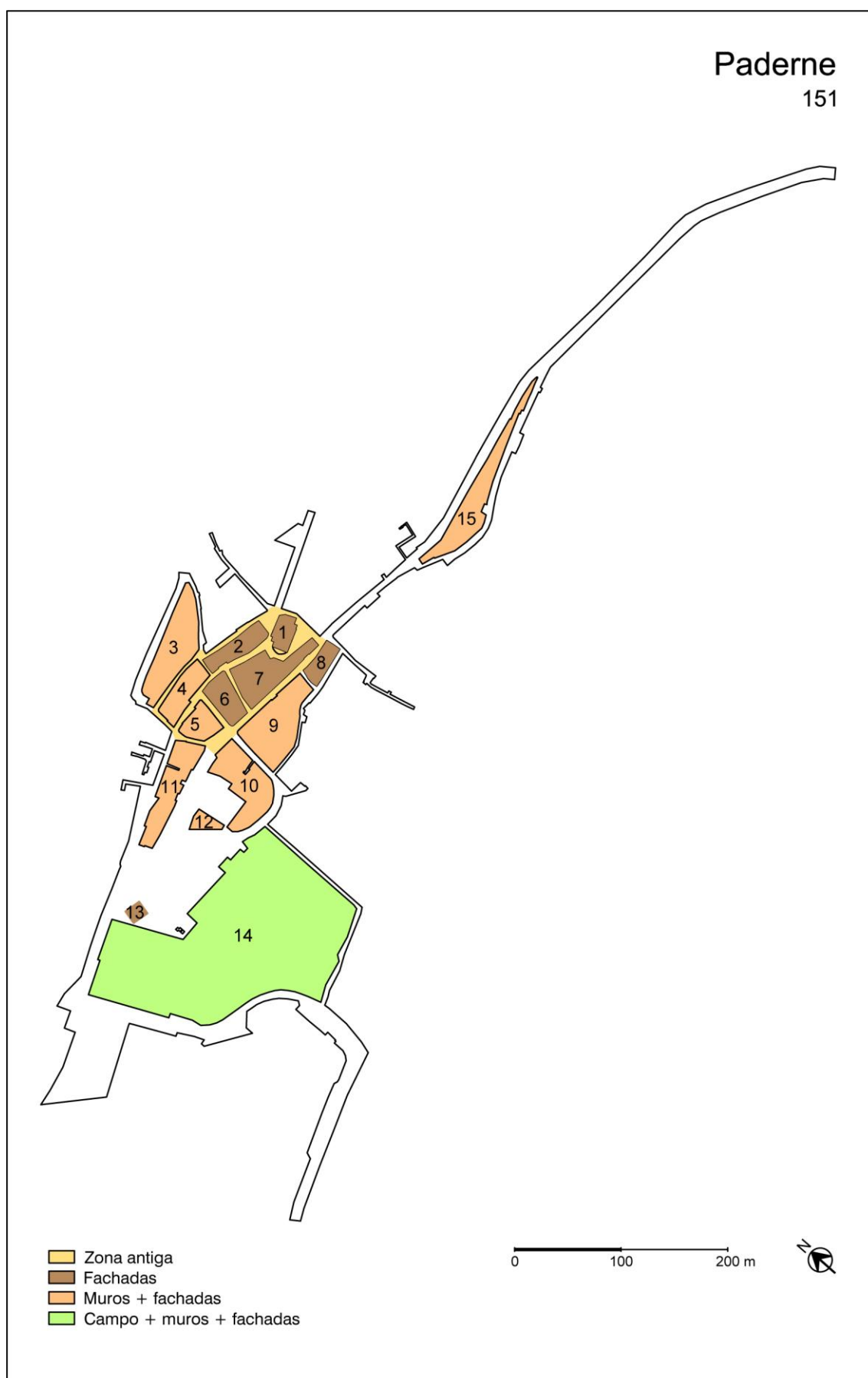




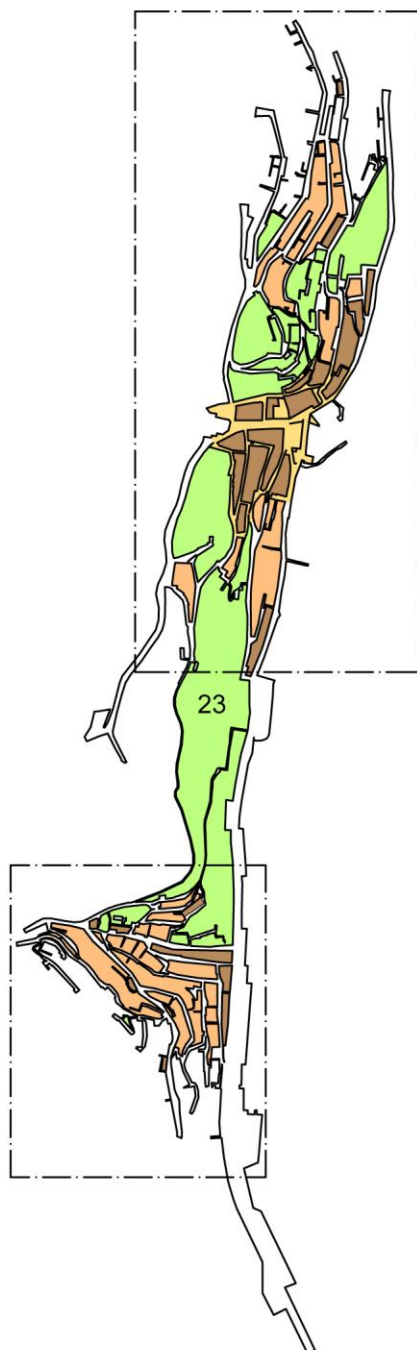
- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

0 100 200 m





Aljezur 210-211

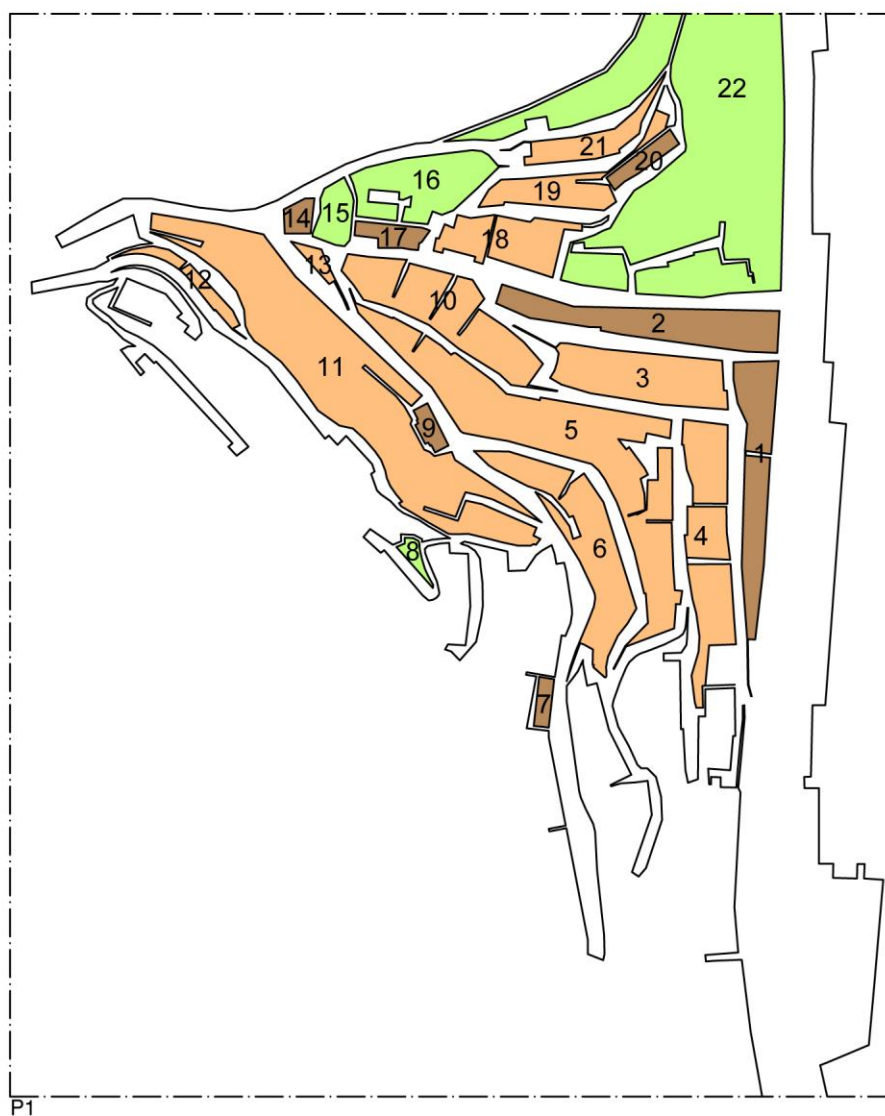


- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

0 100 200 m



Aljezur
210-211

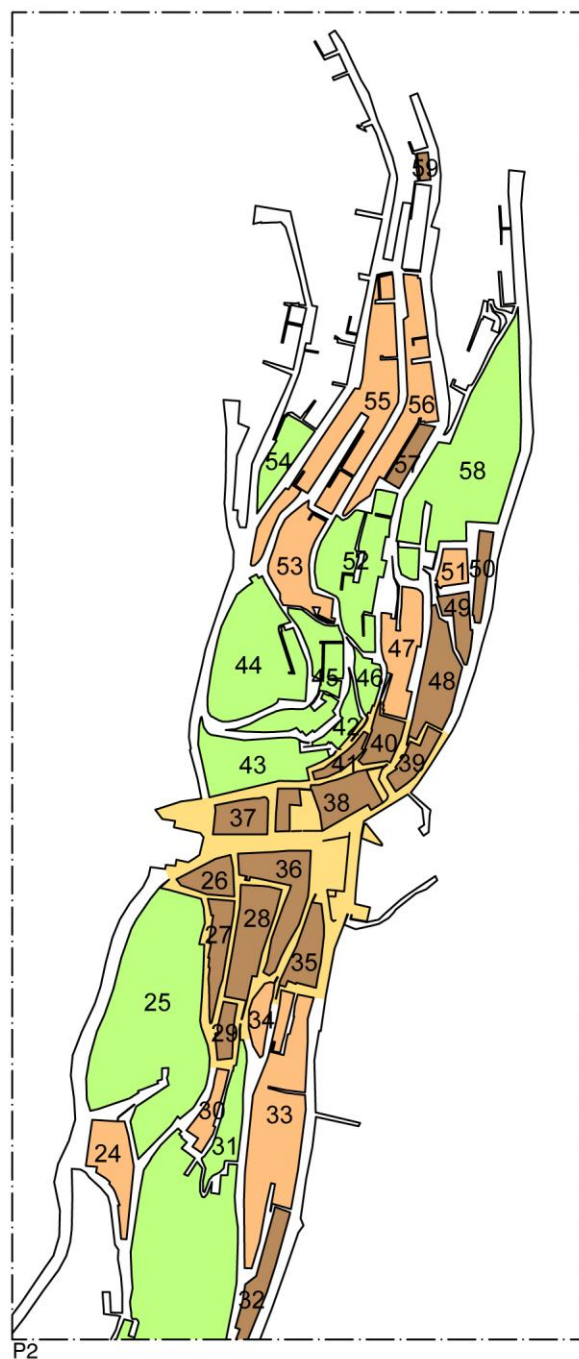


- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

0 50 100 m



Aljezur 210-211



- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

0 50 100 m



Bordeira
221



- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

0 50 100 m



Carrapateira

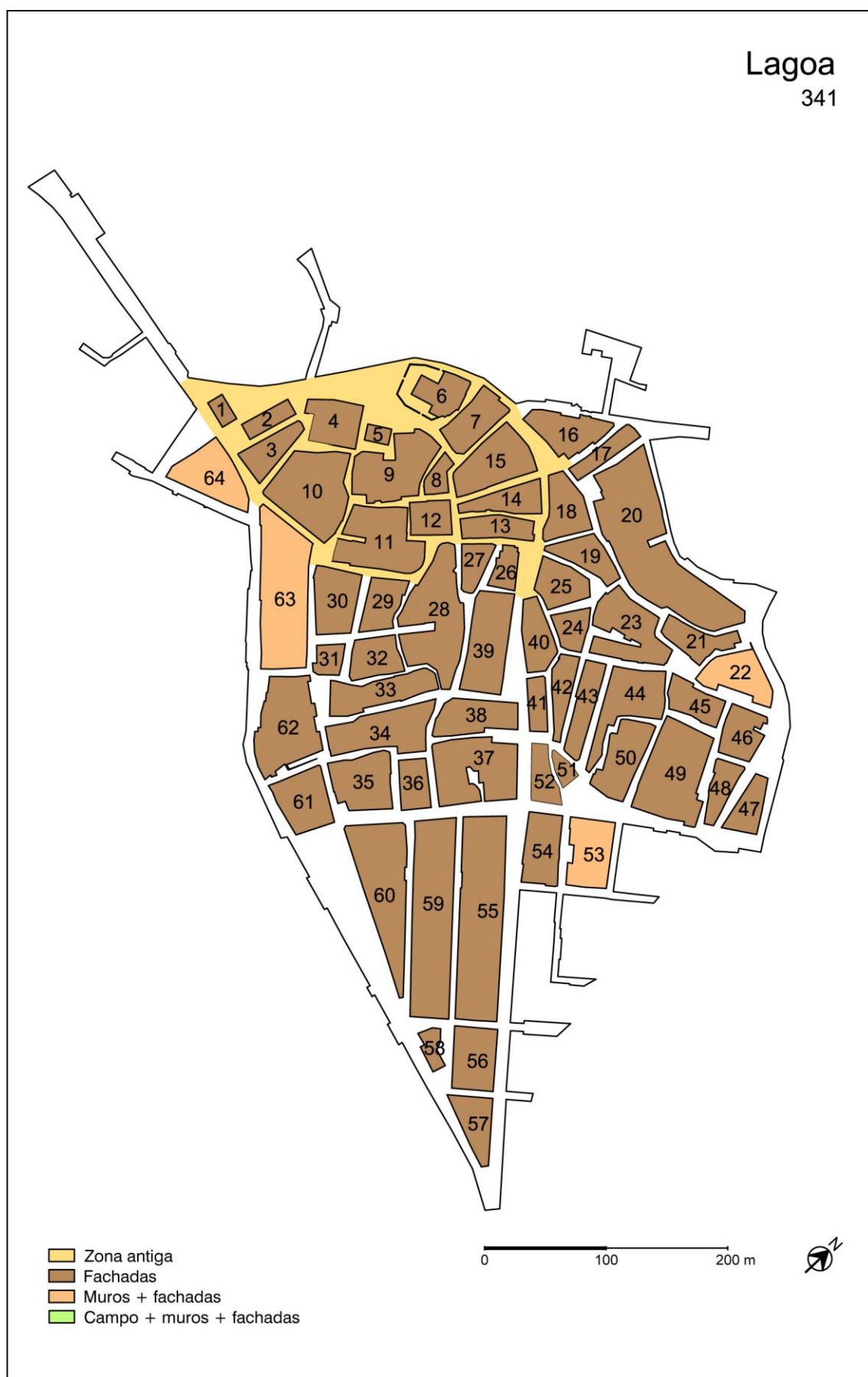
222

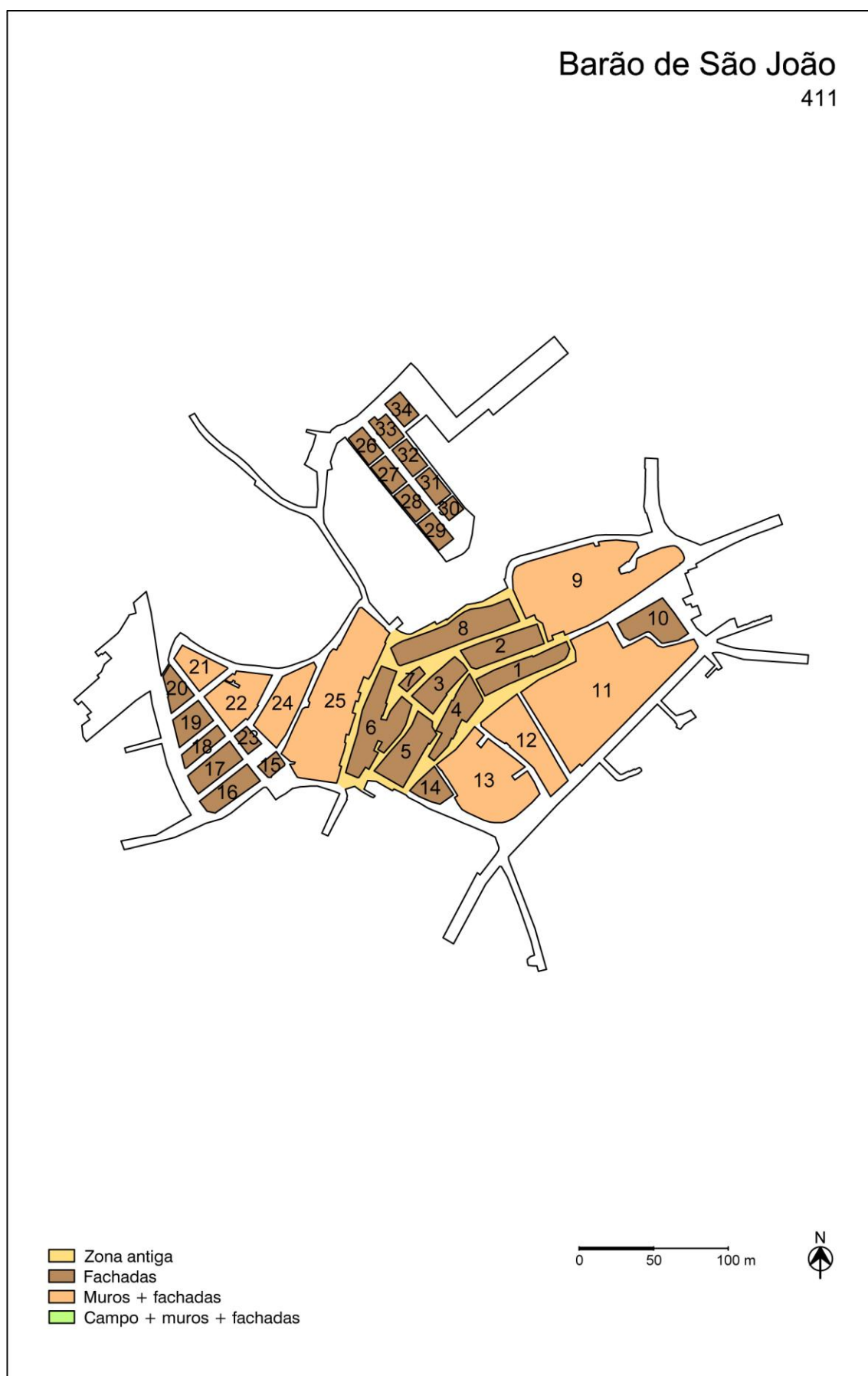


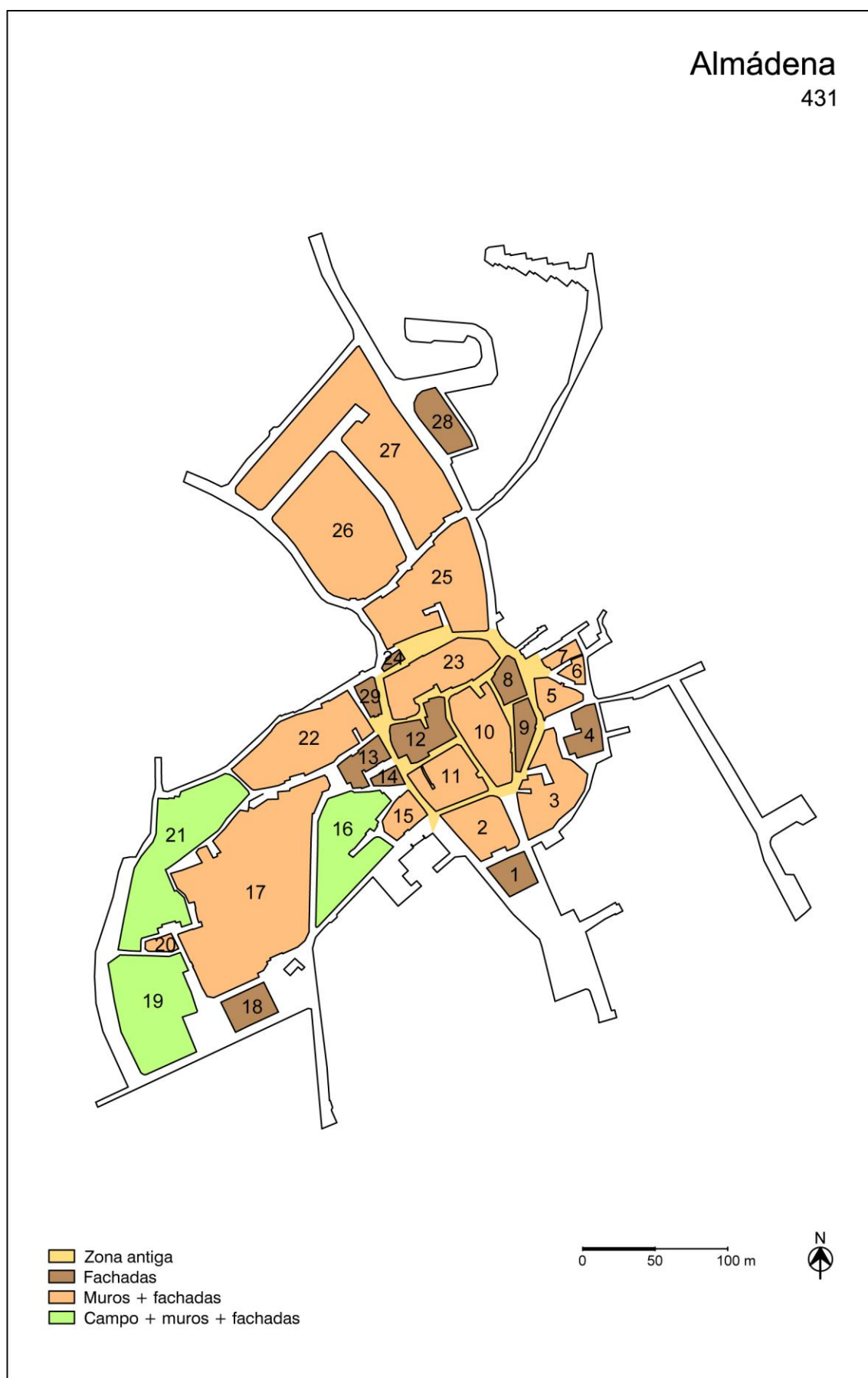
- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

0 50 100 m

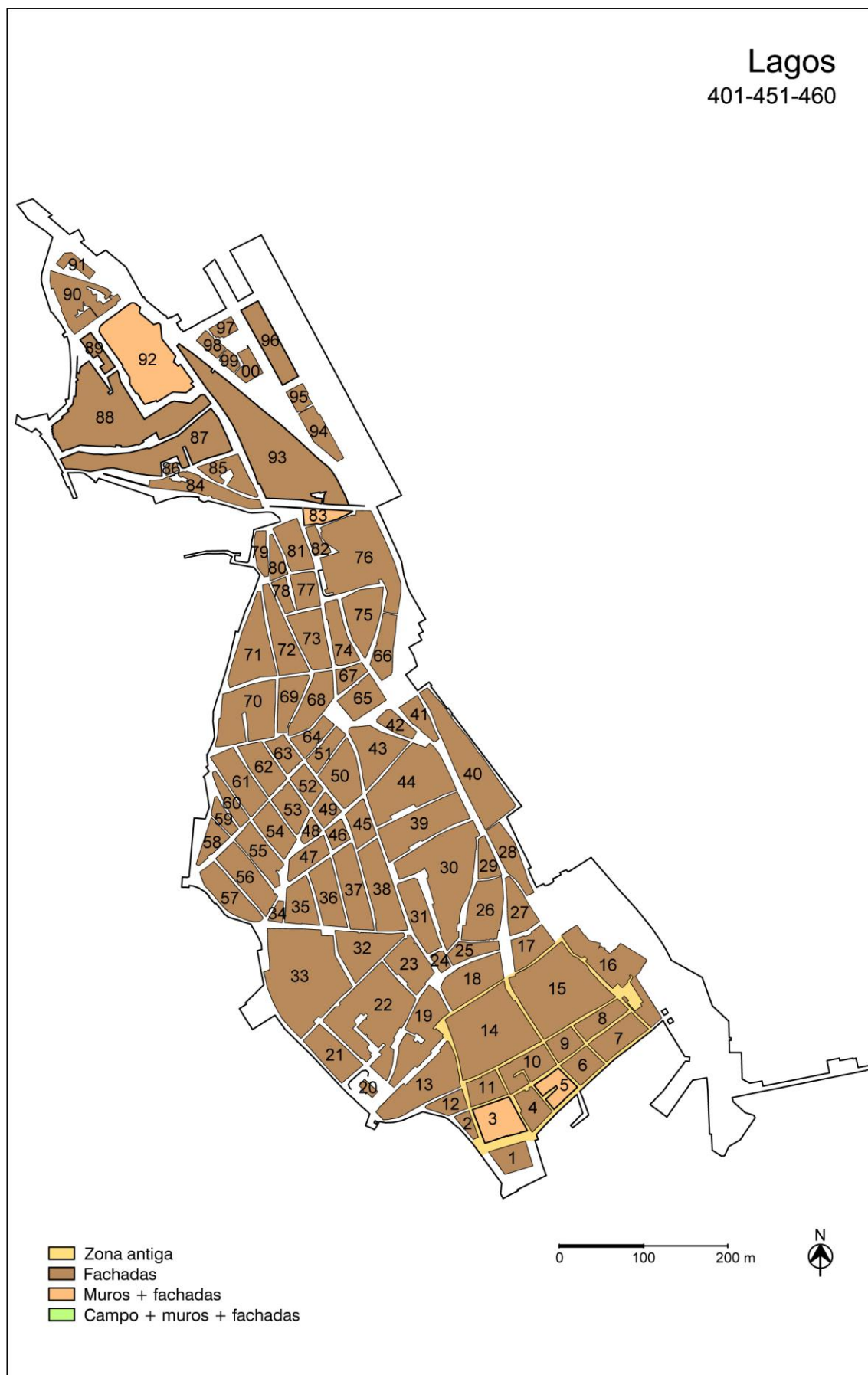




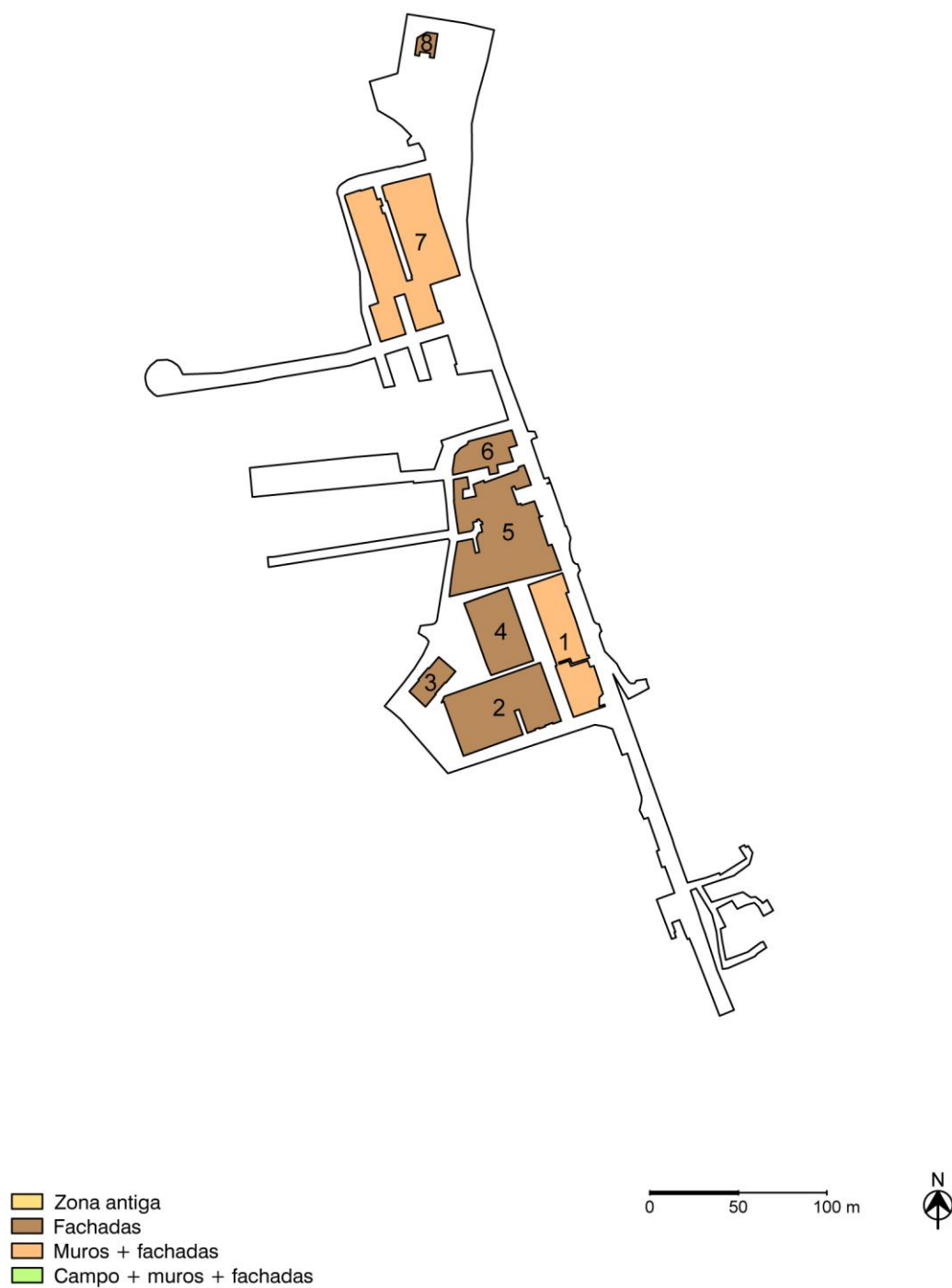


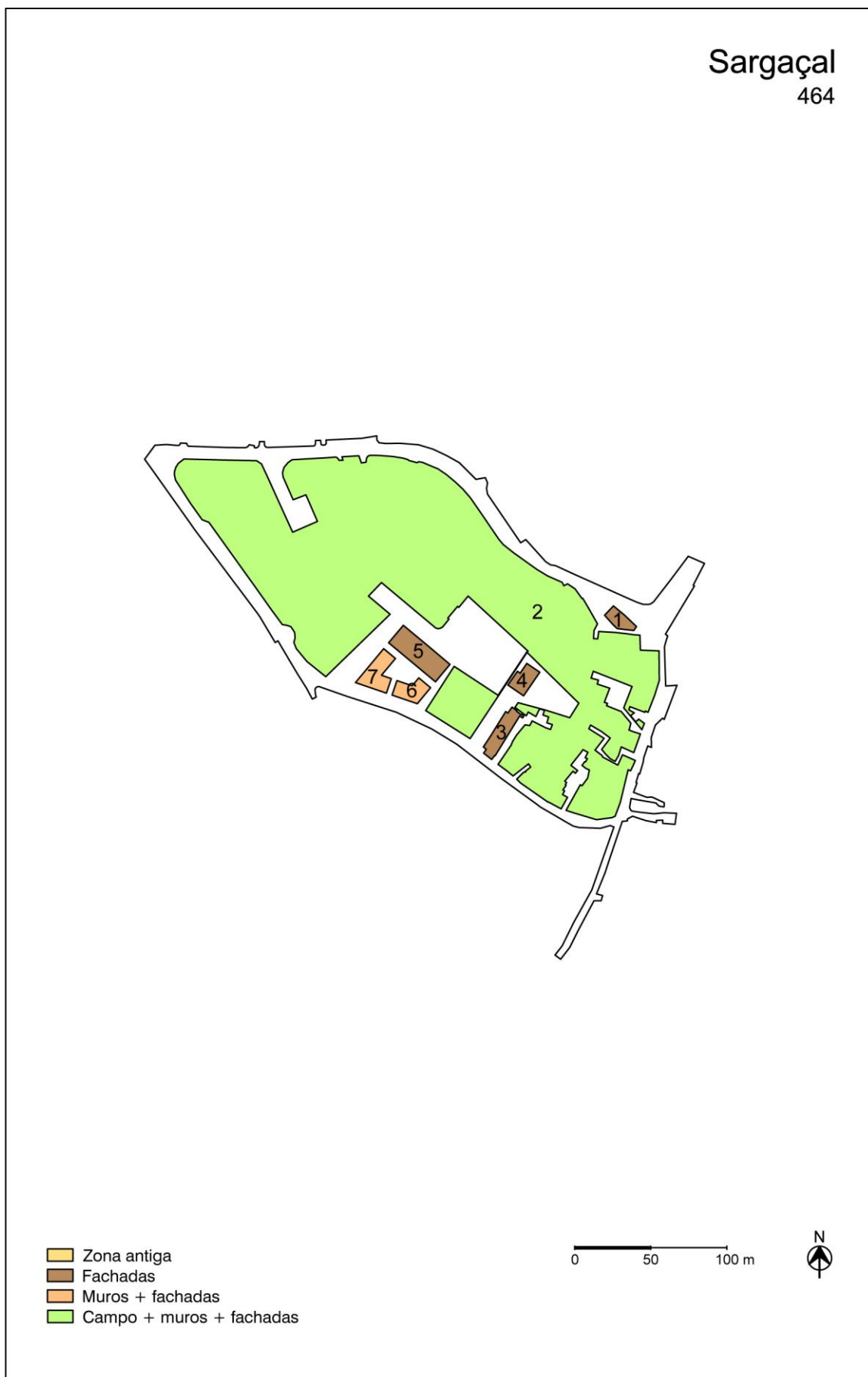




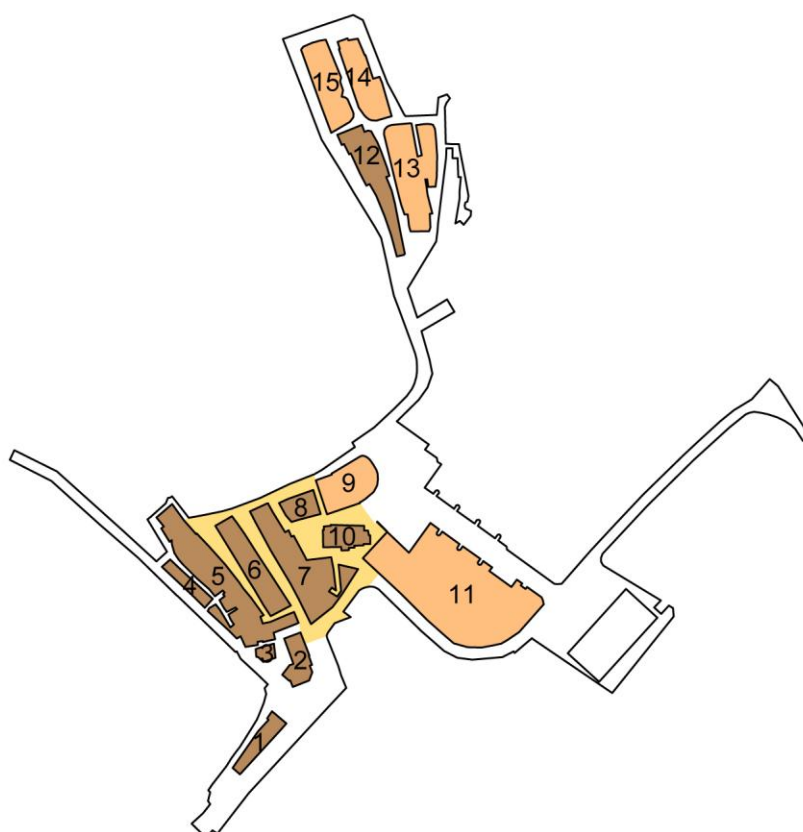


Portelas 463





Alferce
511



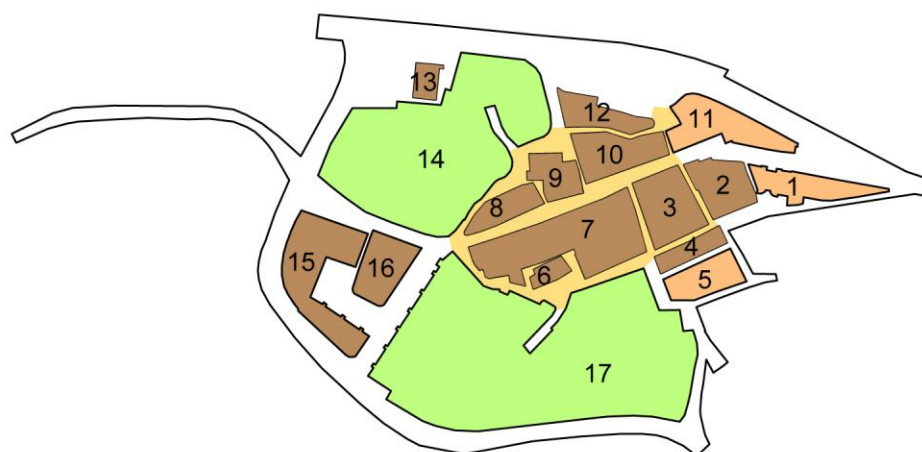
- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

0 50 100 m





Casais 532



- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

0 50 100 m







Figueira
621



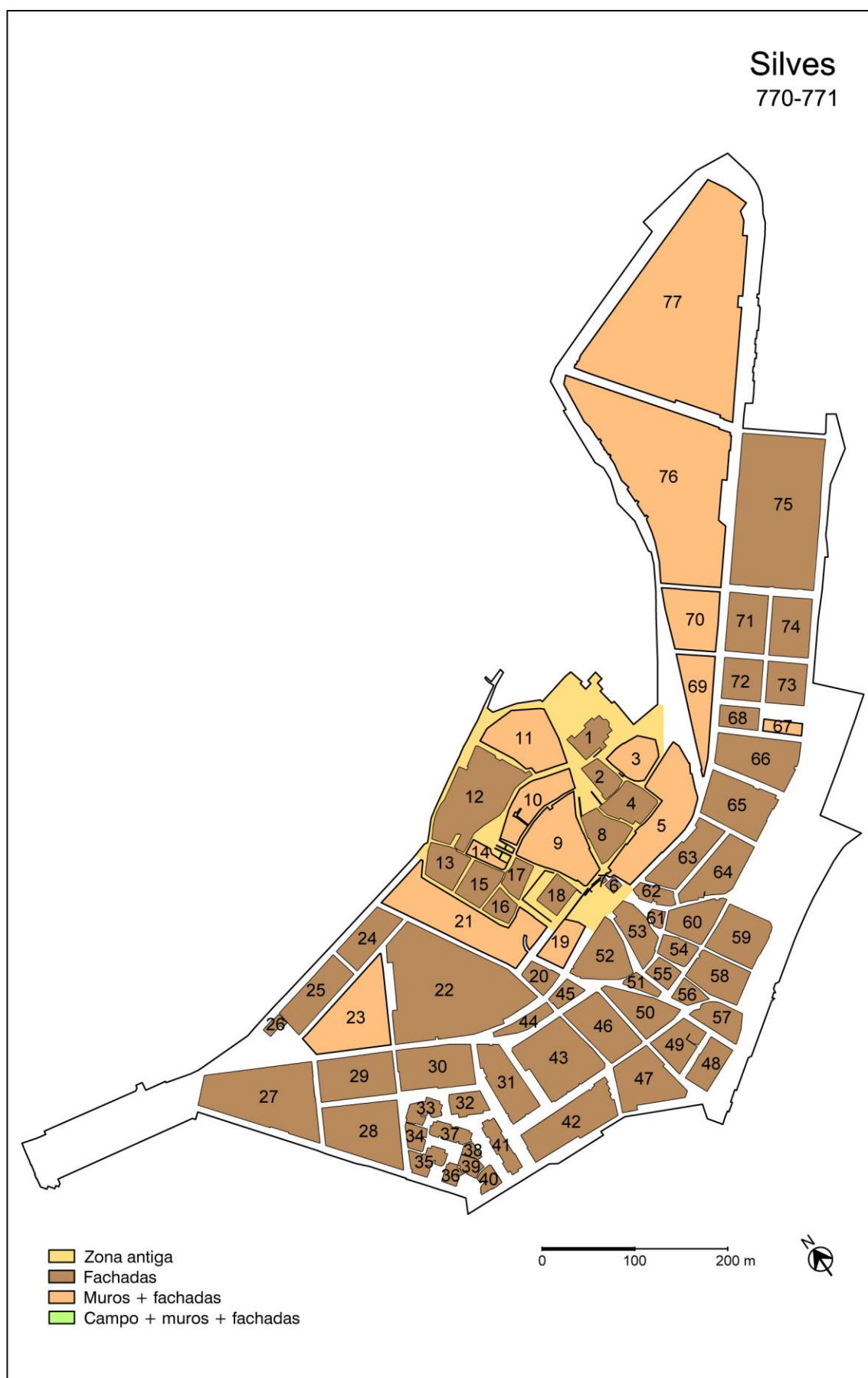
- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

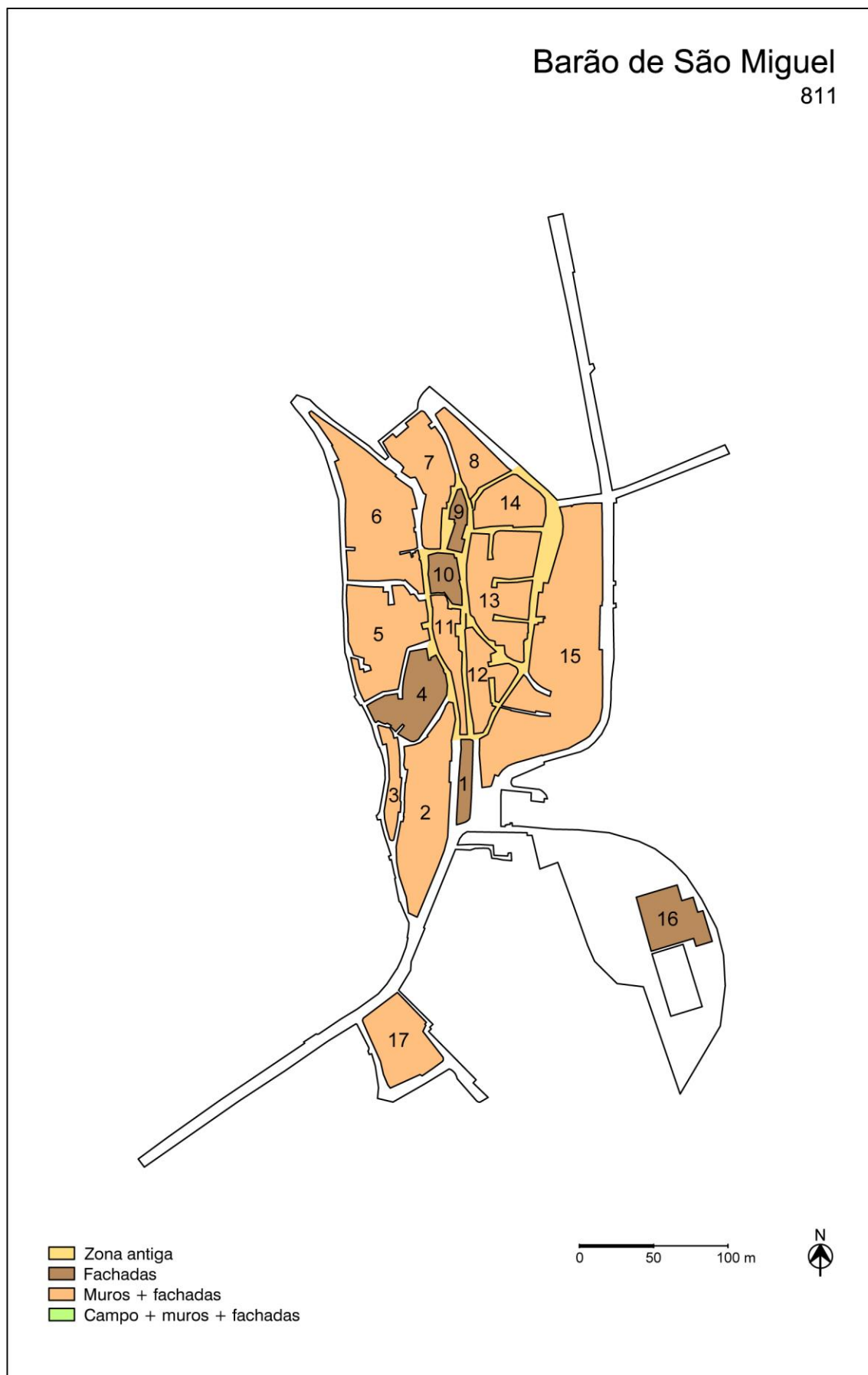
0 50 100 m



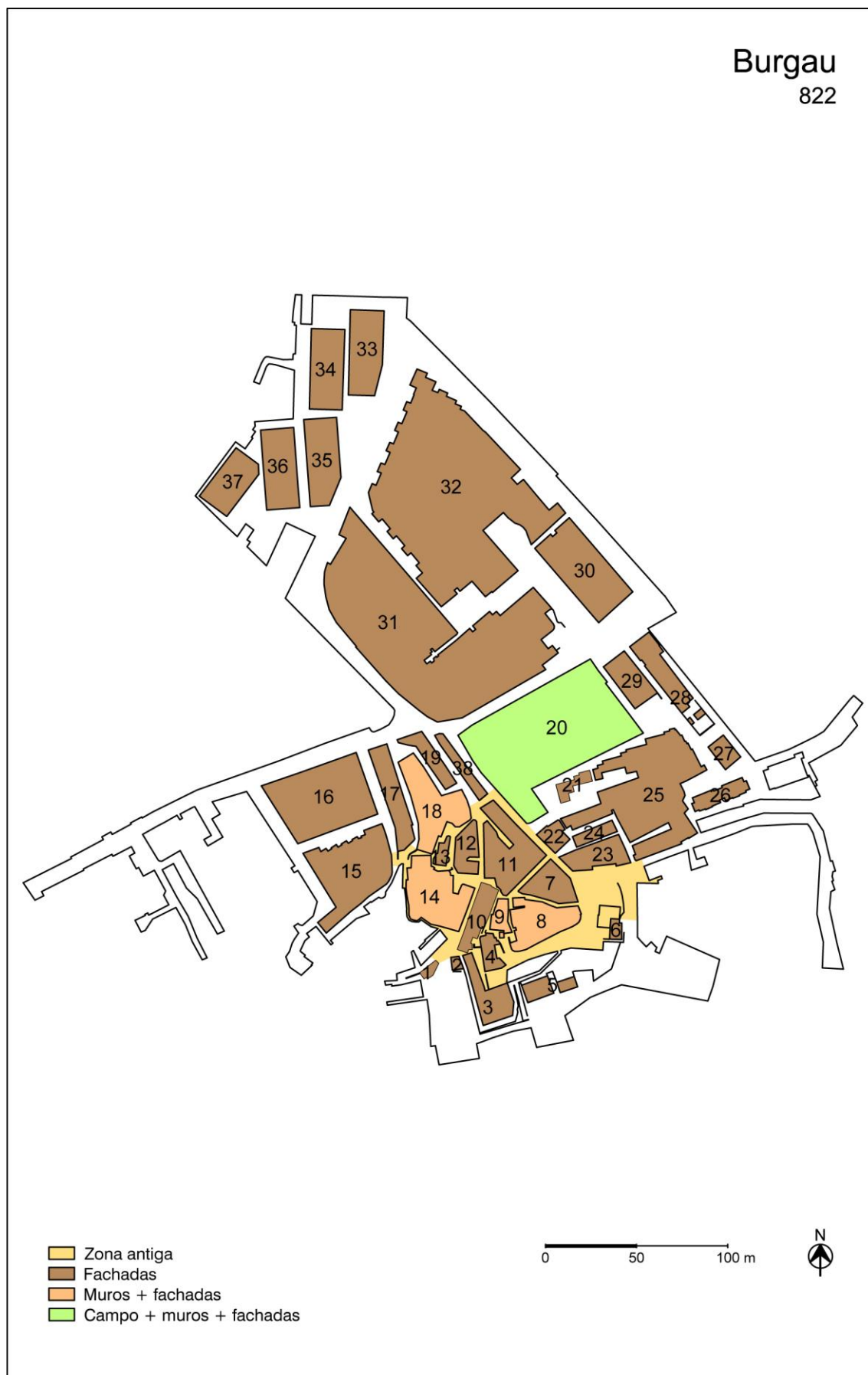




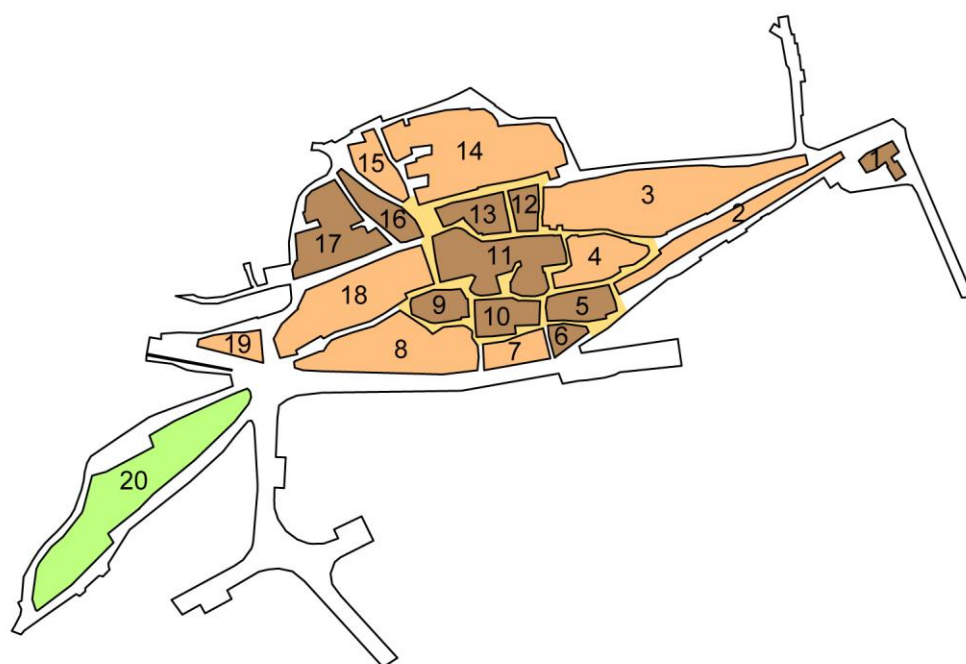








Figueira
823

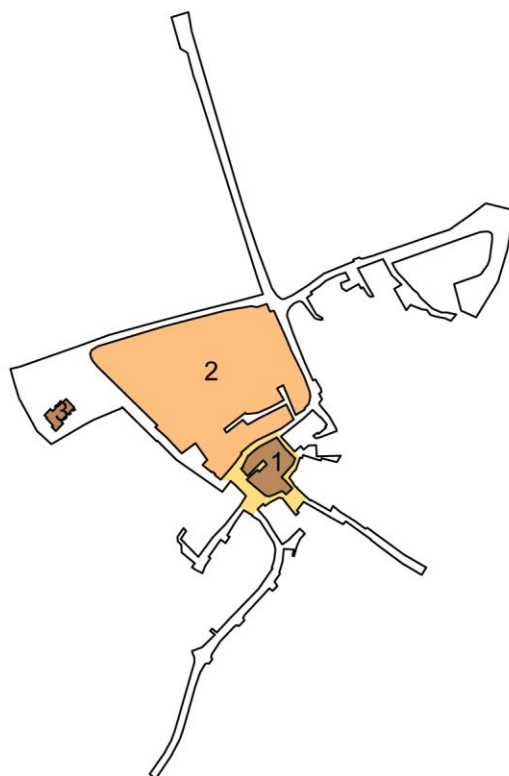


- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

0 100 200 m



Vale de Boi 825

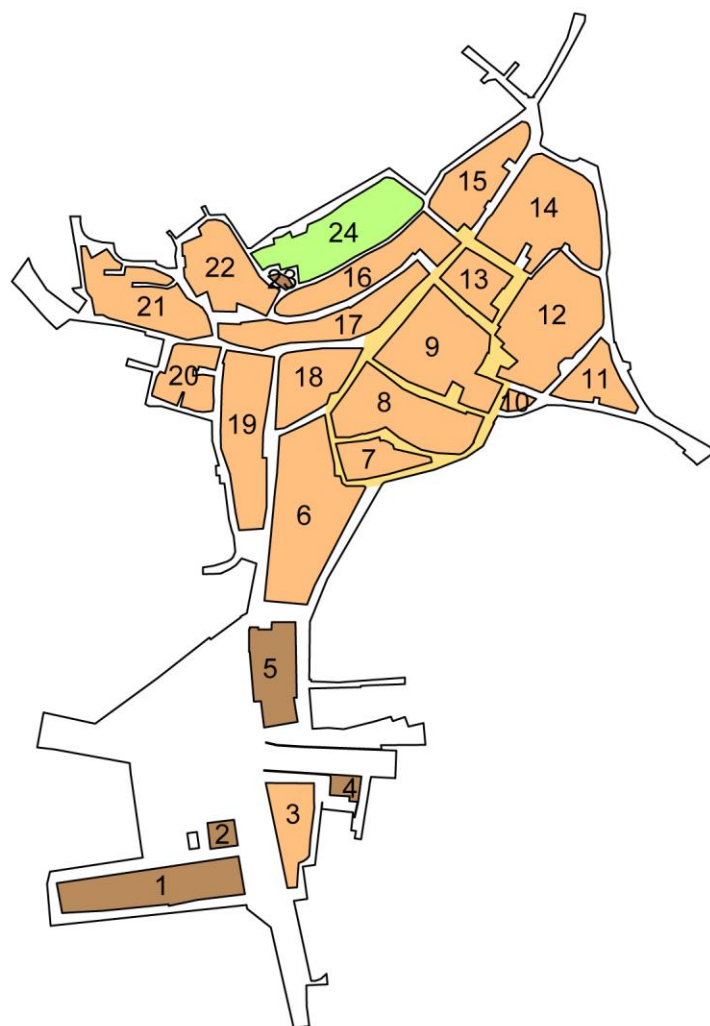


- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

0 50 100 m



Raposeira 831



- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

0 50 100 m



Hortas do Tabual

832

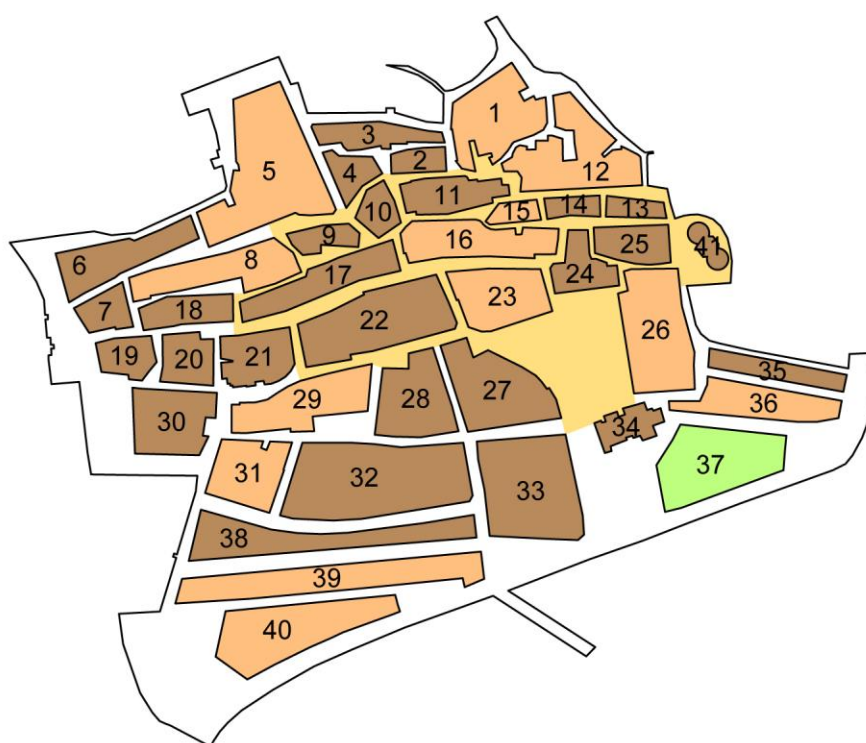


- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

0 50 100 m



Vila do Bispo 852

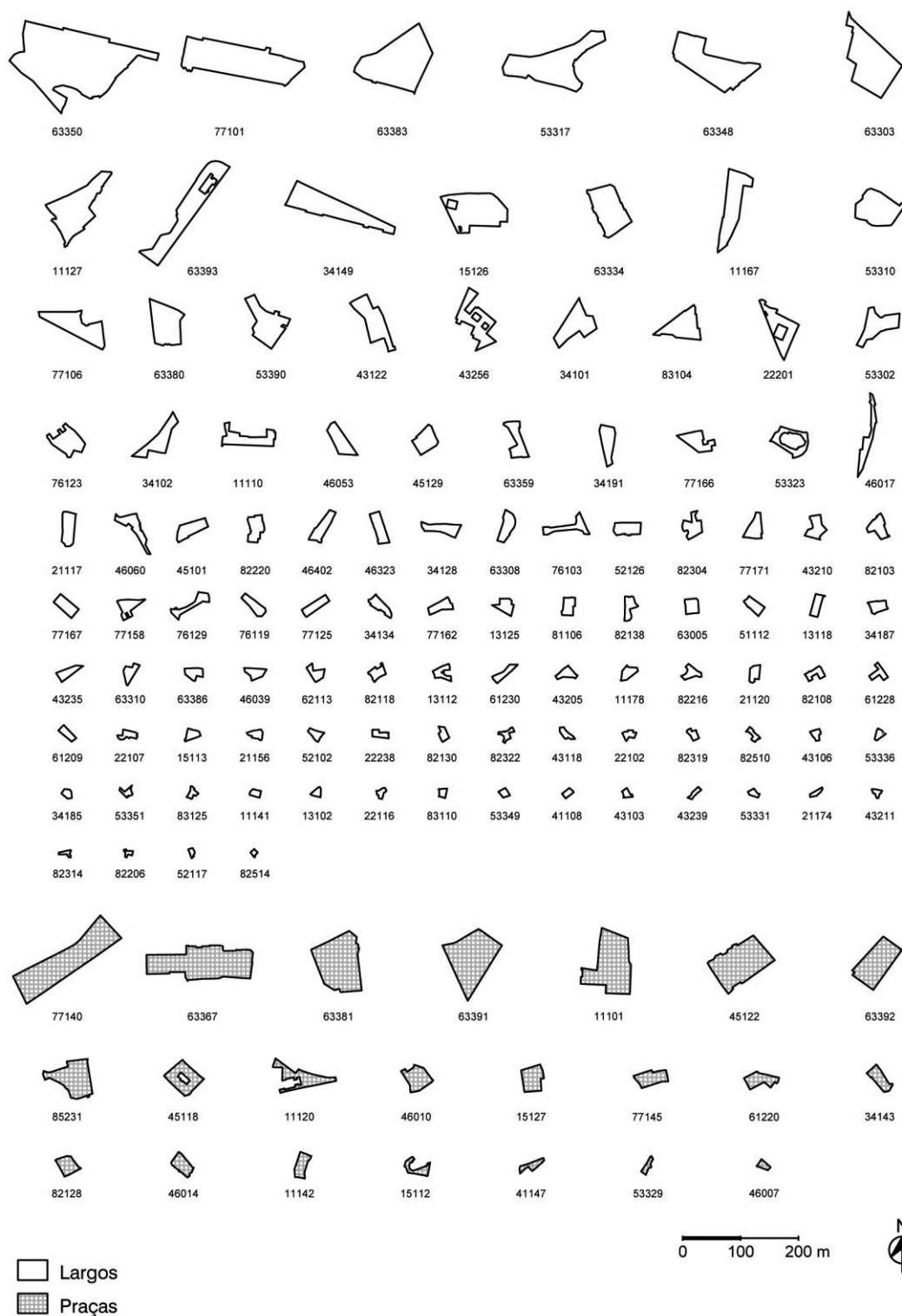


- Zona antiga
- Fachadas
- Muros + fachadas
- Campo + muros + fachadas

0 100 200 m



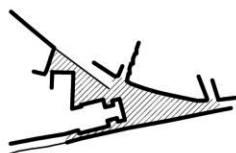
Largos e Praças



Praças 1/2



Albufeira
Praça dos Pescadores
11101



Albufeira
Praça Miguel Bombarda
11120



Albufeira
Praça da República
11142



Paderne
Praça da República
15112



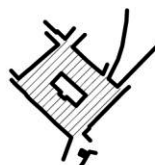
Paderne
Praça Ant. de Libânio
Correia, Comend
15127



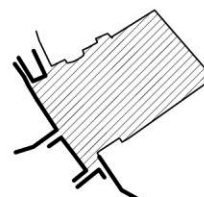
Lagoa
Praça República
34143



Barão S. João
Praça Antero Cabral
41147



Lagos
Praça d'Armas
45118



Lagos
Praça do Infante
45122



Lagos
Praça Marquês de Pombal
46007



Lagos
Praça Gil Eanes
46010



Lagos
Praça Luís de Camões
46014



Monchique
Praça Alexandre Herculano
53329

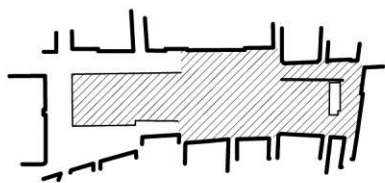


Montes de Alvor
Praça Humberto Delgado
61220

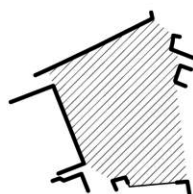
0 50 m



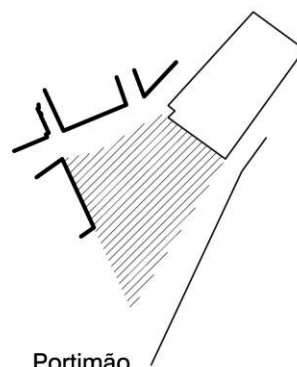
Praças 2/2



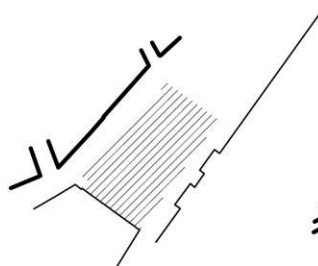
Portimão
Praça da República
63367



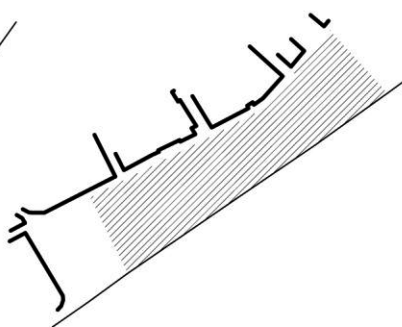
Portimão
Praça 1º de Maio
63381



Portimão
Praça Manuel Teixeira
Gomes
63391



Portimão
Praça Visconde Bivar
63392



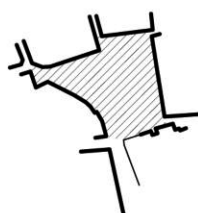
Silves
Praça Al Muthamid
77140



Silves
Praça do Município
77145



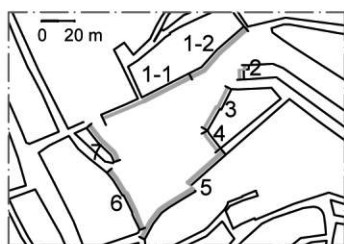
Budens
Praça da República
82128



Vila do Bispo
Praça da República
85231

0 50 m

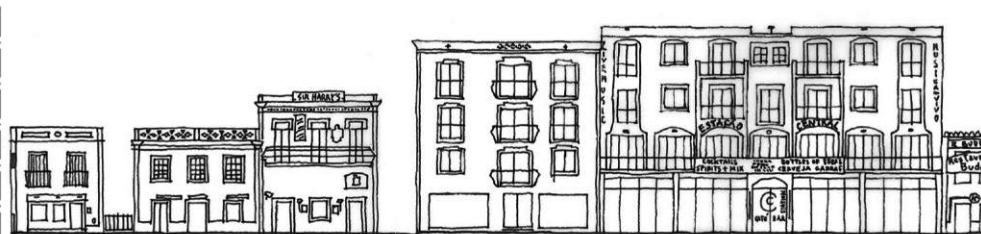




Alçados - 1 Albufeira - 11127

Elaboração da autora, à Esc. 1:200,
 com base no levantamento fotográfico
 efectuado em 12.05.2011.

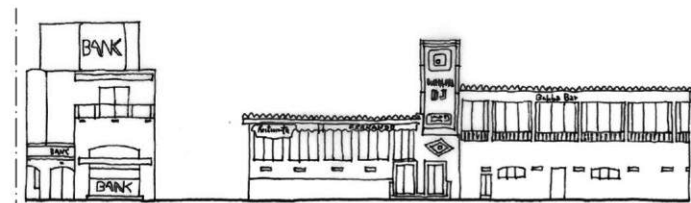
0 10 m



Perfil 1-1

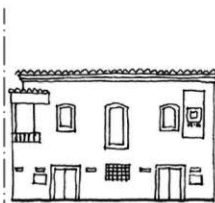


Perfil 1-2



Perfil 2

Perfil 3



Perfil 4

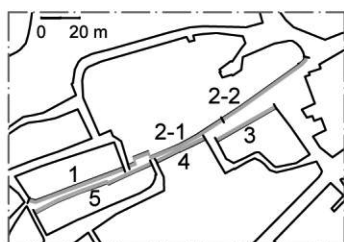


Perfil 5



Perfil 6

Perfil 7

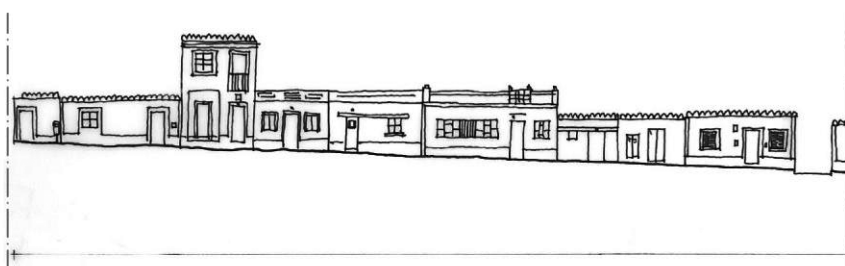


Alçados - 2

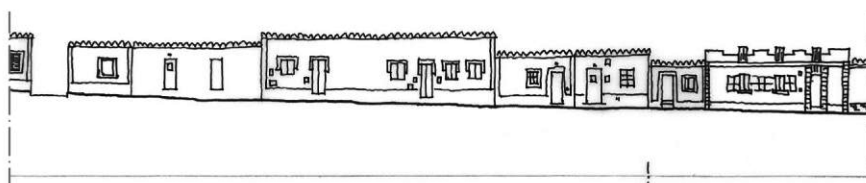
Barão de São João - 41124

Elaboração da autora, à Esc. 1:200,
com base no levantamento fotográfico
efectuado em 24.05.2008.

0 10 m



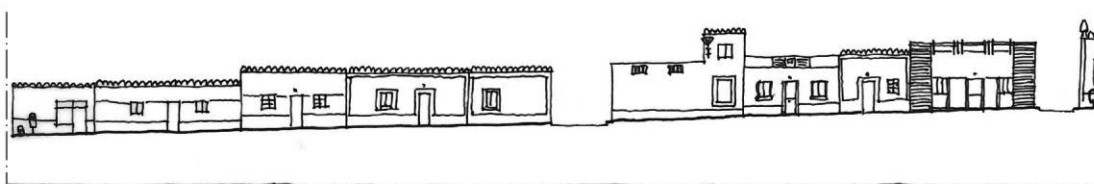
Perfil 1



Perfil 2-1

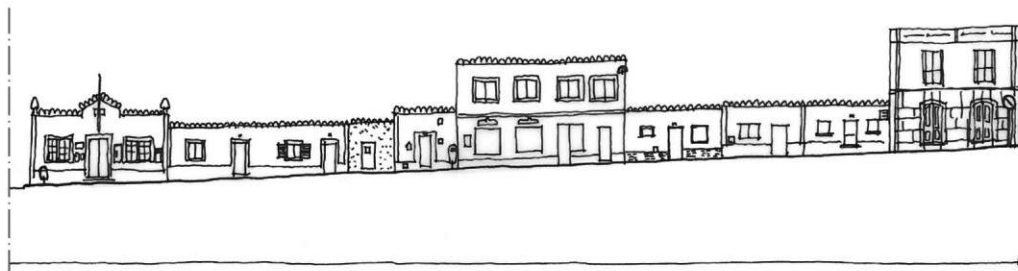


Perfil 2-2

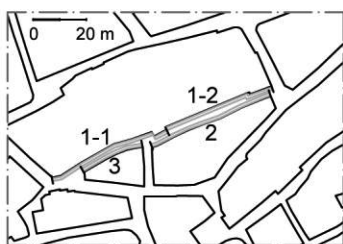


Perfil 3

Perfil 4



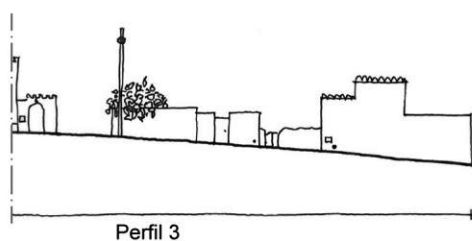
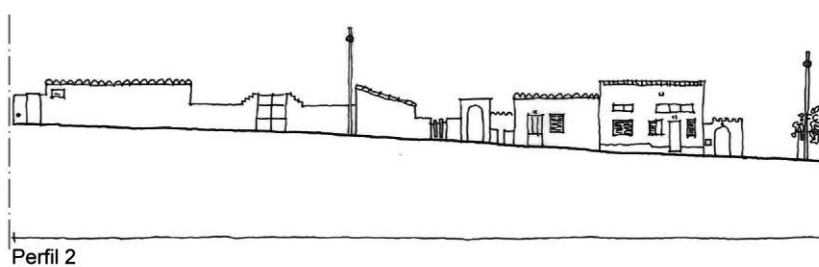
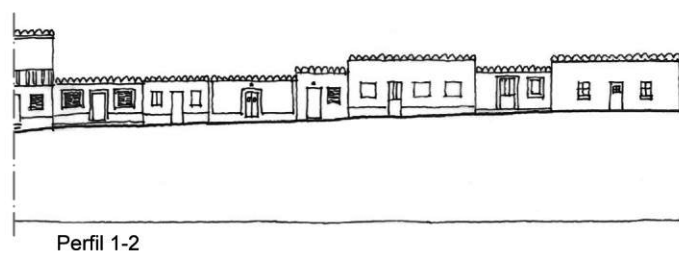
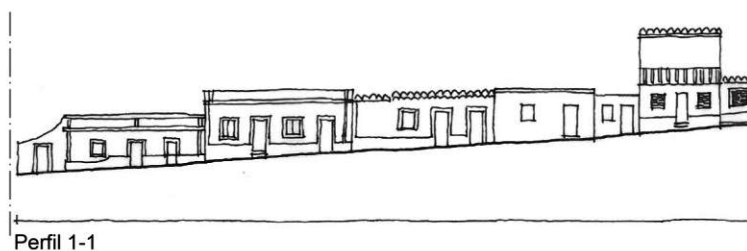
Perfil 5

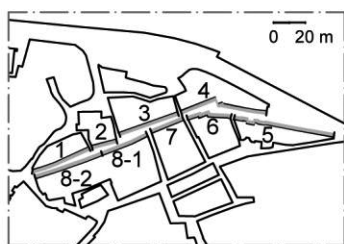


Alçados - 3 Espiche - 43221

Elaboração da autora, à Esc. 1:200,
com base no levantamento fotográfico
efectuado em 21.08.2008.

0 10 m

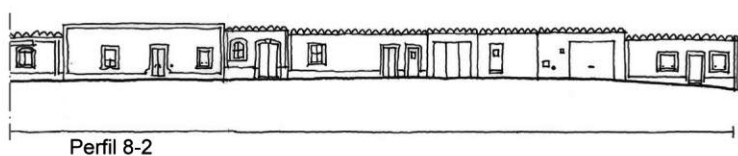
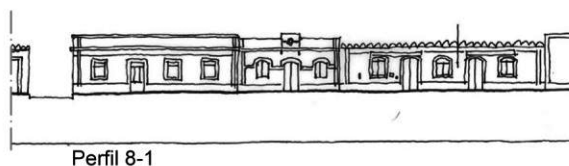
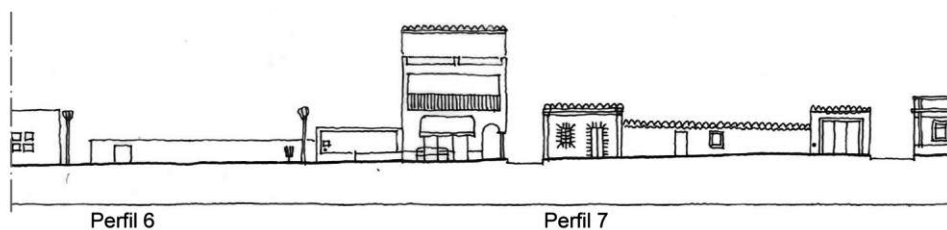
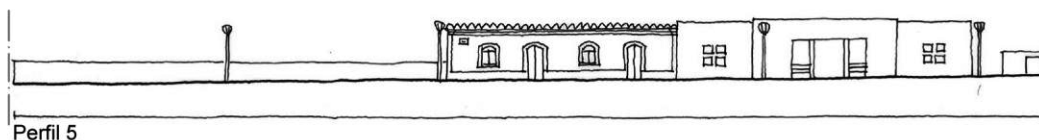
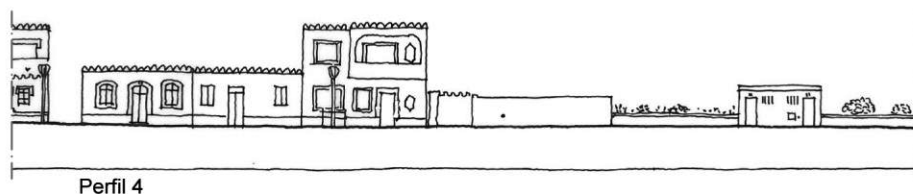
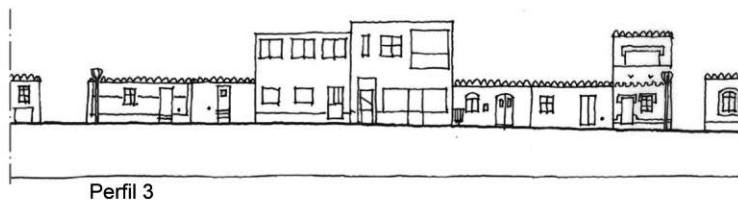
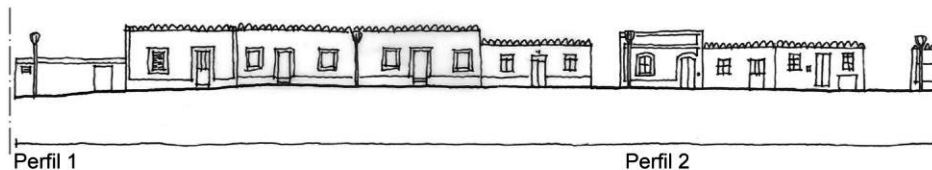


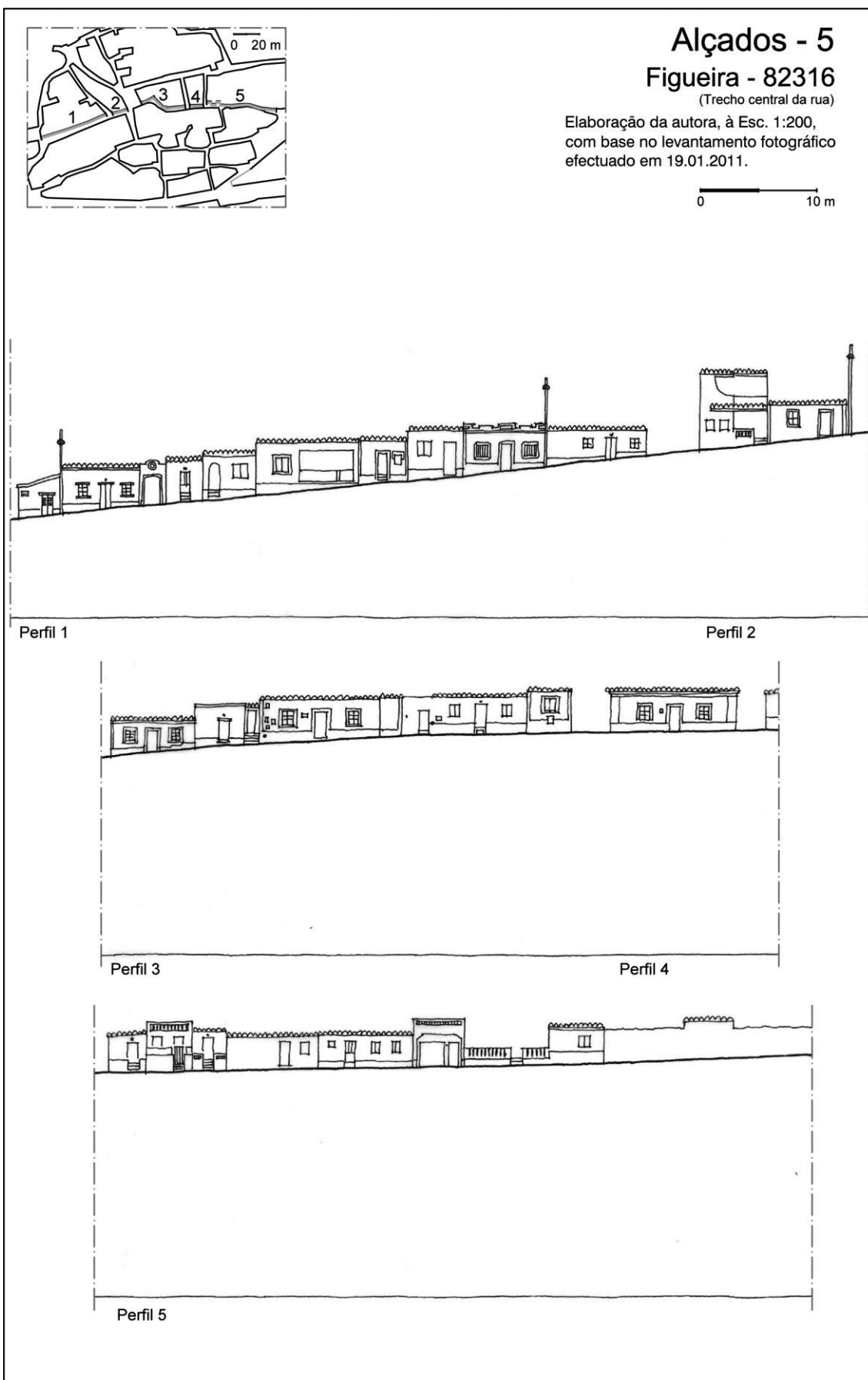


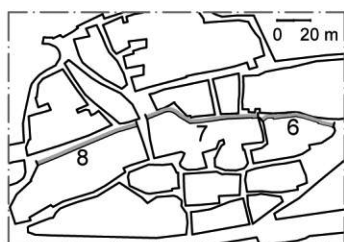
Alçados - 4 Casais - 53202

Elaboração da autora, à Esc. 1:200,
com base no levantamento fotográfico
efectuado em 30.03.2009.

0 10 m







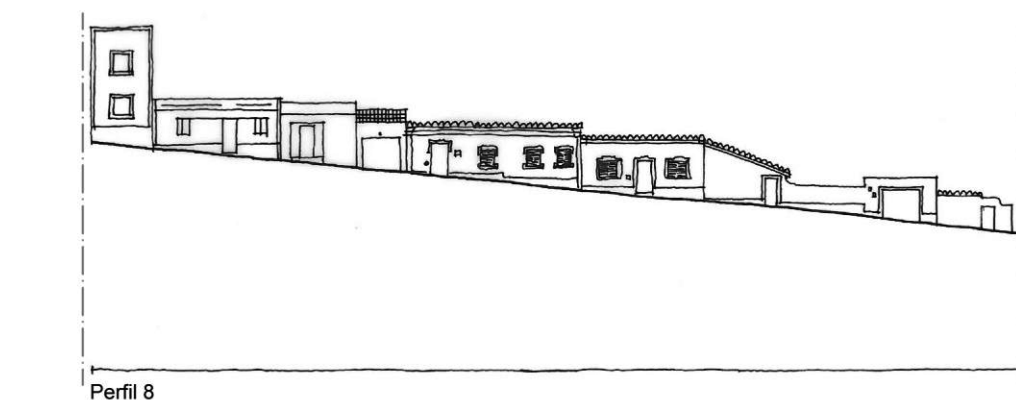
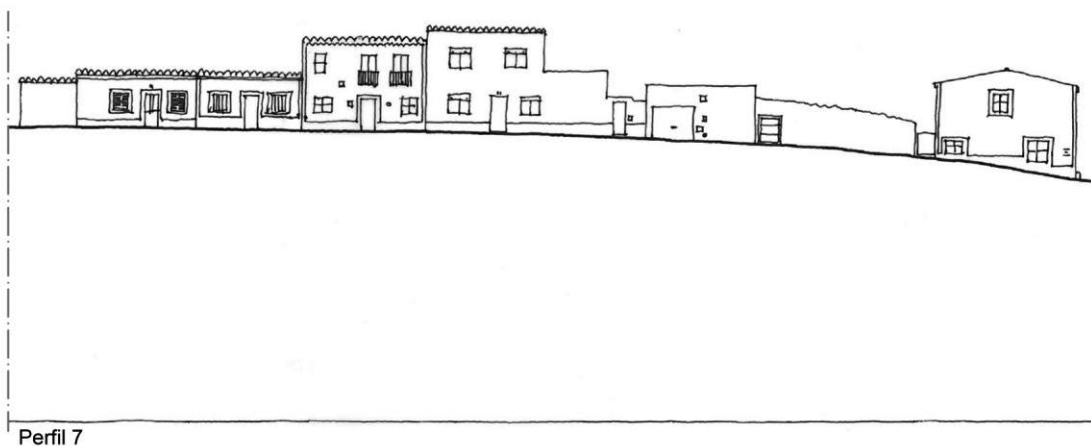
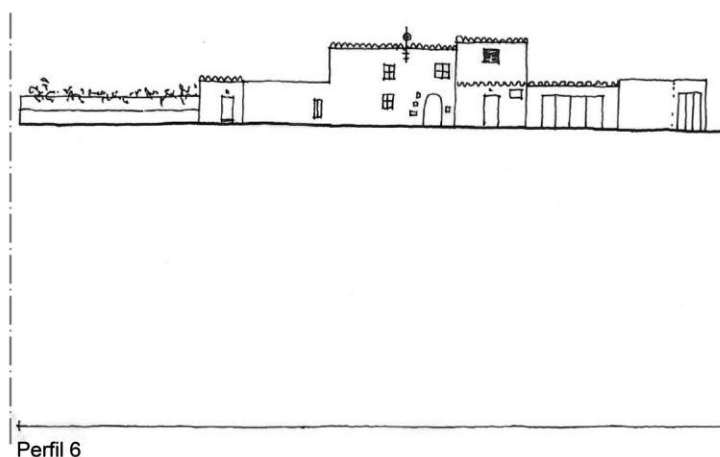
Alçados - 6

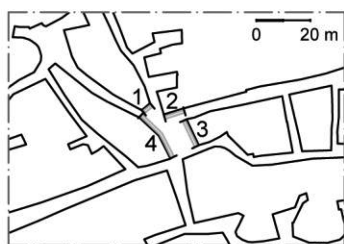
Figueira - 82316

(Trecho central da rua)

Elaboração da autora, à Esc. 1:200,
com base no levantamento fotográfico
efectuado em 19.01.2011.

0 10 m



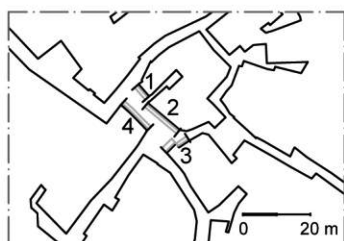
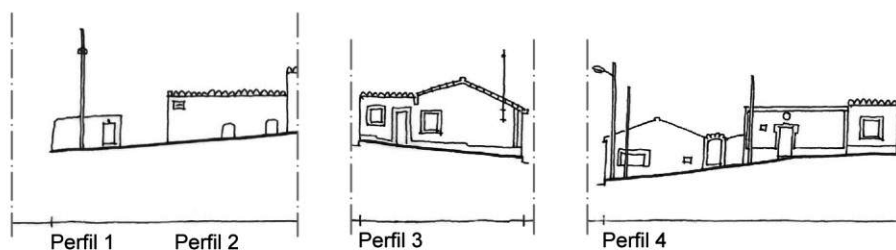


Alçados - 7

Figueira - 82319

Elaboração da autora, à Esc. 1:200, com base no levantamento fotográfico efectuado em 19.01.2011.

0 10 m

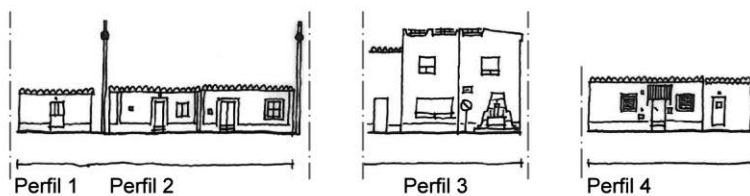


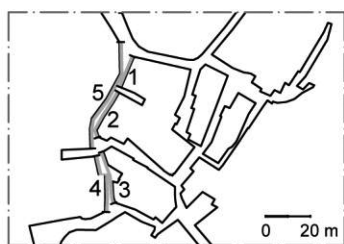
Alçados - 8

Vale de Boi - 82510

Elaboração da autora, à Esc. 1:200, com base no levantamento fotográfico efectuado em 18.03.2009.

0 10 m

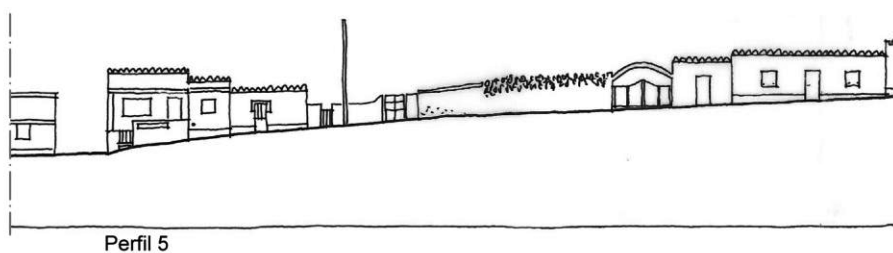
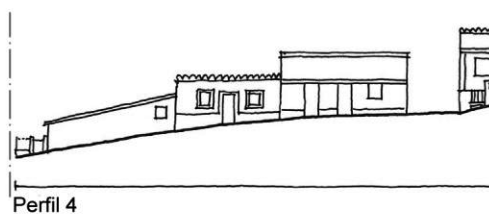
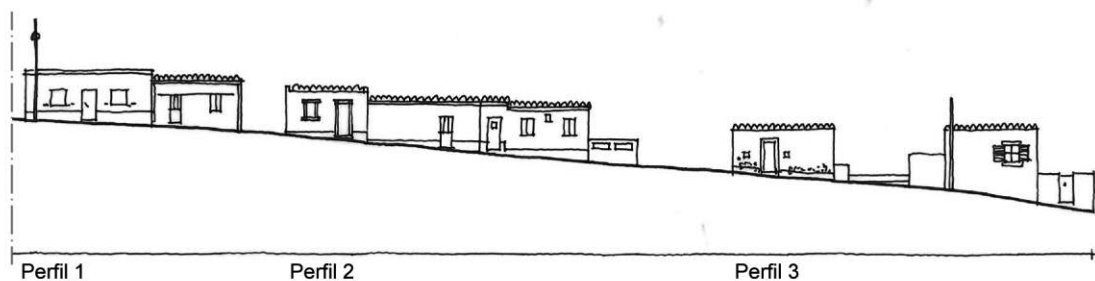




Alçados - 9 Hortas do Tabual - 83203

Elaboração da autora, à Esc. 1:200,
com base no levantamento fotográfico
efectuado em 10.02.2011.

0 10 m



Fotografias - 1



Albufeira - 11101

01



Portimão - 63386

02



Albufeira - 11114

03



Portimão - 63381

04



Lagos - 45123

05



Guia - 13138

06



Lagos - 40107

07



Almádena - 43101

08



Lagos - 46039

09



Bordeira - 22102

10



Portimão - 63381

11



Marmeleiro - 52115

12



Barão S. Miguel - 81123

13

- 1 - Peça de Arte / 2 - Estacionamento para bicicletas / 3 - Escada rolante
 4 - Jogo de água / 5 - Monumento / 6 - Jardim
 7 a 13 - Placas toponímicas

Fotografias - 2



Lagos - 45104

14



Budens - 82130

15



Burgau - 82209

16



Lagos - 46003

17



Vila do Bispo - 85240

18



Albufeira - 11113

19



Carrapateira - 22201

20



Albufeira - 11117

21



Hortas do Tabual - 83214

22



Aljezur - 21167

23



Raposeira - 83112

24



Silves - 77161

25



Aljezur - 21169

26



Barão S. João - 41122

27

14 e 15 - Cataventos / 16 - Antenas / 17 e 18 - Tubos de chaminé (em paredes)

19 - Esplanada / 20 - Toldos / 21 - Vasos

22 e 23 - Garrações / 24 - Tanque

25 a 27 - Estendais

Fotografias - 3



N.ª S.ª de Fátima
Paderne - 15106

28



Santo António
Monchique - 53308

29



N.ª S.ª da Conceição
Lagoa - 34116

30



Sagrada Família
M. Alvor - 61223

31



São José
Lagos - 45111

32



Bordeira - 22107

33



Portimão - 63309

34



Albufeira - 11144

35



Paderne - 15141

36



Marmeleite - 52120

37



Portimão - 63334

38



Barão S. João - 41124

39



Albufeira - 11123

40



Albufeira - 11130

41

28 a 32 - Azulejos (Santos)
 33 e 34 - Azulejos - nomes / 35 - Paineis de azulejo
 36 a 38 - Letras
 39 - Sinalética / 40 - Cavaletes / 41 - Reclamos luminosos

Fotografias - 4



Albufeira - 11107

42



Aljezur - 21165

43



Lagoa - 34111

44



Lagos - 45130

45



Monchique - 53355

46



Portimão - 63344

47



Silves - 77141

48



Vila do Bispo - 85206

49



Guia - 13101

50



Bordeira - 22113

51



Almádina - 43122

52



Casais - 53206

53



S M Serra - 76120

54



Raposeira - 83111

55

42 a 55 - Candeeiros

Fotografias - 5



Espiche - 43262

56



Casais - 53202

57



Casais - 53227

58



Bordeira - 22105

59



Silves - 77101

60



Almádena - 43122

61



Aljezur - 21167

62



Casais - 53205

63



Espiche - 43208

64



Marmelete - 52144

65



Marmelete - 52127

66



Lagos - 45123

67

56 a 67 - Bancos

Fotografias - 6



Guia - 13101

68



B. S. João - 41125

69



Alferce - 51113

70



Casais - 53202

71



B. S. Miguel - 81106

72



Carrapateira - 22226

73



Lagos - 40110

74



Lagoa - 34110

75



Guia - 13101

76



Espiche - 43219

77



Espiche - 43261

78



Sargaçal - 46419

79



Casais - 53202

80



Lagoa - 34110

81



Lagos - 45128

82



Budens - 82129

83

68 a 72 - Papeleiras

73 - Contentores com abrigo / 74 - Ecoponto / 75 - Ilha ecológica com placa informativa

76 a 80 - Bocas de incêndio

81 - Caixas técnicas / 82 - Arco / 83 - Pedra na esquina

Fotografias - 7



Lagos - 45150

84



Lagos - 46053

85



Silves - 77132

86



Lagos - 46008

87



Lagos - 46016

88



Albufeira - 11129

89



Lagos - 46016

90



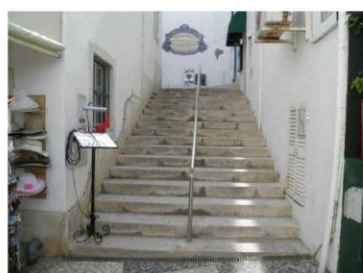
Silves - 77131

91



Portimão - 63356

92



Albufeira - 11133

93



Albufeira - 11167

94



Lagos - 45137

95

84 a 86 - Pilaretes
 87 a 92 - Pavimentos em calçada
 93 e 94 - Degraus / 95 - Passeios altos

001 Núcleos do Barlavento (freguesias antes de 2014)

A + CH

Município		Município	
Freguesia	Localidade	Freguesia	Localidade
1 Albufeira		5 Monchique	
11 Albufeira	111 Albufeira	51 Alferce	511 Alferce
12 Ferreiras	121 Ferreiras	52 Marmeleite	521 Marmeleite
13 Guia	131 Guia	53 Monchique	530-533 Monchique
14 Olhos de Água	141 Olhos de Água		531 Caldas de Monchique
15 Paderne	151 Paderne		532 Casais
2 Aljezur		6 Portimão	
21 Aljezur	210-211 Aljezur	61 Alvor	611 Alvor
22 Bordeira	221 Bordeira		612 Montes de Alvor
	222 Carrapateira	62 Mex. Grande	621 Figueira
	223 Vilarinha		622 Mexilhoeira Grande
23 Odeceixe	231 Odeceixe	63 Portimão	630-633 Portimão
24 Rogil	241 Maria Vinagre		631 Aldeia do Carrasco
	242 Rogil		632 Malheiro
			634 Porto de Lagos
			635 Praia da Rocha
3 Lagoa		7 Silves	
31 Carvoeiro	311 Benagil	71 Alcantarilha	711 Alcantarilha
	312 Carvoeiro	72 Algoz	721 Algoz
32 Estômbar	321 Calvário	73 Armaç. de Pêra	731 Armação de Pêra
	322 Estômbar	74 Pêra	741 Pêra
	323 Mex. da Carregação	75 S Bart.Messines	751 S. Bart. de Messines
	324 Quinta de S. Pedro	76 S. Marcos Serra	761 S. Marcos da Serra
33 Ferragudo	331 Ferragudo	77 Silves	770-771 Silves
34 Lagoa	341 Lagoa	78 Tunes	781 Tunes
35 Parchal	351 Parchal		
	352 Pateiro		
36 Porches	361 Porches		
4 Lagos	401-451-460 Lagos *	8 Vila do Bispo	
41 Barão S. João	411 Barão S. João	81 Barão S. Miguel	811 Barão S. Miguel
42 Bensafrim	421 Bensafrim	82 Budens	821 Budens
43 Luz	431 Almádena		822 Burgau
	432 Espiche		823 Figueira
	433 Vila da Luz		824 Salema
44 Odiáxere	441 Odiáxere	83 Raposeira	825 Vale de Boi
45 Santa Maria			831 Raposeira
46 São Sebastião	461 Chinicato	84 Sagres	832 Hortas do Tabual
	462 Meia Praia	85 Vila do Bispo	841 Sagres
	463 Portelas		851 Pedralva
	464 Sargaçal		852 Vila do Bispo

A negro: os núcleos incluídos neste estudo;

* abrangia as freguesias urbanas de Santa Maria e São Sebastião.

002 Cidades, vilas, concelho e freguesias (criados ou elevadas séc. XX e XXI)

Datas	povoação	criação/elevação	território donde saiu	diploma
1914.06.01	S. Brás de Alportel	concelho e vila	Faro	Lei 178
1916.01.25	Quarteira	freguesia	S. Clemente e S. Sebastião (Loulé)	Lei 476
1924.11.12	Portimão	cidade		Lei 1692
1925.02.09	Barão de S. Miguel	freguesia	Budens	Lei 1739
1927.01.04	Vila Nova de Cacela	freguesia e vila *		Dec 12978
1933.01.25	Barão de S. João	freguesia **	Bensafrim	DL 22483
1933.04.10	Armação de Pêra	freguesia	Alcantarilha	Dec 22430
1973.03.07	S. Bartolomeu de Messines	vila		Dec 88/73
1984.06.28	Quarteira	vila		Lei 18/84
1984.12.31	Monte Gordo	freguesia	Vila Real de Santo António	Lei 53/84
1984.12.31	Santa Luzia	freguesia	Santiago (Tavira)	Lei 54/84
1985.08.14	Olhão da Restauração	cidade		Lei 33/85
1985.10.04	Carvoeiro	freguesia **	Lagoa	Lei 112/85
1985.10.04	Tunes	freguesia **	Algoz	Lei 130/85
1986.08.23	Albufeira	cidade		Lei 28/89
1988.02.01	Loulé	cidade		Lei 4/88
1988.02.01	Almancil	vila		Lei 10/88
1988.04.19	Vila Real de Santo António	cidade		Lei 37/88
1988.04.19	Sagres	vila		Lei 40/88
1988.04.19	Alvor	vila		Lei 42/88
1988.05.23	Benafim	freguesia **	Alte	Lei 54/88
1991.08.16	Fuseta	vila		Lei 82/91
1991.08.16	Moncarapacho	vila		Lei 85/91
1991.08.16	Estômbar	vila		Lei 89/91
1991.08.16	Armação de Pêra	vila		Lei 94/91
1993.06.11	Altura	freguesia	Castro Marim	Lei 17-E/93
1993.07.02	Salir	vila		Lei 43/93
1993.07.09	Rogil	freguesia	Aljezur	Lei 51-D/93
1997.07.12	Olhos de Água	freguesia **	Albufeira	Lei 27/97
1997.07.12	Cabanas de Tavira	freguesia **	Conceição (Tavira)	Lei 29/97
1997.07.12	Parchal	freguesia **	Estômbar	Lei 31/97
1997.07.12	Tôr	freguesia **	Querença	Lei 32/97
1997.07.12	Montenegro	freguesia	Sé e S. Pedro (Faro)	Lei 33/97
1997.07.12	Ferreiras	freguesia	Albufeira, Guia, Paderne	Lei 40/97
1999.06.30	Mexilhoeira Grande	vila		Lei 74/99
1999.06.30	Ferragudo	vila		Lei 79/99
1999.06.30	Santa Luzia	vila		Lei 80/99
1999.06.30	Alcantarilha	vila		Lei 81/99
1999.11.04	Quarteira	cidade		Lei 52/99
2001.07.12	Monte Gordo	vila		Lei 44/2001
2001.07.12	Luz	vila		Lei 45/2001
2001.07.12	Odeceixe	vila		Lei 46/2001
2001.07.12	Lagoa	cidade		Lei 47/2001
2001.07.12	Praia do Carvoeiro	vila		Lei 48/2001
2001.07.12	Parchal	vila		Lei 49/2001
2001.07.12	Pêra	vila		Lei 50/2001
2001.07.12	Algoz	vila		Lei 51/2001
2001.07.12	Luz de Tavira	vila		Lei 63/2001
2001.07.12	Cabanas de Tavira	vila		Lei 64/2001
2001.07.12	Porches	vila		Lei 76/2001
2003.08.26	Odiáxere	vila		Lei 84/2003
2009.08.03	Bensafrim	vila		Lei 44/2009

* A vila de Cacela, “uma das sete do Algarve cujo castelo figura no escudo nacional” e a sua sede de freguesia foram mudadas para os sítios de Venda Nova e do Buraco

** Pela Lei 11-A/2013, de 28 de Janeiro. foram agregadas a outras e deixaram de ser sede de freguesia

003 Cidades, vilas e aldeias do Algarve (sedes de freguesia até 2013)

Cidades	Vilas	Aldeias
SOTAVENTO		
	Alcoutim (1)	Giões, Martinlongo, Pereiro (1), Vaqueiros
	Castro Marim	Altura, Azinhal, Odeleite
Faro		Conceição (1), Estoi (1), Montenegro Santa Bárbara de Nexe
Loulé (A), Quarteira	Almancil	Alte, Benafim (1), Boliqueime, Querença (1), Salir, Tor (1)
Olhão	Moncarapacho (1), Fuseta (1)	Pechão, Quelfes
	São Brás de Alportel	
Tavira	Cabanas de Tavira (1) Luz de Tavira (2),	Cachopo, Conceição (1), Santa Catarina da Fonte do Bispo, Santa Luzia, Santo Estêvão (2)
Vila Real de Santo António	Monte Gordo, Vila Nova de Cacela	

BARLAVENTO

Albufeira (1)		Ferreiras, Guia, Olhos de Água (1), Paderne
	Aljezur , Odeceixe	Bordeira, Rogil
Lagoa (1)	Carvoeiro (1), Estômbar (2), Ferragudo , Parchal (2), Porches	
Lagos	Bensafrim (1), Odiáxere, Vila da Luz	Barão de S. João (1)
	Monchique	Alferce, Marmeleite
Portimão	Alvor, Mexilhoeira Grande	
Silves	Alcantarilha (1), Algoz (2), Armação de Pêra, Pêra (1) S. Bartolomeu de Messines	S. Marcos da Serra, Tunes (2)
	Vila do Bispo (1), Sagres	Barão de S. Miguel, Budens, Raposeira (1)

A negro: as sedes de concelho.

(A) mantém duas freguesias urbanas.

(1) e (2) sedes de freguesias que foram agregadas pela Lei 11-A/2013, de 28 de Janeiro. Em 2014 deixaram de ser sedes de freguesia: Barão de São João, Benafim, Cabanas de Tavira, Carvoeiro, Estoi, Fuseta, Olhos de Água, Parchal, Pêra, Pereiro, Raposeira, Santo Estêvão, Tor e Tunes.

004 Censos: 2001-2011 – habitação e população

A + CH

Ref	Núcleo	Edifícios		Alojamentos		Famílias		Núcleos fam		População	
		2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
ALDEIAS:											
131	Guia	190	567	264	829	176	433	133	331	449	1075
151	Paderne	190	218	251	282	172	143	142	98	484	341
221	Bordeira	104	88	104	90	25	27	19	13	56	44
222	Carrapateira	157	176	158	194	83	77	63	47	209	173
411	Barão de S. João	271	290	295	300	161	173	119	102	383	365
431	Almádena	258	331	302	398	201	240	164	185	536	573
432	Espiche	414	468	474	592	278	349	206	265	721	881
463	Portelas	142	164	160	203	102	139	83	110	269	342
464	Sargaçal	63	85	71	97	48	73	41	59	134	188
511	Alferce	101	100	103	103	71	63	47	48	151	141
521	Marmeleite	181	178	183	180	138	128	109	96	342	310
532	Casais	76	90	78	92	48	56	37	34	121	116
612	Montes de Alvor	296	393	339	449	223	280	187	219	588	717
621	Figueira	367	460	452	502	361	329	319	280	978	870
761	S. Marcos da Serra	352	337	357	359	205	218	135	131	441	436
811	Barão de S. Miguel	210	255	241	280	150	130	106	83	363	285
821	Budens	341	378	348	389	156	156	116	111	372	371
822	Burgau	246	293	406	415	157	141	115	98	365	306
823	Figueira	256	305	257	306	99	103	72	67	235	224
825	Vale de Boi	80	83	82	85	37	38	27	24	84	80
831	Raposeira	242	254	265	282	160	150	120	95	369	311
832	Hortas do Tabual	68	80	73	84	28	27	21	14	68	58
TOTAL		4605	5593	5263	6511	3079	3473	2381	2510	7718	8207
CENTROS HISTÓRICOS*:											
111	Albufeira	2522	6241	7215	20702	3149	8179	2416	5886	8459	19975
210-11	Aljezur	423	473	461	530	215	196	118	105	427	372
341	Lagoa	1270	1356	2475	3101	1772	2341	1437	1790	4839	5943
401-51-60	Lagos	3589	6273	10540	17932	5634	8816	4394	6637	14697	21894
530-33	Monchique	923	1031	1265	1358	955	653	764	713	2593	2342
630-33	Portimão	3225	3373	11781	16682	7145	9067	5239	6231	17710	20730
770-71	Silves	1768	1905	2748	3656	2198	2505	1703	1926	5869	6307
852	Vila do Bispo	410	465	503	558	335	341	226	240	788	797
TOTAL		14130	21117	36988	64519	21403	32098	16297	23528	55382	78360
TOTAL A + CH		18735	26710	42251	71030	24482	35571	18678	26038	63100	86567

Fonte: INE; *os dados referem-se a todo o lugar sede do município e não apenas ao centro histórico.

005 Habitação e população: variação 2001 – 2011

A + CH

Ref	Núcleo	Habitação: Edifícios	Alojamentos	População: Famílias	Residentes
ALDEIAS:					
131	Guia	2,9842	3,1402	2,4602	2,3942
151	Paderne	1,1474	1,1235	0,8314	0,7045
221	Bordeira	0,8462	0,8654	1,0800	0,7857
222	Carrapateira	1,1210	1,2278	0,9277	082,78
411	Barão de S. João	1,0701	1,0169	1,0745	0,9530
431	Almádena	1,2829	1,3179	1,1940	1,0690
432	Espiche	1,1304	1,2489	1,2554	1,2219
463	Portelas	1,1549	1,2688	1,3627	1,2714
464	Sargaçal	1,3492	1,3662	1,5208	1,4030
511	Alferce	0,9901	1,0000	0,8873	0,9338
521	Marmeleite	0,9834	0,9836	0,9275	0,9064
532	Casais	1,1842	1,1795	1,1667	0,9587
612	Montes de Alvor	1,3277	1,3245	1,2556	1,2194
621	Figueira	1,2534	1,1106	0,9114	0,8896
761	S. Marcos da Serra	0,9574	1,0056	1,0634	0,9887
811	Barão de S. Miguel	1,2143	1,1618	0,8667	0,7851
821	Budens	1,1085	1,1178	1,0000	0,9973
822	Burgau	1,1911	1,0222	0,8981	0,8384
823	Figueira	1,1914	1,1907	1,0404	0,9532
825	Vale de Boi	1,0375	1,0366	1,0270	0,9524
831	Raposeira	1,0496	1,0642	0,9375	0,8428
832	Hortas do Tabual	1,1765	1,1507	0,9643	0,8529
TOTAL		1,2145	1,2371	1,1280	1,0634
CENTROS HISTÓRICOS*:					
111	Albufeira	2,4746	2,8693	8,5973	2,3614
210-11	Aljezur	1,1182	1,1497	0,9116	0,8712
341	Lagoa	1,0677	1,2529	1,3211	1,2281
401-51-60	Lagos	1,7478	1,7013	1,5648	1,4897
530-33	Monchique	1,1170	1,0735	0,6838	09,032
630-33	Portimão	1,0459	1,4160	1,2690	1,1705
770-71	Silves	1,0775	1,3304	1,1397	1,0746
852	Vila do Bispo	1,1341	1,1093	1,0179	1,0114
TOTAL		1,4945	1,7443	1,4997	1,4149
TOTAL A + CH		1,4257	1,6811	1,4529	1,3719

Fonte: INE; *os dados referem-se a todo o lugar sede do município e não apenas ao centro histórico.

006 Moradores por edifício e pessoas por família: 2001 e 2011

A + CH

Ref	Núcleo	Moradores por edifício*:		Pessoas por família:	
		2001	2011	2001	2011
ALDEIAS:					
131	Guia	2,36	1,89	2,55	2,48
151	Paderne	2,54	1,56	2,81	2,38
221	Bordeira	0,53	0,50	2,24	1,62
222	Carrapateira	1,33	0,98	2,51	2,24
411	Barão de S. João	1,41	1,25	2,37	2,10
431	Almádena	2,07	1,73	2,66	2,38
432	Espiche	1,64	1,88	2,59	2,52
463	Portelas	1,89	2,08	2,63	2,46
464	Sargaçal	2,12	2,21	2,79	2,57
511	Alferce	1,49	1,41	2,12	2,23
521	Marmeleite	1,88	1,74	2,47	2,42
532	Casaís	1,59	1,28	2,52	2,07
612	Montes de Alvor	1,98	1,82	2,63	2,56
621	Figueira	2,66	1,89	2,70	2,64
761	S. Marcos da Serra	1,25	1,29	2,15	2,00
811	Barão de S. Miguel	1,72	1,11	2,42	2,19
821	Budens	1,09	0,98	2,38	2,37
822	Burgau	1,48	1,04	2,32	2,17
823	Figueira	0,91	0,73	2,37	2,17
825	Vale de Boi	1,05	0,96	2,27	2,10
831	Raposeira	1,52	1,22	2,30	2,07
832	Hortas do Tabual	1,00	0,72	2,42	2,14
TOTAL		1,67	1,46	2,50	2,36
CENTROS HISTÓRICOS**:					
111	Albufeira	3,35	3,20	2,68	2,44
210-11	Aljezur	1,00	0,78	1,98	1,89
341	Lagoa	3,81	4,38	2,73	2,53
401-51-60	Lagos	4,09	3,49	2,60	2,48
530-33	Monchique	2,80	2,27	2,71	3,58
630-33	Portimão	5,49	6,14	2,47	2,28
770-71	Silves	3,31	3,31	2,67	2,51
852	Vila do Bispo	1,92	1,71	2,35	2,33
TOTAL		3,91	3,71	2,58	2,44
TOTAL A + CH		3,36	3,24	2,57	2,43

Fonte: INE (censos 2001 e 2011) *inclui apenas aos edifícios destinados a habitação;

**os dados referem-se a todo o lugar sede do município e não apenas ao centro histórico.

007 População em 2011 – por idades

A + CH

Ref	Núcleo	Total	0-4	5-9	14-19	25-64	+ 65	+ 65	-----	R.P		
	idades:			10-13	20-24		+ 65	H	M			
ALDEIAS:		moradores:										
131	Guia	1075	54	70	51	69	66	619	146	70	76	162
151	Paderne	341	8	14	14	32	16	191	66	21	45	66
221	Bordeira	44	0	1	0	1	0	19	23	13	10	26
222	Carrapateira	173	7	6	7	10	6	84	53	22	31	63
411	Barão de S. João	365	15	11	16	27	14	179	103	40	63	117
431	Almádena	573	20	28	28	34	26	302	135	64	71	154
432	Espiche	881	37	36	43	49	49	437	230	97	133	249
463	Portelas	342	22	14	13	12	23	173	85	37	48	90
464	Sargaçal	188	8	22	8	9	3	106	32	16	16	36
511	Alferce	141	4	3	6	10	5	57	56	24	32	57
521	Marmeleite	310	6	17	12	15	13	131	116	57	59	111
532	Casais	116	4	3	4	6	4	56	39	17	22	46
612	Montes de Alvor	717	27	42	37	56	30	367	158	73	85	177
621	Figueira	870	28	33	36	58	48	476	191	93	98	209
761	S. Marcos da Serra	436	7	25	14	13	6	192	179	75	104	200
811	Barão de S. Miguel	285	10	13	12	18	10	152	70	37	33	82
821	Budens	371	16	20	9	23	19	189	95	42	53	103
822	Burgau	306	13	10	11	15	8	155	94	50	44	92
823	Figueira	224	1	14	8	13	13	105	70	34	36	69
825	Vale de Boi	80	4	2	0	8	1	42	23	10	13	24
831	Raposeira	311	5	11	6	13	11	148	117	49	68	122
832	Hortas do Tabual	58	3	4	0	0	2	35	14	7	7	16
TOTAL		8207	299	399	335	491	373	4215	2095	948	1147	2271
CENTROS HISTÓRICOS*:												
111	Albufeira	19975	1077	1069	909	1478	1205	12123	2114	910	1204	2304
210-11	Aljezur	372	16	12	10	22	13	183	116	51	65	126
341	Lagoa	5943	333	366	312	389	316	3304	923	369	554	1009
401-51-60	Lagos	21894	1126	1189	997	1409	1170	12175	3828	1659	2169	4315
530-33	Monchique	2342	73	83	85	118	130	1214	639	282	357	673
630-33	Portimão	20730	996	966	778	1242	1061	11355	4332	1767	2565	4662
770-71	Silves	6307	338	289	219	382	339	3477	1263	531	732	1400
852	Vila do Bispo	797	21	34	24	50	31	455	182	74	108	198
TOTAL		78360	3980	4008	3334	5090	4265	44286	13397	5643	7754	14687
TOTAL A + CH		86567	4279	4407	3669	5581	4638	48501	15492	6591	8901	16958

Fonte: INE; +65 – idosos; R.P – reformados e pensionistas; *os dados referem-se a todo o lugar sede do município.

008 População em 2011 – Habilitações e ocupação

A + CH

Ref	Núcleo	Habilitações:						Ocupação:		
		1ºB	2ºB	3ºB	Sec	pSec	Sup	Prim	Sec	Terc
ALDEIAS:		moradores:								
131	Guia	224	145	205	198	12	93	9	53	459
151	Paderne	91	54	67	48	3	21	8	19	140
221	Bordeira	16	2	5	3	0	3	0	1	6
222	Carrapateira	52	22	13	21	0	10	6	9	36
411	Barão de S. João	95	45	66	46	0	22	4	33	83
431	Almádena	136	57	128	88	2	40	5	50	178
432	Espiche	229	129	136	123	6	41	6	63	256
463	Portelas	103	39	59	47	1	15	5	23	102
464	Sargaçal	45	19	27	30	2	15	5	12	55
511	Alferce	50	18	18	13	0	1	8	3	26
521	Marmeleite	112	20	53	25	0	8	11	16	66
532	Casais	37	18	11	15	1	9	1	6	29
612	Montes de Alvor	205	117	122	65	2	34	6	23	214
621	Figueira	271	132	162	87	5	33	4	61	295
761	S. Marcos da Serra	140	53	55	31	0	11	8	25	83
811	Barão de S. Miguel	99	29	46	30	3	12	2	23	72
821	Budens	105	48	69	49	2	21	1	35	100
822	Burgau	85	34	50	35	5	16	6	10	84
823	Figueira	55	27	33	35	2	15	0	10	59
825	Vale de Boi	19	9	11	13	1	8	2	3	29
831	Raposeira	80	37	47	36	6	17	7	22	94
832	Hortas do Tabual	11	11	5	12	0	3	4	2	21
TOTAL		2260	1065	1388	1050	53	448	108	502	2487
CENTROS HISTÓRICOS*:										
111	Albufeira	3494	2741	4131	3876	278	1963	69	1238	7978
210-11	Aljezur	104	36	53	51	8	33	4	37	88
341	Lagoa	1301	803	1188	942	61	510	21	412	2147
401-51-60	Lagos	4460	1727	4152	3781	242	2462	140	1492	7638
530-33	Monchique	723	312	359	316	14	154	37	174	736
630-33	Portimão	4485	2358	4090	3526	230	2572	65	1428	6799
770-71	Silves	1361	863	1293	895	55	598	83	374	2212
852	Vila do Bispo	214	129	167	92	5	42	18	19	324
TOTAL		16142	8969	15433	13479	893	8334	437	5174	27922
TOTAL A + CH		18402	10034	16821	14529	946	8782	545	5676	30409

Fonte: INE; B: Ensino Básico; Ocupação: empregados nos sectores primário, secundário e terciário;

*os dados referem-se a todo o lugar sede do município e não apenas ao centro histórico.

009 População residente (percentagens)

A + CH

Ref	Núcleo	Idades: -----				Habilitações:	Ocupação: -----		
		- 14	15-24	25-64	+ 65	Sup	prim	sec	ter
	ALDEIAS:	%	%	%	%	%	%	%	%
131	Guia	16,28	12,56	57,58	13,58	8,65	0,84	4,93	42,70
151	Paderne	10,56	14,08	56,01	19,35	6,16	2,35	5,57	41,06
221	Bordeira	2,27	2,27	43,18	52,27	6,82	0,00	2,27	13,64
222	Carrapateira	11,56	9,25	48,55	30,64	5,78	3,47	5,20	20,81
411	Barão de S. João	11,51	11,23	49,04	28,22	6,03	1,10	9,04	22,74
431	Almádena	13,26	10,47	52,71	23,56	6,98	0,87	8,73	31,06
432	Espiche	13,17	11,12	49,60	26,11	4,65	0,68	7,15	29,06
463	Portelas	14,33	10,23	50,58	24,85	4,39	1,46	6,73	29,82
464	Sargaçal	20,21	6,38	56,38	17,02	7,98	2,66	6,38	29,26
511	Alferce	9,22	10,64	40,43	39,72	0,71	5,67	2,13	18,44
521	Marmeleite	11,29	9,03	42,26	37,42	2,58	3,55	5,16	21,29
532	Casais	9,48	8,62	48,28	33,62	7,76	0,86	5,17	25,00
612	Montes de Alvor	14,78	11,99	51,19	22,04	4,74	0,84	3,21	29,85
621	Figueira	11,15	12,18	54,71	21,95	3,79	0,46	7,01	33,91
761	S. Marcos da Serra	10,55	4,36	44,04	41,06	2,52	1,83	5,73	19,04
811	Barão de S. Miguel	12,28	9,82	53,33	24,56	4,21	0,70	8,07	25,26
821	Budens	12,13	11,32	50,94	25,61	5,66	0,27	9,43	26,95
822	Burgau	11,11	7,52	50,65	30,72	5,23	1,96	3,27	27,45
823	Figueira	10,27	11,61	46,88	31,25	6,70	0,00	4,46	26,34
825	Vale de Boi	7,50	11,25	52,50	28,75	10,00	2,50	3,75	36,25
831	Raposeira	7,07	7,72	47,59	37,62	5,47	2,25	7,07	30,23
832	Hortas do Tabual	12,07	3,45	60,34	24,14	5,17	6,90	3,45	36,21
	TOTAL	12,59	10,53	51,36	25,53	5,46	1,32	6,12	30,30
	CENTROS HISTÓRICOS*:								
111	Albufeira	15,29	13,43	60,69	10,58	9,83	0,35	6,20	39,94
210-11	Aljezur	10,22	9,41	49,19	31,18	8,87	1,08	9,95	23,66
341	Lagoa	17,01	11,86	55,59	15,53	8,58	0,35	6,93	36,13
401-51-60	Lagos	15,13	11,78	55,61	17,48	11,25	0,64	6,81	34,89
530-33	Monchique	10,29	10,59	51,84	27,28	6,58	1,58	7,43	31,43
630-33	Portimão	13,22	11,11	54,78	20,90	12,41	0,31	6,89	32,80
770-71	Silves	13,41	11,43	55,13	20,03	9,48	1,32	5,93	35,07
852	Vila do Bispo	9,91	10,16	57,09	22,84	5,27	2,26	2,38	40,65
	TOTAL	14,45	11,94	56,52	17,10	10,64	0,56	6,60	35,63
	TOTAL A + CH	14,27	11,80	56,03	17,90	10,14	0,63	6,56	35,13

Fonte: INE; Ocupação: empregados nos sectores primário, secundário e terciário; * todo o lugar sede do município.

010 Edifícios existentes em 2011 – anos de construção

A + CH

Ref	Núcleo	< 1919	41/60	71/80	91/95	01/05			Total			
		19/40	61/70	81/90	96/2000	06/11						
ALDEIAS:												
131	Guia	3	27	48	67	54	121	45	63	59	80	567
151	Paderne	25	19	28	27	57	40	10	3	6	3	218
221	Bordeira	8	12	12	10	6	7	8	7	14	4	88
222	Carrapateira	22	7	8	8	12	49	16	9	37	8	176
431	Barão de S. João	8	31	52	28	36	47	19	21	23	25	290
431	Almádena	0	10	21	20	68	78	37	20	54	23	331
432	Espiche	18	22	43	40	101	83	25	47	53	36	468
463	Portelas	0	3	31	52	30	14	18	14	2	0	164
464	Sargaçal	2	10	1	7	18	8	4	6	14	15	85
511	Alferce	24	4	14	10	9	10	4	14	11	0	100
521	Marmeleite	0	8	56	27	24	28	8	16	4	7	178
532	Casais	2	35	13	9	7	10	2	1	10	1	90
612	Montes de Alvor	81	18	35	43	71	39	19	28	22	37	393
621	Figueira	18	35	66	44	61	93	13	25	35	70	460
761	S. Marcos da Serra	90	104	62	25	29	12	5	2	5	3	337
811	Barão de S. Miguel	0	0	23	49	65	68	16	6	23	5	255
821	Budens	23	51	30	31	65	60	25	16	67	10	378
822	Burgau	0	4	11	23	85	79	21	11	21	38	293
823	Figueira	0	32	51	40	43	85	10	10	24	10	305
825	Vale de Boi	14	9	15	8	10	10	3	3	3	8	83
831	Raposeira	5	11	29	59	48	49	23	17	7	6	254
832	Hortas do Tabual	0	0	0	9	24	15	10	4	11	7	80
TOTAL		343	452	649	636	923	1005	341	343	505	396	5593
CENTROS HISTÓRICOS*:												
111	Albufeira	119	213	263	395	808	1302	702	818	1119	502	6241
210-11	Aljezur	23	71	193	109	27	26	11	4	1	8	473
341	Lagoa	49	128	138	107	175	317	63	151	113	115	1356
401-51-60	Lagos	278	364	474	665	802	1149	502	750	908	381	6273
530-33	Monchique	58	129	150	147	180	195	51	30	63	28	1031
630-33	Portimão	203	640	564	475	544	365	117	105	178	182	3373
770-71	Silves	152	213	203	228	312	459	63	49	125	101	1905
852	Vila do Bispo	0	6	35	46	106	121	40	63	21	27	465
TOTAL		882	1764	2020	2172	2954	3934	1549	1970	2528	1344	21117
TOTAL A + CH		1225	2216	2669	2808	3877	4939	1890	2313	3033	1740	26710

Fonte: INE; *os dados referem-se a todo o lugar sede do município e não apenas ao centro histórico.

011 Edifícios – datas da construção * percentagens

A + CH

Ref	Núcleo	Até 1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2011
		%	%	%	%	%
ALDEIAS:						
131	Guia	25,57	9,52	21,34	19,05	24,51
151	Paderne	45,41	26,15	18,35	5,96	4,13
221	Bordeira	47,73	6,82	7,95	17,05	20,45
222	Carrapateira	25,57	6,82	27,84	14,20	25,57
411	Barão de S. João	41,03	12,41	16,21	13,79	16,55
431	Almádena	15,41	20,54	23,56	17,22	23,26
432	Espiche	26,28	21,58	17,74	15,38	19,02
463	Portelas	52,44	18,29	8,54	19,51	1,22
464	Sargaçal	23,53	21,18	9,41	11,76	34,12
511	Alferce	52,00	9,00	10,00	18,00	11,00
521	Marmeleite	51,12	13,48	15,73	13,48	6,18
532	Casais	65,56	7,78	11,11	3,33	12,22
612	Montes de Alvor	45,04	18,07	9,92	11,96	15,01
621	Figueira	35,43	13,26	20,22	8,26	22,83
761	S. Marcos da Serra	83,38	8,61	3,56	2,08	2,37
811	Barão de S. Miguel	28,24	25,49	26,67	8,63	10,98
821	Budens	35,71	17,20	15,87	10,85	20,37
822	Burgau	12,97	29,01	26,96	10,92	20,14
823	Figueira	40,33	14,10	27,87	6,56	11,15
825	Vale de Boi	55,42	12,05	12,05	7,23	13,25
831	Raposeira	40,94	18,90	19,29	15,75	5,12
832	Hortas do Tabual	11,25	30,00	18,75	17,50	22,50
TOTAL		37,19	16,50	17,97	12,23	16,11
CENTROS HISTÓRICOS**:						
111	Albufeira	15,86	12,95	20,86	24,36	25,97
210-11	Aljezur	83,72	5,71	5,50	3,17	1,90
341	Lagoa	31,12	12,91	23,38	15,78	16,81
401-51-60	Lagos	28,39	12,78	189,32	19,96	20,55
530-33	Monchique	46,94	17,46	18,91	7,86	8,83
630-33	Portimão	55,80	16,13	10,82	6,58	10,67
770-71	Silves	41,78	16,38	24,09	5,88	11,86
852	Vila do Bispo	18,71	22,80	26,02	22,15	10,32
TOTAL		32,38	13,99	18,63	16,66	18,34
TOTAL A + CH		33,39	14,52	18,49	15,74	17,87

Fonte: INE; * existentes em 2011; ** os dados referem-se a todo o lugar sede do município.

012 Núcleos (cotas)

Altitude					Maiores diferenças		A+CH
Ref	Núcleo	Mín	máx	dif	Ref	Núcleo	
ALDEIAS					ALDEIAS		
		m	m	m			m
131	Guia	35	65	30	831	Raposeira	50
151	Paderne	60	90	30	521	Marmeleite	45
221	Bordeira	26	57	31	221	Bordeira	31
222	Carrapateira	15	28	13	432	Espiche	39
411	Barão de S. João	59	82	23	822	Burgau	39
431	Almádena	9	33	24	761	S. Marcos da Serra	35
432	Espiche	47	86	39	821	Budens	35
463	Portelas	9	26	17	823	Figueira VB	34
464	Sargaçal	6	31	25	621	Figueira P	33
511	Alferce	321	340	29	131	Guia	30
521	Marmeleite	356	401	45	151	Paderne	30
532	Casais	314	329	15	511	Alferce	29
612	Montes de Alvor	2	22	20	811	Barão de S. Miguel	29
621	Figueira P	2	35	33	464	Sargaçal	25
761	S. Marcos da Serra	100	135	35	412	Almádena	24
811	Barão de S. Miguel	19	48	29	411	Barão de S. João	23
821	Budens	25	60	35	832	Hortas do Tabual	21
822	Burgau	1	40	39	612	Montes de Alvor	20
823	Figueira VB	24	58	34	463	Portelas	17
825	Vale de Boi	11	23	12	532	Casais	15
831	Raposeira	53	83	50	222	Carrapateira	13
832	Hortas do Tabual	38	59	21	825	Vale de Boi	12
CENTROS HISTÓRICOS					CENTROS HISTÓRICOS		
111	Albufeira	4	50	46	530.533	Monchique	86
210.211	Aljezur	10	82	72	210.211	Aljezur	72
341	Lagoa	35	58	23	770.771	Silves	48
401.451.460	Lagos	2	33	31	111	Albufeira	46
530.533	Monchique	408	494	86	401.451.460	Lagos	31
630.633	Portimão	2	17	15	341	Lagoa	23
770.771	Silves	2	50	48	852	Vila do Bispo	26
852	Vila do Bispo	74	100	26	630.633	Portimão	15

013 Núcleos (áreas e perímetros)

A + CH

Ref	Núcleo	Áreas -----				Perímetros -----		
		total	exterior	interior	Ni/Nt	total	exterior	interior
		m2	m2	m2		m	m	m
ALDEIAS:								
131	Guia	110452	101460	82596	0,75	2826	1499	1530
151	Paderne	90031	67656	57102	0,63	4431	1416	1341
221	Bordeira	25321	23781	17585	0,69	1678	1001	942
222	Carrapateira	46613	43750	34564	0,74	2015	1225	1083
411	Barão de S. João	58736	44918	37639	0,64	3578	1101	1029
431	Almádena	92485	83276	69097	0,75	4159	1885	1688
432	Espiche	120113	107086	89588	0,75	3830	1790	1592
463	Portelas	32944	15515	10702	0,32	2777	581	538
464	Sargaçal	48629	47931	38985	0,80	1401	1083	900
511	Alferce	27113	16534	9799	0,36	2141	857	786
521	Marmelete	72055	63410	43975	0,61	3876	1627	1428
532	Casais	37411	36509	27532	0,74	1186	888	818
612	Montes de Alvor	83373	62967	52185	0,63	3721	1223	1132
621	Figueira	105803	88658	75715	0,72	4144	1455	1454
761	S. Marcos da Serra	95916	84289	69260	0,72	3814	2033	1840
811	Barão de S. Miguel	61149	43861	38131	0,62	3023	1085	1016
821	Budens	72869	65800	54546	0,75	3082	1405	1382
822	Burgau	72719	67301	51131	0,70	3101	1599	1518
823	Figueira	40605	35587	27045	0,67	2508	1368	1344
825	Vale de Boi	13111	7921	6162	0,47	2051	416	367
831	Raposeira	49730	46252	33845	0,68	2489	1652	1550
832	Hortas do Tabual	9114	6823	4828	0,53	1201	457	370
TOTAL		1366292	1161285	932012	0,68	63032	27646	25648
CENTROS HISTÓRICOS:								
111	Albufeira	178533	171584	140376	0,79	5210	3407	3115
210-11	Aljezur	92250	80911	69370	0,75	6165	2435	2389
341	Lagoa	194594	186283	158298	0,81	3859	2207	2185
401-51-60	Lagos	353328	336551	280516	0,79	5426	3911	3531
530-33	Monchique	176000	163990	129665	0,74	6413	3252	3288
630-33	Portimão	470005	465422	348921	0,74	4296	4113	3896
770-71	Silves	354911	353589	278121	0,78	4097	3986	3726
852	Vila do Bispo	83171	81715	65543	0,79	1741	1466	1375
TOTAL		1902792	1840045	1470810	0,77	37207	24777	23505
TOTAL A + CH		3269084	3001330	2402822	0,74	100239	52423	49153

Ni/Nt – proporção entre a área do núcleo interior (pelo exterior do conjunto de quarteirões) e de todo o núcleo.

014 Núcleos: espaço público e quarteirões (áreas)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaço público -----			Espaço envolvente		Quarteirões -----		
		total	exterior	interior	total	circundante	total	exterior	interior
	ALDEIAS:	m2	m2	m2	m2	m2	m2	m2	m2
131	Guia	48403	39684	20820	27583	18864	62049	61889	61889
151	Paderne	43530	21190	10636	32894	10554	46501	43748	43748
221	Bordeira	12722	11127	4931	7791	6196	12599	12599	12599
222	Carrapateira	25651	22726	13540	12111	9186	20962	20962	20962
411	Barão S. João	26061	12229	4950	21111	7279	32675	30331	303314
431	Almádena	35265	26066	11887	23378	14179	57220	57220	57220
432	Espiche	52220	39164	21666	30554	17498	67893	64745	64745
463	Portelas	21043	3600	2377	22256	4813	11901	8325	8325
464	Sargaçal	17427	16726	7780	9647	8946	31202	31202	31202
511	Alferce	16338	4840	2005	18233	6735	10775	7794	7794
521	Marmeleite	33688	24997	5562	28126	19435	38367	38059	38059
532	Casais	15858	14955	5978	9880	8977	21553	21553	21553
612	Montes de Alvor	34966	14475	3693	31273	10782	48407	42610	42610
621	Figueira	50246	32235	19292	30954	12943	55557	55557	55557
761	S. Marcos Serra	36230	24381	10422	26578	14729	59686	56322	55552
811	Barão S. Miguel	25533	7247	1517	24016	5730	35616	32232	32232
821	Budens	29536	22443	1189	18347	11254	43333	43025	43025
822	Burgau	34497	28258	12452	22409	16170	38222	38222	37858
823	Figueira	17829	12788	4246	13583	8542	22776	22776	22776
825	Vale de Boi	7086	1886	127	6959	1759	6025	5917	5917
831	Raposeira	21840	18278	5871	15969	12407	27890	27890	27890
832	Hortas Tabual	4948	2579	584	4364	1995	4166	4166	4166
TOTAL		610917	401874	171525	438016	228973	755375	727144	726010
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	79829	71450	40242	39587	31208	98704	98704	98704
210-11	Aljezur	38100	26560	15019	23081	11541	54150	53996	53996
341	Lagoa	75993	68005	40020	35973	27985	118601	118601	118601
401-51-60	Lagos	134192	117735	61700	72492	56035	219136	219136	219136
530-33	Monchique	70400	58497	24172	46228	34325	105600	105519	105519
630-33	Portimão	190233	189212	74002	117522	116501	279772	279772	278481
770-71	Silves	129964	129748	54280	75684	75468	224947	224947	224947
852	Vila do Bispo	36008	34572	18400	17608	16172	47163	46913	46913
TOTAL		754719	695779	327835	428175	369235	1148073	1147588	1146297
TOTAL A + CH		1365636	1097653	499360	866191	598208	1903448	1874732	1872307

Espaço envolvente circundante – conjunto de artérias que permitem circular o núcleo sem ter de voltar atrás.

015 Núcleos: espaço público (áreas: proporção)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaço público / núcleo -----			Espaço público / quarteirão -----		
		total	exterior	interior	total	exterior	interior
ALDEIAS:							
131	Guia	0,44	0,39	0,25	0,78	0,64	0,34
151	Paderne	0,50	0,32	0,20	1,00	0,48	0,24
221	Bordeira	0,50	0,47	0,28	1,01	0,88	0,39
222	Carrapateira	0,55	0,52	0,39	1,22	1,08	0,65
411	Barão de S. João	0,46	0,29	0,14	0,86	0,40	0,16
431	Almádena	0,38	0,31	0,17	0,62	0,46	0,21
432	Espiche	0,45	0,38	0,25	0,81	0,60	0,33
463	Portelas	0,72	0,30	0,22	2,53	0,43	0,29
464	Sargaçal	0,36	0,35	0,20	0,56	0,54	0,25
511	Alferce	0,68	0,38	0,20	2,10	0,62	0,26
521	Marmeleite	0,47	0,40	0,13	0,89	0,66	0,15
532	Casais	0,42	0,40	0,22	0,74	0,69	0,28
612	Montes de Alvor	0,45	0,25	0,08	0,82	0,34	0,09
621	Figueira	0,47	0,37	0,26	0,90	0,58	0,35
761	S. Marcos da Serra	0,39	0,30	0,16	0,64	0,43	0,19
811	Barão de S. Miguel	0,44	0,18	0,04	0,79	0,22	0,05
821	Budens	0,41	0,34	0,21	0,69	0,52	0,26
822	Burgau	0,47	0,43	0,25	0,90	0,74	0,33
823	Figueira	0,44	0,36	0,16	0,78	0,56	0,19
825	Vale de Boi	0,55	0,24	0,02	1,20	0,32	0,02
831	Raposeira	0,44	0,40	0,17	0,78	0,66	0,21
832	Hortas do Tabual	0,54	0,38	0,12	1,19	0,62	0,14
TOTAL		0,49	0,38	0,18	1,05	0,64	0,24
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira	0,45	0,42	0,29	0,81	0,72	0,41
210-11	Aljezur	0,41	0,33	0,22	0,71	0,49	0,28
341	Lagoa	0,39	0,36	0,25	0,64	0,57	0,34
401-51-60	Lagos	0,38	0,35	0,22	0,61	0,54	0,28
530-33	Monchique	0,40	0,36	0,19	0,67	0,55	0,23
630-33	Portimão	0,40	0,40	0,21	0,68	0,68	0,27
770-71	Silves	0,36	0,37	0,19	0,58	0,58	0,24
852	Vila do Bispo	0,43	0,42	0,28	0,77	0,74	0,39
TOTAL		0,40	0,38	0,23	0,61	0,61	0,25
TOTAL A + CH		0,47	0,38	0,21	0,93	0,63	0,27

EP – espaço público; Q – quarteirão.

016 Espaço público e quarteirões (totais e proporções)

A + CH

Ref	Núcleo	quantidade de				proporção			
		EP	Q	total	Q'	EP/N	Q/N	EP/Q	Q'/Q
ALDEIAS:									
131	Guia	49	17	66	7	0,74	0,26	2,88	0,41
151	Paderne	42	15	57	5	0,74	0,26	2,80	0,33
221	Bordeira	57	17	74	12	0,77	0,23	3,35	0,70
222	Carrapateira	73	30	103	6	0,71	0,29	2,43	0,20
411	Barão de S. João	80	34	114	8	0,70	0,30	2,35	0,24
431	Almádena	63	29	92	6	0,68	0,32	2,17	0,21
432	Espiche	87	51	138	8	0,63	0,37	1,71	0,16
463	Portelas	35	8	43		0,81	0,19	4,38	
464	Sargaçal	28	7	35		0,80	0,20	4,00	
511	Alferce	31	15	46	3	0,67	0,33	2,07	0,20
521	Marmeleite	52	13	65	6	0,80	0,20	4,00	0,46
532	Casais	32	17	49	6	0,65	0,35	1,88	0,35
612	Montes de Alvor	46	19	65	4	0,71	0,29	2,42	0,21
621	Figueira	58	19	77	6	0,76	0,24	3,05	0,31
761	S. Marcos da Serra	81	28	109	5	0,74	0,26	2,89	0,18
811	Barão de S. Miguel	47	17	64	6	0,73	0,27	2,76	0,36
821	Budens	76	30	106	8	0,72	0,28	2,53	0,27
822	Burgau	97	38	135	9	0,71	0,29	2,55	0,24
823	Figueira	42	20	62	7	0,68	0,32	2,10	0,35
825	Vale de Boi	22	3	25	1	0,88	0,12	7,33	0,33
831	Raposeira	59	24	83	4	0,71	0,29	2,46	0,17
832	Hortas do Tabual	24	5	29	4	0,83	0,17	4,80	0,80
TOTAL		1181	456	1637	121	0,72	0,28	2,59	0,27
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	98	56	154	7	0,64	0,36	1,75	0,13
210-11	Aljezur	186	59	245	11	0,76	0,24	3,15	0,19
341	Lagoa	98	64	162	14	0,60	0,40	1,53	0,22
401-51-60	Lagos	157	100	257	11	0,61	0,39	1,57	0,11
530-33	Monchique	117	42	159	12	0,74	0,26	2,79	0,29
630-33	Portimão	114	100	214	15	0,53	0,47	1,14	0,15
770-71	Silves	130	77	207	14	0,63	0,37	1,69	0,18
852	Vila do Bispo	68	41	109	12	0,62	0,38	1,66	0,29
TOTAL		968	539	1507	96	0,64	0,36	1,80	0,18
TOTAL A + CH		2149	995	3144	217	0,68	0,32	2,16	0,22

N – núcleo; EP – espaço público; Q – todos os quarteirões do núcleo; Q' – quarteirões da zona antiga.

017 Áreas (totais e proporção)

A + CH

Ref	Núcleo	núcleo -----				zona antiga -----		proporções -----		
		total	exterior	interior	quart.	interior	quart.	Ne/T	Zi/Ni	Qz/Qn
	ALDEIAS:	m2	m2	m2	m2	m2	m2			
131	Guia	110179	101460	82596	62049	8775	6660	0,92	0,11	0,11
151	Paderne	89996	67656	57102	46501	8571	6770	0,75	0,15	0,15
221	Bordeira	25376	23781	17585	12599	8102	6082	1,07	0,46	0,48
222	Carrapateira	46675	43750	34564	20962	5809	4296	1,07	0,17	0,20
411	Barão S. João	58750	44918	37639	32675	8599	6666	1,31	0,23	0,20
431	Almádena	92475	83276	69097	57220	8867	7609	1,11	0,13	0,13
432	Espiche	120142	107086	89588	67893	6522	5137	1,12	0,07	0,08
463	Portelas	32958	15515	10702	11901			2,13		
464	Sargaçal	48632	47931	38985	31202			1,01		
511	Alferce	28032	16534	9799	10775	3007	2155	1,70	0,31	0,20
521	Marmeleite	72101	63410	43975	38367	2932	2522	1,14	0,07	0,07
532	Casais	37412	36509	27532	21553	4835	3843	1,02	0,18	0,18
612	Montes Alvor	83458	62967	52185	48407	10465	8550	1,33	0,20	0,18
621	Figueira	106669	88658	75715	55557	7940	6828	1,20	0,10	0,12
761	S. Marcos Serra	96138	84289	69260	59686	9049	7813	1,14	0,13	0,13
811	Barão S. Miguel	62147	43861	38131	35616	8991	7531	1,42	0,24	0,21
821	Budens	72893	65800	54546	43333	8809	7139	1,11	0,16	0,16
822	Burgau	73540	67301	51131	38222	5135	4165	1,09	0,10	0,11
823	Figueira	40628	35587	27045	22776	5695	4874	1,14	0,21	0,21
825	Vale de Boi	13121	7921	6162	6025	497	476	1,66	0,08	0,08
831	Raposeira	49814	46252	33845	27890	5454	4815	1,08	0,16	0,17
832	Hortas do Tabual	9192	6823	4828	4156	3029	2486	1,35	0,63	0,60
	TOTAL	1370328	1161285	932012	755375	131083	106417	1,18	0,14	0,14
	CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	179963	171584	140376	98704	17491	14633	1,05	0,12	0,15
210-11	Aljezur	92451	80911	69370	54150	6114	4224	1,14	0,09	0,09
341	Lagoa	194271	186283	158298	118601	28116	21687	1,04	0,18	0,18
401-51-60	Lagos	353008	336551	280516	219136	30800	27231	1,05	0,11	0,12
530-33	Monchique	175893	163990	129665	105600	23382	18338	1,07	0,18	0,17
630-33	Portimão	466443	465422	348921	279772	32713	26044	1,00	0,09	0,09
770-71	Silves	353805	353589	278121	224947	36600	30221	1,00	0,13	0,13
852	Vila Bispo	83151	81715	65543	47163	12046	9472	1,02	0,18	0,20
	TOTAL	1898985	1840045	1470810	1148073	187262	152250	1,03	0,13	0,13
	TOTAL A + CH	3269313	3001330	2402822	1903448	318345	258667	1,09	0,13	0,14

quart – quarteirões; Ne – exterior do núcleo; Ni – interior do núcleo; Qn – total de quarteirões;
Qz – quarteirões da zona antiga; T – todo o núcleo; Zi – interior da zona antiga.

018 Áreas (Espaço público, quarteirões e todo o núcleo)

A + CH

Ref	Núcleo	EP	Q	N (EP+Q)	EP/N	Q/N
		m2	m2	m2	%	%
ALDEIAS:						
131	Guia	48403	62049	110452	43,82	56,18
151	Paderne	43530	46501	90031	48,35	51,65
221	Bordeira	12722	12599	25321	50,24	49,76
222	Carrapateira	25651	20962	46613	55,03	44,97
411	Barão de S. João	26061	32675	58736	44,37	55,63
431	Almádena	35265	57220	92485	38,13	61,87
432	Espiche	52220	67893	120113	43,48	56,52
463	Portelas	21043	11901	32944	63,88	36,12
464	Sargaçal	17427	31202	48629	35,84	64,16
511	Alferce	16338	10775	27113	60,26	39,74
521	Marmelete	33688	38367	72055	46,75	53,25
532	Casais	15858	21553	37411	42,39	57,61
612	Montes de Alvor	34966	48407	83373	41,94	58,06
621	Figueira	50246	55557	105803	47,49	52,51
761	S. Marcos da Serra	36230	59686	95916	37,77	62,23
811	Barão de S. Miguel	25533	35616	61149	41,76	58,24
821	Budens	29536	43333	72869	40,53	59,47
822	Burgau	34497	38222	72719	47,44	52,56
823	Figueira	17829	22776	40605	43,91	56,09
825	Vale de Boi	7086	6025	13111	54,05	45,95
831	Raposeira	21840	27890	49730	43,92	56,08
832	Hortas do Tabual	4948	4166	9114	54,29	45,71
TOTAL		610917	755375	1366292	44,71	55,29
CENTROS HISTÓRICOS:						
111	Albufeira	79829	98704	178533	44,71	55,29
210-11	Aljezur	38100	54150	92250	41,30	58,70
341	Lagoa	75993	118601	194594	39,05	60,95
401-51-60	Lagos	134192	219136	353328	37,98	62,02
530-33	Monchique	70400	105600	176000	40,00	60,00
630-33	Portimão	190233	279772	470005	40,48	59,53
770-71	Silves	129964	224947	354911	36,62	63,38
852	Vila do Bispo	36008	47163	83171	43,29	56,71
TOTAL		754719	1148073	1902792	39,66	60,34
TOTAL A + CH		1365636	1903448	3269084	41,77	58,23

019 Perímetros (núcleo e zona antiga)

A + CH

Ref	Núcleo	núcleo: incluindo acessos	exterior	interior	zona antiga: exterior	interior
		m	m	m	m	m
ALDEIAS:						
131	Guia	2826	1499	1530	456	451
151	Paderne	4431	1416	1341	453	414
221	Bordeira	1678	1001	942	662	568
222	Carrapateira	2015	1225	1083	565	380
411	Barão de S. João	3578	1101	1029	507	456
431	Almádena	4159	1885	1688	473	371
432	Espiche	3830	1790	1592	388	344
463	Portelas	2777	581	538		
464	Sargaçal	1401	1083	900		
511	Alferce	2141	857	786	327	264
521	Marmeleite	3876	1627	1428	359	307
532	Casaís	1186	888	818	353	304
612	Montes de Alvor	3721	1223	1132	470	407
621	Figueira	4144	1455	1454	536	479
761	S. Marcos da Serra	3814	2033	1840	705	603
811	Barão de S. Miguel	3023	1085	1016	538	456
821	Budens	3082	1405	1382	661	428
822	Burgau	3101	1599	1518	490	328
823	Figueira	2508	1368	1344	448	390
825	Vale de Boi	2051	416	367	154	95
831	Raposeira	2489	1652	1550	385	334
832	Hortas do Tabual	1201	457	370	335	243
TOTAL		63032	27646	25648	9265	7622
CENTROS HISTÓRICOS:						
111	Albufeira	5210	3407	3115	608	628
210-11	Aljezur	6165	2435	2389	633	588
341	Lagoa	3859	2207	2185	946	834
401-51-60	Lagos	5426	3911	3531	902	713
530-33	Monchique	6413	3252	3288	813	796
630-33	Portimão	4296	4113	3896	997	950
770-71	Silves	4097	3986	3726	1078	1010
852	Vila do Bispo	1741	1466	1375	829	591
TOTAL		37207	24777	23505	6806	6110
TOTAL A + CH		100239	52423	49153	16071	13732

020 Zonas antigas: espaço total e quarteirões

A + CH

Ref	Núcleo	Espaço total: áreas -----		perímetros -----		Quarteirões (áreas)---	
		exterior	interior	exterior	interior	exterior	interior
	ALDEIAS:	m2	m2	m	m	m2	m2
131	Guia	12013	8775	456	451	6660	6660
151	Paderne	11230	8571	453	414	6770	6770
221	Bordeira	12514	8102	662	568	6082	6082
222	Carrapateira	9471	5809	565	380	4440	4296
565411	Barão de S. João	11212	8599	507	456	6666	6666
431	Almádena	11682	8867	473	371	7609	7609
432	Espiche	8229	6522	388	344	5137	5137
463	Portelas						
464	Sargaçal						
511	Alferce	4724	3007	327	264	2155	2155
521	Marmelete	4417	2932	359	307	2522	2522
532	Casais	6384	4835	353	304	3843	3843
612	Montes de Alvor	12784	10465	470	407	8550	8550
621	Figueira	11434	7940	536	479	6828	6828
761	S. Marcos da Serra	14891	9049	705	603	7813	7813
811	Barão de S. Miguel	11444	8991	538	456	7531	7531
821	Budens	14404	8809	661	428	7447	7139
822	Burgau	7881	5135	490	328	4165	4165
823	Figueira	7340	5695	448	390	4874	4874
825	Vale de Boi	1009	497	154	95	476	476
831	Raposeira	7192	5454	385	334	4815	4815
832	Hortas do Tabual	4209	3029	335	243	2486	2486
TOTAL		184464	131083	9265	7622	106869	106417
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira	21162	17491	608	628	14633	14633
210-11	Aljezur	9281	6114	633	588	4624	4624
341	Lagoa	38381	28116	946	834	21687	21687
401-51-60	Lagos	35729	30800	902	713	27231	27231
530-33	Monchique	26877	23382	813	796	18338	18338
630-33	Portimão	38520	32713	997	950	26044	26044
770-71	Silves	49540	36600	1078	1010	30221	30221
852	Vila do Bispo	18957	12046	829	591	9722	9472
TOTAL		238447	187262	6806	6110	152500	152250
TOTAL A + CH		422911	318345	16071	13732	259369	258667

Zona antiga – corresponde à zona amarela das plantas relativas aos quarteirões.

021 Espaço público na zona antiga (áreas e percentagens)

A + CH

Ref	Núcleo	Áreas ----- Espaço circundante	interior	exterior	Interior ----- EP/Z	EP/Q	Exterior ----- EP/Z	EP/Q
		m2	m2	m2				
ALDEIAS:								
131	Guia	3238	2115	5353	0,24	0,32	0,45	0,80
151	Paderne	2659	1801	4460	0,21	0,27	0,40	0,66
221	Bordeira	4412	2020	6432	0,25	0,33	0,51	1,06
222	Carrapateira	3662	1513	5175	0,26	0,35	0,55	1,17
411	Barão de S. João	2613	1933	4546	0,23	0,29	0,41	0,68
431	Almádena	2815	1258	4073	0,14	0,17	0,35	0,54
432	Espiche	1707	1385	3092	0,21	0,27	0,38	0,60
463	Portelas							
464	Sargaçal							
511	Alferce	1717	852	2569	0,28	0,40	0,54	1,19
521	Marmeleite	1485	410	1895	0,14	0,16	0,43	0,75
532	Casais	1549	992	2541	0,21	0,26	0,40	0,66
612	Montes de Alvor	2319	1915	4234	0,18	0,22	0,33	0,50
621	Figueira	3494	1112	4606	0,14	0,16	0,40	0,67
761	S. Marcos da Serra	5842	1236	7078	0,14	0,16	0,48	0,91
811	Barão de S. Miguel	2453	1460	3913	0,16	0,19	0,34	0,52
821	Budens	5595	1670	7265	0,19	0,24	0,50	0,98
822	Burgau	2746	970	3716	0,19	0,23	0,47	0,89
823	Figueira	1645	821	2466	0,14	0,17	0,34	0,51
825	Vale de Boi	512	21	533	0,04	0,04	0,53	1,12
831	Raposeira	1738	639	2377	0,12	0,13	0,33	0,49
832	Hortas do Tabual	1180	543	1723	0,18	0,22	0,41	0,69
TOTAL		53381	24666	78047	0,19	0,23	0,42	0,73
CENTROS HISTÓRICOS:								
111	Albufeira	3671	2858	6529	0,16	0,20	0,31	0,45
210-11	Aljezur	3167	1490	4657	0,24	0,32	0,50	1,01
341	Lagoa	10265	6429	16694	0,23	0,30	0,44	0,77
401-51-60	Lagos	4929	3569	8498	0,12	0,13	0,24	0,31
530-33	Monchique	3495	5044	8539	0,22	0,28	0,32	0,47
630-33	Portimão	5807	6669	12476	0,20	0,26	0,32	0,48
770-71	Silves	12940	6379	19319	0,17	0,21	0,39	0,64
852	Vila do Bispo	6911	2574	9485	0,21	0,27	0,50	0,98
TOTAL		51155	35012	86197	0,19	0,23	0,36	0,57
TOTAL A + CH		104566	59678	164244	0,19	0,23	0,39	0,63

EP – espaço público; Q – quarteirões; Z – zona antiga;

Espaço circundante – conjunto de artérias que permitem circular o núcleo sem ter de voltar atrás.

022 Quarteirões (áreas) *

A + CH

Ref	Núcleo	Área média	<100m2	>100 <250	>250 <500	>500 <1000	>1000 <2000	>2000 <5000	>5000 <10000	>10000m2	TOTAL
ALDEIAS:		m2									
131	Guia	3650		1	3	5	4	1	1	2	17
151	Paderne	3100		1	1	3	4	5		1	15
221	Bordeira	741	1	2	5	6	1	2			17
222	Carrapateira	699		8	12	5	3	2			30
411	Barão de S. João	961		4	12	9	5	3	1		34
431	Almádena	1973		4	3	8	5	6	3		29
432	Espiche	1331	1	3	10	12	15	8	2		51
463	Portelas	1487		1	1	1	2	3			8
464	Sargaçal	4457		3	2	1				1	7
511	Alferce	718	1	2	3	5	3	1			15
521	Marmeleite	2951	1	1	5		2	2	1	1	13
532	Casais	1268		3	4	6	2	1	1		17
612	Montes de Alvor	2542				2	7	8	2		19
621	Figueira	2924		1	1	6	4	4	2	1	19
761	S. Marcos da Serra	2132			3	6	10	6	3		28
811	Barão de S. Miguel	2095			2	3	6	5	1		17
821	Budens	1444		3	7	4	10	5		1	30
822	Burgau	1006	4	9	7	11	3	2	2		38
823	Figueira	1139		2	4	7	3	4			20
825	Vale de Boi	2008		1	1				1		3
831	Raposeira	1162	1	3		6	11	3			24
832	Hortas do Tabual	833			2	1	2				5
TOTAL		1657	9	54	88	107	102	71	20	7	456
CENTROS HISTÓRICOS:											
111	Albufeira	1763		5	4	17	14	12	4		56
210-11	Aljezur	918	6	11	13	15	6	5		1	59
341	Lagoa	1857			4	14	27	16	3		64
401-51-60	Lagos	2191		2	8	24	28	26	11	1	100
530-33	Monchique	2513	2	3	2	8	14	7	4	2	42
630-33	Portimão	2798			3	11	38	42	3	3	100
770-71	Silves	2921	1	4	5	19	14	25	5	4	77
852	Vila do Bispo	1150		2	8	9	17	5			41
TOTAL		2119	11	27	47	117	158	138	30	11	539
TOTAL A + CH		1913	20	81	135	224	260	209	50	18	995

* quantidade de quarteirões com áreas entre <100m2 e >10000m2; TOTAL – de quarteirões.

023 Quarteirões: total, dentro e fora da zona antiga (áreas)

A + CH

Ref	Núcleo	Áreas -----			Quarteirões			Médias -----			F/Z
		total	zona	fora	T	Z	F	total	zona	fora	
ALDEIAS:		m2	m2	m2				m2	m2	m2	
131	Guia	62049	6660	55389	17	7	10	3650	951	5539	5,8
151	Paderne	46501	6770	39731	15	5	10	3100	1354	3973	2,9
221	Bordeira	12599	6082	6517	17	12	5	741	507	1303	2,6
222	Carrapateira	20962	4296	16666	30	6	24	699	716	694	1,0
411	Barão S. João	32675	6666	26009	34	8	26	961	833	1000	1,2
412	Almádena	57220	7609	49611	29	6	23	1973	1268	2157	1,7
432	Espiche	67893	5137	62776	51	8	43	1331	642	1459	2,8
463	Portelas	11901		11901	8		8	1487		1487	
464	Sargaçal	31202		31202	7		7	4457		4457	
511	Alferce	10775	2155	8620	15	3	12	718	718	718	1,0
521	Marmeleite	38367	2522	35845	13	6	7	2951	420	5121	12,2
532	Casais	21553	3843	17710	17	6	11	1268	641	1610	2,5
612	Montes de Alvor	48407	8550	39857	19	4	15	2542	2137	2657	1,2
621	Figueira	55557	6828	48729	19	6	13	2924	1138	3748	3,3
761	S. Marcos Serra	59686	7813	51873	28	5	23	2132	1563	2255	1,4
811	Barão S. Miguel	35616	7531	28085	17	6	11	2095	1555	2553	2,0
821	Budens	43333	7139	36194	30	8	22	1444	892	1645	1,8
822	Burgau	38222	4165	34057	38	9	29	1006	463	1174	2,5
823	Figueira	22776	4874	17902	20	7	13	1139	696	1377	2,0
825	Vale de Boi	6025	476	5549	3	1	2	2008	476	2775	5,8
831	Raposeira	27890	4815	23075	24	4	20	1162	1204	1154	1,0
832	Hortas Tabual	4166	2486	1680	5	4	1	833	622	1680	2,7
TOTAL		755375	106417	648978	456	121	335	1657	879	1937	2,2
CENTROS HISTÓRICOS:											
111	Albufeira	98704	14633	84071	56	7	49	1763	2090	1716	0,8
210-11	Aljezur	54150	4624	49526	59	11	48	918	420	1032	2,5
341	Lagoa	118601	21687	96914	64	14	50	1857	1549	1938	1,3
401-51-60	Lagos	219136	27231	191905	100	11	89	2191	2476	2156	0,9
530-33	Monchique	105600	18338	87262	42	12	30	2513	1528	2909	1,9
630-33	Portimão	279772	26044	253728	100	15	85	2798	1736	2985	1,7
770-71	Silves	224947	30221	194726	77	14	63	2921	2159	3091	1,4
852	Vila Bispo	47163	9472	37691	41	12	29	1150	789	1300	1,6
TOTAL		1148073	152250	995823	539	96	443	2119	1586	2248	1,4
TOTAL A + CH		1903448	258667	1644781	995	217	778	1913	1192	2114	1,8

Z – zona antiga; F – fora da zona antiga; F/Z – proporção entre as áreas médias fora e dentro da zona antiga.

024 Quarteirões (áreas)

>

<

A+CH

Núcleo	Ref	m2
Portimão	63351	35126
Portimão	63352	30102
Sargaçal	46402	29297
Silves	77177	27020
Guia	13110	25583
Paderne	15114	25138
Silves	77176	20596
Marmelete	52110	20180
Figueira	62112	18271
Guia	13109	17988
Monchique	53342	17889
Silves	77175	14531
Silves	77122	13013
Portimão	63343	12360
Budens	82123	11208
Aljezur	21123	11130
Monchique	53340	10744
Lagos	46093	10517
Monchique	53334	9878
S. Marcos da Serra	76124	9666
Almádena	43117	9362
Lagos	46088	9280
Montes de Alvor	61201	9058
Figueira	62107	8991
Lagos	45133	8839
Albufeira	11149	8282
Barão de São Miguel	81115	8047
Casais	53217	7829
Lagos	45115	7408
Almádena	43127	7217
Silves	77127	7212
S. Marcos da Serra	76122	7179
Lagos	45114	7153
Lagoa	34120	7115
Silves	77121	6976
Lagos	45122	6893
Albufeira	11118	6865
Lagos	46092	6831
Lagos	46076	6816
Portimão	63339	6800
Burgau	82231	6789
Burgau	82232	6784
Lagos	45130	6708
Marmelete	52108	6251
Albufeira	11148	6182
Silves	77105	5935
Lagoa	34155	5931
Espiche	43251	5851
Monchique	53335	5838
Montes de Alvor	61219	5797

Núcleo	Ref	m2
Silves	77107	31
Bordeira	22108	34
Monchique	53318	37
Burgau	82202	38
Aljezur	21108	40
Aljezur	21113	43
Burgau	82201	44
Raposeira	83123	47
Aljezur	21107	52
Aljezur	21109	59
Aljezur	21114	61
Aljezur	21159	62
Alferce	51103	66
Burgau	82206	68
Espiche	43226	81
Monchique	53309	81
Marmelete	52102	83
Burgau	82213	86
Aljezur	21120	89
Aljezur	21117	97
Aljezur	21112	103
Almádena	43124	107
Vale de Boi	82503	108
Raposeira	83110	110
Monchique	53326	111
Budens	82104	120
Barão de São João	41107	124
Budens	82128	125
Burgau	82221	125
Portelas	46308	127
Carrapateira	22218	128
Carrapateira	22216	132
Carrapateira	22217	133
Espiche	43227	134
Casais	53206	134
Aljezur	21115	138
Barão de São João	41130	141
Silves	77106	142
Marmelete	52101	143
Carrapateira	22201	144
Lagos	46086	145
Aljezur	21141	148
Bordeira	22103	151
Carrapateira	22219	153
Albufeira	11121	154
Burgau	82224	154
Raposeira	83104	154
Albufeira	11129	157
Burgau	82209	160
Guia	13117	160

025 Quarteirões (perímetros) *

A + CH

Ref	Núcleo	Perímetro médio	<50m	>50 <100	>100 <150	>150 <200	>200 <250	>250 <300	>300 <500	>500m	TOTAL
ALDEIAS:		m									
131	Guia	217		3	6	3	1	1	1	2	17
151	Paderne	220		3	3	2	2	3	1	1	15
221	Bordeira	129	1	5	8	1			2		17
222	Carrapateira	119	1	15	8	2	2		2		30
411	Barão de S. João	123	2	15	9	4	1	2	1		34
431	Almádena	172	1	8	8	3	2	4	3		29
432	Espiche	152	1	12	17	11	6	1	3		51
463	Portelas	161	1	1	2	1	2	1			8
464	Sargaçal	198		5	1					1	7
511	Alferce	131		6	4	2	3				15
521	Marmeleite	214	1	4	2	1		1	3	1	13
532	Casais	136	1	7	4	3		1	1		17
612	Montes de Alvor	218			4	5	4	3	3		19
621	Figueira	237		3	3	5	3	1	3	1	19
761	S. Marcos da Serra	204		3	4	8	7	2	4		28
811	Barão de S. Miguel	212		1	3	6	4		3		17
821	Budens	147	1	9	10	2	6	1	1		30
822	Burgau	135	1	15	11	7		2	2		38
823	Figueira	156		8	4	2	3	1	2		20
825	Vale de Boi	146	1	1					1		3
831	Raposeira	152	2	1	9	6	6				24
832	Hortas do Tabual	120		2	1	2					5
TOTAL		164	14	127	121	76	52	24	36	6	456
CENTROS HISTÓRICOS:											
111	Albufeira	195		12	10	12	9	5	7	1	56
210-11	Aljezur	154	8	14	14	13	1	3	5	1	59
341	Lagoa	184		6	15	28	9	3	5		64
401-51-60	Lagos	201		10	29	22	17	8	12	2	100
530-33	Monchique	233	3	2	8	6	10	2	9	2	42
630-33	Portimão	221		3	14	30	29	12	9	3	100
770-71	Silves	205	1	10	17	16	15	8	7	3	77
852	Vila do Bispo	155		10	11	11	6		3		41
TOTAL		193	12	67	118	136	96	41	57	12	539
TOTAL A + CH		182	26	194	239	212	148	65	93	18	995

* quantidade de quarteirões com perímetros entre <50m e >500m.

Perímetro pelo exterior (distância a percorrer por quem contorne o quarteirão).

026 Quarteirões (somas das áreas e dos perímetros)

A + CH

Ref	Núcleo	Áreas -----				Perímetros---		TOTAL
		Ni	Q	Qi	Qi/Ni	Q	fachadas	
		m2	m2	m2		m	m	
ALDEIAS:								
131	Guia	82596	62049	61889	0,75	3690	4138	17
151	Paderne	57102	46501	43748	0,77	3301	3460	15
221	Bordeira	17585	12599	12599	0,72	2208	2403	17
222	Carrapateira	34564	20962	20962	0,61	3584	3961	30
411	Barão de S. João	37639	32675	30331	0,81	4176	4388	34
431	Almádena	69097	57220	57220	0,83	4992	5483	29
432	Espiche	89588	67893	64745	0,72	7781	8088	51
463	Portelas	10702	11901	8325	0,78	1286	1630	8
464	Sargaçal	38985	31202	31202	0,80	1390	2387	7
511	Alferce	9799	10775	7794	0,80	1967	1990	15
521	Marmeleite	43975	38367	38059	0,87	2787	3109	13
532	Casais	27532	21553	21553	0,78	2324	2533	17
612	Montes de Alvor	52185	48407	42610	0,82	4141	4621	19
621	Figueira	75715	55557	55557	0,73	4503	5177	19
761	S. Marcos da Serra	69260	59686	55552	0,80	5716	6396	28
811	Barão de S. Miguel	38131	35616	32232	0,85	3600	4113	17
821	Budens	54546	43333	43025	0,79	4406	5154	30
822	Burgau	51131	38222	37858	0,74	5142	5162	38
823	Figueira	27045	22776	22776	0,84	3113	3310	20
825	Vale de Boi	6162	6025	5917	0,78	438	599	3
831	Raposeira	33845	27890	27890	0,82	3648	3823	24
832	Hortas do Tabual	4828	4166	4166	0,86	602	653	5
TOTAL		932012	755375	726010	0,78	74795	82578	456
CENTROS HISTÓRICOS:								
111	Albufeira	140376	98704	98704	0,70	10903	10961	56
210-11	Aljezur	69370	54150	53996	0,78	9083	10421	59
341	Lagoa	158298	118601	118601	0,75	11769	12211	64
401-51-60	Lagos	280516	219136	219136	0,78	20132	21111	100
530-33	Monchique	129665	105600	105519	0,81	9777	10043	42
630-33	Portimão	348921	279772	278481	0,80	22112	22570	100
770-71	Silves	278121	224947	224947	0,81	15755	16018	77
852	Vila do Bispo	65543	47163	46913	0,72	6369	6547	41
TOTAL		1470810	1148073	1146279	0,78	105900	109882	539
TOTAL A + CH		2402822	1903448	1872307	0,78	180695	192460	995

Perímetros: Q – pelo exterior dos quarteirões; Fachadas – pelo contorno de todas as fachadas do quarteirão;
Ni – interior do núcleo; Q – todos os quarteirões; Qi – quarteirões no interior do núcleo; TOTAL – de quarteirões.

027 Zona antiga – quarteirões >

<

Frente	Núcleo	Comp (m)
61210.2	Montes de Alvor	174,01
11101.5	Albufeira	145,75
63306.4	Portimão	130,75
11107.2	Albufeira	127,64
53304.1	Monchique	123,84
11106.2	Albufeira	121,85
77112.3	Silves	118,57
11107.5	Albufeira	116,99
77110.5	Silves	116,77
11103.2	Albufeira	114,17
77112.1	Silves	114,03
11104.8	Albufeira	110,06
11106.3	Albufeira	109,69
63306.2	Portimão	107,51
53323.4	Monchique	105,64
45114.1	Lagos	103,59
43123.1	Almádena	102,65
77109.3	Silves	102,59
63307.4	Portimão	101,42
63305.4	Portimão	100,96
45115.1	Lagos	97,94
53310.3	Monchique	97,84
34111.1	Lagoa	97,65
81111.4	Barão de São Miguel	97,09
76118.1	São Marcos da Serra	95,17
61210.5	Montes de Alvor	93,57
22209.3	Carrapateira	93,55
11104.5	Albufeira	92,56
45115.2	Lagos	91,71
77109.2	Silves	91,25
34111.5	Lagoa	91,15
62105.1	Figueira	90,82
11101.3	Albufeira	90,76
62106.1	Figueira	89,93
62106.2	Figueira	89,90
53311.3	Monchique	88,67
61210.3	Montes de Alvor	88,51
63307.2	Portimão	88,26
13106.1	Guia	88,09
11101.1	Albufeira	87,34
81111.2	Barão de São Miguel	87,24
41108.4	Barão de São João	86,93
63305.2	Portimão	86,76
45114.2	Lagos	86,08
15107.1	Paderne	86,04
63308.4	Portimão	84,34
77109.4	Silves	84,34
85217.1	Vila do Bispo	83,64
45114.3	Lagos	83,15
77111.3	Silves	83,07

Frente	Núcleo	Comp (m)
22111.2	Bordeira	4,00
82104.3	Budens	4,09
11104.4	Albufeira	4,35
21135.3	Aljezur	4,40
52102.3	Marmeleite	4,40
22108.2	Bordeira	4,50
22212.1	Carrapateira	4,59
52102.1	Marmeleite	4,67
22109.2	Bordeira	4,69
82501.4	Vale de Boi	4,76
81111.1	Barão de São Miguel	4,90
22106.4	Bordeira	5,00
53323.5	Monchique	5,15
53326.4	Monchique	5,21
82208.4	Burgau	5,26
53327.2	Monchique	5,28
53206.4	Casais	5,32
82119.2	Budens	5,41
22214.4	Carrapateira	5,44
82210.1	Burgau	5,55
52105.3	Marmeleite	5,57
82209.3	Burgau	5,61
76119.1	São Marcos da Serra	5,63
52101.1	Marmeleite	5,69
82119.7	Budens	5,80
82208.7	Burgau	5,84
82309.3	Figueira	5,98
22115.3	Bordeira	6,00
22212.5	Carrapateira	6,00
83201.5	Hortas do Tabual	6,23
22209.5	Carrapateira	6,34
82305.3	Figueira	6,36
83204.1	Hortas do Tabual	6,40
34114.4	Lagoa	6,50
52105.1	Marmeleite	6,63
62103.4	Figueira	6,65
82212.2	Burgau	6,88
52101.3	Marmeleite	6,90
81112.4	Barão de São Miguel	6,90
22110.2	Bordeira	7,00
22115.1	Bordeira	7,00
41107.3	Barão de São João	7,00
82213.1	Burgau	7,05
21136.1	Aljezur	7,21
85209.2	Vila do Bispo	7,51
43204.2	Espiche	7,69
53206.2	Casais	7,69
43208.2	Espiche	7,75
53326.2	Monchique	7,76
82305.2	Figueira	7,78

028 Quarteirões: ocupação (quantidades)

A + CH

Ref	Núcleo	Zona antiga--			fora da zona--			Em todo o núcleo----				Proporções-----		
		F	M	C	F	M	C	F	M	C	T	F/T	M/T	C/T
ALDEIAS:														
131	Guia	7			7	2	1	14	2	1	17	0,82	0,12	0,06
151	Paderne	3	2		3	6	1	6	8	1	15	0,40	0,53	0,07
221	Bordeira	11		1	3		2	14		3	17	0,82		0,18
222	Carrapateira	6			19	3	2	25	3	2	30	0,83	0,10	0,07
411	Barão S. João	8			18	8		26	8		34	0,76	0,24	
412	Almádena	3	3		8	12	3	11	15	3	29	0,38	0,52	0,10
432	Espiche	4	4		17	25	1	21	29	1	51	0,41	0,57	0,02
463	Portelas				6	2		6	2		8	0,75	0,25	
464	Sargaçal				4	2	1	4	2	1	7	0,57	0,29	0,14
511	Alferce	3			7	5		10	5		15	0,67	0,33	
521	Marmelete	6			2	3	2	8	3	2	13	0,62	0,23	0,15
532	Casais	6			6	3	2	12	3	2	17	0,71	0,17	0,12
612	Montes de Alvor	3	1		5	9	1	8	10	1	19	0,42	0,53	0,05
621	Figueira	5	1		9	3	1	14	4	1	19	0,74	0,21	0,05
761	S. Marcos Serra	1	4		3	17	3	4	21	3	28	0,14	0,75	0,11
811	Barão S. Miguel	2	4		3	8		5	12		17	0,29	0,71	
821	Budens	2	6		6	15	1	8	21	1	30	0,27	0,70	0,03
822	Burgau	6	3		27	1	1	33	4	1	38	0,87	0,10	0,03
823	Figueira	6	1		4	8	1	10	9	1	20	0,50	0,45	0,05
825	Vale de Boi	1			1	1		2	1		3	0,67	0,33	
831	Raposeira		4		5	14	1	5	18	1	24	0,21	0,75	0,04
832	Hortas Tabual	2	2			1		2	3		5	0,40	0,60	
TOTAL		85	35	1	163	148	24	248	183	25	456	0,54	0,40	0,06
CENTROS HISTÓRICOS:														
111	Albufeira	7			47	2		54	2		56	0,96	0,04	
210-11	Aljezur	11			13	20	15	24	20	15	59	0,41	0,34	0,25
341	Lagoa	14			46	4		60	4		64	0,94	0,06	
401-51-60	Lagos	9	2		87	2		96	4		100	0,96	0,04	
530-33	Monchique	10	2		15	13	2	25	15	2	42	0,59	0,36	0,05
630-33	Portimão	14	1		82	3		96	4		100	0,96	0,04	
770-71	Silves	9	5		54	9		63	14		77	0,82	0,18	
852	Vila Bispo	9	3		18	10	1	27	13	1	41	0,66	0,32	0,02
TOTAL		83	13		362	63	18	445	76	18	539	0,83	0,14	0,03
TOTAL A + CH		168	48	1	525	211	42	693	259	43	995	0,70	0,26	0,04

F – só fachadas; M – muros e fachadas; C – campo, muros e fachadas; T – número total de quarteirões.

029 Quarteirões dentro e fora da zona antiga (quantidades)

A + CH

Ref	Núcleo	Zona antiga (*) -----					Fora da zona antiga -----						
		F	M	T	F/T	M/T	F	M	C	T	F/T	M/T	C/T
ALDEIAS:													
131	Guia	7		7	1,00		7	2	1	10	0,70	0,20	0,10
151	Paderne	3	2	5	0,60	0,40	3	6	1	10	0,30	0,60	0,10
221	Bordeira (*)	11		12	0,97		3		2	4	0,60		0,40
222	Carrapateira	6		6	1,00		19	3	2	24	0,79	0,13	0,08
411	Barão de S. João	8		8	1,00		18	8		26	0,69	0,31	
412	Almádena	3	3	6	0,50	0,50	8	12	3	23	0,35	0,52	0,13
432	Espiche	4	4	8	0,50	0,50	17	25	1	43	0,40	0,58	0,02
463	Portelas						6	2		8	0,75	0,25	
464	Sargaçal						4	2	1	7	0,57	0,29	0,14
511	Alferce	3		3	1,00		7	5		12	0,58	0,42	
521	Marmelete	6		6	1,00		2	3	2	7	0,29	0,42	0,29
532	Casais	6		6	1,00		6	3	2	11	0,55	0,27	0,18
612	Montes de Alvor	3	1	4	0,75	0,25	5	9	1	15	0,33	0,60	0,07
621	Figueira	5	1	6	0,83	0,17	9	3	1	13	0,69	0,23	0,08
761	S. Marcos da Serra	1	4	5	0,20	0,80	3	17	3	23	0,13	0,74	0,13
811	Barão S. de Miguel	2	4	6	0,33	0,67	3	8		11	0,27	0,73	
821	Budens	2	6	8	0,25	0,75	6	15	1	20	0,27	0,59	0,04
822	Burgau	6	3	9	0,67	0,33	27	1	1	29	0,94	0,03	0,03
823	Figueira	6	1	7	0,86	0,14	4	8	1	13	0,31	0,61	0,08
825	Vale de Boi	1		1	1,00		1	1		2	0,50	0,50	
831	Raposeira		4	4		1,00	5	14	1	20	0,25	0,70	0,05
832	Hortas do Tabual	2	2	4	0,50			1		1		1,00	
TOTAL (*)		85	35	121	0,70	0,30	163	148	24	335	0,49	0,44	0,07
CENTROS HISTÓRICOS:													
111	Albufeira	7		7	1,00		47	2		49	0,96	0,04	
210-11	Aljezur	11		11	1,00		13	20	15	48	0,27	0,42	0,31
341	Lagoa	14		14	1,00		46	4		50	0,92	0,08	
401-51-60	Lagos	9	2	11	0,82	0,18	87	2		89	0,98	0,02	
530-33	Monchique	10	2	12	0,83	0,17	15	13	2	30	0,50	0,43	0,07
630-33	Portimão	14	1	15	0,93	0,07	82	3		85	0,96	0,04	
770-71	Silves	9	5	14	0,64	0,36	54	9		63	0,86	0,14	
852	Vila do Bispo	9	3	12	0,75	0,25	18	10	1	29	0,62	0,34	0,04
TOTAL		83	13	96	0,86	0,14	362	63	18	443	0,82	0,14	0,04
TOTAL A + CH		168	48	217	0,77	0,23	525	211	42	778	0,68	0,27	0,05

Quantidades e proporção; (*) Apenas Bordeira tem um quarteirão C

F – só fachadas; M – muros e fachadas; C – campo, muros e fachadas; T – total de quarteirões

030 Quarteirões: ocupação (áreas totais e percentagens)

A + CH

Ref	Núcleo	Áreas -----				Percentagem -----		
		fachadas	muros	campo	total	fachadas	muros	campo
ALDEIAS:		m2	m2	m2	m2	%	%	%
131	Guia	17103	19363	25583	62049	27,56	31,21	41,23
151	Paderne	7610	13753	25138	46501	16,37	29,58	54,06
221	Bordeira	5957		6642	12599	47,28		52,72
222	Carrapateira	10528	5303	5131	20962	50,22	25,30	24,48
411	Barão S. João	12679	19996		32675	38,80	61,20	
412	Almádena	6318	40048	10854	57220	11,04	69,99	18,97
432	Espiche	18852	45741	3300	67893	27,77	67,37	4,86
463	Portelas	6973	4928		11901	58,59	41,41	
464	Sargaçal	1306	599	29297	31202	4,19	1,92	93,89
511	Alferce	4954	5821		10775	45,98	54,02	
521	Marmeleite	3217	11241	23909	38367	8,38	29,30	62,32
532	Casais	7026	1836	12691	21553	32,60	8,52	58,88
612	Montes de Alvor	17610	21739	9058	48407	36,38	44,91	18,71
621	Figueira	27022	10264	18271	55557	48,64	18,47	32,89
761	S. Marcos Serra	2934	52095	4657	59686	4,92	87,28	7,80
811	Barão S. Miguel	4647	30969		35616	13,05	86,95	
821	Budens	6285	25840	11208	43333	14,50	59,63	25,86
822	Burgau	31156	2826	4240	38222	81,51	7,39	11,09
823	Figueira	6360	13341	3075	22776	27,92	58,57	13,50
825	Vale de Boi	584	5441		6025	9,69	90,31	
831	Raposeira	2877	23229	1784	27890	10,32	83,29	6,40
832	Hortas Tabual	916	3250		4166	21,99	78,01	
TOTAL		202914	357623	194838	755375	26,87	47,34	25,79
CENTROS HISTÓRICOS:								
111	Albufeira	90886	7818		98704	92,08	7,92	
210-11	Aljezur	8080	15136	30934	54150	14,92	27,95	57,13
341	Lagoa	108215	10386		118601	91,24	8,76	
401-51-60	Lagos	208214	10922		219136	95,02	4,98	
530-33	Monchique	29467	68790	7343	105600	27,90	65,14	6,95
630-33	Portimão	212610	67162		279772	75,99	24,01	
770-71	Silves	136910	88037		224947	60,86	39,14	
852	Vila Bispo	25293	19952	1918	47163	53,63	42,30	4,07
TOTAL		819675	288203	40195	1148073	71,40	25,10	3,50
TOTAL A + CH		1022589	645826	235033	1903448	53,72	33,93	12,35

F – só fachadas; M – muros e fachadas; C – campo, muros e fachadas; T – todos os quarteirões.

031 Frentes de quarteirão na zona mais antiga (quantidades) A + CH

Número de quarteirões com:		soma das frentes:											
Ref	Núcleo	3	4	5	6	+7	total	3	4	5	6	+7	total
ALDEIAS:													
131	Guia	3	4				7	9	16				25
151	Paderne		4	1			5		16	5			21
221	Bordeira	2	8	1	1		12	6	32	5	6		49
222	Carrapateira	1	2	2	1		6	3	8	10	6		27
411	Barão de S. João	2	2	3	1		8	6	8	15	6		35
431	Almádena	1	5				6	3	20				23
432	Espiche		8				8		32				32
463	Portelas												
464	Sargaçal												
511	Alferce		3				3		12				12
521	Marmeleite	2	3	1			6	6	12	5			23
532	Casais	1	4	1			6	3	16	5			24
612	Montes de Alvor		3	1			4		12	5			17
621	Figueira	1	4	1			6	3	16	5			24
761	S. Marcos da Serra	1	4				5	3	16				19
811	Barão de S. Miguel	1	3			2	6	3	12			17	32
821	Budens		4	1	2	1	8		16	5	12	8	41
822	Burgau		3	2	3	1	9		12	10	18	7	47
823	Figueira	1	3	1	1	1	7	3	12	5	6	7	33
825	Vale de Boi				1		1				6		6
831	Raposeira		2	1		1	4		8	5		7	20
832	Hortas do Tabual		2			2	4		8			14	22
TOTAL		16	71	16	10	8	121	48	284	80	60	60	532
CENTROS HISTÓRICOS:													
111	Albufeira	2	1	3		1	7	6	4	15		8	33
210-11	Aljezur	3	5	2	1		11	9	20	10	6		45
341	Lagoa	1	11	2			14	3	44	10			57
401-51-60	Lagos		10	1			11		40	5			45
530-33	Monchique	2	4	3	3		12	6	16	15	18		55
630-33	Portimão	1	13	1			15	3	52	5			60
770-71	Silves		10	2	2		14		40	10	12		62
852	Vila do Bispo	1	8		2	1	12	3	32		12	7	54
TOTAL		10	62	14	8	2	96	30	248	70	48	15	411
TOTAL A + CH		26	93	30	18	10	217	78	532	150	108	75	943

Número de quarteirões com 3, 4 ... +7 frentes, total de quarteirões e total de frentes

032 Frentes de quarteirão na zona antiga: fachadas (quantidades) A + CH

Ref	Núcleo	com	1	2	3	4	5	6-7	8-9	10-15	15-20	+20	Total
ALDEIAS:		Frentes:											Fachadas:
131	Guia		4	3	2	2	2	8	3	1			125
151	Paderne		3	3		6	3	2	4				139
221	Bordeira		9	10	11	7	1	6	3	2			182
222	Carrapateira		7	4	2	2	1	3	6	1	1		135
411	Barão de S. João		3	5	9	4		2	6	6			199
431	Almádena		1	5	2	3	2	5	1	3	1		133
432	Espiche		4	9	4	4	2	2	2	5			149
463	Portelas												
464	Sargaçal												
511	Alferce		2	4	1	1		1	2	1			53
521	Marmetele		8	3	2	4	3	1	2				75
532	Casais		4	5	4	4	1	5	1				90
612	Montes de Alvor		1			3	3	4	3	1	1	1	135
621	Figueira		3	2	2	8	1	2	2	4			132
761	S. Marcos da Serra		3	1	2	1	6	2	2	2			97
811	Barão de S. Miguel		4	1	3	6	2	7	4	5			185
821	Budens		6	6	10	6	4	7	1	1			159
822	Burgau		9	11	8	7	4	5	3				161
823	Figueira		4	9	3	3	3	4	7				146
825	Vale de Boi		1	1	1	1		1	1				24
831	Raposeira			3	3	4	2	4	3	1			103
832	Hortas do Tabual		4	5	3	2	2	2	3	1			91
TOTAL			80	90	72	78	42	73	59	34	3	1	2513
CENTROS HISTÓRICOS:													
111	Albufeira		5	6	2	2	2	4	5	3	2	2	223
210-11	Aljezur		7	10	12	8	3	2	2	1			151
341	Lagoa		13	5	5	7	8	8	9	2			262
401-51-60	Lagos		1	5	8	2	5	12	7	5			281
530-33	Monchique		10	6	7	5	5	11	9	2			262
630-33	Portimão		8	9	9	8	6	5	9	4	2		306
770-71	Silves		6	7	8	11	6	12	5	6	1		340
852	Vila do Bispo		8	10	6	10	4	9	4	3			238
TOTAL			58	58	57	53	39	63	50	26	5	2	2063
TOTAL A + CH			138	148	129	131	81	136	109	60	8	3	4576

Número de frentes de quarteirão com 1, 2, 3... fachadas.

033 Frentes de quarteirão na zona antiga: larguras (quantidades) A + CH

Ref	Núcleo	média:	10<15 <10m	15<20	20<30	30<40	40<50	50<75	75<100	>100m	Total
ALDEIAS:		m									m
131	Guia	38,67	2	3	1	2	2	8	4	2	966
151	Paderne	38,29	1		3	5	4	2	5	1	804
221	Bordeira	25,13	8	11	6	6	8	4	6		1231
222	Carrapateira	30,90	6	3	4	3	3	2	5	1	834
411	Barão de S. João	33,56	2	6	6	7	2	2	8	2	1174
431	Almádena	42,69		3	1	4	5	3	5	1	981
432	Espiche	29,98	5	3	7	6	4	1	4	2	959
463	Portelas										
464	Sargaçal										
511	Alferce	30,22	1	4	2		1		4		363
521	Marmeleite	23,14	7	2	3	3	5	1	2		532
532	Casais	27,75	2	2	4	8	4	3		1	666
612	Montes de Alvor	55,96		1		2	4	2	5	2	951
621	Figueira	37,11	2	2	2	6	5	1	2	4	891
761	S. Marcos da Serra	45,33	2	1	1	2	4	2	4	3	861
811	Barão de S. Miguel	37,04	2	3	1	9	5	5	5	2	1185
821	Budens	25,28	5	5	10	8	7	4	2		1037
822	Burgau	19,49	8	11	10	10	6	1	1		916
823	Figueira	25,52	5	6	3	6	8	3	2		842
825	Vale de Boi	19,88	1	1	1	2	1				119
831	Raposeira	31,24		3	4	3	7	1	3		625
832	Hortas do Tabual	21,55	7	3	2	3	5	2			474
TOTAL		30,86	66	73	71	95	90	47	67	21	16411
CENTROS HISTÓRICOS:											
111	Albufeira	55,31	3	3	2	5	3	1	5	4	1825
210-11	Aljezur	25,03	3	9	12	8	7	1	5		1127
341	Lagoa	39,46	1	8	3	10	7	11	14	3	2249
401-51-60	Lagos	49,17			1	8	13	6	10	6	2213
530-33	Monchique	41,64	7	3	5	8	5	10	10	5	2290
630-33	Portimão	45,92		4	7	10	9	8	15	3	2755
770-71	Silves	42,13	1	2	7	13	14	10	8	3	2612
852	Vila do Bispo	27,60	3	13	7	14	9	3	1	4	1490
TOTAL		40,30	18	42	44	76	67	50	68	28	16561
TOTAL A + CH		34,97	84	115	115	171	157	97	135	49	32972

034 Frentes de quarteirão na zona antiga: vãos (quantidades) A + CH

Ref	Núcleo	média	0	1	2	3	4	5	6-10	10-20	+20	Total
ALDEIAS:												
131	Guia	10,3	1	1	1	5		1	5	8	3	258
151	Paderne	9,8	1	1	3			1	6	7	2	205
221	Bordeira	4,3	11	8	6	6	1	2	8	7		213
222	Carrapateira	7,4	4	5		3			5	9	1	199
411	Barão de S. João	10,6	1	1	2	3	3	4	8	8	5	372
431	Almádena	7,7	2	1	1	3	3	1	6	5	1	176
432	Espiche	6,3	4	5	2	2	4	5	4	3	3	202
463	Portelas											
464	Sargaçal											
511	Alferce	8,0		1	3		2		2	3	1	97
521	Marmeleite	4,5	6	4		4		2	5	1	1	103
532	Casais	5,5	3	3		4	4	2	5	2	1	131
612	Montes de Alvor	14,0				1	1	1	5	6	3	238
621	Figueira	10,1		2	1	1	4	2	6	5	3	242
761	S. Marcos da Serra	8,4	2	1	1	2	2		4	5	2	159
811	Barão de S. Miguel	7,8	1	4	1	1	1	5	12	6	1	250
821	Budens	5,5	4	3	5	5	3	4	11	6		225
822	Burgau	4,9	1	11	4	4	5	7	10	5		229
823	Figueira	6,5		5	3	3	3	2	10	7		213
825	Vale de Boi	5,5		1			1	1	3			33
831	Raposeira	7,9		1		1	3	1	8	6		157
832	Hortas do Tabual	5,2	1	1	5	3		3	7	2		115
TOTAL		7,2	42	59	38	51	40	44	130	101	27	3817
CENTROS HISTÓRICOS:												
111	Albufeira	15,9	1	3		1	1	5	5	7	10	525
210-11	Aljezur	4,4	7	3	6	6	6	2	12	3		198
341	Lagoa	10,4	3	1	3	2	4	2	15	20	7	596
401-51-60	Lagos	14,1		1		2	1	1	13	17	10	638
530-33	Monchique	10,7	3	1	5	4	1	3	11	21	6	591
630-33	Portimão	13,6	2	1	1		4	7	11	21	13	815
770-71	Silves	8,9	2	2	5	4	5	4	19	18	3	552
852	Vila do Bispo	7,6		3	5	12		6	17	7	4	409
TOTAL		10,5	18	15	25	31	22	30	103	114	53	4324
TOTAL A + CH		8,6	60	74	63	82	62	74	233	215	80	8141

Vãos ao nível do r/c.

035 Frentes de quarteirão na zona antiga: acessos (quantidades) A + CH

Ref	Núcleo	média	0	1	2	3	4	5	6-10	10-20	+20	Total
ALDEIAS:												
131	Guia	4,5	5	4	1	1	2	3	8	1		113
151	Paderne	4,6	3	2	3		5	1	5	2		96
221	Bordeira	1,8	13	16	8	6	1	1	4			88
222	Carrapateira	3,4	7	4	3	1		5	5	1		93
411	Barão de S. João	4,6	4	7	6	3	1		11	3		162
431	Almádena	4,3	3	2	4	3	2	4	2	3		98
432	Espiche	3,0	7	6	5	4	4		4	2		97
463	Portelas											
464	Sargaçal											
511	Alferce	3,8		5	2			2	2			45
521	Marmelete	2,4	8	6	1	2	1	1	3	1		55
532	Casais	2,8	3	6	5	4	2	1	2	1		67
612	Montes de Alvor	6,9		2		1	2	3	6	3		117
621	Figueira	5,0	2	4	4	1	2	4	3	4		120
761	S. Marcos da Serra	4,5	3	3	1	4		1	5	2		85
811	Barão de S. Miguel	4,0	2	5	3	6	4	2	9	1		129
821	Budens	2,7	5	8	10	6	5	3	4			110
822	Burgau	2,2	9	13	8	6	4	3	4			103
823	Figueira	3,1	4	9	5	1	4	5	5			101
825	Vale de Boi	2,8		1	2	1	1	1				17
831	Raposeira	4,2		1	5	5	3		6			83
832	Hortas do Tabual	2,6	3	5	4	4	2	1	3			57
TOTAL		3,5	81	109	80	59	45	41	91	24		1836
CENTROS HISTÓRICOS:												
111	Albufeira	6,4	4	4	4	2	4	1	8	4	2	211
210-11	Aljezur	2,0	9	10	11	6	5	4				90
341	Lagoa	5,4	6	4	6	4	6	5	19	7		310
401-51-60	Lagos	6,7	2	6	2	3	2	6	14	9	1	301
530-33	Monchique	6,2	7	2	5	1	8	10	10	12		342
630-33	Portimão	7,4	6	6	3	7	5	3	14	15	1	442
770-71	Silves	4,4	2	10	11	7	6	6	18	2		275
852	Vila do Bispo	3,5	7	12	7	8	3	5	9	3		187
TOTAL		5,3	43	54	49	38	39	40	92	52	4	2158
TOTAL A + CH		4,2	124	163	129	97	84	81	183	76	4	3994

Número de frentes de quarteirão sem acessos e com portas e portões ao nível do r/c.

036 Zona antiga – quarteirões, frentes e fachadas (totais e médias) A + CH

Ref	Núcleo	Quantidades ----- quarteirões	frentes	fachadas	frentes/ quarteirão	fachadas/ quarteirão	fachadas/ frente
ALDEIAS:							
131	Guia	7	25	125	3,57	17,85	5,00
151	Paderne	5	21	139	4,20	19,80	4,71
221	Bordeira	12	49	182	4,08	15,17	3,71
222	Carrapateira	6	27	135	4,50	22,50	5,00
411	Barão de S. João	8	35	199	4,37	24,88	5,69
431	Almádena	6	23	133	3,83	22,17	5,78
432	Espiche	8	32	149	4,00	18,62	4,66
463	Portelas						
464	Sargaçal						
511	Alferce	3	12	53	4,00	17,67	4,42
521	Marmelete	6	23	75	3,83	12,50	3,26
532	Casais	6	24	90	4,00	15,00	3,75
612	Montes de Alvor	4	17	135	4,25	33,75	7,94
621	Figueira	6	24	132	4,00	22,00	5,50
761	S. Marcos da Serra	5	19	97	3,80	19,40	5,11
811	Barão de S. Miguel	6	32	185	5,33	30,83	5,78
821	Budens	8	41	159	5,13	19,88	3,88
822	Burgau	9	47	161	5,22	30,83	5,78
823	Figueira	7	33	146	4,71	20,86	4,42
825	Vale de Boi	1	6	24	6,00	24,00	4,00
831	Raposeira	4	20	103	5,00	25,75	5,15
832	Hortas do Tabual	4	22	91	5,50	22,75	4,14
TOTAL		121	532	2513	4,45	21,15	4,75
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira	7	33	223	4,71	31,86	6,76
210-11	Aljezur	11	45	151	4,09	13,72	3,36
341	Lagoa	14	57	262	4,07	18,71	4,60
401-51-60	Lagos	11	45	281	4,09	25,55	6,24
530-33	Monchique	12	55	262	4,58	21,83	4,76
630-33	Portimão	15	60	306	4,00	20,40	5,10
770-71	Silves	14	62	340	4,42	24,29	5,48
852	Vila do Bispo	12	54	238	4,50	19,83	4,41
TOTAL		96	411	2063	4,25	22,00	5,00
TOTAL A + CH		217	943	4576	4,39	21,39	4,86

037 Fachadas e parcelas na zona antiga – largura *

A + CH

Ref	Núcleo	fachadas c/ Média	-3m s/	3-4	4-5	5-6	6-7	7-8	8-9	+9 10	+10 -12	+12 -15	+15 -20	+20m	Total
ALDEIAS:		m													
131	Guia	7,73	2	3	14	14	16	16	13	6	6	17	12	5	125
151	Paderne	2,31	3	3	9	12	16	13	24	14	9	19	8	7	139
221	Bordeira	6,76	3	22	26	21	20	22	20	13	5	10	13	4	182
222	Carrapateira	6,18	9	14	9	22	18	17	11	12	9	12	2		135
411	Barão S. João	5,88		13	25	37	35	33	25	8	9	9	5		199
431	Almádena	7,38		13	10	19	16	24	11	7	9	11	5	4	133
432	Espiche	6,44		24	16	19	18	15	13	6	12	19	3	3	149
463	Portelas														
464	Sargaçal														
511	Alferce	6,84	3	3	5	8	8	9	6	2	3	3	1	2	53
521	Marmeleite	7,09		6	7	11	10	9	4	8	9	2	6	3	75
532	Casais	7,40		7	11	12	8	10	11	5	3	14	4	3	90
612	Montes de Alvor	7,04	3	10	9	21	17	12	16	11	14	14	5	1	135
621	Figueira	6,74		11	9	14	18	20	26	9	9	11	3	2	132
761	S. Marcos Serra	8,87		6	4	7	5	15	7	10	11	17	8	3	97
811	Barão S. Miguel	6,40	4	25	20	25	23	24	18	10	10	14	5	6	185
821	Budens	6,72		26	19	21	14	16	13	15	15	9	6	3	159
822	Burgau	5,69		29	20	21	18	28	13	14	4	6	6	2	161
823	Figueira	5,76	2	22	17	20	21	17	18	10	9	9	1		146
825	Vale de Boi	4,97		7	2	3	6	2	2			2			24
831	Raposeira	6,06		8	7	16	19	17	16	10	6	3	1		103
832	Hortas Tabual	5,21		22	12	9	10	15	9	5	7	1	1		91
TOTAL		6,67	29	274	251	332	316	334	276	175	159	202	95	48	2513
CENTROS HISTÓRICOS:															
111	Albufeira	8,18		12	23	33	33	27	17	11	7	26	15	9	223
210-11	Aljezur	7,46	5	19	6	14	20	22	15	6	7	17	10	9	151
341	Lagoa	8,58	3	17	19	31	24	33	17	21	16	27	28	8	262
401-51-60	Lagos	7,87	2	9	25	62	47	26	15	15	15	22	13	19	281
530-33	Monchique	8,74	4	17	9	23	30	37	20	18	23	34	24	14	262
630-33	Portimão	9,00	4	29	25	28	23	26	25	16	14	38	30	33	306
770-71	Silves	7,68	5	37	36	49	56	31	27	14	18	18	17	14	340
852	Vila Bispo	6,26		30	29	32	45	27	22	8	14	18	9	2	238
TOTAL		8,02	23	170	172	272	278	229	158	109	114	200	146	108	2063
TOTAL A + CH		7,28	52	444	423	604	594	563	434	284	273	402	241	156	4576

* Quantidade de parcelas: sem fachadas, com fachadas de -3m até +20m e total

038 Fachadas e muros na zona antiga – revestimento *

A + CH

Ref	Núcleo	pedra		amarelo	branco		creme	rosa		vermelho			total		
		Azulejo	reboco		azul	cinza	laranja		verde	outros					
ALDEIAS:															
131	Guia			16		107							123		
151	Paderne		2		12	115			2		5		136		
221	Bordeira		1	1	2	158						16	178		
222	Carrapateira		3		2	116				1		4	126		
411	Barão de S. João			3	23	3	155	4	3	2	4	1	1	199	
431	Almádena		4	1	5	1	116	1			2		3	133	
432	Espiche			6	13		129						1	149	
463	Portelas														
464	Sargaçal														
511	Alferce				3		44			3				50	
521	Marmeleite	1	5	5	10		52				1		1	75	
532	Casais	1	6	2	1		74			1	1	3	1	90	
612	Montes de Alvor	2			5	1	116				3		5	132	
621	Figueira	2	1		10		113	1	1		2		2	132	
761	S. Marcos da Serra		2	1	15		70				7	2		97	
811	Barão de S. Miguel			6	4		152		2				16	181	
821	Budens	3		2	10		141						3	159	
822	Burgau				1		153						7	161	
823	Figueira				17	3	119		4				1	144	
825	Vale de Boi						24							24	
831	Raposeira		2		7	1	88						5	103	
832	Hortas do Tabual			1	5		81				2		2	91	
TOTAL		9	26	28	161	9	2122	6	5	5	8	23	12	72	2483
CENTROS HISTÓRICOS:															
111	Albufeira	4		1	3		211		1			2	1		223
210-11	Aljezur	1	1	3	1		133				3		4		146
341	Lagoa	1			21	1	208			4	12	3	5	4	259
401-51-60	Lagos	2			9	5	242	4	3		2	7		5	279
530-33	Monchique	1	1	1	39	5	164	1	5	2	11	8	14	6	258
630-33	Portimão	14	1		49	7	176	11	6	4	5	22	3	4	302
770-71	Silves		1	6	60	1	256	1		1	1	6		4	337
852	Vila do Bispo			2	14	1	208				3	2		8	238
TOTAL		23	4	13	156	20	1598	17	15	11	34	51	24	35	2042
TOTAL A + CH		32	30	41	357	29	3721	23	20	16	42	74	36	104	4525

* número de fachadas e muros revestidos com materiais (azulejo, pedra, reboco à vista) e pintura (cores).

039 Frentes de quarteirão na zona antiga

A + CH

Ref	Núcleo	quantidade de ----- Quarteirões frentes fachd vãos portas					perímetro ---- total médio		médias por fachada --- largura vãos portas		
							m	m	m		
ALDEIAS:											
131	Guia	7	25	125	258	113	966	138	8,44	2,1	0,6
151	Paderne	5	21	139	205	96	804	161	9,38	2,0	0,9
221	Bordeira	12	49	182	213	88	1231	103	7,16	1,1	0,3
222	Carrapateira	6	27	135	199	93	834	139	6,77	1,4	0,6
411	Barão de S. João	8	35	199	372	162	1174	147	6,37	1,9	0,7
431	Almádena	6	23	133	176	98	981	164	8,52	1,1	0,7
432	Espiche	8	32	149	202	97	959	120	7,15	1,3	0,6
463	Portelas										
464	Sargaçal										
511	Alferce	3	12	53	97	45	363	121	7,33	1,8	0,8
521	Marmeleite	6	23	75	103	55	532	89	7,35	1,1	0,6
532	Casais	6	24	90	131	67	666	111	8,46	1,3	0,6
612	Montes de Alvor	4	17	135	238	117	951	238	7,41	1,8	0,9
621	Figueira	6	24	132	242	120	891	148	7,17	1,8	0,8
761	S. Marcos da Serra	5	19	97	159	85	861	172	9,26	1,6	0,8
811	Barão de S. Miguel	6	32	185	250	129	1185	198	6,84	1,4	0,8
821	Budens	8	41	159	225	110	1037	130	7,10	1,3	0,7
822	Burgau	9	47	161	229	103	916	102	6,51	1,5	0,6
823	Figueira	7	33	146	213	101	842	120	6,21	1,5	0,6
825	Vale de Boi	1	6	24	33	17	119	119	5,33	1,5	0,8
831	Raposeira	4	20	103	157	83	625	156	6,25	1,6	0,9
832	Hortas do Tabual	4	22	91	115	57	474	118	5,86	1,4	0,7
TOTAL		121	532	2513	3817	1836	16411	136	7,20	1,5	0,7
CENTROS HISTÓRICOS:											
111	Albufeira	7	33	223	525	211	1825	261	9,48	2,4	0,8
210-11	Aljezur	11	45	151	198	90	1127	102	8,11	1,4	0,6
341	Lagoa	14	57	262	596	310	2249	161	10,58	2,6	1,2
401-51-60	Lagos	11	45	281	638	301	2213	201	9,28	2,4	1,0
530-33	Monchique	12	55	262	591	342	2290	191	9,12	2,2	1,3
630-33	Portimão	15	60	306	815	442	2755	184	10,87	2,9	1,3
770-71	Silves	14	62	340	552	275	2612	187	9,71	2,0	0,9
852	Vila do Bispo	12	54	238	409	187	1490	124	7,26	1,9	0,6
TOTAL		96	411	2063	4324	2158	15561	162	9,36	2,2	1,0
TOTAL A + CH		217	943	4576	8141	3994	32972	147	8,14	1,8	0,8

Frentes – de quarteirão; Fachd – fachadas e parcelas; vãos – no r/c; portas – e outros acessos.

040 Fachadas e muros na zona antiga – vãos

A + CH

Ref	Núcleo	s/vãos	c/ 1	2	3	4	5	6-9	+10	* total	c/ acessos	total vãos
ALDEIAS:												
131	Guia	17	31	34	28	6	4	5		123	96	258
151	Paderne	16	36	39	32	8	5	3		136	110	205
221	Bordeira	39	49	23	21	6	2	3		178	81	213
222	Carrapateira	35	50	25	23	8	1			126	82	199
411	Barão de S. João	18	64	64	39	11	2	1		199	152	372
431	Almádena	31	53	27	17	3		1		133	90	176
432	Espiche	45	51	27	14	7	3	2		149	90	202
463	Portelas											
464	Sargaçal											
511	Alferce	4	21	15	10	1		2		50	39	97
521	Marmeleite	23	22	12	9	5	2			75	47	103
532	Casais	24	26	23	12	3	1	1		90	59	131
612	Montes de Alvor	22	40	32	31	9	1			132	101	238
621	Figueira	17	47	28	28	10		2		132	97	242
761	S. Marcos da Serra	22	30	18	16	8	1	1		97	72	159
811	Barão de S. Miguel	41	76	25	21	7	4	2		181	116	250
821	Budens	43	53	33	18	9	2	1		159	100	225
822	Burgau	41	54	22	35	5		1		161	91	229
823	Figueira	23	64	26	25	4		1		144	93	213
825	Vale de Boi	4	12	6		1	1			24	15	33
831	Raposeira	21	33	28	16	5				103	80	157
832	Hortas do Tabual	23	34	17	13	2				91	56	115
TOTAL		510	846	524	408	118	29	26		2483	1667	3817
CENTROS HISTÓRICOS:												
111	Albufeira	21	44	67	50	27	5	6	2	223	175	525
210-11	Aljezur	51	41	29	22	3	3	1		146	79	198
341	Lagoa	23	66	68	50	35	4	13		259	225	596
401-51-60	Lagos	20	50	104	64	22	15	4		279	240	638
530-33	Monchique	25	73	57	54	23	13	13		258	223	591
630-33	Portimão	29	45	71	77	36	25	16	2	302	264	815
770-71	Silves	83	109	104	36	11	7	4	2	337	243	552
852	Vila do Bispo	35	74	78	35	8	5	1	1	238	172	409
TOTAL		287	502	578	388	165	77	58	7	2042	1621	4324
TOTAL A + CH		797	1348	1102	796	283	106	84	7	4525	3290	8141

Fachadas e muros sem e com vãos e, nestas, com acessos (portas e portões); * não inclui terrenos não murados.

041 Fachadas e muros na zona antiga – com acesso *

A + CH

Ref	Núcleo	portas -----							recuados	portões -----					Total
		1	2	3	4	5	6	soma		1	2	3	6	soma	
ALDEIAS:															
131	Guia	65	12	1				78	3	14	1		15	96	
151	Paderne	78	16	5				99		11			11	110	
221	Bordeira	55	2					57	2	22			22	81	
222	Carrapateira	55	10					65		17			17	82	
411	Barão de S. João	124	5	2	3	1		135	9	8			8	152	
431	Almádena	53	2					55	2	30	2	1	33	90	
432	Espiche	39	6					45	9	34	2		36	90	
463	Portelas														
464	Sargaçal														
511	Alferce	32	3		1			36	1	2			2	39	
521	Marmeleite	31	3	2				36	3	8			8	47	
532	Casais	43	1	2	1	1	1	49		9	1		10	59	
612	Montes de Alvor	76	6	1				83	1	17			17	101	
621	Figueira	62	11	3	1			77	6	13	1		14	97	
761	S. Marcos da Serra	39	8		1			48		23	1		24	72	
811	Barão de S. Miguel	86	6	1				93	1	22			22	116	
821	Budens	73	8					81	1	16	2		18	100	
822	Burgau	65	4					69	9	13			13	91	
823	Figueira	76	4	1				81	2	10			10	93	
825	Vale de Boi	13	2					15						15	
831	Raposeira	57	4					61	3	16			16	80	
832	Hortas do Tabual	42	1					43		13			13	56	
TOTAL		1164	114	18	7	2	1	1306	52	298	10	1	309	1667	
CENTROS HISTÓRICOS:															
111	Albufeira	138	26	2	1			167	1	6	1		7	175	
210-11	Aljezur	59	9					68	1	10			10	79	
341	Lagoa	121	50	9		2	1	183	10	32	2		34	225	
401-51-60	Lagos	158	37	6	2	1		204	16	20			20	240	
530-33	Monchique	105	53	17	5	3		183	6	31	3		34	223	
630-33	Portimão	126	63	25	11	4		229	13	21		1	22	264	
770-71	Silves	186	22	5	1			214	2	27			27	243	
852	Vila do Bispo	138	8	2	1			149		23			23	172	
TOTAL		1031	268	66	21	10	1	1394	49	170	5	1	1	177	1621
TOTAL A + CH		2195	382	84	28	12	2	2703	101	468	15	2	1	486	3290

* Quantidade de fachadas e muros sem e com vãos e, nestas, com acessos (portas e portões).

042 Fachadas e muros na zona antiga – sem acessos

A + CH

Ref	Núcleo	Janelas ----- + soma					outros	muros	Total
		1	2	3	+3	outros	vãos	outros	*
ALDEIAS:									
131	Guia	5	6	2	2			17	32
151	Paderne	11	5	1	2			16	35
221	Bordeira	9	6	2	3	1	1	39	62
222	Carrapateira	11	3	1	1	1		35	52
411	Barão de S. João	19	12	1				18	50
431	Almádena	8	4	1			1	31	46
432	Espiche	11	6	1	1			45	64
463	Portelas								
464	Sargaçal								
511	Alferce	10	1					4	15
521	Marmelete	4		1			2	23	32
532	Casaís	7		1				24	32
612	Montes de Alvor	5	3	1				22	31
621	Figueira	14	5	1				17	37
761	S. Marcos da Serra	3	1		1		1	22	29
811	Barão de S. Miguel	15					4	42	65
821	Budens	13	7					43	63
822	Burgau	14	8	2			3	41	71
823	Figueira	18	6	2	1		1	23	52
825	Vale de Boi	3	2					4	9
831	Raposeira	5	1	2				21	29
832	Hortas do Tabual	7	10				2	23	44
TOTAL		192	86	19	11	2	325	15	850
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	10	10	4	5		1	21	52
210-11	Aljezur	13	5	1			1	51	72
341	Lagoa	12	8	2	4			23	49
401-51-60	Lagos	13	7	4	6			20	50
530-33	Monchique	12	10	2	1			25	50
630-33	Portimão	9	7	5	6	1	1	29	59
770-71	Silves	20	10	2	3		14	83	111
852	Vila do Bispo	16	15	3	1	1	1	35	73
TOTAL		105	72	23	26	2	211	18	516
TOTAL A + CH		297	158	42	37	4	536	33	1366

Fachadas ao nível do r/c; muros e outros – sem vãos; * não inclui terrenos não murados.

043 Fachadas na zona antiga – com vãos (quantidades)

A + CH 1/2

Ref	Núcleo	P	PJ	JP	PJJ	JPJ	JJP	JJPJJ	PPJ	PJP	JPP	soma
ALDEIAS:												
131	Guia	22	6	17	1	11	4	2	1	4	3	71
151	Paderne	24	18	10	2	11	3		3	4	2	77
221	Bordeira	27	6	10	1	12		1				57
222	Carrapateira	17	6	11	3	15			1	1	1	55
411	Barão de S. João	40	20	17		26	4	1	1		3	112
431	Almádena	14	9	9		8	1					41
432	Espiche	16	9	9	1	5		1	1	2	1	45
463	Portelas											
464	Sargaçal											
511	Alferce	10	6	6	1	5	2			1		31
521	Marmeleite	11	3	6		5					1	26
532	Casais	15	5	15		8	1		1		1	46
612	Montes de Alvor	26	16	11	2	25				2		82
621	Figueira	18	5	10	1	16	1		2	3	1	57
761	S. Marcos da Serra	10	8	7	2	7		1		2	1	38
811	Barão de S. Miguel	41	13	11	4	14				2		85
821	Budens	15	6	15	2	12	1	2		2	2	57
822	Burgau	17	2	8	5	18	4			2		56
823	Figueira	30	5	12	2	15	2			1		67
825	Vale de Boi	8	4									12
831	Raposeira	11	17	6	1	12						47
832	Hortas do Tabual	14	7	7	2	9	1					40
TOTAL		386	171	197	30	234	24	8	10	26	16	1102
CENTROS HISTÓRICOS:												
111	Albufeira	30	26	29	5	13	7	4	1	4	1	120
210-11	Aljezur	26	12	6	1	9	1		1	4		60
341	Lagoa	48	20	21	6	19			1	8	4	127
401-51-60	Lagos	21	42	36	9	19	11	4	2	9	3	156
530-33	Monchique	37	13	14	2	8	6		8	11	5	104
630-33	Portimão	35	21	25	4	24	4	5	6	13	3	140
770-71	Silves	54	32	51	2	21	2		3	2		167
852	Vila do Bispo	29	23	33	3	17	1	3		1	2	112
TOTAL		280	189	215	32	130	32	16	22	52	18	986
TOTAL A + CH		666	360	412	62	364	56	24	32	78	34	2088

Número de fachadas com estas composições de P (portas e portões) e J (janelas) ao nível do rés-do-chão.

044 Fachadas na zona antiga – com vãos (quantidades)

A + CH 2/2

Ref	Núcleo	PPJP	PJPP	PJPJ	PJJP	JPPJ	JPJP	JPJJ	JJPJ	outros	soma	total*
ALDEIAS:												
131	Guia							1	2	8	11	82
151	Paderne		2	2			1		9		14	81
221	Bordeira							3	1	3	7	64
222	Carrapateira			2		1	1	1	2	2	9	64
411	Barão de S. João						1	1	5	3	10	112
431	Almádena								2	2	4	45
432	Espiche							2	4		6	51
463	Portelas											
464	Sargaçal											
511	Alferce						1			2	3	34
521	Marmeleite			1				1	1	4	7	33
532	Casais			1		1	1		1	3	7	53
612	Montes de Alvor			2			2	1	2	3	10	92
621	Figueira	1		2	1		1	1	2	10	18	75
761	S. Marcos da Serra						2	1	2	4	9	47
811	Barão de S. Miguel							3	4	6	13	98
821	Budens			1	2		2	2	2	2	11	68
822	Burgau			1	1				1	2	5	61
823	Figueira						2		1	3	6	73
825	Vale de Boi					1				1	2	14
831	Raposeira			2			2	1			5	52
832	Hortas do Tabual						1	1		1	3	43
TOTAL		1	2	14	4	3	17	19	41	59	160	1262
CENTROS HISTÓRICOS:												
111	Albufeira			3	2	1	5	3	1	13	28	148
210-11	Aljezur									4	4	64
341	Lagoa		1	8	1	4	3	3	4	25	49	176
401-51-60	Lagos			2			5	2		16	25	181
530-33	Monchique		1	1	1	3	4	3	3	32	48	152
630-33	Portimão	3	5	1	5	3	3	1	3	56	80	220
770-71	Silves		1		1	1		1	1	15	20	187
852	Vila do Bispo			2			1	1		4	8	120
TOTAL		3	8	17	10	12	21	14	12	165	262	1248
TOTAL A + CH		4	10	31	14	15	38	33	53	224	422	2510

* Composições com P (portas e portões) e J (janelas) ao nível do rés-do-chão.

045 Fachadas e parcelas na zona antiga – pisos *

A + CH

Ref	Núcleo	livre/muro/ruína/outros	1	2	3	4	6	8	total
ALDEIAS:									
131	Guia	4	36	67	18				125
151	Paderne	4	55	79	1				139
221	Bordeira	47	112	23					182
222	Carrapateira	32	74	29					135
411	Barão de S. João	9	155	35					199
431	Almádena	44	72	17					133
432	Espiche	44	79	25	1				149
463	Portelas								
464	Sargaçal								
511	Alferce	4	34	13	2				53
521	Marmeleiro	12	35	25	3				75
532	Casais	8	69	13					90
612	Montes de Alvor	23	94	18					135
621	Figueira	26	74	29	3				132
761	S. Marcos da Serra	32	41	19	5				97
811	Barão de S. Miguel	45	115	25					185
821	Budens	46	79	34					159
822	Burgau	43	54	47	17				161
823	Figueira	27	89	30					146
825	Vale de Boi	1	21	2					24
831	Raposeira	24	66	12	1				103
832	Hortas do Tabual	16	61	14					91
TOTAL		491	1415	556	51				2513
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	3	57	132	31				223
210-11	Aljezur	15	98	36	2				151
341	Lagoa	10	108	118	21	5			262
401-51-60	Lagos	24	125	108	21	3			281
530-33	Monchique	36	55	127	43	1			262
630-33	Portimão	15	72	170	28	11	7	3	306
770-71	Silves	70	177	84	9				340
852	Vila do Bispo	40	142	55	1				238
TOTAL		213	834	830	156	20	7	3	2063
TOTAL A + CH		704	2249	1386	207	20	7	3	4576

* Número de parcelas sem fachada e com fachadas de 1 a 8 pisos; total – de fachadas e parcelas.

046 Espaços – total (quantidade) *

A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmelete	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
Adros	3	2	1	1	1		1		1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	22
Alamedas		1								1													2
Azinhagas					1												1						2
Becos	1	5	8	8	13	10	9	9	9	3	8	1	9	5	13	11	17	6	3	5	5	4	162
Cais																		2					2
Caminhos	3	2	2	2	6	2	1	1		1	5	2	1	2		3		4	1		2		40
Campos jogos	1			1																			2
Carreirinhas					2	3		1	1		1	1	1		2			1					13
Escadas		1	1	4								1	1					3					11
Escadinhas				4	1		1				1	1			4	2	1	5			1		21
Estradas	4	3	3	5	6		2	2	1	1	1	3	3	2	3	3	1	1	2		6	1	53
Impasses	2	2			1	1	5				1	1	2	1			1	1		1	2		21
Jardins	1	2	3	2	3		2			2	3	2		7	3	1	2	2				1	36
Ladeiras				2																			2
Largos	4	2	4	2	2	4	6	2	1		3		3	1	5	2	6	6	4	2	3	1	63
Lavadouros			1		1					1		1				1		1					6
Miradouros															1			2					3
Parques	2									1													3
Passagem aérea														1									1
P. estacionamento	3	1		1									1	2				2					10
P. infantis	1							1															2
Pátios	2	3	1	3	2	5	1	6	1			2		2	2	2	1	5	3	4	2	1	48
Praças		1	1						1	1			1				1				1		7
Pracetas	1						4		1		2	2		2				2					14
Recantos	2		6	7	4	3	3	2	2	3	4	2	4	3	10	3	6	7	3		7	3	84
Ruas	12	12	11	18	17	24	33	7	6	10	12	8	15	16	28	9	26	23	19	8	17	8	339
Terreiros		1			1	1		2			3			4		1					1		14
Travessas	7	4	14	13	19	10	19	2	4	6	6	4	6	9	8	8	12	18	6	1	12	3	191
Túneis															1			1					2
Veredas			1																				1
Vielas																		4					4
TOTAL	49	42	57	73	80	63	87	35	28	31	52	32	46	58	81	47	76	97	42	22	59	24	1181

* Nossa classificação (inclui espaços com e sem denominação).

047 Espaços – total (quantidade) *

CH

	-----111-----	210.211-----	341---	401.451.460---	530.533-----	630.633----	770.771-----	852----	
	Albufeira	Aljezur	Lagoa	Lagos	Monchique	Portimão	Silves	V.Bispo	TOTAL
Adros	2	1	1	3	2	2	3	1	15
Avenidas	1			2		2			5
Becos	9	68	4	6	16	3	11	2	119
Cais				1					1
Calçadas	1				3				4
Caminhos	2	11			8			1	22
Elevadores	2								2
Escadas	3	2			3		3		11
Escadinhas	5	4	1	3	7	2	3		25
Esplanadas	1								1
Estradas	1	2			2		1	2	8
Impasses								2	2
Jardins	1	6		3	2	1	4	5	22
Ladeiras		3							3
Largos	6	4	8	6	8	12	9	1	54
Lavadouros					2				2
Miradouros	2			2	2			1	7
P. estacionamento		2			1		3		6
P. infantis					1				1
Pátios		3		1	10	5		2	21
Praças	3		1	4		4	2	1	15
Pracetas			3	1	1				5
Recantos		6	1	9	13	2	3	5	39
Rotunda	1								1
Ruas	31	30	59	76	31	77	64	26	394
Terreiros							3		3
Travessas	26	34	19	26	9	7	20	19	160
Túneis	1			6		2	1		10
Veredas		5							5
Vielas		5			1				6
TOTAL	98	186	98	157	117	114	130	68	968

* Nossa classificação (inclui espaços com e sem denominação).

048 Espaços conforme toponímia (quantidade)

A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmeleite	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
Adros										1													1
Alamedas		1																					1
Altinho				1																			1
Azinhagas																	1						1
Bairro											1		1					1					3
Becos				1	5	2	4	2	7	1			3	1		9	4						39
Calçadas														1									1
Caminhos											2												2
Cerros																	1						1
Estradas		2		1	4		1	2	1		1	2	2	2	1	2		1	2		2	1	27
Jardins															1								1
Largos	4	2	3	2	1	4	6	1	1	1	3		3	1	4	1	5	3	4	2	3		54
Praças		2			1								1				1						5
Pracetas														2									2
Recantos				1																			1
Ruas	19	14	18	11	21	28	34	9	4	11	8	8	16	12	20	9	22	16	16	8	15		319
Sítios				1																			1
Travessas	5	3	3	6	8	1	17		1	7	4		4	5	1	8	6	16	7	2	12		116
TOTAL	28	24	24	24	40	35	62	14	14	21	19	10	30	24	27	29	40	37	29	12	32	1	576

049 Espaços conforme toponímia (quantidade)

CH

	-----111-----	210.211-----	341---	401.451.460---	530.533-----	630.633----	770.771-----	852----	
	Albufeira	Aljezur	Lagoa	Lagos	Monchique	Portimão	Silves	V.Bispo	TOTAL
Arcos				1					1
Avenidas	2			2		2			6
Bairro								1	1
Becos	4	2	3	6	1	2			18
Cais				1					1
Caminhos					4				4
Calçadas					2				2
Elevadores	1								1
Escadas	1						3		4
Escadinhas	1				3		1		5
Esplanadas	1								1
Estradas					2		1	1	4
Jardins	1			2					3
Largos	5	4	8	6	9	12	8		52
Miradouros					1				1
Pátios	1								1
Praças	3		1	5	1	4	2	1	17
Ruas	41	33	66	78	31	74	54	19	396
Travessas	17	8	8	18	9	9	8	1	78
TOTAL	78	47	86	119	63	103	77	23	596

050 Espaços sem topónimo (quantidade)

A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmelete	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
Adros	3	2	1	1	1		1		1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	21
Alamedas										1													1
Becos	1	5	8	5	9	9	5	4	2	1	8	1	4	4	13	2	13	6	3	3	4	4	114
Cais																		2					2
Caminhos		1	1	1	3		1	1			3	2	1	2		3		3	1		1		24
Campos jogos	1			1																			2
Carreirinhas					2	3		1	1		1	1	1		2			1					13
Escadas		1	1	4							1	1						3					11
Escadinhas				4	1		1				1	1			4	2	1	4				1	20
Estradas				4	2		1					1			2	1	1				3		15
Impasses	1	1			1	1	1						2	1			1	1		1	1		12
Jardins	1	2	3	2	3		2			2	3	2		7	2	1	2	2				1	35
Ladeiras				2																			2
Largos	1		1					1							1	1	1	3			1	1	11
Lavadouros			1		1					1		1				1		1					6
Miradouros															1								1
Parques	2									1													3
P. estacionamento	3	1		1									1	2				2					10
P. infantis	1							1															2
Passagem aérea														1									1
Pátios	2	3	1	3	2	5	1	6	1			2		2	2	2	1	5	3	4	2	1	48
Praças									1														1
Pracetas	1						4	1		2	2			1				2					13
Recantos	2		6	6	4	3	3	2	2	3	4	2	4	3	10	3	6	7	3		7	3	83
Ruas		1		9		1	1	1	2		1	1		2	7		2	5	1		2	8	44
Terreiros		1			1	1		2			3			4		1					1		14
Travessas	2		9	8	10	5	4	2	3	1	5	4	3	4	7		6	8	1	1	4	3	90
Túneis															1				1				2
Veredas			1																				1
Vielas																		3					3
TOTAL	21	18	33	51	40	28	25	21	14	10	33	22	16	34	53	18	35	60	13	10	27	23	605

051 Espaços sem topónimo (quantidade)

CH

	-----111-----	210.211-----	341---	401.451.460---	530.533-----	630.633----	770.771-----	852----	
	Albufeira	Aljezur	Lagoa	Lagos	Monchique	Portimão	Silves	V.Bispo	TOTAL
Adros	2	1	1	3	2	2	3	1	15
Becos	2	67	1		15		11	2	98
Calçadas					1				1
Caminhos	2	10			2			1	15
Elevadores	1								1
Escadas	1	2			3				6
Escadinhas	2	4	1	2	2	2	2		15
Esplanadas	1								1
Impasses								2	2
Jardins		6		1	1	1	4	5	18
Ladeiras		1							1
Largos	1		1				1	1	4
Lavadouros					2				2
Miradouros	2			2	1			1	6
P. estacionamento		2			1		3		6
P. infantis					1				1
Pátios		3	1	10	5			2	21
Pracetas			2	1					3
Recantos		6	1	9	13	2	3	5	39
Ruas		2		1	2		9	7	21
Terreiros							3		3
Travessas	5	25	4	5	4	2	13	18	76
Túneis	1			4		2	1		8
Veredas		5							5
Vielas		5							5
TOTAL	20	139	12	38	55	11	53	45	373

052 Espaços com topónimo (quantidade)

A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmelete	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
Adros										1													1
Alamedas		1																					1
Azinhas				1													1						2
Becos				3	4	1	4	5	7	2			5	1		9	4			2	1		48
Caminhos	3	1	1	1	3	2				1	2							1			1		16
Escadinhas																		1					1
Estradas	4	3	3	1	4		1	2	1	1	1	2	3	2	1	2		1	2		3	1	38
Impasses	1	1					4				1	1									1		9
Jardins															1								1
Largos	3	2	3	2	2	4	6	1	1		3		3	1	4	1	5	3	4	2	2		52
Miradouros																		2					2
Praças		1	1							1			1				1				1		6
Pracetas														1									1
Recantos				1																			1
Ruas	12	11	11	9	17	23	32	6	4	10	11	7	15	14	21	9	24	18	18	8	15		295
Travessas	5	4	5	5	9	5	15		1	5	1		3	5	1	8	6	10	5		8		101
Vielas																		1					1
TOTAL	28	24	24	22	40	35	62	14	14	21	19	10	30	24	28	29	41	37	29	12	32	1	576

053 Espaços com topónimo (quantidade)

CH

	-----111-----	210.211-----	341---	401.451.460---	530.533-----	630.633----	770.771-----	852----	
	Albufeira	Aljezur	Lagoa	Lagos	Monchique	Portimão	Silves	V.Bispo	TOTAL
Avenidas	1			2		2			5
Becos	7	1	3	6	1	3			21
Cais				1					1
Calçadas	1				2				3
Caminhos		1			6				7
Elevadores	1								1
Escadas	2						3		5
Escadinhas	3			1	5		1		10
Estradas	1	2			2		1	2	8
Jardins	1			2	1				4
Ladeiras		2							2
Largos	5	4	7	6	8	12	8		50
Miradouros					1				1
Praças	3		1	4		4	2	1	15
Pracetas			1		1				2
Rotunda	1								1
Ruas	31	28	59	75	29	77	55	19	373
Travessas	21	9	15	21	5	5	7	1	84
Túneis				1					1
Vielas					1				1
TOTAL	78	47	86	119	62	103	77	23	595

054 Topónimos que mais se repetem

(total de Centros Históricos e de Aldeias em que o topónimo aparece)

	CH	A	CH+A		CH	A	CH+A
25 de Abril	6	10	16	Boa Vista	1	3	4
1º de Maio	4	11	15	Cerca(s)	2	2	4
Igreja	2	12	14	Cruz(es)	2	2	4
Escadinhas	3	7	10	Direita	1	3	4
Escola(s)		9	9	Horta(s)		4	4
Flores	1	8	9	Miguel Bombarda	4		4
Forno	3	6	9	Misericórdia	3	1	4
Liberdade	3	6	9	Nova	3	1	4
5 de Outubro	6	2	8	Palmeira(s)		4	4
Poço		8	8	Santo António	2	2	4
Alegria(s)	2	5	7	S. Gonçalo de Lagos	4		4
Fonte	1	6	7	Alexandre Herculano	3		3
João de Deus	6	1	7	Boaviata	1	2	3
Norte	3	4	7	Escola Primária		3	3
República	5	2	7	Fábrica	2	1	3
Comércio	1	5	6	Humberto Delgado		3	3
Moinho(s)	2	4	6	Inf. D. Henrique	2	1	3
Parreira(s)	2	4	6	Mouzinho Albuquerque	3		3
Quintais	2	4	6	Oliveira(s)	1	2	3
Rossio	1	5	6	Pescador(es)	1	2	3
1º de Dezembro	2	3	5	Principal		3	3
Alecrim		5	5	Sacadura Cabral	3		3
Bica(s)		5	5	Saco	3		3
Cândido dos Reis	4	1	5	S. João de Deus	2	1	3
Castelo	3	2	5	S. José	3		3
Cemitério	3	2	5	Saudade	1	2	3
Praça	1	4	5	Serpa Pinto	3		3
Amendoeira(s)	1	3	4	Vasco da Gama	3		3

055 Topónimos que se repetem (número de artérias)

1/3 A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmelete	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
1º de Dezembro	1						1										1						3
1º de Maio	1	1			1	1	2							2	2	1	1	1	1		2		15
25 de Abril	1	1			2		2			1				1	1	1	1				2		13
5 de Outubro		1												1									2
Adro										1													1
Alecrim			1			1										1		1			1		5
Alegria(s)						1										1	1		1	1			5
Altinho				1																	1		2
Amendoeira(s)					2	1	1																4
Amores																		1	1				2
António Aleixo		1											1										2
Ant. José Almeida						1																	1
Areia(s)																				1	2		3
Barroca				1																			1
Bela Vista		1																1					2
Bica(s)					1									1	1				2	2			7
Boa Vista							2									2					2		6
Boavista				2															1				3
Bombeiros Volunt.											1												1
Campo da Bola							2										2						4
Canal													1										1
Cândido dos Reis		1																					1
Castelo			2												1								3
Cemitério															1		1						2
Cerca(s)						1										1							2
Comércio			1	1		2									1					2			7
Convento												1											1
Cotovelo					1																		1
Cruz(es)													3		1								4
Direita				1			1													1			3
Egas Moniz		1	1																				2
Eiras					1																		1
Encosta						1																	1

055 Topónimos que se repetem (número de artérias)

2/3 A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmelete	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
Escadinhas			1				1			1					1	1		1	2				8
Escola(s)	1	1	1			1					2			1			1		1		1		10
Escola Primária							2	2	1														5
Esperança						1						1				1							3
Estrema																			1				1
Fábrica															3								3
Flores			2			1	1			1		1				1		1			1		9
Fonte	2									1	1	1		2					1				8
Forno	1									1			3		1			1		1			8
Horta(s)						2	1							1	1								5
Humb. Delgado	1	1											1										3
Igreja			1	1	2				1	2	1		2	1	2	1	2				3		19
Inf. D. Henrique																					1		1
Jardim					1																		1
João de Deus					1																		1
João II, D.													1										1
Lagar	1								1														2
Lavadouro(s)				1				1															2
Liberdade	1		1		2	2										1		1					8
Lota																		1					1
Mar																		1					1
Mª Conceição Eloi	1																						1
Meio																	1		2				3
Miguel Bombarda	1																						1
Miradouro																		1					1
Misericórdia																	1						1
Moinho(s)					1	3											1				1		6
Nascente					1												1						2
Norte		2	1				1										2						6
Nova										1													1
Oliveira(s)			1							1													2
Padaria							1										1						2
Palmeira(s)						1		1		1									1				4

055 Topónimos que se repetem (número de artérias)

3/3 A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmelete	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
Parreira(s)					1		2									1		1					5
Pedra(s)						1													1				2
Pereira(s)					1																		1
Pescador(es)				1															1				2
Poço						1			1				4				3	2	1	1	2		15
Poço Novo			1										1										2
Poente					1												2						3
Portela				2																			2
Praça					1		1				1						1						4
Principal														1				1	1				3
Quintais				3		1	2								1								7
Ramal							1										1						2
República		1															1						2
Residência										1							2						3
Ribeira															1					1			2
Rossio					1	1	2			1									1				6
Rua Nova								1															1
Santo António											2	1											3
S. João de Deus												1											1
S. Sebastião	2																						2
Saudade																		1	2				3
Sociedade						2											2						4
Sol Posto																	2				1		3
Terreiro																1							1

056 Topónimos que se repetem (número de artérias)

1/3 CH e TOTAIS

-----111-----210.211-----341---401.451.460---530.533-----630.633-----770.771-----852----											
Albufeira-Aljezur-Lagoa-Lagos-Monchique-Portimão-Silves-V.Bispo											
								TOTAIS			
								CH	A	CH+A	
<hr/>											
1º de Dezembro	2					1			3	3	6
1º de Maio				2		1	1	1	5	15	23
25 de Abril	1	1	1	1			1	1	6	13	19
5 de Outubro	2	1	1	1		1	2		8	2	10
Adro				1	1				2	1	3
Alegria(s)		1		1					2	5	7
Alexandre Herculano					1	3	1		5		5
Amendoeira(s)				1					1	4	5
Ant. José Almeida				1					1	1	2
Arco(s)	2		1						3		3
Barroca				1					1	1	2
Basilio Teles			1			1			2		2
Boa Vista		1							1	6	7
Boaviata					1				1	3	4
Bombeiros Voluntários de Lagoa			1						1	1	2
Canal					1				1	1	2
Cândido dos Reis	2			1		1	1		5	1	6
Castelo		2			4		3		9	3	12
Cemitério			1	2			1		4	2	6
Cerca(s)			1	1					2	2	4
Comb. G. Guerra			1	1					2		2
Comércio						1			1	7	8
Convento					1				1	1	2
Cotovelo				1					1	1	2
Cruz(es)		1		1					2	4	6
Direita						1			1	3	4
Duarte Pacheco	1				1				2		2
Eiras								1	1	1	2
Elias Garcia			2				1		3		3
Encosta		1							1	1	2
Ernesto Cabrita			1			1			2		2

056 Topónimos que se repetem (número de artérias)

2/3 CH e TOTAIS

Albufeira-Aljezur-Lagoa-Lagos-Monchique-Portimão-Silves-V.Bispo										TOTAIS			
										CH	A	CH+A	
Escadinhas	1				1				1		3	8	11
Estrema					2						2	1	3
Fábrica					1		1				2	3	5
Figueiredo, Cor			1				2				3		3
Flores	1								1		1	9	10
Fonte									1		1	8	9
Forno					1		1		1		3	8	11
Gago Coutinho			1				1				2		2
Garrett					1		1				2		2
Gil Eanes					2		1				3		3
Hospital	1								1		2		2
Igreja					2		1				3	19	22
Inf. D. Henrique			1				1				2	1	3
Jardim					1						1	1	2
João de Deus	1	1	1		1	1	1				6	1	7
João II, D.							1				1	1	2
José Estêvão			2						1		3		3
José Falcão							1		1		2		2
Latino Coelho	1							1				2	2
Liberdade	3	1	1									5	13
Lota							1				1	1	2
Luís de Camões			1		1						2		2
Machado dos Santos			1				1				2		2
Manuel de Arriaga			1						1		2		2
Mar					1						1	1	2
Mª Conceição Eloi	1											1	2
Miguel Bombarda	2			1		1				1		5	6
Miradouro					1						1	1	2
Misericórdia			1		1		2				4	1	5
Moinho(s)					1				1		2	6	8
Mouzinho Albuquerque			1				1		1		3		3

056 Topónimos que se repetem (número de artérias)

3/3 CH e TOTAIS

-----111-----210.211-----341---401.451.460---530.533-----630.633-----770.771-----852----									
Albufeira-Aljezur-Lagoa-Lagos-Monchique-Portimão-Silves-V.Bispo									
							TOTAIS		
							CH	A	CH+A
Município		1				1	2		2
Norte		1			1	1	3	6	9
Nova	1	1			1		3	1	4
Oliveira(s)			1				1	2	3
Paio Peres Correia, D.		1				2	3		3
Parreira(s)		1				1	2	5	7
Pé da Cruz			1		1		2		2
Pelourinho		1				2	3		3
Pereira(s)	1						1	1	2
Pescador(es)	1						1	2	3
Portela					1		1	2	3
Praça			1				1	4	5
Quintais				1		1	2	7	9
República	1		1		1	1	5	2	7
Roda			1	1			2		2
Rossio	1						1	6	7
Rua Nova					1		1	1	2
Sacadura Cabral	1		1			1	3		3
Saco	1		1			1	3		3
Santo António		3			2		5	3	8
S. Gonçalo de Lagos	1			2	1		5		5
S. João de Deus		1				1	2	1	3
S. José				1	2	3	6		6
S. Sebastião					5		5	2	7
Saudade		1					1	3	4
Serpa Pinto					1	1	3		3
Terreiro			2				2	1	3
Vasco da Gama			3	2		1	6		6

057 Todos os espaços – piso (quantidade)

A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmelete	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
Alcatrão	19	10	4	6	29	35	53	18	9	5	5	4	27	27	39	4	37	19	7	1	12	1	371
e outros	2	4	1		6	2	1		3	2	1		3	2	3		4	3	1	5	2	2	47
Betão	2	3	15	13	12	5	4	6	4	6	3	3	1	5	18	14	14	20	2		13	11	174
e outros			4	5	2	1	1	3	2	2	2			3	4	1	2	7	1			4	44
Calçada grada	5	2	2	1	16	5	1		2				7	2	3	2	5	11	8	9	5	2	88
e outros	2	1	1		4	5							2	1	1	3	1	3	6	2	6		38
Calçada miúda	2		1		2	1	5		2				3	1	4	2	2	2					27
e outros		4		2		1	1		3					1	2			7					21
Pavê	2	1				1	5	3					2	10		3	1	2	4	1	3	2	40
e outros						1	3	1					1			2	1	1		2	1		13
Pedra Monchique	7	10	7	16	2		4	1		10	30	21			1	7	4	5	5		10	1	141
e alcatrão	2	1	3	2	1		4		1	4		1			1						1		21
e betão			1	2	6							1	2									3	15
e calçada				1	4	2						1				5		1					14
e outros	1		3	3			1			2	4								4				18
Pedra região			7		2	1	1				1				2				2		1		17
Terra	1	3	2	5	2	4	1	3	1		4	1		5	2	4	4	2		2			46
Outros*	4	2	4	10		1	2		1					1	1		1	14	2		2	1	46
TOTAL	49	42	57	73	80	63	87	35	28	31	52	32	46	58	81	47	76	97	42	22	59	24	1181

Quantidade de espaços com estas coberturas do piso. * inclui outras combinações e/ou outros materiais.

058 Todos os espaços – piso (quantidade)

CH

	-----111-----	210.211-----	341---	401.451.460---	530.533-----	630.633---	770.771-----	852----	
	Albufeira	Aljezur	Lagoa	Lagos	Monchique	Portimão	Silves	V.Bispo	TOTAL
Alcatrão	21	2	49	21	12	33	19	19	176
e outros	3	1	1	6	3	7	2	4	27
Betão	8	109		3	6	1	4	5	136
e outros	2	10		2		1	2		17
Calçada grada	25		42	3		30	18	23	141
e outros	5		1			2	9	5	22
Calçada miúda	14		1	34		13	8	4	74
e outros	7		4	10		5	10	2	38
Pavê				1					1
e outros				1					1
Pedra Monchique	2	15		25	69	4	28		143
e alcatrão		4		4	2	2	6		18
e betão		4		1	6				11
e calçada				21	2	8	8		39
e outros		10			9				19
Pedra região	2			1	3		2	2	10
Terra		2			2				4
Outros*	9	29		24	3	8	14	4	91
TOTAL	98	186	98	157	117	114	130	68	968

Quantidade de espaços com estas coberturas no piso; * inclui outras combinações e/ou outros materiais.

059 Espaços com passadeira para peões – material (quantidade)

CH

	-----111-----	210.211-----	341---	401.451.460---	530.533-----	630.633---	770.771-----	852----	
	Albufeira	Aljezur	Lagoa	Lagos	Monchique	Portimão	Silves	V.Bispo	TOTAL
Alcatrão e outros						1			1
Calçada grada			4			1			5
e outros	1					1	2		4
Monchique e calçada				5	6	4	16		31
Monchique e outros					1	1			2
Pintura	11	1	7	9	1	17	4	5	55
TOTAL	12	1	11	14	8	25	22	5	98

Quantidade de espaços com passadeira desenhada com estes materiais.

060 Espaços com passeio – piso (quantidade)

A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmelete	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
Betão		1									1				13			1					16
e outros									2					2	2								6
Calçada grada		2				3	1							1	1							1	9
e outros						1	1									1	1	3				1	8
Calçada miúda	10	13	4	9	14	4	5	2	4				6	2	8	3	7	15	1	1	6	1	115
e outros	7		2	2	1	2	4	1	3				4		6		5	6		1	1		45
Pavê	6	1		2		9	16	7					1	12	2	2	3	1	3				65
e outros						2	4							2			1	1	1				11
Pedra Monchique	1									5	3	8					2		1				20
e betão										1													1
e calçada										3	1												4
e outros											2					1							3
Pedra região																			1				1
Outros*		1	1	2	8	8	1	1		3			4	2	5	1	6	5	4	5	5	5	67
TOTAL	26	16	7	15	23	29	32	10	10	9	10	8	15	21	36	9	25	33	10	7	12	8	371

Quantidade de espaços com estas coberturas no piso do passeio;

* inclui outras combinações e/ou outros materiais.

061 Espaços com passeio – piso (quantidade)

CH

	-----111-----	210.211-----	341---	401.451.460---	530.533-----	630.633----	770.771-----	852----	
	Albufeira	Aljezur	Lagoa	Lagos	Monchique	Portimão	Silves	V.Bispo	TOTAL
Betão	1	3	1						5
Calçada grada	3		4						7
e outros	1								1
Calçada miúda	17	1	68	49	9	60	41	20	265
e outros	2		5	2		5	13	2	29
Pavê			1	2					3
e outros		2	1						3
Pedra Monchique					15				15
e outros					2				2
Outros*		4		1		1	2		8
TOTAL	24	10	80	54	26	66	56	22	338

Quantidade de espaços com estas coberturas no piso do passeio.

* inclui outras combinações e/ou outros materiais.

062 Espaços com estacionamento – piso (quantidade)

CH

	-----111-----	210.211-----	341---	401.451.460---	530.533-----	630.633----	770.771-----	852----	
	Albufeira	Aljezur	Lagoa	Lagos	Monchique	Portimão	Silves	V.Bispo	TOTAL
Alcatrão			2	6	3	5	9	2	27
e outros						2			2
Calçada grada	1		6			5	11	1	24
e outros							3		3
Calçada miúda				1		1			2
Pavê						2		1	3
Pedra Monchique			2	10	7	5	7		31
e alcatrão			1	1	1				3
e calçada		1				1	1		3
TOTAL	1	1	11	18	11	21	31	4	98

Quantidade de estacionamentos com estas coberturas do piso.

063 Espaços com estacionamento – piso (quantidade)

A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmelete	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
Alcatrão	1	1	1			5	1	1	1	1			1	4	3	1	1	2	1				25
Betão																		2					2
Calçada grada	3	2						1					1				1			9	1	1	19
Pavê	1						1						2	3		1	1				2		11
Pedra Monchique e outros	1	2		1	2	3	1		4	3	3	5						1	1				27
							1																1
TOTAL	6	5	1	1	2	8	4	2	5	4	3	5	4	7	3	2	3	5	2	9	3	1	85

Quantidade de estacionamentos com estas coberturas do piso.

064 Espaços com caleira – material (quantidade)

A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

Betão			1	1					1	1	1	1		2	2	2		1					13
Calçada grada	1	6	1	1	16	22		2						18	10	1	5	10	8	10	14	2	127
e outros														2		1	2			2	2		9
Pavê														2									2
Pedra Monchique		4	6	9	3			5		2	11	16				1	2	2	1	5	1		68
e betão															1								1
e calçada		1				2												3					6
Pedra região					1										3		1						5
Outros*																		1					1
TOTAL	1	11	8	12	21	22		7		3	12	17	1	22	13	5	15	12	10	20	18	2	232

Quantidade de espaços com estes materiais na caleira; * inclui outras combinações e/ou outros materiais.

065 Espaços com passadeira para peões – material (quantidade) A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmelete	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
Alcatrão																					1		1
Calçada grada				1		1																1	3
e outros													1										1
Pedra Monchique e calçada											3	4											7
Pintura	9	4		1	2	1		2	2	1			2	3	6	2	2	6	2		1		46
TOTAL	9	4		2	2	2		2	2	1	3	4	3	3	6	2	2	6	2		2	1	58

Quantidade de espaços com passadeira desenhada com estes materiais.

066 Espaços com caleira e passeio em pedra da região (quantidade) A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

CALEIRA																							
na totalidade				1												3				1			5
parcialmente														1						1			2
TOTAL				1											1		3			2			7
PASSEIO																							
na totalidade																	1						1
parcialmente			2		1																1		4
TOTAL			2		1													1			1		5

Número de espaços em que foi usada pedra da região.

067 Espaços com caleira – material (quantidade) CH

	-----111-----	210.211-----	341---	401.451.460---	530.533-----	630.633----	770.771-----	852----	
	Albufeira	Aljezur	Lagoa	Lagos	Monchique	Portimão	Silves	V.Bispo	TOTAL
Alcatrão					1				1
Betão		1			1		1		3
Calçada grada	13		21	5		24	22	30	115
e outros						1	2		3
Calçada miúda	1			1					2
Pedra Monchique		13		24	43		5		85
e betão					1				1
e calçada				4					4
Pedra região		2		1			4		7
TOTAL	14	16	21	35	46	25	34	30	221

Quantidade de espaços com estes materiais na caleira.

068 Espaços com passeios diversos privados (quantidade) CH

	-----111-----	210.211-----	341---	401.451.460---	530.533-----	630.633----	770.771-----	852----	
	Albufeira	Aljezur	Lagoa	Lagos	Monchique	Portimão	Silves	V.Bispo	TOTAL
PARCIALMENTE									
Largos							1		1
Praças						1			1
Ruas						2			2
Travessas				1					1
TOTAL				1		3	1		5

Número de espaços com passeios construídos por particulares frente aos seus edifícios

069 Espaços com passeios diversos privados (quantidade)

A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmeleite	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
NA TOTALIDADE																							
Becos					1	1	1	2	1		1				1			1	1	1	1	1	13
Estradas					1									1									2
Largos																		1		1		1	3
Pátios		1																		2			3
Ruas					1	5	14		1		1		2		3	1	3	1	3	1	1	3	40
Terreiros						1																	1
Travessas					1	1	4						1					1			2		10
Soma		1			4	8	19	2	2		2		3	1	4	1	3	4	4	5	4	5	72
PARCIALMENTE																							
Becos					1				1								1						3
Estradas											1					1							2
Impasses							3																3
Largos							1												1				2
Ruas					2	2	5						1	5	2	1	3	3				1	25
Travessas					1				1														2
Soma					4	2	9		2		1		1	5	2	2	4	3	1			1	37
TOTAL	1				8	10	28	2	4		3		4	6	6	3	7	7	5	5	4	6	109

Número de espaços com passeios construídos por particulares frente aos seus edifícios.

070 Espaços com caleira e passeio em pedra da região (quantidade) CH

-----111-----210.211-----341---401.451.460---530.533-----630.633---770.771-----852----

Albufeira-Aljezur-Lagoa-Lagos-Monchique-Portimão-Silves-V.Bispo **TOTAL**

CALEIRAS

na totalidade	2	1		4		7
parcialmente				1		1
TOTAL	2	1		5		8

PASSEIOS

na totalidade						
parcialmente		1		2		3
TOTAL		1		2		3

Número de espaços em que foi usada pedra da região.

071 Espaços com piso em pedra da região (quantidade) CH

-----111-----210.211-----341---401.451.460---530.533-----630.633---770.771-----852----

Albufeira-Aljezur-Lagoa-Lagos-Monchique-Portimão-Silves-V.Bispo **TOTAL**

NA TOTALIDADE

Becos			1			1
Caminhos	1					1
Escadinhas			1			1
Recantos				1		1
Ruas					1	1
Travessas	3	1		1	1	6
SOMA	4	1	2	2	2	11

PARCIALMENTE

Adros			1	1		2
Becos	1			3		4
Caminhos			1			1
Escadinhas				3		3
Largos				1		1
Lavadouros			1			1
Pátios		1				1
Praças					1	1
Recantos	1		1			2
Ruas	4	1		3		8
Travessas	4	1				5
Veredas	3					3
SOMA	13	1	2	4	11	32
TOTAL	17	1	3	6	13	43

Número de espaços em que, totalmente ou em parte, foi usada pedra da região.

072 Espaços com piso em pedra da região (quantidade)

A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmelete	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
NA TOTALIDADE																							
Becos			1		1	1																	3
Caminhos											1												1
Escadas			1																				1
Jardins			1																				1
Largos																			1		1		2
Pátios			1		1		1																3
Ruas			1																				1
Travessas			1																1				2
Veredas			1																				1
SOMA			7		2	1	1				1								2		1		15
PARCIALMENTE																							
Adros			1	1																			2
Becos			1	1						1													3
Caminhos																	1						1
Carreiros											1												1
Escadinhas				1													1						2
Jardins															1								1
Pátios						1									2								3
Recantos																	1						1
Travessas			3	2																			5
Veredas																	1						1
SOMA			5	5		1				1	1				3		4						20
TOTAL			12	5	2	2	1			1	2				3		4		2		1		35

Número de espaços em que foi usada pedra da região.

073 Ruas – comprimentos (número de)

A + CH

Ref	Núcleos	< 50m	+50 –75m	+75 –100m	+100 –150m	+150 –200m	+200 –300m	>300m	total
ALDEIAS:									
131	Guia			3	6	2		1	12
151	Paderne	1	4	1	2	1	2	1	12
221	Bordeira	1	6	3	1				11
222	Carrapateira	4	4	1	6	3			18
411	Barão de São João	4	7	3	3				17
431	Almádena	3	3	4	5	5	2	2	24
432	Espiche	2	4	10	10	2	5		33
463	Portelas		1	1	3	2			7
464	Sargaçal		2	1		1	2		6
511	Alferce	1	1	3	1	3	1		10
521	Marmelete	2	3	1		3	2	1	12
532	Casais	2	2	1	1	1	1		8
612	Montes de Alvor		1	1	7	4	2		15
631	Figueira		1	3	3	4	1	4	16
761	São Marcos da Serra	3	5	3	9	4	4		28
811	Barão de São Miguel	2	3				2	2	9
821	Budens	3	7	4	6	2	4		26
822	Burgau	6	2	4	7	3	1		23
823	Figueira	5	3	3	2	4	1	1	19
825	Vale de Boi	2	1	1	2	1	1		8
831	Raposeira	2	4	3	6		2		17
831	Hortas do Tabual	2	4	2					8
TOTAL		45	68	56	80	45	33	12	339
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		3	5	12	6	2	3	31
210.211	Aljezur	3	1	9	7	4	3	3	30
341	Lagoa	6	12	13	14	9	3	2	59
401.451.460	Lagos	4	14	12	17	14	13	2	76
530.533	Monchique	2	6	5	6	5	3	4	31
630.633	Portimão	4	14	12	20	8	10	9	77
470.771	Silves	10	9	7	15	11	8	4	64
852	Vila do Bispo	2	8	4	6	5	1		26
TOTAL		31	67	67	97	62	43	27	394
TOTAL A + CH		76	135	123	177	107	76	39	733

Número de ruas com comprimentos entre < 50m e > 300m.

074 Ruas (quantidade e percentagens)

A + CH

Ref	Núcleo	Largura	+ 10m	9m-6m	4m-5m	até 3m	Total	+ 6m	4m-5m	até 3m
		Quantidade:						%	%	%
ALDEIAS:										
131	Guia		6	6			12	100,00		
151	Paderne		1	5	6		12	50,00	50,00	
221	Bordeira			4	6	1	11	36,36	54,55	9,09
222	Carrapateira			6	11	1	18	33,33	61,11	5,56
411	Barão de S. João			6	10	1	17	35,30	58,82	5,88
431	Almádena	1		13	10		24	58,33	41,67	
432	Espiche	4		15	13	1	33	57,58	39,39	3,03
463	Portelas	3		4			7	100,00		
464	Sargaçal	2		3	1		6	83,33	16,67	
511	Alferce	1		5	3	1	10	60,00	30,00	10,00
521	Marmeleite			6	4	2	12	50,00	33,33	16,67
532	Casais	1		3	2	2	8	50,00	25,00	25,00
612	Montes de Alvor	2		8	5		15	66,67	33,33	
621	Figueira	7		8	1		16	93,75	6,25	
761	S. Marcos da Serra			18	8	2	28	64,29	28,57	7,14
811	Barão de S. Miguel			1	6	2	9	11,11	66,67	22,22
821	Budens	2		18	5	1	26	76,92	19,23	3,85
822	Burgau	5		8	5	2	23	56,52	34,78	8,70
823	Figueira	1		4	8	6	19	26,31	42,11	31,58
825	Vale de Boi			2	5	1	8	25,00	62,50	12,50
831	Raposeira			2	12	3	17	11,76	70,59	17,65
832	Hortas do Tabual			3	5		8	37,50	62,50	
TOTAL			36	148	129	26	339	54,28	38,05	7,67
CENTROS HISTÓRICOS:										
111	Albufeira		4	19	6	2	31	74,20	19,35	6,45
210-11	Aljezur		1	1	14	14	30	6,66	46,67	46,67
341	Lagoa		9	40	10		59	83,05	16,95	
401-51-60	Lagos		12	26	37	1	76	50,00	48,68	1,32
530-33	Monchique		4	9	16	2	31	41,94	51,61	6,45
630-33	Portimão		11	39	26	1	77	64,93	33,77	1,30
770-71	Silves		11	33	14	6	64	68,75	21,88	9,38
852	Vila do Bispo		3	12	9	2	26	57,69	34,62	7,69
TOTAL			55	179	132	28	394	59,39	33,50	7,11
TOTAL A + CH			91	327	261	54	733	57,03	35,60	7,37

075 Ruas (soma das áreas e percentagens)

A + CH

Ref	Núcleo	Largura	+ 6m m2	4m-5m m2	até 3m m2	Total m2	+ 6m %	4m-5m %	até 3m %
ALDEIAS:									
131	Guia		20165			20165	100,00		
151	Paderne		12776	1934		14710	86,85	13,15	
221	Bordeira		1752	1916	175	3843	45,59	49,86	4,55
222	Carrapateira		5500	4270	145	9915	55,47	43,07	1,46
411	Barão de S. João		4678	3549	100	8327	56,18	42,62	1,20
431	Almádena		16727	5170		21897	76,39	23,61	
432	Espiche		23083	5771	268	29122	79,26	19,82	0,92
463	Portelas		7650			7650	100,00		
464	Sargaçal		5813	200		6013	96,67	3,33	
511	Alferce		6623	1027	270	7920	83,62	12,97	3,41
521	Marmeleite		9252	1590	362	11204	82,58	14,19	3,23
532	Casais		3417	1761	201	5379	63,52	32,74	3,74
612	Montes de Alvor		11226	3907		15133	74,18	25,82	
621	Figueira		30648	337		30985	98,91	1,09	
761	S. Marcos da Serra		15989	5058	550	21597	74,03	23,42	2,55
811	Barão de S. Miguel		253	5907	423	6583	3,84	89,73	6,43
821	Budens		18629	1539	239	20407	91,29	7,54	1,17
822	Burgau		15196	2329	302	17827	85,25	13,06	1,69
823	Figueira		4987	5424	997	11408	43,71	47,55	8,74
825	Vale de Boi		1340	2902	76	4318	31,03	67,21	1,76
831	Raposeira		1001	6341	740	8082	12,38	78,46	9,16
832	Hortas do Tabual		1173	1417		2590	45,29	54,71	
TOTAL			217878	62349	4848	285075	76,43	21,87	1,70
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		27565	3711	682	31958	86,25	11,62	2,13
210-11	Aljezur		9429	10393	3523	23345	40,39	44,52	15,09
341	Lagoa		49634	3801		53435	92,89	7,11	
401-51-60	Lagos		51916	20262	408	72586	71,53	27,91	0,56
530-33	Monchique		23534	8742	401	32677	72,02	26,75	1,23
630-33	Portimão		81058	13450	287	94795	85,51	14,19	0,30
770-71	Silves		70414	5067	1097	76578	91,95	6,62	1,43
852	Vila do Bispo		14285	3880	383	18548	77,02	20,92	2,06
TOTAL			327835	69306	6781	403922	81,16	17,16	1,68
TOTAL A + CH			545713	131655	11629	688997	79,20	19,11	1,69

076 Ruas (soma dos comprimentos e percentagens)

A + CH

Ref	Núcleo	Largura	+ 6m m	4m-5m m	até 3m m	Total m	+ 6m %	4m-5m %	até 3m %
ALDEIAS:									
131	Guia		1823			1823	100,00		
151	Paderne		1377	442		1819	75,70	24,30	
221	Bordeira		251	440	55	746	33,65	58,98	7,37
222	Carrapateira		733	936	43	1712	42,82	54,67	2,51
411	Barão de S. João		677	764	34	1475	45,90	51,80	3,30
431	Almádena		2200	1080		3280	67,07	32,93	
432	Espiche		2591	1246	83	3920	66,10	31,78	2,12
463	Portelas		877			877	100,00		
464	Sargaçal		719	40		759	94,73	5,27	
511	Alferce		870	234	95	1199	72,56	19,52	7,92
521	Marmeleite		1320	352	114	1786	73,91	19,71	6,38
532	Casais		414	334	71	819	50,55	40,78	8,67
612	Montes de Alvor		1335	774		2109	63,30	36,70	
621	Figueira		3100	92		3192	97,12	2,88	
761	S. Marcos da Serra		2269	1039	167	3475	65,29	29,90	4,81
811	Barão de S. Miguel		46	1347	135	1528	3,01	88,15	8,84
821	Budens		2382	328	70	2780	85,68	11,80	2,52
822	Burgau		1645	531	95	2271	72,44	23,38	4,18
823	Figueira		652	1160	317	2129	30,62	54,49	14,89
825	Vale de Boi		218	652	31	901	24,20	72,36	3,44
831	Raposeira		154	1357	222	1733	8,89	78,30	12,81
832	Hortas do Tabual		169	332		501	33,73	66,27	
TOTAL			25822	13480	1532	40825	63,25	33,02	3,75
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		3493	810	217	4520	77,28	17,92	4,80
210-11	Aljezur		772	2519	1149	4440	17,39	56,73	25,88
341	Lagoa		5783	855		6638	87,12	12,88	
401-51-60	Lagos		5909	4402	117	10428	56,66	42,21	1,13
530-33	Monchique		2877	1915	130	4922	58,45	38,91	2,64
630-33	Portimão		9230	2863	89	12182	75,77	23,50	0,73
770-71	Silves		7604	1126	448	9178	82,85	12,27	4,88
852	Vila do Bispo		1934	809	126	2869	67,41	28,20	4,39
TOTAL			37602	15299	2276	55177	68,15	27,73	4,12
TOTAL A + CH			63424	28779	3808	96002	66,07	29,98	3,97

077 Ruas mais extensas

*largura média

A + CH

Conforme toponímia					
ref	Núcleo	Tipo	Nome	Comp m	Larg* m
63336	Portimão	R	Infante D. Henrique	735	11
77177	Silves	R	Cândido dos Reis	730	15
53301	Monchique	R	Serpa Pinto	692	10
21101	Aljezur	R	25 de Abril	586	14
15101	Paderne	R	5 de Outubro	553	11
77164	Silves	R	Cruz de Portugal (da)	546	8
62101	Figueira	R	Principal	495	8
46054	Lagos	R	Vasco da Gama, D.	484	16
11171	Albufeira	R	Águas, Cor	483	10
53312	Monchique	R	São Sebastião (de)	467	6
63357	Portimão	R	Alexandre Herculano	465	6
15121	Paderne	R	Escolas (das)	456	13
77172	Silves	R	Castelo (do)	434	11
62103	Figueira	R	25 de Abril	416	10
63340	Portimão	R	Maria Luísa, D.	403	6
82316	Figueira	R	Meio (do)	394	5
13109	Guia	R	Humberto Delgado, Gen	392	12
63335	Portimão	R	Serpa Pinto	389	18
63338	Portimão	R	Basílio Teles	387	6
63301	Portimão	R	São José (de)	385	11
52101	Marmeleira	R	Aljezur (de)	381	8
43110	Almádena	R	Escola (da)	375	6
63007	Portimão	R	Oliveira (de)	368	9
81103	Barão de São Miguel	R	Cerro (do)	368	4
63008	Portimão	R	Francisco Bivar	364	7
34114	Lagoa	R	Liberdade (da)	347	10
63341	Portimão	R	Moinho (do)	338	12
81111	Barão de São Miguel	R	Bicas (das)	337	5
34155	Lagoa	R	Mouzinho de Albuquerque	337	12
21173	Aljezur	R	Norte (do)	337	5
21155	Aljezur	R	Paio Peres Correia, D.	334	6
11154	Albufeira	R	5 de Outubro	329	9
62121	Figueira	R	Martim Afonso P. Gracias	325	11
53342	Monchique	R	Fonte Velha (da)	320	5
21167	Aljezur	R	Parreiras (das)	320	4
77102	Silves	R	Serpa Pinto	316	9
21159	Aljezur	R	César Viriato França, Dr	316	5
13121	Guia	R	Alfontes da Guia	313	13
11177	Albufeira	R	Latino Coelho	312	7
53337	Monchique	R	Viador (do)	312	6
51116	Alferce	R	Manuel Rodrigues Mitelo	306	7
11116	Albufeira	R	Alves Correia	306	6
40105	Lagos	R	Cândido dos Reis	305	6
43117	Almádena	R	Pedreira (da)	302	8

078 Ruas menos extensas

*largura média

A + CH

Conforme toponímia					
ref	Núcleo	Tipo	Nome	Comp m	Larg* m
77184	Silves	R	Arrochela	11	3
46025	Lagos	R	Escadinhas (das)	15	3
41117	Barão de São João	R	Antero Cabral	17	4
77146	Silves	R	Portas da Cidade (das)	19	4
41119	Barão de São João	R	Praça (da)	20	3
22139	Bordeira	R	Flores (das)	22	3
43104	Almádena	R	Sociedade (da)	23	4
76107	S. Marcos da Serra	R	Salgueiro A (do)	23	6
34124	Lagoa	R	Arco (do)	27	3
53213	Casais	R	Sagrada Família (da)	27	4
82266	Burgau	R	Túnel (do)	28	4
43107	Almádena	R	Flores (das)	28	6
46023	Lagos	R	Porta Pequena (da)	28	8
63302	Portimão	R	José Falcão, Dr	28	8
22231	Carrapateira	R	Quintais (dos)	29	4
43113	Almádena	R	Esperança (da)	29	5
82508	Vale de Boi	R	Estreitinha	31	2
45142	Lagos	R	Vedoria (da)	31	4
76106	S. Marcos da Serra	R	Salgueiro B (do)	31	6
11140	Albufeira	R	Correio Velho (do)	32	2
53219	Casais	R	São João de Deus	32	3
11149	Albufeira	R	Joaq. M. Mendonça Gouveia	32	5
82268	Burgau	R	Jimmy (do)	33	4
41139	Barão de São João	R	Escadas (das)	34	3
41123	Barão de São João	R	Comércio (do)	34	3
21130	Aljezur	R	Altura (da)	34	3
82323	Figueira	R	Alegria (da)	34	4
77142	Silves	R	Parreiras (das)	34	4
83126	Raposeira	R	Joaquim Valente Correia	34	5
46311	Portelas	R	Canavial (do)	34	5
11137	Albufeira	R	Pico Alto (do)	34	6
77123	Silves	R	Nova dos Carmos	35	4
52113	Marmeleite	R	Bombeiros Voluntários (dos)	35	5
34121	Lagoa	R	Tomé de Barros Queirós	35	6
22110	Bordeira	R	José Evangelista	35	6
34177	Lagoa	R	Fernando Martins	35	7
51115	Alferce	R	Igreja (da)	35	8
43124	Almádena	R	Paraíso (do)	36	6
52124	Marmeleite	R	Igreja (da)	36	9
22239	Carrapateira	R	Barroca (da)	37	4
22117	Bordeira	R	Alecrim (do)	37	6
34108	Lagoa	R	Depósito da Água (do)	37	8

079 Ruas sem topónimo

A + CH

Núcleo	ref	Comp m*	Larg m**
S. Marcos da Serra	76110	221	4
Carrapateira	22258	184	9
Almádena	43143	183	8
Vila do Bispo	85228	173	5
Budens	82157	163	8
S. Marcos da Serra	76111	162	5
Monchique	53363	161	11
Silves	77031	158	8
Figueira	82339	155	12
S. Marcos da Serra	76149	145	4
S. Marcos da Serra	76126	142	6
Carrapateira	22213	130	5
Silves	77023	130	2
Lagos	46061	127	11
Silves	77020	123	2
Carrapateira	22218	122	6
Budens	82156	121	8
Espiche	43266	112	15
Vila do Bispo	85227	111	6
Carrapateira	22214	111	4
Raposeira	83137	109	5
Figueira	62134	102	10
S. Marcos da Serra	76139	97	4
Vila do Bispo	85229	92	5
Burgau	82261	91	4
S. Marcos da Serra	76138	89	7
Figueira	62118	85	12
Hortas do Tabual	83213	83	4
Marmeleite	52114	82	4
Hortas do Tabual	83203	80	4
Burgau	82218	78	15
Carrapateira	22259	78	8
S. Marcos da Serra	76142	73	9

Núcleo	ref	Comp m*	Larg m**
Hortas do Tabual	83211	66	7
Aljezur	21134	66	3
Hortas do Tabual	83210	65	5
Carrapateira	22260	64	5
Hortas do Tabual	83215	64	4
Casais	53204	63	11
Silves	77011	57	4
Carrapateira	22226	56	4
Hortas do Tabual	83206	56	7
Vila do Bispo	85230	55	3
Vila do Bispo	85232	54	14
Portelas	46315	51	11
Sargaçal	46417	49	12
Vila do Bispo	85226	48	4
Silves	77015	47	3
Burgau	82257	47	6
Hortas do Tabual	83202	47	7
Paderne	15131	46	5
Burgau	82290	43	4
Carrapateira	22267	43	3
Carrapateira	22224	42	5
Sargaçal	46421	40	5
Hortas do Tabual	83214	40	4
Monchique	53360	40	10
Burgau	82296	35	3
Vila do Bispo	85245	33	5
Raposeira	83151	30	5
Silves	77014	25	4
Silves	77012	23	2
Silves	77008	21	5
Silves	77006	19	3
Aljezur	21188	17	3

* relacionadas por ordem decrescente dos comprimentos;

** largura média.

080 Travessas (comprimentos) *

A + CH

		<10m		+10 –25m		+25 –50m		+50 –100m		>100m		Total
Ref	Núcleos	c/ topónimo	s/	c/	s/	c/	s/	c/	s/	c/	s/	
ALDEIAS												
131	Guia			2	1	2	1	1				7
151	Paderne			2		2						4
221	Bordeira		3	3	2	1	4	1				14
222	Carrapateira			2	5	2	3	1				13
411	Barão de São João			2	10	4		3				19
431	Almádena			1	1	3	4	1				10
432	Espiche	1		8	3	4		2	1			19
463	Portelas				2							2
464	Sargaçal				1		2		1			4
511	Alferce	2		1	1	1		1				6
521	Marmelete				5	1						6
532	Casais				3		1					4
612	Montes de Alvor				1	1	1	2	1			6
631	Figueira			3	1		2	2	1			9
761	São Marcos da Serra				4	1	2		1			8
811	Barão de São Miguel			2		3		3				8
821	Budens		3	1	3	3		2				12
822	Burgau			1	4	8	3	2				18
823	Figueira		1	3		2						6
825	Vale de Boi		1									1
831	Raposeira			1	4	4		3				12
831	Hortas do Tabual						3					3
SOMA		<u>3</u>	<u>8</u>	<u>32</u>	<u>51</u>	<u>42</u>	<u>26</u>	<u>24</u>	<u>5</u>			
		11		83		68		29				191
CENTROS HISTÓRICOS												
111	Albufeira		1		3	15		7				26
210.211	Aljezur		4	4	15	2	6	3				34
341	Lagoa				2	11	1	4	1			19
401.451.460	Lagos			1	3	10	2	10				26
530.533	Monchique				4	1		4				9
630.633	Portimão		1	1	1		3			1		7
470.771	Silves		1	2	7	3	2	2	2		1	20
852	Vila do Bispo				11	1	7					19
SOMA		<u>7</u>	<u>8</u>	<u>46</u>	<u>43</u>	<u>21</u>	<u>30</u>	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>1</u>		
		7		54		64		33		2		160
TOTAL		<u>3</u>	<u>15</u>	<u>40</u>	<u>97</u>	<u>85</u>	<u>47</u>	<u>54</u>	<u>8</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	
		18		137		132		62		2		351

* Número de travessas com e sem topónimo e comprimento entre <10m e >50m

081 Travessas (larguras) *

A +CH

		1m		2m		3m		4m		+5m		Total
Ref	Núcleos	c/ topónimo	s/	c/	s/	c/	s/	c/	s/	c/	s/	
ALDEIAS												
131	Guia			1		1		2		2	1	7
151	Paderne					1		2		1		4
221	Bordeira			3		2	2	1	1	2	3	14
222	Carrapateira					1	3	3	2	1	3	13
411	Barão de São João			6		4	2	4	1	2		19
431	Almádena							2		3	3	10
432	Espiche			2	1	5	1	5		5		19
463	Portelas						1		1			2
464	Sargaçal								1	1	2	4
511	Alferce			1		1		2		1	1	6
521	Marmelete				3	1			1		1	6
532	Casais			2			2					4
612	Montes de Alvor						1	1		2	2	6
631	Figueira				2	1		3		1	2	9
761	São Marcos da Serra			1				1	2		4	8
811	Barão de São Miguel			1		3		3		1		8
821	Budens				1	3	4		3		1	12
822	Burgau			1		5	1	2	2	2	5	18
823	Figueira			1		2	1	1		1		6
825	Vale de Boi						1					1
831	Raposeira			1	1	2	2	3		2	1	12
831	Hortas do Tabual				1				2			3
SOMA				<u>8</u>	<u>21</u>	<u>31</u>	<u>24</u>	<u>35</u>	<u>16</u>	<u>27</u>	<u>29</u>	
				29		55		51		56		191
CENTROS HISTÓRICOS												
111	Albufeira			3		3	1	4		11	4	26
210.211	Aljezur		5	2	7	3	6	2	7	2		34
341	Lagoa					1		3	1	11	3	19
401.451.460	Lagos				1	4		6		11	4	26
530.533	Monchique					1	1	1	3	3		9
630.633	Portimão				1			3		2	1	7
470.771	Silves		1		5	3	2	1		3	5	20
852	Vila do Bispo						5	1	6		7	19
SOMA				<u>6</u>	<u>5</u>	<u>14</u>	<u>15</u>	<u>15</u>	<u>21</u>	<u>17</u>	<u>24</u>	
				6		19		30		38		67
TOTAL				<u>6</u>	<u>13</u>	<u>35</u>	<u>46</u>	<u>39</u>	<u>56</u>	<u>33</u>	<u>70</u>	<u>53</u>
				6		48		85		89		123
												351

* Número de travessas com e sem topónimo e largura entre 1m e +5m

082 Travessas (mais extensas)

*largura média

A + CH

Conforme toponímia					
ref	Núcleo		Nome	Comp (m)	Larg (m)*
53313	Monchique	Tv	São Sebastião (de)	179	5
34170	Lagoa	Tv	Praça (da)	166	4
34156	Lagoa	Tv	Elias Garcia	164	7
83118	Raposeira	Tv	Serrados (dos)	156	2
11195	Albufeira	Tv	Malpique (do)	150	4
82229	Burgau	Tv	Domingos Barreiros	129	5
63324	Portimão	Tv	Senhora da Tocha (da)	119	4
21168	Aljezur	Tv	Forte (do)	118	3
83117	Raposeira	Tv	Cantinho (do)	117	4
82231	Burgau	Tv	Aldeia Nova (da)	117	8
11179	Albufeira	Tv	Águas, Cor	108	7
63011	Portimão	Tv	J. P. Sampaio Bruno	107	8
34132	Lagoa	Tv	Roda (da)	104	4
63312	Portimão	Tv	Capote (do)	103	4
63010	Portimão	Tv	Alexandre Herculano	99	6
77154	Silves	Tv	Cató (da)	97	3
51106	Alferce	Tv	Trás (de)	95	3
53384	Monchique	Tv	Castelo (do)	94	4
46055	Lagos	Tv	Vasco da Gama, D.	90	9
41104	Barão de São João	Tv	1 de Janeiro	90	5
34167	Lagoa	Tv	Visconde de Lagoa	85	5
45110	Lagos	Tv	Almas (das)	83	4
43151	Almádena	Tv	Hortas (das)	83	7
45119	Lagos	Tv	Forno (do)	82	8
21114	Aljezur	Tv	Barranco (do)	82	3
11161	Albufeira	Tv	Igreja Nova (da)	81	4
43233	Espiche	Tv	Rossio (do)	81	9
11105	Albufeira	Tv	Cais Herculano (do)	76	4
53356	Monchique	Tv	Fragosa (da)	74	3
11168	Albufeira	Tv	Diogo Leote, Dr	71	7
53316	Monchique	Tv	Guerreiras (das)	71	2
77160	Silves	Tv	Hospital (do)	70	6
82112	Budens	Tv	Norte (do)	70	3
45130	Lagos	Tv	Gil Vicente	70	5
11124	Albufeira	Tv	Alves Correia	70	6
61217	Montes de Alvor	Tv	Poço (do)	70	4
77152	Silves	Tv	Pelourinho (do)	69	6
77134	Silves	Tv	Mesquita (da)	69	5
81116	Barão de São Miguel	Tv	São Miguel (de)	69	3
22204	Carrapateira	Tv	Portela (da)	68	4
41109	Barão de São João	Tv	Rossio (do)	67	4
41129	Barão de São João	Tv	João de Deus	66	3
11164	Albufeira	Tv	1º de Dezembro	66	11

083 Travessas (menos extensas)

*largura média

A + CH

Conforme toponímia					
ref	Núcleo		Nome	Comp (m)	Larg (m)*
51107	Alferce	Tv	Trás (de) S	5	2
51108	Alferce	Tv	Trás (de) N	6	4
82234	Burgau	Tv	Escadinhas (das)	7	4
43209	Espiche	Tv	25 de Abril	9	2
43212	Espiche	Tv	Grilo (do)	12	3
43213	Espiche	Tv	Adega (da)	15	4
62111	Figueira	Tv	31 de Janeiro	15	4
51111	Alferce	Tv	Adro (do)	15	3
21150	Aljezur	Tv	Santo António (norte)	15	3
82109	Budens	Tv	Montes de Alvor	16	4
77133	Silves	Tv	5 de Outubro	16	3
15129	Paderne	Tv	Norte (do)	17	3
62110	Figueira	Tv	1º de Maio	17	4
43230	Espiche	Tv	Alvito	17	2
22119	Bordeira	Tv	Escadinhas (das)	18	3
21157	Aljezur	Tv	João de Deus	18	4
43238	Espiche	Tv	1º de Maio	19	5
43207	Espiche	Tv	Escadinhas (das)	19	4
22220	Carrapateira	Tv	16 de Novembro de 1873	19	6
21124	Aljezur	Tv	Gabão (do)	19	3
15111	Paderne	Tv	Sul (do)	19	4
83108	Raposeira	Tv	Igreja (da)	19	7
13117	Guia	Tv	Forno (do)	19	3
63003	Portimão	Tv	Barca (da)	19	5
13110	Guia	Tv	Egas Moniz	20	2
13105	Guia	Tv	1º de Dezembro	20	4
22227	Carrapateira	Tv	Paz (da)	21	4
82317	Figueira	Tv	Farinheira (da)	21	2
81124	Barão de São Miguel	Tv	25 de Abril	21	3
46066	Lagos	Tv	Ferro de Engomar (do)	21	10
82318	Figueira	Tv	Pedra (da)	21	3
43232	Espiche	Tv	Castela	21	4
82236	Burgau	Tv	Rua da Praia (da)	22	7
82315	Figueira	Tv	Meio (do)	22	5
82507	Vale de Boi	Tv	Cordeira (da)	23	3
22109	Bordeira	Tv	Rampa (da)	24	6
41118	Barão de São João	Tv	Liberdade (da)	24	5
81121	Barão de São Miguel	Tv	Estreita	24	2
43203	Espiche	Tv	Parreiras (das)	24	4
62107	Figueira	Tv	Laranja (da)	24	3
63304	Portimão	Tv	São José (de)	24	3
43220	Espiche	Tv	Dias	24	4

084 Espaços de ligação pedonal * totais

A + CH

Ref	Núcleo	quantidade:			soma	comprimentos (m):			soma	
		Largura:	+ 6m	3-6m		- 3m	+ 6m	3-6m		- 3m
ALDEIAS:						m	m	m	m	
131	Guia		1	1	2	42	41		83	
151	Paderne									
221	Bordeira			1	3		28	42	70	
222	Carrapateira									
411	Barão de S. João									
431	Almádena									
432	Espiche									
463	Portelas			1	1		42	25	67	
464	Sargaçal			3			84		84	
511	Alferce			1			28		28	
521	Marmelete									
532	Casais									
612	Montes de Alvor				1	1		29	29	
621	Figueira				2	2		95	95	
761	S. Marcos da Serra									
811	Barão de S. Miguel				2	2		63	63	
821	Budens				2	2		34	34	
822	Burgau		1	1	5	7	73	17	124	314
823	Figueira									
825	Vale de Boi									
831	Raposeira				1	1		11	11	
832	Hortas do Tabual									
TOTAL			2	8	17	27	115	240	423	878
CENTROS HISTÓRICOS:										
111	Albufeira		6	13	8	27	642	785	374	1801
210-11	Aljezur				14	14			252	252
341	Lagoa		1			1	140			140
401-51-60	Lagos		7	9	5	21	735	477	121	1333
530-33	Monchique									
630-33	Portimão		6	6	1	13	1001	344	18	1363
770-71	Silves		1	5	12	18	119	187	453	759
852	Vila do Bispo									
TOTAL			21	33	40	94	2637	1793	1218	5648
TOTAL A + CH			23	41	57	121	2752	2033	1641	6526

* Avenidas (Av) , ruas (R), túneis (Tn) e travessas (Tv).

085 Espaços de ligação (susceptíveis de ter passeio) * quantidade A + CH

Ref	Núcleo	na totalidade:			soma	só em parte:			soma	
		Largura:	+ 6m	3-6m		- 3m	+ 6m	3-6m		- 3m
ALDEIAS:										
131	Guia		18	3	2	23	5		5	
151	Paderne		10	9	1	20	1		1	
221	Bordeira		9	11	5	28	2		2	
222	Carrapateira		14	17	5	36	4	2	1	7
411	Barão de S. João		13	16	12	42	5	6		11
431	Almádena		17	15	2	34	5	7		12
432	Espiche		24	20	10	54	10	14	2	26
463	Portelas		9	1	1	11	3			3
464	Sargaçal		8	3		11	4			4
511	Alferce		8	7	3	18	4	1		5
521	Marmeleite		8	5	6	19	3			3
532	Casais		7	2	6	15	3			3
612	Montes de Alvor		15	8	1	24	6	1		7
621	Figueira		19		2	21	7			7
761	S. Marcos da Serra		24	13	3	40	10	4	2	16
811	Barão de S. Miguel		4	10	6	20	3	4		7
821	Budens		22	8	9	39	8	2	1	11
822	Burgau		19	14	10	43	7	5	2	14
823	Figueira		7	10	10	27		3		3
825	Vale de Boi		2	5	2	9	1	1		2
831	Raposeira		7	19	9	35	2	4	3	9
832	Hortas do Tabual		4	7	1	12	3	3		6
TOTAL			268	203	107	581	96	57	11	164
CENTROS HISTÓRICOS:										
111	Albufeira		36	16	9	61	12	1		13
210-11	Aljezur		3	26	37	66	1	3	2	6
341	Lagoa		59	18	1	78	8	2		10
401-51-60	Lagos		47	53	9	109	7	6	1	14
530-33	Monchique		16	22	4	42	8	1		9
630-33	Portimão		54	32	2	88	8	7		15
770-71	Silves		52	17	17	86	7	1		8
852	Vila do Bispo		17	23	7	47	5	1		6
TOTAL			284	207	86	577	56	22	3	81
TOTAL A + CH			552	410	193	1158	152	79	14	245

* alamedas (Alam), avenidas (Av) , estradas (Estr), ruas (R), rotundas (Rt), túneis (Tn) e travessas (Tv).

086 Espaços de ligação (com passeio) *

A + CH

Ref	Núcleo	quantidade:			soma	comprimentos:			soma	
		Largura:	+ 6m	3-6m	- 3m	+ 6m	3-6m	- 3m		
ALDEIAS:						m	m	m	m	
131	Guia		14		14	2554			2554	
151	Paderne		9	1	10	2214	46		2260	
221	Bordeira		3		3	413			413	
222	Carrapateira		9	3	1	1054	202	43	1299	
411	Barão de S. João		9	8	1	807	399	34	1240	
431	Almádena		12	8		1961	850		2811	
432	Espiche		20	15	2	3004	1292	93	4389	
463	Portelas		7		7	1200			1200	
464	Sargaçal		7		7	948			948	
511	Alferce		6	1	7	1067	113		1180	
521	Marmelete		5		5	1344			1344	
532	Casais		6		6	1041			1041	
612	Montes de Alvor		9	1	10	1614	110		1724	
621	Figueira		16		16	3294			3294	
761	S. Marcos da Serra		21	4	2	2789	390	167	3346	
811	Barão de S. Miguel		3	4		803	689		1492	
821	Budens		13	2	2	1782	132	67	1981	
822	Burgau		15	6	2	1714	374	93	2181	
823	Figueira		2	3		355	415		770	
825	Vale de Boi		1	1		119	38		157	
831	Raposeira		2	4	3	202	414	136	752	
832	Hortas do Tabual		3	3		234	185		419	
TOTAL			192	64	13	269	30513	5649	633	36795
CENTROS HISTÓRICOS:										
111	Albufeira		22	1		23	3356	46		3402
210-11	Aljezur		1	3	2	6	586	721	191	1498
341	Lagoa		55	12		67	5872	801		6673
401-51-60	Lagos		29	17	1	47	5239	1936	117	7292
530-33	Monchique		14	1		15	2845	93		2938
630-33	Portimão		44	11		55	8614	1099		9713
770-71	Silves		41	3		44	7368	273		7641
852	Vila do Bispo		14	5		19	2092	214		2306
TOTAL			220	53	3	276	35972	5183	308	41463
TOTAL A + CH			412	117	16	549	66485	10832	941	78258

* alamedas (Alam), avenidas (Av) , estradas (Estr),ruas (R), rotundas (Rt), túneis (Tn) e travessas (Tv).

087 Espaços de ligação (com lancil) * quantidade

A + CH

Ref	Núcleo	na totalidade:			soma	só em parte:			soma	
		Largura:	+ 6m	3-6m		- 3m	+ 6m	3-6m		- 3m
ALDEIAS:										
131	Guia		14		14				1	
151	Paderne		9	1	10					
221	Bordeira		2		1	3				
222	Carrapateira		7	4	2	13	1		1	
411	Barão de S. João		6	5	1	12	3	3	1	7
431	Almádena		9	1		10				
432	Espiche		17			17				
463	Portelas		6			6				
464	Sargaçal		6			6				
511	Alferce		5	1		6	1			1
521	Marmelete		3			3				
532	Casais		5			5				
612	Montes de Alvor		5			5	1			1
621	Figueira		11			11				
761	S. Marcos da Serra		12			12	2			2
811	Barão de S. Miguel		2			4	1			1
821	Budens		10		2	12				
822	Burgau		13	5		18	1			1
823	Figueira		2			2				
825	Vale de Boi		1			1				
831	Raposeira		1	3		4				
832	Hortas do Tabual		1			1				
TOTAL			147	20	6	198	10	3	1	14
CENTROS HISTÓRICOS:										
111	Albufeira		16		1	17	3	1		4
210-11	Aljezur		1	1	1	3				
341	Lagoa		49	10		59	8	1		9
401-51-60	Lagos		29	20	2	51				
530-33	Monchique		13	1		14				
630-33	Portimão		43	10		53				
770-71	Silves		39	3	1	43				
852	Vila do Bispo		12	2		14				
TOTAL			202	47	5	254	11	2		13
TOTAL A + CH			349	67	11	452	21	5	1	27

* Alamedas (Alam), avenidas (Av) , estradas (Estr), ruas (R), rotundas (Rt), túneis (Tn) e travessas (Tv).

088 Outros espaços de circulação * quantidade e percentagens A + CH

Ref	Núcleo	Largura	+ 6m	4m-5m	até 3m	Total	+ 6m	4m-5m	até 3m
		Quantidade:							
ALDEIAS:							%	%	%
131	Guia		6	5	3	14	42,86	35,71	21,43
151	Paderne		6	4	1	11	54,55	36,36	9,09
221	Bordeira		5	5	11	21	23,81	23,81	52,38
222	Carrapateira		9	10	11	30	30,00	33,33	36,67
411	Barão de S. João		9	10	16	35	25,72	28,57	45,71
431	Almádena		4	6	5	15	26,67	40,00	33,33
432	Espiche		6	8	9	23	26,09	34,78	39,13
463	Portelas		2	2	2	6	33,34	33,33	33,33
464	Sargaçal		3	2	1	6	50,00	33,33	16,67
511	Alferce		2	5	2	9	22,22	55,56	22,22
521	Marmeleite		2	2	11	15	13,33	13,33	73,34
532	Casais		3	1	8	12	25,00	8,33	66,67
612	Montes de Alvor		6	3	2	11	54,55	27,27	18,18
621	Figueira		5	5	4	14	35,71	35,71	28,58
761	S. Marcos da Serra		6	5	7	18	33,33	27,78	38,89
811	Barão de S. Miguel		4	5	7	16	25,00	31,25	43,75
821	Budens		2	4	9	15	13,33	26,67	60,00
822	Burgau		6	13	18	37	16,21	35,14	48,65
823	Figueira		2	2	5	9	22,22	22,22	55,56
825	Vale de Boi				1	1			100,00
831	Raposeira		5	8	7	20	25,00	40,00	35,00
832	Hortas do Tabual		1	3	1	5	20,00	60,00	20,00
TOTAL			94	108	141	343	27,41	31,48	41,11
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		15	19	9	43	34,88	44,19	20,93
210-11	Aljezur		2	13	51	66	3,03	19,70	77,27
341	Lagoa		10	9	1	20	50,00	45,00	5,00
401-51-60	Lagos		9	16	11	36	25,00	44,44	30,56
530-33	Monchique		8	13	12	33	24,24	39,40	36,36
630-33	Portimão		4	7	2	13	30,77	53,85	15,38
770-71	Silves		10	6	12	28	35,71	21,43	42,86
852	Vila do Bispo		3	14	5	22	13,64	63,64	22,72
TOTAL			61	97	103	261	23,37	37,16	39,46
TOTAL A + CH			155	205	244	604	25,66	33,94	40,40

* Alam, Av, Az, Cam, Car, Cç, Elev, Esc, Esch, Estr, Lad, Rt, Tn, Tv, V, Vrd.

089 Outros espaços de circulação * soma das áreas e percentagens A + CH

Ref	Núcleo	Largura	+ 6m	4m-5m	até 3m		+ 6m	4m-5m	até 3m
Total									
			m2	m2	m2	m2	%	%	%
ALDEIAS:									
131	Guia		12007	1131	151	13289	90,35	8,51	1,14
151	Paderne		13984	1246	52	15282	91,51	8,15	0,34
221	Bordeira		3403	1130	1043	5576	61,03	20,27	18,70
222	Carrapateira		7963	1235	571	9769	81,51	12,64	5,85
411	Barão de S. João		6687	3072	1113	10872	61,51	28,25	10,24
431	Almádena		2289	1439	462	4190	54,63	34,34	11,03
432	Espiche		8110	898	722	9730	83,35	9,23	7,42
463	Portelas		6694	692	259	7645	87,56	9,05	3,39
464	Sargaçal		4642	211	10	4863	95,46	4,33	0,21
511	Alferce		3591	913	58	4562	78,72	20,01	1,27
521	Marmeleite		11911	659	1043	13613	87,50	4,84	7,66
532	Casais		7289	87	353	7729	94,30	1,13	4,57
612	Montes de Alvor		10724	714	426	11864	90,39	6,02	3,59
621	Figueira		6887	677	799	8363	82,35	8,10	9,55
761	S. Marcos da Serra		5549	566	424	6539	84,86	8,66	6,48
811	Barão de S. Miguel		6482	1203	621	8306	78,04	14,48	7,48
821	Budens		1729	610	613	2952	58,57	20,66	20,77
822	Burgau		3475	1823	1356	6654	52,22	27,40	20,38
823	Figueira		2565	238	373	3176	80,76	7,49	11,75
825	Vale de Boi				24	24			100,00
831	Raposeira		6016	1723	903	8642	69,61	19,94	10,45
832	Hortas do Tabual		1063	324	96	1483	71,68	21,85	6,47
TOTAL			133060	20591	11472	165123	80,58	12,47	6,95
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		15642	4263	1261	21166	73,90	20,14	5,96
210-11	Aljezur		2556	3424	3110	9090	28,12	37,67	34,21
341	Lagoa		2813	1616	75	4504	62,45	35,88	1,67
401-51-60	Lagos		19150	3346	763	23259	82,33	14,39	3,28
530-33	Monchique		9776	4329	1208	15313	63,84	28,27	7,89
630-33	Portimão		10300	945	64	11309	91,08	8,35	0,57
770-71	Silves		12937	1265	720	14922	86,70	8,48	4,82
852	Vila do Bispo		6028	1412	328	7768	77,60	18,18	4,22
TOTAL			79202	20600	7529	107331	73,79	19,19	7,01
TOTAL A + CH			212262	41191	19001	272454	77,91	15,12	6,97

* Alam, Av, Az, Cam, Car, Cç, Elev, Esc, Esch, Estr, Lad, Rt, Tn, Tv, V, Vrd.

090 Outros espaços de circulação * soma dos comprimentos e % A + CH

Ref	Núcleo	Largura	+ 6m	4m-5m	até 3m	Total	+ 6m	4m-5m	até 3m
			m	m	m	m	%	%	%
ALDEIAS:									
131	Guia		1000	244	55	1299	76,98	18,78	4,24
151	Paderne		1358	300	17	1675	81,07	17,91	1,02
221	Bordeira		414	241	351	1006	41,15	23,96	34,89
222	Carrapateira		711	300	208	1219	58,33	24,61	17,06
411	Barão de S. João		859	633	465	1957	43,89	32,35	23,76
431	Almádena		346	297	158	801	43,20	37,08	19,72
432	Espiche		711	199	252	1162	61,19	17,12	21,69
463	Portelas		633	144	83	860	73,61	16,74	9,65
464	Sargaçal		449	44	8	501	89,62	8,78	1,60
511	Alferce		426	191	20	637	66,88	29,98	3,14
521	Marmeleite		604	167	397	1168	51,71	14,30	33,99
532	Casais		763	24	145	932	81,87	2,58	15,55
612	Montes de Alvor		1015	154	157	1326	76,55	11,61	11,84
621	Figueira		478	158	327	963	49,64	16,41	33,95
761	S. Marcos da Serra		666	129	213	1008	66,07	12,80	21,13
811	Barão de S. Miguel		888	277	220	1385	64,12	20,00	15,88
821	Budens		207	156	203	566	36,57	27,56	35,87
822	Burgau		307	426	532	1265	24,27	33,67	42,06
823	Figueira		245	59	126	430	56,98	13,72	29,30
825	Vale de Boi				8	8			100,00
831	Raposeira		429	416	333	1178	36,42	35,31	28,27
832	Hortas do Tabual		121	79	42	242	50,00	32,64	17,36
TOTAL			12630	4638	4320	21588	58,50	21,48	20,01
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		1327	1022	408	2757	48,13	37,07	14,80
210-11	Aljezur		387	765	1698	2850	13,58	26,84	59,58
341	Lagoa		434	364	27	825	52,61	44,12	3,27
401-51-60	Lagos		893	747	253	1893	47,17	39,46	13,37
530-33	Monchique		977	981	470	2428	40,24	40,40	19,36
630-33	Portimão		716	222	24	962	74,43	23,08	2,49
770-71	Silves		819	289	287	1395	58,71	20,72	20,57
852	Vila do Bispo		583	309	104	996	58,53	31,03	10,44
TOTAL			6136	4699	3271	14106	43,50	33,31	23,19
TOTAL A + CH			18766	9337	7591	35694	52,57	26,16	21,27

* Alam, Av, Az, Cam, Car, Cç, Elev, Esc, Esch, Estr, Lad, Rt, Tn, Tv, V, Vrd.

091 Total dos espaços de circulação * quantidade e percentagens A + CH

Ref	Núcleo	Largura: Quantidade:	+ 6m	3m-6m	até 3m	Total	+ 6m	3m-6m	até 3m
ALDEIAS:						%	%	%	
131	Guia		18	5	3	26	69,23	19,23	11,54
151	Paderne		12	11		23	52,17	47,83	
221	Bordeira		9	11	12	32	28,12	34,38	37,50
222	Carrapateira		15	21	12	48	31,25	43,75	25,00
411	Barão de S. João		15	20	17	52	28,85	38,46	32,69
431	Almádena		18	16	5	39	46,15	41,03	12,82
432	Espiche		25	21	10	56	44,64	37,50	17,86
463	Portelas		9	2	2	13	69,24	15,38	15,38
464	Sargaçal		8	3	1	12	66,67	25,00	8,33
511	Alferce		8	8	3	19	42,11	42,11	15,78
521	Marmeleite		8	6	13	27	29,63	22,22	48,15
532	Casais		7	3	10	20	35,00	15,00	50,00
612	Montes de Alvor		16	8	2	26	61,54	30,77	7,69
621	Figueira		20	6	4	30	66,67	20,00	13,33
761	S. Marcos da Serra		24	17	5	46	52,17	36,96	10,87
811	Barão de S. Miguel		5	11	9	25	20,00	44,00	36,00
821	Budens		22	9	10	41	53,66	21,95	24,39
822	Burgau		19	21	20	60	31,67	30,00	33,33
823	Figueira		7	10	11	28	25,00	35,71	39,29
825	Vale de Boi		2	5	2	9	22,22	55,56	22,22
831	Raposeira		7	20	10	37	18,92	54,05	27,03
832	Hortas do Tabual		4	8	1	13	30,77	61,54	7,69
TOTAL			278	242	162	682	40,76	35,48	23,76
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		38	25	11	74	51,35	33,78	14,87
210-11	Aljezur		4	27	65	96	4,17	28,13	67,70
341	Lagoa		59	19	1	79	74,68	24,05	1,27
401-51-60	Lagos		47	53	12	112	41,96	47,32	10,72
530-33	Monchique		21	29	14	64	32,81	45,31	21,88
630-33	Portimão		54	33	3	90	60,00	36,67	3,33
770-71	Silves		54	20	18	92	58,70	21,73	19,57
852	Vila do Bispo		18	23	7	48	37,50	47,92	14,58
TOTAL			295	229	131	655	45,04	34,96	20,00
TOTAL A + CH			573	471	297	1337	42,86	35,14	22,00

* Ruas, Alam, Av, Az, Cam, Car, Cç, Elev, Esc, Esch, Estr, Lad, Rt, Tn, Tv, V, Vrd.

092 Total dos espaços de circulação * soma das áreas e percentagens A + CH

Ref	Núcleo	Largura	+ 6m	4m-5m	até 3m	Total	+ 6m	4m-5m	até 3m
			m2	m2	m2	m2	%	%	%
ALDEIAS:									
131	Guia		32172	1131	151	33454	96,17	3,38	0,45
151	Paderne		26760	3180	52	29992	89,22	10,60	0,18
221	Bordeira		5155	3046	1218	9419	54,73	32,34	12,93
222	Carrapateira		13463	5505	716	19684	68,40	27,97	3,63
411	Barão de S. João		11365	6621	1213	19199	59,20	34,49	6,31
431	Almádena		19016	6609	462	26087	72,89	25,33	1,78
432	Espiche		31193	6669	990	38852	80,29	17,17	2,54
463	Portelas		14344	692	259	15295	93,78	4,53	1,69
464	Sargaçal		10455	411	10	10876	96,13	3,78	0,09
511	Alferce		10214	1940	328	12482	81,83	15,54	2,63
521	Marmeleite		21163	2249	1405	24817	85,28	9,06	5,66
532	Casais		10706	1848	554	13108	81,68	14,10	4,22
612	Montes de Alvor		21950	4621	426	26997	81,31	17,12	1,57
621	Figueira		37535	1014	799	39348	95,39	2,58	2,03
761	S. Marcos da Serra		21538	5624	974	28136	76,55	19,99	3,46
811	Barão de S. Miguel		6735	7110	1044	14889	45,23	47,75	7,01
821	Budens		20358	2149	852	23359	87,15	9,20	3,65
822	Burgau		18671	4152	1658	24481	76,27	16,96	6,77
823	Figueira		7552	5662	1370	14584	51,78	38,82	9,40
825	Vale de Boi		1340	2902	100	4342	30,86	66,84	2,30
831	Raposeira		7017	8064	1643	16724	41,96	48,22	9,82
832	Hortas do Tabual		2236	1741	96	4073	54,90	42,74	2,36
TOTAL			350938	82940	16320	450198	77,95	18,42	3,63
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		43207	7974	1943	53124	81,33	15,01	3,66
210-11	Aljezur		11985	13817	9933	32435	36,95	42,60	20,45
341	Lagoa		52447	5417	75	57939	90,52	9,35	0,13
401-51-60	Lagos		71066	23608	1171	95845	74,15	24,63	1,22
530-33	Monchique		33310	13071	1609	47990	69,41	27,24	3,35
630-33	Portimão		91358	14395	351	106104	86,10	13,57	0,33
770-71	Silves		83351	6332	1817	91500	91,09	6,92	1,99
852	Vila do Bispo		20313	5292	711	26316	77,19	20,11	2,70
TOTAL			407037	89906	14310	511253	79,62	17,59	2,80
TOTAL A + CH			757975	172846	30630	961451	78,84	17,98	3,18

* Ruas, Alam, Av, Az, Cam, Car, Cç, Elev, Esc, Esch, Estr, Lad, Rt, Tn, Tv, V, Vrd.

093 Total dos espaços de circulação * soma dos comprimentos e % A + CH

Ref	Núcleo	Largura	+ 6m	4m-5m	até 3m	Total	+ 6m	4m-5m	até 3m
			m	m	m	m	%	%	%
ALDEIAS:									
131	Guia		2823	244	55	3122	90,42	7,82	1,76
151	Paderne		2735	742	17	3494	78,28	21,23	0,49
221	Bordeira		665	681	406	1752	37,96	38,87	23,17
222	Carrapateira		1444	1236	251	2931	49,27	42,17	8,56
411	Barão de S. João		1536	1397	499	3432	44,76	40,71	14,53
431	Almádena		2546	1377	158	4081	62,39	33,74	3,87
432	Espiche		3302	1445	335	5082	64,97	28,44	6,59
463	Portelas		1510	144	83	1737	86,93	8,29	4,78
464	Sargaçal		1168	84	8	1260	92,70	6,67	0,63
511	Alferce		1296	425	115	1837	70,59	23,15	6,26
521	Marmeleite		1924	519	511	2954	65,13	17,57	17,30
532	Casais		1177	358	216	1751	67,22	20,44	12,34
612	Montes de Alvor		2350	928	157	3435	68,41	27,02	4,57
621	Figueira		3578	250	327	4155	86,11	6,02	7,87
761	S. Marcos da Serra		2935	1168	380	4483	65,47	26,05	8,48
811	Barão de S. Miguel		934	1624	355	2913	32,06	55,75	12,19
821	Budens		2589	484	273	3346	77,38	14,46	8,16
822	Burgau		1952	957	627	3536	55,20	27,07	17,73
823	Figueira		897	1219	443	2559	35,05	47,64	17,31
825	Vale de Boi		218	652	39	909	23,98	71,73	4,29
831	Raposeira		583	1773	555	2911	20,02	60,91	19,07
832	Hortas do Tabual		290	411	42	743	39,03	55,32	5,65
TOTAL			38452	18118	5852	62422	61,60	29,02	9,38
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		4820	1832	625	7277	66,25	25,18	8,59
210-11	Aljezur		1159	3284	2847	7290	15,90	45,05	39,05
341	Lagoa		6217	1219	27	7463	83,30	16,34	0,36
401-51-60	Lagos		6802	5149	370	12321	55,21	41,79	3,00
530-33	Monchique		3854	2896	600	7350	52,44	39,40	8,16
630-33	Portimão		9946	3085	113	13144	75,67	23,47	0,86
770-71	Silves		8423	1415	735	10573	79,67	13,38	6,95
852	Vila do Bispo		2517	1118	230	3865	65,12	28,93	5,95
TOTAL			43738	19998	5547	69283	63,13	28,86	8,01
TOTAL A + CH			82190	38116	11399	131705	62,41	28,94	8,65

* Ruas, Alam, Av, Az, Cam, Car, Cç, Elev, Esc, Esch, Estr, Lad, Rt, Tn, Tv, V, Vrd.

094 Espaços de circulação – ruas e outros * percentagens do EPC A + CH

Ref	Núcleo	ruas:			outros:		
		total	m2	m	total	m2	m
ALDEIAS:		%	%	%	%	%	%
131	Guia	46,15	60,28	58,39	53,85	39,72	41,61
151	Paderne	52,17	49,05	52,06	47,83	50,95	47,94
221	Bordeira	34,38	40,80	43,07	65,63	59,20	58,08
222	Carrapateira	37,50	50,37	58,41	62,50	49,63	41,59
411	Barão de S. João	32,69	43,37	42,98	67,31	56,63	57,02
431	Almádena	61,54	83,94	80,37	38,46	16,06	19,63
432	Espiche	58,93	74,96	77,13	41,07	25,04	22,87
463	Portelas	53,85	50,02	50,49	46,15	49,98	49,51
464	Sargaçal	50,00	55,29	60,24	50,00	44,71	39,76
511	Alferce	52,63	63,45	64,81	47,37	36,55	34,69
521	Marmeleite	44,44	45,15	60,46	55,56	54,85	39,54
532	Casais	40,00	41,04	46,77	60,00	58,96	53,23
612	Montes de Alvor	57,69	56,05	61,40	42,31	43,95	38,60
621	Figueira	53,33	78,75	76,82	46,67	21,25	23,18
761	S. Marcos da Serra	60,87	76,76	77,52	39,13	23,24	22,48
811	Barão de S. Miguel	36,00	44,21	52,45	64,00	55,79	47,55
821	Budens	63,41	87,36	83,08	36,59	12,64	16,92
822	Burgau	38,33	72,82	64,23	61,67	27,18	35,77
823	Figueira	67,86	78,22	83,20	32,14	21,78	16,80
825	Vale de Boi	88,89	99,45	99,12	11,11	0,55	0,88
831	Raposeira	45,95	48,31	59,53	54,05	51,66	40,47
832	Hortas do Tabual	61,54	63,59	67,43	38,46	36,41	32,57
TOTAL		49,71	63,32	65,42	50,29	36,68	34,60
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira	41,89	60,16	62,11	58,11	39,84	37,89
210-11	Aljezur	31,25	71,97	60,91	68,75	28,03	39,09
341	Lagoa	74,68	92,23	88,95	25,32	7,77	11,05
401-51-60	Lagos	67,86	75,73	84,64	32,14	24,27	15,36
530-33	Monchique	48,44	68,09	66,97	51,56	31,91	33,03
630-33	Portimão	85,56	89,34	92,68	14,44	10,66	7,32
770-71	Silves	69,57	83,69	86,81	30,43	16,31	13,19
852	Vila do Bispo	54,17	70,48	74,23	45,83	29,52	25,77
TOTAL		60,15	79,01	79,64	39,85	20,99	20,36
TOTAL A + CH		54,82	81,66	72,90	45,18	28,34	27,11

* EPC – espaço público de circulação; total – quantidade de espaços; m2 – área; m – comprimento;
Outros: Alam, Av, Az, Cam, Car, Cç, Elev, Esc, Esch, Estr, Lad, Rt, Tv, V, Vrd.

095 Espaços de circulação - ruas e outros * percentagens do EP A + CH

Ref	Núcleo	Ruas:			outros:		
		total	m2	m	total	m2	m
		%	%	%	%	%	%
ALDEIAS:							
131	Guia	24,49	41,66	45,87	28,57	27,45	32,69
151	Paderne	28,57	33,79	43,13	26,19	35,11	39,72
221	Bordeira	19,30	30,21	33,79	36,84	43,83	45,56
222	Carrapateira	24,66	38,65	49,78	41,40	38,08	35,45
411	Barão de S. João	21,25	31,95	35,46	43,75	41,72	47,04
431	Almádena	38,10	62,09	68,12	23,81	11,88	16,64
432	Espiche	37,93	55,77	62,56	26,44	18,63	18,54
463	Portelas	20,00	36,35	36,50	17,14	36,33	35,79
464	Sargaçal	21,34	34,50	42,40	21,43	27,90	27,99
511	Alferce	32,26	48,48	56,21	29,03	27,92	30,04
521	Marmeleite	23,08	33,26	47,16	28,85	40,41	30,84
532	Casais	25,00	33,92	40,13	37,50	48,74	45,66
612	Montes de Alvor	32,61	43,28	50,29	23,91	33,93	31,62
621	Figueira	27,59	61,67	63,97	24,14	16,64	19,30
761	S. Marcos da Serra	34,57	59,61	64,24	22,22	18,05	18,64
811	Barão de S. Miguel	19,15	25,78	43,76	34,04	32,53	39,66
821	Budens	34,21	69,09	69,34	19,74	9,99	14,12
822	Burgau	23,71	51,68	50,25	38,14	19,29	27,99
823	Figueira	45,24	63,99	74,36	21,43	17,81	15,02
825	Vale de Boi	36,36	60,94	72,96	4,55	0,34	0,65
831	Raposeira	28,81	37,01	52,14	33,90	39,57	35,44
832	Hortas do Tabual	33,33	52,34	54,05	20,83	29,97	26,11
TOTAL		28,70	46,66	53,59	29,04	27,03	28,34
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira	31,63	40,03	51,69	43,88	26,51	31,53
210-11	Aljezur	16,13	61,27	51,83	35,48	23,86	33,27
341	Lagoa	60,20	70,32	79,14	20,41	5,93	9,84
401-51-60	Lagos	48,41	54,09	72,65	22,93	17,33	13,19
530-33	Monchique	26,50	46,42	56,69	28,21	21,75	27,96
630-33	Portimão	67,54	49,83	80,81	11,40	5,94	6,38
770-71	Silves	49,23	58,92	75,45	21,54	11,48	11,47
852	Vila do Bispo	38,24	51,51	65,41	32,35	21,57	22,71
TOTAL		40,70	53,52	68,66	26,96	14,22	17,55
TOTAL A + CH		34,11	50,45	61,33	28,11	19,95	22,80

* total – quantidade; m2 – área; m – comprimento

EP – espaço público; outros: Alam, Av, Az, Cam, Car, Cç, Elev, Esc, Esch, Estr, Lad, Rt, Tv, V, Vrd.

096 Praças, pracetas e largos * quantidade e percentagens

A + CH

Ref	Núcleo	Pç	Pct	Lg	PPL	Pç	Pct	Lg
	Quantidade:					%	%	%
ALDEIAS:								
131	Guia		1	4	5		20,00	80,00
151	Paderne	1		2	3	33,33		66,67
221	Bordeira	1		4	5	20,00		80,00
222	Carrapateira			2	2			100,00
411	Barão de S. João			2	2			100,00
431	Almádena			4	4			100,00
432	Espiche		4	6	10		40,00	60,00
463	Portelas			2	2			100,00
464	Sargaçal	1	1	1	3	33,34	33,33	33,33
511	Alferce	1			1	100,00		
521	Marmeleite		2	3	5		40,00	60,00
532	Casais		2		2		100,00	
612	Montes de Alvor	1		3	4	25,00		75,00
621	Figueira		2	1	3		66,67	33,33
761	S. Marcos da Serra			5	5			100,00
811	Barão de S. Miguel			2	2			100,00
821	Budens	1		6	7	14,29		85,71
822	Burgau		2	6	8		25,00	75,00
823	Figueira			4	4			100,00
825	Vale de Boi			2	2			100,00
831	Raposeira	1		3	4	25,00		75,00
832	Hortas do Tabual			1	1			100,00
TOTAL		7	14	63	84	8,33	16,67	75,00
CENTROS HISTÓRICOS:								
111	Albufeira	3		6	9	33,33		66,67
210-11	Aljezur			4	4			100,00
341	Lagoa	1	3	8	12	8,33	25,00	66,67
401-51-60	Lagos	4	1	6	11	36,36	9,09	54,55
530-33	Monchique		1	8	9		11,11	88,89
630-33	Portimão	4		12	16	25,00		75,00
770-71	Silves	2		9	11	18,18		81,82
852	Vila do Bispo	1		1	2	50,00		50,00
TOTAL		15	5	54	74	20,27	6,76	72,97
TOTAL A + CH		22	19	117	158	13,92	12,03	74,05

* PPL – praças (Pç), pracetas (Pct) e largos (Lg).

097 Praças, pracetas e largos (quantidade e percentagens)

A + CH

Ref	Núcleo	Largura	+ 20m	11-19m	até 10m	Total	+ 20m	11-19m	até 10m
		Quantidade:					%	%	%
ALDEIAS:									
131	Guia			4	1	5		80,00	20,00
151	Paderne		2	1		3	66,67	33,33	
221	Bordeira			2	3	5		40,00	60,00
222	Carrapateira		1		1	2	50,00		50,00
411	Barão de S. João				2	2			100,00
431	Almádena		1	2	1	4	25,00	50,00	25,00
432	Espiche		2	6	2	10	20,00	60,00	20,00
463	Portelas		1	1		2	50,00	50,00	
464	Sargaçal		1	2		3	33,33	66,67	
511	Alferce			1		1		100,00	
521	Marmelete			4	1	5		80,00	20,00
532	Casais			1	1	2		50,00	50,00
612	Montes de Alvor		1	3		4	25,00	75,00	
621	Figueira		1	1	1	3	33,34	33,33	33,33
761	S. Marcos da Serra		1	4		5	20,00	80,00	
811	Barão de S. Miguel			2		2		100,00	
821	Budens		2	4	1	7	28,57	57,14	14,29
822	Burgau		2	5	1	8	25,00	62,50	12,50
823	Figueira		1	1	2	4	25,00	25,00	50,00
825	Vale de Boi				2	2			100,00
831	Raposeira		1	1	2	4	25,00	25,00	50,00
832	Hortas do Tabual				1	1			100,00
TOTAL			17	45	22	84	20,24	53,57	26,19
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		3	5	1	9	33,33	55,56	11,11
210-11	Aljezur		1	2	1	4	25,00	50,00	25,00
341	Lagoa		3	9		12	25,00	75,00	
401-51-60	Lagos		7	4		11	63,64	36,36	
530-33	Monchique		4	3	2	9	44,45	33,33	22,22
630-33	Portimão		12	4		16	75,00	25,00	
770-71	Silves		5	5	1	11	45,46	45,46	9,08
852	Vila do Bispo		1		1	2	50,00		50,00
TOTAL			36	32	6	74	48,65	43,24	8,11
TOTAL A + CH			53	77	28	158	33,55	48,73	17,72

098 Praças, pracetas e largos * total das áreas e percentagens A + CH

Ref	Núcleo	Pç m2	Pct m2	Lg m2	PPL m2	Pç %	Pct %	Lg %
ALDEIAS:								
131	Guia		925	2350	3275		28,24	71,76
151	Paderne	1390		5752	7142	19,46		80,54
221	Bordeira	790		881	1671	47,28		52,72
222	Carrapateira			2564	2564			100,00
411	Barão de S. João			579	579			100,00
431	Almádena			3457	3457			100,00
432	Espiche		1852	4899	6751		27,43	72,57
463	Portelas			2259	2259			100,00
464	Sargaçal	2181	211	993	3385	64,43	6,23	29,34
511	Alferce	564			564	100,00		
521	Marmeleite		1065	1341	2406		44,26	55,74
532	Casais		745		745		100,00	
612	Montes de Alvor	1019		1225	2244	45,41		54,59
621	Figueira		1314	465	1779		73,86	26,14
761	S. Marcos da Serra			4719	4719			100,00
811	Barão de S. Miguel			761	761			100,00
821	Budens	862		2660	3522	24,47		75,53
822	Burgau		1231	3048	4279		28,77	71,23
823	Figueira			1543	1543			100,00
825	Vale de Boi			316	316			100,00
831	Raposeira	2414		489	2903	83,16		16,84
832	Hortas do Tabual			166	166			100,00
TOTAL		9220	7343	40467	57030	16,17	12,88	70,96
CENTROS HISTÓRICOS:								
111	Albufeira	8781		11644	20425	42,99		57,01
210-11	Aljezur			2055	2055			100,00
341	Lagoa	5473	1716	9443	16632	32,91	10,32	56,77
401-51-60	Lagos	10045	606	5593	16244	61,84	3,73	34,43
530-33	Monchique		233	15165	15398		1,51	98,49
630-33	Portimão	24500		57946	82446	29,72		70,28
770-71	Silves	9802		18926	28728	34,12		65,88
852	Vila do Bispo	3278		195	3473	94,39		5,61
TOTAL		61879	2555	120967	185401	33,38	1,38	65,25
TOTAL A + CH		71099	9898	161434	242431	29,33	4,08	66,59

* PPL – praças (Pç), pracetas (Pct) e largos (Lg).

099 Praças, pracetas e largos * total dos comprimentos e percentagens A + CH

Ref	Núcleo	Pç m	Pct m	Lg m	PPL m	Pç %	Pct %	Lg %
ALDEIAS:								
131	Guia		52	183	235		22,13	77,87
151	Paderne	44		139	183	24,04		75,96
221	Bordeira	51		87	138	36,96		63,04
222	Carrapateira			99	99			100,00
411	Barão de S. João			61	61			100,00
431	Almádena			168	168			100,00
432	Espiche		134	242	376		35,64	64,36
463	Portelas			107	107			100,00
464	Sargaçal	57	20	58	135	42,22	145,81	42,97
511	Alferce	33			33	100,00		
521	Marmeleite		91	87	178		51,12	48,88
532	Casais		70		70		100,00	
612	Montes de Alvor	43		105	148	29,05		70,95
621	Figueira		95	29	124		76,61	23,39
761	S. Marcos da Serra			283	283			100,00
811	Barão de S. Miguel			49	49			100,00
821	Budens	31		170	201	15,42		84,58
822	Burgau		91	157	248		36,69	63,31
823	Figueira			111	111			100,00
825	Vale de Boi			36	36			100,00
831	Raposeira	82		53	135	60,74		39,26
832	Hortas do Tabual			17	17			100,00
TOTAL		341	553	2241	3135	10,88	17,64	71,48
CENTROS HISTÓRICOS:								
111	Albufeira	260		492	752	34,57		65,43
210-11	Aljezur			136	136			100,00
341	Lagoa	189	99	473	761	24,83	13,01	62,16
401-51-60	Lagos	232	28	314	574	40,42	4,88	54,70
530-33	Monchique		30	440	470		6,38	93,62
630-33	Portimão	478		1233	1711	27,94		72,06
770-71	Silves	249		628	877	28,39		71,61
852	Vila do Bispo	78		31	109	71,56		28,44
TOTAL		1486	157	3747	5390	27,57	2,91	69,52
TOTAL A + CH		1827	710	5988	8525	21,43	8,33	70,24

* PPL – praças (Pç), pracetas (Pct) e largos (Lg).

100 Praças e pracetas com topónimo

*largura média

A +CH

Conforme toponímia						
ref	Núcleo	Tipo	Nome	Área m2	Comp m	Larg m*
77140	Silves	Pç	Al Muthamid	8642	194	45
63367	Portimão	Pç	República (da)	8106	182	45
63381	Portimão	Pç	1º de Maio	6345	102	62
63391	Portimão	Pç	Manuel Teixeira Gomes	6196	109	57
11101	Albufeira	Pç	Pescadores (dos)	5946	104	57
45122	Lagos	Pç	Infante (do)	5749	97	59
63392	Portimão	Pç	Visconde Bivar	3784	85	45
85231	Vila do Bispo	Pç	República (da)	3278	78	42
45118	Lagos	Pç	Armas (d')	1992	52	38
11120	Albufeira	Pç	Miguel Bombarda	1871	115	16
46010	Lagos	Pç	Gil Eanes	1464	45	33
15127	Paderne	Pç	Ant. de Libânio Correia, Comend	1390	44	32
62122	Figueira	Pct	Cooperantes (do)	1269	156	8
77145	Silves	Pç	Município (do)	1160	55	21
61220	Montes de Alvor	Pç	Humberto Delgado	1019	43	24
34143	Lagoa	Pç	República	888	46	19
82128	Budens	Pç	República (da)	862	31	28
46014	Lagos	Pç	Luís de Camões	840	38	22
11142	Albufeira	Pç	República (da)	779	41	19
15112	Paderne	Pç	República	561	61	9
62148	Figueira	Pct	Morgadinho (do)	458	58	8
41147	Barão de São João	Pç	Antero Cabral	403	44	9
53329	Monchique	Pç	Alexandre Herculano	233	30	8
46007	Lagos	Pç	Marquês de Pombal	214	20	11

Não designadas como praças						
ref	Núcleo	Tipol	Nome	área	comp	Larg*
34149	Lagoa	Lg	5 de Outubro	5473	189	29
83104	Raposeira	Lg	Igreja (da)	2414	82	29
22105	Bordeira	R	Comércio (do)	790	51	15
51112	Alferce	Lg	Igreja de Alferce (da)	564	33	17

101 Largos – os maiores

*largura média

A + CH

Conforme toponímia					
ref	Núcleo	Nome	Área m2	Comp m	Larg m*
63350	Portimão	Gil Eanes	19139	236	81
77101	Silves	República (da)	10238	207	49
63383	Portimão	Dique (do)	8777	134	66
53317	Monchique	Chorões (dos)	7480	185	40
63348	Portimão	Sárrea Prado, Eng	6762	150	45
63303	Portimão	São José (de)	6752	125	54
11127	Albufeira	Duarte Pacheco, Eng	5532	151	37
63393	Portimão	Lota (da)	5478	210	26
34149	Lagoa	5 de Outubro	5473	189	29
15126	Paderne	João Campos	5407	111	49
63334	Portimão	1º de Dezembro	3924	86	46
11167	Albufeira	Jacinto d'Ayete	3618	146	25
53310	Monchique	São Sebastião (de) rotunda	3584	71	50
77106	Silves	Mártires da Pátria (dos)	3352	125	27
63380	Portimão	Heliodoro Salgado	3327	76	44
53390	Monchique	São Sebastião (de) Jardim	3194	88	36
43122	Almádena	Poço (do)	2802	106	26
43256	Espiche	Liberdade (da)	2745	82	33
34101	Lagoa	Comb. da Grande Guerra (dos)	2650	82	32
83104	Raposeira	Igreja (da)	2414	82	29
22201	Carrapateira	Comércio (do)	2272	71	32
53302	Monchique	Pé da Cruz (do)	2134	57	37
76123	S. Marcos da Serra	Igreja (da)	1867	54	35
34102	Lagoa	Miguel Bombarda	1798	99	18
11110	Albufeira	Cais Herculano	1764	129	14
46053	Lagos	Portas de Portugal (das)	1352	67	20
45129	Lagos	Vasco Gracias, Dr	1290	41	31
62122	Figueira	Cooperantes (do)	1269	156	8
63359	Portimão	João II, D.	1264	66	19
34191	Lagoa	Município (do)	1263	69	18
77166	Silves	Castelo (do)	1253	43	29
53323	Monchique	Igreja (da)	1209	56	22
46017	Lagos	Quartéis (dos)	1206	139	9
21117	Aljezur	Liberdade (da)	1166	59	20
46060	Lagos	Convento da Senhora da Glória	1127	91	12
45101	Lagos	Santa Maria da Graça	1118	58	19
82220	Burgau	Pescadores (dos)	1008	46	22
46402	Sargaçal	Caldeiroa (da)	993	58	17
46323	Portelas	Minhocas (das)	974	56	17
34128	Lagoa	Alves Roçadas	968	67	14
63308	Portimão	Barca (da)	954	54	18
76103	S. Marcos da Serra	Salgueiro (do)	946	73	13
52126	Marmelete	Artur Madeira, Cor	918	46	20
82304	Figueira	1º de Maio	903	42	22

102 Largos – os menores

*largura média

A + CH

Conforme toponímia					
ref	Núcleo	Nome	Área m2	Comp m	Larg m*
82514	Vale de Boi	Poço (do)	88	10	9
52117	Marmelete	Maria Guilhermina, D.	111	16	7
82206	Burgau	Poço (do)	113	14	8
82314	Figueira	Bica (da)	133	21	6
43211	Espiche	Adega (da)	149	17	9
21174	Aljezur	Pelourinho (do)	150	25	6
53331	Monchique	Misericórdia (da)	166	19	9
43239	Espiche	Boa Esperança (da)	167	24	7
43103	Almádena	Pedras (das)	171	16	11
41108	Barão de São João	Alcântara (de)	176	17	10
53349	Monchique	Castelo (do)	181	15	12
83110	Raposeira	Afonso Correia Leal	182	16	11
22116	Bordeira	1º de Maio	187	19	10
13102	Guia	Camões (de)	189	20	9
11141	Albufeira	Correio Velho (do)	200	18	11
83125	Raposeira	Borba da Silva, Tem	201	21	10
53351	Monchique	São Gonçalo de Lagos (de)	202	18	11
34185	Lagoa	António Pinto	207	17	12
53336	Monchique	José Joaquim Águas, Comend	209	19	11
43106	Almádena	Sociedade (da)	226	19	12
82510	Vale de Boi	Bica (da)	228	26	9
82319	Figueira	Povo (do)	236	21	11
22102	Bordeira	Igreja (da)	254	23	11
43118	Almádena	Novo	258	27	10
82322	Figueira	Saudade (da)	271	27	10
82130	Budens	Boas Vizinhas (das)	287	23	12
22238	Carrapateira	Festas (das)	292	28	10
52102	Marmelete	25 de Abril	312	25	12
21156	Aljezur	Rainha Dona Leonor	316	25	13
15113	Paderne	Humberto Delgado, Gen	345	28	12
22107	Bordeira	Liberdade (da)	351	34	10
61209	Montes de Alvor	Junqueira (da)	364	30	12
61228	Montes de Alvor	David Neto, Pe	407	30	14
82108	Budens	Montes de Alvor	412	29	14
21120	Aljezur	5 de Outubro	423	27	16
11178	Albufeira	Rossio (do)	448	34	13
82216	Burgau	Liberdade (da)	448	26	17
43205	Espiche	Rotunda (da)	449	34	13
61230	Montes de Alvor	Poço (do)	454	45	10
13112	Guia	São Sebastião (de)	461	33	14
82118	Budens	Poço (do)	464	26	18
62113	Figueira	Bica (da)	465	29	16
46039	Lagos	Porta do Postigo (da)	492	37	13

103 Praças e pracetas sem topónimo

*largura média

A + CH

ref	Núcleo	tipo	área	comp	Larg*
46416	Sargaçal	Pç	2181	57	38
13140	Guia	Pct	925	52	18
34166	Lagoa	Pct	907	50	18
52120	Marmelete	Pct	877	74	12
43282	Espiche	Pct	864	55	16
62125	Figueira	Pct	856	37	23
82281	Burgau	Pct	779	51	15
46071	Lagos	Pct	606	28	22
53211	Casais	Pct	516	35	15
82295	Burgau	Pct	452	40	11
43249	Espiche	Pct	385	29	13
43270	Espiche	Pct	375	32	12
34193	Lagoa	Pct	285	19	15
53224	Casais	Pct	229	35	7
43279	Espiche	Pct	228	18	13
46422	Sargaçal	Pct	211	20	11
52142	Marmelete	Pct	188	17	11

104 Largos sem topónimo

*largura média

A + CH

ref	Núcleo	Área m2	Comp m	Larg m*
46321	Portelas	1285	51	25
13149	Guia	1100	95	12
34147	Lagoa	1029	46	22
82292	Burgau	704	30	23
76168	S. Marcos da Serra	455	41	11
82267	Burgau	390	21	19
82285	Burgau	385	20	19
77148	Silves	320	34	9
85238	Vila do Bispo	195	31	6
81131	Barão de São Miguel	176	16	11
83218	Hortas do Tabual	166	17	10
83150	Raposeira	106	16	7
22146	Bordeira	89	11	8
11131	Albufeira	82	14	6
82171	Budens	76	10	8

105 Adros – dimensões

A + CH

Adros ou espaços equivalentes					
ref	Núcleo	Templo	Área m2	Comp m	Larg m*
77197	Silves	Sé Catedral	1373	64	21
62104	Figueira	Igreja de N. Sra. da Conceição	1196	49	24
82518	Vale de Boi	Ermida de São Miguel	1140	35	33
46410	Sargaçal	Igreja do Sagrado Coração de Jesus	886	47	19
63315	Portimão	Igreja Matriz (N. Sra. da Conceição)	875	46	19
51113	Alferce	Igreja Matriz (S. Romão) **	766	39	20
34189	Lagoa	Igreja Matriz (N. Sra. da Luz)	746	34	22
52123	Marmeleite	Igreja Matriz (N. Sra. da Encarnação)	741	53	14
85215	Vila do Bispo	Igreja Matriz (N. Sra. da Conceição)	728	43	17
22242	Carrapateira	Igreja de N. Sra. da Conceição	568	27	21
11192	Albufeira	Igreja Matriz (N. Sra. da Conceição)	544	57	10
82143	Budens	Igreja Matriz (S. Sebastião)	533	38	14
53203	Casais	Capela de N. Sra. de Fátima	450	31	15
76163	S. Marcos da Serra	Igreja Matriz (S. Marcos)	413	34	12
77193	Silves	Ermida de N. Sra. dos Mártires	394	35	11
82334	Figueira	Igreja de N. Sra. de Fátima	393	36	11
11197	Albufeira	Igreja de Santa Ana	286	18	16
15140	Paderne	Ermida de N. Sra. do Pé da Cruz	246	33	7
46081	Lagos	Igreja de São Sebastião	216	40	5
53391	Monchique	Ermida de São Sebastião	213	38	6
13137	Guia	Ermida de N. Sra. da Guia	204	21	10
83204	Hortas do Tabual	Ermida de N. Sra. de Fátima	202	22	9
82278	Burgau	Igreja de N. Sra. do Perpétuo Socorro	189	19	10
22144	Bordeira	Igreja Matriz (N. Sra. da Encarnação)	180	19	9
41168	Barão de São João	Igreja Matriz (S. João Baptista)	178	15	12
13134	Guia	Igreja de São Sebastião	97	14	7
83159	Raposeira	Igreja Matriz (N. Sra. da Encarnação)	96	20	5
13136	Guia	Igreja Matriz (N. Sra. da Visitação)	65	13	5
53396	Monchique	Igreja Matriz (N. Sra. da Conceição)	59	17	3
45149	Lagos	Igreja Matriz (Santa Maria)	51	16	3
15134	Paderne	Igreja Matriz (N. Sra. da Encarnação)	44	14	3
77027	Silves	Igreja da Misericórdia	39	14	3
81138	Barão de S. Miguel	Igreja Matriz (S. Miguel Arcanjo)	34	10	3
21196	Aljezur	Igreja da Misericórdia	26	7	4
63015	Portimão	Antigo Colégio dos Jesuítas	20	11	2
45159	Lagos	Igreja de Santo António	12	6	2
43285	Espiche	Capela	8	4	2

*largura média ** tem denominação toponímica “Adro da Igreja” e inclui arruamentos

106 Permanência - PPL (praças, pracetas e largos) percentagem do EPP A + CH

Ref	Núcleo	quantidade:			áreas:			comprimentos:		
		Pç	Pct	Lg	Pç	Pct	Lg	Pç	Pct	Lg
	ALDEIAS:	%	%	%	%	%	%	%	%	%
131	Guia		4,35	17,39		6,19	15,72		6,10	21,48
151	Paderne	5,26		10,53	10,27		42,49	6,09		19,23
221	Bordeira	4,00		16,00	23,92		26,67	11,18		19,08
222	Carrapateira			8,00			42,97			19,49
411	Barão de S. João			7,14			8,82			8,38
431	Almádena			16,67			37,67			22,89
432	Espiche		12,90	19,35		13,85	36,65		11,32	20,44
463	Portelas			9,09			39,30			16,07
464	Sargaçal	6,25	6,25	6,25	33,29	3,22	15,16	10,75	3,77	10,94
511	Alferce	8,33			14,63			11,74		
521	Marmeleite		8,00	12,00		12,01	15,12		10,92	10,44
532	Casais		16,67			27,09			24,14	
612	Montes de Alvor	5,00		15,00	12,79		15,37	5,67		13,83
621	Figueira		7,14	3,57		12,06	4,27		11,38	3,47
761	S. Marcos da Serra			14,29			58,30			30,56
811	Barão de S. Miguel			9,09			7,15			8,46
821	Budens	2,86		17,14	13,95		43,06	4,68		25,64
822	Burgau		5,41	16,22		12,29	30,43		9,26	15,97
823	Figueira			28,57			47,55			36,51
825	Vale de Boi			15,38			11,52			11,04
831	Raposeira	4,55		13,64	47,19		9,56	19,85		12,83
832	Hortas do Tabual			9,09			18,97			9,24
	TOTAL	1,40	2,81	12,63	5,75	4,58	25,23	2,48	4,02	16,29
	CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	13,04		26,09	42,68		56,60	19,08		36,10
210-11	Aljezur			4,44			36,28			10,65
341	Lagoa	5,26	15,79	42,11	30,31	9,50	52,30	20,43	10,70	51,14
401-51-60	Lagos	8,89	2,22	13,33	26,20	1,58	14,59	11,42	1,38	15,45
530-33	Monchique		1,89	15,09		1,04	67,67		2,25	33,01
630-33	Portimão	16,67		50,00	29,12		68,88	24,77		63,89
770-71	Silves	5,26		23,68	25,48		49,20	15,64		39,45
852	Vila do Bispo	5,00		5,00	33,82		2,01	14,97		5,95
	TOTAL	4,81	1,60	17,31	26,07	1,08	50,97	13,54	1,43	34,15
	TOTAL A + CH	2,71	2,34	14,43	17,88	1,49	40,59	7,39	2,87	24,21

EPP – espaço público de permanência; PPL – praças (Pç), pracetas (Pct) e largos (Lg).

107 Espaços de permanência – EPP (quantidade) percentagem do EP A + CH

Ref	Núcleo	Pç	Pct	Lg	Jd	OP
		%	%	%	%	%
131	Guia		2,04	8,16	2,04	34,69
151	Paderne	2,38		4,76	4,76	33,33
221	Bordeira	1,75		7,02	5,26	29,82
222	Carrapateira			2,74	2,74	28,77
411	Barão de S. João			2,50	3,75	28,75
431	Almádena			6,35		31,75
432	Espiche		4,60	6,90	2,30	21,84
463	Portelas			5,71		57,14
464	Sargaçal	3,57	3,57	3,57		46,43
511	Alferce	3,23			6,45	29,03
521	Marmeleite		3,85	5,77	5,77	32,69
532	Casais		6,25		6,25	25,00
612	Montes de Alvor	2,17		6,52		34,78
621	Figueira		3,45	1,72	12,07	31,03
761	S. Marcos da Serra			6,17	3,70	33,33
811	Barão de S. Miguel			4,26	2,13	40,43
821	Budens	1,32		7,89	2,63	34,21
822	Burgau		2,06	6,19	2,06	27,84
823	Figueira			9,52		23,81
825	Vale de Boi			9,09		50,00
831	Raposeira	1,69		5,08		30,51
832	Hortas do Tabual			4,17	4,17	37,50
TOTAL		0,59	1,19	5,33	3,05	32,09
CENTROS HISTÓRICOS:						
111	Albufeira	3,06		6,12	1,02	14,29
210-11	Aljezur			2,15	3,23	43,01
341	Lagoa	1,02	3,06	8,16		7,14
401-51-60	Lagos	2,55	0,64	3,82	1,91	19,75
530-33	Monchique		0,85	6,84	1,71	35,90
630-33	Portimão	3,51		10,53	0,88	6,14
770-71	Silves	1,54		6,92	3,08	17,69
852	Vila do Bispo	1,47		1,47	7,35	19,12
TOTAL		1,55	0,52	5,58	2,27	22,42
TOTAL A + CH		1,02	0,88	5,44	2,70	27,73

EP – espaço público; EPP – espaços públicos de permanência; Pç – praças, Pct – pracetos, Lg – largos;

OP – Adro, Bc, Cais, Cpjg, Espl, Imp, Lav, Mir, Pest, Pinf, Pq, Pto, Rec, Ter.

108 Espaços de permanência – EPP (áreas) percentagem do EP A + CH

Ref	Núcleo	Pç	Pct	Lg	Jd	OP
		%	%	%	%	%
131	Guia		1,91	4,86	2,27	21,85
151	Paderne	3,19		13,21	1,20	13,50
221	Bordeira	6,21		6,93	3,66	9,17
222	Carrapateira			10,00	1,20	12,06
411	Barão de S. João			2,22	1,22	22,89
431	Almádena			9,80		16,22
432	Espiche		3,55	9,38	0,85	11,82
463	Portelas			10,74		16,58
464	Sargaçal	12,52	1,21	5,70		18,17
511	Alferce	3,45			4,08	16,07
521	Marmeleite		3,16	3,98	1,68	17,51
532	Casais		4,70		2,13	10,51
612	Montes de Alvor	2,91		3,50		16,37
621	Figueira		2,62	0,93	3,02	15,13
761	S. Marcos da Serra			13,03	2,01	7,30
811	Barão de S. Miguel			2,98	1,29	37,41
821	Budens	2,92		9,01	1,61	7,38
822	Burgau		3,57	8,84	1,14	15,49
823	Figueira			8,65		9,55
825	Vale de Boi			4,46		34,26
831	Raposeira	11,05		2,24		10,13
832	Hortas do Tabual			3,35	2,16	12,17
TOTAL		1,51	1,20	6,62	1,36	15,62
CENTROS HISTÓRICOS:						
111	Albufeira	11,00		14,59	2,97	4,89
210-11	Aljezur			5,39	1,33	8,15
341	Lagoa	7,20	2,26	12,43		1,87
401-51-60	Lagos	7,49	0,45	4,17	8,67	7,80
530-33	Monchique		0,33	21,54	4,59	5,37
630-33	Portimão	12,88		30,46	0,10	0,79
770-71	Silves	7,54		14,56	2,00	5,49
852	Vila do Bispo	9,10		0,54	12,00	5,27
TOTAL		8,20	0,34	16,03	3,29	4,40
TOTAL A + CH		5,21	0,72	11,82	2,43	9,42

EP – espaço público; EPP – espaços públicos de permanência; Pç – praças, Pct – pracetas, Lg – largos;
OP – Adro, Bc, Cais, Cpjg, Espl, Imp, Lav, Mir, Pest, Pinf, Pq, Pto, Rec, Ter.

109 Espaços de permanência – EPP (comprimentos) percentagem do EP A+CH

Ref	Núcleo	Pç	Pct	Lg	Jd	OP
		%	%	%	%	%
131	Guia		1,31	4,60	1,81	13,71
151	Paderne	1,04		3,30	1,16	11,64
221	Bordeira	2,31		3,94	2,31	12,09
222	Carrapateira			2,88	1,13	10,76
411	Barão de S. João			1,47	1,25	14,78
431	Almádena			3,49		11,75
432	Espiche		2,14	3,86	0,88	12,02
463	Portelas			4,45		23,26
464	Sargaçal	3,18	1,12	3,24		22,07
511	Alferce	1,56			2,03	9,68
521	Marmeleite		2,40	2,30	1,27	16,03
532	Casais		3,43		1,67	9,11
612	Montes de Alvor	1,03		2,50		14,57
621	Figueira		1,90	0,58	3,27	10,98
761	S. Marcos da Serra			5,23	1,22	10,67
811	Barão de S. Miguel			1,40	1,32	13,86
821	Budens	0,77		4,24	1,10	10,43
822	Burgau		2,01	3,47	1,97	14,30
823	Figueira			3,88		6,74
825	Vale de Boi			2,91		23,48
831	Raposeira	2,47		1,59		8,36
832	Hortas do Tabual			1,83	1,62	16,40
TOTAL		0,45	0,73	2,94	1,14	12,81
CENTROS HISTÓRICOS:						
111	Albufeira	2,97		5,63	0,98	7,19
210-11	Aljezur			1,59	0,90	12,42
341	Lagoa	2,25	1,18	5,64		1,96
401-51-60	Lagos	1,62	0,20	2,19	2,60	7,56
530-33	Monchique		0,35	5,07	1,12	8,82
630-33	Portimão	3,17		8,18	0,28	1,17
770-71	Silves	2,05		5,16	1,40	4,48
852	Vila do Bispo	1,78		0,71	4,06	5,34
TOTAL		1,85	0,20	4,66	1,27	5,80
TOTAL A + CH		1,17	0,45	3,83	1,21	9,21

EP – espaço público; EPP – espaços públicos de permanência; Pç – praças, Pct – pracetas, Lg – largos;
 OP – Adro, Bc, Cais, Cpjg, Espl, Imp, Lav, Mir, Pest, Pinf, Pq, Pto, Rec, Ter.

110 Becos e impasses (comprimentos) *

A + CH

		<10m		+10 –25m		+25 –50m		>50m		Total
Ref	Núcleos	c/ topónimo	s/	c/	s/	c/	s/	c/	s/	
ALDEIAS										
131	Guia					1	2			3
151	Paderne				4		2	1		7
221	Bordeira		1		5		1		1	8
222	Carrapateira		1	1	3	2	1			8
411	Barão de São João		2	2	3	2	3		2	14
431	Almádena		2		4		3	1	1	11
432	Espiche			3	2	1	3	4	1	14
463	Portelas			1	3	2	1	2		9
464	Sargaçal		1	2		2	1	3		9
511	Alferce			1	1	1				3
521	Marmeleite		2		3	1	2		1	9
532	Casais				1	1				2
612	Montes de Alvor		1	2	2	1	2	2	1	11
631	Figueira				4	1			1	6
761	São Marcos da Serra				6		5		2	13
811	Barão de São Miguel	2		4	2	3				11
821	Budens		8	2	4	2	1		1	18
822	Burgau				5		2			7
823	Figueira				1		1		1	3
825	Vale de Boi			1	3	1			1	6
831	Raposeira		1		4	2				7
831	Hortas do Tabual				2		2			4
SOMA		2	19	19	62	23	32	13	13	
			21		81		55		26	183
CENTROS HISTÓRICOS										
111	Albufeira			2	1	4	1	1		9
210.211	Aljezur		29		32	1	6			68
341	Lagoa			2	1	1				4
401.451.460	Lagos			3		3				6
530.533	Monchique		4	1	5		6			16
630.633	Portimão			1		2				3
470.771	Silves		3		6		2			11
852	Vila do Bispo		1		1		1		1	4
SOMA			37	9	46	11	16	1	1	
			37		55		27		2	121
TOTAL		2	56	28	108	34	48	14	14	
			58		136		82		28	304

* Número de espaços com e sem topónimo e comprimento entre <10m e >50m.

111 Becos e impasses (larguras) *

A + CH

		1m		2m		3m		4m		+5m		Total
Ref	Núcleos	c/ topónimo	s/	c/	s/	c/	s/	c/	s/	c/	s/	
ALDEIAS												
131	Guia									1	2	3
151	Paderne			2	1	2		1			1	7
221	Bordeira	3		2		1					2	8
222	Carrapateira	1		1	2	1		1	1		1	8
411	Barão de São João			2	1	2		2		3	4	14
431	Almádena	1				3		1		1	5	11
432	Espiche			1	2	2		2		6	1	14
463	Portelas					1	3			2	3	9
464	Sargaçal					3	1			4	1	9
511	Alferce			1	1			1				3
521	Marmelete			1		4		1	1		2	9
532	Casais							1	1			2
612	Montes de Alvor			1	1	1		2	1	2	3	11
631	Figueira			2		1				1	2	6
761	São Marcos da Serra	1		2		6					4	13
811	Barão de São Miguel		2			5	1	1	1	1		11
821	Budens	3		6	1	2		2		1	3	18
822	Burgau	1				3		2			1	7
823	Figueira										3	3
825	Vale de Boi			2	1	1				1	1	6
831	Raposeira			1	2	3		1				7
831	Hortas do Tabual					3		1				4
SOMA		<u>10</u>	<u>2</u>	<u>24</u>	<u>20</u>	<u>38</u>	<u>12</u>	<u>15</u>	<u>23</u>	<u>39</u>		
		10		26		58		27		62		183
CENTROS HISTÓRICOS												
111	Albufeira			3	1	1	1	3				9
210.211	Aljezur	48		1	13		5		1			68
341	Lagoa							1	1	2		4
401.451.460	Lagos							2		4		6
530.533	Monchique	4			5		3	1			3	16
630.633	Portimão					1		2				3
470.771	Silves				4		6				1	11
852	Vila do Bispo	1		1		1					1	4
SOMA		<u>53</u>	<u>4</u>	<u>24</u>	<u>2</u>	<u>16</u>	<u>9</u>	<u>2</u>	<u>6</u>	<u>5</u>		
		53		28		18		11		11		121
TOTAL		<u>63</u>	<u>6</u>	<u>48</u>	<u>22</u>	<u>54</u>	<u>21</u>	<u>17</u>	<u>29</u>	<u>44</u>		
		63		54		76		38		73		304

* Número de espaços com e sem topónimo e largura entre 1m e +5m.

112 Outros espaços de permanência * quantidade e percentagens A + CH

Ref	Núcleo	Largura	+ 6m	4m-5m	até 3m		+ 6m	4m-5m	até 3m
Quantidade:						Total			
ALDEIAS:							%	%	%
131	Guia		13	2	2	17	76,48	11,76	11,76
151	Paderne		4	2	8	14	28,57	14,29	57,14
221	Bordeira		4	5	8	17	23,53	29,41	47,06
222	Carrapateira		4	9	8	21	19,05	42,85	38,10
411	Barão de S. João		8	7	8	23	34,78	30,44	34,78
431	Almádena		9	6	5	20	45,00	30,00	25,00
432	Espiche		8	5	6	19	42,11	26,31	31,58
463	Portelas		10	7	3	20	50,00	35,00	15,00
464	Sargaçal		7	2	4	13	53,85	15,38	30,77
511	Alferce		3	1	5	9	33,33	11,11	55,56
521	Marmeleite		6	4	7	17	35,29	23,53	41,18
532	Casais		2	6		8	25,00	75,00	
612	Montes de Alvor		6	6	4	16	37,50	37,50	25,00
621	Figueira		12	1	5	18	66,67	5,55	27,78
761	S. Marcos da Serra		4	7	16	27	14,81	25,93	59,26
811	Barão de S. Miguel		2	5	12	19	10,53	26,31	63,16
821	Budens		5	9	12	26	19,23	34,62	46,15
822	Burgau		10	4	13	27	37,04	14,81	48,15
823	Figueira		3	5	2	10	30,00	50,00	20,00
825	Vale de Boi		3	3	5	11	27,27	27,27	45,44
831	Raposeira		2	4	12	18	11,11	22,22	66,67
832	Hortas do Tabual		1	2	6	9	11,11	22,22	66,67
TOTAL			126	102	151	379	33,25	26,91	39,84
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		3	5	6	14	21,43	35,71	42,86
210-11	Aljezur		2	4	74	80	2,50	5,00	92,50
341	Lagoa		3	3	1	7	42,86	42,86	14,28
401-51-60	Lagos		12	11	8	31	38,71	35,48	25,81
530-33	Monchique		9	10	23	42	21,43	23,81	54,76
630-33	Portimão		3	2	2	7	42,86	28,57	28,57
770-71	Silves		9	2	12	23	39,13	8,70	52,17
852	Vila do Bispo		5	3	5	13	38,46	23,05	38,46
TOTAL			46	40	131	217	21,20	18,43	60,37
TOTAL A + CH			172	142	282	596	28,86	23,83	47,32

* Adro, Bc, Cais, Cpjg, Espl, Imp, Lav, Mir, Pest, Pinf, Pq, Pto, Rec, Ter.

113 Outros espaços de permanência * soma das áreas e percentagens A + CH

Ref	Núcleo	Largura	+ 6m	4m-5m	até 3m	Total	+ 6m	4m-5m	até 3m
			m2	m2	m2	m2	%	%	%
ALDEIAS:									
131	Guia		10338	229	10	10577	97,74	2,17	0,09
151	Paderne		4820	303	752	5875	82,04	5,16	12,80
221	Bordeira		558	461	147	1166	47,86	39,53	12,61
222	Carrapateira		2012	761	321	3094	65,03	24,60	10,37
411	Barão de S. João		4949	760	257	5966	82,95	12,74	4,31
431	Almádena		4992	557	172	5721	87,26	9,74	3,01
432	Espiche		5517	362	292	6171	89,40	5,87	4,73
463	Portelas		2290	1124	75	3489	65,63	32,22	2,15
464	Sargaçal		2710	181	275	3166	85,60	5,72	8,69
511	Alferce		2339	167	119	2625	89,10	6,37	4,53
521	Marmeleite		4931	642	325	5898	83,60	10,89	5,51
532	Casais		1270	397		1667	76,18	23,82	
612	Montes de Alvor		5076	440	209	5725	88,66	7,69	3,65
621	Figueira		7385	19	198	7602	97,15	0,25	2,60
761	S. Marcos da Serra		1135	728	783	2646	42,89	27,52	29,59
811	Barão de S. Miguel		8614	338	601	9553	90,17	3,54	6,29
821	Budens		1237	660	282	2179	56,77	30,29	12,94
822	Burgau		4453	249	643	5345	83,31	4,66	12,03
823	Figueira		1378	273	51	1702	80,96	16,04	3,00
825	Vale de Boi		1766	339	323	2428	72,73	13,97	13,30
831	Raposeira		1497	236	480	2213	67,65	10,66	21,69
832	Hortas do Tabual		202	76	324	602	33,55	12,63	54,82
TOTAL			79469	9302	6639	95410	83,29	9,75	6,96
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		2618	824	465	3907	67,01	21,09	11,90
210-11	Aljezur		1484	207	1413	3104	47,81	6,67	45,52
341	Lagoa		1090	306	26	1422	76,65	21,52	1,83
401-51-60	Lagos		8777	1434	257	10468	83,85	13,70	2,45
530-33	Monchique		2102	722	956	3780	55,61	19,10	25,29
630-33	Portimão		1092	309	93	1494	73,09	20,68	6,23
770-71	Silves		6619	35	479	7133	92,79	0,49	6,72
852	Vila do Bispo		1742	51	104	1897	91,83	2,69	5,48
TOTAL			25524	3888	3793	33205	76,87	11,71	11,42
TOTAL A + CH			104993	13190	10432	128615	81,63	10,26	8,11

* Adro, Bc, Cais, Cpjg, Espl, Imp, Lav, Mir, Pest, Pinf, Pq, Pto, Rec, Ter.

114 Outros espaços de permanência * soma dos comprimentos e % A + CH

Ref	Núcleo	Largura	+ 6m	4m-5m	até 3m	Total	+ 6m	4m-5m	até 3m
			m	m	m	m	%	%	%
ALDEIAS:									
131	Guia		492	47	6	545	90,28	8,62	1,10
151	Paderne		166	58	267	491	33,81	11,81	54,38
221	Bordeira		81	95	91	267	30,34	35,58	34,08
222	Carrapateira		90	164	116	370	24,32	44,32	31,36
411	Barão de S. João		368	156	91	615	59,84	25,36	14,80
431	Almádena		383	118	95	566	67,67	20,85	11,48
432	Espiche		556	88	109	753	73,84	11,69	14,47
463	Portelas		250	268	41	559	44,72	47,94	7,34
464	Sargaçal		267	35	93	395	67,59	8,86	23,55
511	Alferce		109	45	51	205	53,17	21,95	24,88
521	Marmeleite		341	144	122	607	56,18	23,72	20,10
532	Casais		98	88		186	52,69	47,31	
612	Montes de Alvor		444	100	67	611	72,67	16,37	10,96
621	Figueira		466	4	78	548	85,04	0,73	14,23
761	S. Marcos da Serra		138	149	290	577	23,92	25,82	50,26
811	Barão de S. Miguel		189	76	219	484	39,05	15,70	45,25
821	Budens		139	149	130	418	33,25	35,65	31,10
822	Burgau		337	59	250	646	52,17	9,13	38,70
823	Figueira		117	57	19	193	60,62	29,53	9,85
825	Vale de Boi		101	78	111	290	34,83	26,90	38,27
831	Raposeira		53	53	172	278	19,06	19,06	61,88
832	Hortas do Tabual		22	18	112	152	14,47	11,84	73,69
TOTAL			5207	2049	2500	9456	53,37	21,00	25,63
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		212	214	203	629	33,70	34,02	32,28
210-11	Aljezur		76	56	932	1064	7,14	5,27	87,59
341	Lagoa		89	66	9	164	54,27	40,24	5,49
401-51-60	Lagos		679	308	98	1085	62,58	28,39	9,03
530-33	Monchique		210	157	399	766	27,42	20,50	52,08
630-33	Portimão		68	74	35	177	38,42	41,81	19,77
770-71	Silves		354	8	183	545	64,95	1,47	33,58
852	Vila do Bispo		167	12	55	234	71,37	5,13	23,50
TOTAL			1855	895	1914	4664	39,77	19,18	41,04
TOTAL A + CH			7062	2944	4414	14420	48,97	20,42	30,61

* Adro, Bc, Cais, Cpjg, Espl, Imp, Lav, Mir, Pest, Pinf, Pq, Pto, Rec, Ter.

115 Total de espaços de permanência * quantidade e percentagens **A + CH**

Ref	Núcleo	PPL	Jd	outros	Total	PPL	Jd	outros
	Quantidade:							
ALDEIAS:						%	%	%
131	Guia	5	1	17	23	21,74	4,35	73,91
151	Paderne	3	2	14	19	15,79	10,53	73,68
221	Bordeira	5	3	17	25	20,00	12,00	68,00
222	Carrapateira	2	2	21	25	8,00	8,00	84,00
411	Barão de S. João	2	3	23	28	7,14	10,71	82,15
431	Almádena	4		20	24	16,67		83,33
432	Espiche	10	2	19	31	32,26	6,45	61,29
463	Portelas	2		20	22	9,09		90,91
464	Sargaçal	3		13	16	18,75		81,25
511	Alferce	1	2	9	12	8,33	16,67	75,00
521	Marmeleite	5	3	17	25	20,00	12,00	68,00
532	Casais	2	2	8	12	16,67	16,67	66,66
612	Montes de Alvor	4		16	20	20,00		80,00
621	Figueira	3	7	18	28	10,71	25,00	64,29
761	S. Marcos da Serra	5	3	27	35	14,29	8,57	77,14
811	Barão de S. Miguel	2	1	19	22	9,09	4,55	86,36
821	Budens	7	2	26	35	20,00	5,71	74,29
822	Burgau	8	2	27	37	21,62	5,41	72,97
823	Figueira	4		10	14	28,57		71,43
825	Vale de Boi	2		11	13	15,38		84,62
831	Raposeira	4		18	22	18,18		81,82
832	Hortas do Tabual	1	1	9	11	9,09	9,09	81,82
TOTAL		84	36	379	499	16,83	7,21	75,95
CENTROS HISTÓRICOS:								
111	Albufeira	9	1	14	24	37,50	4,50	58,00
210-11	Aljezur	4	6	80	90	4,44	6,67	88,89
341	Lagoa	12		7	19	63,16		36,84
401-51-60	Lagos	11	3	31	45	24,44	6,67	68,89
530-33	Monchique	9	2	42	53	16,98	3,77	79,25
630-33	Portimão	16	1	7	24	66,67	4,17	29,16
770-71	Silves	11	4	23	38	28,95	10,53	60,52
852	Vila do Bispo	2	5	13	20	10,00	25,00	65,00
TOTAL		74	22	217	313	23,60	7,00	69,40
TOTAL A + CH		158	58	596	812	19,50	7,10	73,40

* PPL (Pç, Pct e Lg), Jd (Jardim) e outros (Adro, Bc, Cais, Cpjg, Espl, Imp, Lav, Mir, Pest, Pinf, Pq, Pto, Rec, Ter).

116 Total de espaços de permanência * áreas e percentagens

A + CH

Ref	Núcleo	PPL	Jd	outros	Total	PPL	Jd	outros
		m2	m2	m2	m2	%	%	%
ALDEIAS:								
131	Guia	3275	1097	10577	14949	21,91	7,34	70,75
151	Paderne	7142	521	5875	13538	52,76	3,84	43,40
221	Bordeira	1671	466	1166	3303	50,59	14,11	35,30
222	Carrapateira	2564	309	3094	5967	42,97	5,18	51,85
411	Barão de S. João	579	317	5966	6862	8,44	4,62	86,94
431	Almádena	3457		5721	9178	37,67		62,33
432	Espiche	6751	446	6171	13368	50,50	3,34	46,16
463	Portelas	2259		3489	5748	39,30		60,70
464	Sargaçal	3385		3166	6551	51,67		48,33
511	Alferce	564	667	2625	3856	14,63	17,30	68,07
521	Marmeleite	2406	567	5898	8871	27,12	6,39	66,49
532	Casais	745	338	1667	2750	27,09	12,29	60,62
612	Montes de Alvor	2244		5725	7969	28,16		71,84
621	Figueira	1779	1517	7602	10898	16,32	13,92	69,76
761	S. Marcos da Serra	4719	729	2646	8094	58,30	9,01	32,69
811	Barão de S. Miguel	761	330	9553	10644	7,15	3,10	89,75
821	Budens	3522	476	2179	6177	57,02	7,71	35,27
822	Burgau	4279	392	5345	10016	42,72	3,91	53,37
823	Figueira	1543		1702	3245	47,55		52,45
825	Vale de Boi	316		2428	2744	11,52		88,48
831	Raposeira	2903		2213	5116	56,74		43,26
832	Hortas do Tabual	166	107	602	875	18,97	12,23	68,80
TOTAL		57030	8279	95410	160719	35,48	5,15	59,36
CENTROS HISTÓRICOS:								
111	Albufeira	20425	2373	3907	26705	99,28	11,53	18,99
210-11	Aljezur	2055	506	3104	5665	36,28	8,93	54,79
341	Lagoa	16632		1422	18054	92,12		7,88
401-51-60	Lagos	16244	11635	10468	38347	42,36	30,34	27,30
530-33	Monchique	15398	3232	3780	22410	68,71	14,42	16,87
630-33	Portimão	82446	189	1494	84129	98,00	0,22	1,78
770-71	Silves	28728	2603	7133	38464	74,69	6,77	18,54
852	Vila do Bispo	3473	4322	1897	9692	35,83	44,59	19,57
TOTAL		185401	24860	33205	243466	78,12	10,47	13,99
TOTAL A + CH		242431	33139	128615	404185	59,98	8,20	31,82

* PPL (Pç, Pct e Lg), Jd (Jardim) e outros (Adro, Bc, Cais, Cpjg, Espl, Imp, Lav, Mir, Pest, Pinf, Pq, Pto, Rec, Ter).

117 Total de espaços de permanência comprimentos e percentagens A + CH

Ref	Núcleo	PPL	Jd	outros	Total	PPL	Jd	outros
		m	m	m	m	%	%	%
ALDEIAS:								
131	Guia	235	72	545	852	27,58	8,45	63,97
151	Paderne	183	49	491	723	25,31	6,78	67,91
221	Bordeira	138	51	267	456	30,26	11,18	58,54
222	Carrapateira	99	39	370	508	19,49	7,68	72,83
411	Barão de S. João	61	52	615	728	8,38	7,14	84,48
431	Almádena	168		566	734	22,89		77,11
432	Espiche	376	55	753	1184	31,76	4,64	63,60
463	Portelas	107		559	666	16,07		83,93
464	Sargaçal	135		395	530	25,47		74,53
511	Alferce	33	43	205	281	11,75	15,30	72,95
521	Marmeleite	178	48	607	833	21,37	5,76	72,87
532	Casais	70	34	186	290	24,14	11,72	64,14
612	Montes de Alvor	148		611	759	19,50		80,50
621	Figueira	124	163	548	835	14,85	19,52	65,63
761	S. Marcos da Serra	283	66	577	926	30,56	7,13	62,31
811	Barão de S. Miguel	49	46	484	579	8,46	7,95	83,59
821	Budens	201	44	418	663	30,32	6,63	63,05
822	Burgau	248	89	646	983	25,23	9,05	65,72
823	Figueira	111		193	304	36,51		63,49
825	Vale de Boi	36		290	326	11,04		88,96
831	Raposeira	135		278	413	32,69		67,31
832	Hortas do Tabual	17	15	152	184	9,24	8,15	82,61
TOTAL		3135	866	9756	13757	22,79	6,29	70,92
CENTROS HISTÓRICOS:								
111	Albufeira	752	86	629	1467	51,26	5,86	42,88
210-11	Aljezur	136	77	1064	1277	10,65	6,03	83,32
341	Lagoa	761		164	925	82,27		17,73
401-51-60	Lagos	574	373	1085	2032	28,25	18,36	53,40
530-33	Monchique	470	97	766	1333	35,26	7,28	57,46
630-33	Portimão	1711	42	177	1930	88,65	2,18	9,17
770-71	Silves	877	170	545	1592	55,09	10,68	34,23
852	Vila do Bispo	109	178	234	521	20,92	34,17	44,91
TOTAL		5390	1023	4664	11077	48,65	9,24	42,11
TOTAL A + CH		8525	1889	14420	24834	34,32	7,61	58,07

PPL (Pç, Pct e Lg), Jd (Jardim) e outros (Adro, Bc, Cais, Cpjg, Espl, Imp, Lav, Mir, Pest, Pinf, Pq, Pto, Rec, Ter).

118 Espaço público – EPC e EPP quantidade, áreas e comprimentos A + CH

Ref	Núcleo	EPC	EPP		EPC	EPP		EPC	EPP	
	Total:			EP			EP			EP
ALDEIAS:					m2	m2	m2	m	m	m
131	Guia	26	23	49	33454	14949	48403	3122	852	3974
151	Paderne	23	19	42	29992	13538	43530	3494	723	4217
221	Bordeira	32	25	57	9419	3303	12722	1732	456	2208
222	Carrapateira	48	25	73	19684	5967	25651	2931	508	3439
411	Barão de S. João	52	28	80	19199	6862	26061	3432	728	4160
431	Almádena	29	24	63	26087	9178	35265	4081	734	4815
432	Espiche	56	31	87	38852	13368	52220	5082	1184	6266
463	Portelas	13	22	35	15295	5748	21043	1737	666	2403
464	Sargaçal	12	16	28	10876	6551	17427	1260	530	1790
511	Alferce	19	12	31	12482	3856	16338	1837	281	2117
521	Marmeleite	27	25	52	24817	8871	33688	2954	833	3787
532	Casais	20	12	32	13108	2750	15858	1751	290	2041
612	Montes de Alvor	26	20	46	26997	7969	34966	3435	759	4194
621	Figueira	30	28	58	39348	10898	50246	4155	835	4990
761	S. Marcos da Serra	46	35	81	28136	8094	36230	4483	926	5409
811	Barão de S. Miguel	25	22	47	14889	10644	25533	2913	579	3492
821	Budens	41	35	76	23359	6177	29536	3346	663	4009
822	Burgau	60	37	97	24481	10016	34497	3536	983	4519
823	Figueira	28	14	42	14584	3245	17829	2559	304	2863
825	Vale de Boi	9	13	22	4342	2744	7086	909	326	1235
831	Raposeira	37	22	59	16724	5116	21840	2911	413	3324
832	Hortas do Tabual	13	11	24	4073	875	4948	743	184	627
TOTAL		682	499	1181	450198	160719	610917	62422	13757	76179
CENTROS HISTÓRICOS:										
111	Albufeira	74	24	98	53124	26705	79829	7277	1367	8744
210-11	Aljezur	96	90	186	32435	5665	38100	7290	1277	8567
341	Lagoa	79	19	98	57939	18054	75993	7463	925	8388
401-51-60	Lagos	112	45	157	95845	38347	134192	12321	2032	14353
530-33	Monchique	64	53	117	47990	22410	70400	7650	1333	8683
630-33	Portimão	90	24	114	106104	84129	190233	13144	1930	15074
770-71	Silves	92	38	130	91500	38464	129964	10573	1592	12165
852	Vila do Bispo	48	20	68	26316	9692	36008	3865	521	4386
TOTAL		655	313	968	511253	243466	754719	69283	11077	80360
TOTAL A + CH		1337	812	2149	961451	404185	1365636	131705	24834	156539

EP=EPC+EPP; EPC – Alam, Av, Az, Cam, Car, Cç, Elev, Esc, Esch, Estr, Lad, R, Rt, Tn, Tv, V, Vrd;
EPP – Adro, Bc, Cais, Cpjg, Espl, Imp, Jd, Lav, Lg, Mir, Pest, Pinf, Pç, Pct, Pq, Pto, Rec, Ter.

119 Espaço público - EPP e EPC percentagens

A + CH

Ref	Núcleo	EPP:			EPC:		
		total	m2	m	total	m2	m
		%	%	%	%	%	%
ALDEIAS:							
131	Guia	46,94	30,88	21,44	53,06	69,12	78,56
151	Paderne	45,24	31,10	17,14	54,76	68,90	82,86
221	Bordeira	43,86	25,96	20,65	56,14	74,04	78,44
222	Carrapateira	34,25	23,26	14,77	65,75	76,74	85,23
411	Barão de S. João	35,00	25,18	17,50	65,00	73,67	82,50
431	Almádena	38,10	26,03	15,24	61,90	73,97	84,76
432	Espiche	35,63	25,60	18,90	64,37	74,40	81,10
463	Portelas	62,86	27,32	27,72	37,14	72,68	72,28
464	Sargaçal	57,14	37,59	29,61	42,86	62,41	70,39
511	Alferce	38,71	23,60	13,27	61,29	76,40	86,73
521	Marmeleite	48,08	26,33	22,00	51,92	73,67	78,00
532	Casais	37,50	17,34	14,21	62,50	82,66	85,79
612	Montes de Alvor	43,48	22,79	18,10	56,52	77,21	81,90
621	Figueira	48,28	21,69	16,73	51,72	78,31	83,27
761	S. Marcos da Serra	43,21	22,34	17,12	56,79	77,66	82,88
811	Barão de S. Miguel	46,81	41,69	16,58	53,19	58,31	83,42
821	Budens	46,05	20,91	16,54	53,95	79,09	83,46
822	Burgau	38,14	29,03	21,75	61,86	70,97	78,25
823	Figueira	33,33	18,20	10,62	66,67	81,80	89,38
825	Vale de Boi	59,09	38,72	26,40	40,91	61,28	73,60
831	Raposeira	37,29	23,42	12,42	62,71	76,60	87,58
832	Hortas do Tabual	45,83	17,68	19,85	54,17	82,32	80,15
TOTAL		42,25	26,31	18,06	57,75	73,69	81,94
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira	23,47	25,77	15,59	75,51	66,55	83,22
210-11	Aljezur	48,39	14,87	14,91	51,61	85,13	85,09
341	Lagoa	19,39	23,76	11,03	80,61	76,24	88,97
401-51-60	Lagos	28,66	28,58	14,16	71,34	71,42	85,84
530-33	Monchique	45,30	31,83	15,35	54,70	68,17	84,65
630-33	Portimão	21,05	44,22	12,80	78,95	55,78	87,20
770-71	Silves	29,23	29,60	13,09	70,77	70,40	86,91
852	Vila do Bispo	29,41	26,92	11,88	70,59	73,08	88,12
TOTAL		32,23	32,25	13,78	67,67	67,74	86,22
TOTAL A + CH		37,79	29,60	15,86	62,21	70,40	84,14

EPP – Adro, Bc, Cais, Cpjg, Espl, Imp, Jd, Lav, Lg, Mir, Pest, Pinf, Pc, Pct, Pq, Pto, Rec, Ter; total – quantidade;
 EPC – Alam, Av, Az, Cam, Car, Cç, Elev, Esc, Esch, Estr, Lad, R, Rt, Tn, Tv, V, Vrd; m2 – área; m – comprimento.

120 Espaços estudados (quantidades e dimensões) A + CH

		Espaços	Toponímia		Comprimentos	Áreas	Larguras
Ref	Núcleos	total	c/	s/	soma	soma	média
ALDEIAS					m	m2	m
131	Guia	49	28	21	3974	48403	11,08
151	Paderne	42	24	18	4217	43530	8,83
221	Bordeira	57	24	33	2208	12722	4,94
222	Carrapateira	73	22	51	3439	25651	5,90
411	Barão de São João	80	40	40	4160	26061	5,28
431	Almádena	63	35	28	4815	35265	6,85
432	Espiche	87	62	25	6266	52220	6,91
463	Portelas	35	14	21	2403	21043	7,60
464	Sargaçal	28	14	14	1790	17427	8,82
511	Alferce	31	21	10	2117	16338	7,12
521	Marmeleite	52	19	33	3787	33688	6,38
532	Casais	32	10	22	2041	15858	6,03
612	Montes de Alvor	46	30	16	4194	34966	7,50
631	Figueira	58	24	34	4990	50246	9,24
761	São Marcos da Serra	81	28	53	5409	36230	5,82
811	Barão de São Miguel	47	29	18	3492	25533	5,31
821	Budens	76	41	35	4009	29536	6,22
822	Burgau	97	37	60	4519	34497	6,37
823	Figueira	42	29	13	2863	17829	5,85
825	Vale de Boi	22	12	10	1235	7086	6,09
831	Raposeira	59	32	27	3324	21840	5,59
831	Hortas do Tabual	24	1	23	927	4948	4,83
SOMA		1181	576	605	76179	610917	6,65
CENTROS HISTÓRICOS							
111	Albufeira	98	78	20	8744	79829	7,79
210.211	Aljezur	186	47	139	8567	38100	2,90
341	Lagoa	98	86	12	8388	75993	8,30
401.451.460	Lagos	157	119	38	14353	134192	7,96
530.533	Monchique	117	62	55	8683	70400	6,49
630.633	Portimão	114	103	11	15074	190233	11,80
470.771	Silves	130	77	53	12165	129964	8,51
852	Vila do Bispo	68	23	45	4386	36008	7,38
TOTAL		968	595	373	80360	754719	7,31
TOTAL A + CH		2149	1171	978	156539	1365636	6,95

121 Espaços com volumes no próprio piso (público)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----						Quantidade de -----				
		degraus escadas		rampas no passeio	guardas corrimãos		degraus no passeio		rampas corrimãos	guardas		
ALDEIAS:												
131	Guia	10	11		2	2	4	132		2	3	12
151	Paderne	9	9		1	4	5	186		1	8	13
221	Bordeira	12	15					102				
222	Carrapateira	28	28		2	3	4	358		2	7	4
411	Barão de S. João	4	4		1	1	2	21		1	1	3
431	Almádena	3	3		2		2	12		2		6
432	Espiche	8	16		3	3	6	121		3	4	8
463	Portelas	3	4			1	1	29			1	1
464	Sargaçal	1	2				1	50				13
511	Alferce	2	5		2		4	106		2		9
521	Marmeleite	7	11		2	3	6	92		2	5	6
532	Casais	6	6			2	1	104			2	1
612	Montes de Alvor	2	3		2	3	5	22		2	3	7
621	Figueira	4	9		3	5	8	80		3	23	14
761	S. Marcos da Serra	10	14	14		5	5	266	117		6	23
811	Barão de S. Miguel	8	8	2	1	1	3	114	14	1	1	4
821	Budens	2	8	5	2	2	2	64	13	2	4	2
822	Burgau	24	34	4	2	8	5	418	34	3	12	15
823	Figueira	2	2	2		1		17	6		1	
825	Vale de Boi											
831	Raposeira	3	5	1	1	1	5	44	5	2	1	7
832	Hortas do Tabual	3	5				2	58				2
TOTAL		151	202	28	26	45	71	2396	189	28	82	150
CENTROS HISTÓRICOS:												
111	Albufeira	45	48		3	22	11	1345		5	99	69
210-11	Aljezur	71	77		3	27	9	1027		6	49	23
341	Lagoa	9	9		1	3	5	68		1	7	15
401-51-60	Lagos	28	49		11	16	14	666		12	37	41
530-33	Monchique	31	49		4	13	19	913		13	22	47
630-33	Portimão	6	15		1	4	24	126		1	10	89
770-71	Silves	20	29		7	14	12	656		11	26	17
852	Vila do Bispo	3	9			2	1	72			2	2
TOTAL		213	285		30	101	95	4873		49	252	303
TOTAL A + CH		364	487		56	146	166	7269	189	77	334	453

Espaços: com escadas – degraus no piso; espaços: com degraus – de acesso a passeios elevados ou galerias.

122 Espaços com lancis e caleiras (quantidades)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----					cortes no lancil
		lancil -----	-----		caleira	passeio	
escadas		total	parcial	cortado	parcial	parcial	
ALDEIAS:							
131	Guia	26	2	17	1	7	66
151	Paderne	15		10	4	4	32
221	Bordeira	8		1	5	4	2
222	Carrapateira	17	1	4	7	9	6
411	Barão de S. João	17	7	5	11	13	12
431	Almádena	15		11	13	17	26
432	Espiche	22		20	4	33	67
463	Portelas	8		3		6	6
464	Sargaçal	9		7	2	6	28
511	Alferce	8	1	5	6	6	12
521	Marmeleite	4		3	3	4	19
532	Casaís	8		4	1	3	14
612	Montes de Alvor	10	1	6	3	8	35
621	Figueira	15		11	4	8	78
761	S. Marcos da Serra	20	2	7	3	21	28
811	Barão de S. Miguel	10	1		3	7	
821	Budens	21		8	3	17	18
822	Burgau	27	4	8	6	22	30
823	Figueira	5		3	2	5	3
825	Vale de Boi	2			2	6	
831	Raposeira	6		2	5	11	2
832	Hortas do Tabual	1		1	1	8	3
TOTAL		274	19	136	88	225	487
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira	25	4	4	8	13	8
210-11	Aljezur	5	1	2	9	8	3
341	Lagoa	73	9	35	8	11	81
401-51-60	Lagos	58		16	10	28	39
530-33	Monchique	37		10	11	13	73
630-33	Portimão	64		33	13	15	90
770-71	Silves	59		33	11	8	103
852	Vila do Bispo	16		10	6	7	37
TOTAL		337	14	143	76	103	434
TOTAL A + CH		611	33	279	164	328	919

123 Espaços com traços, grelhas e passadeiras

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----				Quantidade de -----			
		linha azul amarelos	grelhas	lombas passadeiras		grelhas amarelos	passadeiras lombas		
ALDEIAS:									
131	Guia	6		3		8	8	4	18
151	Paderne	5		7		4	7	14	18
221	Bordeira			7				8	
222	Carrapateira	1		3		2	1	4	2
411	Barão de S. João	2		2	1	2	2	2	2
431	Almádena			3	3	2		4	3
432	Espiche	1		3	1		1	3	2
463	Portelas	1		2		2	1	5	3
464	Sargaçal				31	2		3	2
511	Alferce			4		1		4	2
521	Marmelete			11		3		15	9
532	Casais			4		4		5	5
612	Montes de Alvor	1		2		3	1	2	5
621	Figueira			5		3		10	6
761	S. Marcos da Serra	1		5		6	1	5	9
811	Barão de S. Miguel			6	2	2		10	3
821	Budens			8	3	2		12	2
822	Burgau	2	5	9	2	6	4	12	11
823	Figueira	2	2	3		2	2	3	2
825	Vale de Boi			1				1	
831	Raposeira	1	5		1	2	1		2
832	Hortas do Tabual			2		1		2	1
TOTAL		23	12	93	14	58	29	128	20 105
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	18		47		12	46	196	20
210-11	Aljezur	4		8		1	8	8	4
341	Lagoa	21		5		9	36	6	15
401-51-60	Lagos	38		55		14	70	149	27
530-33	Monchique	6		25	1	8	8	60	22
630-33	Portimão	38		8		25	74	8	52
770-71	Silves	17		9		22	34	9	45
852	Vila do Bispo	4		1		5	6	1	7
TOTAL		146		158	1	96	282	437	1 192
TOTAL A + CH		169	12	251	15	154	311	565	21 297

124 Espaços com elementos de estar (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----				Quantidade de -----			
		bancos	cadeiras	mesas	telheiros	bancos	cadeiras	mesas	telheiros
ALDEIAS:									
131	Guia	18	1			46	1		
151	Paderne	13	2			51	5		
221	Bordeira	16	7			35	7		
222	Carrapateira	16	10			41	14		
411	Barão de S. João	9	2	1		19	2	2	
431	Almádena	4	4		2	8	4		2
432	Espiche	17	5	1	2	34	5	2	2
463	Portelas	2	3			5	3		
464	Sargaçal	5	1		1	13	1		1
511	Alferce	12	1		3	37	2		3
521	Marmeleite	17	2	1	2	39	4	2	2
532	Casais	10	1		1	24	1		1
612	Montes de Alvor	5	3	1		15	3	2	
621	Figueira	13	2	1	2	36	4	1	5
761	S. Marcos da Serra	19	5	3		82	8	3	
811	Barão de S. Miguel	3	1			7	1		
821	Budens	8	2	1	1	13	2	2	1
822	Burgau	16	15	1	3	27	22	1	3
823	Figueira	4	4	1		8	4	1	
825	Vale de Boi	7	3			9	4		
831	Raposeira	11	5	1		27	7	1	
832	Hortas do Tabual	4	3	1		7	3	1	
TOTAL		229	82	13	17	583	107	18	20
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	23	4		5	172	4		15
210-11	Aljezur	36	19	5	1	67	29	6	1
341	Lagoa	11	2			58	2		
401-51-60	Lagos	30	2			146	3		
530-33	Monchique	25	3	1	1	135	3	1	1
630-33	Portimão	18	3	1	2	196	3	3	2
770-71	Silves	27	9	1	2	207	10	2	2
852	Vila do Bispo	10	2		1	29	2		2
TOTAL		180	44	8	12	1010	58	12	23
TOTAL A + CH		409	126	21	29	1593	155	30	43

125 Espaços com elementos verdes (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----					Quantidade de-----				
		árvores	vasos	-----			árvores	vasos	-----		
		canteiros	grandes	solo	parede		canteiros	grandes	solo	parede	
ALDEIAS:											
131	Guia	17	16	6	12	6	52	174	20	18	8
151	Paderne	13	18	1	7	6	28	187	2	17	9
221	Bordeira	20	13	6	22	7	39	40	10	42	7
222	Carrapateira	24	6	1	25	3	52	21	1	47	5
411	Barão de S. João	11	9	6	24	11	20	38	36	48	19
431	Almádena	20	12		20	6	30	35		41	8
432	Espiche	18	22		15	13	38	71		23	28
463	Portelas	11	5		9	8	22	21		18	9
464	Sargaçal	12	9	1	6	7	27	42	22	8	8
511	Alferce	13	9	3	14	8	41	43	2	24	7
521	Marmeleite	19	14	1	15	7	40	60	21	21	21
532	Casaís	11	11	1	5	7	34	36	1	15	10
612	Montes de Alvor	4	11	1	11	6	5	63	1	15	7
621	Figueira	21	22		17	11	55	111		38	16
761	S. Marcos da Serra	23	9	2	26	15	39	38	2	53	28
811	Barão de S. Miguel	11		1	13	8	18		1	23	9
821	Budens	13	9	1	19	14	25	24	4	28	18
822	Burgau	32	14	1	27	18	68	41	4	59	28
823	Figueira	7	2		19	12	11	3		29	23
825	Vale de Boi	3	1		5	2	4	1		8	2
831	Raposeira	14	6	1	25	13	22	17	5	36	15
832	Hortas do Tabual	9	3		6		13	7		9	
TOTAL		326	221	33	342	188	683	1076	132	620	285
CENTROS HISTÓRICOS:											
111	Albufeira	25	14	16	26	22	76	153	108	126	38
210-11	Aljezur	12	13	11	46	19	106	47	36	97	27
341	Lagoa	20	16	7	19	25	55	168	26	24	35
401-51-60	Lagos	56	30	10	45	64	217	303	50	71	128
530-33	Monchique	49	28	8	43	28	109	105	40	82	41
630-33	Portimão	15	23	22	37	55	46	533	147	69	108
770-71	Silves	31	34	14	37	47	116	457	59	64	93
852	Vila do Bispo	12	6		17	4	37	38		26	7
TOTAL		220	164	88	270	264	762	1804	466	559	477
TOTAL A + CH		546	385	121	612	452	1445	2880	598	1179	762

126 Árvores (quantidade)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Silves	77101	Lg	República (da)	117
Silves	77140	Pç	Al Muthamid	77
Portimão	63392	Pç	Visconde Bivar	75
Portimão	63350	Lg	Gil Eanes	69
Lagos	46068	Av	Descobrimentos	58
Lagoa	34101	Lg	Comb G Guerra	53
Portimão	63383	Lg	Dique (do)	49
Portimão	63367	Pç	República (da)	45
Portimão	63348	Lg	Sárrea Prado	45
Guia	13121	R	Alfontes da Guia	44
Albufeira	11113	Av	25 de Abril	41
Monchique	53317	Lg	Chorões (dos)	41
Lagos	45123	Jd	Constituição (da)	35
Lagoa	34149	Lg	5 de Outubro	34
Guia	13109	R	Humb Delgado	33
Marmeleiro	52127	Est	N 267	33
Silves	77135	Est	N 124	30
Figueira	62119	R	Chico Serpa	30
Paderne	15126	Lg	João Campos	30
Silves	77176	R	Cemitério (do)	29
Paderne	15115	Al	25 de Abril	29
Albufeira	11127	Lg	Duarte Pacheco	28
Portimão	63380	Lg	Hel Salgado	28
Portimão	63391	Pç	M Teix Gomes	27
Portimão	63381	Pç	1º de Maio	27
Albufeira	11167	Lg	Jacinto d'Ayete	27
Lagoa	34102	Lg	Mig Bombarda	25
Portimão	63378	R	Direita	24
Portimão	63334	Lg	1º de Dezembro	24
Portimão	63394	Av	F Leão Pacheco	24
Lagos	46065	R	Victor C Silva	23
Paderne	15121	R	Escolas (das)	23
Silves	77177	R	Cândido dos Reis	21
Alferce	51118			20
Figueira	62124	R	Morg. de Cima	20

127 Bancos (quantidade)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Monchique	53317	Lg	Chorões (dos)	71
Silves	77140	Pç	Al Muthamid	58
Silves	77101	Lg	República (da)	40
Portimão	63348	Lg	Sárrea Prado	35
Lagos	46024	R	Porta Portugal	28
Portimão	63392	Pç	Visconde Bivar	26
Portimão	63378	R	Direita	26
S. M. Serra	76123	Lg	Igreja (da)	23
Portimão	63367	Pç	República (da)	21
Albufeira	11127	Lg	Duarte Pacheco	21
Portimão	63381	Pç	1º de Maio	21
Albufeira	11180	Espl	Frutuoso Silva	21
Lagoa	34101	Lg	Comb G Guerra	19
Carrapateira	22201	Lg	Comércio (do)	19
Albufeira	11191			18
Albufeira	11113	Av	25 de Abril	17
Portimão	63394	Av	Fer L Pacheco	17
Albufeira	11110	Lg	Cais Herculano	17
Albufeira	11120	Pç	Mig Bombarda	16
Lagos	46068	Av	Descobrimentos	15
Lagoa	34149	Lg	5 de Outubro	15
Silves	77030			14
Silves	77135	Estr	N 124	13
Paderne	15126	Lg	João Campos	13
S. M Serra	76110			13
Monchique	53004	Mir	São Sebastião	13
Silves	77145	Pç	Município (do)	12
Silves	77167	Lg	Mag de Barros	12
Albufeira	11165	Jd	Esplanada (da)	11
Portimão	63334	Lg	1º de Dezembro	10
Albufeira	11101	Pç	Pescadores	10
M. Alvor	61220	Pç	Humb Delgado	10
S. M Serra	76177	Estr	M 542	10

A – 6; CH – 27

A – 9; CH – 26

128 Espaços com informação e toponímia (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	Antenas tv	cartazes	infolixo	infotur	MUPI	placas	placas toponímicas parede	chão
ALDEIAS:									
131	Guia		4	6	1		10	22	
151	Paderne		2	5	2		13	11	2
221	Bordeira		1		1		5	22	2
222	Carrapateira		3		1		4	22	
411	Barão de S. João		5				16	32	3
431	Almádena			1			6	20	8
432	Espiche		2	2			6	42	13
463	Portelas		2	2			3	9	3
464	Sargaçal						3	8	5
511	Alferce		2		1			21	1
521	Marmelete		1		1		7	15	1
532	Casais		1					8	1
612	Montes de Alvor		2				7	24	1
621	Figueira		2				4	14	1
761	S. Marcos da Serra		2				6	26	3
811	Barão de S. Miguel		1				5	27	1
821	Budens		1				8	43	
822	Burgau		7		1		12	35	1
823	Figueira		1		1		7	25	
825	Vale de Boi		1				1	12	
831	Raposeira		2		1		6	31	
832	Hortas do Tabual						1		
TOTAL			42	16	10		130	469	46
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		3	3	2	2	35	72	
210-11	Aljezur				3	1	13	45	
341	Lagoa		5	4		3	16	79	
401-51-60	Lagos		17		7	6	74	107	6
530-33	Monchique		3	1	1	2	27	54	
630-33	Portimão		16		7	7	41	87	
770-71	Silves		9		4	4	39	68	1
852	Vila do Bispo		4		1		9	18	
TOTAL			57	8	25	25	254	530	7
TOTAL A + CH			99	24	35	25	384	999	53

129 Elementos de informação e toponímia (quantidades)

A + CH

Ref	Núcleo	Antenas tv	cartazes	infolixo	infotur	MUPI	placas	placas toponímicas parede	chão
ALDEIAS:									
131	Guia		7	7	1		17	35	
151	Paderne		2	6	2		21	17	2
221	Bordeira		2		1		6	34	2
222	Carrapateira		5		1		8	32	
411	Barão de S. João		5				26	54	4
431	Almádena			1			8	26	11
432	Espiche		4	2			9	42	13
463	Portelas		2	2			7	10	3
464	Sargaçal						3	8	7
511	Alferce		3		1			33	1
521	Marmelete		1		1		12	15	3
532	Casais		1					9	1
612	Montes de Alvor		2				11	38	1
621	Figueira		3				5	14	3
761	S. Marcos da Serra		2				15	38	4
811	Barão de S. Miguel		1				7	35	1
821	Budens		1				13	70	
822	Burgau		10		1		15	57	1
823	Figueira		1		1		7	47	
825	Vale de Boi		1				1	15	
831	Raposeira		2		1		8	51	
832	Hortas do Tabual						1		
TOTAL			55	18	10		200	680	57
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira		3	3	2	3	75	129	
210-11	Aljezur				4	1	30	84	
341	Lagoa		7	4		3	26	140	
401-51-60	Lagos		23		10	9	190	230	6
530-33	Monchique		3	1	1	2	45	72	
630-33	Portimão		34		9	13	81	145	
770-71	Silves		23		4	5	77	126	1
852	Vila do Bispo		4		1		14	28	
TOTAL			97	8	31	36	538	954	7
TOTAL A + CH			152	26	41	36	738	1634	64

130 Espaços com iluminação (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----					Quantidade de -----			
		candeeiros -----	-----	-----	-----	-----	candeeiros -----	-----	-----	-----
		parede	chão	ambos	total	-----	parede	chão	total	-----
						chão				chão
ALDEIAS:										
131	Guia	16	31	9	38	4	43	152	195	6
151	Paderne	19	17	8	28	1	74	121	195	4
221	Bordeira	11	21	4	28		15	47	62	
222	Carrapateira	6	32	3	35		11	102	113	
411	Barão de S. João	10	38	3	45		11	105	116	
431	Almádena	3	41	1	43		4	123	127	
432	Espiche	13	53	12	54		16	182	198	
463	Portelas	4	17	1	20		4	54	58	
464	Sargaçal	2	18	1	19		2	87	89	
511	Alferce	15	18	11	22	1	40	65	105	18
521	Marmeleite	14	20	7	27	1	21	93	114	1
532	Casaís	5	17	2	20		6	59	65	
612	Montes de Alvor	21	26	12	35		49	95	144	
621	Figueira	10	38	6	42		28	167	195	
761	S. Marcos da Serra	25	44	17	52	1	56	110	166	1
811	Barão de S. Miguel	9	25	7	27		18	73	91	
821	Budens	12	31	5	38		14	92	106	
822	Burgau	22	36	5	53		41	82	123	
823	Figueira	6	29	6	29		8	80	88	
825	Vale de Boi	1	15	1	15		1	39	40	
831	Raposeira	12	36	10	38		15	72	87	
832	Hortas do Tabual	2	14		16		2	21	23	
TOTAL		238	617	131	724	8	479	2021	2500	30
CENTROS HISTÓRICOS:										
111	Albufeira	35	73	22	86	11	436	165	601	110
210-11	Aljezur	48	43	18	73		104	117	221	
341	Lagoa	30	85	25	90	3	212	141	353	8
401-51-60	Lagos	26	121	18	129	12	475	163	638	104
530-33	Monchique	37	60	23	74	13	211	161	372	13
630-33	Portimão	27	99	19	107	6	496	281	777	7
770-71	Silves	53	78	33	98	7	334	266	600	64
852	Vila do Bispo	34	19	11	42		27	105	132	
TOTAL		290	578	169	699	52	2295	1399	3694	306
TOTAL A + CH		528	1195	300	1423	60	2774	3420	6194	314

131 Espaços com elementos técnicos (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----				Quantidade de -----			
		bocas de incêndio	caixas técnicas	postes	PT	bc Incêndio	cx técnicas	postes	PT
Antenas tv									
ALDEIAS:									
131	Guia	16	26	8	1	27	77	14	4
151	Paderne	15	9	11	1	23	20	28	1
221	Bordeira	1	1	4	1	1	2	9	1
222	Carrapateira	2	15	7	2	5	29	12	2
411	Barão de S. João	15	4	18	1	20	7	28	1
431	Almádena	15	8	28	2	23	27	47	2
432	Espiche	24	10	51	4	32	30	101	4
463	Portelas	2	5	13	1	4	10	22	1
464	Sargaçal	8	8	16	1	12	15	35	1
511	Alferce	8	4	18	1	13	12	37	1
521	Marmeleite	21	10	11	3	40	23	19	3
532	Casaís	11	7	6	1	22	11	7	1
612	Montes de Alvor	15	7	20	1	30	9	50	2
621	Figueira	19	12	18	1	41	42	49	1
761	S. Marcos da Serra	10	5	20	1	15	5	39	1
811	Barão de S. Miguel	3	1	18		4	1	37	
821	Budens	15	6	28	1	21	8	55	1
822	Burgau	20	22	15		24	43	19	
823	Figueira	13	7	22		14	10	41	
825	Vale de Boi	2		9	1	2		15	1
831	Raposeira	9	2	23		11	2	34	
832	Hortas do Tabual	1		7	1	1		10	1
TOTAL		245	169	371	25	385	383	708	29
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	32	71	10	1	46	312	11	1
210-11	Aljezur	8	3	21	2	8	10	28	2z
341	Lagoa	39	55	2	2	56	154	5	2
401-51-60	Lagos	71	87	15		137	258	27	
530-33	Monchique	45	44	25	1	96	86	33	1
630-33	Portimão	89	87	10	2	265	337	17	2
770-71	Silves	37	72	15	1	75	230	25	1
852	Vila do Bispo	21	8	18		34	13	28	
TOTAL		342	427	116	9	717	1400	174	9
TOTAL A + CH		587	596	487	34	1102	1783	882	38

132 Espaços com estacionamento (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----			Quantidade de -----		
		p/bicicletas	bolsas		p/bicicletas	bolsas	
Antenas tv		p/deficientes			p/deficientes		lugares
ALDEIAS:							
131	Guia		2	17		2	34
151	Paderne	1		7	1		22
221	Bordeira		1	4		1	4
222	Carrapateira			5			7
411	Barão de S. João			2			3
431	Almádena	1		8	1		15
432	Espiche			10			27
463	Portelas			2			3
464	Sargaçal			7			9
511	Alferce			4			7
521	Marmelete			3			11
532	Casaís		1	5		1	10
612	Montes de Alvor			6			12
621	Figueira		1	11		1	28
761	S. Marcos da Serra			3			4
811	Barão de S. Miguel		1	2		1	2
821	Budens		1	3		1	4
822	Burgau		3	12		4	19
823	Figueira			5			5
825	Vale de Boi						
831	Raposeira			2			2
832	Hortas do Tabual						10
TOTAL		2	10	118	2	11	228
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira	1	3	7	1	3	18
210-11	Aljezur			3			12
341	Lagoa	1	10	20	1	10	40
401-51-60	Lagos		17	39		17	80
530-33	Monchique	2	1	20	2	1	43
630-33	Portimão	2	8	38	2	10	97
770-71	Silves	1	8	37	1	8	69
852	Vila do Bispo		1	5		1	6
TOTAL		7	48	169	7	50	365
TOTAL A + CH		9	58	287	9	61	593

133 Caixas técnicas (quantidade)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Albufeira	11154	R	5 de Outubro	30
Portimão	63336	R	Inf D. Henrique	20
Lagos	46054	R	Vasco da Gama	19
Guia	13109	R	Humb Delgado	18
Albufeira	11113	Av	25 de Abril	16
Portimão	63350	Lg	Gil Eanes	16
Albufeira	11129	R	Când dos Reis	16
Portimão	63008	R	Francisco Bivar	16
Silves	77120	R	João de Deus	14
Figueira	62124	R	Morg de Cima	14
Albufeira	11177	R	Latino Coelho	13
Marmeleite	52127	Estr	N 267	13
Portimão	63357	R	Alex Herculano	13
Lagoa	34155	R	M Albuquerque	13
Espiche	43261	R	Pesos (dos)	13
Silves	77172	R	Castelo (do)	12
Portimão	63339	R	Fábrica (da)	12
Figueira	62119	R	Chico Serpa	11
Silves	77177	R	Cândi dos Reis	11
Albufeira	11134	R	Nova	11
Portimão	63367	Pç	República (da)	10
Albufeira	11120	Pç	Mig Bombarda	10
Monchique	53389	Estr	Velha	10
Albufeira	11133	R	Bateria (da)	10
Lagoa	34110	R	Figueiredo, Cor	10
Portimão	63378	R	Direita	9
Lagoa	34149	Lg	5 de Outubro	9
Lagos	46065	R	Victor C Silva	9
Almádena	43122	Lg	Poço (do)	9
Silves	77137	R	Elias Garcia	9
Burgau	82224	R	Fortaleza (da)	9
Albufeira	11152	R	Liberdade (da)	9

A – 6; CH – 26

* Os dados respeitam aos espaços considerados.

134 Estacionamento (lugares)

Espaços onde há mais *

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Portimão	63383	Lg	Dique (do)	181
Lagos	46068	Av	Descobrimentos	129
Aljezur	21101	R	25 de Abril	100
Portimão	63336	R	Inf D. Henrique	97
Monchique	53301	R	Serpa Pinto	83
Silves	77004			72
Portimão	63350	Lg	Gil Eanes	66
Lagos	46054	R	Vasco da Gama	65
Paderne	15126	Lg	João Campos	65
Espiche	43261	R	Pesos (dos)	60
Lagoa	34149	Lg	5 de Outubro	56
Portimão	63337	R	Carv Araújo	54
Silves	77003			52
Portimão	63007	R	Olivença (de)	50
Portimão	63393	Lg	Lota (da)	48
Portimão	63301	R	São José (de)	47
Figueira	62131			46
Guia	13121	R	Alfontes Guia	45
M Alvor	61232	Bo	Bravas (das)	44
Lagos	46046	R	Ant C Santos	41
Paderne	15101	R	5 de Outubro	41
Marmeleite	52127	Est	N 267	40
Silves	77172	R	Castelo (do)	40
Espiche	43262	Estr	N 125	40
Lagoa	34151	R	João Lúcio, Dr	39
Paderne	15128			39
Silves	77121	R	Cruz Palmeira	38
Portimão	63335	R	Serpa Pinto	36
Guia	13131			35
Portimão	63348	Lg	Sárrea Prado	34
Silves	77135	Est	N 124	34
Lagos	46065	R	Victor C Silva	31
Silves	77106	Lg	Mártires Pátria	31
Portimão	63013	R	J. P Samp Bruno	31
Guia	13145			31

A – 11; CH – 24

135 Estar, técnicos e estacionamento (médias por ha)

A + CH

Ref	Núcleo	Área total dos EP	árvores	bancos	candeeiros	cx técnicas	estacionamento lugares
ALDEIAS:		m2					
131	Guia	48403	36	10	40	16	65
151	Paderne	43530	43	12	45	5	43
221	Bordeira	12722	32	28	49	2	15
222	Carrapateira	25651	8	16	42	11	27
411	Barão de S. João	26061	15	7	45	3	10
431	Almádena	35265	10	2	36	8	19
432	Espiche	52220	14	7	38	6	29
463	Portelas	21043	10	2	28	5	13
464	Sargaçal	17427	24	7	52	9	22
511	Alferce	16338	26	23	66	7	34
521	Marmeleite	33688	18	12	34	7	15
532	Casais	15858	23	15	41	7	22
612	Montes de Alvor	34966	18	4	41	3	23
621	Figueira	50246	22	7	39	8	31
761	S. Marcos da Serra	36230	10	23	45	1	6
811	Barão de S. Miguel	25533		3	36	0	6
821	Budens	29536	8	4	36	3	9
822	Burgau	34497	12	8	36	12	28
823	Figueira	17829	2	4	49	6	12
825	Vale de Boi	7086	1	13	56		
831	Raposeira	21840	9	12	40	0	5
832	Hortas do Tabual	4948	14	14	46		
TOTAL		610917	18	10	41	6	24
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira	79166	19	22	76	39	19
210-11	Aljezur	38100	12	18	58	3	47
341	Lagoa	75993	22	8	47	20	29
401-51-60	Lagos	134192	23	11	48	19	37
530-33	Monchique	70400	15	19	53	9	35
630-33	Portimão	190233	28	10	41	18	45
770-71	Silves	129964	35	16	46	18	43
852	Vila do Bispo	36008	11	8	37	4	8
TOTAL		754719	24	13	49	19	36
TOTAL A + CH		1365636	21	12	45	13	31

Quantidade destes elementos; cx técnicas – caixas técnicas (electricidade, telefones e outras).

136 Espaços com elementos de limpeza (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	ilhas ecológicas		oleões	pilhões	sarjetas		vidrões	
		contentores	ecopontos			papeleiras	sacos cão		
ALDEIAS:									
131	Guia	8	3	4	1	23	1	2	
151	Paderne	9	1	2	2	14			1
221	Bordeira	5		1		1			
222	Carrapateira	5		1	1	2			
411	Barão de S. João	4	1	2		13			
431	Almádena	7	1	1		9			
432	Espiche	5	1	3		17			
463	Portelas	6		2		2			
464	Sargaçal	5		1					
511	Alferce	7		1		7		1	
521	Marmelete	8	1	1		15			
532	Casais	4		1		7			
612	Montes de Alvor	2	3			7			
621	Figueira	7	1	1		14		1	
761	S. Marcos da Serra	8	7	2		10			1
811	Barão de S. Miguel	3		1		5			
821	Budens	10		3		6	1	1	
822	Burgau	5	2	3	1	13		2	
823	Figueira	4				3		1	
825	Vale de Boi	2		1		1			
831	Raposeira	8		1		3		1	
832	Hortas do Tabual	1		1		2		1	
TOTAL		123	21	33	5	174	2	10	1
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	9	1	6		38			1
210-11	Aljezur	12	1			3	1		
341	Lagoa	4	9	2	2	13		4	
401-51-60	Lagos	35	4	5	1	51		5	2
530-33	Monchique	24	3	3		19	1	2	5
630-33	Portimão	5	14		2	62		9	
770-71	Silves	10	7	3		37	3		
852	Vila do Bispo	7	2			14		5	
TOTAL		106	41	19	5	237	5	25	3
TOTAL A + CH		229	62	52	10	411	7	35	4

137 Elementos de limpeza (quantidades)

A + CH

Ref	Núcleo	ilhas ecológicas		oleões	pilhões	sarjetas			
		contentores	ecopontos			papeleiras	sacos cão		
ALDEIAS:									
131	Guia	20	3	4	1	41	1	2	
151	Paderne	23	1	2	2	37			1
221	Bordeira	7		1		1			
222	Carrapateira	17		1	1	5			
411	Barão de S. João	14	1	2		17			
431	Almádena	25	1	1		11			
432	Espiche	17	1	3		22			
463	Portelas	14		2		2			
464	Sargaçal	12		1					
511	Alferce	10		1		17		1	
521	Marmelete	13	1	1		19			
532	Casais	4		1		11			
612	Montes de Alvor	2	3			12			
621	Figueira	17	1	1		21		1	
761	S. Marcos da Serra	12	7	2		16			1
811	Barão de S. Miguel	13		1		6			
821	Budens	26		3		7	1	1	
822	Burgau	19	3	3	1	14		2	
823	Figueira	10				4		1	
825	Vale de Boi	3		1		1			
831	Raposeira	15		1		7		1	
832	Hortas do Tabual	3		1		2		1	
TOTAL		296	22	33	5	273	2	10	1
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	26	1	6		80			2
210-11	Aljezur	18	1			4	1		
341	Lagoa	93	10	2	2	26		4	
401-51-60	Lagos	70	4	5	1	147		7	3
530-33	Monchique	55	4	3		50	1	2	10
630-33	Portimão	12	18		2	210		10	
770-71	Silves	43	8	4		106	3		
852	Vila do Bispo	19	2			28		5	
TOTAL		336	48	20	5	651	5	28	5
TOTAL A + CH		632	70	53	10	924	7	38	6

138 Água e limpeza (médias por ha)

A + CH

Ref	Núcleo	Área total dos EP	bocas de incêndio	papeleiras	contentores	ecopontos	ilhas ecol.
ALDEIAS:		m2					
131	Guia	48403	6	5	4	1	1
151	Paderne	43530	5	3	5	0	0
221	Bordeira	12722	1	1	6	0	1
222	Carrapateira	25651	2	1	7		0
411	Barão de S. João	26061	8	5	5	0	1
431	Almádena	35265	7	3	7	0	0
432	Espiche	52220	6	2	3	0	1
463	Portelas	21043	2	1	7		1
464	Sargaçal	17427	7		7		1
511	Alferce	16338	8	4	6		1
521	Marmeleite	33688	4	4	4	0	0
532	Casais	15858	14	4	3		1
612	Montes de Alvor	34966	9	2	1	1	
621	Figueira	50246	8	3	3	0	0
761	S. Marcos da Serra	36230	4	3	3	2	1
811	Barão de S. Miguel	25533	2	2	5		0
821	Budens	29536	7	2	9		1
822	Burgau	34497	7	4	6	1	1
823	Figueira	17829	8	2	6		
825	Vale de Boi	7086	3	1	4		1
831	Raposeira	21840	5	1	7		0
832	Hortas do Tabual	4948	2	4	6		2
TOTAL		610917	6	4	5	0	0
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira	79829	6	10	3	0	6
210-11	Aljezur	38100	2	1	5	0	2
341	Lagoa	75993	7	3	12	1	7
401-51-60	Lagos	134192	10	11	5	0	10
530-33	Monchique	70400	14	7	8	1	14
630-33	Portimão	190233	14	11	1	1	14
770-71	Silves	129964	6	8	3	1	6
852	Vila do Bispo	36008	9	8	5	1	9
TOTAL		754719	10	9	4	0	0
TOTAL A + CH		1365636	8	7	5	0	0

Quantidade destes elementos; bocas de incêndio – de diversos tipos; ilhas ecol. – ilhas ecológicas.

139 Espaços com sinalização de trânsito (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	espelhos -----			semáforos	sinais -----			sinalética
		chão	parede	total		chão	parede	total	
ALDEIAS:									
131	Guia	2		2	3	26	1	26	9
151	Paderne	5		5	3	22	4	22	6
221	Bordeira					5		5	1
222	Carrapateira	1	1	1	1	8		8	4
411	Barão de S. João	9	1	9		14	2	14	10
431	Almádena	5		5	1	27		27	5
432	Espiche	9	3	11	1	11		11	9
463	Portelas	2		2	1	6	1	7	3
464	Sargaçal	3		3		5		5	1
511	Alferce	1		1		5		5	5
521	Marmeleite				1	4		4	4
532	Casais	2		2		10		10	2
612	Montes de Alvor	3		3		15	1	16	2
621	Figueira	7		7		14	2	15	3
761	S. Marcos da Serra	6	1	7		33	1	33	8
811	Barão de S. Miguel	3		3		10	1	11	2
821	Budens	4		4		18	1	18	2
822	Burgau					20		20	11
823	Figueira	3		3		4		4	1
825	Vale de Boi				1	3		3	1
831	Raposeira	3		3	3	11		11	4
832	Hortas do Tabual								
TOTAL		68	6	71	15	271	14	275	93
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	6		6		43	5	43	19
210-11	Aljezur	2		2	1	9	3	10	8
341	Lagoa	2		2	2	26	1	26	9
401-51-60	Lagos	14	10	22	4	76	59	95	31
530-33	Monchique	4	1	5	5	39	8	42	32
630-33	Portimão	15		15	7	76	37	80	22
770-71	Silves	6		6	2	69	12	72	17
852	Vila do Bispo	2		2		18		18	6
TOTAL		51	11	60	21	356	125	386	144
TOTAL A + CH		119	17	131	36	627	139	661	237

140 Elementos de sinalização de trânsito (quantidade)

A + CH

Ref	Núcleo	espelhos -----			semáforos	sinais -----			sinalética
		chão	parede	total		chão	parede	total	
ALDEIAS:									
131	Guia	2		2	6	95	1	96	14
151	Paderne	8		8	3	89	4	93	12
221	Bordeira					6		6	1
222	Carrapateira	1	1	2	3	21		21	5
411	Barão de S. João	15	1	16		33	3	36	17
431	Almádena	6		6	1	54		54	5
432	Espiche	10	3	13	1	33		33	11
463	Portelas	3		3	6	22	2	24	7
464	Sargaçal	5		5		17		17	1
511	Alferce	1		1		11		11	11
521	Marmeleite				3	41		41	11
532	Casais	2		2		19		19	4
612	Montes de Alvor	4		4		27	1	28	4
621	Figueira	7		7		55	2	57	3
761	S. Marcos da Serra	9	2	11		60	1	61	11
811	Barão de S. Miguel	3		3		20	1	21	2
821	Budens	4		4		30	1	31	2
822	Burgau					51		51	27
823	Figueira	3		3		7		7	4
825	Vale de Boi				1	3		3	2
831	Raposeira	5		5	8	17		17	7
832	Hortas do Tabual								
TOTAL		88	7	95	32	711	16	727	161
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	6		6		158	5	163	33
210-11	Aljezur	5		5	1	24	3	27	9
341	Lagoa	2		2	6	95	1	96	14
401-51-60	Lagos	19	15	34	18	320	105	425	57
530-33	Monchique	6	1	7	10	190	10	200	75
630-33	Portimão	20		20	12	447	62	509	39
770-71	Silves	10		10	8	271	17	288	33
852	Vila do Bispo	2		2		52		52	10
TOTAL		70	16	86	55	1557	203	1760	270
TOTAL A + CH		158	23	181	87	2268	219	2487	431

141 Sinais trânsito chão (quant.)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Marmelete	52127	Estr	N 267	34
Lagos	46054	R	Vasco da Gama	28
Monchique	53317	Lg	Chorões (dos)	27
Portimão	63336	R	Inf D. Henrique	25
Monchique	53301	R	Serpa Pinto	25
Portimão	63335	R	Serpa Pinto	25
Portimão	63348	Lg	Sárrea Prado	24
Paderne	15101	R	5 de Outubro	24
Silves	77177	R	Cândido Reis	22
Portimão	63334	Lg	1º de Dezembro	21
Lagos	46068	Av	Descobrimentos	20
Portimão	63383	Lg	Dique (do)	20
Portimão	63350	Lg	Gil Eanes	18
Portimão	63367	Pç	República (da)	17
Lagoa	34114	R	Liberdade (da)	16
Paderne	15121	R	Escolas (das)	16
Guia	13109	R	Humb Delgado	15
Portimão	63007	R	Oliveira (de)	15
Silves	77101	Lg	República (da)	15
Monchique	53310	Lg	São Sebastião	15
Portimão	63380	Lg	Hel Salgado	14
Silves	77135	Estr	N 124	14
Portimão	63340	R	Maria Luísa, D.	13
Lagoa	34155	R	M Albuquerque	13
Espiche	43262	Estr	N 125	13
M de Alvor	61226	Estr	M 531-1-2	13
Figueira	62133	Estr	N 125	12
Monchique	53312	R	São Sebastião	12
Figueira	62124	R	Morgad de Cima	12
Aljezur	21101	R	25 de Abril	11
Silves	77116	R	Samora Barros	11
Albufeira	11171	R	Águas, Cor	11
Monchique	53389	Estr	Velha	11
Burgau	82217	R	Principal	11
Silves	77106	Lg	Mártires Pátria	11
Paderne	15128			11

A – 10; CH – 26

142 Toldos (quantidade)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Lagos	40107	R	25 de Abril	64
Albufeira	11154	R	5 de Outubro	50
Albufeira	11129	R	Cândido dos Reis	44
Portimão	63366	R	Comércio (do)	33
Lagoa	34110	R	Figueiredo, Cor	28
Lagos	40105	R	Cândido dos Reis	26
Portimão	63336	R	Infante D. Henrique	25
Lagos	40110	R	Marreiros Neto	25
Albufeira	11113	Av	25 de Abril	24
Aljezur	21101	R	25 de Abril	22
Silves	77137	R	Elias Garcia	22
Lagos	46016	R	Infante de Sagres	21
Albufeira	11108	R	São Gonçalo Lagos	21
Lagos	46024	R	Porta de Portugal	19
Albufeira	11127	Lg	Duarte Pacheco	17
Lagos	45126	R	Silva Lopes	17
Guia	13109	R	Humberto Delgado	16
Portimão	63378	R	Direita	16
Lagos	46028	R	Joaquim Machado	15
Silves	77120	R	João de Deus	15
Albufeira	11152	R	Liberdade (da)	15
Lagos	46068	Av	Descobrimentos	14
Silves	77115	R	25 de Abril	14
Silves	77129	R	Vilarinho, Comend	14
Portimão	63375	R	Vasco da Gama	14
Albufeira	11110	Lg	Cais Herculanio	13
Lagos	46011	R	Lima Leitão	13
Lagoa	34114	R	Liberdade (da)	12
Lagos	46013	R	Garrett	12
Lagos	46065	R	Victor Costa e Silva	11
Portimão	63356	R	João de Deus	11
Portimão	63359	Lg	João II, D.	11
Portimão	63377	R	Diogo Tomé	11

A – 1; CH – 32

143 Espaços com transportes e paragens (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com ----- bombas combustível parquímetros			Quantidade de ----- bombas parquímetros		
		autocarro		táxis	autocarro		táxis
ALDEIAS:							
131	Guia		2			5	
151	Paderne		2	1		3	2
221	Bordeira		1			1	
222	Carrapateira		1	1		1	1
411	Barão de S. João		1	1		1	1
431	Almádena		1			1	
432	Espiche		1			4	
463	Portelas		1			4	
464	Sargaçal		1			1	
511	Alferce		1			1	
521	Marmelete	1	2		1	2	
532	Casaís		1			1	
612	Montes de Alvor		2			2	
621	Figueira		3			5	
761	S. Marcos da Serra		2	1		3	1
811	Barão de S. Miguel		1			2	
821	Budens		3	1		3	1
822	Burgau		1	1		2	1
823	Figueira						
825	Vale de Boi						
831	Raposeira		1			2	
832	Hortas do Tabual						
TOTAL		1	28	6	1	44	7
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira		3	2		3	4
210-11	Aljezur			1			1
341	Lagoa		1			1	
401-51-60	Lagos	1	3	5	1	5	12
530-33	Monchique		2	1	1	3	2
630-33	Portimão		10	6	3	12	11
770-71	Silves		6			7	
852	Vila do Bispo		2	1		2	1
TOTAL		1	27	12	8	33	25
TOTAL A + CH		2	55	12	14	77	23

144 Espaços com obstáculos (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----					Quantidade de -----				
		pedra na esquina	inibidores		pilaretes		pedras	inibidores		pilaretes	
			arcos		guardas			arcos		guardas	
ALDEIAS:											
131	Guia	3	2	1	4	10	3	28	10	12	133
151	Paderne	6			5	3	9			13	64
221	Bordeira					1					15
222	Carrapateira				4					7	
411	Barão de S. João	6	14		2	5	7	27		3	71
431	Almádena	3	3		2	1	3	3		6	1
432	Espiche	12	7		6	5	16	25		8	115
463	Portelas	2	2		1		2	3		1	
464	Sargaçal	1	1		1		2	7		12	
511	Alferce				4					9	
521	Marmeleite				6	2				6	16
532	Casais			1	1				1	1	
612	Montes de Alvor	8		1	5	1	10		2	7	1
621	Figueira	3	1		8		3	2		14	
761	S. Marcos da Serra	5	2	1	5	1	6	6	1	23	14
811	Barão de S. Miguel		4		3			7		4	
821	Budens	5			2	3	6			2	33
822	Burgau		4	5	5	2		9	23	15	16
823	Figueira	5	2	1		1	5	1	3		1
825	Vale de Boi	2					2				
831	Raposeira	5	5		5		5	26		7	
832	Hortas do Tabual										
TOTAL		66	47	10	69	35	79	147	40	150	480
CENTROS HISTÓRICOS:											
111	Albufeira		4		11	32		27		69	768
210-11	Aljezur				9	6				23	27
341	Lagoa	7	18	3	5	11	8	139	13	15	71
401-51-60	Lagos	24	58	15	14	60	35	566	37	41	1355
530-33	Monchique	6	1		19	10	6	6		47	150
630-33	Portimão	7	12	18	24	43	8	29	84	89	1085
770-71	Silves	4	1	3	12	28	6	4	31	17	579
852	Vila do Bispo	1			1	1	1			2	115
TOTAL		49	94	39	95	191	64	771	165	303	4150
TOTAL A + CH		115	141	49	164	126	143	918	205	453	4630

145 Pilaretes (quantidade)

Espaços onde há mais *

Núcleo	ref		Nome	
Lagos	45150	Av	Descobrimentos	247
Portimão	63367	Pç	República (da)	171
Lagos	45122	Pç	Infante (do)	168
Portimão	63336	R	Inf D. Henrique	163
Portimão	63378	R	Direita	106
Albufeira	11163	R	M. Bombarda	105
Albufeira	11115	R	Sac. Cabral	94
Albufeira	11120	Pç	M. Bombarda	80
Portimão	63350	Lg	Gil Eanes	78
Espiche	43262	Est	N 125	78
Silves	77132	R	5 de Outubro	77
Silves	77140	Pç	Al Muthamid	76
Lagos	46054	R	Vasco Gama	70
Portimão	63360	R	Porta da Serra	68
Lagos	45124	Cai	s Solaria (da)	67
Portimão	63369	R	M Albuquerque	67
Albufeira	11154	R	5 de Outubro	61
Monchique	53309	R	DuartPacheco	59
B. São João	41124	R	F. Silva Rijo	57
Lagos	45111	R	São José (de)	54
Lagos	45113	R	Júlio Dantas	53
Albufeira	11144	R	Bern Sousa	51
Portimão	63363	R	Hortinha (da)	50
Silves	77031			48
Portimão	63393	Lg	Lota (da)	48
Albufeira	11171	R	Águas, Cor	46
Lagos	46017	Lg	Quartéis (dos)	45
Silves	77128	R	José Estêvão	43
Monchique	53310	Lg	São Sebastião	42
Lagos	46065	R	Victor C Silva	40
Lagos	45133	R	João Bonança	40
Albufeira	11142	Pç	República (da)	40
Albufeira	11169	R	Diogo Leote	39
Lagos	46061			38
Silves	77115	R	25 de Abril	37
Paderne	15101	R	5 de Outubro	37
Albufeira	11167	Lg	Jacd'Ayete	36

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Lagos	46052	R	Capelinha (da)	35
Guia	13111	R	Maria Pereira	33
Lagos	45101	Lg	Sta M Graça	33
Portimão	63330	R	5 de Outubro	33
Albufeira	11118	Tv	Telheiros	33
Lagos	45114	R	Mendonça, Dr	32
Lagos	46056	R	Af Caetano	31
Silves	77161	R	Porta da Azoia	31
Lagos	45112	R	5 de Outubro	29
Silves	77116	R	Sam Barros	29
Guia	13115	R	Escolas (das)	29
Lagoa	34102	Lg	Mig Bombarda	29
Albufeira	11177	R	Latino Coelho	28
Lagos	45126	R	Silva Lopes	28
Lagos	45131	Tv	Mineiro (do)	28
Lagos	45118	Pç	Armas (d')	27
Portimão	63359	Lg	João II, D.	27
Silves	77162	Lg	José C Lobo	27
Portimão	63007	R	Oliveira (de)	26
Lagos	45103	R	Adro (do)	26
Budens	82152			26
Silves	77130	R	M Albuquerque	24
Albufeira	11159	R	João de Deus	24
Paderne	15126	Lg	João Campos	23
Portimão	63364	R	Mach Santos	23
Albufeira	11153	R	Sem Azevedo	23
Lagos	45119	Tv	Forno (do)	22
Portimão	63397	R	França Borges	22
Portimão	63386	Lg	Caldeireiros	22
Portimão	63327	R	Igreja (da)	22
Lagos	45117	R	Castelo Gov	21
Lagos	46046	R	A Cris Santos	21
Espiche	43210	Lg	Praça (da)	20

A – 8; CH – 62

* Os dados respeitam aos espaços considerados.

146 Trânsito: inibição e orientação (médias por 1000m de via)

A + CH

Ref	Núcleo	Comprimento total dos EP	arcos	guardas inibidores	pilaretes espelhos	sinais sinalética			
ALDEIAS:		m							
131	Guia	3974	7	3	3	33	1	24	4
151	Paderne	4217		3		15	1	22	3
221	Bordeira	2208				7		3	0
222	Carrapateira	3439		2			0	6	1
411	Barão de S. João	8394	6	1		17	2	9	3
431	Almádena	4815	1	1		0	1	11	1
432	Espiche	6266	4	1		18	2	5	2
463	Portelas	2403	1	0			1	10	3
464	Sargaçal	1790	4	7			2	9	1
511	Alferce	2117		4			0	5	5
521	Marmeleite	3787		2		4		11	3
532	Casais	2041		0	0		1	9	2
612	Montes de Alvor	4194		2	0	0	1	7	1
621	Figueira	4990	0	3			1	11	1
761	S. Marcos da Serra	5409	1	4	0	3	1	11	2
811	Barão de S. Miguel	3492	2	1			1	6	1
821	Budens	4009		0		8	1	8	0
822	Burgau	4519	2	3	6	4		11	6
823	Figueira	2863	0		1	0	1	2	1
825	Vale de Boi	1235						2	2
831	Raposeira	3324	8	2			1	5	2
832	Hortas do Tabual	927							
TOTAL		76179	2	2	1	6	1	10	2
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	8744	3	8		88	1	18	4
210-11	Aljezur	8567		4		3	1	3	1
341	Lagoa	8388	17	2	0	8	0	11	2
401-51-60	Lagos	14353	39	3	1	94	2	30	4
530-33	Monchique	8683	1	5		17	1	23	9
630-33	Portimão	15074	2	6	1	72	1	34	3
770-71	Silves	12165	0	1	0	48	1	24	3
852	Vila do Bispo	4386		0		26	0	12	2
TOTAL		80360	10	4	2	52	1	22	3
TOTAL A + CH		156539	6	3	1	30	1	16	3

Quantidades destes elementos.

147 Espaços com elementos lúdicos (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----					Quantidade de -----				
		esp.água	jg.pav	pq.inf			esp.água	jg.pav	pq.inf		
		jg.água	lagos	varand			jg.água	lagos	varandins		
ALDEIAS:											
131	Guia			1	1				1	1	
151	Paderne			1	1				1	1	
221	Bordeira										
222	Carrapateira			1	2				1	2	
411	Barão de S. João			1					1		
431	Almádena										
432	Espiche		2					2			
463	Portelas										
464	Sargaçal										
511	Alferce	1			1		1				1
521	Marmeleite		1	1				1	1		
532	Casais										
612	Montes de Alvor										
621	Figueira			1					1		
761	S. Marcos da Serra			1						1	
811	Barão de S. Miguel										
821	Budens										
822	Burgau				2						2
823	Figueira										
825	Vale de Boi										
831	Raposeira			1	1					1	1
832	Hortas do Tabual										
TOTAL		1	3	2	7	7	1	3	2	7	7
CENTROS HISTÓRICOS:											
111	Albufeira			1	18				1		35
210-11	Aljezur				4						6
341	Lagoa			1						1	
401-51-60	Lagos	5			1		8				3
530-33	Monchique	2			2		3				4
630-33	Portimão	2	4	1	2	1	2	4	1	2	2
770-71	Silves		1	3	2			1	5		3
852	Vila do Bispo										
TOTAL		9	4	2	6	2	28	13	4	2	53
TOTAL A + CH		10	4	5	8	9	35	14	4	5	60

esp.água – espelhos de água; jg.água – jogos de água; jg.pav – jogos no pavimento; pq.inf – parques infantis

148 Espaços com elementos de memória (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----				Quantidade de -----			
		placas de homenagem	peças de arte			placas hom.	peças arte		
Antenas tv		monumentos		datas		monumerntos		datas	
ALDEIAS:									
131	Guia			5					8
151	Paderne	2	1	8		2	1		14
221	Bordeira			2					2
222	Carrapateira		1	5			1		5
411	Barão de S. João			2	3			2	3
431	Almádena			1					1
432	Espiche								
463	Portelas			3					4
464	Sargaçal	1		3		1			3
511	Alferce			1	5			1	7
521	Marmelete			3					6
532	Casais								
612	Montes de Alvor			3					5
621	Figueira			1					1
761	S. Marcos da Serra	1	1	1	5	1	1	1	7
811	Barão de S. Miguel			1					2
821	Budens			4					8
822	Burgau			2					2
823	Figueira			3					3
825	Vale de Boi								
831	Raposeira								
832	Hortas do Tabual								
TOTAL		4	3	4	57	4	3	4	81
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	1	2	1	24	1	2	6	33
210-11	Aljezur	3	1		7	3	2		8
341	Lagoa	1	1		15	1	1		18
401-51-60	Lagos	7	6	5	32	9	8	7	52
530-33	Monchique	4	1	4	22	4	1	9	33
630-33	Portimão	3	5	1	28	6	5	17	66
770-71	Silves	4	3	2	25	4	3	5	36
852	Vila do Bispo	1			6	1			6
TOTAL		24	19	13	159	29	22	44	252
TOTAL A + CH		28	22	17	216	33	25	48	333

149 Espaços com elementos de serviço público (número de) A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----				Quantidade de -----			
		cabines telefónicas	marcos CTT			cab. telef.	marcos CTT		
Antenas tv		caixas	multibanco	sanitários		cx multibanco		sanitários	
ALDEIAS:									
131	Guia	1	1	2	1	1	3	4	2
151	Paderne	1			2	2			2
221	Bordeira	1		1	2	1		1	2
222	Carrapateira	1	1	2	1	1	1	2	1
411	Barão de S. João	1	1	1	3	1	1	2	3
431	Almádena	1		1		1		1	
432	Espiche	1	1		1	1	1		1
463	Portelas	1			1	1			1
464	Sargaçal	1		1		1		1	
511	Alferce	1		1	1	1		1	4
521	Marmeleite	1	1	2	2	1	1	2	2
532	Casaís	1		1	1	1		1	1
612	Montes de Alvor	2		1	1	2		1	1
621	Figueira			1	1			1	1
761	S. Marcos da Serra	2	1	2	2	2	1	3	2
811	Barão de S. Miguel	1		1	1	1		1	2
821	Budens	1		1	1	1		1	1
822	Burgau	2	1	1	1	2	1	1	2
823	Figueira	1		1	1	1		1	2
825	Vale de Boi			1				1	
831	Raposeira	1		2	1	1		2	1
832	Hortas do Tabual								
TOTAL		22	7	23	24	23	9	27	31
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	5	3	2	4	5	4	2	4
210-11	Aljezur	2	1	2	2	2	3	2	2
341	Lagoa	4	4	2	1	4	5	3	1
401-51-60	Lagos	9	4	4	1	17	4	5	1
530-33	Monchique	4	2	4	6	4	2	4	6
630-33	Portimão	8	5	5	5	8	7	7	6
770-71	Silves	7	1	4	3	7	1	5	5
852	Vila do Bispo	2	1		1	2	1		2
TOTAL		41	21	23	23	49	27	28	27
TOTAL A + CH		63	28	46	47	72	36	55	58

150 Espaços com elementos comunitários tradicionais

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----			Quantidade de -----		
Antenas tv		fontes	fornos	repuxos	fontes	fornos	repuxos
ALDEIAS:							
131	Guia	1			1		
151	Paderne	2	1		2	1	
221	Bordeira	4		1	4		1
222	Carrapateira	3	2		3	2	
411	Barão de S. João	2		1	2		1
431	Almádena	1	1	1	1	1	1
432	Espiche	1			1		
463	Portelas						
464	Sargaçal		1			1	
511	Alferce	3	2	1	3	2	3
521	Marmeleite	5		1	5		2
532	Casais	1			1		
612	Montes de Alvor						
621	Figueira						
761	S. Marcos da Serra	3	2	4	3	2	4
811	Barão de S. Miguel	1		1	2		1
821	Budens	1			1		
822	Burgau	1		1	1		1
823	Figueira	1			1		
825	Vale de Boi	1			1		
831	Raposeira	1		2	1		2
832	Hortas do Tabual	1			1		
TOTAL		33	9	13	34	9	16
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira			6			6
210-11	Aljezur	6	12	1	6	14	1
341	Lagoa	1		1	1		1
401-51-60	Lagos	4		3	4		3
530-33	Monchique	9		2	9		2
630-33	Portimão			4			5
770-71	Silves	1		3	1		3
852	Vila do Bispo	3		1	3		1
TOTAL		24	12	21	24	14	22
TOTAL A + CH		57	21	34	58	23	38

151 Espaços com ocupação permanente (privados)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----					Quantidade de -----				
		escadas		rampas			escadas		rampas		
		degraus	pérgulas		telheiros		degraus	pérgulas		telheiros	
ALDEIAS:											
131	Guia	12	3		3	5	22	5		3	11
151	Paderne	15	5		4	4	34	6		4	6
221	Bordeira	18	7	1	7	7	31	10	1	7	8
222	Carrapateira	24	9		6	1	48	10		11	2
411	Barão de S. João	19	3		5	3	35	5		7	3
431	Almádena	14	4		12	3	22	4		21	3
432	Espiche	32	8		24	8	69	8		24	8
463	Portelas	6	3		6	2	14	10		13	2
464	Sargaçal	8	4		1	3	15	5		1	3
511	Alferce	9	3	2	4	3	15	4	2	6	5
521	Marmeleite	14	9		8	2	24	13		11	2
532	Casais	4	2		1	1	13	6		1	1
612	Montes de Alvor	17	1	1	10	3	41	1	1	14	3
621	Figueira	12	5		5	5	30	13		9	5
761	S. Marcos da Serra	35	7	1	26	5	96	7	1	26	5
811	Barão de S. Miguel	18	7		3	2	41	13		3	2
821	Budens	30	22		6	9	73	7		23	4
822	Burgau	12	13	1	6	12	77	33	1	8	13
823	Figueira	16	3	1	4	3	39	7	1	8	3
825	Vale de Boi	10	4			3	18	4			3
831	Raposeira	25	8	1	4	3	52	9	1	10	3
832	Hortas do Tabual	12	9		2		16	5		2	
TOTAL		362	134	8	147	87	825	185	8	212	95
CENTROS HISTÓRICOS:											
111	Albufeira	55	14	1	17	13	123	15	1	17	30
210-11	Aljezur	57	18		11	11	134	22		19	13
341	Lagoa	55	9		36	5	105	10		51	7
401-51-60	Lagos	65	28		29	17	166	36		39	27
530-33	Monchique	40	20	4	10	5	76	25	7	16	5
630-33	Portimão	40	8		13	14	77	9		15	18
770-71	Silves	82	10	1	29	2	112	18	1	38	2
852	Vila do Bispo	27	4		12	1	76	5		19	1
TOTAL		421	111	6	157	68	869	140	9	214	103
TOTAL A + CH		783	245	14	304	155	1694	325	17	426	198

degraus – acessos com 1 ou 2; escadas – acessos com 3 ou mais degraus; ar cond – aparelhos de ar condicionado.

152 Fachadas: saliências (médias por 1000m de via)

A + CH

Ref	Núcleo	Comprimento total dos EP	degraus	escadas	rampas	telheiros	ar cond
ALDEIAS:		m					
131	Guia	3974	6	1	0	3	11
151	Paderne	4217	8	1	0	1	8
221	Bordeira	2208	14	5	3	4	1
222	Carrapateira	3439	14	3	3	1	0
411	Barão de S. João	8394	8	1	2	1	1
431	Almádena	4815	5	0	4	1	2
432	Espiche	6266	11	1	4	1	2
463	Portelas	2403	6	4	5	1	2
464	Sargaçal	1790	8	3	1	2	
511	Alferce	2117	7	2	3	2	3
521	Marmeleite	3787	6	5	3	1	1
532	Casaís	2041	6	3	1	0	
612	Montes de Alvor	4194	10	0	3	1	3
621	Figueira	4990	6	3	2	1	6
761	S. Marcos da Serra	5409	18	1	5	1	4
811	Barão de S. Miguel	3492	12	4	1	1	0
821	Budens	4009	18	2	6	1	1
822	Burgau	4519	17	7	2	3	9
823	Figueira	2863	14	2	3	1	1
825	Vale de Boi	1235	15	3		2	1
831	Raposeira	3324	16	3	3	1	0
832	Hortas do Tabual	927	17	5	2		
TOTAL		76179	11	2	3	1	3
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira	8744	14	2	2	3	42
210-11	Aljezur	8567	16	3	2	2	2
341	Lagoa	8388	13	1	6	1	24
401-51-60	Lagos	14353	12	3	3	2	18
530-33	Monchique	8683	9	3	2	1	3
630-33	Portimão	15074	5	1	1	1	43
770-71	Silves	12165	9	1	3	0	22
852	Vila do Bispo	4386	17	1	4	0	2
TOTAL		80360	11	2	3	1	22
TOTAL A + CH		156539	11	2	3	1	13

degraus – acessos com 1 ou 2; escadas – acessos com 3 ou mais degraus; ar cond – aparelhos de ar condicionado.

153 Espaços com volume nas fachadas (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----				Quantidade de -----			
		arcadas	pilar na esquina			arcadas	pilar na esquina		
	Antenas tv	recuados		varandas		recuados		varandas	
ALDEIAS:									
131	Guia	1		1		1		1	
151	Paderne								
221	Bordeira			7				10	
222	Carrapateira								
411	Barão de S. João	1		2		1		2	
431	Almádena			1				1	
432	Espiche	1				1			
463	Portelas			1				3	
464	Sargaçal	1		1		1		2	
511	Alferce	1		2		1		2	
521	Marmelete	2		2		2		2	
532	Casaís	1				1			
612	Montes de Alvor			1				1	
621	Figueira			1				1	
761	S. Marcos da Serra	1	1	7		1	1	11	
811	Barão de S. Miguel			6				9	
821	Budens	1		1	11	1		1	15
822	Burgau	2		6		2		12	
823	Figueira	1		3		1		5	
825	Vale de Boi			2				3	
831	Raposeira			1	8			1	11
832	Hortas do Tabual			3				4	
TOTAL		13	1	3	64	13	1	3	94
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	6	6		19	6	6		33
210-11	Aljezur	1			4	2			8
341	Lagoa	15	2		3	22	2		3
401-51-60	Lagos	12	2	1	2	17	4	1	2
530-33	Monchique	4	3		3	5	7		3
630-33	Portimão	24	16	6		30	32	6	
770-71	Silves	8	3	3	3	14	3	3	3
852	Vila do Bispo	2			4	2			5
TOTAL		72	32	10	38	98	54	10	57
TOTAL A + CH		85	33	13	102	111	55	13	151

154 Vasos chão (quantidade) A+CH

Espaços onde há mais fachadas com

Núcleo	ref		Nome	
Albufeira	11135	R	Igreja Velha	12
Albufeira	11132	R	Afonso III	11
Albufeira	11134	R	Nova	10
Albufeira	11177	R	Latino Coelho	9
S. Marcos da Serra	76127	R	Castelo (do)	9
Albufeira	11136	Tv	Igreja Velha	9
Aljezur	21167	R	Parreiras (das)	8
Monchique	53316	Tv	Guerreiras	8
Barão de São João	41124	R	Francisco da Silva Rijo, Cap	7
Portimão	63308	Lg	Barca (da)	7
Monchique	53374			7
Albufeira	11139	R	CemitérioVelho	7
Paderne	15124			7
Aljezur	21170	R	Nascer do Sol	6
Alferce	51118			6
Marmeleite	52128	R	Inácio V Cabrita	6
Aljezur	21107	R	Figueiras (das)	6
Burgau	82213	Tv	Felizard Mateus	6
Bordeira	22112	R	Casa Fidalga	6
Casais	53204			5
Burgau	82224	R	Fortaleza (da)	5
Portimão	63316	R	Júdice Fialho	5
Albufeira	11154	R	5 de Outubro	5
Bordeira	22116	Lg	1º de Maio	5
Aljezur	21101	R	25 de Abril	5
Lagos	46050	Bc	José Vieira	5
Carrapateira	22201	Lg	Comércio (do)	5
Albufeira	11116	R	Alves Correia	5
Albufeira	11128	Tv	Cândido Reis	5
Alferce	51102	R	Flores (das)	5
Barão de São Miguel	81115	Bc	Alecrim (do)	5

A – 13; CH – 18

155 Vasos parede (quantidade) A+CH

Espaços onde há mais fachadas com

Núcleo	ref		Nome	
Portimão	63336	R	Inf D. Henrique	10
Espiche	43261	R	Pesos (dos)	9
Figueira	82316	R	Meio (do)	8
Lagos	46054	R	Vasco Gama	8
Lagos	45140	R	Soeiro Costa	8
Silves	77178	R	1º de Maio	7
S. Marcos da Serra	76130	R	Comércio (do)	6
Silves	77177	R	Cândido Reis	6
Barão de São João	41124	R	Francisco Silva Rijo, Cap	5
Portimão	63308	Lg	Barca (da)	5
Lagos	40103	R	Oliveira (da)	5
Lagos	46032	R	Peixeiros (dos)	5
Lagos	40105	R	Cândido Reis	5
Silves	77102	R	Serpa Pinto	5
Aljezur	21167	R	Parreiras (das)	4
Casais	53204			4
Figueira	82326	R	Farinheira (da)	4
Portimão	63378	R	Direita	4
Portimão	63357	R	Alex Herculano	4
Portimão	63007	R	Oliveira (de)	4
Figueira	62130	Estr	Fonte (da)	4
Lagos	45138	R	M Pessanha	4
Portimão	63321	R	Santa Isabel	4
Silves	77121	R	Cruz Palmeira	4
Silves	77153	R	Greg N M Neto	4
Portimão	63306	R	Pedro Caiado	4

A – 7; CH – 19

156 Vasos grandes (quantidade)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Albufeira	11113	Av	25 de Abril	36
Sargaçal	46404	R	Caldeiroa (da)	22
Portimão	63378	R	Direita	20
Monchique	53317	Lg	Chorões (dos)	18
Barão de São João	41124	R	Francisco da Silva Rijo, Cap	17
Portimão	63375	R	Vasco Gama	15
Aljezur	21101	R	25 de Abril	15
Silves	77137	R	Elias Garcia	14
Albufeira	11127	Lg	DuartPacheco	14
Lagos	46061			14
Albufeira	11167	Lg	Jacint d'Ayete	13
Silves	77136	R	Policarpo Dias	13
Lagoa	34142	R	25 de Abril	12
Portimão	63366	R	Comércio (do)	12
Guia	13119	R	N Sra da Guia	12
Alferce	51112	Lg	Igreja	12
Albufeira	11154	R	5 de Outubro	11
Lagos	45161			11
Portimão	63356	R	João de Deus	11
Portimão	63008	R	Francisco Bivar	11
Portimão	63348	Lg	Sárrea Prado	10
Portimão	63363	R	Hortinha (da)	9
Portimão	63321	R	Santa Isabel	8
Portimão	63334	Lg	1º Dezembro	8
Portimão	63387	Tv	Caldeireiros	8
Aljezur	21120	Lg	5 de Outubro	8
Barão de São João	41174			8
Lagos	46071			7
Alferce	51113	Adro	Igreja (da)	7
Portimão	63323	R	Sra da Tocha	6
Albufeira	11191			6
Barão de São João	41146			6

A – 7; CH – 25

157 Degraus (quantidade)

A+CH

Espaços onde há mais portas com

Núcleo	ref		Nome	
Albufeira	11134	R	Nova	37
Albufeira	11177	R	Latino Coelho	35
Albufeira	11135	R	Igreja Velha	24
Albufeira	11146	R	Joaq P Samora	20
Albufeira	11132	R	Afonso III	17
Albufeira	11139	R	CemitérioVelho	15
Albufeira	11143	R	Henriq Calado	15
Vila do Bispo	85206	R	José Cardoso	14
Burgau	82224	R	Fortaleza (da)	12
Espiche	43234	R	F Ant Santos	12
Albufeira	11179	Tv	Águas, Cor	11
Burgau	82219	R	Praia (da)	11
Albufeira	11136	Tv	Igreja Velha	11
Lagos	46045	R	Nova da Aldeia	10
Albufeira	11133	R	Bateria (da)	10
Lagos	46031	R	Jogo da Bola	10
Silves	77114	R	Nova Boavista	10
Albufeira	11171	R	Águas, Cor	9
Lagoa	34163	R	João Meneses	9
Budens	82132	R	Alegria (da)	9
Albufeira	11116	R	Alves Correia	8
Figueira	62101	R	Principal	8
Monchique	53312	R	São Sebastião	8
Silves	77172	R	Castelo (do)	8
Lagoa	34181	R	José Estêvão	8
Albufeira	11124	Tv	Alves Correia	8
Aljezur	21165	R	Cabeças (das)	8
Aljezur	21102	R	Vento (do)	8
S. Marcos da Serra	76101	R	Poleirão (do)	8

A – 6; CH – 23

158 Espaços com publicidade (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----					Quantidade de -----				
		Placas -----	lumin ---	cavaletes			Placas -----	lumin ---	cavaletes		
		fixos salient	fixos salient	fixos salient			fixos salient	fixos salient	fixos salient		
ALDEIAS:											
131	Guia	18	4	9	7	5	85	8	28	20	14
151	Paderne	7	1	2	5	3	17	2	3	11	7
221	Bordeira	1				1	2				1
222	Carrapateira	9		1	2	2	28		1	2	4
411	Barão de S. João	7	2	2	4	2	27	2	3	4	2
431	Almádena	4		1	4	3	8		2	4	3
432	Espiche	6	4	4	4	3	12	4	4	6	2
463	Portelas	1	1		2	1	4	3		5	3
464	Sargaçal	1			1		1			1	
511	Alferce	2	1	1	2		2	1	1	3	
521	Marmeleite	5		1	5	3	6		1	9	6
532	Casaís	1	1		1		1	1		2	
612	Montes de Alvor	2		3	4	2	4		4	4	2
621	Figueira	6	1	4	3	2	10	1	6	4	2
761	S. Marcos da Serra	10	6	6	8	3	18	7	9	15	3
811	Barão de S. Miguel	2	1		1		6	1		1	
821	Budens	6	1	1	4		8	1	1	4	
822	Burgau	21	1	5	5	3	71	1	5	6	3
823	Figueira	5	1	2	4	1	10	3	2	4	1
825	Vale de Boi										
831	Raposeira	1		1	5		3		1	6	
832	Hortas do Tabual			1					1		
TOTAL		115	25	44	71	34	328	35	72	111	53
CENTROS HISTÓRICOS:											
111	Albufeira	52	16	35	36	22	492	27	187	151	158
210-11	Aljezur	9		2	2	2	56		16	11	4
341	Lagoa	47	8	36	33	7	153	8	87	87	16
401-51-60	Lagos	86	28	46	48	28	585	71	182	158	73
530-33	Monchique	33	4	15	17	9	100	6	37	41	17
630-33	Portimão	78	21	61	54	24	581	34	256	192	54
770-71	Silves	43	16	28	32	19	193	28	77	91	38
852	Vila do Bispo	10	2	7	8	1	19	2	10	18	1
TOTAL		358	95	230	230	112	2179	176	852	749	361
TOTAL A + CH		473	120	274	301	146	2507	211	924	860	414

159 Pub placas parede (quantidade)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Albufeira	11129	R	Cândido Reis	59
Albufeira	11113	Av	25 de Abril	50
Albufeira	11116	R	Alves Correia	47
Lagos	40107	R	25 de Abril	43
Lagos	40105	R	Cândido Reis	42
Portimão	63336	R	Inf D. Henrique	39
Albufeira	11154	R	5 de Outubro	38
Lagos	45140	R	Soeiro da Costa	38
Portimão	63378	R	Direita	35
Albufeira	11127	Lg	Duarte Pacheco	35
Guia	13109	R	Humb Delgado	32
Aljezur	21101	R	25 de Abril	32
Portimão	63366	R	Comércio (do)	30
Albufeira	11110	Lg	Cais Herculano	24
Lagos	40110	R	Marreiros Neto	23
Silves	77115	R	25 de Abril	23
Portimão	63351	R	M de Almeida	22
Lagos	46054	R	Vasco da Gama	21
Lagoa	34114	R	Liberdade (da)	21
Lagos	46024	R	Porta Portugal	20
Lagos	46008	R	Af Almeida	20
Portimão	63335	R	Serpa Pinto	20
Albufeira	11108	R	S Gonçalo Lagos	20
Albufeira	11163	R	MigBombarda	19
Albufeira	11101	Pç	Pescadores	19
Lagos	45126	R	Silva Lopes	18
Silves	77127	R	Figueiredo, Cor	17
Portimão	63390	R	Júdice Biker	17
Portimão	63321	R	Santa Isabel (de)	17
Lagos	46016	R	Infante Sagres	16
Lagos	45127	R	Lanç Freitas	16
Portimão	63330	R	5 de Outubro	15
Portimão	63359	Lg	João II, D.	15
Lagos	46068	Av	Descobrimentos	15
Silves	77177	R	Cândido Reis	15
Carrapateira	22201	Lg	Comércio (do)	15
Portimão	63385	R	D LFaria Castro	15

160 Pub placas salientes (quant.)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Lagos	40107	R	25 de Abril	10
Lagos	40105	R	Cândido dos Reis	9
Guia	13109	R	Humberto Delgado, Gen	5
Lagos	40110	R	Marreiros Neto	5
Lagos	46016	R	Infante de Sagres	5
Albufeira	11128	Tv	Cândido dos Reis	5
Lagos	45145	R	Joaquim Tello, Dr	4
Portimão	63323	R	Senhora da Tocha (da)	4
Silves	77119	R	Francisco Pablos	4
Albufeira	11129	R	Cândido dos Reis	3
Portimão	63336	R	Infante D. Henrique	3
Albufeira	11154	R	5 de Outubro	3
Portimão	63366	R	Comércio (do)	3
Silves	77115	R	25 de Abril	3
Lagos	46024	R	Porta de Portugal (da)	3
Lagos	45126	R	Silva Lopes	3
Lagos	40104	R	1º de Maio	3
Silves	77120	R	João de Deus	3
Monchique	53330	R	Samora Gil, Dr	3
Figueira	82312	R	Comércio (do)	3
Albufeira	11169	R	Diogo Leote, Dr	3
Portelas	46301	Estr	N 120	3
Portimão	63348	Lg	Sárrea Prado, Eng	3

A – 3; CH – 20

A – 2; CH – 35

161 Pub luminosa parede (quant.)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Albufeira	11127	Lg	Duarte Pacheco	34
Albufeira	11113	Av	25 de Abril	28
Albufeira	11116	R	Alves Correia	19
Portimão	63336	R	Inf D. Henrique	19
Albufeira	11129	R	Cândido dos Reis	14
Aljezur	21101	R	25 de Abril	14
Portimão	63335	R	Serpa Pinto	14
Portimão	63350	Lg	Gil Eanes	14
Lagos	46068	Av	Descobrimentos	13
Lagos	40107	R	25 de Abril	12
Portimão	63366	R	Comércio (do)	12
Lagos	46054	R	Vasco da Gama	11
Portimão	63359	Lg	João II, D.	11
Portimão	63378	R	Direita	10
Guia	13109	R	Humb Delgado	10
Portimão	63367	Pç	República (da)	10
Lagos	46065	R	Victor C e Silva	10
Lagoa	34142	R	25 de Abril	10
Albufeira	11110	Lg	Cais Herculano	9
Albufeira	11108	R	S Gonçalo Lagos	9
Portimão	63390	R	Júdice Biker	9
Portimão	63330	R	5 de Outubro	9
Portimão	63360	R	Porta da Serra	9
Portimão	63327	R	Igreja (da)	9
Lagos	40105	R	Cândido dos Reis	8
Lagos	40110	R	Marreiros Neto	8
Lagoa	34114	R	Liberdade (da)	8
Monchique	53301	R	Serpa Pinto	8
Portimão	63007	R	Oliveira (de)	8
Lagos	46011	R	Lima Leitão	8
Portimão	63334	Lg	1º de Dezembro	8
Portimão	63383	Lg	Dique (do)	8
Lagos	46010	Pç	Gil Eanes	8
Portimão	63398	Av	São João de Deus	8
Lagoa	34149	Lg	5 de Outubro	8

A – 1; CH – 34

162 Pub luminosa saliente (quant.)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Portimão	63336	R	Infante D. Henrique	22
Albufeira	11113	Av	25 de Abril	21
Albufeira	11129	R	Cândido dos Reis	18
Albufeira	11116	R	Alves Correia	16
Lagos	40107	R	25 de Abril	15
Albufeira	11154	R	5 de Outubro	15
Lagos	46054	R	Vasco da Gama, D.	14
Lagoa	34142	R	25 de Abril	11
Lagos	40105	R	Cândido dos Reis	11
Portimão	63330	R	5 de Outubro (de)	10
Lagoa	34114	R	Liberdade (da)	10
Lagos	46016	R	Infante de Sagres	10
Portimão	63351	R	Manuel de Almeida, Dr	10
Aljezur	21101	R	25 de Abril	9
Monchique	53301	R	Serpa Pinto	9
Portimão	63335	R	Serpa Pinto	8
Guia	13109	R	Humberto Delgado, Gen	8
Portimão	63334	Lg	1º de Dezembro	8
Silves	77120	R	João de Deus	8
Lagoa	34110	R	Figueiredo, Cor	8
Portimão	63390	R	Júdice Biker	7
Lagos	46008	R	Afonso de Almeida	7
Portimão	63316	R	Júdice Fialho	7
Portimão	63322	R	João Vitorino Mealha, Dr	7
Albufeira	11152	R	Liberdade (da)	7

A – 1; CH – 24

163 Espaços com ocupação da via pública (número de) A + CH

Ref	Núcleo	aquecedores	banças bonecos	dep. garrafas gás esplanadas	expositores quiosques	separadores	toldos			
ALDEIAS:										
131	Guia		1	1	7	2	4	15		
151	Paderne			1	3	2		7		
221	Bordeira			1	1	1	1	1		
222	Carrapateira				1	1	1	2		
411	Barão de S. João			5	3		1	3		
431	Almádena			2	1			2		
432	Espiche		4	4	3	2		4		
463	Portelas			1	2					
464	Sargaçal				1			2		
511	Alferce			2	1			1		
521	Marmelete			4	3			3		
532	Casais			1	1			1		
612	Montes de Alvor			1	5	1	1	6		
621	Figueira			4	3			4		
761	S. Marcos da Serra			5		2		3		
811	Barão de S. Miguel				2		1	2		
821	Budens			5	1			3		
822	Burgau			6	3	2		5		
823	Figueira			2	2	2		1		
825	Vale de Boi			1						
831	Raposeira			2	2		1	1	3	
832	Hortas do Tabual									
TOTAL			5	48	45	15	3	8	68	
CENTROS HISTÓRICOS:										
111	Albufeira	2	8	4	3	29	14	1	7	40
210-11	Aljezur				1	2	1	1	1	3
341	Lagoa				9	11	10	1		38
401-51-60	Lagos	1	4		4	35	27	5	12	59
530-33	Monchique				7	4	11	1		15
630-33	Portimão			1	1	26	17	7		62
770-71	Silves		2		5	23	16	3	2	40
852	Vila do Bispo			1	1	4	1		1	9
TOTAL		3	14	6	31	134	97	19	23	266
TOTAL A + CH		3	14	11	79	179	112	22	31	334

164 Elementos na via pública (quantidades)

A + CH

Ref	Núcleo	aquecedores	banças	dep. garrafas	gás	expositores	separadores			
			bonecos		esplanadas	quiosques		toldos		
ALDEIAS:										
131	Guia			1	5	7	4	5	48	
151	Paderne			1	2	3	5		13	
221	Bordeira				1	1	1	1	1	
222	Carrapateira					3	1	3	7	
411	Barão de S. João				6	3		1	5	
431	Almádena				3	2			5	
432	Espiche			4	6	3	2		4	
463	Portelas				1	2				
464	Sargaçal					1			2	
511	Alferce				2	1			3	
521	Marmelete				10	4			8	
532	Casais				2	1			3	
612	Montes de Alvor				1	5	1	2	7	
621	Figueira				7	3			9	
761	S. Marcos da Serra				10		4		8	
811	Barão de S. Miguel					2		1	3	
821	Budens				5	1			5	
822	Burgau				9	5	4		6	
823	Figueira				3	2	3		1	
825	Vale de Boi				1					
831	Raposeira				4	2		1	7	
832	Hortas do Tabual									
TOTAL				6	78	51	25	5	10	145
CENTROS HISTÓRICOS:										
111	Albufeira	9	26	6	3	107	109	1	45	309
210-11	Aljezur				2	5	11	1	1	25
341	Lagoa				12	16	12	1		121
401-51-60	Lagos	3	19		5	72	181	6	23	387
530-33	Monchique				11	8	49	1		41
630-33	Portimão			1	1	60	40	16	8	311
770-71	Silves		20		10	48	64	5	5	192
852	Vila do Bispo			1	4	8	1		1	37
TOTAL		12	55	8	48	324	467	31	83	1423
TOTAL A + CH		12	55	14	126	375	492	36	93	1568

165 Esplanadas (quantidade)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Lagos	40107	R	25 de Abril	16
Albufeira	11129	R	Când. dos Reis	14
Albufeira	11113	Av	25 de Abril	13
Albufeira	11110	Lg	Cais Herculano	12
Albufeira	11127	Lg	Duart Pacheco	11
Albufeira	11108	R	S. Gonç.Lagos	8
Albufeira	11154	R	5 de Outubro	8
Silves	77136	R	Polcarpo Dias	7
Albufeira	11116	R	Alves Correia	5
Lagos	45126	R	Silva Lopes	5
Portimão	63378	R	Direita	5
Portimão	63391	Pç	M.Teix. Gomes	5
Portimão	63308	Lg	Barca (da)	5
Silves	77135	Estr	N 124	5
Albufeira	11152	R	Liberdade (da)	4
Lagos	46024	R	Porta Portugal	4
Silves	77137	R	Elias Garcia	4
Lagoa	34149	Lg	5 de Outubro	4
Albufeira	11101	Pç	Pescadores	4
Monchique	53317	Lg	Chorões (dos)	4
Portimão	63380	Lg	Hel. Salgado	4
Portimão	63383	Lg	Dique (do)	4
Albufeira	11118	Tv	Telheiros (dos)	3
Lagos	46055	Tv	Vasco Gama	3
Aljezur	21101	R	25 de Abril	3
Lagos	46015	R	Ant. B.Viana	3
Lagos	46065	R	Victor C. Silva	3
Portimão	63377	R	Diogo Tomé	3
Portimão	63385	R	Dam L F Castro	3
Silves	77115	R	25 de Abril	3
Vila do Bispo	85231	Pç	República (da)	3
Carrapateira	22201	Lg	Comércio (do)	3
Portimão	63348	Lg	Sárrea Prado,	3
Portimão	63359	Lg	João II, D.	3
Portimão	63386	Lg	Caldeireiros	3
Silves	77101	Lg	República (da)	3

A – 1; CH – 35

166 Ar condicionado (quantidade)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Portimão	63336	R	Infante D. Henrique	50
Albufeira	11113	Av	25 de Abril	46
Albufeira	11129	R	Cândido dos Reis	41
Albufeira	11101	Pç	Pescadores (dos)	30
Portimão	63366	R	Comércio (do)	30
Lagoa	34102	Lg	Miguel Bombarda	26
Portimão	63378	R	Direita	25
Portimão	63007	R	Olivença (de)	25
Portimão	63350	Lg	Gil Eanes	23
Silves	77026			23
Albufeira	11154	R	5 de Outubro	22
Albufeira	11152	R	Liberdade (da)	18
Guia	13109	R	Humb Delgado Gen	18
Portimão	63327	R	Igreja (da)	18
Albufeira	11116	R	Alves Correia	17
Portimão	63375	R	Vasco da Gama	17
Portimão	63357	R	Alexa Herculano	16
Silves	77119	R	Francisco Pablos	15
Silves	77117	R	Correio (do)	15
Lagos	46024	R	Porta de Portugal	14
Silves	77120	R	João de Deus	14
Lagos	40105	R	Cândido dos Reis	14
Portimão	63339	R	Fábrica (da)	14
Portimão	63376	R	João Annes	14
Silves	77102	R	Serpa Pinto	14
Portimão	63008	R	Francisco Bivar	14
Lagoa	34114	R	Liberdade (da)	13
Portimão	63367	Pç	República (da)	13
Silves	77137	R	Elias Garcia	12
Portimão	63356	R	João de Deus	12
Portimão	63334	Lg	1º de Dezembro	12
Albufeira	11125	R	M.F.A. (do)	12
Portimão	63333	R	Ernesto Cabrita, Dr	12

A – 1; CH – 32

167 Publicidade, toldos e esplanadas (médias por 1000m de via) A + CH

Ref	Núcleo	Comprimento total dos EP	publicidade -----		toldos	expositores	esplanadas
			placas	luminosos			
ALDEIAS:		m					
131	Guia	3974	6	12	12	1	2
151	Paderne	4217	2	3	3	1	1
221	Bordeira	2208	0		0	0	0
222	Carrapateira	3439	3	1	2	0	1
411	Barão de S. João	8394	2	2	1		1
431	Almádena	4815	1	1	1		0
432	Espiche	6266	2	2	1	0	0
463	Portelas	2403	1	2			1
464	Sargaçal	1790	1	1	1		1
511	Alferce	2117	1	2	1		0
521	Marmeleite	3787	1	3	2		1
532	Casais	2041	1	1	1		0
612	Montes de Alvor	4194	0	2	2	0	1
621	Figueira	4990	1	2	2		1
761	S. Marcos da Serra	5409	3	4	1	1	
811	Barão de S. Miguel	3492	1	0	1		1
821	Budens	4009	2	1	1		0
822	Burgau	4515	5	2	1	1	
823	Figueira	2863	2	2	0	1	1
825	Vale de Boi	1235					
831	Raposeira	3324	0	2	2		1
832	Hortas do Tabual	927		1			
TOTAL		76175	5	2	2	0	1
CENTROS HISTÓRICOS:							
111	Albufeira	8744	59	37	35	12	12
210-11	Aljezur	8567	7	3	3	1	1
341	Lagoa	8394	19	21	14	1	2
401-51-60	Lagos	14353	46	24	27	13	5
530-33	Monchique	8688	12	9	5	6	1
630-33	Portimão	15074	41	30	21	3	4
770-71	Silves	12165	18	14	16	5	4
852	Vila do Bispo	4386	5	6	6	0	2
TOTAL		80371	29	20	9	6	4
TOTAL A + CH		156546	17	11	10	3	2

Quantidade destes elementos.

168 Espaços com elementos em fachadas (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	ar condicionado	argolas baterias	caixas de correio CTT	cinzeiros chaminés	televisores lanternas	vídeo-vigilância		
ALDEIAS:									
131	Guia	13		2	17	1	2	21	
151	Paderne	13	1	1	17	3		14	
221	Bordeira	2		2	12	2		16	
222	Carrapateira	1		1	18			15	
411	Barão de S. João	3		2	17	3		16	
431	Almádena	6			28	3		27	
432	Espiche	8		3	31	2		27	
463	Portelas	4			16	1		13	
464	Sargaçal				12	2		7	
511	Alferce	4	1	1	9			12	
521	Marmelete	3		1	9	2	1	13	
532	Casais			1	2			4	
612	Montes de Alvor	9			16	1		10	
621	Figueira	12		1	17	1		13	
761	S. Marcos da Serra	14	2		21	5		19	2
811	Barão de S. Miguel	1	1		30	3		8	
821	Budens	3			36	4	1	27	
822	Burgau	25	1		34	6		53	
823	Figueira	2	2		20	1		19	
825	Vale de Boi	1			10	1		6	
831	Raposeira	1	4	1	25		1	18	
832	Hortas do Tabual				10			8	
TOTAL		125	12	16	407	41	5	186	2
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	57		5	47	11	1	46	10
210-11	Aljezur	6	4		31	7		66	
341	Lagoa	61	2	1	43	1	10	33	1
401-51-60	Lagos	67	6	3	79	10	3	86	1
530-33	Monchique	19	2	1	38	3	2	28	
630-33	Portimão	86	1		38	19	6	65	2
770-71	Silves	56			46	2	8	41	4
852	Vila do Bispo	6	2		26	3		18	
TOTAL		358	17	10	348	56	30	383	18
TOTAL A + CH		483	29	26	755	97	35	569	18

169 Elementos em fachadas (quantidades)

A + CH

Ref	Núcleo	ar condicionado	argolas baterias	caixas de correio CTT	cinzeiros chaminés	televisores lanternas	vídeo-vigilância		
ALDEIAS:									
131	Guia	48		2	40	1	3	90	
151	Paderne	32	1	1	31	4		42	
221	Bordeira	2		2	16	3		21	
222	Carrapateira	1		1	33			40	
411	Barão de S. João	3		2	23	3		25	
431	Almádena	11			57	3		47	
432	Espiche	10		3	71	2		60	
463	Portelas	4			26	1		27	
464	Sargaçal				20	2		7	
511	Alferce	7	1	1	21			17	
521	Marmelete	3		1	11	2	1	25	
532	Casais			1	2			6	
612	Montes de Alvor	11			34	1		16	
621	Figueira	29		1	52	1		24	
761	S. Marcos da Serra	20	3		37	5		25	2
811	Barão de S. Miguel	1	1		30	3		11	
821	Budens	3			69	4	1	42	
822	Burgau	41	1		60	10		150	
823	Figueira	2	3		51	1		41	
825	Vale de Boi	1			12	1		7	
831	Raposeira	1	4	1	55		1	25	
832	Hortas do Tabual				14	3		10	
TOTAL		230	14	16	765	50	6	758	2
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	366		6	118	16	1	630	69
210-11	Aljezur	15	8		71	8		89	
341	Lagoa	201	3	1	74	1	10	86	3
401-51-60	Lagos	260	11	3	146	11	5	516	1
530-33	Monchique	28	3	1	65	3	2	44	
630-33	Portimão	651	1		93	26	6	395	2
770-71	Silves	273			109	2	8	177	7
852	Vila do Bispo	9	2		52	3		32	
TOTAL		1803	28	11	728	70	32	1969	82
TOTAL A + CH		2033	42	27	1493	120	38	2727	82

170 Papeleiras (quantidade)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Portimão	63367	Pç	República (da)	21
Lagos	46024	R	Porta Portugal	21
Monchique	53317	Lg	Chorões (dos)	20
Lagos	46068	Av	Descobrimentos	16
Silves	77140	Pç	Al Muthamid	16
Portimão	63394	Av	F Leão Pacheco	14
Portimão	63383	Lg	Dique (do)	12
Portimão	63381	Pç	1º de Maio	12
Portimão	63378	R	Direita	11
Paderne	15126	Lg	João Campos	10
Portimão	63350	Lg	Gil Eanes	10
Albufeira	11127	Lg	Duarte Pacheco	9
Portimão	63336	R	Inf D. Henrique	8
Monchique	53390	Lg	São Sebastião	8
Lagos	40110	R	Marreiros Neto	7
Portimão	63366	R	Comércio (do)	7
Albufeira	11167	Lg	Jacinto d'Ayete	7
Lagoa	34142	R	25 de Abril	7
Portimão	63334	Lg	1º de Dezembro	7
Albufeira	11113	Av	25 de Abril	6
Portimão	63391	Pç	M Teix Gomes	6
Lagos	46010	Pç	Gil Eanes	6
Lagos	40105	R	Cândido Reis	6
Silves	77135	Est	N 124	6
Silves	77115	R	25 de Abril	6
Silves	77177	R	Cândido Reis	5
Lagos	45126	R	Silva Lopes	5
Portimão	63348	Lg	Sárrea Prado	5
Portimão	63380	Lg	Hel Salgado	5
Portimão	63335	R	Serpa Pinto	5
Espiche	43262	Est	N 125	5
Portimão	63398	Av	São João Deus	5
Alferce	51131			5
Lagos	46014	Pç	Luís de Camões	5
Raposeira	83136			5
Silves	77101	Lg	República (da)	5
Vila Bispo	85231	Pç	República (da)	5

171 Lanternas (quantidade)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Albufeira	11127	Lg	Duart Pacheco	97
Albufeira	11154	R	5 de Outubro	77
Lagos	40107	R	25 de Abril	65
Albufeira	11129	R	Cândido Reis	61
Albufeira	11110	Lg	Cais Herculano	49
Albufeira	11113	Av	25 de Abril	42
Portimão	63308	Lg	Barca (da)	34
Silves	77164	R	Cruz Portugal	31
Lagos	46008	R	Af. Almeida	30
Albufeira	11116	R	Alves Correia	29
Silves	77177	R	Cândido Reis	29
Albufeira	11108	R	S. Gonç. Lagos	28
Lagos	40105	R	Cândido Reis	28
Lagos	45143	R	Sra da Graça	26
Guia	13109	R	H. Delgado	25
Lagos	45127	R	Lanç Freitas	24
Portimão	63390	R	Júdice Biker	23
Albufeira	11152	R	Liberdade (da)	21
Lagos	45140	R	Soeiro Costa	21
Albufeira	11158	Tv	Arcos (dos)	19
Lagos	40110	R	Marr Neto	18
Portimão	63391	Pç	M Teix Gomes	17
Portimão	63366	R	Comércio (do)	17
Albufeira	11125	R	M.F.A. (do)	16
Lagos	46024	R	Porta Portugal	16
Carrapateira	22256			15
Albufeira	11159	R	João de Deus	15
Lagos	45126	R	Silva Lopes	15
Portimão	63378	R	Direita	15
Albufeira	11180	Espl	Frutuoso Silva	14
Lagos	46016	R	Infante Sagres	14
Portimão	63384	R	Carlos da Maia	14
Silves	77181	R	Greg Mascar.	14

A – 2; CH – 31

Portimão	63392	Pç	Visconde Bivar	5
----------	-------	----	----------------	---

A – 4; CH – 34

172 Espaços com decoração e identificação privada (número de) A + CH

Ref	Núcleo	azulejos -----				decoração		nome*		bandeira		
		arte nova	nome	painel	santo	brasão	letras		pintura	**		
ALDEIAS:												
131	Guia		8	5	3		5	4	6	3	5	
151	Paderne		10	3	11		1	8	4		7	
221	Bordeira		11	2	1		9	1	1	1	1	
222	Carrapateira		7	5	1	2	3	3		2	1	
411	Barão de S. João		10	6		2	5	2	3		2	
431	Almádena		21	8	2		6	2	3			
432	Espiche		22	19	4		11		13		1	
463	Portelas		9	9	3		4		2			
464	Sargaçal		5	4	1		3		3		1	
511	Alferce		1	3	2		1	1	1	1	3	
521	Marmeleite		1	2	1		2	1			4	
532	Casais		2	3	6	1	1				1	
612	Montes de Alvor		5	4	7		1	1	6		1	
621	Figueira		7	6	7	1	3	1	2	1	1	
761	S. Marcos da Serra		6	6	9		2	1	3	2	3	
811	Barão de S. Miguel		6	3	6		4		3		1	
821	Budens		13	14	6		6	1	5		3	
822	Burgau		28	8	5	1	8	1	6	1	1	
823	Figueira		20	7	3		8		6		1	
825	Vale de Boi		2	1			1		3			
831	Raposeira		9	1	5		8		3		1	
832	Hortas do Tabual		1	1	2		1		2			
TOTAL			204	120	85	7	93	27	75	11	38	
CENTROS HISTÓRICOS:												
111	Albufeira		31	19	24	5	13	16	6		15	
210-11	Aljezur		7	7	5		5	6	2	1	2	
341	Lagoa		15	9	43	5	12	10	4		10	
401-51-60	Lagos	6	16	15	18	9	15	21	10	1	23	
530-33	Monchique		1	7	23	4	6	9	1	1	10	
630-33	Portimão	9	6	11	29	8	9	1	4	2	20	
770-71	Silves	1	8	7	12	5	12	12	6	2	14	
852	Vila do Bispo		7	10	3		7	5	2	1	1	
TOTAL			16	91	85	157	36	79	80	35	8	95
TOTAL A + CH			16	295	205	242	43	172	107	110	19	133

* outros materiais; ** paus de bandeira.

173 Elementos de decoração e identificação privada

A + CH

Ref	Núcleo	azulejos -----				decoração		nome*		bandeira	
		arte nova	nome	painel	santo	brasão	letras	pintura	**		
ALDEIAS:											
131	Guia		11	15	3		7	4	6	4	23
151	Paderne		14	10	16		1	12	6		14
221	Bordeira		12	2	1		12	1	1	1	3
222	Carrapateira		8	7	1	2	4	3		4	3
411	Barão de S. João		24	9		2	10	2	4		13
431	Almádena		52	15	2		10	2	3		
432	Espiche		45	24	4		13		16		2
463	Portelas		15	16	3		5		4		
464	Sargaçal		14	5	1		9		3		1
511	Alferce		1	5	2		1	1	1	1	7
521	Marmeleite		1	2	1		3	1			10
532	Casais		2	3	8	1	1				1
612	Montes de Alvor		15	7	9		1	1	9		1
621	Figueira		9	6	17	1	5	2	2	1	1
761	S. Marcos da Serra		7	7	20		4	1	3	3	9
811	Barão de S. Miguel		15	4	8		11		3		1
821	Budens		19	18	8		12	2	6		8
822	Burgau		54	14	6	1	19	1	10	1	1
823	Figueira		38	10	4		14		6		2
825	Vale de Boi		2	1			2		3		
831	Raposeira		9	2	5		20		3		1
832	Hortas do Tabual		1	1	2		1		2		
TOTAL			368	183	121	7	165	33	91	15	101
CENTROS HISTÓRICOS:											
111	Albufeira		53	33	38	9	25	25	6		60
210-11	Aljezur		14	17	5		7	7	2	2	4
341	Lagoa		20	10	59	6	16	16	4		25
401-51-60	Lagos	7	23	32	24	11	18	36	11	1	24
530-33	Monchique		12	11	34	5	7	12	1	1	23
630-33	Portimão	12	7	26	49	8	17	31	4	3	66
770-71	Silves	1	10	9	18	5	24	17	11	2	58
852	Vila do Bispo		7	12	3		16	7	2	1	3
TOTAL		20	146	150	230	44	130	151	41	10	263
TOTAL A + CH		20	514	333	351	51	295	184	132	25	364

Número de exemplares; * outros materiais; ** paus de bandeira.

174 Na parede: personalização (médias por 1000m de via)

A + CH

Ref	Núcleo	Comprimento total dos EP	Azulejos -----			outros materiais ----		
			painéis	santos	nome	nome	decoração	lanternas
ALDEIAS:		m						
131	Guia	3974	4	1	3	2	2	23
151	Paderne	4217	2	4	3	1	0	10
221	Bordeira	2208	1	1	5	0	5	10
222	Carrapateira	3439	2	0	2		1	12
411	Barão de S. João	8394	2		6	1	2	6
431	Almádena	4815	3	0	11	1	2	10
432	Espiche	6266	4	1	7	3	2	10
463	Portelas	2403	7	1	6	2	2	11
464	Sargaçal	1790	3	1	8	2	5	4
511	Alferce	2117	2	1	0	0	0	8
521	Marmeleite	3787	1	0	0		1	7
532	Casais	2041	1	4	1		0	3
612	Montes de Alvor	4194	2	2	4	2	0	4
621	Figueira	4990	1	3	2	0	1	5
761	S. Marcos da Serra	5409	1	4	1	1	1	5
811	Barão de S. Miguel	3492	1	2	4	1	3	3
821	Budens	4009	3	2	5	1	3	10
822	Burgau	4519	3	1	2	2	4	33
823	Figueira	2863	3	1	13	2	5	14
825	Vale de Boi	1235	1		2	2	2	6
831	Raposeira	3324	1	2	3	1	6	8
832	Hortas do Tabual	927	1	2	1	2	1	11
TOTAL		76179	2	2	5	1	2	10
CENTROS HISTÓRICOS:								
111	Albufeira	8744	2	3	4	1	1	72
210-11	Aljezur	8567	1	1	1	0	1	10
341	Lagoa	8388	1	5	2	0	0	10
401-51-60	Lagos	14353	1	1	1	1	1	36
530-33	Monchique	8683	1	3	0	0	1	5
630-33	Portimão	15074	1	2	0	0	1	26
770-71	Silves	12165	1	1	1	0	1	15
852	Vila do Bispo	4386	2	1	2	0	2	7
TOTAL		80360	2	3	2	1	2	25
TOTAL A + CH		156539	2	2	3	1	2	17

Quantidades destes elementos.

175 Azulejos – Santos (quantidades)

A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmelete	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
Anjo da Guarda	1						1						1	2	1		1		1				8
N. Sra Carmo		1																					1
N. Sra Conceição		4														1		1					6
N. Sra Fátima	1	6		1	1	2		1				3	4	11	2	5	3	1			2	1	44
N. Sra. Piedade															1								1
N. Sra Sameiro														1									1
Sag. C. Jesus													1		1								2
Sag. C. Maria		1	1																				2
Sag. Família					1			2		1	2	1			2		2		1			1	13
Sant' Ana															1								1
Sto António		1						1			1	1	1	1	4	1	1	1	1				14
Sta Bárbara																					1		1
R. Sta Isabel	1														3			1					5
S. João															4						1		5
S. José		2					1					1	1	1				1	1		1		9
S. Miguel																1							1
S. Pedro														1	1								2
Sta Rita																	1						1
Outros*		1								1		1						1					4
TOTAL	3	16	1	1	2	4	3	1	2	1	8	9	17	20	8	8	6	4	5	2	121		

* não identificados

176 Azulejos – Santos (quantidades)

CH e TOTAIS

Albufeira-Aljezur-Lagoa-Lagos-Monchique-Portimão-Silves-V.Bispo										TOTAIS		
										CH	A	CH+A
Anjo da Guarda	2	1	3			2	1		9	8	17	
N. Sra Carmo										1	1	
N. Sra Conceição	7		4	2	3	8	2		26	6	32	
N. Sra Emigrantes					1				1		1	
N. Sra Fátima	8		11	4	10	5	5	1	44	44	88	
N. Sra Glória				1					1		1	
N. Sra Luz			6						6		6	
N. Sra Nazaré							1		1		1	
N. Sra. Orada	2								2		2	
N. Sra. Piedade	1					2			3	1	4	
N. Sra Sameiro										1	1	
Pai N – A Maria	1								1		1	
Sag. C. Jesus	2			2	2	2	2		10	2	12	
Sag. C. Maria	2				1				3	2	5	
Sag. Família			5	1	1	7		1	15	13	28	
Sant’ Ana	1								1	1	2	
Sto André					1				1		1	
Sto António	5	3	7	5	4	4	3		31	14	45	
Sta Bárbara				1					1		1	
Sta Filomena					1				1		1	
S. Francisco			1						1	1	2	
S. Gonçalo Lagos					1				1		1	
R. Sta Isabel						4	1		5	5	10	
S. João			3			4			7	5	12	
S. João Evang.			1						1		1	
S. Joaquim			1						1		1	
S. José	2		1	7	3	6			19	9	28	
S. Judas Tadeu			1						1		1	
S. Miguel										1	1	
S. Pedro			1		1	1			3	2	5	
Sta Rita			3						3	1	4	
Sãozinha							1		1		1	
S. Sebastião					1				1		1	
Sta Teresinha	1		1			2			4		4	
S. Vicente								1	1		1	
1940 Virgem Maria			9		4		1		14		14	
1946 Virgem Imac.			1						1		1	
Outros (não identificados)			1			1	1		3	1	4	
TOTAL	38	5	59	24	34	49	18	3	230	121	351	

177 Na cobertura, na parede e no solo (médias por 1000m de via) A + CH

Ref	Núcleo	antenas tv	chaminés	cx correio	vasos -----					
	Comprimento total dos EP	parabólicas	estendais	tapetes	solo	parede				
ALDEIAS:		m								
131	Guia	3974	10	5	0	6	10	2	5	2
151	Paderne	4217	10	3	1	8	7	1	4	2
221	Bordeira	2208	14	2	1	14	7	5	19	3
222	Carrapateira	3439	20	6		16	10	8	14	1
411	Barão de S. João	8394	17	8	1	10	6	7	12	5
431	Almádena	4815	12	7	1	5	12	5	9	2
432	Espiche	6266	23	6	0	3	11	7	4	4
463	Portelas	2403	21	6	0	12	10	9	7	4
464	Sargaçal	1790	12	7	1	7	11	5	4	4
511	Alferce	2117	29	6		11	10	6	11	3
521	Marmeleite	3787	20	9	1	12	3	9	6	6
532	Casais	2041	18	0		5	1	7	7	5
612	Montes de Alvor	4194	17	6	0	3	8	5	4	2
621	Figueira	4990	36	3	0	11	10	5	8	3
761	S. Marcos da Serra	5409	23	4	1	12	7	7	10	5
811	Barão de S. Miguel	3492	18	7	1	11	9	10	7	3
821	Budens	4009	36	11	1	14	17	8	7	4
822	Burgau	4519	28	15	2	25	13	11	13	6
823	Figueira	2863	28	12	0	10	18	8	10	8
825	Vale de Boi	1235	27	9	1	9	10	18	6	2
831	Raposeira	3324	23	9		13	17	12	11	5
832	Hortas do Tabual	927	38	6	3	13	15	10	10	
TOTAL		76179	25	7	1	10	10	6	8	4
CENTROS HISTÓRICOS:										
111	Albufeira	8744	9	6	2	7	14	2	14	4
210-11	Aljezur	8567	16	7	1	18	8	6	11	3
341	Lagoa	8399	18	4	0	9	9	6	3	4
401-51-60	Lagos	14353	30	8	1	17	10	4	5	9
530-33	Monchique	8683	28	7	0	17	7	8	9	5
630-33	Portimão	15074	26	7	2	10	6	5	5	7
770-71	Silves	12165	18	6	0	10	9	6	5	8
852	Vila do Bispo	4386	34	10	1	24	12	11	6	2
TOTAL		80360	22	7	1	13	9	6	7	6
TOTAL A + CH		156539	24	7	1	12	10	6	8	5

Quantidades destes elementos. vasos – correspondem ao número de fachadas;
 chaminés – e tubos de exaustão, de restaurantes ou particulares, subindo pela parede.

178 Espaços com elementos de extensão privada (número de) A + CH

Ref	Núcleo	estendais		gaiolas		móveis		tapetes		
		armários	fogareiros		garrações		tanques		torneiras	
ALDEIAS:										
131	Guia	2	14	1			14	2	5	
151	Paderne	5	12	1			2		3	1
221	Bordeira	5	21	3	1	1	9	5	9	6
222	Carrapateira	8	34	13			13	6	18	4
411	Barão de S. João	3	24	4	1	3	9	4	17	
431	Almádena	7	14	3	2		9	6	16	2
432	Espiche	3	11	1		7	5	3	25	2
463	Portelas	4	14	3	1	1	6	6	10	2
464	Sargaçal	2	8	2	2		2	2	4	4
511	Alferce	1	12	4			3	4	10	2
521	Marmelete	2	19			1	1	5	17	3
532	Casais	2	5	1			3		4	1
612	Montes de Alvor	4	8	2	1	4	6	1	15	1
621	Figueira	8	16	1		2	2	1	17	3
761	S. Marcos da Serra	1	30	1		5	3	11	20	2
811	Barão de S. Miguel	1	20	2	1	1	2	5	17	1
821	Budens	6	30	2	1	1	5	4	24	3
822	Burgau	24	41	8	2	3	13	10	27	12
823	Figueira	6	14	4		1	1	5	16	1
825	Vale de Boi	7	7	2		1	4	2	15	1
831	Raposeira	7	25	3		12	5	6	21	6
832	Hortas do Tabual	3	10	3		6	2	2	7	2
TOTAL		111	384	64	12	49	119	90	274	59
CENTROS HISTÓRICOS:										
111	Albufeira	10	25	1		2	17		13	
210-11	Aljezur	22	59	17	3	8	27	38	29	22
341	Lagoa	4	42						30	
401-51-60	Lagos	17	80		1	1	9	6	45	5
530-33	Monchique	7	57	4			10	9	36	3
630-33	Portimão	3	49	3	3		3		37	2
770-71	Silves	10	49	4	2		3	1	42	
852	Vila do Bispo	6	34	9		8	2	6	28	3
TOTAL		79	395	38	9	19	71	60	260	35
TOTAL A + CH		190	779	102	21	68	190	150	534	94

179 Elementos de extensão privada (quantidades)

A + CH

Ref	Núcleo	estendais		gaiolas		móveis		tapetes		
		armários	fogareiros		garrações		tanques		torneiras	
ALDEIAS:										
131	Guia	3	24	1			24	3	6	
151	Paderne	5	34	1			3		6	1
221	Bordeira	5	30	3	1	1	9	6	12	6
222	Carrapateira	12	55	14			15	7	27	4
411	Barão de S. João	3	42	6	1	3	9	4	28	
431	Almádena	9	24	3	2		9	6	23	2
432	Espiche	5	18	1		7	5	3	41	2
463	Portelas	4	28	3	1	1	6	6	21	2
464	Sargaçal	2	13	2	4		5	6	9	5
511	Alferce	1	23	4			3	4	13	2
521	Marmelete	2	44			1	1	6	35	7
532	Casais	2	10	1			3		14	1
612	Montes de Alvor	4	14	2	1	6	7	1	19	1
621	Figueira	12	56	1		2	2	1	26	5
761	S. Marcos da Serra	2	67	1		7	3	14	36	2
811	Barão de S. Miguel	1	40	2	2	1	2	5	36	1
821	Budens	6	58	2	1	1	5	4	34	3
822	Burgau	33	115	8	2	3	16	11	48	12
823	Figueira	6	29	4		4	1	5	28	1
825	Vale de Boi	8	11	2		1	6	3	22	1
831	Raposeira	9	42	3		12	5	6	37	6
832	Hortas do Tabual	6	12	3		7	2	2	9	2
TOTAL		140	789	67	19	57	141	103	462	66
CENTROS HISTÓRICOS:										
111	Albufeira	14	62	1		3	33		18	
210-11	Aljezur	27	152	19	3	16	36	54	52	24
341	Lagoa	4	77						52	
401-51-60	Lagos	20	243		1	2	12	11	64	6
530-33	Monchique	9	152	4			12	15	69	3
630-33	Portimão	5	150	3	6		7		76	2
770-71	Silves	12	122	6	3		3	1	75	
852	Vila do Bispo	7	105	10		9	2	7	50	3
TOTAL		98	1063	43	13	30	105	88	456	38
TOTAL A + CH		238	1852	110	32	87	246	191	918	104

180 Espaços com elementos no telhado (número de)

A + CH

Ref	Núcleo	Espaços com -----			Quantidade de -----				
		antenas tv	painéis solares		antenas tv	painéis solares			
Antenas tv		cataventos		parabólicas		cataventos		parabólicas	
ALDEIAS:									
131	Guia	23		1	14	41		1	20
151	Paderne	21	3	1	9	43	3	1	12
221	Bordeira	23		1	4	31		1	4
222	Carrapateira	40		2	17	70		2	20
411	Barão de S. João	35			20	70			32
431	Almádena	35		1	20	58		1	31
432	Espiche	49	2		25	142	3		38
463	Portelas	22	2		9	50	2		15
464	Sargaçal	15	1	2	8	21	1	2	12
511	Alferce	19			8	61			13
521	Marmeleite	33	1		12	75	1		25
532	Casais	17			1	36			1
612	Montes de Alvor	25		1	17	70		1	26
621	Figueira	27	2	2	9	179	2	64	15
761	S. Marcos da Serra	52	7		16	123	7		21
811	Barão de S. Miguel	26	2		13	62	2		24
821	Budens	52	2	1	28	143	3	1	43
822	Burgau	51	1	1	42	126	1	1	67
823	Figueira	33			21	80			35
825	Vale de Boi	18	1		7	33	1		11
831	Raposeira	30			25	75			30
832	Hortas do Tabual	18			7	35			7
TOTAL		664	24	13	332	1927	26	75	502
CENTROS HISTÓRICOS:									
111	Albufeira	33		2	23	79		2	52
210-11	Aljezur	74	1	1	31	140	1	1	57
341	Lagoa	62		1	24	150		1	35
401-51-60	Lagos	106	8	7	70	430	8	7	112
530-33	Monchique	71		4	35	245		4	59
630-33	Portimão	76		1	48	392		1	98
770-71	Silves	73	4	1	39	214	4	1	72
852	Vila do Bispo	48	2	1	20	150	2	1	46
TOTAL		543	15	18	290	1800	15	18	531
TOTAL A + CH		1207	39	31	622	3727	41	93	1033

181 Antenas tv (quantidade)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Figueira	62124	R	Morg. Cima (do)	39
Portimão	63336	R	Inf. D. Henrique	33
Figueira	62119	R	Chico Serpa	31
Figueira	62121	R	M. Af. P. Gracias	26
Lagos	46031	R	Jogo da Bola .	19
Portimão	63340	R	Maria Luísa, D.	18
Portimão	63007	R	Olivença (de)	18
Aljezur	21101	R	25 de Abril	17
Lagos	46054	R	Vasco da Gama	17
Figueira	82316	R	Meio (do)	16
Monchique	53312	.	São Sebastião	15
Lagos	46003	R	Canal (do)	15
Portimão	63338	R	Basílio Teles	14
Monchique	53301	R	Serpa Pinto	14
Monchique	53337	R	Viador (do)	14
Budens	82139	R	Areias de Cima	14
Figueira	62101	R	Principal	13
Alferce	51118			13
Portimão	63311	R	José Buisel, Prof	12
Budens	82111	R	Casa do Povo	12
Portimão	63307	R	Vasco Pires	12
Lagos	45112	R	5 de Outubro	12
Marmeleite	52101	R	Aljezur (de)	11
Vila Bispo	85203	R	T. B. Marreiros	11
Lagos	46032	R	Peixeiros (dos)	11
Budens	82136	R	Campo da Bola	11
Lagos	40103	R	Oliveira (da)	11
Lagos	46016	R	Infante de Sagres	10
Lagos	45113	R	Júlio Dantas, Dr	10
Portimão	63351	R	M.Almeida, Dr	10
Silves	77172	R	Castelo (do)	10
Figueira	62103	R	25 de Abril	10
Lagos	45111	R	São José (de)	10
Lagoa	34114	R	Liberdade (da)	10
Marmeleite	52129	Bo	Marias (das)	10

A – 11; CH – 24

182 Parabólicas (quantidade)

Espaços onde há mais

A+CH

Núcleo	ref		Nome	
Aljezur	21101	R	25 de Abril	13
Portimão	63336	R	Infante D. Henrique	9
Portimão	63013	R	J. Pereira Sampaio Bruno	9
Figueira	82316	R	Meio (do)	7
Budens	82139	R	Areias de Cima (das)	6
Vila do Bispo	85202	R	25 de Abril	5
Burgau	82219	R	Praia (da)	5
Aljezur	21106	R	Serro do Mosqueiro	5
Lagos	46002	R	Furtado, Mar	5
Albufeira	11127	Lg	Duarte Pacheco, Eng	5
Silves	77110	R	Eugénio Nobre de Oliveira, Dr	5
Budens	82132	R	Alegria (da)	5
Vila do Bispo	85204	R	1º de Maio	5
Marmeleite	52127	Estr	N 267	5
Vila do Bispo	85222	R	Leonor Batista, Comadre	5
Almádena	43122	Lg	Poço (do)	5
Espiche	43261	R	Pesos (dos)	5
Albufeira	11120	Pç	Miguel Bombarda	5

A – 7; CH – 11

183 Outros elementos, em menor número (quantidades)

A

131-151-221-222-411-431-432-463-464-511-521-532-612-631-761-811-821-822-823-825-831-832

	Guia	Paderne	Bordeira	Carrapateira	Barão de São João	Almádena	Espiche	Portelas	Sargaçal	Alferce	Marmelete	Casais	Montes de Alvor	Figueira	São Marcos da Serra	Barão de São Miguel	Budens	Burgau	Figueira	Vale de Boi	Raposeira	Hortas do Tabual	TOTAL
Altifalante										1	1	3				1		2					8
Anfiteatro				1																			1
Argola – chão																		1					1
Bancada	1				1					3						1					1		7
Bandeira *					1		6	2						1	2	1		4			1		18
Barco	1					1												4	1				7
Bebedouro (anim)						1		1	1		2						2					1	8
Casota				1	1			2	5	1				1	3			1	1		1	1	18
Cepo										2		4			2			2				10	20
Cisterna														1		1							2
Contador água						6	6		7	1	1	3	1	5									30
Desvio água								1			2		1		1								5
Grades janela *		2				1	2											1					6
Lenha	1	1											1		2				1				6
Marco hm Km		2						1											1				4
Mesa rebatível																					1		1
Mó												1		1				2					4
Nicho								1															1
Ninho andorinha *		1								1	1	1	1	1	2		3	1					12
Pia	1		1	1				1	1		1								1		1		8
Poço	1				2	1			1				1				1		1		2		10
Recolha roupa	1	2													1		1						5
Relógio	1				2						1				1		1						6
Relógio sol																	1			1			2
Rocha							1			1		2			2				1		4		11
Sino			1												2	3	3	2					11
Suporte copos *											1												1
Tanque lav. púb.			8		7	1	1			5		4				2		6					32

* prédios com

184 Outros elementos, em menor número (quantidades)

CH e TOTAIS

-----111-----210.211-----341---401.451.460---530.533-----630.633-----770.771-----852----										
Albufeira-Aljezur-Lagoa-Lagos-Monchique-Portimão-Silves-V.Bispo										TOTAIS
										CH A CH+A
Altifalante	6									6 8 14
Anfiteatro			1	1						2 1 3
Argola chão						6	4			10 1 11
Bandeira		1	1	4	3	12	9			30 18 48
Bebedouro animais					2					2 8 10
Caixa venda preserv				2	1	2	2			7 7
Casota	1	6						1	1	9 18 27
Cepo					3	1				4 10 14
Cofre nocturno			1	1		2	1			5 5
Contador água		1			2	1				4 30 34
Contador gás						14				14 14
Desvio água		1		1						2 5 7
Grade janela *	1	1	1	1						4 6 10
Lenha		1								1 6 7
Marco hm km		1	3		1	2				7 4 11
Mesa rebatível		3						1		4 1 5
Mó	1			1						2 4 6
Nicho	1		1	1	3		1			7 1 8
Ninho andorinha *			2		4		10	2		
Ninho cegonha		1					9			10 10
Recolha roupa				1		1	1			3 5 8
Relógio					1	2	3	1		7 6 13
Relógio sol		1				1				2 2 4
Rocha	1				3			3		7 11 18
Sino		4	1		2			2		
Suporte copos *			3	1		1	1			6 1 7
Tanque lavad. púb.					28					28 32 60

* prédios com

185 Espaços – Toponímia (definições)

retiradas dos regulamentos municipais de toponímia e outras utilizadas neste estudo	
Adro	Adro – espaço em frente ou em redor da igreja;
Al	Alameda – via de circulação com arborização; (VB) (AL) (LA) (LS) (MC) (PT)
Av	Avenida – via mais urbana que a alameda; (VB) (AL) (LA) (LS) (MC) (PT) (SV)
Az	Azinhaga – caminho entre valados ou muros altos; (VB) (AL) (LS) (MC)+
Br	Bairro – conjunto de edifícios contíguos com morfologia orgânica próprias; (VB)
Bc	Beco – via curta sem intersecção; (VB) (AL) (LA) (LS) (MC) (PT) (SV)
Cais	Cais – espaço onde os barcos vêm atracar;
Cc	Calçada – via de inclinação acentuada, com passeios em degrau; (VB) (AL) (LA) (LS) (MC)
Cam	Caminho – via geralmente não pavimentada e mais rural; (VB) (LS) (MC)
Ct	Cantinho – o mesmo que impasse (<i>cul-de-sac</i>); (SV)
Car	Carreira ou Carreirinha – caminho estreito; (VB)
Csl	Casal – pequeno povoado, lugarejo; (VB) Cerro – elevação de terreno penhascoso associada a meios rurais; (VB)
Elev	Elevador ;
Esc	Escadas – espaço linear com patamares e ou degraus; (VB) (AL) (LS) (PT) (SV) Escadarias ; (VB) (LS) (PT) (SV)
Escnh	Escadinhas ; (AL)
Espl	Esplanada ;
Estr	Estrada – via predominantemente não urbana; (VB) (AL) (LA) (LS) (PT) (SV)
Imp	Impasse – beco ou rua sem saída; (VB)
Jrd	Jardim – espaço verde urbano, com funções de recreio; (VB) (AL) (LS) (MC)
Lad	Ladeira – troço de via muito inclinada; (VB) (MC)
Lg	Largo – espaço alargado com árvores, fontes, cruzeiros; (VB) (AL) (LA) (LS) (PT) (SV)
Lav	Lavadouro ; Lugar – edifícios contíguos, com 10 ou mais alojamentos; (LS) (PT) (SV)
Mir	Miradouro ou mirante – lugar elevado de onde se descortina largo horizonte; (VB)
Pq	Parque – espaço verde público, de grande dimensão; (VB) (AL) (LS) (MC) (SV)
Pest	Parque de estacionamento – espaço principalmente com esse fim;
Pinf	Parque infantil – espaço lúdico para crianças;
Pas	Passeio ;
Pto	Pátio ;
Pc	Praça – espaço largo, central e geralmente de forma regular; (VB) (AL) (LA) (LS) (MC) (PT) (SV)
Pct	Praceta – espaço associado à função habitacional; (VB) (AL) (LA) (LS) (MC) (PT) (SV) Rampa – via em plano inclinado, ladeira; (VB)
Rec	Recanto – reentrância; local retirado ou oculto;
Rot	Rotunda – espaço giratório e sem ocupação na envolvente; (VB) (AL) (LS) (MC) (SV)
R	Rua – via com faixa de rodagem e passeios; (VB) (AL) (LA) (LS) (MC) (PT) (SV)
Ter	Terreiro – espaço de terra, plano e largo, frente a casas;
Tv	Travessa – espaço de ligação entre vias de hierarquia superior; (VB) (AL) (LA) (LS) (PT) (SV)
Tç	Troço – pedaço de estrada ou de rua;
Tn	Túnel – passagem coberta;
Vrd	Vereda – caminho estreito geralmente em terra.
V	Viela – via no casco antigo e sem circulação de veículos automóveis; (VB) (PT)

(AL) – Aljezur; (LA) – Lagoa; (LS) – Lagos; (MC) – Monchique; (PT) – Portimão; (SV) – Silves; (VB) – Vila do Bispo.

111 Albufeira

CH 1/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
11101	Pç	Pescadores (dos)	Pç	104	5946	57	11114	11113
11102	R	Diogo Cão	Tv	55	197	4	11108	11113
11103	Tv	Diogo Cão	Tv	26	63	2	11102	11104
11104	Bc	Diogo Cão	Bc	41	184	4	11108	11199
11105	Tv	Cais Herculano (do)	Tv	76	280	4	11110	11113
11106	Pto	Sant'Ana	Bc	21	84	4	11105	11199
11107	R	Sant'Ana (de)	Tv	38	205	5	11105	11129
11108	R	São Gonçalo de Lagos	R	114	1059	9	11101	11132
11109	R	João Delgado	Bc	54	100	2	11124	11199
11110	Lg	Cais Herculano	Lg	129	1764	14	11101	11108
11111	Bc	Lixas (dos)	Bc	35	82	2	11124	11199
11112			Tv	22	198	9	11129	11113
11113	Av	25 de Abril	Av	277	5429	20	11101	11127
11114			Elev	52	229	4	11115	11101
11115	R	Sacadura Cabral	R	122	1091	9	11100	11117
11116	R	Alves Correia	R	306	1876	6	11115	11127
11117	R	Telheiros (dos)	R	181	878	5	11115	11123
11118	Tv	Telheiros (dos)	Tv	46	525	11	11113	11117
11119			Esch	8	26	3	11117	11116
11120	Pç	Miguel Bombarda	Pç	115	1871	16	11144	11163
11121	Tv	Pereiras (das)	Tv	47	144	3	11113	11116
11122	Tv	Ferreira de Castro	Tv	31	115	4	11121	11123
11123	R	Ferreira de Castro	Tv	38	343	9	11113	11116
11124	Tv	Alves Correia	R	70	393	6	11116	11125
11125	R	M.F.A. (do)	R	139	1069	8	11116	11100
11126	Esch	Liberdade (da)	Esc	15	63	4	11152	11154
11127	Lg	Duarte Pacheco, Eng	Lg	151	5532	37	11149	11116
11128	Tv	Cândido dos Reis	Tv	49	210	4	11127	11129
11129	R	Cândido dos Reis	R	212	1561	7	11108	11127
11130			Tv	8	46	6	11129	11113
11131			Lg	14	82	6	11139	11146
11132	R	Afonso III	R	119	513	4	11108	11146
11133	R	Bateria (da)	R	185	949	5	11110	11142
11134	R	Nova	R	119	752	6	11133	11137
11135	R	Igreja Velha (da)	R	107	320	3	11133	11137
11136	Tv	Igreja Velha (da)	Tv	53	126	2	11133	11135
11137	R	Pico Alto (do)	Tv	34	192	6	11135	11131
11138	R	Saco (do)	Bc	43	110	3	11137	11199
11139	R	Cemitério Velho (do)	R	110	362	3	11133	11131
11140	R	Correio Velho (do)	Tv	32	79	2	11133	11141
11141	Lg	Correio Velho (do)	Lg	18	200	11	11140	11143
11142	Pç	República (da)	Pç	41	779	19	11133	11143
11143	R	Henrique Calado	R	89	522	6	11142	11131
11144	R	Bernardino de Sousa	R	79	766	10	11142	11120

111 Albufeira

CH 2/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
11145	Bc	Bernardino de Sousa	Bc	25	98	4	11144	11199
11146	R	Joaquim Pedro Samora	R	164	727	4	11131	11144
11147	R	João Bailote	Esch	81	318	4	11146	11127
11148	Bc	João Bailote	Bc	22	52	2	11147	11199
11149	R	Joaquim M. de Mendonça Gouveia	Tv	32	152	5	11127	11154
11150	Tv	Liberdade (da)	Tv	26	124	5	11127	11151
11151	Tv	5 de Outubro	Tv	34	168	5	11127	11154
11152	R	Liberdade (da)	R	111	724	7	11151	11100
11153	R	Semedo Azevedo, Pe	R	165	1236	7	11163	11154
11154	R	5 de Outubro	R	329	2948	9	11193	11100
11155	R	Arcos (dos)	R	92	384	4	11156	11153
11156	R	Igreja Nova (da)	R	124	837	7	11120	11154
11157	Tv	André Rebelo	Tv	40	136	3	11154	11160
11158	Tv	Arcos (dos)	Tv	49	167	3	11157	11156
11159	R	João de Deus	R	61	398	7	11120	11154
11160	R	Tribunal Velho	Tv	46	223	5	11159	11156
11161	Tv	Igreja Nova (da)	Esch	81	289	4	11157	11163
11162	R	Sinos (dos)	Esch	85	479	6	11163	11156
11163	R	Miguel Bombarda	R	120	1602	13	11120	11167
11164	Tv	1º de Dezembro	Tv	66	709	11	11163	11166
11165	Jd	Esplanada (da)	Jd	86	2373	28	11180	11120
11166	R	1º de Dezembro	R	144	1572	11	11167	11182
11167	Lg	Jacinto d'Ayete	Lg	146	3618	25	11171	11166
11168	Tv	Diogo Leote, Dr	Tv	71	507	7	11169	11166
11169	R	Diogo Leote, Dr	R	264	2421	9	11167	11100
11170			Esch	21	81	4	11180	11171
11171	R	Águas, Cor	Estr	483	4673	10	11100	11167
11172	R	Pôr do Sol (do)	R	152	951	6	11189	11173
11173	R	Santos Silva, Dr	R	91	582	6	11177	11179
11174	R	José Silva Freitas	Tv	60	470	8	11175	11172
11175	R	Maria da Conceição Eloi	R	87	875	10	11177	11172
11176			Tv	20	62	3	11177	11175
11177	R	Latino Coelho	R	312	2266	7	11189	11180
11178	Lg	Rossio (do)	Lg	34	448	13	11188	11177
11179	Tv	Águas, Cor	R	108	732	7	11177	11171
11180	Espl	Frutuoso da Silva, Dr	R	175	1332	8	11177	11120
11181			Tv	24	208	9	11188	11189
11182	Av	Ténis (do)	Rt	32	748	23	11166	11169
11183			Cam	93	396	4	11184	11185
11184	Elev	Peneco (do)	Elev	21	107	5	11183	11177
11185	Esc	Peneco (do)	Esc	133	458	3	11183	11180

111 Albufeira

CH 3/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
11186			Mir	59	210	4	11177	11199
11187			Esc	15	21	1	11172	11171
11188			Cam	92	341	4	11178	11181
11189			Tv	66	616	9	11190	11172
11190			Mir	68	248	4	11189	11171
11191			Espl	137	1788	13	11193	11100
11192			Adro	57	544	10	11161	11162
11193			Tn	29	134	5	11191	11154
11194	R	Violas (dos)	R	69	260	4	11127	11195
11195	Tv	Malpique (do)	Cç	150	631	4	11127	11100
11196			Bc	18	53	3	11113	11199
11197			Adro	18	286	16	11163	11164
11198			Bc	31	68	2	11154	11199

* As referências terminadas em 00 correspondem a artérias cujo início ou fim se prolonga e foi considerado apenas o troço indicado. A terminação 99 refere-se a espaços sem seguimento. As larguras são as médias (área/comprimento).

131 Guia

A 1/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
13101	R	Camões (de)	R	128	870	7	13116	13102
13102	Lg	Camões (de)	Lg	20	189	9	13103	13101
13103	R	25 de Abril	R	80	671	8	13107	13109
13104	Tv	Liberdade (da)	Tv	41	203	5	13103	13101
13105	Tv	1º de Dezembro	Tv	20	80	4	13135	13106
13106	Tv	Igreja Matriz (da)	Tv	49	277	6	13116	13103
13107	R	Sol (do)	Tv	50	193	4	13116	13103
13108			Tv	16	49	3	13109	13107
13109	R	Humberto Delgado, Gen	R	392	4643	12	13113	13100
13110	Tv	Egas Moniz	Tv	20	44	2	13111	13109
13111	R	Maria Pereira, Prof	R	101	786	8	13113	13115
13112	Lg	São Sebastião (de)	Lg	33	461	14	13133	13116
13113	R	Joaquim Martins Rodrigues	R	148	1596	11	13100	13116
13114	R	Nicodemus Barreto	R	112	839	7	13127	13113
13115	R	Escolas (das)	R	198	2628	13	13127	13109
13116	R	São Sebastião (de)	R	98	561	6	13113	13112
13117	Tv	Forno (do)	Cam	19	58	3	13100	13109
13118	Lg	Lagar (do)	Imp	38	527	14	13109	13199
13119	R	Nossa Senhora da Guia	R	149	2209	15	13128	13109

131 Guia

A 2/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
13120	R	Cerro (do)	Cam	45	204	5	13100	13112
13121	R	Alfontes da Guia	Estr	313	4031	13	13109	13100
13122	R	Fonte (da)	R	94	1329	14	13109	13124
13123	R	António Coelho, Pe	R	125	1162	9	13124	13122
13124	R	Maria do Céu Neto, Prof	R	198	2871	14	13128	13121
13125	Lg	Fonte (da)	Lg	35	600	17	13121	13126
13126	R	Lagar Velho (do)	Cam	88	451	5	13125	13100
13127	R	1º de Maio	Estr	209	2435	12	13100	13115
13128	R	Mercado (do)	Estr	201	3229	16	13115	13124
13129			Pest	59	1747	30	13128	13119
13130	R	Ponte Romana (da)	Estr	186	1734	9	13124	13138
13131			Pq	49	1560	32	13119	13123
13132			Pto	28	222	8	13101	13199
13133			Bc	34	164	5	13112	13199
13134			Adro	14	97	7	13112	13199
13135			Pq	23	205	9	13116	13105
13136			Adro	13	65	5	13106	13199
13137			Adro	21	204	10	13119	13199
13138			Jd	72	1097	15	13121	13199
13139			Pinf	18	128	7	13131	13199
13140			Pct	52	925	18	13129	13199
13141			Pest	25	472	19	13128	13129
13142			Pto	58	1145	20	13143	13128
13143			Imp	36	313	9	13128	13199
13144			Pest	73	2208	30	13127	13199
13145			Cpjpg	50	1510	30	13124	13131
13146			Rec	3	6	2	13102	13199
13147			Rec	3	4	1	13112	13199
13148			Tv	42	301	7	13140	13149
13149			Lg	95	1100	12	13119	13119

151 Paderne

A 1/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
15101	R	5 de Outubro	R	553	6139	11	15117	15100
15102			Pto	40	207	5	15106	15199
15103	R	Moinho Novo (do)	R	170	1208	7	15106	15100
15104	R	Norte (do)	R	80	351	4	15129	15103
15105	R	António Aleixo	R	61	290	5	15113	15104

151 Paderne

A 2/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
15106	R	Miguel Bombarda	R	258	2054	8	15112	15101
15107	Tv	Maria da Luz	Tv	27	130	5	15101	15106
15108	R	Cândido dos Reis	R	122	828	7	15130	15106
15109	R	Maria da Conceição Eloi "Madressilva"	Tv	42	180	4	15101	15106
15110	R	Francisco Acácio, Prof	R	133	538	4	15116	15108
15111	Tv	Sul (do)	Tv	19	71	4	15110	15101
15112	Pç	República	R	61	561	9	15131	15106
15113	Lg	Humberto Delgado, Gen	Lg	28	345	12	15131	15105
15114	R	Egas Moniz, Prof	Imp	90	296	3	15113	15199
15115	Alam	25 de Abril	Alam	95	669	7	15113	15199
15116	R	Sul (do)	R	58	279	5	15132	15101
15117	R	Bela Vista (da)	R	213	1986	9	15139	15101
15118	R	Aldeia dos Cucos	Cam	232	1638	7	15139	15117
15119			Bc	18	96	5	15108	15199
15120	R	Poeta (do)	R	64	237	4	15104	15103
15121	R	Escolas (das)	Estr	456	5713	13	15100	15101
15122			Cam	212	865	4	15121	15130
15123			Bc	14	28	2	15108	15199
15124			Pto	54	105	2	15117	15199
15125			Imp	18	136	8	15114	15199
15126	Lg	João Campos	Lg	111	5407	49	15130	15101
15127	Pç	António de Libânio Correia, Comend	Pç	44	1390	32	15130	15101
15128			Pest	94	4167	44	15121	15199
15129	Tv	Norte (do)	Tv	17	52	3	15106	15104
15130	Estr	N 270 (centro)	Estr	105	1056	10	15108	15101
15131			R	46	239	5	15101	15113
15132			Bc	46	130	3	15116	15199
15133			Ter	21	271	13	15115	15199
15134			Adro	14	44	3	15112	15199
15135			Pto	4	12	3	15101	15199
15136			Bc	33	115	3	15106	15199
15137			Jd	23	308	13	15130	15126
15138			Esc	119	906	8	15121	15121
15139	Estr	N 270 (nascente)	Estr	351	4002	11	15100	15117
15140			Adro	33	246	7	15101	15199
15141			Jd	26	213	8	15101	15106
15142			Bc	12	22	2	15106	15199

* As referências terminadas em 00 correspondem a artérias cujo início ou fim se prolonga e foi considerado apenas o troço indicado. A terminação 99 refere-se a espaços sem seguimento. As larguras são as médias (área/comprimento).

210.211 Aljezur

CH 1/5

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
21001			Bc	8	15	2	21101	21099
21002			Bc	6	7	1	21101	21099
21003			Rec	10	27	3	21102	21099
21004			Bc	11	16	1	21102	21099
21005			Bc	8	7	1	21102	21099
21006			Bc	5	4	1	21103	21099
21007			Bc	7	12	2	21104	21099
21008			Bc	6	12	2	21104	21099
21009			Esch	15	15	1	21102	21104
21010			Bc	6	6	1	21106	21099
21011			Bc	8	10	1	21106	21099
21012			Rec	4	7	2	21106	21034
21013			Bc	4	3	1	21107	21099
21014			Bc	18	20	1	21107	21099
21015			Bc	7	5	1	21107	21099
21016			Bc	14	12	1	21107	21099
21017			Bc	8	6	1	21108	21099
21018			Tv	11	17	2	21109	21111
21019			Bc	10	6	1	21109	21099
21020			Bc	13	12	1	21109	21099
21021			Bc	10	9	1	21109	21099
21022			Tv	29	22	1	21114	21114
21023			Tv	16	17	1	21109	21111
21024			Bc	17	28	2	21113	21099
21025			Bc	16	14	1	21113	21099
21026			Bc	7	7	1	21022	21099
21027			Bc	2	2	1	21115	21099
21028			Tv	12	10	1	21115	21134
21029			Bc	14	13	1	21115	21199
21030			Rec	10	30	3	21114	21199
21031			Bc	6	4	1	21104	21099
21032			Vrd	161	187	1	21110	21117
21033			Bc	17	18	1	21118	21099
21034			Cam	35	39	1	21106	21099
21035			Cam	9	8	1	21128	21129
21036			Bc	14	39	3	21132	21199
21037			Jd	13	43	3	21139	21099
21038			Cam	239	238	1	21111	21146
21039			Bc	14	37	3	21146	21199
21040			Bc	16	39	2	21146	21099
21041			Pest	21	248	12	21155	21099
21042			Bc	21	25	1	21160	21099
21043			Bc	15	12	1	21159	21099
21044			Bc	9	13	1	21160	21099

210.211 Aljezur

CH 2/5

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
21045			Bc	9	22	2	21165	21099
21046			Bc	17	36	2	21167	21099
21047			Bc	6	6	1	21167	21099
21048			Bc	25	19	1	21167	21099
21049			Bc	10	6	1	21167	21099
21050			Bc	27	34	1	21167	21099
21051			Bc	8	8	1	21167	21099
21052			Bc	8	16	2	21167	21099
21053			Bc	16	11	1	21167	21099
21054			Bc	29	25	1	21168	21099
21055			Bc	11	8	1	21169	21099
21056			Bc	6	7	1	21170	21099
21057			Bc	12	7	1	21170	21099
21058			Bc	4	11	3	21170	21099
21059			Cam	12	25	2	21170	21000
21060			Bc	6	13	2	21170	21199
21061			Bc	7	10	1	21170	21099
21062			Bc	15	16	1	21170	21099
21063			Bc	14	26	2	21171	21099
21064			Bc	16	14	1	21171	21099
21065			Bc	15	16	1	21171	21099
21066			Bc	6	4	1	21171	21099
21067			Bc	14	10	1	21173	21099
21068			Bc	7	7	1	21173	21099
21069			Rec	7	13	2	21173	21077
21070			Bc	8	17	2	21173	21099
21071			Bc	9	4	0	21173	21099
21072			Bc	7	3	0	21173	21099
21073			Tv	5	11	2	21173	21000
21074			Tv	5	10	2	21173	21000
21075			Tv	2	2	1	21181	21168
21076			Bc	10	9	1	21184	21099
21077			Cam	32	26	1	21187	21099
21078			Cam	44	70	2	21187	21099
21079			Bc	17	19	1	21189	21099
21080			Pto	8	29	4	21189	21099
21081			Cam	38	26	1	21000	21099
21082			Bc	9	13	1	21170	21099
21083			Bc	12	14	1	21167	21099
21084			Rec	3	7	2	21168	21099
21085			Bc	31	111	4	21155	21099
21086			Bc	19	17	1	21131	21099
21087			Cam	22	34	2	21195	21131
21088			Rec	7	21	3	21195	21099

210.211 Aljezur

CH 3/5

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
21101	R	25 de Abril	R	586	8373	14	21100	21117
21102	R	Vento (do)	R	109	361	3	21101	21108
21103	R	Encosta (da)	R	109	308	3	21102	21133
21104	R	Saudade (da)	R	96	336	4	21103	21199
21105			Tv	27	83	3	21104	21106
21106	R	Serro do Mosqueiro	R	288	1097	4	21100	21199
21107	R	Figueiras (das)	R	142	657	5	21100	21199
21108	R	Degoladouro (do)	R	80	321	4	21101	21109
21109	R	Costa do Castelo (da)	Lad	133	616	5	21101	21106
21110	R	Barranco (do)	R	92	259	3	21109	21100
21111	R	Piteiras (das)	R	111	341	3	21110	21106
21112			Tv	23	85	4	21103	21108
21113	Bc	Costa do Castelo (da)	Bc	36	85	2	21109	21199
21114	Tv	Barranco (do)	Tv	82	244	3	21110	21191
21115	R	Alegria (da)	R	123	368	3	21128	21106
21116			Pto	27	82	3	21104	21199
21117	Lg	Liberdade (da)	Lg	59	1166	20	21101	21118
21118	R	João Dias Mendes	R	209	1066	5	21117	21120
21119	R	Lisboa (de)	Tv	45	229	5	21118	21174
21120	Lg	5 de Outubro	Lg	27	423	16	21118	21121
21121	R	São João de Deus	Lad	53	464	9	21174	21155
21122	R	Santo António	R	94	288	3	21146	21124
21123	R	Cadeia Velha (da)	R	76	234	3	21149	21120
21124	Tv	Gabão (do)	Tv	19	61	3	21122	21125
21125	R	Gabão (do)	R	81	221	3	21146	21121
21126			Tv	18	50	3	21106	21107
21127			Tv	31	130	4	21106	21107
21128			Lad	48	120	2	21107	21129
21129			Bc	24	77	3	21128	21199
21130	R	Altura (da)	R	34	108	3	21128	21199
21131			Bc	33	110	3	21134	21199
21132			V	18	21	1	21110	21109
21133			Tv	16	54	3	21106	21109
21134			R	66	208	3	21115	21100
21135			Tv	12	47	4	21110	21111
21136			Tv	27	65	2	21109	21114
21137			Esch	10	15	2	21118	21140
21138			Cam	20	36	2	21118	21199
21139	Bc	Escadinhas (das)	Tv	21	35	2	21118	21123
21140			V	45	136	3	21137	21149
21141			Cam	51	118	2	21119	21100
21142			Esch	22	54	2	21159	21100
21143			Tv	12	24	2	21125	21144
21144	R	Nova	R	75	255	3	21146	21156

210.211 Aljezur

CH 4/5

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
21145	Tv	Santo António (sul)	Cam	53	95	2	21147	21122
21146	R	Castelo (do)	R	172	634	4	21100	21144
21147			Vrd	41	95	2	21149	21145
21148	Tv	Castelo (do)	Tv	43	207	5	21155	21100
21149	R	Ladeira (da)	R	157	658	4	21117	21122
21150	Tv	Santo António (norte)	Tv	15	44	3	21122	21125
21151			Tv	20	77	4	21145	21146
21152			Tv	6	25	4	21123	21122
21153			Tv	27	79	3	21146	21148
21154			Tv	41	156	4	21146	21155
21155	R	Paio Peres Correia, D.	Estr	334	2092	6	21100	21121
21156	Lg	Rainha Dona Leonor	Lg	25	316	13	21121	21172
21157	Tv	João de Deus	Tv	18	73	4	21121	21158
21158	R	Hospital (do)	R	83	300	4	21165	21156
21159	R	César Viriato França, Dr	Estr	316	1490	5	21174	21100
21160	R	Flores (das)	Tv	71	153	2	21143	21159
21161	Tv	Cruz (da)	Tv	54	207	4	21159	21159
21162			Esc	4	10	2	21163	21165
21163			V	72	182	3	21159	21161
21164			Tv	23	82	4	21165	21173
21165	R	Cabeças (das)	R	137	544	4	21159	21199
21166			Pto	10	41	4	21119	21199
21167	R	Parreiras (das)	R	320	1150	4	21168	21199
21168	Tv	Forte (do)	R	118	386	3	21172	21169
21169	R	Bairro Novo (do)	R	91	412	5	21172	21199
21170	R	Nascer do Sol (do)	R	245	1031	4	21171	21190
21171	R	Boa Vista (da)	R	162	661	4	21172	21100
21172	R	Forte (do)	R	186	1056	6	21156	21100
21173	R	Norte (do)	R	337	1526	5	21158	21199
21174	Lg	Pelourinho (do)	Lg	25	150	6	21159	21121
21175			Jd	19	211	11	21121	21199
21176			Bc	37	55	1	21139	21199
21177			V	30	38	1	21165	21173
21178			Bc	20	31	2	21164	21199
21179			Vrd	23	42	2	21159	21165
21180			Tv	18	62	3	21161	21163
21181			Vrd	26	30	1	21167	21168
21182			Tv	17	40	2	21173	21167
21183			Tv	23	37	2	21173	21167
21184			Vrd	28	28	1	21170	21171
21185			Esc	12	33	3	21167	21169
21186			Tv	24	61	3	21173	21167
21187			V	41	126	3	21173	21167
21188			R	17	54	3	21173	21170

210.211 Aljezur

CH 5/5

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
21189			Esch	26	53	2	21160	21199
21190			Jd	7	52	7	21119	21199
21191			Pest	55	1236	22	21101	21199
21192			Jd	13	54	4	21119	21199
21193			Jd	10	81	8	21102	21199
21194			Bc	18	27	2	21127	21199
21195	R	Florindo (do)	R	44	132	3	21134	21199
21196			Adro	7	26	4	21121	21155
21197			Jd	15	65	4	21165	21199
21198			Tv	24	29	1	21158	21173

221 Bordeira

A 1/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
22101	R	Álvaro Afonso, D.	Estr	228	2134	9	22102	22100
22102	Lg	Igreja (da)	Lg	23	254	11	22103	22101
22103	R	Lobo Miranda, Dr	R	67	561	8	22105	22100
22104	R	Escola (da)	Estr	118	850	7	22100	22105
22105	R	Comércio (do)	Pç	51	790	15	22107	22103
22106			Tv	41	222	5	22154	22105
22107	Lg	Liberdade (da)	Lg	34	351	10	22118	22105
22108			Tv	25	46	2	22106	22107
22109	Tv	Rampa (da)	Tv	24	136	6	22105	22117
22110	R	José Evangelista	Tv	35	226	6	22109	22111
22111			Tv	25	125	5	22110	22112
22112	R	Casa Fidalga (da)	R	78	379	5	22116	22101
22113	R	Poço Novo (do)	R	52	258	5	22115	22101
22114			Esc	9	23	3	22112	22113
22115	R	Castelinho (do)	R	103	364	4	22116	22126
22116	Lg	1º de Maio	Lg	19	187	10	22122	22112
22117	R	Alecrim (do)	R	37	223	6	22107	22134
22118	R	Teresa Matias, D.	R	60	295	5	22100	22107
22119	Tv	Escadinhas (das)	Tv	18	50	3	22107	22121
22120	R	Oliveira (da)	R	84	512	6	22107	22136
22121	R	Flores (das)	R	55	175	3	22120	22138
22122	R	Castelo (do)	R	94	387	4	22136	22116
22123	Tv	Castelo (do)	Tv	58	206	4	22122	22115
22124			Vrd	43	116	3	22123	22125
22125			Cam	142	483	3	22124	22128

221 Bordeira

A 2/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
22126	R	Norte (do)	Cam	47	138	3	22115	22128
22127	R	Bairro do Norte	R	53	191	4	22128	22199
22128	R	13 de Janeiro de 1898	Estr	89	455	5	22125	22101
22129			Jd	28	393	14	22101	22199
22130	R	Lavadouro (do)	R	63	456	7	22106	22104
22131			Tv	28	122	4	22104	22103
22132			Bc	59	303	5	22128	22199
22133			Bc	26	45	2	22122	22199
22134			Tv	12	31	3	22117	22116
22135			Bc	17	124	7	22136	22199
22136			Tv	9	57	6	22135	22122
22137			Tv	6	15	2	22121	22122
22138			Tv	18	45	2	22119	22122
22139	R	Flores (das)	Tv	22	66	3	22122	22199
22140			Rec	7	30	4	22127	22199
22141			Rec	7	27	4	22127	22199
22142			Bc	11	33	3	22115	22199
22143			Rec	3	6	2	22120	22199
22144			Adro	19	180	9	22101	22199
22145			Pto	18	102	6	22123	22199
22146			Lg	11	89	8	22126	22127
22147			Rec	14	59	4	22115	22156
22148			Jd	17	54	3	22101	22199
22149			Bc	7	6	1	22113	22199
22150			Jd	6	19	3	22114	22199
22151			Rec	8	42	5	22125	22199
22152			Bc	10	16	2	22124	22199
22153			Rec	6	10	2	22123	22199
22154			Lav	27	152	6	22106	22199
22155			Tv	9	30	3	22106	22130
22156			Bc	17	21	1	22147	22199
22157			Bc	11	10	1	22113	22199

222 Carrapateira

A 1/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
22201	Lg	Comércio (do)	Lg	71	2272	32	22252	22221
22202	R	Quintais (dos)	R	53	438	8	22201	22203
22203	R	Portela (da)	R	152	1174	8	22255	22224

222 Carrapateira

A 2/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
22204	Tv	Portela (da)	Tv	68	249	4	22205	22203
22205	R	Boavista (da)	R	111	476	4	22206	22203
22206			Cam	39	224	6	22200	22205
22207	R	Alegre	R	144	859	6	22206	22211
22208			Esch	43	139	3	22207	22205
22209			Tv	38	139	4	22208	22210
22210	Tv	Boavista (da)	Tv	44	172	4	22207	22224
22211			Estr	151	1090	7	22200	22212
22212			Estr	108	1243	12	22211	22200
22213			R	130	637	5	22212	22299
22214			R	111	498	4	22212	22299
22215			Bc	43	221	5	22214	22299
22216			Tv	13	70	5	22217	22214
22217	R	Igreja (da)	R	144	565	4	22228	22224
22218			R	122	702	6	22217	22217
22219			Pto	18	55	3	22222	22299
22220	Tv	16 de Novembro de 1873	Tv	19	112	6	22221	22217
22221	R	Direita	R	161	811	5	22203	22201
22222			Tv	19	109	6	22238	22217
22223	Bc	Fé (da)	Bc	15	48	3	22217	22299
22224			R	42	202	5	22203	22212
22225			Bc	18	58	3	22226	22299
22226			R	56	250	4	22201	22221
22227	Tv	Paz (da)	Tv	21	83	4	22226	22201
22228			Esc	16	46	3	22221	22255
22229			Tv	25	80	3	22230	22226
22230	R	Ferragudo (de)	R	52	216	4	22231	22226
22231	R	Quintais (dos)	R	29	103	4	22203	22230
22232	Tv	Quintais (dos)	Tv	33	88	3	22202	22231
22233			Rec	6	32	5	22232	22299
22234	Tv	Ferragudo (de)	R	36	176	5	22202	22226
22235			Esch	8	25	3	22201	22234
22236			Tv	27	120	4	22211	22224
22237			Tv	17	50	3	22203	22201
22238	Lg	Festas (das)	Lg	28	292	10	22221	22220
22239	R	Barroca (da)	Cam	37	158	4	22217	22218
22240			Esch	11	20	2	22214	22218
22241			Jd	27	251	9	22218	22218
22242			Adro	27	568	21	22218	22299
22243			Rec	4	13	3	22217	22299
22244			Tv	13	78	6	22217	22214
22245	Rec	Pescador (do)	Rec	11	52	5	22211	22299
22246			Rec	8	36	4	22213	22299
22247			Rec	9	55	6	22211	22299

222 Carrapateira

A 3/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
22248			Bc	19	70	4	22209	22299
22249			Rec	10	47	5	22203	22299
22250			Esc	5	5	1	22230	22299
22251			Tv	16	54	3	22203	22202
22252			Jd	12	58	5	22203	22201
22253			Pto	6	21	4	22214	22299
22254			Bc	22	47	2	22207	22299
22255	Estr	N 268	Estr	229	3921	17	22200	22200
22256			Pto	36	186	5	22255	22299
22257			Estr	62	744	12	22255	22200
22258			R	184	1677	9	22267	22257
22259			R	78	650	8	22258	22299
22260			R	64	336	5	22259	22299
22261			Cpjg	40	1305	33	22262	22260
22262			Esc	27	53	2	22255	22261
22263		Altinho (O)	Bc	25	96	4	22270	22264
22264			Esc	7	11	2	22263	22255
22265			Pest	14	84	6	22266	22255
22266			Estr	71	663	9	22200	22255
22267			R	43	145	3	22266	22258
22268	Sítio	Pombal (do)	Bc	29	89	3	22269	22299
22269			Lad	20	103	5	22267	22268
22270			Lad	22	101	5	22255	22263
22271			Rec	2	2	1	22237	22299
22272			Esch	10	40	4	22207	22236
22273			Bc	8	9	1	22245	22299

341 Lagoa

CH 1/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
34101	Lg	Combatentes da Grande Guerra (dos)	Lg	82	2650	32	34102	34105
34102	Lg	Miguel Bombarda	Lg	99	1798	18	34190	34101
34103	R	Pé da Cruz (do)	Tv	57	322	6	34114	34104
34104	R	João José Seixas	R	87	582	7	34114	34102
34105	R	Hintze Ribeiro	R	93	538	6	34128	34101
34106	Tv	Hintze Ribeiro	Tv	49	314	6	34111	34105
34107	R	Sebastião Trindade Pinto, Dr	Tv	58	255	4	34119	34128

341 Lagoa

CH 2/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
34108	R	Depósito da Água (do)	R	37	301	8	34113	34111
34109	Tv	Vasco da Gama	Tv	43	258	6	34104	34113
34110	R	Figueiredo, Cor	R	167	2097	13	34155	34143
34111	R	Almeida Garrett	R	62	750	12	34107	34101
34112	Tv	Teófilo Trindade, Comend	Tv	42	161	4	34106	34111
34113	R	Vasco da Gama	R	122	613	5	34126	34101
34114	R	Liberdade (da)	R	347	3483	10	34149	34191
34115	R	Machado Santos	R	61	373	6	34113	34114
34116	R	Teófilo Trindade, Comend	R	79	471	6	34113	34119
34117	R	16 de Janeiro	R	70	423	6	34119	34128
34118	R	António Libório	R	65	277	4	34148	34119
34119	R	Alexandre Herculano	R	191	1158	6	34141	34107
34120	R	João Grade Cabrita Santos, Dr	R	46	242	5	34119	34143
34121	R	Tomé de Barros Queirós	R	35	208	6	34124	34119
34122	Bc	Vasco da Gama	Bc	21	91	4	34113	34199
34123	R	Viana, Alf	R	105	668	6	34134	34115
34124	R	Arco (do)	Tv	27	75	3	34121	34116
34125	R	Dr. Cirurgião	R	85	597	7	34132	34126
34126	R	Luís de Camões	R	115	813	7	34123	34121
34127	R	João Grade, Dr	R	46	278	6	34119	34120
34128	Lg	Alves Roçadas	Lg	67	968	14	34148	34105
34129			Esch	25	100	4	34143	34127
34130	R	Saco (do)	R	98	665	7	34123	34199
34131	R	Espírito Santo (do)	R	75	269	4	34132	34126
34132	Tv	Roda (da)	R	104	392	4	34134	34140
34133	R	Cinema Antigo (do)	Tv	39	252	6	34114	34123
34134	Lg	Guerra Júdice, Dr	Lg	47	640	14	34137	34123
34135	R	João Bentes Castel-Branco	R	93	570	6	34110	34140
34136	R	Reis, Alm	R	69	454	7	34140	34110
34137	R	Eça de Queirós	R	77	449	6	34149	34134
34138	R	Antero do Quental	Tv	41	298	7	34142	34139
34139	R	Pinheiro Chagas	R	138	982	7	34114	34140
34140	R	Teófilo Braga	R	99	653	7	34142	34141
34141	R	João Bernardo, Cor	Tv	47	309	7	34140	34110
34142	R	25 de Abril	R	140	1686	12	34149	34155
34143	Pç	República	Lg	46	888	19	34114	34148
34144	R	João Azevedo Lobo	R	105	762	7	34180	34128
34145	R	Sousa Martins	R	87	517	6	34170	34187
34146			Pto	31	165	5	34142	34199
34147			Lg	46	1029	22	34184	34199
34148	R	Manuel de Arriaga, Dr	R	54	385	7	34143	34128
34149	Lg	5 de Outubro	Pç	189	5473	29	34154	34114

341 Lagoa

CH 3/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
34150	R	Basílio Teles	R	158	967	6	34149	34142
34151	R	João Lúcio, Dr	R	224	1571	7	34154	34142
34152	R	Cercas (das)	R	128	1107	9	34149	34100
34153	R	Pontinha (da)	R	68	419	6	34151	34100
34154	R	Bombeiros Voluntários de Lagoa	R	155	1454	9	34100	34149
34155	R	Mouzinho de Albuquerque	R	337	4149	12	34100	34110
34156	Tv	Elias Garcia	R	164	1074	7	34100	34159
34157	R	Elias Garcia	R	112	749	7	34155	34100
34158	R	João Chagas	Tv	55	334	6	34157	34159
34159	R	Afonso Costa, Dr	R	193	2336	12	34155	34100
34160	R	Maria Eugénia Júdice Dias Ferreira, D.	R	211	2534	12	34159	34100
34161	R	Alfredo Keil	R	84	944	11	34159	34160
34162	Tv	João Meneses, Dr	Tv	25	128	5	34161	34163
34163	R	João Meneses, Dr	R	104	702	7	34159	34173
34164	R	Malhão (do)	Tv	42	324	8	34163	34165
34165	R	Visconde de Lagoa	R	115	565	5	34159	34187
34166			Pct	50	907	18	34159	34168
34167	Tv	Visconde de Lagoa	Tv	85	392	5	34166	34165
34168	R	Carros (dos)	R	87	545	6	34166	34145
34169	R	João Belo, Comend	R	51	365	7	34166	34110
34170	Tv	Praça (da)	R	166	720	4	34166	34143
34171			Tv	14	61	4	34110	34170
34172	R	António Pinto	R	122	612	5	34169	34185
34173	R	Infante D. Henrique	R	65	576	9	34160	34187
34174	Bc	António Pinto	Bc	40	259	6	34172	34199
34175	R	Terreiro (do)	R	46	238	5	34187	34160
34176	R	Olarias (das)	R	69	266	4	34180	34160
34177	R	Fernando Martins	Tv	35	235	7	34170	34172
34178	R	Misericórdia (da)	R	47	220	5	34185	34143
34179	R	João de Deus	Tv	40	156	4	34143	34144
34180	R	Capitão-Mór Paula	R	77	495	6	34187	34144
34181	R	José Estêvão	R	172	1320	8	34160	34184
34182	R	Gago Coutinho	R	62	343	6	34144	34181
34183	R	Sacadura Cabral	R	55	350	6	34128	34100
34184	R	Joaquim Eugénio Júdice	R	158	1483	9	34128	34100
34185	Lg	António Pinto	Lg	17	207	12	34172	34178
34186			Tv	12	59	5	34185	34180
34187	Lg	Terreiro (do)	Pct	30	524	17	34173	34180
34188	Bc	José Estêvão	Bc	15	85	6	34181	34199
34189			Adro	34	746	22	34106	34101
34190	R	Ernesto Cabrita, Dr	R	228	3505	15	34191	34100

341 Lagoa

CH 4/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
34191	Lg	Município (do)	Lg	69	1263	18	34192	34190
34192	R	Fonseca de Almeida, Dr	R	122	1045	9	34114	34100
34193			Pct	19	285	15	34114	34102
34194			Rec	9	26	3	34101	34199
34195			Tv	63	304	5	34100	34190
34196	R	Cemitério (do)	R	108	901	8	34102	34100
34197			Tv	30	166	6	34184	34147
34198			Bc	14	50	4	34147	34199

401.451.460 Lagos

CH 1/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
40101	R	Atalaia (da)	R	106	637	6	40535	40616
40102	R	Ferrador (do)	R	90	482	5	40104	40606
40103	R	Oliveira (da)	R	246	1074	4	40535	40619
40104	R	1º de Maio	R	261	1284	5	40535	40619
40105	R	Cândido dos Reis	R	305	1721	6	40527	40614
40106	R	Estrema (da)	R	103	559	5	40107	40105
40107	R	25 de Abril	R	183	1660	9	40526	40607
40108	R	Barroca (da)	R	179	644	4	40544	40609
40109	Tv	Estrema (da)	Tv	27	121	4	40105	40104
40110	R	Marreiros Neto	R	279	1801	6	40535	40607
45101	Lg	Santa Maria da Graça	Lg	58	1118	19	45102	45104
45102	R	Porta da Vila (da)	R	58	615	11	45101	45112
45103	R	Adro (do)	R	55	354	6	45101	45102
45104	R	Miguel Bombarda	R	191	979	5	45117	45101
45105	Bc	Santa Bárbara (de)	Bc	48	261	5	45105	45105
45106	Arco	São Gonçalo de Lagos (de)	Tn	16	55	3	45123	45117
45107	Tv	Coroa (da)	R	57	243	4	45104	45115
45108	Tv	Quartéis (dos)	Tv	37	128	3	45104	45113
45109	Bc	Quartéis (dos)	Bc	19	84	4	45108	45199
45110	Tv	Almas (das)	R	83	373	4	45101	45114
45111	R	São José (de)	R	138	749	5	45102	45118
45112	R	5 de Outubro	R	142	886	6	45102	45146
45113	R	Júlio Dantas, Dr	R	247	1110	4	45117	45111
45114	R	Mendonça, Dr	R	159	720	5	45116	45111
45115	R	Jardim (do)	R	98	420	4	45117	45116
45116	R	Alberto da Silveira, Gen	R	153	759	5	45104	45126
45117	R	Castelo dos Governadores (do)	R	156	764	5	45106	45122

401.451.460 Lagos

CH 2/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
45118	Pç	Armas (d')	Pç	52	1992	38	45111	45130
45119	Tv	Forno (do)	Tv	82	635	8	45112	45118
45120	R	São Gonçalo de Lagos (de)	R	71	303	4	45126	45146
45121	R	Henrique Correia da Silva	Tv	66	268	4	45122	45126
45122	Pç	Infante (do)	Pç	97	5749	59	45123	45142
45123	Jd	Constituição (da)	Jd	242	9263	38	45150	45122
45124	Cais	Solaria (da)	Cais	316	4525	14	45150	45199
45125	Tv	Mar (do)	Tv	39	244	6	45122	45126
45126	R	Silva Lopes	R	121	1304	11	45116	40107
45127	R	Lançarote de Freitas	R	221	1535	7	45118	45126
45128	R	Cardeal Netto	R	114	562	5	45118	45129
45129	Lg	Vasco Gracias, Dr	Lg	41	1290	31	45128	45133
45130	Tv	Gil Vicente	Tv	70	356	5	45118	45132
45131	Tv	Mineiro (do)	Tv	57	284	5	45127	45132
45132	R	Gil Vicente	R	174	760	4	45128	45135
45133	R	João Bonança	R	72	710	10	45129	40101
45134	R	Combatentes da Grande Guerra (dos)	Tv	69	366	5	45132	45135
45135	R	Luís Azevedo, Prof	R	171	1123	7	40105	40101
45136	Tv	Cerca (da)	Tv	25	91	4	45135	40101
45137	Tv	Paço (do)	Tv	62	292	5	45135	40102
45138	R	Mendonça Pessanha	R	140	1027	7	45127	40105
45139	R	Cruzes (das)	Tv	44	136	3	45126	45140
45140	R	Soeiro da Costa	R	169	932	6	40105	40107
45141	Tv	Tanoeiros (dos)	Tv	27	86	3	40107	45140
45142	R	Vedoria (da)	Tv	31	114	4	45122	40107
45143	R	Senhora da Graça (da)	R	91	614	7	45122	45144
45144	Tv	Senhora da Graça (da)	Tv	44	142	3	40108	40107
45145	R	Joaquim Tello, Dr	R	107	510	5	40107	40105
45146	Tv	Cotovelo	Tv	59	286	5	45112	45127
45147	R	Santa Maria da Graça	R	80	433	5	45101	45102
45148			Rec	14	167	12	45111	45100
45149			Adro	16	51	3	45122	45199
45150	Av	Descobrimentos (dos)	Av	228	2784	12	45100	45100
45151			Jd	67	1492	22	45123	45199
45152			Mir	36	259	7	45153	45150
45153			Esch	11	17	2	45124	45150
45154			Esch	13	36	3	45155	45124
45155			Mir	65	1617	25	45150	45154
45156			Tv	30	189	6	45101	45104
45157			Pto	28	104	4	45113	45199
45158			Pto	39	639	16	45117	45199
45159			Adro	6	12	2	45126	45199
45160			Pto	25	158	6	45127	45199

401.451.460 Lagos

CH 3/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
45161			Pto	77	638	8	45118	45199
46001	R	Alegrias (das)	R	89	385	4	40110	46016
46002	R	Furtado, Mar	R	117	408	3	40110	46017
46003	R	Canal (do)	R	142	579	4	40110	46017
46004	R	Amendoeira (da)	R	128	530	4	46005	46019
46005	R	Laranjeira (da)	R	64	324	5	40110	46004
46006			Rec	3	7	2	40110	46099
46007	Pç	Marquês de Pombal	Lg	20	214	11	46011	46012
46008	R	Afonso de Almeida	R	58	282	5	40107	46010
46009			Tv	16	75	5	46000	46010
46010	Pç	Gil Eanes	Pç	45	1464	33	46013	46024
46011	R	Lima Leitão	R	59	361	6	40107	46010
46012	R	Marquês de Pombal	R	48	316	7	46007	46013
46013	R	Garrett	R	45	576	13	46010	46014
46014	Pç	Luís de Camões	Pç	38	840	22	40105	46028
46015	R	António Barbosa Viana	R	56	205	4	40104	40105
46016	R	Infante de Sagres	R	261	1541	6	46000	46014
46017	Lg	Quartéis (dos)	R	139	1206	9	46016	46031
46018	R	Roda (da)	Tv	57	262	5	46016	46017
46019	R	Paiol (do)	R	86	443	5	40104	46031
46020	Bc	Paiol (do)	Bc	34	170	5	46019	46099
46021	Tv	1º de Maio	Tv	49	181	4	46014	40104
46022	R	Gil Eanes	R	46	226	5	46023	46028
46023	R	Porta Pequena (da)	R	28	217	8	46010	46027
46024	R	Porta de Portugal (da)	R	204	3377	17	46010	46053
46025	R	Escadinhas (das)	Esch	15	40	3	46024	46026
46026	R	Faria e Silva, Dr	R	163	905	6	46023	46028
46027	R	Ferreiros (dos)	R	75	420	6	46023	46026
46028	R	Joaquim Machado, Consº	R	223	1404	6	46014	46039
46029	R	Quintais (dos)	Tv	76	297	4	40104	46030
46030	R	António José de Almeida, Dr	R	163	838	5	46023	46031
46031	R	Jogo da Bola (do)	R	224	1437	6	46017	46041
46032	R	Peixeiros (dos)	R	174	756	4	46019	46031
46033	R	Camachinhos (dos)	R	122	513	4	46030	46040
46034	Tv	Penhasco (do)	Tv	41	189	5	46028	46033
46035	R	José Paletti	R	101	493	5	46034	46041
46036	Tv	Fábrica (da)	R	52	191	4	46028	46033
46037	R	Marombeira (da)	R	100	378	4	46028	46052
46038			Tv	12	30	2	46037	46028
46039	Lg	Porta do Postigo (da)	Lg	37	492	13	46028	46043
46040	R	Torrinha (da)	R	55	221	4	46033	46041
46041	R	Alegretes (dos)	R	87	431	5	46031	46039
46042	R	Caracol (do)	R	87	312	4	46041	46000
46043	R	Cemitério (do)	R	248	1846	7	46039	46060

401.451.460 Lagos

CH 4/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
46044	Bc	Cemitério (do)	Bc	32	160	5	46060	46099
46045	R	Nova da Aldeia	R	194	1392	7	46046	46060
46046	R	António Crisogno dos Santos	R	243	2340	10	46039	46054
46047	R	Barreira (da)	R	161	1128	7	46046	46043
46048	Bc	Barreira (da)	Bc	23	88	4	46047	46099
46049			Tv	39	219	6	46047	46047
46050	Bc	José Vieira	Bc	18	200	11	46051	46099
46051	R	José Vieira	R	85	427	5	46046	46047
46052	R	Capelinha (da)	R	120	922	8	46024	46046
46053	Lg	Portas de Portugal (das)	Lg	67	1352	20	46024	46054
46054	R	Vasco da Gama, D.	R	484	7729	16	46053	46000
46055	Tv	Vasco da Gama, D.	Tv	90	842	9	46056	46059
46056	R	Afonso Caetano	R	74	766	10	46054	46059
46057	R	Crisanto Correia, Prof	R	55	474	9	46061	46056
46058	R	Gaspar dos Reis, Prof	R	74	597	8	46059	46099
46059	R	Convento da Sra da Glória	R	231	2354	10	46060	46054
46060	Lg	Convento da Sra da Glória	Lg	91	1127	12	46043	46000
46061			R	127	1352	11	46046	46057
46062			Pto	23	104	5	46052	46099
46063			Tv	14	77	6	46057	46058
46064	Jd	Ferro de Engomar	Jd	64	880	14	46065	46054
46065	R	Victor da Costa e Silva	R	226	3227	14	46054	46000
46066	Tv	Ferro de Engomar (do)	Tv	21	208	10	46068	46065
46067	R	José Cabrita, Dr	R	90	1110	12	46068	46054
46068	Av	Descobrimentos (dos)	Av	350	13952	40	46000	46000
46069			Pto	35	136	4	46056	46099
46070			Tn	19	53	3	46068	46065
46071			Pct	28	606	22	46065	46072
46072			Tn	16	65	4	46071	46067
46073			Tn	15	40	3	46054	46071
46074			Tn	26	99	4	46054	46071
46075			Rec	11	84	8	46054	46099
46076			Rec	12	79	7	46058	46099
46077			Rec	7	22	3	46058	46099
46078			Pto	17	28	2	46044	46099
46079			Rec	6	16	3	46042	46099
46080			Rec	5	23	5	46026	46099
46081			Adro	40	216	5	46028	46028
46082			Pto	31	104	3	46017	46017
46083			Rec	21	88	4	46017	46099
46084			Rec	12	17	1	46051	46099
46085			Pto	22	145	7	46047	46099
46086			Pto	44	266	6	46055	46099

411 Barão de São João

A 1/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
41101	Estr	Mata (da)	Estr	372	3091	8	41130	41100
41102	Tv	Eiras (das)	R	51	236	5	41101	41107
41103	Tv	1º de Maio	Tv	30	131	4	41101	41106
41104	Tv	1 de Janeiro	R	90	428	5	41101	41107
41105	Tv	Poente (do)	Tv	39	166	4	41101	41106
41106	R	Alcântara (de)	R	100	467	5	41101	41149
41107	R	Nascente (do)	R	141	668	5	41111	41149
41108	Lg	Alcântara (de)	Lg	17	176	10	41106	41109
41109	Tv	Rossio (do)	Tv	67	243	4	41108	41107
41110	R	Pica Abelhas	Cam	107	503	5	41111	41100
41111	R	Bica (da)	Cam	150	789	5	41112	41145
41112	R	Guerreiro Tello, Dr	R	102	538	5	41101	41121
41113	Bc	Rosado (do)	Bc	31	165	5	41101	41199
41114	R	Selão da Ribeira	R	96	530	6	41158	41145
41115	Bc	25 de Abril	R	29	179	6	41147	41199
41116	R	Liberdade (da)	R	51	194	4	41101	41118
41117	R	Antero Cabral	Tv	17	74	4	41118	41147
41118	Tv	Liberdade (da)	R	24	114	5	41120	41115
41119	R	Praça (da)	Tv	20	66	3	41125	41120
41120	Tv	Comércio (do)	Tv	46	220	5	41119	41123
41121	R	Parreiras (das)	R	81	339	4	41131	41112
41122	R	José Silva Marreiros	R	55	276	5	41148	41147
41123	R	Comércio (do)	R	34	100	3	41125	41147
41124	R	Francisco da Silva Rijo, Cap	R	157	1054	7	41169	41123
41125	R	Armando Jaques Favre Castelo Branco	R	155	1082	7	41101	41124
41126	R	António Rosado	R	69	289	4	41130	41125
41127	Bc	Jardim (do)	Bc	10	32	3	41126	41199
41128	R	Moinho (do)	Cam	77	428	6	41100	41172
41129	Tv	João de Deus	Tv	66	221	3	41130	41125
41130	R	25 de Abril	R	198	1529	8	41172	41170
41131	R	Amendoeiras (das)	Az	142	779	5	41122	41146
41132	Bc	Amendoeiras (das)	Bc	20	109	5	41131	41199
41133	R	Igreja (da)	R	42	304	7	41130	41124
41134	R	Cotovelo (do)	Tv	64	211	3	41133	41124
41135	Bc	Igreja (da)	Bc	42	232	6	41133	41199
41136			Bc	19	65	3	41130	41199
41137			Bc	28	144	5	41130	41199
41138			Bc	32	124	4	41130	41199
41139	R	Escadas (das)	Tv	34	112	3	41101	41125
41140			Bc	8	16	2	41101	41199
41141			Rec	8	20	2	41116	41199
41142			Rec	3	4	1	41143	41199
41143			Tv	11	29	3	41101	41108

411 Barão de São João

A 2/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
41144			Tv	14	61	4	41108	41104
41145			Estr	68	531	8	41111	41100
41146			Estr	74	684	9	41169	41100
41147	Pç	Antero Cabral	Lg	44	403	9	41122	41164
41148			Tv	13	41	3	41124	41122
41149			Cam	21	106	5	41106	41100
41150			Bc	56	345	6	41101	41199
41151			Car	100	100	1	41158	41145
41152			Tv	12	26	2	41114	41151
41153			Tv	12	25	2	41114	41151
41154			Tv	12	24	2	41114	41151
41155			Tv	12	25	2	41114	41167
41156			Tv	12	25	2	41114	41167
41157			Tv	12	25	2	41114	41167
41158			Ter	38	423	11	41151	41167
41159			Imp	136	1950	14	41145	41199
41160			Bc	25	86	3	41101	41199
41161			Bc	7	28	4	41126	41199
41162			Pto	66	1696	26	41101	41199
41163			Bc	10	16	2	41102	41199
41164			Tv	10	89	9	41147	41112
41165			Rec	6	36	6	41111	41199
41166			Lav	9	89	10	41111	41199
41167			Car	64	132	2	41158	41179
41168			Adro	15	178	12	41133	41124
41169	Estr	M-535 (nascente)	Estr	74	559	8	41100	41124
41170	Estr	M 535-I	Estr	63	400	6	41111	41199
41171			Jd	15	91	6	41133	41199
41172	Estr	M-535 (poente)	Estr	70	562	8	41100	41130
41173			Cam	51	343	7	41101	41100
41174			Jd	28	146	5	41130	41199
41175			Esch	9	10	1	41101	41149
41176			Pto	8	18	2	41129	41199
41177			Jd	9	80	9	41111	41199
41178			Bc	15	68	5	41111	41199
41179			Rec	23	122	5	41167	41145
41180			Cam	12	41	3	41179	41159

* As referências terminadas em 00 correspondem a artérias cujo início ou fim se prolonga e foi considerado apenas o troço indicado. A terminação 99 refere-se a espaços sem seguimento. As larguras são as médias (área/comprimento).

431 Almádena

A 1/2

Espaços								
ref	Tipol	Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	vem	vai
43101	R	Alegria (da)	R	172	739	4	43105	43142
43102	R	Lomba (da)	R	127	618	5	43106	43143
43103	Lg	Pedras (das)	Lg	16	171	11	43108	43102
43104	R	Sociedade (da)	Tv	23	97	4	43106	43101
43105	R	Zorra (da)	R	77	441	6	43106	43132
43106	Lg	Sociedade (da)	Lg	19	226	12	43111	43105
43107	R	Flores (das)	Tv	28	155	6	43108	43111
43108	R	Quintais (dos)	R	150	705	5	43110	43111
43109	Bc	Horta (da)	Tv	36	157	4	43110	43108
43110	R	Escola (da)	R	375	2186	6	43100	43120
43111	R	António José de Almeida, Dr	R	137	979	7	43122	43106
43112	R	Encosta (da)	R	72	645	9	43118	43105
43113	R	Esperança (da)	R	29	133	5	43112	43105
43114	R	Funil (do)	R	95	452	5	43118	43106
43115	R	1º de Maio	Tv	38	174	5	43116	43111
43116	R	Centro (do)	R	70	280	4	43110	43114
43117	R	Pedreira (da)	R	302	2426	8	43118	43100
43118	Lg	Novo	Lg	27	258	10	43120	43117
43119	R	Alecrim (do)	R	66	239	4	43120	43114
43120	R	Terreiro do Despacho (do)	R	162	1138	7	43122	43118
43121	R	Leste (do)	R	205	1109	5	43111	43123
43122	Lg	Poço (do)	Lg	106	2802	26	43100	43120
43123	R	Amendoeira (da)	R	49	264	5	43121	43120
43124	R	Paraíso (do)	R	36	231	6	43121	43123
43125	R	Reguengo (do)	R	117	631	5	43120	43100
43126			Tv	29	247	9	43121	43125
43127	R	Colina (da)	Cam	132	696	5	43129	43117
43128	R	Palmeira (da)	R	98	848	9	43129	43199
43129	R	Vale da Zorra (do)	R	146	1037	7	43132	43100
43130	R	Alfarrobeira (da)	R	90	738	8	43132	43128
43131			Bc	23	103	4	43112	43199
43132	R	Amoreira (da)	R	104	583	6	43129	43117
43133	R	Rossio (do)	Cam	206	1292	6	43117	43100
43134	Bc	Cerca (da)	Bc	142	1764	12	43117	43199
43135			Car	61	194	3	43117	43134
43136			Bc	72	800	11	43133	43199
43137			Car	23	58	3	43124	43121
43138			Car	11	25	2	43120	43119
43139	R	Vinhas (das)	R	183	1767	10	43100	43125
43140			Bc	32	514	16	43139	43199
43141			Pto	22	127	6	43120	43199
43142	R	Eiras Velhas (das)	R	235	2177	9	43110	43100
43143			R	183	1531	8	43110	43102
43144			Tv	42	131	3	43143	43142

431 Almádena

A 2/2

Espaços								
ref	Tipol	Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	vem	vai
43145			Tv	35	158	5	43144	43143
43146			Tv	33	157	5	43110	43143
43147			Ter	38	979	26	43110	43146
43148			Tv	21	54	3	43102	43101
43149			Rec	15	70	5	43111	43199
43150			Pto	26	483	19	43110	43199
43151	Tv	Hortas (das)	Tv	83	595	7	43100	43110
43152			Imp	29	202	7	43122	43199
43153			Pto	15	61	4	43121	43199
43154			Bc	35	171	5	43121	43199
43155			Bc	24	77	3	43118	43199
43156			Rec	8	41	5	43114	43199
43157			Rec	7	21	3	43114	43199
43158			Bc	17	23	1	43115	43199
43159			Pto	10	56	6	43143	43199
43160			Bc	12	67	6	43102	43199
43161			Bc	9	27	3	43102	43199
43162			Pto	22	111	5	43109	43199
43163			Bc	8	24	3	43120	43199

432 Espiche

A 1/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
43201	R	Tanques (dos)	R	127	870	7	43210	43205
43202	R	Parreiras (das)	R	166	1077	6	43250	43266
43203	Tv	Parreiras (das)	Tv	24	107	4	43250	43202
43204	R	Campo da Bola	R	79	498	6	43205	43202
43205	Lg	Rotunda (da)	Lg	34	449	13	43222	43250
43206	R	Vicente Faria	R	117	525	4	43224	43201
43207	Tv	Escadinhas (das)	Tv	19	73	4	43206	43222
43208	R	25 de Abril	R	96	419	4	43224	43201
43209	Tv	25 de Abril	Tv	9	19	2	43211	43208
43210	Lg	Praça (da)	Lg	41	869	21	43262	43263
43211	Lg	Adega (da)	Lg	17	149	9	43212	43209
43212	Tv	Grilo (do)	Tv	12	35	3	43214	43211
43213	Tv	Adega (da)	Tv	15	53	4	43224	43211
43214	R	Canelas	R	215	1249	6	43210	43240
43215	Tv	Campo da Bola (do)	Tv	36	106	3	43219	43204
43216	R	Calceteiros (dos)	R	45	232	5	43219	43204

432 Espiche

A 2/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
43217	Tv	Boa Vista (da)	Tv	43	136	3	43216	43218
43218	R	Boa Vista (da)	R	69	478	7	43219	43266
43219	R	Rossio (do)	R	161	878	5	43235	43222
43220	Tv	Dias	Tv	24	108	4	43221	43219
43221	R	Dias	R	88	384	4	43236	43222
43222	R	Nossa Senhora da Encarnação	R	103	518	5	43236	43205
43223	R	Alvito	R	135	704	5	43226	43236
43224	R	Direita	R	84	493	6	43214	43222
43225	R	Glória Dias	Tv	50	156	3	43214	43224
43226	R	Quintais (dos)	R	57	202	4	43214	43224
43227	R	João dos Santos	R	98	415	4	43231	43226
43228	Tv	Quintais (dos)	Tv	27	122	5	43229	43226
43229	R	1º de Dezembro	R	83	268	3	43214	43222
43230	Tv	Alvito	Tv	17	39	2	43227	43223
43231	R	Castela	R	103	463	4	43229	43223
43232	Tv	Castela	Tv	21	85	4	43214	43231
43233	Tv	Rossio (do)	R	81	764	9	43235	43266
43234	R	Francisco António dos Santos	R	96	1079	11	43235	43266
43235	Lg	Moinhos (dos)	Lg	44	520	12	43236	43234
43236	R	Lages (das)	R	101	438	4	43222	43235
43237	R	1º de Maio	R	83	333	4	43231	43241
43238	Tv	1º de Maio	Tv	19	86	5	43239	43237
43239	Lg	Boa Esperança (da)	Lg	24	167	7	43240	43238
43240	R	Padaria (da)	R	59	260	4	43241	43231
43241	R	Escola Primária (da)	R	248	2177	9	43240	43259
43242	Bc	Flores (das)	Bc	19	86	5	43241	43299
43243	Bc	Amendoeiras (das)	Bc	20	63	3	43240	43299
43244	Tv	Pesos (dos)	Tv	52	154	3	43243	43214
43245	R	Ramal (do)	R	128	1085	8	43262	43214
43246	R	Moinhos (dos)	R	76	454	6	43258	43234
43247	Tv	Moinhos (dos)	R	48	328	7	43241	43246
43248	Tv	Escola Primária (da)	Tv	40	247	6	43241	43246
43249			Pct	29	385	13	43247	43246
43250	R	Forninhos (dos)	Imp	106	610	6	43205	43299
43251			Estr	206	1653	8	43201	43200
43252	R	Balneários (dos)	Imp	73	511	7	43202	43299
43253	R	Matos Brancos	Imp	144	2339	16	43257	43299
43254	R	Bairro Municipal	Imp	115	1121	10	43255	43299
43255	R	Norte (do)	R	122	1061	9	43253	43254
43256	Lg	Liberdade (da)	Lg	82	2745	33	43257	43257
43257	R	Bairro da Liberdade	R	249	2558	10	43234	43255
43258	Tv	Liberdade (da)	R	55	422	8	43241	43257

432 Espiche

A 3/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
43259	R	Ana Rosa Monteiro	R	248	2330	9	43260	43200
43260	R	Albertina Morales	R	140	1146	8	43200	43241
43261	R	Pesos (dos)	R	248	3289	13	43262	43267
43262	Estr	N 125	Estr	379	5593	15	43245	43210
43263			Rec	12	77	6	43201	43299
43264	Bc	José Gregório Beles	Bc	19	53	3	43201	43299
43265			Imp	63	493	8	43266	43200
43266			R	112	1725	15	43202	43253
43267			Esch	14	152	11	43261	43214
43268			Cam	50	264	5	43210	43200
43269			Tv	51	307	6	43270	43266
43270			Pct	32	375	12	43234	43233
43271			Tv	14	48	3	43222	43221
43272	Bc	Hortas (das)	Bc	31	290	9	43251	43299
43273			Bc	29	54	2	43252	43299
43274			Tv	21	158	8	43253	43254
43275			Bc	27	100	4	43259	43299
43276			Rec	17	76	4	43260	43299
43277			Rec	12	76	6	43241	43299
43278			Bc	16	65	4	43261	43299
43279			Pct	18	228	13	43267	43214
43280			Bc	12	37	3	43261	43299
43281			Tv	19	29	2	43262	43261
43282			Pct	55	864	16	43262	43299
43283			Jd	31	310	10	43201	43262
43284			Jd	24	136	6	43251	43201
43285			Adro	4	8	2	43262	43299
43286			Bc	25	77	3	43263	43299
43287			Pto	9	35	4	43227	43299

463 Portelas

A 1/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
46301	Estr	N 120	Estr	582	6191	11	46300	46300
46302	R	Palmeiras (das)	R	138	872	6	46305	46321
46303	R	Traseiras (das)	Bc	55	203	4	46302	46399
46304	Bc	Rua Nova (da)	Bc	21	131	6	46305	46399
46305	R	Nova das Portelas	R	172	1559	9	46323	46399
46306	R	Vale das Pedras (do)	R	105	1543	15	46307	46300

463 Portelas

A 2/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
46307	R	Escola Velha (da)	R	194	1215	6	46308	46301
46308	R	Escola Primária (da)	R	137	1117	8	46301	46307
46309	Bc	Escola Primária (da)	R	80	775	10	46308	46316
46310	R	Quintas (das)	Bc	46	182	4	46301	46399
46311	R	Canavial (do)	Bc	34	169	5	46312	46399
46312	R	Campo (do)	Bc	73	271	4	46310	46399
46313			Pto	42	253	6	46308	46315
46314			Tv	25	63	3	46309	46315
46315			R	51	569	11	46314	46307
46316			Car	58	196	3	46301	46315
46317			Cam	102	539	5	46307	46300
46318			Pto	16	96	6	46307	46399
46319			Tv	42	153	4	46301	46307
46320	Estr	N 535-1	Estr	51	503	10	46301	46300
46321			Lg	51	1285	25	46301	46320
46322			Ter	32	677	21	46301	46320
46323	Lg	Minhocas (das)	Lg	56	974	17	46301	46305
46324			Bc	20	147	7	46305	46399
46325			Bc	18	109	6	46305	46399
46326			Pto	10	92	9	46301	46399
46327			Pinf	32	371	12	46313	46399
46328			Bc	14	36	3	46308	46399
46329			Pto	23	34	1	46301	46399
46330			Bc	30	176	6	46301	46399
46331			Pto	29	159	5	46301	46399
46332			Rec	4	5	1	46311	46399
46333			Ter	29	238	8	46313	46307
46334			Rec	11	50	5	46319	46399
46335			Pto	20	90	4	46301	46319

464 Sargaçal

A 1/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
46401	Estr	M 535-1	Estr	363	3545	10	46402	46400
46402	Lg	Caldeiroa (da)	Lg	58	993	17	46404	46401
46403	R	Poço (do)	R	51	352	7	46402	46401
46404	R	Caldeiroa (da)	R	220	1354	6	46400	46402
46405	Bc	Caldeiroa (da)	Bc	51	382	7	46404	46499
46406	Bc	Calça Fina (do)	Bc	55	158	3	46404	46499

464 Sargaçal

A 2/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
46407			Rec	12	112	9	46402	46499
46408	Bc	Baptistas	Bc	21	70	3	46404	46499
46409	Bc	Lavadouros (dos)	Bc	28	152	5	46404	46499
46410			Adro	47	886	19	46415	46499
46411	R	Escola Primária (da)	R	217	1680	8	46404	46419
46412	Bc	Guerreiro (do)	Bc	43	293	7	46411	46499
46413	Bc	Sargaços (dos)	Bc	12	33	3	46411	46499
46414	Bc	Lopo (do)	Bc	53	296	6	46411	46499
46415	Tv	Igreja (da)	Tv	33	339	10	46411	46499
46416			Pç	57	2181	38	46424	46417
46417			R	49	607	12	46416	46499
46418			Tv	53	758	14	46411	46417
46419	R	Maria José Rijo, Prof	R	182	1820	10	46411	46401
46420			Bc	49	671	14	46401	46499
46421			R	40	200	5	46424	46418
46422			Pct	20	211	11	46423	46421
46423			Tv	10	40	4	46411	46422
46424			Tv	34	171	5	46411	46416
46425			Car	8	10	1	46414	46410
46426			Bc	5	14	3	46403	46499
46427			Pto	12	70	6	46404	46499
46428			Rec	7	29	4	46419	46499

511 Alferce

A 1/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
51101	R	António Baptista da Silva Coelho, Dr	R	198	2104	11	51100	51109
51102	R	Flores (das)	R	73	421	6	51101	51106
51103	Tv	Escadinhas (das)	Tv	28	107	4	51101	51105
51104	R	Palmeira (da)	Cam	91	459	5	51101	51103
51105	R	Nova	R	188	1085	6	51101	51100
51106	Tv	Trás (de)	R	95	270	3	51107	51102
51107	Tv	Trás (de) S	Tv	5	12	2	51105	51106
51108	Tv	Trás (de) N	Tv	6	26	4	51105	51106
51109	R	São Romão (de)	R	220	1572	7	51102	51122
51110			Tv	16	75	5	51113	51109

511 Alferce

A 2/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
51111	Tv	Adro (do)	Tv	15	46	3	51113	51109
51112	Lg	Igreja de Alferce (da)	Pç	33	564	17	51118	51112
51113	Adro	Igreja (da)	Adro	39	766	20	51116	51112
51114	Bc	Residência (da)	Bc	22	61	3	51113	51199
51115	R	Igreja (da)	R	35	265	8	51101	51116
51116	R	Manuel Rodrigues Mitelo	Estr	306	2122	7	51100	51115
51117			Pq	52	1439	28	51116	51199
51118			Alam	120	1469	12	51116	51109
51119			Bc	16	36	2	51124	51199
51120	R	Oliveiras (das)	R	156	1176	8	51109	51125
51121	R	Fonte (da)	R	113	479	4	51109	51120
51122	R	Rossio (do)	R	70	338	5	51109	51100
51123	Tv	Forno (do)	Bc	45	167	4	51122	51199
51124	R	26 de Março	R	51	210	4	51122	51120
51125	Tv	Lagar (do)	Tv	50	246	5	51124	51120
51126			Rec	4	3	1	51122	51199
51127			Lav	18	134	7	51109	51199
51128			Rec	4	12	3	51106	51199
51129			Rec	5	7	1	51106	51199
51130			Jd	11	88	8	51101	51105
51131			Jd	32	579	18	51118	51199

521 Marmeleite

A 1/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
52101	R	Aljezur (de)	R	381	2866	8	52102	52100
52102	Lg	25 de Abril	Lg	25	312	12	52103	52101
52103	R	Santo António (de)	R	174	844	5	52146	52102
52104	Tv	Santo António (de)	Imp	49	183	4	52103	52199
52105			Bc	15	40	3	52104	52199
52106			Cam	45	120	3	52102	52199
52107	Tv	Vimeirão (do)	R	59	177	3	52114	52100
52108			Tv	24	52	2	52130	52107
52109			Tv	20	45	2	52130	52107
52110			Tv	17	30	2	52130	52107
52111	R	Praça (da)	R	61	243	4	52117	52114
52112			Car	33	72	2	52116	52113
52113	R	Bombeiros Voluntários (dos)	R	35	172	5	52116	52114

521 Marmeleite

A 2/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
52114			R	82	331	4	52100	52102
52115	Tv	Fonte (da)	Tv	37	110	3	52116	52114
52116	R	Francisco Furtado	R	292	1822	6	52126	52111
52117	Lg	Maria Guilhermina, D.	Lg	16	111	7	52119	52139
52118			Rec	9	15	2	52119	52199
52119	R	Escola (da)	R	166	1336	8	52127	52117
52120			Pct	74	877	12	52119	52199
52121	Cam	Escola (da)	Cam	157	623	4	52127	52119
52122			Bc	70	363	5	52116	52199
52123			Adro	53	741	14	52124	52199
52124	R	Igreja (da)	R	36	321	9	52126	52123
52125	Cam	Quinta Velha (da)	Cam	187	533	3	52126	52127
52126	Lg	Artur Madeira, Cor	Lg	46	918	20	52127	52124
52127	Estr	N 267	Estr	592	11803	20	52100	52100
52128	R	Inácio Veríssimo Cabrita	R	258	1826	7	52129	52126
52129	Bo	Marias (das)	R	187	1081	6	52148	52128
52130	Tv	Limoeiro (do)	R	55	185	3	52114	52199
52131			Tv	12	108	9	52127	52128
52132			Bc	6	15	2	52128	52199
52133			Rec	7	16	2	52103	52199
52134			Bc	7	19	3	52108	52199
52135			Cam	13	30	2	52106	52199
52136			Bc	45	137	3	52117	52199
52137			Bc	17	61	4	52119	52199
52138			Jd	35	488	14	52127	52199
52139			Tv	10	36	4	52137	52103
52140			Bc	24	159	7	52128	52199
52141			Rec	8	35	4	52129	52199
52142			Pct	17	188	11	52126	52199
52143			Jd	6	39	6	52116	52199
52144			Jd	7	40	6	52114	52199
52145			Esch	11	37	3	52101	52199
52146			Ter	125	1656	13	52119	52100
52147			Bc	33	83	3	52127	52199
52148			Ter	19	186	10	52129	52100
52149			Ter	71	1432	20	52127	52127
52150			Cam	4	7	2	52106	52100
52151			Esc	6	7	1	52101	52199
52152			Rec	49	757	15	52127	52127

* As referências terminadas em 00 correspondem a artérias cujo início ou fim se prolonga e foi considerado apenas o troço indicado. A terminação 99 refere-se a espaços sem seguimento. As larguras são as médias (área/comprimento).

530.533 Monchique

CH 1/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
53001			Rec	4	15	4	53307	53399
53002			Pest	13	170	13	53301	53399
53003			Bc	26	23	1	53308	53399
53004	Mir	São Sebastião (de)	Mir	38	639	17	53390	53390
53005			Rec	16	63	4	53390	53399
53006			Mir	28	164	6	53309	53399
53007			Rec	9	21	2	53387	53399
53008			Lav	8	46	6	53387	53399
53009			Rec	5	14	3	53354	53399
53010			Rec	10	18	2	53352	53399
53011			Rec	13	80	6	53350	53399
53012			Jd	9	38	4	53330	53399
53013			Pto	6	21	4	53342	53380
53014			Pto	12	32	3	53335	53335
53015			Rec	11	27	2	53340	53399
53016			Rec	9	42	5	53395	53399
53017			Bc	7	5	1	53312	53099
53018			Bc	5	5	1	53313	53099
53019			Bc	10	11	1	53301	53099
53301	R	Serpa Pinto	R	692	7136	10	53302	53318
53302	Lg	Pé da Cruz (do)	Lg	57	2134	37	53300	53301
53303	Cam	Vale (do)	Cam	136	731	5	53300	53301
53304			Bc	22	106	5	53303	53399
53305			Bc	29	139	5	53301	53399
53306	Cam	Ambrózio (do)	Cam	165	599	4	53307	53300
53307	R	São Roque (de)	R	214	1075	5	53300	53301
53308	R	Combatentes do Ultramar (dos)	R	170	1537	9	53301	53389
53309	R	Duarte Pacheco, Eng	R	170	1751	10	53310	53317
53310	Lg	São Sebastião (de) rotunda	Lg	71	3584	50	53389	53309
53311	R	Repouso (do)	R	85	447	5	53309	53365
53312	R	São Sebastião (de)	R	467	2875	6	53310	53344
53313	Tv	São Sebastião (de)	Cam	179	933	5	53311	53312
53314	Cç	São Sebastião (de)	Cç	65	315	5	53312	53317
53315			Pinf	20	144	7	53314	53399
53316	Tv	Guerreiras (das)	Esch	71	173	2	53328	53312
53317	Lg	Chorões (dos)	Lg	185	7480	40	53301	53328
53318	R	Francisco Gomes de Avelar, D.	R	114	1015	9	53317	53388
53319	Cç	Santo António (de)	Cç	135	931	7	53318	53330
53320	R	Corro (do)	R	97	429	4	53322	53319
53321	Esch	Adro (do)	Esch	26	67	3	53318	53320
53322	R	Bernardino Moreira, Dr	R	122	488	4	53320	53328
53323	Lg	Igreja (da)	Lg	56	1209	22	53322	53325
53324	Tv	Central (da)	Tv	45	206	5	53323	53328
53325	R	Igreja (da)	R	39	168	4	53323	53329

530.533 Monchique

CH 2/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
53326	R	Açougue (do)	R	66	261	4	53320	53327
53327	R	Santo António (de)	R	63	251	4	53331	53319
53328	R	Porto Fundo (do)	R	111	637	6	53317	53329
53329	Pç	Alexandre Herculano	Pct	30	233	8	53344	53331
53330	R	Samora Gil, Dr	R	129	511	4	53331	53336
53331	Lg	Misericórdia (da)	Lg	19	166	9	53327	53329
53332	R	Revez Quente (do)	R	202	1331	7	53330	53339
53333	Tv	Revez Quente (do)	Esch	52	99	2	53319	53332
53334	Tv	Portela (da)	Tv	52	260	5	53332	53336
53335	R	São José (de)	R	57	186	3	53334	53339
53336	Lg	José Joaquim Águas, Comend	Lg	19	209	11	53330	53339
53337	R	Viador (do)	R	312	1961	6	53336	53300
53338	Tv	Viador (do)	Tv	50	376	8	53339	53337
53339	R	São Pedro (de)	R	227	1507	7	53300	53336
53340	R	Bemparece (do)	R	152	1333	9	53339	53300
53341			Cam	61	167	3	53337	53300
53342	R	Fonte Velha (da)	R	320	1757	5	53343	53337
53343	R	Francisco Jorge de Melo, Prior	R	199	779	4	53344	53330
53344	R	João de Deus	R	93	481	5	53329	53343
53345			Bc	12	28	2	53346	53399
53346	R	Relógio (do)	R	137	518	4	53343	53342
53347	R	Castelo (do) Nascente	R	90	385	4	53343	53351
53348	Cam	Convento (do)	Cam	159	925	6	53350	53300
53349	Lg	Castelo (do)	Lg	15	181	12	53347	53350
53350	R	Castelo (do) Poente	R	59	352	6	53385	53348
53351	Lg	São Gonçalo de Lagos (de)	Lg	18	202	11	53352	53350
53352	R	Costa Goodolfim	R	81	332	4	53355	53344
53353	R	Cavalgas (das)	R	67	290	4	53354	53352
53354	R	Fonte do Castanheiro (da)	Cam	148	543	4	53312	53300
53355	R	Estalagem Velha (da)	R	73	215	3	53354	53353
53356	Tv	Fragosa (da)	Tv	74	255	3	53344	53369
53357			Bc	44	110	2	53303	53399
53358			Bc	44	153	3	53303	53399
53359			Bc	44	110	2	53303	53399
53360			R	40	390	10	53307	53300
53361			Tv	11	34	3	53307	53300
53362			Esc	30	386	13	53308	53390
53363			R	161	1709	11	53389	53308
53364	Bc	Miradouro (do)	Bc	24	106	4	53308	53399
53365			Tv	21	76	4	53311	53391
53366			Pto	19	36	2	53312	53399
53367			Pto	38	563	15	53319	53399
53368			Bc	8	13	2	53322	53399

530.533 Monchique

CH 3/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
53369	Esch	Boavista (da)	Esch	43	110	3	53356	53330
53370	R	Santo André (de)	R	113	570	5	53348	53342
53371			Bc	14	83	6	53309	53399
53372			Pto	13	32	2	53328	53399
53373			Tv	18	72	4	53323	53326
53374			Bc	37	94	3	53320	53399
53375	Tv	São José (de)	V	56	132	2	53332	53335
53376			Esch	11	8	1	53343	53346
53377			Esc	8	25	3	53369	53343
53378	Esch	Viador (do)	Esch	52	123	2	53337	53342
53379			Bc	24	52	2	53378	53399
53380			Esch	6	10	2	53342	53346
53381			Bc	9	23	3	53370	53399
53382			Esc	8	31	4	53344	53356
53383			Rec	9	34	4	53356	53399
53384	Tv	Castelo (do)	Tv	94	381	4	53348	53346
53385	Cam	Pomar Velho (do)	Cam	25	72	3	53350	53300
53386			Tv	24	89	4	53387	53354
53387			Cam	64	724	11	53312	53300
53388	Estr	Saboia (de)	Estr	118	1837	16	53318	53300
53389	Estr	Velha	Estr	381	4358	11	53356	53399
53390	Lg	São Sebastião (de) Jardim	Jd	88	3194	36	53310	53309
53391			Adro	38	213	6	53365	53313
53392			Rec	9	25	3	53314	53399
53393			Rec	9	38	4	53328	53399
53394			Rec	12	36	3	53328	53399
53395			Cç	40	239	6	53318	53399
53396			Adro	17	59	3	53323	53323
53397			Rec	17	42	2	53332	53399
53398			Lav	29	158	5	53341	53399

532 Casais

A 1/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
53201	Estr	N 267	Estr	285	3141	11	53200	53200
53202	R	Nossa Senhora de Fátima (de)	R	185	1495	8	53201	53206
53203			Adro	31	450	15	53201	53217
53204			R	63	664	11	53217	53206
53205	R	Convento (do)	R	92	605	7	53206	53201

532 Casais

A 2/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
53206	R	Santo António (de)	R	74	653	9	53202	53217
53207	R	Esperança (da)	R	39	105	3	53224	53205
53208			Tv	10	18	2	53202	53224
53209			Esch	13	24	2	53212	53202
53210			Tv	28	80	3	53212	53202
53211			Pct	35	516	15	53204	53216
53212	R	Flores (das)	R	214	1118	5	53201	53206
53213	R	Sagrada Família (da)	Imp	27	119	4	53212	53299
53214	R	Fonte (da)	R	120	643	5	53227	53202
53215			Cam	38	128	3	53200	53214
53216			Esc	15	24	2	53211	53206
53217	Estr	M 532	Estr	342	3349	10	53200	53201
53218			Estr	136	799	6	53217	53200
53219	R	São João de Deus	R	32	96	3	53223	53214
53220			Tv	14	37	3	53202	53205
53221			Tv	14	25	2	53202	53205
53222			Pto	9	39	4	53212	53230
53223			Cam	24	87	4	53215	53212
53224			Pct	35	229	7	53208	53201
53225			Bc	22	90	4	53205	53299
53226			Jd	20	288	14	53217	53299
53227			Jd	14	50	4	53217	53204
53228			Lav	13	68	5	53214	53299
53229			Pto	11	60	5	53212	53230
53230			Car	13	17	1	53229	53222
53231			Rec	6	21	4	53221	53205
53232			Rec	67	820	12	53201	53205

612 Montes de Alvor

A 1/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
61201	R	Forno (do)	R	110	598	5	61223	61224
61202	Tv	Forno (do)	Tv	30	136	5	61203	61201
61203	R	Luís F. C. Jóia	R	135	851	6	61223	61205
61204			Car	128	351	3	61210	61205
61205	R	Virgílio Barroso	R	95	716	8	61210	61204
61206	R	João II, D.	R	152	829	5	61223	61205
61207	Bc	Igreja (da)	Bc	21	72	3	61210	61299

612 Montes de Alvor

A 2/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
61208	R	Junqueira (da)	R	111	665	6	61226	61219
61209	Lg	Junqueira (da)	Lg	30	364	12	61219	61235
61210	R	Igreja (da)	R	168	909	5	61220	61204
61211	R	Cruz (da)	R	180	1181	7	61226	61210
61212			Cam	58	378	7	61211	61200
61213	Tv	Cruz (da)	Tv	58	346	6	61211	61214
61214	R	António Aleixo, Poeta	R	235	1620	7	61226	61211
61215	R	David Neto, Pe	R	55	307	6	61214	61219
61216	R	Nova da Vila	R	221	1010	5	61226	61203
61217	Tv	Poço (do)	Tv	70	307	4	61214	61219
61218	Bc	Poço (do)	Bc	29	130	4	61230	61299
61219	R	Poço (do)	R	123	561	5	61215	61230
61220	Pç	Humberto Delgado	Pç	43	1019	24	61222	61206
61221			Tv	54	271	5	61220	61229
61222	Estr	Cruz (da)	Estr	131	1001	8	61226	61220
61223	R	Barroso, Cap	Estr	231	1601	7	61220	61200
61224	R	Barbosa du Bocage	R	142	935	7	61203	61200
61225			Bc	26	113	4	61224	61299
61226	Estr	M 531-1-2	Estr	522	7315	14	61200	61200
61227	Bc	Forno (do)	Bc	17	64	4	61201	61299
61228	Lg	David Neto, Pe	Lg	30	407	14	61215	61233
61229			Pest	76	2557	34	61211	61299
61230	Lg	Poço (do)	Lg	45	454	10	61219	61222
61231			Rec	10	55	6	61201	61299
61232	Bo	Bravas (das)	R	100	2224	22	61212	61246
61233			Bc	32	106	3	61228	61299
61234			Bc	17	116	7	61209	61299
61235			Tv	15	83	6	61209	61210
61236			Rec	6	32	5	61230	61299
61237			Bc	6	15	2	61206	61299
61238			Rec	4	16	4	61224	61299
61239	R	José dos Reis Pedro	R	115	1035	9	61226	61242
61240	R	Brava (da)	Bc	106	900	8	61239	61299
61241			Imp	181	1084	6	61242	61200
61242	R	Luís Dias Amado	R	167	1692	10	61200	61245
61243			Tv	29	75	3	61226	61242
61244	Tv	Canal (do)	Bc	54	364	7	61239	61299
61245			Rec	8	16	2	61242	61299
61246			Imp	18	85	5	61232	61200

* As referências terminadas em 00 correspondem a artérias cujo início ou fim se prolonga e foi considerado apenas o troço indicado. A terminação 99 refere-se a espaços sem seguimento. As larguras são as médias (área/comprimento).

621 Figueira

A 1/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
62101	R	Principal	R	495	4085	8	62133	62130
62102	Cç	Fonte (da)	R	314	3229	10	62100	62101
62103	R	25 de Abril	R	416	4076	10	62101	62100
62104			Adro	49	1196	24	62103	62103
62105	R	28 de Setembro	R	92	337	4	62102	62101
62106	R	5 de Outubro	R	142	796	6	62102	62101
62107	Tv	Laranja (da)	Tv	24	80	3	62106	62105
62108			Imp	52	340	7	62103	62199
62109	R	1º de Maio	R	70	524	7	62101	62113
62110	Tv	1º de Maio	Tv	17	64	4	62101	62109
62111	Tv	31 de Janeiro	Tv	15	61	4	62101	62113
62112	Tv	Escola (da)	Tv	54	231	4	62101	62114
62113	Lg	Bica (da)	Lg	29	465	16	62114	62112
62114	R	Telo Pacheco	R	112	813	7	62112	62100
62115	R	24 de Junho	R	192	1354	7	62103	62199
62116			Cam	60	435	7	62103	62199
62117	R	Horta (da)	R	79	730	9	62103	62199
62118			R	85	1009	12	62103	62119
62119	R	Chico Serpa	R	243	3761	15	62118	62129
62120	Tv	Igreja (da)	Tv	56	642	11	62103	62199
62121	R	Martim Afonso Pacheco Gracias	R	325	3443	11	62103	62199
62122	Pct	Cooperantes (do)	R	156	1269	8	62103	62199
62123	Bc	Cooperantes (dos)	Bc	39	313	8	62103	62199
62124	R	Morgadinho de Cima (do)	R	185	2765	15	62121	62119
62125			Pct	37	856	23	62103	62119
62126			Tv	51	77	2	62119	62124
62127			Tv	44	79	2	62124	62128
62128			Jd	28	366	13	62127	62119
62129	R	Morgadinho de Baixo	R	184	1734	9	62130	62119
62130	Estr	Fonte (da)	Estr	176	1759	10	62101	62100
62131			Pest	41	1523	37	62103	62199
62132			Pa	208	563	3	62133	62133
62133	Estr	N 125	Estr	174	3974	23	62100	62100
62134			R	102	1060	10	62100	62133
62135			Cam	43	179	4	62142	62199
62136			Pto	34	114	3	62101	62199
62137			Rec	4	19	5	62108	62199
62138			Bc	10	26	3	62108	62199
62139			Bc	22	142	6	62115	62199
62140			Ter	30	791	26	62115	62103
62141			Tv	29	142	5	62122	62121
62142			Ter	27	427	16	62101	62199
62143			Tv	12	77	6	62124	62149
62144			Bc	15	24	2	62121	62199

621 Figueira

A 2/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
62145			Bc	13	24	2	62121	62199
62146			Pest	17	174	10	62121	62199
62147			Jd	41	318	8	62103	62199
62148	Pct	Morgadinho (do)	Pct	58	458	8	62129	62199
62149			Ter	69	698	10	62119	62143
62150			Pto	19	111	6	62149	62199
62151			Rec	6	10	2	62124	62199
62152			Jd	12	60	5	62124	62199
62153			Jd	10	76	8	62126	62199
62154			Jd	11	106	10	62119	62199
62155			Rec	16	113	7	62119	62199
62156			Jd	50	512	10	62103	62118
62157			Jd	11	79	7	62102	62131
62158			Ter	85	1557	18	62102	62131

630.633 Portimão

CH 1/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
63001			Tn	11	58	5	63393	63308
63002			Tn	10	69	7	63393	63308
63003	Tv	Barca (da)	Tv	19	90	5	63308	63305
63004			Esch	8	37	5	63005	63351
63005	Lg	Alto Xavier	Lg	25	565	23	63006	63004
63006	R	António Granjo (Dr.)	R	100	691	7	63007	63005
63007	R	Oliveira (de)	R	368	3396	9	63359	63008
63008	R	Francisco Bivar	R	364	2399	7	63359	63007
63009	R	Viscondessa de Alvor	R	212	1461	7	63007	63351
63010	Tv	Alexandre Herculano	R	99	614	6	63008	63013
63011	Tv	J. P. Sampaio Bruno	R	107	902	8	63008	63013
63012			Rec	13	137	11	63011	63099
63013	R	J. Pereira Sampaio (Bruno)	R	261	2399	9	63005	63011
63014			Jd	42	189	4	63007	63008
63015			Adro	11	20	2	63367	63399
63016			Rec	9	80	9	63319	63399
63301	R	São José (de)	R	385	4122	11	63305	63341
63302	R	José Falcão, Dr	R	28	229	8	63303	63301
63303	Lg	São José (de)	Lg	125	6752	54	63302	63304
63304	Tv	São José (de)	Bc	24	73	3	63303	63301
63305	R	Barca (da)	R	69	366	5	63311	63301

630.633 Portimão

CH 2/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
63306	R	Pedro Caiado	R	123	558	5	63305	63307
63307	R	Vasco Pires	R	236	1195	5	63308	63337
63308	Lg	Barca (da)	Lg	54	954	18	63001	63003
63309	R	Forno (do)	R	144	750	5	63305	63307
63310	Lg	Francisco António Maurício	Lg	40	509	13	63335	63311
63311	R	José Buisel, Prof	R	275	1591	6	63310	63327
63312	Tv	Capote (do)	R	103	397	4	63316	63311
63313	R	Capote (do)	R	89	287	3	63335	63311
63314	R	Francisco Duarte	R	71	272	4	63312	63311
63315			Adro	46	875	19	63329	63328
63316	R	Júdice Fialho	R	145	1051	7	63335	63311
63317	R	António Dias Cordeiro	R	72	407	6	63316	63321
63318	R	Filipe, Pe	R	104	500	5	63317	63311
63319	R	Nova	R	48	325	7	63320	63317
63320	Tv	Rua Nova (da)	Tv	33	129	4	63319	63321
63321	R	Santa Isabel (de)	R	236	1739	7	63335	63311
63322	R	João Vitorino Mealha, Dr	R	85	518	6	63321	63334
63323	R	Senhora da Tocha (da)	R	95	457	5	63322	63327
63324	Tv	Senhora da Tocha (da)	Tv	119	499	4	63333	63321
63325	R	São Gonçalo (de)	R	40	292	7	63321	63327
63326	R	Arco Maravilhas	R	100	480	5	63325	63311
63327	R	Igreja (da)	R	154	1109	7	63323	63360
63328	R	Afonso Castelo Branco, Bispo D. (do)	R	47	280	6	63327	63364
63329	R	Francisco Coutinho, Bispo D.	R	74	628	8	63327	63367
63330	R	5 de Outubro (de)	R	166	1096	7	63335	63329
63331	R	Manuel Lobo	R	65	262	4	63324	63329
63332			Tv	18	44	2	63326	63327
63333	R	Ernesto Cabrita, Dr	R	129	632	5	63334	63329
63334	Lg	1º de Dezembro	Lg	86	3924	46	63335	63378
63335	R	Serpa Pinto	R	389	7105	18	63334	63336
63336	R	Infante D. Henrique	R	735	8228	11	63335	63350
63337	R	Carvalho Araújo, Com	R	208	3898	19	63307	63341
63338	R	Basílio Teles	R	387	2475	6	63337	63350
63339	R	Fábrica (da)	R	292	1819	6	63360	63399
63340	R	Maria Luísa, D.	R	403	2578	6	63337	63350
63341	R	Moinho (do)	R	338	4209	12	63337	63348
63342	R	Estêvão de Vasconcelos, Dr	R	143	663	5	63307	63360
63343	R	Craveiro (do)	R	151	648	4	63307	63360
63344	R	16 de Maio	R	181	948	5	63337	63359
63345	R	J. J. Rodrigues de Freitas	R	180	1045	6	63344	63338
63346	R	Norte (do)	R	179	1090	6	63357	63399
63347	R	Cruz da Pedra	R	122	979	8	63336	63348

630.633 Portimão

CH 3/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
63348	Lg	Sárrea Prado, Eng	Lg	150	6762	45	63341	63350
63349			Esch	6	20	3	63306	63336
63350	Lg	Gil Eanes	Lg	236	19139	81	63351	63348
63351	R	Manuel de Almeida, Dr	R	277	1813	7	63359	63350
63352	R	Villa Lobos	R	244	1552	6	63013	63348
63353	R	António Feliciano de Castilho	R	193	1296	7	63351	63348
63354	R	Gaspar Lopes Canário	R	77	473	6	63353	63356
63355	R	Garrett	R	56	346	6	63351	63356
63356	R	João de Deus	R	98	933	10	63359	63336
63357	R	Alexandre Herculano	R	465	3011	6	63336	63011
63358	Bc	Alexandre Herculano	Bc	44	187	4	63357	63399
63359	Lg	João II, D.	Lg	66	1264	19	63366	63356
63360	R	Porta da Serra (da)	R	97	803	8	63327	63366
63361	R	Vicente Vaz das Vacas	R	57	269	5	63360	63300
63362	R	Carvalho (do)	R	58	283	5	63360	63366
63363	R	Hortinha (da)	R	66	600	9	63364	63300
63364	R	Machado dos Santos	R	128	1180	9	63367	63360
63365	R	Luís Alves Antão	R	95	478	5	63367	63363
63366	R	Comércio (do)	R	183	1461	8	63367	63359
63367	Pç	República (da)	Pç	182	8106	45	63329	63398
63368	R	Manuel José de Alvor	R	113	580	5	63378	63397
63369	R	Mouzinho de Albuquerque	R	66	1151	17	63367	63397
63370	R	António Barbudo	R	115	506	4	63378	63369
63371	R	Francisco Luís Amado (de)	R	121	466	4	63378	63369
63372	R	Colégio (do)	R	116	496	4	63378	63367
63373	Tv	Manuel Dias Barão	Tv	25	97	4	63374	63372
63374	R	Manuel Dias Barão	R	112	527	5	63378	63367
63375	R	Vasco da Gama	R	108	560	5	63378	63367
63376	R	João Annes	R	106	495	5	63378	63367
63377	R	Diogo Tomé	R	97	601	6	63378	63367
63378	R	Direita	R	229	2658	12	63334	63300
63379	R	Bastos, Dr	R	104	726	7	63386	63396
63380	Lg	Heliodoro Salgado	Lg	76	3327	44	63382	63387
63381	Pç	1º de Maio	Pç	102	6345	62	63380	63386
63382	R	Cândido dos Reis (de)	R	54	744	14	63383	63380
63383	Lg	Dique (do)	Lg	134	8777	66	63391	63382
63384	R	Carlos da Maia	R	66	428	6	63390	63381
63385	R	Damião Luís Faria e Castro	R	57	415	7	63388	63386
63386	Lg	Caldeireiros (dos)	Lg	31	495	16	63385	63379
63387	Tv	Caldeireiros (dos)	Tv	27	276	10	63386	63378
63388	R	José Joaquim Nunes, Dr	R	70	347	5	63390	63389
63389	R	Porta de S. João (da)	R	78	316	4	63390	63378
63390	R	Júdice Biker	R	98	978	10	63380	63334
63391	Pç	Manuel Teixeira Gomes	Pç	109	6196	57	63394	63335

630.633 Portimão

CH 4/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
63392	Pç	Visconde Bivar	Pç	85	3784	45	63394	63335
63393	Lg	Lota (da)	Lg	210	5478	26	63394	63335
63394	Av	Fernandes Leão Pacheco, Cap	Av	556	8127	15	63300	63300
63395	Bc	Caldeireiros (dos)	Bc	30	122	4	63387	63399
63396			Tv	7	35	5	63379	63378
63397	R	França Borges	R	76	1214	16	63368	63300
63398	Av	São João de Deus	Av	123	1828	15	63367	63300

761 São Marcos da Serra

A 1/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
76101	R	Poleirão (do)	R	265	1642	6	76103	76104
76102	R	Poleirão A (do)	R	104	358	3	76103	76101
76103	Lg	Salgueiro (do)	Lg	73	946	13	76104	76148
76104	R	Bernardino Ramos, Dr	R	184	1218	7	76113	76101
76105	R	Fábrica (da)	R	89	704	8	76103	76119
76106	R	Salgueiro B (do)	R	31	198	6	76104	76168
76107	R	Salgueiro A (do)	R	23	128	6	76104	76168
76108	R	Ribeira (da)	R	114	737	6	76104	76100
76109	R	Hortas (das)	R	39	178	5	76110	76113
76110			R	221	983	4	76108	76100
76111			R	162	864	5	76110	76124
76112			Tv	24	84	4	76113	76111
76113	R	Igreja (da)	R	128	799	6	76104	76123
76114	R	Escadinhas (das)	R	63	192	3	76121	76113
76115	R	Poço Novo (do)	R	67	368	5	76120	76121
76116	R	Quintais (dos)	R	239	1309	5	76159	76130
76117			Tv	15	66	4	76116	76113
76118			Tv	13	80	6	76104	76116
76119	Lg	Fábrica (da)	Lg	47	671	14	76105	76120
76120	R	Estalagem (da)	R	253	1887	7	76119	76129
76121	R	Poço Velho (do)	R	69	313	5	76120	76114
76122	Tv	Forno (do)	Tv	33	126	4	76116	76130
76123	Lg	Igreja (da)	Lg	54	1867	35	76113	76127
76124	R	Cemitério (do)	R	158	1228	8	76113	76100
76125	R	Nova da Ribeira	R	123	1091	9	76124	76100
76126			R	142	863	6	76125	76149
76127	R	Castelo (do)	R	167	1098	7	76123	76130
76128			Bc	21	54	3	76127	76199

761 São Marcos da Serra

A 2/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
76129	Lg	Cruz (da)	Lg	68	780	11	76130	76137
76130	R	Comércio (do)	R	138	1280	9	76113	76129
76131			Esch	19	57	3	76130	76123
76132			Bc	58	276	5	76116	76199
76133			Bc	87	224	3	76130	76199
76134	R	Ferroviários (dos)	R	132	866	7	76120	76129
76135			Tv	41	205	5	76120	76134
76136			Bc	39	330	8	76120	76199
76137	R	Oficina (da)	R	106	653	6	76129	76162
76138			R	89	624	7	76137	76100
76139			R	97	411	4	76137	76162
76140			Estr	205	1211	6	76100	76100
76141			Bc	38	217	6	76140	76199
76142			R	73	650	9	76140	76100
76143			Tv	78	550	7	76142	76140
76144			Tn	18	123	7	76103	76140
76145			Bc	11	34	3	76135	76199
76146			Bc	19	55	3	76135	76199
76147			Rec	5	14	3	76135	76199
76148			Tv	16	85	5	76129	76138
76149			R	145	632	4	76129	76126
76150			Pto	10	31	3	76149	76199
76151	Jd	Fonte Nova do Serrado	Jd	26	437	17	76139	76162
76152			Rec	11	29	3	76139	76199
76153			Esch	16	25	2	76123	76126
76154			Tv	28	45	2	76113	76111
76155			Bc	47	147	3	76115	76199
76156			Car	64	118	2	76168	76199
76157			Esch	15	15	1	76177	76102
76158			Rec	2	4	2	76101	76199
76159	R	Fábrica A (da)	R	54	323	6	76168	76116
76160			Pto	9	45	5	76110	76199
76161			Bc	12	21	2	76140	76199
76162			Estr	110	875	8	76137	76100
76163			Adro	34	413	12	76113	76123
76164			Car	34	104	3	76121	76199
76165			Bc	10	23	2	76164	76199
76166			Rec	6	21	4	76116	76199
76167			Bc	30	96	3	76110	76199
76168			Lg	41	455	11	76106	76119
76169			Rec	25	123	5	76156	76168
76170			Bc	10	10	1	76105	76199
76171			Rec	7	23	3	76143	76199
76172			Jd	18	119	7	76141	76199

761 São Marcos da Serra

A 3/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
76173			Rec	5	11	2	76102	76199
76174			Esch	37	60	2	76175	76103
76175			Mir	27	175	6	76177	76103
76176			Jd	22	173	8	76177	76199
76177	Estr	M 542	Estr	242	2710	11	76100	76103
76178			Rec	7	31	4	76174	76199
76179			Rec	3	7	2	76113	76199
76180			Rec	9	40	4	76130	76199
76181			Bc	35	192	5	76137	76199

770.771 Silves

CH 1/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
77001			Bc	5	8	2	77138	77099
77002			Rec	5	17	3	77138	77099
77003			Pest	57	1385	24	77164	77099
77004			Pest	55	1724	31	77127	77164
77005			Jd	15	38	3	77116	77115
77006			R	19	65	3	77102	77007
77007			Tv	7	7	1	77008	77006
77008			R	21	112	5	77102	77009
77009			Ter	25	422	17	77019	77015
77010			Tv	13	21	2	77009	77011
77011			R	57	218	4	77014	77103
77012			R	23	57	2	77011	77103
77013			Ter	8	55	7	77014	77012
77014			R	25	111	4	77108	77013
77015			R	47	133	3	77108	77011
77016			Tv	18	27	2	77108	77009
77017			Tv	14	36	3	77108	77018
77018			Ter	28	417	15	77102	77019
77019			Tv	10	16	2	77018	77009
77020			R	123	245	2	77121	77011
77021			Bc	14	39	3	77020	77099
77022			Bc	7	20	3	77020	77099
77023			R	130	233	2	77015	77012
77024			Bc	14	38	3	77023	77099
77025			Bc	37	111	3	77023	77099
77026			Pest	68	764	11	77150	77147

770.771 Silves

CH 2/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
77027			Adro	14	39	3	77163	77159
77028			Tv	18	41	2	77170	77172
77029	Esch	Castelo (do)	Esch	50	634	13	77172	77166
77030			Jd	39	566	15	77031	77163
77031			R	158	1212	8	77172	77162
77032			Bc	7	16	2	77165	77099
77101	Lg	República (da)	Lg	207	10238	49	77102	77106
77102	R	Serpa Pinto	R	316	2729	9	77121	77101
77103	R	Gago Coutinho	R	239	1906	8	77102	77113
77104	R	Sacadura Cabral	R	89	607	7	77102	77106
77105	R	João de Menezes, Dr	R	168	1630	10	77110	77104
77106	Lg	Mártires da Pátria (dos)	Lg	125	3352	27	77107	77101
77107	R	Miguel Bombarda	R	173	1367	8	77115	77106
77108			Tv	115	1721	15	77121	77105
77109			Tv	23	228	10	77110	77108
77110	R	Eugénio Nobre de Oliveira, Dr	R	143	1941	14	77121	77107
77111	R	Afonso III	R	269	2188	8	77153	77106
77112	Tv	Paio Peres Correia, D.	Tv	29	163	6	77113	77111
77113	R	Paio Peres Correia, D.	R	167	1031	6	77114	77106
77114	R	Nova da Boavista	R	200	1197	6	77115	77111
77115	R	25 de Abril	R	235	2371	10	77144	77107
77116	R	Samora Barros	R	150	1402	9	77129	77107
77117	R	Correio (do)	R	75	841	11	77120	77116
77118	R	Alexandre Herculano	R	149	957	6	77121	77115
77119	R	Francisco Pablos	R	150	978	7	77121	77116
77120	R	João de Deus	R	220	2108	10	77130	77110
77121	R	Cruz da Palmeira (da)	R	286	3002	10	77135	77100
77122			Bc	20	32	2	77126	77199
77123	R	Nova dos Carmos	R	35	131	4	77184	77153
77124			Bc	25	43	2	77154	77199
77125	Lg	Figueiredo, Cor	Lg	48	668	14	77127	77130
77126			Tv	51	411	8	77128	77119
77127	R	Figueiredo, Cor	R	110	1269	12	77125	77164
77128	R	José Estêvão	R	60	458	8	77135	77120
77129	R	Vilarinho, Comend	R	96	703	7	77130	77150
77130	R	Mouzinho de Albuquerque	R	59	386	7	77125	77120
77131	R	Mesquita (da)	R	71	281	4	77130	77134
77132	R	5 de Outubro	R	105	747	7	77137	77115
77133	Tv	5 de Outubro	Tv	16	41	3	77132	77129
77134	Tv	Mesquita (da)	R	69	326	5	77138	77132
77135	Estr	N 124	Estr	347	8370	24	77100	77100
77136	R	Polícarpo Dias	R	160	751	5	77125	77115
77137	R	Elias Garcia	R	119	727	6	77164	77129

770.771 Silves

CH 3/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
77138	R	Moinho da Porta	R	110	692	6	77164	77115
77139	R	Porta do Sol (da)	R	53	294	6	77170	77197
77140	Pç	Al Muthamid	Pç	194	8642	45	77135	77164
77141	R	Manuel de Arriaga	R	66	431	7	77164	77177
77142	R	Parreiras (das)	R	34	126	4	77191	77144
77143	R	Latino Coelho	R	78	650	8	77164	77177
77144	R	Francisco Vieira, Dr	R	105	793	8	77177	77115
77145	Pç	Município (do)	Pç	55	1160	21	77115	77149
77146	R	Portas da Cidade (das)	R	19	79	4	77144	77198
77147	R	Cadeia (da)	R	106	501	5	77163	77155
77148			Lg	34	320	9	77147	77150
77149			Esch	25	38	2	77145	77147
77150	R	Bernardo Marques, Pintor	R	122	1133	9	77129	77148
77151	R	Pelourinho (do)	R	67	428	6	77150	77123
77152	Tv	Pelourinho (do)	R	69	419	6	77147	77153
77153	R	Gregório Nunes Mascarenhas Neto	R	142	670	5	77152	77161
77154	Tv	Cató (da)	Tv	97	296	3	77163	77155
77155	R	Arrochela (da)	R	106	364	3	77154	77161
77156	Tv	Arrochela (da)	Tv	40	188	5	77155	77153
77157	R	José Falcão	R	89	707	8	77164	77177
77158	Lg	Misericórdia (da)	Lg	43	781	18	77186	77159
77159	R	Misericórdia (da)	R	152	695	5	77171	77155
77160	Tv	Hospital (do)	Tv	70	429	6	77159	77162
77161	R	Porta da Azoia (da)	R	118	778	7	77153	77162
77162	Lg	José Correia Lobo	Lg	40	625	16	77031	77161
77163	R	Sé (da)	R	187	1036	6	77198	77031
77164	R	Cruz de Portugal (da)	R	546	4456	8	77137	77178
77165	R	Saco (do)	R	42	182	4	77162	77199
77166	Lg	Castelo (do)	Lg	43	1253	29	77029	77031
77167	Lg	Magalhães de Barros, Cons ^o	Lg	41	792	19	77164	77182
77168	R	Magalhães de Barros, Cons ^o	R	41	328	8	77167	77177
77169	Tv	Portas de Loulé (das)	Tv	44	168	4	77170	77171
77170	R	Porta de Loulé (da)	R	193	884	5	77163	77172
77171	Lg	Jerónimo Osório	Lg	47	897	19	77169	77197
77172	R	Castelo (do)	R	434	4691	11	77031	77176
77173	Esc	Mirante (do)	Esc	85	318	4	77177	77170
77174	R	Mirante (do)	R	186	1276	7	77177	77172
77175	R	Diogo Manuel	R	89	668	8	77164	77177
77176	R	Cemitério (do)	R	260	4568	18	77177	77172
77177	R	Cândido dos Reis	R	730	10965	15	77144	77176
77178	R	1º de Maio	R	285	2600	9	77164	77176
77179	Esc	Gregório Mascarenhas	Esc	64	310	5	77177	77172
77180	Esc	Diogo Manuel	Esc	43	226	5	77177	77174

770.771 Silves

CH 4/4

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
77181	R	Gregório Mascarenhas	R	89	886	10	77164	77177
77182	R	Operários (dos)	R	144	858	6	77157	77181
77183			Bc	18	60	3	77154	77199
77184	R	Arrochela	Tv	11	28	3	77155	77123
77185			Bc	14	85	6	77155	77199
77186			Esch	19	199	10	77155	77158
77187			Tv	27	66	2	77139	77171
77188			Jd	98	1834	19	77173	77172
77189			Bc	17	56	3	77150	77199
77190			Tv	19	177	9	77150	77114
77191			Tv	96	605	6	77138	77141
77192			Tv	31	103	3	77125	77135
77193			Adro	35	394	11	77106	77111
77194			Rec	5	21	4	77170	77199
77195			Jd	18	165	9	77028	77172
77196			Rec	3	14	5	77154	77199
77197			Adro	64	1373	21	77031	77163
77198			Tn	13	55	4	77146	77163

811 Barão de São Miguel

A 1/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
81101	Estr	Municipal Sul	Estr	326	2442	7	81100	81106
81102	R	Portela da Igreja (da)	R	48	208	4	81143	81101
81103	R	Cerro (do)	R	368	1435	4	81101	81111
81104	R	Esperança (da)	R	68	205	3	81103	81112
81105	Bc	Maravilhas (das)	Bc	45	119	3	81101	81199
81106	Lg	1º da Maio	Lg	33	585	18	81101	81109
81107	R	Igreja (da)	R	55	220	4	81137	81106
81108	Bc	Terreiro (do)	Bc	31	161	5	81109	81199
81109	Estr	Municipal Norte	Estr	431	3193	7	81106	81100
81110	R	Liberdade (da)	R	255	1047	4	81106	81131
81111	R	Bicas (das)	R	337	1595	5	81101	81100
81112	R	Parreira (da)	R	67	218	3	81111	81103
81113	Bc	Parra (da)	Bc	6	12	2	81112	81199
81114	R	Flores (das)	R	284	1402	5	81110	81100
81115	Bc	Alecrim (do)	Bc	19	67	4	81114	81199
81116	Tv	São Miguel (de)	Tv	69	208	3	81103	81111
81117	Bc	Cerro (do)	Bc	15	51	3	81103	81199

811 Barão de São Miguel

A 2/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
81118	Tv	1º de Maio	Tv	51	214	4	81114	81110
81119	Bc	Lavrador (do)	Bc	23	64	3	81114	81199
81120	Bc	Pereira	Bc	30	81	3	81114	81199
81121	Tv	Estreita	Tv	24	50	2	81110	81111
81122	Tv	Boa Vista (da)	Tv	56	214	4	81111	81103
81123	Bc	Boa Vista (da)	Bc	5	12	2	81103	81199
81124	Tv	25 de Abril	Tv	21	67	3	81110	81111
81125	Tv	Escadinhas (das)	Tv	46	163	4	81114	81110
81126	Tv	Chafariz (do)	Tv	29	151	5	81109	81114
81127	Tv	Cercas (das)	Tv	39	109	3	81114	81110
81128	R	Alegria (da)	R	46	253	6	81124	81110
81129	Bc	Olheiro (do)	Bc	17	51	3	81125	81199
81130			Cam	49	144	3	81111	81131
81131			Lg	16	176	11	81114	81130
81132			Estr	81	474	6	81100	81109
81133			Bc	22	74	3	81114	81199
81134			Pto	33	60	2	81114	81199
81135			Esch	6	20	3	81110	81111
81136			Jd	46	330	7	81114	81199
81137			Ter	177	8545	48	81107	81199
81138			Adro	10	34	3	81106	81199
81139			Pto	8	31	4	81116	81199
81140			Bc	12	53	4	81122	81199
81141			Esch	12	23	2	81111	81199
81142			Cam	95	461	5	81101	81199
81143			Cam	50	373	7	81142	81102
81144			Rec	3	10	3	81116	81199
81145			Rec	12	69	6	81118	81199
81146			Rec	10	33	3	81110	81199
81147			Lav	6	26	4	81114	81199

821 Budens

A 1/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
82101	R	Nascente (do)	R	227	1848	8	82102	82111
82102	R	Cemitério (do)	R	117	1247	11	82165	82103
82103	Lg	Igreja (da)	Lg	41	848	21	82102	82114
82104	Tv	Sol Nascente (do)	Tv	50	171	3	82101	82106
82105	R	Misericórdia (da)	R	39	292	7	82101	82106

821 Budens

A 2/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
82106	R	Igreja (da)	R	55	405	7	82103	82111
82107	Tv	Sociedade (da)	Tv	41	129	3	82105	82106
82108	Lg	Montes de Alvor	Lg	29	412	14	82141	82109
82109	Tv	Montes de Alvor	Tv	16	68	4	82108	82110
82110	R	Montes de Alvor	R	46	277	6	82101	82111
82111	R	Casa do Povo (da)	R	228	1684	7	82103	82100
82112	Tv	Norte (do)	R	70	239	3	82113	82121
82113	Cerro	Moinho (do)	R	109	774	7	82101	82111
82114	R	1º de Maio	R	89	487	5	82103	82128
82115	Az	Padaria (da)	Az	47	177	4	82114	82116
82116	R	Residência (da)	R	85	593	7	82128	82111
82117	Tv	Residência (da)	Tv	26	86	3	82116	82171
82118	Lg	Poço (do)	Lg	26	464	18	82111	82122
82119	R	1º de Dezembro	R	76	501	7	82111	82130
82120			Bc	7	13	2	82122	82199
82121	R	Norte (do)	R	69	465	7	82119	82130
82122	R	Meio (do)	R	48	180	4	82118	82129
82123	R	Poço (do)	R	63	305	5	82118	82129
82124	Bc	Poço (do)	Bc	34	133	4	82114	82199
82125	R	Ramal (do)	R	206	1835	9	82100	82114
82126	R	Escola (da)	R	161	1786	11	82125	82152
82127	R	25 de Abril	R	68	482	7	82126	82128
82128	Pç	República (da)	Pç	31	862	28	82114	82136
82129	R	Praça (da)	R	115	660	6	82128	82119
82130	Lg	Boas Vizinhas (das)	Lg	23	287	12	82119	82131
82131	Tv	Poente (do)	Tv	35	135	4	82130	82137
82132	R	Alegria (da)	R	69	332	5	82129	82138
82133	Bc	Sem Saída	Bc	28	84	3	82129	82199
82134	Bc	Poente (do)	Bc	20	141	7	82138	82199
82135	R	Sol Posto (do)	R	100	603	6	82128	82138
82136	R	Campo da Bola (do)	R	101	648	6	82128	82138
82137	R	Portela do Mato (da)	R	86	590	7	82138	82100
82138	Lg	Sol Posto (do)	Lg	41	573	14	82152	82137
82139	R	Areias de Cima (das)	R	210	1789	9	82100	82126
82140	Bc	Sociedade (da)	Bc	10	42	4	82111	82199
82141			Tv	9	23	3	82105	82108
82142			Tv	11	29	3	82111	82106
82143			Adro	38	533	14	82103	82199
82144			Pto	33	160	5	82111	82199
82145			Tv	9	26	3	82129	82135
82146			Bc	50	302	6	82125	82199
82147			Tv	24	64	3	82136	82152
82148			Tv	10	15	2	82135	82152
82149			Bc	6	5	1	82136	82199

821 Budens

A 3/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
82150	R	Campo da Bola	R	59	235	4	82138	82100
82151	Tv	Portela do Mato	Tv	58	230	4	82137	82100
82152			Estr	201	1693	8	82126	82138
82153			Imp	18	129	7	82139	82100
82154			Bc	8	18	2	82127	82199
82155			Bc	9	27	3	82131	82199
82156			R	121	912	8	82100	82101
82157			R	163	1238	8	82100	82113
82158			Bc	16	33	2	82113	82199
82159			Bc	6	10	2	82129	82199
82160			Bc	5	5	1	82107	82199
82161			Bc	17	48	3	82105	82199
82162			Rec	8	30	4	82101	82199
82163			Bc	5	8	2	82101	82199
82164			Rec	4	18	4	82111	82199
82165			Jd	26	414	16	82102	82199
82166			Tv	6	36	6	82101	82108
82167			Bc	8	17	2	82115	82199
82168			Bc	15	14	1	82101	82199
82169			Esch	23	70	3	82156	82157
82170			Rec	10	44	4	82121	82199
82171			Lg	10	76	8	82116	82123
82172			Rec	4	15	4	82130	82199
82173			Rec	13	132	10	82124	82199
82174			Rec	12	47	4	82124	82199
82175			Bc	34	171	5	82125	82199
82176			Jd	18	62	3	82102	82199

822 Burgau

A 1/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
82201	R	25 de Abril	R	166	918	6	82203	82216
82202	Tv	Poço (do)	Tv	50	206	4	82201	82216
82203			Cais	50	895	18	82200	82201
82204	Tv	Forno (do)	Tv	45	136	3	82205	82201
82205			Tv	17	65	4	82206	82204
82206	Lg	Poço (do)	Lg	14	113	8	82201	82205
82207	Tv	1º de Maio	Tv	36	102	3	82209	82219
82208	Tv	Alegria (da)	Tv	35	82	2	82220	82207
82209	Tv	Flores (das)	V	56	180	3	82221	82201

822 Burgau

A 2/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
82210			V	25	62	2	82209	82207
82211	Tv	Amores (dos)	Tv	33	115	3	82221	82201
82212	R	Posto (do)	Mir	80	212	3	82242	82211
82213	Tv	Felizardo Mateus	Tv	43	157	4	82201	82299
82214			Bc	25	69	3	82201	82299
82215	Tv	Bela Vista (da)	R	60	199	3	82245	82216
82216	Lg	Liberdade (da)	Lg	26	448	17	82217	82228
82217	R	Principal	R	144	1826	13	82200	82216
82218			R	78	1198	15	82217	82299
82219	R	Praia (da)	R	101	467	5	82220	82217
82220	Lg	Pescadores (dos)	Lg	46	1008	22	82221	82219
82221	R	Miradouro (do)	Mir	51	386	8	82220	82211
82222			Cais	54	890	16	82223	82251
82223	R	Lota (da)	R	93	753	8	82222	82220
82224	R	Fortaleza (da)	R	194	1209	6	82200	82220
82225	R	Vistamar	R	72	441	6	82236	82267
82226	Tv	Mar (do)	R	28	101	4	82224	82237
82227	Tv	Alecrim (do)	Tv	35	95	3	82219	82236
82228	R	Agrícola	R	211	2012	10	82216	82200
82229	Tv	Domingos Barreiros	R	129	623	5	82231	82228
82230	Tv	Saudade (da)	Tv	46	340	7	82229	82231
82231	Tv	Aldeia Nova (da)	R	117	906	8	82200	82228
82232	R	Vale de Burgau (do)	R	125	1518	12	82216	82284
82233			Bc	23	69	3	82201	82299
82234	Tv	Escadinhas (das)	Esch	7	29	4	82219	82201
82235			Bc	26	167	6	82228	82299
82236	Tv	Rua da Praia (da)	Tv	22	159	7	82219	82225
82237	Tv	Parreira (da)	Tv	26	84	3	82226	82238
82238			V	11	20	2	82227	82236
82239			Bc	23	68	3	82226	82299
82240			Esch	20	74	4	82224	82258
82241			Bc	15	64	4	82224	82299
82242			Esc	52	241	5	82222	82221
82243			Esch	11	46	4	82211	82209
82244			V	20	35	2	82201	82200
82245			Cam	54	89	2	82214	82215
82246			Esch	9	31	3	82229	82215
82247			Esc	18	39	2	82204	82245
82248			Esch	11	20	2	82201	82213
82249			Bc	17	18	1	82201	82299
82250			Rec	8	21	3	82213	82299
82251			Tv	27	108	4	82222	82203
82252			Pest	46	1172	25	82223	82299
82253			Lav	8	32	4	82223	82299

822 Burgau

A 3/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
82254			Esc	25	39	2	82223	82220
82255			Rec	17	97	6	82223	82299
82256			Pto	42	399	10	82236	82299
82257			R	47	279	6	82240	82258
82258	R	Nora (da)	R	109	906	8	82240	82200
82259			Rec	13	37	3	82258	82299
82260			Jd	40	271	7	82257	82299
82261			R	91	371	4	82258	82217
82262			Jd	49	121	2	82261	82265
82263			Pto	15	46	3	82262	82265
82264			Pest	15	139	9	82261	82265
82265	R	Joaquim Pacheco	R	78	337	4	82261	82217
82266	R	Túnel (do)	R	28	120	4	82267	82217
82267			Lg	21	390	19	82268	82266
82268	R	Jimmy (do)	R	33	120	4	82258	82267
82269			Tn	5	11	2	82256	82225
82270			Rec	6	13	2	82201	82299
82271			Rec	6	4	1	82210	82299
82272			Rec	2	2	1	82209	82299
82273			Rec	12	30	2	82221	82299
82274	R	Falésia (da)	Cam	74	302	4	82200	82228
82275			Pto	20	86	4	82274	82299
82276			Cam	58	298	5	82274	82299
82277			Pto	17	119	7	82228	82299
82278			Adro	19	189	10	82217	82218
82279	R	Estrema (da)	R	189	2505	13	82217	82284
82280			Tv	25	81	3	82218	82279
82281			Pct	51	779	15	82218	82283
82282			Pto	20	54	3	82281	82299
82283			Tv	73	474	6	82281	82284
82284	Estr	N 537-2	Estr	119	2062	17	82232	82200
82285			Lg	20	385	19	82297	82287
82286			Imp	16	67	4	82287	82299
82287	Bo	Unidade (da)	R	100	725	7	82293	82285
82288			Cam	28	107	4	82287	82299
82289			Tv	21	103	5	82287	82290
82290			R	43	190	4	82292	82289
82291			Car	59	135	2	82292	82290
82292			Lg	30	704	23	82293	82291
82293			Tv	28	298	11	82232	82292
82294			Tv	18	87	5	82295	82287
82295			Pct	40	452	11	82284	82294
82296			R	35	103	3	82295	82285
82297			Tv	19	142	7	82284	82285

823 Figueira

A 1/1

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
82301	R	Rossio (do)	R	156	957	6	82302	82304
82302	R	Fonte (da)	R	183	1175	6	82300	82304
82303	R	Poço (do)	R	82	411	5	82337	82316
82304	Lg	1º de Maio	Lg	42	903	22	82339	82303
82305	R	Escadinhas (das)	R	83	302	4	82314	82304
82306	Tv	Escadinhas (das)	Tv	37	132	4	82307	82305
82307	Tv	Bica (da)	R	37	103	3	82308	82314
82308	Estr	N 125 (Nascente)	Estr	200	2185	11	82300	82304
82309	R	Palmeira (da)	R	62	196	3	82311	82307
82310	Tv	Comércio (do)	R	31	86	3	82308	82312
82311	R	Direita	R	179	889	5	82316	82308
82312	R	Comércio (do)	R	101	333	3	82316	82314
82313	Tv	Amores (dos)	Tv	34	105	3	82312	82316
82314	Lg	Bica (da)	Lg	21	133	6	82312	82305
82315	Tv	Meio (do)	Tv	22	106	5	82314	82316
82316	R	Meio (do)	R	394	1921	5	82300	82300
82317	Tv	Farinheira (da)	Tv	21	52	2	82316	82326
82318	Tv	Pedra (da)	Tv	21	66	3	82316	82326
82319	Lg	Povo (do)	Lg	21	236	11	82316	82323
82320	R	Saudade (da)	R	47	148	3	82316	82322
82321	R	Boavista	R	55	238	4	82316	82322
82322	Lg	Saudade (da)	Lg	27	271	10	82321	82325
82323	R	Alegria (da)	R	34	132	4	82319	82322
82324	R	Cima (de)	R	39	131	3	82319	82325
82325	R	Terra das Eiras (da)	R	132	660	5	82326	82322
82326	R	Farinheira (da)	R	201	871	4	82316	82319
82327	R	Vale da Eira (do)	R	67	400	6	82326	82300
82328			Tv	6	19	3	82311	82312
82329			Pto	12	35	3	82316	82399
82330			Pto	17	84	5	82312	82399
82331			Bc	18	84	5	82324	82399
82332	R	Escola (da)	R	91	574	6	82300	82316
82333			Pto	10	52	5	82324	82399
82334			Adro	36	393	11	82332	82311
82335			Rec	7	16	2	82320	82399
82336			Rec	6	24	4	82321	82399
82337	Estr	N 125 (Poente)	Estr	45	380	8	82304	82300
82338			Cam	44	131	3	82304	82300
82339			R	155	1881	12	82304	82399
82340			Bc	52	592	11	82339	82399
82341			Bc	29	393	14	82339	82399
82342			Rec	6	29	5	82311	82399

825 Vale de Boi

A 1/1

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
82501	R	Principal	R	257	1204	5	82510	82500
82502	R	Salão (do)	R	119	747	6	82500	82501
82503	Tv	Salão (do)	Bc	45	206	5	82502	82599
82504			Pto	16	92	6	82502	82599
82505	R	Areias (das)	R	132	599	5	82501	82500
82506			Pto	44	135	3	82501	82599
82507	Tv	Cordeira (da)	Bc	23	80	3	82501	82599
82508	R	Estreitinha	R	31	76	2	82514	82501
82509	R	São Lourenço	R	99	593	6	82510	82505
82510	Lg	Bica (da)	Lg	26	228	9	82512	82501
82511	R	Forno (do)	R	38	166	4	82510	82599
82512	R	Bica (da)	R	156	673	4	82500	82510
82513			Bc	11	21	2	82510	82599
82514	Lg	Poço (do)	Lg	10	88	9	82515	82517
82515	R	Ribeira (da)	R	69	260	4	82500	82514
82516			Pto	12	56	5	82512	82599
82517			Tv	8	24	3	82514	82510
82518			Adro	35	1140	33	82509	82505
82519			Bc	14	30	2	82502	82599
82520			Pto	21	77	4	82508	82599
82521			Bc	19	57	3	82511	82599
82522			Imp	50	534	11	82502	82599

* As referências terminadas em 00 correspondem a artérias cujo início ou fim se prolonga e foi considerado apenas o troço indicado. A terminação 99 refere-se a espaços sem seguimento. As larguras são as médias (área/comprimento).

831 Raposeira

A 1/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
83101	Estr	M 1257	Estr	125	2041	16	83100	83132
83102	R	Escola (da)	R	92	650	7	83101	83137
83103	Tv	Rossio das Eiras (do)	Tv	64	295	5	83101	83138
83104	Lg	Igreja (da)	Pç	82	2414	29	83132	83109
83105	Tv	Alecrim (do)	Bc	38	131	3	83139	83199
83106	Tv	25 de Abril	Imp	45	132	3	83107	83199
83107	R	25 de Abril	R	209	1079	5	83139	83130
83108	Tv	Igreja (da)	Tv	19	141	7	83107	83109

831 Raposeira

A 2/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
83109	R	Igreja (da)	R	130	654	5	83104	83120
83110	Lg	Afonso Correia Leal	Lg	16	182	11	83109	83111
83111	R	Sol Posto (do)	R	89	342	4	83110	83120
83112	R	Infante D. Henrique	R	61	207	3	83111	83113
83113	R	Poço (do)	R	70	232	3	83120	83143
83114	Tv	Poço (do)	Tv	34	112	3	83113	83115
83115	R	Boa Vista (da)	R	100	415	4	83113	83100
83116	R	Flores (das)	R	91	301	3	83118	83115
83117	Tv	Cantinho (do)	R	117	470	4	83120	83115
83118	Tv	Serrados (dos)	Cam	156	380	2	83117	83120
83119	R	Moinho (do)	Estr	40	171	4	83120	83100
83120	R	1º de Maio	R	218	1144	5	83113	83133
83121	Tv	1º de Maio	Tv	59	231	4	83109	83120
83122	Tv	Boa Hora (da)	Tv	44	137	3	83107	83121
83123	Tv	Boa Vista (da)	Tv	50	185	4	83107	83122
83124	R	Celeiro (do)	R	62	233	4	83107	83121
83125	Lg	Borba da Silva, Tem	Lg	21	201	10	83130	83127
83126	R	Joaquim Valente Correia	R	34	167	5	83127	83120
83127	R	Altinho (do)	R	62	351	6	83125	83120
83128	R	Areias (das)	R	148	636	4	83130	83120
83129	Tv	Pocinho (do)	Tv	37	158	4	83130	83128
83130	R	Pocinho (do)	R	111	529	5	83100	83125
83131	Tv	Areias (das)	Tv	43	102	2	83128	83127
83132	Estr	N 125	Estr	172	2775	16	83100	83100
83133			Estr	46	187	4	83120	83100
83134			Tv	23	73	3	83120	83118
83135			Cam	97	375	4	83118	83116
83136			Ter	46	1445	31	83102	83132
83137			R	109	534	5	83101	83102
83138			Tv	23	121	5	83103	83101
83139			Estr	77	684	9	83100	83104
83140			Bc	18	71	4	83110	83199
83141			Bc	10	33	3	83111	83199
83142			Bc	13	41	3	83112	83199
83143			Estr	36	375	10	83113	83100
83144			Bc	21	37	2	83115	83199
83145			Rec	11	26	2	83115	83199
83146			Rec	4	7	2	83116	83199
83147			Rec	4	8	2	83116	83199
83148			Tv	11	27	2	83118	83116
83149			Tv	22	72	3	83130	83107
83150			Lg	16	106	7	83151	83103
83151			R	30	138	5	83150	83132
83152			Rec	6	9	2	83112	83199

831 Raposeira

A 3/3

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
83153			Rec	11	49	4	83127	83199
83154			Pto	4	20	5	83120	83199
83155			Rec	8	18	2	83119	83199
83156			Rec	5	16	3	83119	83199
83157			Pto	7	52	7	83124	83199
83158			Imp	7	22	3	83101	83199
83159			Adro	20	96	5	83108	83104

832 Hortas do Tabual

A 1/1

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
83201	Estr	N 1257-1	Estr	121	1063	9	83203	83200
83202			R	47	333	7	83201	83200
83203			R	80	347	4	83206	83201
83204			Adro	22	202	9	83201	83299
83205			Bc	13	54	4	83203	83299
83206			R	56	366	7	83200	83203
83207			Tv	29	105	4	83218	83203
83208			Tv	37	162	4	83215	83203
83209			Bc	11	33	3	83203	83299
83210			R	65	329	5	83217	83203
83211			R	66	474	7	83213	83201
83212			Pto	21	48	2	83217	83299
83213			R	83	292	4	83210	83200
83214			R	40	169	4	83215	83210
83215			R	64	280	4	83218	83210
83216			Tv	42	96	2	83215	83210
83217			Bc	45	139	3	83210	83299
83218			Lg	17	166	10	83219	83215
83219			Esch	13	57	4	83218	83299
83220			Bc	25	76	3	83213	83299
83221			Rec	5	22	4	83203	83299
83222			Jd	15	107	7	83206	83299
83223			Rec	3	9	3	83207	83299
83224			Rec	7	19	3	83213	83299

* As referências terminadas em 00 correspondem a artérias cujo início ou fim se prolonga e foi considerado apenas o troço indicado. A terminação 99 refere-se a espaços sem seguimento. As larguras são as médias (área/comprimento).

852 Vila do Bispo

CH 1/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
85201	R	Fonte (da)	R	146	740	5	85250	85222
85202	R	25 de Abril	R	194	1499	8	85250	85222
85203	R	Tomás Batista Marreiros	R	137	988	7	85233	85222
85204	R	1º de Maio	R	170	1203	7	85232	85222
85205	R	Matoso, Comte	R	189	1178	6	85231	85257
85206	R	José Cardoso	R	236	1559	7	85220	85257
85207	R	Outeiro (do)	R	82	355	4	85206	85206
85208	R	Viegas, Cap Aviador	R	161	973	6	85228	85257
85209	R	Norte (do)	R	135	778	6	85257	85216
85210	R	Moinhos (dos)	R	67	349	5	85227	85223
85211	R	Forno (do)	R	122	791	6	85231	85228
85212	R	Quintais (dos)	R	71	217	3	85250	85211
85213	R	Escadinhas (das)	R	69	317	5	85250	85211
85214	R	São Gonçalo de Lagos (de)	R	83	606	7	85250	85211
85215			Adro	43	728	17	85214	85232
85216	Bo	Eiras (das)	Estr	52	628	12	85200	85200
85217			Tv	15	71	5	85206	85228
85218			Tv	31	126	4	85245	85223
85219	Tv	Viegas, Cap	Tv	25	99	4	85208	85245
85220			Tv	19	99	5	85206	85229
85221			Tv	18	60	3	85208	85209
85222	R	Leonor Batista, Comadre	R	142	918	6	85253	85206
85223	R	Sítio das Eiras (do)	R	71	402	6	85208	85216
85224			Bc	10	27	3	85225	85299
85225			Cam	121	809	7	85228	85200
85226			R	48	196	4	85227	85225
85227			R	111	627	6	85228	85225
85228			R	173	809	5	85211	85208
85229			R	92	418	5	85211	85228
85230			R	55	166	3	85211	85229
85231	Pç	República (da)	Pç	78	3278	42	85211	85205
85232			R	54	773	14	85250	85231
85233	R	Carlos Luís Correia Matoso	R	99	516	5	85202	85205
85234			Tv	34	178	5	85204	85205
85235			Tv	37	190	5	85203	85204
85236			Tv	24	121	5	85205	85206
85237			Tv	11	38	3	85207	85208
85238			Lg	31	195	6	85228	85248
85239			Tv	20	99	5	85205	85206
85240			Tv	29	142	5	85205	85206
85241			Tv	13	55	4	85231	85206
85242			Tv	12	43	4	85231	85230
85243			Tv	10	32	3	85229	85228
85244			Tv	10	35	4	85229	85228

852 Vila do Bispo

CH 2/2

Espaços								
ref		Nome	tipo	Comp m	Área m2	Larg m	início	fim *
85245			R	33	180	5	85228	85218
85246			Tv	31	100	3	85227	85245
85247			Tv	27	104	4	85227	85245
85248			Tv	34	98	3	85238	85207
85249			Tv	13	50	4	85238	85208
85250	Estr	N 268	Estr	410	4591	11	85200	85200
85251			Jd	41	304	7	85250	85202
85252			Imp	54	349	6	85250	85299
85253			Jd	61	2470	40	85250	85201
85254			Rec	4	12	3	85204	85299
85255	R	Santa Maria do Cabo (de)	R	55	587	11	85222	85200
85256			Jd	34	872	26	85255	85257
85257	R	Ribeira do Poço (da)	R	74	1403	19	85200	85200
85258			Rec	5	21	4	85209	85299
85259			Rec	3	11	4	85229	85299
85260			Mir	35	463	13	85211	85299
85261			Jd	16	193	12	85250	85214
85262			Jd	26	483	19	85250	85215
85263			Rec	3	4	1	85225	85299
85264			Pto	20	116	6	85226	85299
85265			Pto	15	86	6	85227	85299
85266			Imp	32	54	2	85227	85200
85267			Rec	4	19	5	85209	85299
85268			Bc	6	7	1	85222	85299

* As referências terminadas em 00 correspondem a artérias cujo início ou fim se prolonga e foi considerado apenas o troço indicado. A terminação 99 refere-se a espaços sem seguimento. As larguras são as médias (área/comprimento).